



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
DOUTORADO EM DIREITO

LUCIANO FERREIRA DORNELAS

**A PERSECUÇÃO PENAL DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS
NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO, INTERAÇÕES E DECISÕES**

BRASÍLIA

2019

LUCIANO FERREIRA DORNELAS

**A PERSECUÇÃO PENAL DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS
NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO, INTERAÇÕES E DECISÕES**

Tese apresentada à banca examinadora do Centro
Universitário de Brasília, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor, sob a orientação do Prof.
Dr. Bruno Amaral Machado.

BRASÍLIA

2019

Autorizo reprodução e divulgação, total ou parcial, deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dornelas, Luciano Ferreira

A perseguição penal do tráfico internacional de seres humanos no Brasil: organização, interações e decisões. Brasília, 2019.

500 p.

Tese de Doutorado, apresentada ao Centro Universitário de Brasília. Área de concentração: Políticas Públicas.

Orientador: Machado, Bruno Amaral.

1. Criminologia. 2. Análise Organizacional. 3. Tráfico de Seres Humanos.

LUCIANO FERREIRA DORNELAS

**A PERSECUÇÃO PENAL DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS
NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO, INTERAÇÕES E DECISÕES**

Tese apresentada à banca examinadora do Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Amaral Machado, defendida e aprovada em ____ de _____ pela seguinte banca examinadora:

Prof.: Dr. Bruno Amaral Machado

Instituição: Uniceub

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.: Dr. Sandro Lúcio Dezan

Instituição: Uniceub

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.: Dr. Antônio Henrique Suxberger

Instituição: Uniceub

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.: Dr. Jefferson Carus Guedes

Instituição: Uniceub

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.: Dra. Luciana Barbosa Musse

Instituição: Uniceub

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.: Dr. Arthur Trindade Maranhão

Instituição: UnB

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao *Lord Almighty*, pelo privilégio concedido de expressar nesta tese os conhecimentos obtidos na área de trabalho em que me especializei na Polícia Federal ao longo de doze anos dedicados ao enfrentamento do tráfico de pessoas, presidindo investigações e coordenando operações.

Ao Centro Universitário de Brasília, por haver acolhido de braços abertos mais um goiano como doutorando e, depois, como professor; meu orgulho em participar de um quadro de docentes de reconhecida capacidade e profissionalismo.

Ao Professor Doutor Bruno Amaral Machado, orientador desta tese, que, com paciência, suportou meus erros, ensinando-me o caminho da arte em saber se expressar de forma contida, mas técnica. A escrita é para muitos, enquanto o saber se expressar de forma técnica e precisa é para poucos; ter a capacidade de transmitir essa expertise é uma dádiva que raros, como meu orientador, possuem.

Aos profissionais do Direito, Juízes, Procuradores da República e Delegados Federais, que contribuíram com as entrevistas de campo e que permanecem anônimos na pesquisa visando preservar-lhes diante de sua liberdade de expressão.

Ao estatístico René Raupp, por seu valioso auxílio e dedicação na análise dos dados colhidos em campo que me subsidiaram na análise nesta pesquisa.

Ao Departamento de Polícia Federal, pela oportunidade concedida na árdua condução de 72 (setenta e duas) investigações em cooperação internacional no enfrentamento ao tráfico de pessoas no período de 2004 a 2012, as quais me propiciaram parte da maturidade necessária ao desenvolvimento do tema nesta tese.

À minha meiga esposa, pelo auxílio prestado durante a pesquisa necessária à elaboração deste trabalho.

*Sabemos que a Lei é boa, contanto que se faça dela uso legítimo, e se tenha em conta que a Lei não foi feita para o justo, mas para os transgressores e os rebeldes, para os ímpios e os pecadores, para os irreligiosos e os profanadores, para os que ultrajam pai e mãe, os homicidas, os impudicos, os infames, os **traficantes de homens**, os mentirosos, os perjuros e tudo o que se opõe à sã doutrina e ao Evangelho glorioso de Deus bendito, que me foi confiado.*

1 Timóteo 1:8-11

O amor sempre potencialmente vai além de sua performatividade e tem consequências subjetivas que não podem ser previstas pelos “jogadores”, convertendo-se, inclusive, em ‘amor verdadeiro’.

Sealing Cheng, analisando as construções de amor entre trabalhadoras sexuais filipinas e soldados norte-americanos

RESUMO

O tráfico de pessoas despertou a atenção da comunidade internacional a partir do início do século XXI, entretanto, foi com a ratificação da Convenção de Palermo e seus três Protocolos Adicionais que vários países, principalmente aqueles de destino das vítimas, conseguiram adeptos contra esse tipo de crime para a luta, bem como para a elaboração e aprovação de um Tratado, como formas de pressionar os países de origem das vítimas à adoção de políticas públicas, visando obstaculizar o crime. Este trabalho põe em relevo a motivação de fundo dos países receptores dessas vítimas, em geral, Estados movidos por pretensões internas que não a defesa dos direitos humanos das vítimas, relegada a segundo plano. A tese tem como objetivo geral a análise das organizações sociais envolvidas no processo de persecução criminal, encarregadas da luta contra o tráfico internacional de pessoas, mediante a análise do fluxo do Sistema de Justiça Criminal, o que se dará em uma pesquisa exploratória descritiva quantitativa e, posteriormente, em uma pesquisa qualitativa de dados, em que se busca, paralelamente, definir o perfil da vítima do tráfico internacional de pessoas, como um dos objetivos específicos. Os capítulos que compõem esta tese são o fruto da análise de dados colhidos em pesquisa de campo, iniciada no ano de 2016 e finalizada em 2018, abrangendo o histórico e a produção de decisões dos atores envolvidos no enfrentamento do tráfico de pessoas no período de 2004 a 2015. Para tanto, após colher primeiramente os dados em uma pesquisa quantitativa com o trabalho sob dados fornecidos pelo Ministério Público Federal e pela Presidência de cada uma das cinco Cortes Federais do Brasil, a tese analisa as relações intra e interorganizacionais e as premissas decisórias na tomada de suas decisões, sem perder de vista o marco teórico, que é a teoria sistêmica aplicada. Um tratamento desses mesmos dados quantitativos forneceu a opção de escolha das Seções Judiciárias do Sistema de Justiça Federal do Brasil, que se mostravam mais relevantes do ponto de vista do interesse, para um deslocamento até as varas federais selecionadas para manuseio do procedimento físico e coleta de dados, visando a elaboração de uma nova análise estatística, tudo para responder ao problema da tese: como se implementa a persecução penal nos processos de tráfico internacional de pessoas? A pesquisa orienta-se pela abordagem organizacional da teoria sistêmica e pelas análises de rede e governança para o enfrentamento ao tráfico.

Palavras-chave: Criminologia. Análise Organizacional. Tráfico de Seres Humanos.

ABSTRACT

The trafficking of human beings (trafficking of persons) has attracted the attention of the international community since the beginning of the 21st century; however, it was with the ratification of the Palermo Convention and its three Additional Protocols that several countries, especially those aimed as the destiny of the victims, were able to join in the fight against this type of crime and also in the elaboration and approval of a Treaty as means of putting pressure on the countries of the origin of the victims to the adoption of public policies aimed at hindering the crime. This thesis highlights the basic motivation of the recipient countries of these victims, in general, states that are motivated by internal pretensions rather than the defense of the victims' human rights, which is relegated to the background. The thesis has as its general objective the analysis of the social organizations involved in the process of criminal prosecution in charge of the fight against the international trafficking of human beings (trafficking of persons), by analyzing the flow of justice of the Brazilian criminal judiciary system, which will be done in an exploratory descriptive and quantitative research, followed by a qualitative data research , in which it is sought, in parallel, to define the profile of the victim of international trafficking of human beings (trafficking of persons), as one of the specific objectives. The chapters that compose this thesis are the result of the analysis of data collected in a field research that begun in 2016 and was completed in 2018, covering the history and production of decisions in Brazil within the parts involved in fight against the trafficking of human beings (trafficking of persons) in the period from 2004 to 2015. To do so, after first collecting the data in a quantitative survey based on data provided by the Federal Public Ministry and the Presidency of each of the five Federal Courts of Brazil, the thesis analyzes the intra and inter-organizational relations and the basic assumptions of the decision making of these courts' decisions, without losing sight of the theoretical framework, which is the applied systemic theory. The analysis of these same quantitative data provided the option of choosing the Judicial Sections of the Federal Justice System of Brazil that showed to be more relevant from the point of view of interest, for a movement until the Federal State Courts for the handling of the physical procedure and data collection aiming at the elaboration of a new statistical analysis, with the focus of answering the problem of the thesis: how is the prosecution in criminal proceedings for international trafficking of human beings (trafficking of persons) implemented? The research is oriented by the organizational approach

of the systemic theory and by the analysis of the network and governance for the fighting of the trafficking of persons.

Keywords: Criminology. Organizational Analysis. Trafficking in Human Beings. Trafficking of persons.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos procedimentos instaurados (vermelho) e dos indiciamentos (azul) realizados pela Polícia Federal no Tráfico Internacional de Pessoas (CP, art. 231) entre 2005 e 2015	52
Figura 2 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais por ano de autuação.....	53
Figura 3 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional	112
Figura 4 – Autos por Grupo de Classe Judiciária.....	115
Figura 5 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais por ano de autuação	128
Figura 6 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais concluídos por ano de autuação.....	131
Figura 7 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais concluídos por ano de conclusão	132
Figura 8 – Comparativo do tempo de denúncia e arquivamento	135
Figura 9 – Distribuição percentual dos tempos de denúncia e arquivamento (em anos)	136
Figura 10 – Distribuição dos tempos de arquivamento por Região (em anos).....	137
Figura 11 – Comparativo do tempo de denúncia e arquivamento - 1ª Região	138
Figura 12 – Distribuição percentual dos tempos de denúncia e arquivamento (em anos) - 1ª Região.....	139
Figura 13 – Distribuição percentual dos autos por TRF.....	144
Figura 14 – Representação gráfica dos dados da Tabela 30.....	146
Figura 15 – Número de denúncias por TRF e por ano	149
Figura 16 – Representação gráfica dos dados da Tabela 35.....	151
Figura 17 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e sentença	153
Figura 18 – Tempo entre denúncia e sentença, por TRF.....	154
Figura 19 – Distribuição de autos por número de denunciados	156
Figura 20 – Representação gráfica dos dados da Tabela 39.....	157
Figura 21 – Distribuição de autos por número de condenados.....	158
Figura 22 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e recebimento do recurso	161
Figura 23 – Tempo entre sentença e recebimento do recurso, por TRF.....	162
Figura 24 – Tempo entre o recebimento e o julgamento do recurso, por TRF	163
Figura 25 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e trânsito em julgado	165
Figura 26 – Tempo entre denúncia e trânsito em julgado, por TRF.....	166
Figura 27 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e trânsito em julgado	167

Figura 28 – Tempo entre sentença e trânsito em julgado, por TRF	168
Figura 29 - Fazenda São Lukas, arrestada durante o Caso Fassini.....	180
Figura 30 - Mapeamento ambiental vítimas Goiânia.....	184
Figura 31 - Mapeamento ambiental Anápolis.....	185
Figura 32 – Distribuição percentual dos tempos de denúncia e arquivamento (em anos) - 1ª Região	233
Figura 33 – Distribuição do número de vítimas por idade na época do aliciamento	239
Figura 34 – Distribuição da idade da vítima (em anos) em função da UF	240
Figura 35 – Projeto migratório entre o Pará e o Maranhão para o Suriname.....	300
Figura 36 – Rota tráfico de pessoas Região Norte.....	302
Figura 37 – Rota São Paulo, EUA, Europa e Emirados Árabes.....	306
Figura 38 – Rota do Tráfico Região Centro-Oeste Europa.....	308

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Inquéritos Policiais com manifestação de arquivamento em mais de uma data..	121
Quadro 2 – Condenações criminais no Brasil no âmbito do Caso Fassini.....	181
Quadro 3 – Legenda de endereços vítimas.....	182
Quadro 4 – Sinais de vulnerabilidade da vítima elencadas pelos procuradores.....	270
Quadro 5 – Análise das carências feita pelos procuradores.....	271
Quadro 6 – Obtenção de prova no discurso dos procuradores.....	272
Quadro 7 – Carências apontadas pelos Delegados Federais.....	278
Quadro 8 – Vulnerabilidade aliada à questão econômica na fala dos magistrados.....	291
Quadro 9 – Fala dos magistrados a respeito do tempo nas ações penais.....	294
Quadro 10 – Falas dos magistrados acerca da necessidade de melhoria da agilidade dos atos de cooperação internacional.....	295
Quadro 11 – Trechos da entrevista com a Magistrada JF 1, SP.....	295
Quadro 12 – Trechos da entrevista com a Magistrada JF 2, SP.....	297
Quadro 13 – Trechos da entrevista com a Magistrada JF 3, RJ.....	298

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos Inquéritos Policiais por ano de autuação e Região.....	52
Tabela 2 – Número de autos por TRF e UF	57
Tabela 3 – Distribuição de Autos por Procuradoria da República nas UFs	111
Tabela 4 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional.....	112
Tabela 5 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional e Procuradorias da República nas UFs	113
Tabela 6 – Total de autos por Grupo de Classes Judiciárias	114
Tabela 7 - Distribuição dos grupos de classe judiciária por UF.....	116
Tabela 8 – Distribuição dos grupos de CLASSE JUDICIÁRIA por Procuradoria Regional.....	117
Tabela 9 – Principais grupos de CLASSES JUDICIÁRIAS por Procuradoria Regional e seus respectivos percentuais.....	117
Tabela 10 – Distribuição de inquéritos por UF e número de Varas de origem.....	118
Tabela 11 - Grupos de manifestações.....	120
Tabela 12 - Manifestações por tipo de auto.....	120
Tabela 13 - Inquéritos Policiais concluídos.....	122
Tabela 14 – Percentual de denúncias por UF – classificação por UF	122
Tabela 15 – Percentual de denúncias por UF – classificação percentual de denúncias	124
Tabela 16 – Percentual de denúncias por Procuradoria Regional	125
Tabela 17 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional e Procuradorias da República nas UFs	125
Tabela 18 – Proporção de inquéritos com informação da data do fato	128
Tabela 19 – Distribuição dos Inquéritos Policiais por ano de autuação e Região.....	128
Tabela 20 – Distribuição dos Inquéritos Policiais por ano de autuação da 1ª Região por UF.....	129
Tabela 21 – Distribuição dos Inquéritos Policiais concluídos por ano de autuação e Procuradoria Regional	130
Tabela 22 – Distribuição dos Inquéritos Policiais concluídos por ano de conclusão e Procuradoria Regional	131
Tabela 23 – Distribuição dos Inquéritos Policiais da 1ª Região concluídos por ano de conclusão e UF	133

Tabela 24 – Tempo de denúncias e arquivamentos – Total de inquéritos concluídos	134
Tabela 25 – Distribuição do número de denúncias e arquivamentos em IPLs concluídos e com tempo entre instauração e conclusão – por TRF.....	136
Tabela 26 – Tempo de arquivamento – por TRF.....	137
Tabela 27 – Tempo de denúncias e arquivamentos – Total de inquéritos concluídos da 1ª Região	138
Tabela 28 – Nível de preenchimento das questões do questionário Fluxo de Justiça – Tráfico de Pessoas	141
Tabela 29 – Número de autos por TRF e UF	143
Tabela 30 – Distribuição do número de autos por TRF e ano de autuação.....	145
Tabela 31 – Distribuição do número de autos por TRF e existência de data de denúncia	146
Tabela 32 – Número de autos do TRF1 por UF e existência de data de denúncia.....	147
Tabela 33 – Número de denúncias por TRF e por ano	148
Tabela 34 – Distribuição do número de autos por TRF e existência de data de denúncia	149
Tabela 35 – Distribuição do número de autos por TRF e ano de sentença	150
Tabela 36 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e sentença	152
Tabela 37 – Tempo entre denúncia e sentença, por TRF	153
Tabela 38 – Distribuição de autos por número de denunciados	155
Tabela 39 – Distribuição do número de autos número de denunciados por TRF	157
Tabela 40 – Distribuição de autos por número de condenados	158
Tabela 41 – Distribuição do número de denunciados x condenados.....	159
Tabela 42 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e recebimento do recurso	160
Tabela 43 – Tempo entre sentença e recebimento do recurso, por TRF	161
Tabela 44 – Tempo entre sentença e recebimento do recurso, por TRF	163
Tabela 45 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e trânsito em julgado	164
Tabela 46 – Tempo entre denúncia e trânsito em julgado, por TRF	166
Tabela 47 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e trânsito em julgado.....	167
Tabela 48 – Tempo entre sentença e trânsito em julgado, por TRF.....	168
Tabela 49 – Distribuição do número de condenados em 1ª instância x 2ª instância	169
Tabela 50 – Tipos penais na denúncia.....	170
Tabela 51 – Tipos penais no acórdão	171
Tabela 52 – Número de autos por TRF e UF	197
Tabela 53 – Distribuição de processos por UF.....	198
Tabela 54 – Distribuição de processos por UF e Seção Judiciária.....	199

Tabela 55 – Distribuição de processos com abertura de IPL por Unidade da Federação (UF)	202
Tabela 56 – Distribuição de processos por tipo de abertura de IPL por UF.....	203
Tabela 57 – Fonte de informação que motivou a abertura do IPL por UF.....	203
Tabela 58 – Fonte de informação que motivou a abertura do IPL	205
Tabela 59 – Distribuição do número de IPLs por quantidade de réus.....	206
Tabela 60 – Distribuição do número de IPLs por existência de associação ou organização criminosa	206
Tabela 61 – Distribuição do número de IPLs em que houve interceptação telefônica	207
Tabela 62 – Distribuição do número de IPLs em que houve quebra de sigilo bancário	208
Tabela 63 – Distribuição do número de IPLs em que houve solicitação de perícia.....	209
Tabela 64 – Distribuição do número de IPLs por tipo de perícia solicitada	210
Tabela 65 – Distribuição do número de IPLs por tipo de perícia solicitada	211
Tabela 66 – Distribuição do número de investigações em que houve pedido de cooperação internacional	211
Tabela 67 – Distribuição do número de vezes em que o DRCI foi demandado no pedido de cooperação	212
Tabela 68 – Distribuição do número de vezes em que a cooperação internacional foi efetiv.	213
Tabela 69 – Distribuição do tipo de diligência realizada pela polícia de destino a pedido da autoridade policial brasileira	213
Tabela 70 – Distribuição do número de IPLs por pedido de dilação de prazo.....	215
Tabela 71 - Distribuição do número de vezes em que houve pedido de dilação de prazo.....	216
Tabela 72 – Distribuição do número de vezes em que houve mudança de presidência do inquérito.....	217
Tabela 73 – Distribuição do número de vítimas ouvidas na fase policial	218
Tabela 74 – Distribuição do número de processos em que houve abertura de inquérito por existência de denúncia	220
Tabela 75 – Distribuição do número de processos pela existência de sentença penal condenatória.....	221
Tabela 76 – Informação sobre a existência de sentença penal	221
Tabela 77 – Distribuição do número de processos pela existência de sentença penal condenatória.....	222
Tabela 78 – Distribuição do número de processos por razão do arquivamento	224

Tabela 79 – Distribuição do número de processos pela razão do arquivamento.....	224
Tabela 80 – Distribuição do número de processos por tipo de extinção da punibilidade	227
Tabela 81 – Informação sobre a existência de sentença penal condenatória.....	229
Tabela 82 – Distribuição do número de processos pela existência de sentença penal condenatória.....	229
Tabela 83 – Distribuição do número de processos pela existência de interceptação telefônica e sentença penal condenatória	230
Tabela 84 – Distribuição do número de processos pela existência de quebra de sigilo bancário e sentença penal condenatória	231
Tabela 85 – Distribuição do número de processos pela existência de pedido de dilação de prazo e sentença penal condenatória	232
Tabela 86 – Número de processos com dados de vítimas	235
Tabela 87 – Número de processos com respectiva quantidade de vítimas.....	236
Tabela 88 – Proporção de vítimas com informação de idade.....	237
Tabela 89 – Idade da vítima por UF	237
Tabela 90 – Estatísticas da idade das vítimas.....	238
Tabela 91 – Idade da vítima por UF	239
Tabela 92 – Proporção de vítimas com informação de cor ou raça.....	242
Tabela 93 – Distribuição do número de vítimas por cor ou raça e UF.....	243
Tabela 94 – Proporção de vítimas com informação do grau de instrução.....	244
Tabela 95 – Número de vítimas por grau de instrução.....	246
Tabela 96 – Proporção de vítimas com informação do estado civil.....	247
Tabela 97 – Distribuição do número de vítimas por estado civil	247
Tabela 98 – Proporção de vítimas com informação do número de filhos	248
Tabela 99 – Distribuição de vítimas em função do número de filhos	249
Tabela 100 – Proporção de vítimas com informação de estar empregada na época do aliciamento.....	249
Tabela 101 – Distribuição de vítimas em função da condição de emprego	250
Tabela 102 – Proporção de vítimas com informação sobre situação financeira	250
Tabela 103 – Distribuição do número de vítimas por renda familiar mensal.....	251
Tabela 104 – Proporção de vítimas com informação sobre sinal evidente de vulnerabilidade	252
Tabela 105 – Proporção de vítimas com existência de sinal evidente de vulnerabilidade.....	253
Tabela 106 – Sinais evidentes de vulnerabilidade.....	253

Tabela 107 – Proporção de vítimas com informação sobre emprego de violência	256
Tabela 108 – Proporção de vítimas com informação sobre emprego de grave ameaça.....	256
Tabela 109 – Proporção de vítimas com registro de emprego de grave ameaça no aliciamento	257
Tabela 110 – Proporção de vítimas com informação sobre emprego de fraude.....	257
Tabela 111 – Proporção de vítimas com registro de emprego de fraude no aliciamento.....	258
Tabela 112 – Proporção de vítimas com informação sobre a relação do aliciador com a vítima	258
Tabela 113 – Proporção de registros com informação sobre a localização da vítima.....	259
Tabela 114 – Proporção de vítimas localizadas na fase judicial.....	259
Tabela 115 – Motivos para a não localização da vítima.....	260
Tabela 116 – Proporção de vítimas com informação sobre sua pretensão.....	262
Tabela 117 – Pretensão da vítima.....	262
Tabela 118 – Tempo que o Membro ocupa cargo no MPF	268
Tabela 119 – Tempo que ocupa cargo de Delegado Federal.....	277
Tabela 120 – Tempo que o Membro ocupa cargo no Judiciário Federal	284
Tabela 121 – Grupo INQUÉRITO POLICIAL	492
Tabela 122 – Grupo MEDIDAS CAUTELARES	492
Tabela 123 – Grupo AÇÃO PENAL.....	493
Tabela 124 – Grupo RECURSOS	493
Tabela 125 – Grupo EXECUÇÃO PENAL	494
Tabela 126 – Grupo AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	494
Tabela 127 – Grupo OUTRAS CLASSES	494
Tabela 128 – Manifestações do grupo ARQUIVAMENTO	496
Tabela 129 – Manifestações do grupo BAIXA	496
Tabela 130 – Manifestações do grupo CIÊNCIA.....	497
Tabela 131 – Manifestações do grupo DENÚNCIA	497
Tabela 132 – Manifestações do grupo OUTRAS MANIFESTAÇÕES.....	498

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIAMP – Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos

CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

COJUD/MPF/GO – Coordenador da Coordenação Judiciária do Ministério Público Federal em Goiás

COP – Conferência das Partes

CP – Código penal

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

DAC/MRE – Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

DPSE/SNAS/MDS – Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ECOSOC – Conselho Econômico e Social

FIO – Federación Ibero-Americana del Ombudsman

HC – Habeas corpus

IberRED – Red Ibero-Americana de Cooperação Jurídica Internacional

ICMPD – International Centre for Migration Policy Development

IDG – Índice de Desigualdade de Gênero

IPLS – Inquéritos policiais

MC – Medidas cautelares

MPE-GO – Ministério Público do Estado de Goiás

MPF – Ministério Público Federal

NETPs – Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

PGR – Procuradoria Geral da República

PNETP – Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

PRDC – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

PROVITA – Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas

R – Recursos

REMPM – Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul

SCI – Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas

SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais

SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos

SIT/TEM – Secretaria de Inspeção do Trabalho

SJC – Sistema de Justiça Criminal

SNJ – Secretaria Nacional de Justiça

SPDE – Serviço de Proteção ao Depoente Especial

SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

STF – Supremo Tribunal Federal

TRFs – Tribunais Regionais Federais

TRF 1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TRF 2 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

TRF 3 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

TRF 4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

TRF 5 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região

UK – “United Kingdom”

UNODC – Escritório Contra Drogas e Crime das Nações Unidas

VIVA/SINAN – Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
1 UM MAPEAMENTO DO CAMPO DE PESQUISA.....	24
2 OBJETIVOS.....	29
3 ABORDAGEM ORGANIZACIONAL E PREMISSAS DECISÓRIAS NOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO AO TSH.....	31
3.1 MARCO TEÓRICO PARA A ANÁLISE E OBJETIVOS.....	33
3.2 CONFLITOS E ARTICULAÇÃO DE INTERESSES NOS PROCESSOS DE TRÁFICO DE PESSOAS.....	35
3.2.1 As premissas decisórias, premissas finalísticas e a cultura organizacional.....	35
3.2.2 Interações organizacionais: a comunicação por meio de códigos e programas...	38
3.2.3 Um pretexto para o controle migratório: as premissas ocultas.....	40
3.3 AS REDES DE COOPERAÇÃO.....	45
4 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	49
4.1 OS PARÂMETROS E A JUSTIFICATIVA DE DELIMITAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL DO UNIVERSO DE FEITOS PARA A PESQUISA QUANTITATIVA INICIAL.....	51
4.2 AS FASES DA PESQUISA E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	54
4.2.1 As fases quantitativa e qualitativa.....	54
4.2.1.1 A primeira fase: pesquisa quantitativa do ÚNICO.....	55
4.2.1.2 A segunda fase: pesquisa quantitativa na Justiça Federal.....	55
4.2.1.3 A terceira fase: justificativa para a escolha qualitativa dos processos.....	56
4.2.2 As soluções aplicadas nas dificuldades e lacunas dos dados fornecidos para as análises estatísticas.....	61
CAPÍTULO 1 – DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE PENAL.....	63
1.1 O QUE É POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS?.....	63
1.1.1 O processo de internacionalização de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o desenho das políticas públicas no Brasil.....	76

1.1.2 O impacto das Convenções nos desenhos institucionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas.....	78
1.2 A ARTICULAÇÃO NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS: ARRANJOS HÍBRIDOS E TEMPORÁRIOS.....	81
1.2.1 Os arranjos temporários.....	83
1.2.2 Os arranjos híbridos.....	84
1.3 A EVOLUÇÃO DA RELEVÂNCIA DO CONSENTIMENTO DA VÍTIMA.....	88
1.3.1 O consentimento nos Tratados e seu reflexo no artigo 149-A do Código Penal do Brasil: avanço ou retrocesso?.....	88
1.3.2 <i>Abolitio criminis</i> na pesquisa de campo: qual o programa condicional a respeito do consentimento que orienta os tribunais?.....	97
1.3.3 Eleição de prioridade: pistas sobre a cultura organizacional dos atores envolvidos na Cooperação Jurídica Internacional nos processos de tráfico de pessoas.....	101
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103

CAPÍTULO 2 – O FLUXO DE PROCESSOS NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA E NOS TRIBUNAIS: O QUE AS ESTATÍSTICAS E OS ESTUDOS DE CASO MOSTRAM?.....106

2.1 AS BASES DE GERENCIAMENTO DE DADOS DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	107
2.1.1 O Sistema ÚNICO do MPF.....	108
2.1.1.1 Dados fornecidos: inconsistências da base de dados e método de solução aplicado.....	110
2.1.1.2 A distribuição dos autos por Unidade da Procuradoria da República.....	110
2.1.1.3 A distribuição por classes de acordo com as Procuradorias.....	114
2.1.1.4 O número de autos por Procuradoria e a efetividade da jurisdição: a estrutura é realmente determinante para um resultado satisfatório?.....	118
2.1.1.5 Em que momento os Procuradores da República são mais demandados nas investigações sobre tráfico de pessoas?.....	119
2.1.1.6 Análise dos inquéritos concluídos: proporção de denúncias e arquivamentos.....	121
2.1.1.7 Análise dos inquéritos concluídos: tempo entre a autuação e a conclusão.....	128
2.1.2 O Sistema de dados dos Tribunais Regionais.....	140
2.1.2.1 Análise das respostas ao questionário de fluxo de processos (Apêndice A).....	143

2.1.2.2 O tempo entre a denúncia e sentença.....	151
2.1.2.3 Interações entre Ministério Público e Judiciário: correlação entre denunciados e condenados e coeficientes de divergência entre as Instituições.....	155
2.1.2.4 O tempo entre a sentença e o recebimento do recurso interposto.....	159
2.1.2.5 O tempo entre o recebimento do recurso e seu julgamento.....	162
2.1.2.6 O tempo entre denúncia e trânsito em julgado; tempo entre sentença e trânsito em julgado.....	164
2.1.2.7 As decisões dos TRFs em matéria de enfrentamento ao tráfico de pessoas.....	169
2.2 ESTUDO DE CASOS.....	172
2.2.1 A cooperação policial Brasil x Suíça: uma decisão contrária às premissas decisórias.....	173
2.2.2 Caso Tarantela: tráfico de travestis para a Itália.....	185
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191

CAPÍTULO 3 – PECULIARIDADES DO FLUXO DE PROCESSOS NAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS SELECIONADAS PARA A PESQUISA.....195

3.1 A PESQUISA DE CAMPO QUALITATIVA.....	195
3.2 OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS PROCESSOS PARA ANÁLISE QUALITATIVA DE CAMPO A PARTIR DA PESQUISA QUANTITATIVA.....	196
3.2.1 Obtenção de dados.....	198
3.2.2 Divisão em fases.....	200
3.2.2.1 Análise dos dados obtidos na pesquisa qualitativa de campo (fase policial).....	201
3.2.2.1.1 Técnicas especiais de investigação: a quebra de sigilo bancário e telefônica são imprescindíveis em se tratando de tráfico de pessoas?.....	206
3.2.2.1.2 Organizações polifônicas e cooperação para o enfrentamento ao tráfico.....	208
3.2.2.1.3 O tempo na investigação: dilações de prazo e a alteração de presidência.....	215
3.2.2.1.4 Um olhar estatístico sobre as vítimas.....	218
3.2.2.2 Análise dos dados obtidos na pesquisa qualitativa de campo (fase processual)....	219
3.2.2.2.1 Relações entre inquérito, denúncia e sentença penal.....	220
3.2.2.2.2 Motivações de arquivamento.....	224
3.2.2.2.3 A correlação investigação/condenação.....	229
3.2.2.3 A Vítima em perspectiva: o perfil da vítima nos processos.....	233
3.2.2.3.1 A obtenção dos dados.....	235
3.2.2.3.2 A idade das vítimas.....	237

3.2.2.3.3 Outros dados nos processos das pessoas expostas ao tráfico.....	241
3.2.2.3.4 O contexto econômico e familiar das vítimas.....	248
3.2.2.3.5 A vulnerabilidade, violência ou grave ameaça às vítimas.....	252
3.2.2.3.6 A localização das vítimas na fase judicial.....	259
3.2.2.3.7 O incentivo à viagem da vítima.....	262
3.3 RELAÇÕES INTRAINSTITUCIONAIS E ENTRE AS ORGANIZAÇÕES DE PERSECUÇÃO PENAL.....	264
3.3.1 As narrativas dos Procuradores da República.....	267
3.3.1.1 Dados técnicos dos Procuradores.....	268
3.3.1.2 A efetividade da cooperação na visão do MPF.....	269
3.3.1.3 A vulnerabilidade das vítimas nos processos na visão do MPF.....	270
3.3.1.4 O que é preciso para um processo mais efetivo?.....	271
3.3.1.5 Os pontos de afinamento e distanciamento interinstitucional.....	274
3.3.2 As narrativas dos Delegados Federais investigadores.....	276
3.3.2.1 Dados técnicos dos Delegados entrevistados.....	277
3.3.2.2 O que é preciso para um processo mais efetivo?.....	278
3.3.2.3 Os pontos de afinamento e distanciamento interinstitucional.....	282
3.3.3 As narrativas dos Magistrados Federais.....	283
3.3.3.1 Dados técnicos dos Magistrados.....	284
3.3.3.2 A cooperação internacional na visão dos Magistrados.....	285
3.3.3.3 A vulnerabilidade das vítimas nos processos.....	287
3.3.3.4 O que é preciso para um processo mais efetivo?.....	291
3.3.3.5 Os pontos de afinamento e distanciamento interinstitucional.....	295
3.4 AS ROTAS DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS A PARTIR DO BRASIL.....	299
3.4.1 A rota Brasil para o Suriname e Guiana Francesa.....	299
3.4.2 As rotas a partir do Sul, Sudeste e Nordeste.....	303
3.4.3 A rota a partir do Centro-Oeste.....	306
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	309
CONCLUSÃO.....	313
1 PREMISSAS DECISÓRIAS.....	313
2 REDES E GOVERNANÇA.....	320
3 PROPOSIÇÕES.....	322

REFERÊNCIAS.....327

APÊNDICE.....348

INTRODUÇÃO

1 UM MAPEAMENTO DO CAMPO DE PESQUISA

A experiência desde o ano de 2004 na Polícia Federal, coordenando operações¹ no intuito de repressão ao tráfico internacional de pessoas, nos despertou a necessidade de estudos no campo da cooperação jurídica internacional, objetivando o enfrentamento ao crime, já tratada em mestrado com tema voltado para a sua análise.

Não obstante, a realização de cursos no exterior e de palestras no Brasil, conjugadas com a observação do resultado das investigações realizadas com as organizações que compõem o Sistema de Justiça Criminal – Justiça Federal, Ministério Público Federal (MPF) e do Departamento de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça (DRCI/MJ) – nos procedimentos criminais trouxeram inquietações quanto à carência de estudos direcionados a uma análise da atuação dessas organizações nessa importante área de cuidado aos Direitos Humanos, a qual poderia ser realizada com amostragem crítica de dados empíricos colhidos nos inquéritos e processos criminais.

A pesquisa para a satisfação dessa lacuna era imperiosa, eis que estudos preliminares demonstram a ausência de obtenção e tratamento de dados empíricos visando a análise do campo das organizações envolvidas no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Um histórico cronológico detalhado de pesquisas no campo do tráfico de pessoas demonstra a novidade de elaboração do presente trabalho em face da inexistência de estudos envolvendo o tráfico de pessoas sob o enfoque da análise sistêmica das organizações.

Há pesquisas importantes na área, como a realizada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), composta de entrevistas semiestruturadas, estudos de casos, análise de 86 inquéritos da Polícia Federal, 68 processos da Justiça Federal e 276 reportagens jornalísticas. Realizada no ano de 2002, a pesquisa trouxe um “raio x” conclusivo da idade das vítimas, além de fazer o mapeamento das modalidades de exploração sexual por região do país e estabelecer as rotas internacionais de tráfico a partir de cada Estado² (LEAL; LEAL, 2002).

¹ O vocabulário escolhido pela Polícia Federal para nominar sua atividade investigativa supõe, por ela mesma, uma complexa e enfeixada rede de alocação de recursos humanos e aparato tecnológico, visando a repressão à atividade criminosa. A par disso, o nome “operação”, utilizado rotineiramente por aquele Departamento, é um “topoi” que ganhou foro midiático e sua “engenharia” de construção denota algo mais que uma união coordenada de inteligência e tecnologia; o vocábulo se presta a uma autorreferência da organização, concedendo-lhe a expertise tática de guerra estratégica às autoridades policiais.

² O resultado desta pesquisa é confrontado no item 3.2.2.2 da tese.

Um esforço para se construir o perfil da vítima do tráfico de pessoas foi o I Diagnóstico Sobre o Tráfico de Seres Humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará, feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), no qual foram analisados 14 inquéritos da Polícia Federal e 22 processos da Justiça Federal em andamento entre 2000 e 2003, englobando São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo, realizada no ano de 2004³ (COLARES, 2004).

Há também uma pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), em convênio com o Escritório Contra Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC), com vistas a traçar o perfil socioeconômico das mulheres e transgêneros deportadas ou não admitidas que chegam no Aeroporto de Guarulhos (SP), apreender as motivações que as conduziram a realizar a viagem e esquadriñar os eventos em torno da deportação, realizada no ano de 2005, e que se cingiu ao Estado de São Paulo⁴ (SNJ, 2005).

Já no ano de 2006, a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), desta vez em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizou pesquisa com registro de observações nos diários de campo dos pesquisadores e 73 entrevistas com deportados e inadmitidos no Aeroporto Internacional de São Paulo, com vistas a apreender dinâmicas vinculadas ao tráfico internacional de pessoas entre brasileiros deportados ou não admitidos em outros países⁵ (SNJ; OIT, 2007).

Em relatório global do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), elaborado em 2009, o tráfico de pessoas na modalidade de exploração sexual, objeto desta pesquisa de doutorado, também é mencionado. O relatório é regionalizado, trazendo pesquisa por regiões do globo como norte da África, África Central e Oeste, América Central, América do Norte, Leste Europeu e outras. Em relação ao Brasil, a pesquisa não apresenta grandes novidades, já que se aproveita de dados da Polícia Federal citados no relatório de “Atuação do Departamento de Polícia Federal no combate aos crimes violadores dos direitos humanos” (BRASIL, 2016), sobre o qual se discorre no item 1.3.3.

No âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Justiça elaborou relatório de consolidação de dados sobre o Tráfico de Pessoas com referência temporal de 2005 a 2011. Utilizando-se do método da triangulação (entrevista, revisão de entrevistas e dados quantitativos ou qualitativos), a equipe encarregada montou base de dados e, aproveitando-se de um processo indutivo de análise de conteúdo, categorizou os dados de acordo com vítimas,

³ O resultado desta pesquisa é confrontado nos itens 3.2.2.2.2 quanto aos motivos do arquivamento de casos e no item 3.2.2.3.2 quanto ao perfil das vítimas.

⁴ A conclusão desta pesquisa foi trazida à discussão no item 3.2.2.3.2 deste trabalho.

⁵ A pesquisa apontou resultados que são objeto de confronto com a pesquisa desta tese, item 3.2.2.3.3.

país em que foram encontradas, perfil da vítima, modalidade do tráfico de pessoas, ocorrências, processos, inquéritos, indiciados e presos (BRASIL, 2012). Após esbarrar em dificuldades de obtenção de dados, quantificou o número de vítimas de acordo com a modalidade de exploração (sexual ou trabalho escravo, em sua maioria) e obteve uma distribuição do número de vítimas de acordo com o país de destino, a partir do Brasil, e quantificou o número de indiciados e presos no período temporal anteriormente delimitado⁶.

A busca por pesquisas já realizadas na área do enfrentamento ao tráfico que envolvesse dados empíricos demonstrou a existência de um estudo a cargo de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil. Por meio de metodologia qualitativa e quantitativa, foi analisado o grau de articulação e interação entre as ações governamentais e não governamentais responsáveis pelo enfrentamento ao tráfico de pessoas, cingindo-se as capitais da Região mencionada e tendo como limite temporal o ano de 2012. A pesquisa qualitativa apresentou o resultado de 56 questionários aplicados em organizações de atendimento, repressão e responsabilização do tráfico de pessoas, além de examinar as limitações e as potencialidades das bases sobre o assunto existentes no Brasil, destacando as deficiências das bases de dados e casos de subnotificação (UFMG, 2012).

Em 2014, a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) elaborou o Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (dados de 2013), compilando dados da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (DAC/MRE), do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (VIVA/SINAN), Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (DPSE/SNAS/MDS), da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/TEM) e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), além de outros. Observa-se que a maioria dos casos de tráfico abrange a modalidade internacional para fins de exploração sexual (134 casos, correspondendo a 39,41%), seguida daquela para fins de exploração sexual interno (86 casos, correspondendo a 25,29%). O relatório, contudo, não se referiu a uma análise do fluxo do

⁶ O resultado desta pesquisa é explorado no item 2.1.2.2 desta tese, quando comparamos o tempo entre a denúncia e a sentença no fluxo de processos.

Sistema de Justiça Criminal, sendo uma lacuna importante a ser suprido com o objeto desta tese⁷.

Colhendo pesquisas já realizadas, encontramos no sítio da *Harvard Kennedy School* o seguinte “achado”: trata-se de estudo empírico que mostra as causas determinantes do tráfico de pessoas. A pesquisa abrange o período de 1995 a 2010 e sugere que o tráfico de pessoas compartilha motivos para uma migração econômica, além de ser uma referência para estudos futuros que se enveredem nas circunstâncias específicas do tráfico de seres humanos, oferecendo relevância para políticas públicas na área (CHO, 2015a).

No ano de 2016, o Departamento de Polícia Federal elaborou o relatório de “Atuação do Departamento de Polícia Federal no combate aos crimes violadores dos direitos humanos”, realizado a partir de informações do Sistema Nacional de Procedimentos (SINPRO) e do Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC), mostrando os dados estatísticos relativos aos crimes violadores dos Direitos Humanos combatidos pela Polícia Federal no Brasil, com pesquisa dos procedimentos com indiciamentos realizados entre 2005 e 2015 e, também, todos os procedimentos instaurados entre os anos de 2005 e 2015 (BRASIL, 2016). O relatório toma por base os procedimentos internos da Polícia Federal, principalmente com os indiciamentos realizados, demonstrando o perfil dos aliciadores. Entretanto, não foca o perfil das vítimas, ante a inexistência de banco de dados interno de colheita de elementos quando das oitivas das vítimas, além de ressaltar em seu bojo que os dados dos anos mais recentes podem estar incompletos, em função da realidade nas rotinas de inclusão das informações no Sistemas SINIC dentro das conjunturas locais (de cada unidade da Polícia Federal e das órgãos conveniados), sendo meramente empírico e sem marco teórico⁸.

O Departamento de Estado dos Estados Unidos, em relatório sobre o tráfico de pessoas, situou os Estados Unidos, Chile e Colômbia entre os países do chamado grupo 1, que cumprem em sua totalidade os compromissos de combater e prevenir o tráfico de pessoas. Outros países se situaram no chamado grupo 2, classificados como aqueles que não cumprem seus compromissos de combater o tráfico em sua totalidade, apesar de esforços significativos; são eles: Brasil, Argentina, República Dominicana, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai (EUA, 2018a). Já o grupo 3 indica países que não estão totalmente comprometidos com padrões mínimos, ou que não fazem esforços significantes, como é o caso de Cuba, Libéria e Suriname. O relatório, intitulado *Trafficking in Persons*

⁷ O resultado da pesquisa do SNJ é trazido, para fins de análise com a pesquisa desta tese, nos itens 3.2.2.2.1 e 3.2.2.3.3, os quais se referem ao percentual de denúncias por cada Estado objeto da fase qualitativa e do perfil das vítimas.

⁸ Os dados deste relatório são objeto de confronto em nossa pesquisa, no item 3.2.2.2.1.

Report, 2016, divulgado anualmente, é a principal ferramenta diplomática do governo dos EUA para engajar governos estrangeiros no combate ao tráfico de pessoas (EUA, 2018b). O grupo 1, entretanto, não indica que o país não tenha nenhum problema ligado ao tráfico de pessoas. Ao contrário, essa classificação indica que o “governo reconheceu a existência do tráfico humanos, fez esforços para resolver o problema e está em conformidade com os padrões mínimos” (EUA, 2018c, p. 1).

Em 2019, verifica-se a publicação de uma pesquisa empírica por Marisa Silvana Tarantino frente à racionalidade formal da política criminal de enfrentamento ao tráfico, iniciada com a Lei Argentina 26364/2008. A pesquisa relata um efeito incompatível com os propósitos da referida lei: a considerável representação feminina nos processos de criminalização secundária do delito, o que vai de encontro ao seu objetivo de lograr maior proteção às mulheres⁹ (TARANTINO, 2019).

Para além desses trabalhos, tem-se ainda estudos pontuais, como o realizado pela Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude com 73 (setenta e três) entrevistas qualitativas de pessoas atendidas no Posto de Atendimento Humanizado aos Migrantes no Aeroporto Internacional de São Paulo, dessa vez, no ano de 2007. Entre os achados, conclui-se que “a detenção nos aeroportos europeus atinge tanto potenciais migrantes irregulares como turistas, combinando critérios de classe, gênero e ‘cor’” (SNJ; OIT, 2007, p. 118).

Cite-se, ainda, a Pesquisa Trinacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname, em que foram realizadas 36 e 21 entrevistas qualitativas no Brasil e na República Dominicana, respectivamente, com mulheres, famílias de mulheres, organizações não governamentais, organizações governamentais e comunidade no ano de 2008 (HAZEU, 2008). Essa pesquisa chegou à conclusão, entre outras: a) da necessidade de um fundo para cobrir despesas de retorno e apoio de mulheres enviadas à exploração sexual; b) a necessidade de realização de investimento financeiro, inclusive no “grupo de mulheres que retornaram para se tornar agentes de trabalho educativo para mulheres vítimas do tráfico protagonizado por mulheres que já foram vítimas também (educação de pares)” (SODIREITOS; GAATREDLAC, 2008, p. 188), fortalecimento e comunicação entre as organizações não governamentais que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas (SODIREITOS; GAATREDLAC, 2008).

⁹ Por ser pertinente, o resultado deste trabalho é comentado no item 3.2.2 desta pesquisa.

Tem-se, também, a pesquisa realizada pelo International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), no ano de 2011, com vistas a analisar o tráfico de seres humanos do Brasil para a União Europeia, especialmente Portugal e Itália, em que foram feitas 29 entrevistas com atores estratégicos do enfrentamento ao tráfico de pessoas e pesquisadores (ICMPD, 2011), trazendo os seguintes indicadores em relação às vítimas: “baixa escolaridade, expectativas reduzidas de mobilidade social e faixa etária entre 20 e 30 anos” (ICMPD, 2011, p. 16); “fortes sinais de estigmatização e discriminação em relação aos transexuais traficados” (ICMPD, 2011, p. 16), sustentando a ideia de que a única forma de garantir uma remuneração razoável é por meio da prostituição, quando se é transexual. O relatório deixa claro “que nem todos os casos de brasileiros envolvidos no mercado do sexo podem ser definidos como sendo casos de tráfico de seres humanos” (ICMPD, 2011, p. 16).

Os achados das pesquisas indicam que o tráfico de pessoas é um fenômeno de características peculiares e com identidade própria, capaz de atrair a atenção internacional em virtude de interesses diversos da preservação da liberdade e da integridade física e moral das pessoas expostas à exploração. Apontam causas econômicas em sua raiz, requerendo políticas públicas voltadas à prevenção, repressão e apoio aos que, de qualquer forma, estejam ou se achem na iminência de serem envolvidos (estado de perigo). Para isso, contando com o apoio da sociedade organizada em razão da incapacidade do Estado em atuar sozinho em todas as frentes, podendo ser estudado à luz das interações organizacionais de todos os atores que participam nas diversas etapas dessas políticas públicas.

2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral: identificar, a partir de dados colhidos empiricamente em campo, com técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa, o fluxo de processos de tráfico internacional de pessoas nas Cortes Federais e analisa-lo de acordo com as premissas decisórias de cada uma das organizações envolvidas na persecução penal desse delito, averiguando as divergências desfavoráveis a um perfeito acoplamento de tais estruturas investigativas. Para tanto, o estudo serve-se não somente de análises estatísticas comparativas, por exemplo, do tempo entre denúncia e sentenças em cada dos Tribunais Federais (intersistêmica), mas também entre o percentual entre a reforma ou não de sentenças em segundo grau de jurisdição de um mesmo Tribunal (intrasistêmica).

Para alcançar o objetivo geral, foram adotados métodos diversos de pesquisa, empregados em mais de um capítulo, de forma a articular uma ampla revisão bibliográfica

com dados empíricos colhidos de inquéritos e ações penais nas fases quantitativas e qualitativas.

A técnica do fluxo do sistema de justiça, que consiste em observar o Sistema de Justiça Criminal (SJC) a partir das decisões produzidas pelas organizações que nele atuam, identifica as incoerências, lacunas e retrabalhos (nocivas) em todas as fases do processamento do inquérito e da ação penal. A tese oferece, então, um fim útil, de análise, de acordo com a amostragem dos dados colhidos em processos em campo, visando que a crítica de atuação das organizações possibilite uma visão macro dos processos por tráfico de pessoas, podendo auxiliar na definição de políticas públicas para a área.

Noutro giro, um diagnóstico dos processos de persecução penal na luta contra o tráfico humano no sistema de justiça criminal federal do Brasil evidencia as divergências dos elementos componentes da caracterização do tráfico de pessoas entre as organizações incumbidas da apuração do crime e suas relações intersistêmicas, fazendo-nos compreender a maneira de abordagem e a seletividade que são dadas pela Polícia, Ministério Público e Judiciário na configuração ou não do crime. Os processos são analisados, neste trabalho, em número, para sua melhor compreensão, com o emprego de metodologia apropriada e da teoria sistêmica.

Os objetivos específicos visam uma análise do material de campo com o uso da teoria das organizações: quantificar, em números e graficamente, a quantidade de procedimentos investigativos e ações penais em andamento, por Estado e por ano, no período de 2004 a 2015, as origens dos procedimentos, com a análise de divergência de atuação entre MPF e PF; quantificar, em números e graficamente, o tempo de duração dos procedimentos investigativos (inquéritos), desde o seu cadastramento junto ao MPF, até o relatório pela autoridade policial, também no período de 2004 a 2015, por Região do país e o tempo de duração das ações penais em primeira e segunda instâncias, e suas causas de arquivamento, criticando as divergências entre as organizações (perspectiva intersistêmica) e no interior destas em relação a cada uma das regiões analisadas (perspectiva intrasistêmica); quantificar, em números e graficamente, as denúncias oferecidas e o quantitativo de inquéritos arquivados, no período de 2004 a 2015, e de condenações e absolvições por Seção Judiciária e Tribunal Federal, em relação às denúncias oferecidas pelo MPF, no período de 2004 a 2015, buscando as divergências entre as organizações e as premissas decisórias que conduziram às suas atuações.

Paralelamente, mediante a aplicação de um questionário específico para os processos analisados, diversas características das vítimas na época de seu aliciamento, como idade,

emprego, renda familiar, situação familiar (estado civil e existência de filhos), uso de ameaça, fraude ou coação foram catalogadas para a construção de uma estatística que visasse a traçar o seu perfil.

Essa análise intersistêmica pressupõe explicitar as ferramentas da governança em redes utilizadas pelas organizações no enfrentamento ao tráfico de pessoas a fim de se compreender os “arranjos” elaborados para seu enfrentamento, com exploração de suas características para que, ao final do processo, se consiga uma leitura crítica do movimento processual e o feixe de relações de poder que atuam para aquilo que se denominou chamar de “enfrentamento ao tráfico de pessoas” no Brasil, cuja motivação de alguns países não foi principal e totalmente o resguardo da dignidade da pessoa humana.

Os objetivos gerais e específicos surgem de um problema ligado à atuação das organizações relacionadas ao enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas, o qual pode assim ser descrito: na modelagem institucional idealizada para o controle penal do tráfico internacional de pessoas, como atuam as organizações diretamente envolvidas: Ministério Público Federal, Judiciário e Polícia Federal? Ou, de forma simplificada, como se implementa a persecução penal nos processos por tráfico internacional de pessoas? O problema sugere adentrar no campo investigativo do tráfico de pessoas, em colheita e análise de dados afetos à atuação de cada um desses atores, como: número de inquéritos e divergências mostradas pelo número de denúncias, tempo entre denúncia e condenação, número de denunciados e condenados, absolvições/condenações mantidas nas instâncias superiores, por exemplo, o que é melhor explicado na metodologia deste trabalho.

Alerte-se de que, embora exista tráfico interno de pessoas em países com dimensões territoriais consideráveis, este estudo não está voltado a esse nicho específico, podendo tangencia-lo apenas quando praticado em conexão com o tráfico internacional de pessoas. Outras pesquisas já realizadas dedicaram-se a uma análise de correlação entre o tráfico interno e o tráfico internacional (SACCO, 2006).

3 ABORDAGEM ORGANIZACIONAL E PREMISSAS DECISÓRIAS NOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO AO TSH

O fluxo de justiça dos processos do Sistema de Justiça Criminal (SJC) no enfrentamento ao tráfico de pessoas, como em outros delitos, pode ser assim descrito: ao

tomar conhecimento de um fato delituoso¹⁰, a polícia judiciária toma uma decisão, premida por balizas previamente estabelecidas, gerando, em regra, um inquérito policial. Com o encerramento das investigações, havendo ou não indiciamento que é privativo do Delegado de Polícia Federal, o qual não é uma premissa condicional para o Ministério Público Federal, pode ser encetada a ação penal através do oferecimento de denúncia. Em seguida, caberá ao Magistrado Federal responder à irritação externa em virtude da denúncia oferecida, rejeitando-a ou recebendo-a; caso recebida, segue-se o fluxo de justiça e ocorre o nascimento da ação penal (SAPORI, 2007; OLIVEIRA, 2018).

As trocas de acusações mútuas de ineficiência e desorganização entre os atores do Sistema de Justiça Criminal (SJC) nas últimas décadas despertaram o interesse pelo estudo do subsistema de jurídico penal aplicado às diversas modalidades delitivas (MACHADO, 2014). A presente tese volta-se à compreensão do fluxo de processos de justiça, permitindo visualizar as nuances do enfrentamento mediante a análise das decisões dos atores (Polícia, Ministério Público e Justiça) que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas; “o campo de estudos organizacionais é um dos mais prolíficos na área das ciências sociais” (MACHADO, 2014, p. 23).

Acredita-se que o “olhar clínico” do andamento e das decisões dos processos revelará se esses atores atuam a partir de lógicas distintas e que pautas orientam suas dinâmicas internas. Após a constituição dos conceitos de interações organizacionais e de governança em redes, nos próximos pontos, tem-se a expectativa de que a análise dos dados colhidos demonstrará que, se as primeiras (interações) não precedem a segunda (governança), haverá incoerências, lacunas e retrabalho (hipótese da tese), práticas nocivas à teoria organizacional sistêmica.

Nesse ponto, passamos a refinar os conceitos básicos de importância à compreensão da tese, além de situar o direito como sistema social funcionalmente orientado à garantia de expectativas normativas por meio da programação decisória (item 3.1). Em seguida, após fixar o marco teórico da pesquisa no item 3.1, passaremos a uma análise teórica de construção de elementos que auxiliarão à interpretação dos dados colhidos em campos no item 3.2 e 3.3, obedecendo, neste último, a uma sequência lógica entre organizações, governança, redes e *accountability*.

¹⁰ As formas de comunicação dos fatos à Polícia Judiciária serão objeto da pesquisa empírica ao longo desta tese. Entre elas, estão desde a notícia crime de pessoa não identificada como vítima, até fatos gerados pelo conhecimento de outras investigações em curso.

3.1 MARCO TEÓRICO PARA A ANÁLISE E OBJETIVOS

O modelo sistêmico de Luhmann aplicado à análise sociológica recupera parte da tradição social, incorporando outras disciplinas como a biologia (MATURANA; VARELA, 2008; MACHADO, 2012), reorientando o foco para a comunicação à compreensão do que possibilita a ordem social, a qual assume centralidade como categoria analítica. Segundo o modelo sistêmico, a comunicação somente é possível pela redução da complexidade no encontro entre *Ego* e *Alter* em face da dupla contingência, conceito que remonta ao não é necessário nem possível (MACHADO, 2012). A comunicação, assim, é a grande chave do sistema luhmanniano, formando estruturas de pré-seleção de comunicações possíveis ao sistema.

A Teoria Sistêmica de Luhmann, trabalhando com o sistema do direito e o sistema da sociedade, compreende a comunicação juridicamente orientada como realização da sociedade, elaborando uma sociologia com direito na busca dos princípios primeiros e supremos da ordem social, analisando a sociedade como um dinamismo de Formas de comunicação (LUHMANN, 2016; SILVA, 2016).

Luhmann (2016) realiza o estudo das organizações através de suas comunicações, expressas em decisões, criando um enlace operativo entre a decisão anterior e a subsequente, que se estabiliza com os meios simbolicamente generalizados.

O ponto de partida para a análise do material colhido em campo é a teoria funcional sistêmica de Luhmann, cujo direcionamento é a análise das comunicações, as quais se expressam em processos decisórios de um sistema juridicamente programado. Para o autor, o sistema jurídico é um sistema “que se auto observa e se descreve, e, portanto, desenvolve suas próprias teorias, procedendo de modo ‘construtivista’” (LUHMANN, 2016, p. 32).

A auto-observação possibilita dizer que o sistema jurídico é autorreferente, determinando dizer o que faz parte e o que não faz parte da sua comunicação; “a proposta sistêmica, ao privilegiar a comunicação, sinaliza nesta direção pois a identidade organizacional relaciona-se aos processos de autodescrição e auto-observação organizacionais” (MACHADO, 2014, p. 22).

A identidade organizacional, por sua vez, pode ser definida “como o conjunto de códigos sociais (cultura) e regras que orientam as expectativas sobre o desempenho das organizações” (MACHADO, 2014, p. 34).

Os sistemas sociais jurídicos são distintos dos indivíduos e produzem e reproduzem comunicações mediante a absorção de estímulos do ambiente e tradução em códigos

(legal/ilegal, livre/preso, etc.) próprios; “o código, em comparação a “comando”, deixa aberta a questão das fontes de validade, pois a fonte de validade do direito é, como vimos, o próprio sistema jurídico” (LUHMANN, 2016, p. 220).

O sistema autopoietico¹¹ caracteriza-se pela retroalimentação, em que cada decisão alimenta outras decisões; “todas as decisões referem-se a decisões anteriores na frente de decisões futuras e são referidas por outras decisões”¹² (SEIDL, 2003, p. 129). Cada operação deve conectar-se à operação anterior (MACHADO, 2014). No conceito da comunicação organizacional, Luhmann explica que a comunicação organizacional é “autorreferente”, evoluindo a partir de espaços de liberdade internos ao se desacoplar do entorno (SILVA, 2016).

A diferenciação funcional¹³ indica que os sistemas se especializam para atender às expectativas do entorno em um processo de adaptação à complexidade do sistema (LUHMANN, 1983). Nos processos de cooperação internacional, por exemplo, de importância para esta pesquisa, o sistema jurídico estrutura artefatos com modelos próprios para o trânsito das comunicações aceitas entre países que mutuamente cooperam.

A tese ora desenvolvida pode ser descrita como uma observação de segunda ordem, pois pretende mapear como o sistema jurídico observa a si próprio a partir das decisões organizacionais no enfrentamento ao tráfico de pessoas (GARCIA, 2014; OLIVEIRA, 2018), o que é denotado também pela análise dos atores envolvidos no sistema de justiça criminal sobre os outros, inclusive mediante a realização de entrevistas durante a pesquisa qualitativa de campo.

Ao converter incerteza em risco, as decisões sugerem novas possibilidades¹⁴, as quais podem dar origem a novas decisões¹⁵. A cada decisão corresponde uma nova incerteza,

¹¹ As decisões apresentam-se como forma de sua comunicação das organizações que, por sua vez, podem ser definidas como sistemas autopoieticos que produzem decisões em processo de retroalimentação (LUHMANN, 2010; LUHMANN, 1997; MACHADO, 2014). Os processos de mudança podem configurar uma autopoiese do sistema. O conceito de autopoiese não foi concebido por Luhmann, mas desenvolvido a partir da base biológica trazida pelo chileno Maturana (1969), que a utiliza para descrever o processo de reprodução celular, que é feita a partir de elementos próprios de comunicação estruturalmente acoplados, não havendo biologicamente “transmissão de informação” (SILVA, 2016, p. 79).

¹² Tradução livre de: “every decisions refers to previous decisions na forward to future decisions and is itself referred to by other decisions”.

¹³ “O ponto central na teoria sistêmica é a diferenciação dos sistemas sociais autopoieticos na sociedade contemporânea” (MACHADO, 2014, p. 37).

¹⁴ Em se tratando de desapontamentos, o sistema jurídico conta com expectativas normativas, estabilizando-o (LUHMANN, 1983).

¹⁵ Opondo-se ao modelo *weberiano*, a teoria sistêmica de Luhmann ocupa-se das maneiras de conexão entre as formas organizacionais, analisando-as tanto sob o ponto de vista interno, quanto sob o ponto de vista externo, este último considerando-se as formas de suas comunicações, as quais se dão através de decisões.

gerando contingenciamento do sistema. Aumenta, então, a complexidade do sistema com estruturas, visando estabilizar as expectativas (LUHMANN, 1983).

O aumento da complexidade e das diferenciações sociais forçam as normas às mudanças desejadas, fazendo variar as estruturas normativas, o que pode ser visto como conquista das sociedades modernas (LUHMANN, 1983; OLIVEIRA, 2018).

3.2 CONFLITOS E ARTICULAÇÃO DE INTERESSES NOS PROCESSOS DE TRÁFICO DE PESSOAS

A tipificação penal do tráfico internacional de pessoas impõe a possibilidade de que o *iter criminis* (cogitação, preparação, execução, consumação e exaurimento) do delito possa ocorrer em diversos locais do globo terrestre, exigindo das organizações envolvidas na prevenção e no enfrentamento mais que a cooperação jurídica internacional; é preciso a formação de rede de cooperação jurídica internacional (MACHADO; VIEIRA, 2016; FERREIRA; MAROSINI, 2014). Nesse processo entrelaçado de permuta de informações, que se baseia em comunicações de cada uma das organizações, aparecem programas, nem sempre semelhantes, que orientam a tomada de decisões. Tais programas são objeto de estudo nos próximos pontos.

3.2.1 As premissas decisórias, premissas finalísticas e a cultura organizacional

O direito, como reconhecimento de um processo decisório, sujeito à argumentação e demonstração (LUHMANN, 1983; 1985), faz dele o resultado de decisões juridicamente programadas, orientadas por premissas decisórias.

Entre as premissas decisórias, destacam-se os programas, o pessoal, os canais de comunicação (MACHADO, 2014, p. 38) e as autodescrições, quando propiciam guias para operações concretas^{16,17} (SEIDL, 2003); os programas, por sua vez, classificam-se em programas condicionais (orientados pelo “input”) e finalísticos (orientados pelo “output”) (LUHMANN, 2010; MACHADO, 2014) que, por sua importância para este trabalho, serão aprofundados.

¹⁶ O roteiro prático para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, constante da página interna da Coordenação de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal, é um exemplo de autodescrição no âmbito do enfrentamento ao tráfico, que funciona como premissa decisória no âmbito da persecução policial.

¹⁷ “[...] as autodescrições são contingentes, na medida em que poderiam ser diferentes daquilo que são. Toda e qualquer observação, incluídas as auto-observações, são contingentes, pois poderiam ser observadas distintamente” (MACHADO, 2014, p. 42).

Assume-se a ideia de programa, à qual as premissas decisórias e finalísticas se relacionam “com a definição de problemas por meio da especificação de condições restritivas de suas soluções, e que tal solução pode ser atingida por meio de decisões baseadas nessas condições” (OLIVEIRA, 2018, p. 38).

O estudo das premissas decisórias das organizações e da forma pela qual se comunicam pressupõe o estudo dos programas condicionais e dos programas finalísticos. Os primeiros estão baseados nos tratados, nas leis e nos atos normativos, definindo causas como desencadeadoras de expectativas (aplicando-se a fórmula se/então), e os segundos, finalísticos, estão baseados nas prioridades, nos planos estratégicos e nas rotinas cognitivas (cultura organizacional) (MACHADO; VIEIRA, 2016). As premissas decisórias são fundamentais para demarcar os limites organizacionais diante da insuficiência dos códigos (MACHADO, 2014).

Em uma outra linguagem, nos programas condicionais, “a norma define o problema como causa de uma consequência também definida” (LUHMANN, 1983, p. 103), enquanto que nos programas finalísticos “a norma define o problema como consequência, deixando livre a definição do que lhe será causa” (LUHMANN, 1985, p. 27) (OLIVEIRA, 2018).

Os programas condicionais passam a exercer importante função por meio de imposição de uma sanção, a fim de garantir a coercibilidade institucionalizada, fazendo subsumir fatos a consequências jurídicas para tratar desapontamentos decorrentes do não atendimento de expectativas (LUHMANN, 1983; 1985).

Favorecendo a delegação e a supervisão menos rigorosa, esse modelo diminui a necessidade de comunicações nos processos decisórios, abrindo possibilidade para a tecnização pela simplificação em razão da redução do volume de informações, além de abrir possibilidade de variação do resultado em virtude das possibilidades de condições e/ou consequências independentes, não sendo “necessário que uma mesma condição de causa” se ligue à mesma consequência¹⁸ (OLIVEIRA, 2018, p. 39).

Ao prever expectativas de decisões iguais para os casos anteriormente tratados, em razão de se tratar de decisões juridicamente programadas, os programas condicionais não preveem toda a variabilidade necessária à aplicação do direito (MACHADO, 2014, p. 21). As premissas finalísticas surgem como instrumentos para atender as expectativas (LUHMANN, 1985), operando-se, em geral, no âmbito dos processos legislativos pela garantia da

¹⁸ Tal pode ser visto nos processos decisórios de campo colhidos na fase qualitativa desta pesquisa em relação à questão da “abolitio criminis” após a alteração legislativa do artigo 149-A do CP.

desvinculação da aplicação, pautada em expectativas normativas determinadas, ampliando a capacidade seletiva do sistema.

No campo de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, que tem como objetivo a prevenção, o enfrentamento e a proteção às vítimas, é o melhor exemplo de premissa condicional.

Já as premissas decisórias adotadas pelas organizações possuem grande importância para a presente pesquisa, partindo-se do pressuposto de que cada uma delas tem grande influência no processamento subsequente (SAPORI, 2006; OLIVEIRA; MACHADO, 2017).

A respeito das premissas decisórias e finalísticas, três observações de ordem empírica, com relação ao quadro coator em sua aplicabilidade, são relevantes.

Uma primeira, relativa ao momento de imposição do direito, capaz de neutraliza-lo e gerar preferências e prioridades nas próprias organizações com vistas à eficácia, capaz de ocasionar a introdução de meios não previstos originalmente nos programas condicionais (LUHMANN, 1985; MACHADO, 2014). Em matéria de enfrentamento ao tráfico de pessoas, isso aparece continuamente nos processos de “entrega vigiada” de vítimas a outros países, em que se faz uma “meia proteção” à vítima em homenagem à obtenção de uma prova melhorada para o processo penal.

Uma segunda, citada em recente pesquisa de Oliveira (2018, p. 42), em que se abdica do direito para se “impor o direito”. Tratam-se de trocas apoiadas em acordos não programados, o que “contém em si o risco de se traduzir em arbitrariedade pessoal e falta de controle dos processos causais” (OLIVEIRA, 2018, p. 42). Em investigações sobre tráfico de pessoas, é notório o compartilhamento, para fins de investigação somente, de áudios de conversas interceptadas entre as autoridades policiais de países distintos, ou mesmo de informações baseadas nesses relatórios de interceptação, sem a anuência legal do Judiciário, apenas para que as autoridades ultimem diligências de urgência em território distinto em que a prova cautelar foi produzida, visando resguardar, muitas vezes, a proteção das próprias vítimas.

A terceira é baseada na percepção dos atores em relação às condições concretas de imposição que, na compreensão dos executores, podem parecer bem diferentes daquelas planejadas na legislação – comumente referida pelo jargão “na prática, a lei é outra” – levando a deliberações que se distanciam da programação condicional¹⁹ (LUHMANN, 1985).

¹⁹ No âmbito do Estado de Goiás, o Caso Fassini, o qual envolveu Brasil e Suíça em medidas simultâneas de proteção à vítima, um momento de tensão envolveu a cooperação policial no desfecho, quando a menor brasileira K.C.O embarcou para a Suíça, acompanhada de PIETRO CHIESA, visando ser submetida à

3.2.2 Interações organizacionais: a comunicação por meio de códigos e programas

A comunicação das organizações se dá pela emissão de decisões cuja metáfora remete à corrida do bastão: é preciso manter a contínua articulação entre os atores [atletas] de modo a garantir um fluxo contínuo [corrida], cuja meta é identificada por códigos internos (prender/denunciar/julgar) de cada uma das organizações envolvidas no Sistema de Justiça Criminal (SJC).

As decisões se expressam, dentro da lógica luhmanniana, através de códigos que variam de acordo com o subsistema: direito/não direito; pagar/não pagar; bem/mal; governo/oposição etc. Nessas condições, o direito passa a ser algo que tem vigência e que é aplicado, ou seja, resultado de decisões (LUHMANN, 1983).

As organizações não permanecem à margem das ações estatais, pois são capazes de se comunicar entre si, guardando uma identidade própria com produção de decisões tomadas (entidades autorreferentes) (MACHADO, 2014). Essas decisões tomadas vinculam as organizações, juntamente com os códigos por elas elaborados, possibilitando estabilizar rotinas decisórias (MACHADO, 2014, p. 39):

A cultura organizacional (ou culturas organizacionais), forma como a organização lida com os processos decisórios. As rotinas cognitivas, premissas heterorreferentes, referem-se a como o entorno é definido pela organização. Por rotinas cognitivas entende-se não o que percebem todos os indivíduos envolvidos na organização, mas as identificações registradas pelo uso reiterado nas comunicações, e que podem ser recuperadas segundo a necessidade.

A cultura organizacional poderia, sob outra perspectiva, ser definida como o conjunto de mitos (“homens de preto”, por exemplo, no caso da Polícia Federal), rotinas e práticas institucionalizadas, valores, crenças e códigos sociais compartilhados pelas organizações capazes de moldar subjetividades e orientar as ações destas; são mecanimos de apoio nas

prostituição no HELP BAR. Sem que houvesse tempo hábil a qualquer pedido de “entrega vigiada” da menor para fins de prostituição e, sob a avaliação do Delegado de Polícia Federal, no Brasil, de que a Justiça Federal jamais deferiria tal medida em razão da doutrina da proteção integral a envolver uma menor, a autoridade policial, sob sua responsabilidade e risco, resolveu não obstar o embarque, atendendo a pedido telefônico direto de uma policial federal suíça para a realização de um flagrante esperado no país de destino. O procedimento do Delegado Federal, no Brasil, fugia a qualquer normalidade do padrão de proteção às vítimas aceito nas medidas de enfrentamento ao tráfico (programação condicional), por dizer respeito a uma menor. A chegada da menor à Suíça foi veladamente acompanhada pela Polícia Federal Suíça e pela Polícia Cantonal de Zurique, que empreenderam, posteriormente e no mesmo dia, buscas no HELP BAR, logrando encontrar a menor K.C.O em ambiente de prostituição e antes da realização do primeiro ato sexual. Na ocasião, os suíços P.C, G.Z e J.C, entre outros, foram presos pela exploração da prostituição e a localização da menor em ambiente de prostituição sustentou administrativa e judicialmente na Suíça o fechamento definitivo do local.

comunicações, mesmo que não comunicados de uma forma direta e atuam como premissas decisórias (MACHADO, 2014).

As diversas formas organizacionais que enfeixam o complexo sistema de justiça criminal em matéria do direito possuem códigos (ANDERSEN, 2003) e características decisórias próprias, sendo dotadas de premissas que orientam a tomada de suas decisões e que realimentam o sistema em rede, este formado por todos os demais atores da cena. Um código²⁰ próprio da polícia é “prender”²¹, por exemplo, o qual pode assumir valor positivo ou negativo²² (prender/não prender).

É preciso que se tenha uma compreensão dos processos decisórios das organizações, o que pode ser feito pela análise das rotinas cognitivas e dos mitos organizacionais, estes últimos justificadores das práticas adotadas por seus membros, atribuindo-lhes natureza técnica. Práticas e rotinas, de um lado, e estruturas formais e processos, de outro, embora individualizados no interior das organizações, são unidos visando dar-lhes legitimidade, estruturando-se de acordo com as expectativas do entorno (MACHADO, 2014).

Os códigos²³ e os programas são apenas parte das premissas decisórias das organizações, referidas no item anterior (3.2.1), vez que a ele se incorporam outros, como o organograma, a hierarquia e as pressões externas por estatísticas positivas (COSTA; MACHADO; ZACKSESKI, 2016a; COSTA; MACHADO; ZACKSESKI, 2016b; OLIVEIRA, 2018). Nesse processo de comunicação entre as organizações, mesmo aquelas que atuam concertadamente no âmbito do sistema de justiça criminal, há evidente mudança em sua forma de atuação, o que sugere formas de acoplamento estrutural, o que pode operar pela irritação externa, aqui considerada a demanda de outras organizações, capazes de gerar processos internos de mudança. A propósito,

Na tradição institucionalista a pesquisa concentra-se na manutenção ou transformação das estruturas organizacionais como resposta ao entorno. Por outro

²⁰ “Code is understood as a basic and unambiguous binary preference in which a distinction is made between a positive and a negative value” (ANDERSEN, 2003, p. 151). Tradução livre: “O código é entendido como uma preferência binária básica e não ambígua, na qual é feita uma distinção entre um valor positivo e um valor negativo”.

²¹ Trazemos registro de caso em que, havendo assumido nova Administração Regional na Superintendência daquele Órgão em Goiás, a segunda pessoa da hierarquia havia dito a um delegado subordinado e encarregado das investigações de Tráfico de Pessoas, em tom de seriedade: “- Nós temos que começar a prender gente; se a nós não prendermos vamos ter que fechar e ir embora para casa!”. Prender gente, para a Polícia Federal, é uma premissa finalística (Informação verbal).

²² “If we take the economic function system, the symbol is coins, bank and notes, and today also credit cards. The symbolically generalised media establish all communicative codes that demarcate communication on the fact dimension” (ANDERSEN, 2003, p. 151).

²³ Não se ignora, porém, que esses mesmos códigos podem corromper as premissas decisórias cujas decisões deveriam orientar (MACHADO, 2014).

lado, a proposta sistêmica parte da autopoiese das organizações. Como sistema operativamente fechados, o entorno pode suscitar irritações e estimular processos organizacionais internos. Uma releitura sistêmica do isomorfismo deve considerar que não se trata de ação do entorno, mas da autoprodução das organizações, operativamente fechadas e cognitivamente abertas. (...). Nesse sentido a organização é operativamente fechada; fechada a operações que não sejam exclusivamente por ela determinadas. Mesmo as organizações integradas em redes devem ser compreendidas como distintas unidades operacionais. A autopoiese da organização distingue não apenas entre decisões e não decisões, mas também entre decisões de distintas organizações. Apenas suas próprias decisões são parte do sistema. Outras decisões são entorno (MACHADO, 2014, p. 41-42).

A forma reiterada das decisões das organizações, sua cultura organizacional e seus valores fixam sua identidade, a qual pode ser alterada não somente pela autopoiese, mas pela percepção externa de outras organizações sobre suas decisões e também pela diversidade de interesses representados por subsistemas dentro da mesma organização (MACHADO, 2014).

As interações nas organizações possuem um papel de importância para seu funcionamento (MACHADO, 2014), podendo contribuir para a reprodução organizacional, o que dependerá dos processos de interpenetração, e geralmente ocorre com a estilização das comunicações com as decisões, integrando-as ao processo de decisão organizacional (SEIDL, 2005). Isso se denomina “reentrada” e pode ter uma dimensão social: experiências dos participantes da interação enquanto membros da organização; uma dimensão fática: a reestruturação da interação de acordo com pautas organizacionais e uma dimensão temporal: ocorre quando as interações coincidem com pautas organizacionais (MACHADO, 2014).

A forma de comunicação das organizações, que é feita através de decisões, não está livre de limites. Em geral, as organizações se submetem a premissas constituídas por elas mesmas, impondo limites à sua atuação²⁴. Em um processo de entrega vigiada de vítimas de tráfico internacional de pessoas, a dignidade da pessoa humana é uma premissa decisória limitadora das investigações, visando apurar até quando as vítimas podem sofrer o constrangimento ou riscos variados dos aliciadores em detrimento da obtenção da prova pelos investigadores do crime praticado (MACHADO; DORNELAS, 2017).

3.2.3 Um pretexto para o controle migratório: as premissas ocultas

A motivação de vários países que capitaneiam e difundem sem restrições a bandeira da luta contra o tráfico humano guarda interesses menos ilustres que aquele da defesa da dignidade da pessoa. Motivos menos nobres deram impulso à onda de ostensivo combate ao

²⁴ “Na maior parte, as organizações possuem premissas de decisão que regulam o que considerar como suas próprias decisões (e o que não fazer)” (SEIDL, 2003, p. 130).

desembarque de classes subalternas em países europeus e no continente norte-americano. Estudos avançados detectaram que tratar o “tráfico pelo tráfico”, sem critérios que considerem o consentimento válido da vítima, afastado de qualquer hipótese de vulnerabilidade econômica, social ou sentimental, deságua em reprochável “paternalismo” estatal (GEBRIM; ZACKESKI, 2016).

Em todo o mundo, a política migratória segue rotulando as pessoas em situação ilegal no país de destino, independente das circunstâncias em que viviam (VIEIRA, 2017). Estudos de Liz Hales (2017, p. 66), pesquisador do Instituto de Criminologia da Universidade de Cambridge, noticiam que o Reino Unido tem se utilizado da bandeira do combate ao tráfico de pessoas para limitar o acesso ao “United Kingdom” (UK):

O ponto de vista do governo do Reino Unido é a necessidade de ser duro com a imigração, reprimir aqueles que "abusam dos serviços públicos" em benefício próprio e garantir que qualquer "criminoso estrangeiro" seja enviado de volta para casa. Em resposta a isso, uma nova Lei de Imigração recebeu Royal Assent no Reino Unido em maio de 2014, com o objetivo básico de criar um ambiente hostil para os migrantes, com a introdução de cheques de imigração, reduzindo direitos de acesso gratuito a serviços públicos e remoção de direitos de recurso em decisões de imigração, a menos que seja uma decisão de recusar uma reivindicação de asilo ou proteção humanitária. Isso foi levado um passo adiante quando, em 29 de julho, o primeiro-ministro declarou mais mudanças que seriam feitas em termos de uma "repressão à imigração", em favor de um sistema que "coloca a Grã-Bretanha em primeiro lugar". Isto não é um bom augúrio para a sobrevivência de vítimas não reconhecidas do tráfico de seres humanos²⁵.

As vítimas terminam sujeitas a uma dupla punição: “além de serem tratadas como ofensores no sistema de justiça criminal e receber penas de prisão, que em alguns casos excluíram seu direito de asilo, eles foram tratados como migrantes ilegais no sistema de imigração” (HALES, 2017, p. 63).

Um estudo etnográfico das práticas de Organismos Internacionais que atuam na intersecção entre os campos migratórios e de justiça criminal nas notas sobre as negociações da “Convenção do Crime” e dos Protocolos Adicionais sobre o Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes”, por Guilherme Mansur Dias (2015), demonstra que questões relativas à mobilidade humana não estiveram na pauta prioritária do Conselho Econômico e

²⁵ Tradução livre de: The UK government's acted view is for the need to get tough on immigration, clamp down on those who "abuse public services" for their own benefit, and ensure that any "foreign criminal" is sent back home. In response to this a new Immigration Bill received Royal Assent in the UK in May 2014, with the underlying objective of creating a hostile environment for migrants, with the introduction of landlord immigration checks, reducing rights for free access to public services and removal of rights of appeal on immigration decisions unless it is a decision to refuse a claim of asylum or humanitarian protection. This was taken one step further when on 29th July the prime minister stated further changes that would be made in terms of an "immigration crackdown", in favour of a system that "puts Britain first". This does not bode well for the survival of unrecognised victims of human trafficking (HALES, 2017, p. 66).

Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU)²⁶, ao contrário dos delitos financeiros.

Em 1990, um *Comité Ad Hoc*, instituído pela Assembleia Geral da ONU, passou a trabalhar em um rascunho de documento para uma Convenção Internacional contra o crime organizado. Três Protocolos Adicionais à futura Convenção foram sugeridos para lidar com questões específicas: o Protocolo contra a fabricação de ilícitos e armas de fogo, o Protocolo contra o tráfico de migrantes e o Protocolo para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas, pinçando-os como prioritários (DIAS, 2015).

No estuário dessa situação, em decorrência do fluxo de migrantes vindos do leste europeu, em consequência da derrocada socialista, aliada aos pedidos de refúgio e asilo de cidadãos da ex-Iugoslávia, que insuflavam a Áustria, e de migrantes africanos, curdos, paquistaneses, iraquianos e chineses para a Itália, houve uma reação xenófoba que insulou esses países a capitanear a aprovação do Protocolo contra o Contrabando de Migrantes, mas utilizando-se do pretexto de “combate aos supostos grupos criminosos envolvidos” na prática do crime organizado (DIAS, 2015, p. 220).

Notas das negociações registram que a Convenção de Palermo contra o Crime Organizado e os três respectivos Protocolos Adicionais direcionados ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes receberam mais adesões de Países Membros quando comparados com outros Tratados destinados à proteção de migrantes (DIAS, 2015), o que deixa extrema de dúvidas o indisfarçável pretexto que serviu de “pano de fundo” ao real interesse xenófobo, tratando a migração ilegal como crime²⁷. Esse movimento contou com o reforço, a partir dos anos 2000, do ativismo feminista em proteção e valorização das vítimas, cujo gênero mais sofria com as agressões do tráfico humano.

Parte da doutrina registra que o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente mulheres e crianças, contém um número de medidas de proteção às vítimas, mas que é opcional (GALLAGHER, 2002); de outro lado, é patente a desigualdade entre medidas de proteção às vítimas e aquelas destinadas à cooperação com vistas à punição de criminosos (UNODC, 2008a):

Outra constatação da leitura das atas de negociação é o desequilíbrio patente entre as discussões de medidas de proteção e assistência às vítimas de tráfico e aquelas

²⁶ Consoante a Resolução 1992/22 da Assembleia Geral da ONU estabelece como temas prioritários: “crime nacional e transnacional, crime organizado, crime econômico, incluindo lavagem de dinheiro e o papel da legislação criminal na proteção do meio ambiente” (DIAS, 2015, p. 217).

²⁷ “The Palermo Protocol is an importante internacional convention, bu it is focused on large organized crime” (JONES; WINTERDYK, 2018a).

destinadas a estabelecer mecanismos de cooperação entre as autoridades estatais para perseguição e punição aos criminosos. Durante a discussão do artigo 6º, aliás, único artigo dedicado à assistência e proteção das vítimas de tráfico, algumas delegações reiteraram sua vontade de propor um equilíbrio maior entre, de um lado, a proteção e assistência às pessoas vítimas de tráfico e, de outro, as medidas de repressão (DIAS, 2015, p. 225).

No que pertine ao Protocolo contra o Tráfico Ilícito de migrantes por terra, mar e ar, a “associação da introdução dos migrantes às noções de soberania, crime e segurança nacional é freneticamente enfatizada” (DIAS, 2015, p. 228), tal como se os “ádvenas” fossem protagonistas de uma delinquência organizada. No caso mexicano, que se opunha à tipificação da entrada de imigrantes em outros países, como Estados Unidos, visando obviamente a proteger seus nacionais, as atas dos Trabalhos Preparatórios registram que “várias delegações expressaram inquietude pelo fato do Protocolo poder outorgar imunidade aos imigrantes ilegais” (UNODC, 2008a, p. 510).

Algumas delegações propuseram uma declaração explícita sobre a irrelevância do consentimento, enquanto outros recomendaram que não fosse referida de modo algum, já que isso implicaria que, sob certas circunstâncias, seria de fato possível consentir-se com o Tráfico de Pessoas (UNODC, 2014, p. 28).

A associação entre imigração e criminalidade e entre imigração e segurança nos Protocolos adicionais é notória, deslocando-se as discussões do âmbito da migração para o crime, com impactos negativos à vida daqueles que buscam, inclusive, asilo e refúgio em outros países. “Interesses do capitalismo em ascensão, políticas higienistas, políticas migratórias e combate ao crime organizado são algumas das intenções por trás de ações e políticas contra o tráfico de seres humanos” (FRINHANI, 2014, p. 39).

Desde a luta contra o tráfico negreiro, no século XIX, cujo pano de fundo era o capitalismo industrial em ascensão, até o tráfico de mulheres brancas, no início do século XX, cujo pano de fundo era políticas ideológicas mediante atuação no corpo físico, como no Ato de Doenças Contagiosas, em que prostitutas foram obrigadas a se cadastrar em 1885 na Inglaterra (FRINHANI, 2014), mostrava-se que o combate ao tráfico de pessoas era movimentado por finalidades econômicas e diversas do interesse de bem-estar das vítimas, de caráter humanitário (VENSON; PEDRO, 2013).

As políticas públicas que impõem o lema de proteção e acolhimento à vítima visam devolvê-las ao seu país de origem, compulsoriamente, escondendo a bandeira de controle migratório (FRINHANI, 2014).

O preconceito em face da prostituição criado pela massa hipócrita da sociedade ajunta-se ao xenofobismo provocado pelos imigrantes regulares e irregulares que “tolhem” as oportunidades de trabalho em uma economia em crise mundial, fazendo com que as ações em face do tráfico de pessoas tenham um caráter mais criminal do que humanista.

Notícias como aquelas divulgadas no jornal *RCN Publishing Company*, Reino Unido: “Acredita-se que milhares de pessoas no Reino Unido estejam sujeitas ao tráfico de seres humanos. É um termo que abrange uma série de experiências terríveis, incluindo trabalho forçado e prostituição” (DEAN, 2013) agregam ao tráfico de pessoas outras matérias como o trabalho escravo e embaralham à exploração sexual e prostituição, retirando o foco do tráfico e contribuindo à repulsa de uma coletividade de pessoas, nas quais se incluem os migrantes que se dedicam ao trabalho exorbitante e à prostituição desejada²⁸.

Outras cifras²⁹ duvidosas atribuídas às pesquisas de Organizações Internacionais – “em se tratando de mulheres e crianças, esse tráfico movimenta, a cada ano, um valor estimado pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC) no montante

²⁸ “Isto apesar do compromisso do Reino Unido, ao ratificar vários tratados internacionais que lidam com o tráfico de seres humanos e a escravidão, não para criminalizar as vítimas (conhecido como o princípio da não-punição). Uma razão pela qual o Reino Unido ainda não está cumprindo suas obrigações é porque seu foco sempre foi, e sem dúvida ainda, no controle de fronteiras. Essa obsessão leva a consequências muito negativas para as mulheres migrantes” (JONES; WINTERDYK, 2018a, p. 6). Tradução livre de: “This is despite the UK's commitment, by ratifying several international treaties dealing with human trafficking and slavery, not to criminalize victims (known as the non-punishment principle). One reason the UK is still not fulfilling its obligations is because its focus has always been, and arguably still is, on border control. This obsession leads to very negative consequences for migrant women” (JONES; WINTERDYK, 2018a, p. 6).

²⁹ Vincent Jones, professor da Escola de Direito John Marshall, Chicago, Illinois (2012), afirma que “De fato, o amplo acervo acadêmico relativo ao tráfico de pessoas revela **fortes inconsistências** nas representações do número de vítimas de tráfico humano, que várias fontes afirmam “variam de centenas de milhares a milhões por ano. Uma fonte estima que a cada ano [2007] milhões de pessoas em todo o mundo são escravizadas”, e até quatro milhões são traficadas através das fronteiras internacionais. Outra fonte alega que a cada ano até duas milhões de mulheres e crianças são traficadas através das fronteiras internacionais, com outras fontes apontando para milhões de homens e meninos que também são vítimas do tráfico de seres humanos. Outros relatórios afirmam que “a qualquer momento, cerca de 12,3 milhões de pessoas ficam presas em situações” de alguma forma de trabalho forçado. Outro comentarista observa que “o governo dos EUA estima que entre 600.000 e 800.000 homens, mulheres e crianças são traficados através das fronteiras internacionais a cada ano”. Algumas estimativas colocam o número de vítimas traficadas nos Estados Unidos a cada ano entre 14.500 e 17.500; outros estimam que o número esteja próximo de 100.000 ou até mais. Finalmente, alguns admitem que o número de vítimas de tráfico de seres humanos nos Estados Unidos é simplesmente “desconhecido” (2012, destaque nosso). Tradução livre de: “Indeed, the wide body of scholarship relative to human trafficking reveals stark inconsistencies in representations of number of human trafficking victims, which various sources claim “range from the hundreds of thousands to millions per year. One source estimates that each year [twenty-seven] million people worldwide are enslaved,” and up to four million are trafficked across international borders. Another source claims that each year as many as two million women and children are trafficked across international borders, with other sources pointing to potentially millions of men and boys who are also victims of human trafficking. Other reports state “that at any given time, about 12.3 million people are trapped in situations” of some form of forced labor. Another commentator notes that “the U.S government estimate[s] that between 600,000 and 800,000 men, women, and children are trafficked across international borders each year.” Some estimates place the number of victims trafficked into the United States each year at between 14,500 and 17,500; others estimate the number to be closer to 100,000 or even higher. Finally, some admit that the number of human trafficking victims in the United States is simply “unknown”” (JONES, 2012, p. 485).

de 7 a 9 bilhões de dólares” (SOARES; SOUZA, 2011, p. 188) ou “em 2008, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008) estimou que o comércio internacional de seres humanos gerou US\$32 bilhões” (ECCLESTON, 2013) – são questionáveis em razão da movimentação oculta das organizações ilícitas, sendo utilizadas para causar perplexidade à população. Afinal, se a movimentação financeira do tráfico de pessoas é oculta, como se pode determinar seu valor?

E mais: o tráfico de pessoas, no Brasil, exerceu um conceito “guarda-chuvas”, aglutinando em torno de si a agenda política de causas históricas, como o trabalho escravo, e trazendo-lhe um efeito expansivo não idealizado inicialmente que leva à perda do foco central da questão da exploração sexual indesejada de migrantes (PISCITELLI, 2016).

A questão do enfrentamento ao tráfico de pessoas, embora possua um viés humanitário, é tratado às ocultas mais na ordem das relações entre Estados³⁰ do que nas preocupações com pessoas expostas às situações de vulnerabilidade a serem traficadas.

3.3 AS REDES DE COOPERAÇÃO

Embora os conceitos de “rede” e “governança” tenham surgido durante os anos 1970³¹, na sociologia, referindo-se às relações entre o Estado e a sociedade, e pontuando soluções de problemas com base em novas estrutura políticas, a história do conceito de “governança” remonta ao condutor dos antigos navios de guerra gregos, chamado “kybernêtes”. Da mesma forma, os filósofos gregos assim se referiam à condução do navio do Estado (SCHNEIDER, 2005). “Correspondentes latinos são ‘gubernare’ e ‘regere’, que foram empregados tanto para condução de um navio quanto de um Estado” (SCHNEIDER, 2005, p. 34).

³⁰ Erigir a luta contra a imigração desenfreada à categoria de enfrentamento ao tráfico de pessoas para envolver falsamente os cegos não é preciso muito: “basta que as ideias sejam professadas por *responsáveis políticos*” (BOURDIEU, 1998, p. 187) como no caso dos representantes dos países de destino dos migrantes, impondo uma crença capaz de mobilizar os países de envio dessas vítimas ou várias organizações intergovernamentais, das quais participam os primeiros com expressiva representatividade.

³¹ A literatura conhece, ao menos, três espécies de redes de política pública. A primeira delas, as “redes de projeto” (GAUDIN, 1995, p. 39) “são acionadas em função de um objetivo preciso” (MASSARDIER, 2006, p. 173). A segunda delas, as comunidades de política pública (RICHARDSON; JORDAN, 1983), mais densas, fechadas e estáveis que as primeiras, une os “atores, até mesmo os destinos de um setor em seu conjunto, mesmo que elas só representem uma parte deste” (MASSARDIER, 2006, p. 175). A terceira é a rede das comunidades epistêmicas a qual “reúne especialistas de um campo (cientistas, peritos, consultores) que partilham ideias e crenças” que “partilha o mesmo ponto de vista de conjunto (ou *épistémè*)” (HAAS, 1968, p. 18; MASSARDIER, 2006, p. 177), isto é, saber científico ou técnico. Nosso estudo se ocupa do segundo tipo de redes, as de comunidades de política pública.

O anseio dos eleitores por Estados mais efetivos, transparentes e responsáveis foi o trampolim para o surgimento das organizações: a aparente irresponsabilidade dos governantes encerrada nos Estados com grandes dívidas e a globalização provocadora de ansiedade em virtude da competitividade e dos salários deixaram a impressão de que aqueles entes de direito público tivessem perdido o controle (BEVIR, 2011)³².

O institucionalismo tradicional, que busca explicar a ordem social com macroinstituições, como as constituições, foi refutado pelo pluralismo a partir dos anos 1950-1960, força contrária que procurava ver por detrás das constituições as relações de força e poder que orientavam o “navio” (BENTLEY, 1967). O Estado, era, então, apenas um instrumento institucionalizado, palco em que apareciam as disputas de poder entre as instituições; mais tarde, o próprio pluralismo foi refutado por outra teoria macro, a teoria estrutural funcionalista dos sistemas, que, porém, se restringiu a analisar a integração das sociedades a fatores culturais gerais (SCHNEIDER, 2005), gerando análises que transferiam o foco do nível macro para o nível micro. Surgiram, então, a teoria da ação nos anos 1980 e, posteriormente, a teoria da governança, em 1990.

Esse desejo por uma nova governança deu origem a duas ondas após a Segunda Guerra Mundial: o neoliberalismo e, com ele, a terceirização e, de outro lado, a Terceira Via, a governança para que diferentes setores de um governo trabalhassem em conjunto, as redes e as parcerias (BEVIR, 2011), transcendendo o conceito tradicional e criando formas adicionais de condução social (SCHNEIDER, 2005).

A governança deve ser traduzida em alemão como “condução institucional” (KENIS; SCHNEIDER, 1996) e está vinculada a uma análise das instituições centradas em seus atores, podendo se referir a arranjos intraorganizacionais. Nesse caso, prevalece a hierarquia com os objetivos disseminados de cima para baixo por meio de ordens (SCHNEIDER, 2005), como interorganizacionais, em que há condução policêntrica e as decisões merecem ser tomadas em alinhamento com uma política pública que norteie a atuação dos atores, “não sendo mais um assunto exclusivo de uma hierarquia governamental e administrativa integrada, senão que se encontra em redes, nas quais estão envolvidas organizações tanto públicas quanto privadas” (SCHNEIDER, 2005, p. 37).

A ideia de governança está presente em diversas áreas do conhecimento, assumindo distintas significações, podendo as interpretações ter múltiplos significados em virtude de sua categoria simbólica (CAPELLA, 2008), tal como: “os valores devem ser interpretados como

³² Mark Bevir é Doutor em Teoria Política pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e Professor do Departamento de Ciência Política na Universidade da Califórnia (Estados Unidos), *campus* de Berkeley.

possibilidades; ou, em outros termos, como um *meio* que pode aceitar formas diversas” (LUHMANN, 2016, p. 257), “já que a sua abertura permite tudo” (LUHMANN, 2016, p. 254).

Nos estudos de relações internacionais, a governança está ligada à globalização e interdependência das instituições, enquanto que para o Banco Mundial, por exemplo, está conectada à dependência dos países do terceiro mundo em relação aos recursos financeiros, fazendo-os orientarem-se por boas práticas de governança (CAPELLA, 2008). Mesmo no campo da administração e das políticas públicas, o termo governança pode assumir diversas ideias (MILWARD; PROVAN, 2000; SALAMON, 2002; KETTL, 1993; NYE; DONAHUE, 2000; HIRST, 2000; KOOIMAN, 2000; SORENSEN, 2004; OSBORN; GAEBLER, 1992; KERNAGHAN; MARSON; BORINS, 2000; BOVAIRD; LOEFFLER, 2003; HEINRICH; LYNN, 2000; PETERS; PIERRE, 1998; PIERRE, 2000), não havendo um significado exato para a ideia de governança.

Para este trabalho, o termo governança remete à abordagem crítica ao modelo tradicional de administração pública, o qual é caracterizado pela neutralidade, hierarquia rígida, estabilidade das organizações governamentais, submissão do serviço público às diretivas políticas, fazendo exsurgir de uma nova teoria da administração pública um modelo focado em mercados e competição, administração plural e participativa da sociedade brasileira, flexibilidade e desregulamentação (PETERS, 2001; ADORNO, 1994), inclusive com instrumentos de controle e *accountability*, termo último que se definirá logo em seguida. O termo governança envolve “ideias como relações laterais, relações interinstitucionais, diminuição dos limites jurisdicionais e estabelecimento de *redes de cooperação*” (CAPELLA, 2008, p. 9 e 20, grifo nosso).

A governança de uma rede passa por sua capacidade de gerenciamento que, por sua vez, implica em um conjunto de estratégias. Gerenciar significa coordenar atores com interesses diferentes de forma que tracem objetivos comuns e trabalhem em prol destes. A noção de interdependência (ou “parceria”) não significa que não haja assimetrias de poder (JAKOB, 2014). A isto, some-se as divergências internas dentro de uma mesma forma organizacional, as quais podem “contaminar” a coerência de processo de acoplamento.

A nova governança veio aliada ao conceito de *accountability*³³ de desempenho, “a qual traz implicitamente a responsabilização pessoal pelos atos praticados e explicitamente a exigente prontidão para a prestação de contas” (PINHO; SACRAMENTO, 2009, p. 1347),

³³ “A palavra *accountability* tem sido comumente traduzida como ‘responsabilização’” (PINHO; SACRAMENTO, 2009, p. 1345).

fazendo criar um quadro em que os interesses dos agentes (servidores públicos e políticos) estejam alinhados aos daqueles para quem trabalham (os eleitores), enfraquecendo o postulado de que os servidores poderiam ser confiáveis o bastante para “agir desinteressadamente em benefício do bem comum” (BEVIR, 2011, p. 110). Tal responsabilidade pode implicar em prêmios quando as metas são atingidas, ou em castigo, quando o inverso é verificado (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

No Brasil, a Constituição de 1988 e a Reforma do Estado no ano de 1995 institucionalizaram a participação da sociedade na gestão das políticas públicas com instrumentos necessários para o exercício da *accountability*, como a ação popular (PINHO; SACRAMENTO, 2009). Tornar os gestores públicos mais *accountables* foi essencial ao desenvolvimento de políticas públicas de qualidade e uma meta na administração pública brasileira a partir de 1990 (SILVA; LOPEZ; PIRES, 2010).

O desafio para o mecanismo de *accountability* foi encontrar o equilíbrio entre procedimentos eficientes e objetivos coletivamente desejáveis, permitindo que “as decisões sobre processos e políticas sejam mais informadas pelas preferências e pelos interesses dos grupos afetados [...] de modo que a eles seja dado o direito de participar permanentemente das escolhas e decisões” (SILVA; LOPEZ; PIRES, 2010, p. 193 e 195), o que não se restringe à esfera estatal.

A *accountability* é o produto de redes que têm, em seu cume, tribunais nos quais as decisões últimas “se fecham”, no sentido de que todas as decisões devem ser tomadas de acordo com a lei e suas regulações (O'DONNELL, 1998)³⁴. Isso representou uma questão emblemática para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, em que as políticas públicas antecederam o programa normativo traçado de acordo com os acordos internacionais, conforme se tratará oportunamente.

A *accountability*, entretanto, não se apresenta como um meio seguro, sem exceção, ao controle de políticas públicas; eis que é possível que a autoridade sofra usurpação ou corrupção:

Há duas direções em que a *accountability* horizontal pode ser violada. Mesmo em alguns casos essas direções possam na realidade coincidir, elas são distintas. A primeira consiste na usurpação ilegal por uma agência estatal da autoridade de outra; a segunda consiste em vantagens ilícitas que uma autoridade pública obtém para si ou para aqueles de alguma forma associados a ela. Chamarei o primeiro tipo de “usurpação” e o segundo, mesmo que inclua comportamentos que não se conformam verdadeiramente ao termo, de “corrupção” (O'DONNELL, 1998, p. 46).

³⁴ Guillermo O'DONNELL é professor de *Government and International Studies* da Universidade de Notre Dame (EUA) e *Faculty Fellow* do Instituto Kellogg de Estudos Internacionais.

Pesquisas já apontavam a correlação entre tráfico de pessoas e corrupção (SACCO, 2006, p. 8), desenvolvendo estudos para constatar se a corrupção é um dos fatores impulsionadores do tráfico de pessoas no Brasil. Para tanto, baseando-se também nos dados de Lyday (2001) e identificando em quais fases do tráfico (recrutamento, transporte e transferência entre fronteiras) há maior suscetibilidade de corrupção³⁵.

Os estudos realizados por Andrea Cirineo Sacco (2006) sobre o entrelaçamento entre tráfico de pessoas e corrupção, tomando casos no período de 1990 a 2005 no Brasil, cita o envolvimento sexual dos persecutores oficiais do Estado com vítimas do tráfico como elemento de corrupção, entretanto, levou em consideração somente estatísticas oficiais de corrupção, ignorando cifras ocultas.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa ora realizada implica mensurar o movimento do sistema de justiça criminal de uma espécie de crime pré-determinado (tráfico internacional de pessoas) em um marco temporal delimitado (2004 a 2015). Diversos problemas à pesquisa do crime são conhecidos, tais como a subnotificação de casos, a projeção de crenças e de valores dos atores de enfrentamento ao tráfico e a preocupação com o registro dos processos, e não com os detalhes do evento criminoso (BRASIL, 2012).

As informações necessárias à elaboração do trabalho cobriram o emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica (documentação indireta) e de pesquisa de campo (documentação direta), além de realização de entrevista com Juízes Federais, Procuradores da República e Delegados de Polícia Federal. Nesse último caso, com emprego de formulários e, quando possível, com a gravação de entrevistas.

A primeira fase da pesquisa foi realizada a partir dos dados fornecidos pelo Ministério Público Federal sobre a sua base de dados, chamada ÚNICO; a segunda fase foi realizada mediante dados fornecidos por cada um dos 5 (cinco) Tribunais Regionais Federais demandados. Em ambos os casos (primeira e segunda fase), os parâmetros da pesquisa (período, tipo criminal) foram fornecidos aos Tribunais. A primeira e a segunda fase da

³⁵ A esse respeito, cite-se pesquisa de Priscilla Vieira (2017), que trata a respeito da “influência da corrupção no enfrentamento ao tráfico de seres humanos”. Em importante pesquisa, a Mestre em Direito sugere uma “relação linear estatisticamente significativa que aponta para a correlação entre variáveis que medem corrupção e tráfico de pessoas”, podendo-se afirmar, através de números, que países mais corruptos possuem medidas de enfrentamento ao tráfico mais frágeis.

pesquisa foram meramente quantitativas, mas nelas se afigura também uma análise de conteúdo, com vistas a agrupar categorias equiparáveis.

Os parâmetros fornecidos ao Ministério Público Federal e às Cortes Federais contemplaram o aspecto espacial e temporal. No caso do Ministério Público, o aspecto espacial foi todo o território nacional onde cometido qualquer crime de tráfico internacional de pessoas, e, para as Cortes Federais, cada uma das Seções Judiciárias competentes de acordo com o ordenamento jurídico (Código de Processo Penal) e o Regimento Interno da Corte. O aspecto espacial, por sua vez, foi fixado de acordo com o ano de 2004 a 2015, pré-delimitado de acordo com critérios justificados no marco temporal (item 4.1).

Os dados obtidos foram demandados pelo próprio pesquisador, sendo organizados em gráficos e tabelas com o apoio de um estatístico especialmente recrutado para esse fim, o qual recebeu os dados coletados na primeira fase diretamente do Ministério Público Federal (MPF) e, na segunda fase, mediante o preenchimento de formulário eletrônico para cada processo identificado, por meio de uma relação fornecida por cada uma das Cortes Federais. Já na terceira fase, a pesquisa exigiu o deslocamento a cada uma das Seções Judiciárias selecionadas, em datas e períodos esclarecidos no item 4.1; as Seções Judiciárias escolhidas obedeceram a critérios de forma que fossem contemplados dois fatores: maior número de casos na Seção Judiciária e aspecto espacial, de forma a contemplar ao menos uma Seção Judiciária por região do país, obtendo uma amostragem significativa que contemplasse as diversas Regiões (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste).

O método de abordagem utilizado é o indutivo, de modo que a escolha dos casos na terceira fase da pesquisa foi tomada de forma a contemplar as Seções Judiciárias com o maior número de casos para contemplar o maior número de processos possíveis em determinada região. Nesse caso, observe-se que cada uma das regiões do país foi contemplada na pesquisa pela escolha de Seções Judiciárias nos Estados de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará. Essa escolha se baseou em estatística da segunda fase (quantitativa) da pesquisa.

A terceira fase da pesquisa (única qualitativa), portanto, não foi censitária, abrangendo apenas uma parcela da população nacional de processos de tráfico de pessoa, de tal forma que fosse mais representativa possível do todo de cada Região para, a partir dos resultados obtidos em relação a essa parte escolhida, seja o mais legitimamente possível representante do total de processos (LAKATOS, 2010).

O trabalho está embasado em construção metodológica (VARELLA; MONEBHURRUN, 2013), a qual se utilizou do método de procedimento estatístico.

4.1 OS PARÂMETROS E A JUSTIFICATIVA DE DELIMITAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL DO UNIVERSO DE FEITOS PARA A PESQUISA QUANTITATIVA INICIAL

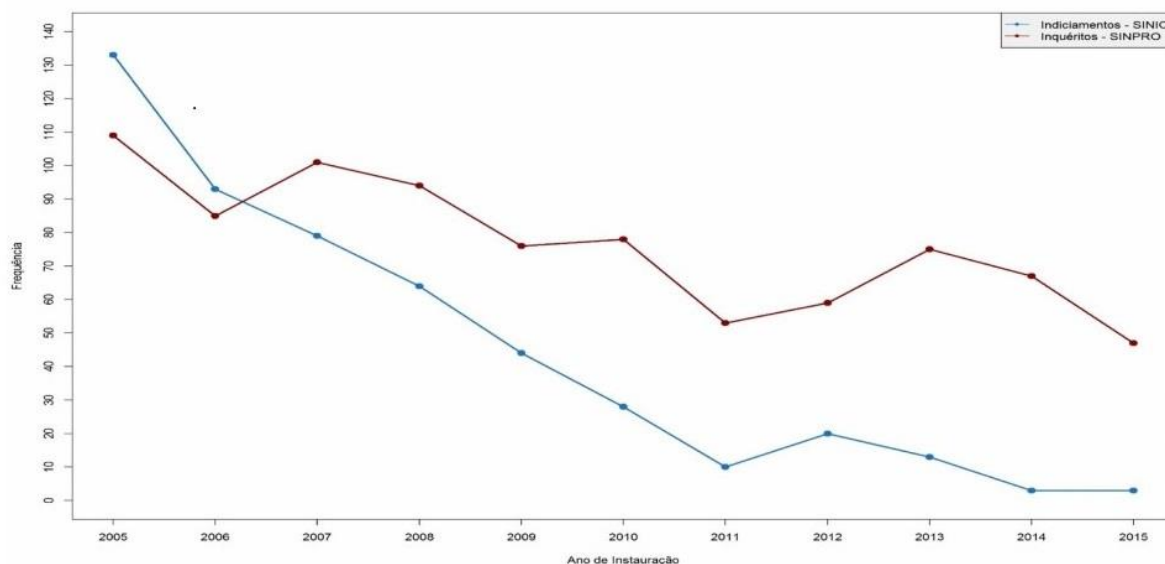
Delimitar o objeto da pesquisa no tempo, sobretudo no que diz respeito à pesquisa quantitativa e qualitativa, não nos pareceu obstáculo de grande proporção. Por envolver a análise do fluxo de justiça, é certo que o aperfeiçoamento dos meios eletrônicos nos tribunais, sobretudo na última década, facilitou não somente o registro, mas também o acesso aos dados para fins estatísticos. O fato de se ter uma experiência empírica na luta contra o tráfico de pessoas³⁶ nos permitiu observar o aumento significativo do registro de casos ainda no ano de 2004, o início de sua queda em 2014 e seu quase estancamento após 2015.

Observar nos diversos cenários (econômico, social e cultural) justificativas para o aumento de ocorrências envolvendo o tema de tráfico internacional de pessoas pode ocultar um dado relevante para análise da questão: o movimento encampado pelos países receptores de vítimas, de melhor condição de desenvolvimento humano, da necessidade de luta contra o fenômeno, provocando nos países centro de fornecimento de vítimas a efervescência pelo combate à criminalidade do fenômeno. Portanto, um fator de natureza política, destacado daqueles outros (econômico, social e cultural). Como discutido em outro ponto deste trabalho, nem sempre a bandeira da luta contra o tráfico humano pelos países de destino das vítimas possuiu, no fundo, um viés humanitário, mas tratou-se da prática de aversão ao aumento exagerado do fluxo migratório, o que culmina em problema de violência, seguridade social e marginalidade.

Para a delimitação do aspecto temporal, além do conhecimento empírico da questão, um levantamento interno da Polícia Federal veio a confirmar o aspecto objetivo do período de 2004 a 2015 como meta para o nosso trabalho: foi nesse período que se viu o aumento, seguido do ápice e, finalmente, a derrocada dos casos envolvendo o fenômeno do tráfico de pessoas. A Figura 1 abaixo, um gráfico produzido pelo ator citado, demonstra com eficiência a questão.

³⁶ No Estado de Goiás, que concentra a maior população de feitos criminais envolvendo o combate ao tráfico internacional de pessoas, estivemos afrente das investigações desde o ano de 2004, quando se elevaram os registros das ocorrências, até o seu decréscimo, por volta do ano de 2012.

Figura 1 – Distribuição dos procedimentos instaurados (vermelho) e dos indiciamentos (azul) realizados pela Polícia Federal no Tráfico Internacional de Pessoas (CP, art. 231) entre 2005 e 2015



Fonte: Atuação do Departamento de Polícia Federal nos crimes violadores de Direitos Humanos (2016).

Na segunda fase quantitativa, obteve-se resultado semelhante àquela estatística anterior do Departamento de Polícia Federal. A Tabela 1 expressa o quantitativo de procedimentos contemplando todos os Tribunais Federais do país; na Figura 2, o aumento e decréscimo podem ser melhor observados: note que no ano de 2004 há um grande aumento no quantitativo de procedimentos, o que se inverte significativamente a partir de 2014.

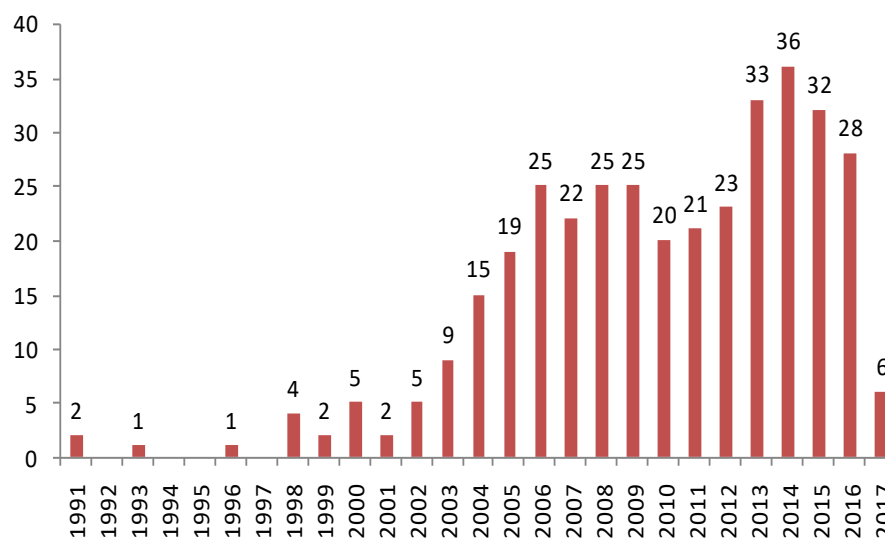
Tabela 1 – Distribuição dos Inquéritos Policiais por ano de autuação e Região

Ano autuação	1ª Região	2ª Região	3ª Região	4ª Região	5ª Região	Total
1991	2	-	-	-	-	2
1993	1	-	-	-	-	1
1996	1	-	-	-	-	1
1998	4	-	-	-	-	4
1999	2	-	-	-	-	2
2000	4	-	1	-	-	5
2001	2	-	-	-	-	2
2002	3	-	2	-	-	5
2003	6	-	-	1	2	9
2004	5	-	2	2	6	15

2005	13	1	4	-	1	19
2006	19	-	1	1	4	25
2007	20	-	-	1	1	22
2008	17	2	2	2	2	25
2009	15	-	3	1	6	25
2010	15	-	-	4	1	20
2011	13	1	1	1	5	21
2012	14	1	1	2	5	23
2013	17	1	7	-	8	33
2014	24	2	6	-	4	36
2015	18	1	7	1	5	32
2016	17	2	5	1	3	28
2017	3	1	2	-	-	6
Total	235	12	44	17	53	361

Fonte: Relatório de análise estatística da pesquisa sobre tráfico de pessoas (Apêndice A).

Figura 2 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais por ano de autuação



Fonte: Relatório de análise estatística da pesquisa sobre tráfico de pessoas (Apêndice A).

A Tabela 1 e a Figura 2 demonstram, então, que a delimitação temporal do período da pesquisa contempla aquele compreendido entre o aumento do número de procedimentos do tráfico internacional de pessoas (a partir de 2004) e seu decréscimo (a partir de 2014). Como alertado no início, porém, é preciso ponderar que as poucas ocorrências relatadas antes de

2004 não significa, necessariamente, a não ocorrência de casos, diante de possibilidade da existência de uma cifra oculta, o que pode ser reforçado pela grande quantidade de convenções internacionais anteriormente a esse período, demonstrando para um apontamento a nível internacional da necessidade de combater o delito.

4.2 AS FASES DA PESQUISA E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS

A divergência entre os bancos de dados conhecidos e mais confiáveis, bem assim o período de abrangência da pesquisa, nos fez dividi-la em 3 (três) fases distintas. As duas primeiras fases foram quantitativas, com a coleta de dados à distância do local em que tramitaram os processos; a terceira fase foi qualitativa, obrigando deslocamento até as Varas em que tramitaram os processos e/ou ações penais, à exceção das Varas Federais de Florianópolis, em razão de que a 1ª e a 7ª Vara Federal daquela Seção Judiciária nos forneceu a chave de acesso eletrônica às ações penais. Entretanto, como se explica doravante, a presença no local das ações, quando possível, foi sempre oportuna para a realização de entrevistas com autoridades do sistema de justiça criminal (SJC) envolvidas nos procedimentos ou processos.

A todas as Varas Federais das Seções Judiciárias escolhidas para a pesquisa qualitativa tivemos o pedido de acesso aos processos atendido e fomos recebidos com urbanidade, sobretudo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Apenas uma Vara Federal, que solicitada a disponibilização dos processos, também curiosamente no Rio de Janeiro, não nos disponibilizou os autos e sequer respondeu o pedido de acesso, destacando que a referida Vara Federal também foi procurada e, mesmo após, não obtivemos êxito em acesso aos autos, não logrando uma resposta positiva ou negativa.

4.2.1 As fases quantitativa e qualitativa

A seguir, passamos a especificar com mais detalhes o procedimento utilizado em cada uma das três fases de pesquisa.

4.2.1.1 A primeira fase: pesquisa quantitativa do ÚNICO

A primeira fase da pesquisa envolveu o banco de dados do Ministério Público Federal, denominado “Único”³⁷, sendo inferencial e quantitativa. Muito embora o pedido de acesso aos dados tenha sido formulado diretamente ao Procurador-Regional do Ministério Público Federal, a primeira fase da pesquisa contou com uma conduta muito ativa do estatístico assistente, o qual conhece a fundo o programa de dados da Procuradoria Geral da República (PGR).

Em 17/4/2017 foi disponibilizada pelo Coordenador da Coordenação Judiciária do Ministério Público Federal em Goiás (COJUD/MPF/GO) pesquisa à base de dados do sistema “ÚNICO”, desde data de sua criação (2012), de todos os autos relativos aos seguintes assuntos: “Tráfico de pessoas” e “Tráfico de seres humanos”³⁸. O tratamento dos dados foi realizado diretamente pelo estatístico e, embora se reconheça que o sistema do MPF é deficiente em razão de sua base de dados somente contemplar dados muito recentes, é um interessante instrumento de apoio à pesquisa para comparação com os dados obtidos na segunda fase da pesquisa (quantitativa).

4.2.1.2 A segunda fase: pesquisa quantitativa na Justiça Federal

A análise do fluxo de justiça do crime de tráfico de pessoas na segunda fase teve por objeto uma pesquisa por inferência, de forma a contemplar todos os inquéritos e processos que dissessem respeito ao objeto da pesquisa (tráfico internacional de pessoas) em todas as Varas do país, no período temporal delimitado de 2004 a 2015.

Os dados para a realização da pesquisa foram obtidos junto à Presidência de cada Tribunal, mediante requerimento encaminhado. No Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1ª), o pedido de dados foi entregue pessoalmente em 24/11/2016 e a resposta nos foi encaminhada em 16 de fevereiro de 2017, via e-mail, sem número. No Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF 2ª), a solicitação foi entregue em 18/11/2016, sendo indeferido o

³⁷ “O Único é o Sistema Integrado de Informações Institucionais do Ministério Público Federal que controla a gestão do fluxo processual no MPF. Criado para agilizar e unificar o trâmite de documentos judiciais e administrativos, ele permite a integração nacional do MPF de forma transparente, além de dar celeridade e segurança à tramitação de processos. Além dessa integração, o sistema provê uma série de ferramentas para as atividades institucionais do MPF, com a utilização de novas tecnologias, só agora disponíveis. Documentos eletrônicos produzidos pelo editor de textos dentro do sistema, certificação digital, assinatura eletrônica, indexação textual, pautas informatizadas, importação de dados dos processos do judiciário e o acesso ao sistema remotamente, são algumas das inovações” (UNICO, s. d.).

³⁸ Observações do estatístico assistente.

fornecimento de dados em 26/12/2016, sob o argumento de que a confecção dos dados demandaria o emprego de recursos humanos do serviço público. Então, utilizou-se um relatório da Polícia Federal (BRASIL, 2016), o qual contém os dados dos inquéritos e respectivas ações penais desses Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e, posteriormente, buscou-se no sítio do TRF 2ª Região os demais elementos para encaminhamento ao estatístico.

O pedido de dados para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª) foi encaminhado em 15/11/2016, via Correios, sendo reiterado em 21/02/2016, por idêntico meio. O TRF 3ª Região nos encaminhou os dados em 28/03/2017, via e-mail. O pedido dirigido ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi encaminhado em 15/11/2016, sendo o Tribunal que de forma mais ágil respondeu ao pedido, fornecendo os dados ainda que parcialmente em 12/12/2016; a complementação foi solicitada em 21/02/17 e, já em 14/03/2017, o pedido foi atendido em sua completude. O pedido ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª) foi encaminhado em 15/11/2016, via Correios e, em 12/12/2016, recebemos o despacho com o deferimento do pedido; os dados, por sua vez, aportaram para análise em 15/02/2017.

Foram fornecidas 5 (cinco) listagens, uma de cada TRF. Confeccionou-se questionário de 21 questões (Apêndice A), disponibilizado de forma eletrônica na Internet pelo estatístico assistente após os parâmetros definidos (plataforma *Google Drive*) e que foi respondido no período de 9/6/2017 a 10/7/2017 com informações obtidas nos sítios dos respectivos Tribunais Regionais Federais (TRFs).

4.2.1.3 A terceira fase: justificativa para a escolha qualitativa dos processos

A pesquisa de campo que envolveu o trabalho realizado na terceira fase foi realizada mediante uma amostragem orientada pela fase quantitativa anterior, em função dos recursos materiais e de tempo disponíveis. A escolha dos processos para a coleta de dados obedeceu a uma análise exploratória, não inferencial.

A escolha dos processos para a pesquisa na terceira fase foi realizada por quantidade, de acordo com as Seções Judiciárias que possuíam mais processos, de acordo com o levantamento realizado na segunda fase (evidenciado no item 2.1.2). Esta foi, portanto, determinante para a terceira fase da pesquisa.

Ao mesmo tempo, foram selecionados processos para maximizar a variação entre as diferentes regiões do país (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), permitindo a observação do fluxo de justiça em diferentes contextos de implementação. Com isso, foram

satisfeitas as exigências metodológicas para análise quantitativa e qualitativa: homogeneidade externa, já que foram analisados inquéritos e processos somente sobre o tráfico internacional de pessoas em seções judiciárias de todas as cinco regiões do país, e também a heterogeneidade interna, já que foram analisados distintos processos dentro de uma mesma seção judiciária.

A Tabela 2 (abaixo), extraída do relatório de Fluxo de Justiça (Apêndice A), demonstra a orientação de escolha pelas Seções Judiciárias na pesquisa qualitativa de campo. Observe que a tabela trata a distribuição de processos por TRF e por Estado. Optamos que a pesquisa qualitativa abrangesse todas as regiões do país: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Já que os recursos despendidos para a pesquisa eram somente do próprio doutorando e, considerando o tempo disponível para a sua realização, optamos por colher os dados dos processos em campo nas Seções Judiciárias em que houvesse a maior ocorrência de processos, o que possibilitaria o contato com o maior número de casos.

Tabela 2 – Número de autos por TRF e UF

TRF	UF	CONTAGEM	PERCENTUAL
TRF1	AC	3	0,72
	AM	6	1,44
	AP	4	0,96
	BA	13	3,13
	DF	1	0,24
	GO	19	4,57
	MA	1	0,24
	MG	10	2,40
	MT	8	1,92
	PA	11	2,64
	PI	-	-
	RO	6	1,44
	RR	7	1,68
	TO	3	0,72
	TOTAL	92	22,12
TRF2	ES	19	4,57
	RJ	45	10,82
	TOTAL	64	15,38
TRF3	MS	20	4,81
	SP	124	29,81

	TOTAL	144	34,62
TRF4	PR	25	6,01
	RS	13	3,13
	SC	25	6,01
	TOTAL	63	15,14
TRF5	AL	6	1,44
	CE	16	3,85
	PB	6	1,44
	PE	15	3,61
	RN	9	2,16
	SE	1	0,24
	TOTAL	53	12,74
	TOTAL	416	100,00

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Dessa maneira, quanto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1), optamos por realizar a pesquisa qualitativa nos Estados de Goiás (19 processos), Bahia (13 processos) e Pará (11 processos), assim, considerando os Estados que, na jurisdição deste Tribunal, possuísem o maior número de processos. No que diz respeito ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF 2ª), o Estado de Rio de Janeiro foi escolhido por apresentar o maior número de processos. No que diz respeito ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª), a opção pelo Estado de São Paulo (124 processos) satisfaz o critério estabelecido. Quanto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª), optamos por realizar a pesquisa nos Estados do Paraná (25 processos) e Santa Catarina (13 processos). Por fim, quanto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª), optamos pelos Estados do Ceará (16 processos) e de Pernambuco (15 processos). Agindo assim, o maior quantitativo de processos possível seria pesquisado, contemplando todas as regiões do país, o que é relevante.

Sem perder o foco da pesquisa qualitativa dos processos nas Seções Judiciárias selecionadas, diante do interminável debate entre os juristas, os quais acusam os cientistas sociais de “sociologismo” – “incapazes de captar as convenções do Direito” (GARCIA, 2014, p. 187) – e dos cientistas sociais, os quais acusam os juristas de “juridicismo” – “incapazes de analisar o Direito de um posto de visto externo” (Idem, Ibidem) – optamos, na pesquisa de campo, por uma “Sociologia com Direito”, a qual se interessa “com a maneira por meio da qual o sistema jurídico se descreve e se auto-observa, a maneira segundo a qual ele leva em

consideração o ponto de vista dos atores sociais” (GARCIA, 2014, p. 187), tornando interessante as pesquisas produzidas a partir de um ponto de vista externo.

Por isso, sempre que possível, as pesquisas qualitativas de campo nos processos foram complementadas por entrevistas com atores de perseguição e judiciários (Juízes, Procuradores da República e Delegados) que atuam no interior de organizações centrais do sistema jurídico, chamados tribunais (LUHMANN, 2004). Essas entrevistas nos possibilitaram uma análise qualitativa centrada em entrevistas semiestruturadas, garantindo uma análise de Sociologia do Direito “com o Direito”.

O questionário destinado a cada um dos atores entrevistados (Apêndices) foram montados de forma que as indagações dirigidas aos entrevistados aplicassem a técnica do “‘descentramento’ do sujeito como estratégia criadora de novos horizontes epistemológicos para a pesquisa empírica sobre o Direito” (GARCIA, 2014, p. 190), proporcionando uma estratégia de observação diferente sobre aquela centrada unicamente no ponto de vista dos atores, distinguindo as crenças destes das crenças do sistema a que pertencem, pois nem sempre estão em sintonia com as motivações institucionais do sistema a que pertencem.

A fase qualitativa exigiu visita “in loco” às Varas criteriosamente escolhidas, durante o período de 10 (dez) meses. Os trabalhos se iniciaram em 7 de dezembro de 2017, quando chegaram na 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás os processos sobre tráfico de pessoas, em sua maioria requisitados ao arquivo da Corte Federal, e se arrastaram até 11 de dezembro daquele ano. Após o recesso federal, em 17 de janeiro de 2018 iniciamos os trabalhos na 5ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária, ainda em Goiás, quando, somente em 15 de fevereiro de 2018, terminamos a pesquisa: em ambas as Varas da Justiça Federal em Goiás contamos com ampla compreensão, as quais nos permitiram, inclusive, retirar em carga os autos arquivados, concedendo-nos melhor debruçar sobre os atos processuais, sempre através da teoria sistêmica organizacional.

O janeiro de 2018 ainda não havia terminado e, no período de 24 a 30 do primeiro mês do ano, estávamos em São Paulo, local em que os esforços foram direcionados à 4ª Vara da Seção Judiciária, a qual dispunha de um manancial extraordinário de experiências na aplicação do enfrentamento ao tráfico de pessoas, pois lá se desenvolvera, sob a censura judicial, a denominada Operação Harém³⁹, voltada à exploração sexual internacional de um comércio sexual de alto padrão.

³⁹ Em 31 de julho de 2009, a Polícia Federal cumpriu mandados de prisão nos Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná com apoio internacional. “As mulheres eram agenciadas pelos acusados e escolhidas pelos clientes mediante um catálogo eletrônico com fotos. Algumas delas eram enviadas para o exterior a fim de serem

No mês de março fomos recebidos na 5ª Vara da Seção Judiciária do Rio de Janeiro; depois, novamente tornamos no período de 19 a 22 de março de 2018 ao Rio de Janeiro, onde na 3ª, 4ª e 8ª Varas da Seção Judiciária colhemos novos dados. A pesquisa ali realizada foi riquíssima, inclusive pela grande receptividade das magistradas federais que, diferentemente da grande maioria dos juízes de outras Seções Judiciárias do país, não se restringiram a cancelar acesso aos autos dos processos, mas nos abriram as portas dos gabinetes para entrevistas que alargaram o horizonte de compreensão das premissas decisórias da Justiça Federal.

O interesse à realização da entrevista junto aos atores do sistema de justiça criminal possui uma dimensão do uso empírico da lei, já que os números não falam por si só; “nem sempre o que está quantificado em números traz a real dimensão e natureza do problema analisado” (FRINHANI, 2014, p. 59). A correta interpretação dos dados colhidos em campo durante o manuseio dos autos dos processos deve ser lido à luz do empiricismo; quando, em uma entrevista, se houve o magistrado, está se interrogando o sistema psíquico e ouvindo além do “lugar comum”: ouve-se a organização, a qual está usando a boca do sujeito⁴⁰.

Em 25 a 27 de junho estivemos no Paraná e em Santa Catarina (28 e 29 de junho), ainda em 2018. A alta organização da Corte Federal da 4ª Região permitiu o acesso aos autos das ações penais, em sua maioria por meio eletrônico, já que a quase totalidade dos processos penais é virtual. No Paraná interessou a pesquisa em autos da 12ª, 13ª, 14ª e 23ª Varas Federais, enquanto que em Santa Catarina despontam como Varas mais importantes a 1ª e a 7ª Vara Federal em razão do maior quantitativo de casos existentes.

Entre 18 a 20 de julho de 2018, comparecemos na 3ª e 4ª Vara do Pará; o clima quente e úmido de Belém, contrabalanceado pela simpatia dos servidores da Justiça Federal –

exploradas sexualmente em grandes cassinos de Las Vegas, nos Estados Unidos, e em resorts da República Dominicana, no Caribe” (OGLOBO, 2009). A Operação Harém possui alta carga de indagação sobre a aplicação do tipo penal de tráfico de pessoas por haver se constituído em prostituição de luxo, inclusive com a sujeição de atrizes no mercado (CHASTINET, 2015).

⁴⁰ “De fato, o que dizer se o indivíduo era, em um bom número de casos, um cinto de transmissão do observado num sistema, isto é, com os esquemas e distinções propostos por este sistema? E se ele sabendo de um sistema, nos contasse sobre suas teorias, sua maneira de pensar sobre os problemas e seu auto-retrato, aceitando as coisas como tais? É então necessário contar com a experiência cognitiva dos atores do sistema de comunicação, através de entrevistas, para explorar mais diretamente certos aspectos do sistema de pensamento sistêmico. É uma questão de colocar, no nível epistemológico e num primeiro momento, os sistemas em pé de igualdade com os atores para poder estudar os primeiros por si mesmos” (PIRES, 2004). Tradução livre de “en effet, quoi dire si l'individu était, dans un bon nombre de cas, plutôt une courroie de transmission de l'observait pour un système, c'est-à-dire, avec les schémas et les distinctions proposées par ce système? Et s'il *connaissait pour un système*, en nous communiquant ses théories, sa façon de penser les problèmes e son autoportrait identitaire, en acceptant [par là] les choses comme telles? Il s'agit alors de prendre appui sur l'expérience cognitive des acteurs dans le système communicationnel, par l'entremise d'entrevues, pour explorer plus directement certains aspects du système de pensée des systèmes. Il s'agit de placer, au plan épistémologique et dans un premier moment, les systèmes sur un pied d'égalité avec les acteurs pour pouvoir étudier les premiers par eux-mêmes”.

infelizmente não houve contato com os magistrados federais, que se encontravam em júbilo de férias – por uma peculiaridade regional do tráfico humano, qual seja, o destino das vítimas, que em geral partem para países fronteiriços como a Guiana Suriname.

Em julho comparecemos na Bahia (1914-2008), precisamente na 2ª Vara Federal. A pesquisa realizada em Salvador, Bahia, no período de 06 a 08 de agosto de 2018, revelou uma marcante característica do Ministério Público Federal: o investimento em pedidos de cooperação jurídica internacional.

As seções judiciárias de Pernambuco e Ceará, em razão da distância do Centro-Oeste e do alto custo do deslocamento⁴¹, foram deixadas por último na pesquisa qualitativa. No período de 03 a 04 do mês de setembro estivemos na 4ª e na 36ª Vara Federal de Pernambuco e, no período de 12 a 14 do mês de setembro, estivemos na 4ª e na 32ª Vara Federal do Ceará. Em Pernambuco, encontramos a primeira e única sentença condenatória de tráfico de pessoas exarada em audiência.

4.2.2 As soluções aplicadas nas dificuldades e lacunas dos dados fornecidos para as análises estatísticas

Como esclarecido no item 2.1.2, a segunda fase da pesquisa foi eminentemente quantitativa, baseada em busca de dados (data do recebimento da denúncia, sentença, etc.) contidos no sítio de cada Corte Federal, cujos números dos processos foram adremente fornecidos pela Presidência dos Tribunais; entretanto, obtivemos dificuldades quanto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

No Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF 2ª), a solicitação foi entregue em 18/11/2016, sendo indeferido o fornecimento de dados em 26/12/2016, sob o argumento de que a confecção dos dados demandaria o emprego de recursos humanos do serviço público, o qual não deveria ser vertido para fins pessoais do doutorando. A respeito do TRF 2ª Região, em 15/04/2017 e em 12/06/2017 encaminhamos dois pedidos de reconsideração e, como não houve resposta, em 29/06/2017 buscou-se como alternativa, para que os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, abrangidos pela jurisdição da Corte, não fossem retirados da pesquisa, a utilização de um relatório da Polícia Federal (BRASIL, 2016), o qual contém os dados dos inquéritos e respectivas ações penais dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Posteriormente, buscou-se, no sítio do TRF 2ª Região, os demais elementos para

⁴¹ O custo da pesquisa foi inteiramente suportado pelo doutorando.

encaminhamento ao estatístico. Finalmente, em 19 de julho de 2017, a Presidência do TRF 2ª Região, atendendo a nosso pedido de reconsideração, forneceu os dados para a pesquisa através do Ofício TRF2 – OFI 2017/13493, datado de 17 de julho de 2017; entretanto, a solução já havia sido viabilizada.

Embora houvesse tentado, principalmente junto a juízes, a realização de entrevista, em poucos casos o doutorando logrou a anuência dos magistrados, que se opunham sob o argumento da alta taxa de trabalho; em outros casos, como na 7ª Vara da Seção Judiciária de São Paulo, ou na 13ª Vara de Curitiba, as figuras dos magistrados, altamente vigiados pela “mídia”, em razão dos casos de notoriedade nacional que presidiam, pareciam se recomendar a mais absoluta discrição e contato externo.

A par das dificuldades com as entrevistas, registra-se que a 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro não respondeu positiva ou negativamente ao pedido de acesso aos autos dos processos; tampouco procurado pessoalmente quando em viagem àquela Seção Judiciária, o Diretor de Secretaria nos deu resposta à ratificação do pedido feito pessoalmente.

Já a 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará, através da Juíza Federal presidente da Vara, em decisão fundamentada, negou acesso aos autos sob o argumento de segredo de justiça dos casos. O doutorando apenas agradece à pronta atenção da Vara em analisar o pleito.

Dessa forma, o empecilho de acesso aos autos da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e também da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará, embora tenha sido entrave à pesquisa de maior abrangência, não é o bastante para comprometer uma conclusão de análise dos demais casos coletados, os quais superam em número aqueles cujo acesso foi obstado.

CAPÍTULO 1 – DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE PENAL

Neste capítulo buscamos uma definição para políticas públicas voltada ao enfrentamento do tráfico de pessoas com uma excursão sobre os métodos utilizados para a sua execução no Brasil. Realizamos uma análise do processo de formação das políticas públicas, que, no Brasil, precederam a formação dos instrumentos legais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, a partir do impulso de Tratados, cujo processo histórico de evolução também é analisado. Trouxemos a análise dos elementos que compõem o conceito de arranjos híbridos e temporários, necessários à compreensão dos estudos de casos que são propostos no capítulo seguinte.

Um tópico específico a respeito do consentimento da vítima, analisado a partir da evolução dos Tratados e do atual tipo penal brasileiro foi formado neste capítulo, com abrangência da pesquisa de campo que espelha o parâmetro que vem sendo utilizado pelos Tribunais Regionais Federais em recentes decisões.

A expectativa, neste capítulo, é explorar conflitos decorrentes dos arranjos híbridos no plano das relações interorganizacionais e o modo como ocorreu a implantação de políticas públicas no enfrentamento ao tráfico no Brasil. Espera-se, ainda, explorar como os tribunais têm adequado suas decisões às novas premissas condicionais informadoras da definição penal de tráfico de pessoas.

1.1 O QUE É POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS?

As políticas públicas exprimem o curso de uma ação ou de um conjunto de ações visando determinado fim a partir de escolhas ou decisões por um governo (PIRES; GOMIDE, 2016). Obviamente, a execução de uma política pública, por visar a maximização dos resultados, exige que os atores que compõem os arranjos institucionais, temporários ou híbridos, contribuam efetivamente para contemplar altos níveis de entrega, mediante altos níveis de coordenação, em um fluxo coerente e contínuo de ações (PIRES; GOMIDE, 2016), com a “presença de agentes federais capazes de orientar, monitorar e expedir alertas” (LASSANCE, 2012, p. 33).

É preciso que não se confunda política pública com plano público e, ainda, que se faça sua diferenciação com programas públicos. Para tanto, Teresi e Dornelas (2012, p. 79), em Curso elaborado para a Secretaria Nacional de Justiça fornece a necessária distinção:

As políticas públicas definem a área de atuação, as prioridades e os princípios diretores. Por outro lado, os Planos Públicos, que podem ser nacionais, estaduais e municipais, têm a finalidade de definir Programas e ações concretas para a obtenção dos resultados esperados com aquela política nacional. Os Programas, por outro lado, que também podem ser nacionais, estaduais e municipais, trazem desenvolvidas as ações previstas nos Planos Públicos.

O Decreto Presidencial nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, em seu artigo 3º, aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil, exigindo a implementação de ações articuladas e com a participação de vários atores envolvidos direta ou indiretamente com esse enfrentamento⁴², a qual possui **três eixos**: (I) Prevenção, (II) Atendimento às vítimas e (III) Responsabilização e Repressão (TERESI; DORNELAS, 2012).

O terceiro capítulo do Decreto nº 5.948/2006 serviu de base para a construção do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) por meio do Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008, reconhecendo o tráfico de pessoas como crime complexo e multidimensional (BRASIL, 2010). Por derivar inclusive de um compromisso, assumido na órbita internacional, além da interna, o enfrentamento ao tráfico de pessoas em diversas políticas e planos de diversos ministérios e secretarias da Presidência da República⁴³, é realizado de forma transversal e não apenas na Política e no Plano citados nos dois parágrafos anteriores (BRASIL, 2010).

A consequência lógica da exposição é o primeiro elemento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do tráfico: o Estado não as realiza sem o complemento do auxílio da sociedade organizada, devendo coordena-las e conseguir que sejam realizadas de forma concertada. As vítimas do tráfico, em geral, sofrem sequelas graves que perduram por toda a

⁴² Referido Decreto Presidencial foi posteriormente revogado pelo Decreto nº 7901, de 4 de fevereiro de 2013, o qual instituiu a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP.

⁴³ A exemplo do Programa Nacional de Segurança Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), o qual visa a redução da criminalidade atuando em fatores socioculturais, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Justiça; a elaboração de um novo Estatuto do Estrangeiro (Lei 13.445/2017), em que o advena é tratado sob a ótica humanitária, bem como a política nacional facilitadora dos fluxos migratórios; instalação de laboratórios na região do PRONASCI para análise de delitos de lavagem de dinheiro; instalação do Disque Denúncia Nacional – Disque 100, coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos, cujos dados são fundamentais para mapear as regiões críticas; o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR), responsável pela capacitação da rede de proteção; “Por entender que o tráfico de mulheres é uma das formas de violência baseada no gênero praticada contra as mulheres, a SPM destinou um eixo do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher especificamente para o seu combate”, entre outros (BRASIL, 2010, p. 36 e ss).

sua vida, por isso a prevenção é importante como eixo para desestabilizar as organizações criminosas, evitando que pessoas caiam nas organizações do tráfico (RODRIGUES, 2016).

Em se tratando de políticas públicas, a intersetorialidade ganha enorme importância, porquanto se refere à articulação entre os diversos atores que atuam no campo da disputa dos saberes e experiências (LOTTA; FAVARETTO, 2016) e, por vezes, com foco distinto uns dos outros; “a construção de pautas de atuação conjuntas convive muitas vezes com conflitos e disputas entre os atores envolvidos” (CODÓ; MACHADO; CORDEIRO, 2017, p. 84). A intersetorialidade⁴⁴ pode ser conceituada como:

a convergência de esforços de diversos setores governamentais e não governamentais na produção de políticas públicas integrais e integradas que respondam às necessidades da sociedade de forma completa (LIPPI, 2013, p. 3), sendo tanto mais efetiva quanto mais a integração for pensada desde o planejamento até o monitoramento das políticas públicas (LOTTA; FAVARETTO, 2016, p. 54).

A intersetorialidade tem como garantia articular diferentes interesses no “jogo” ao enfrentamento do tráfico: garantir os direitos das vítimas e obter a punição dos perpetradores do ilícito, o que deve ser obtido pela execução de múltiplas políticas públicas (TERESI; DORNELAS, 2012). A intersetorialidade “está diretamente vinculada ao conceito de “rede”, que requer articulação, relações horizontais entre parceiros e interdependência de serviços para garantir a integralidade da ação” (TERESI; DORNELAS, 2012, p. 86), sendo fundamentais aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados⁴⁵.

Estudos na área do tráfico de pessoas apontam a atuação de uma série de atores para um controle do enfrentamento: legislador, gestores públicos, agente de *law enforcement*, juiz, das organizações não governamentais e das instituições de direito privado, da sociedade e das

⁴⁴ Alcançar a convergência de interesses dos órgãos que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas é questão intrincada no campo de atuação, em que a disputa nem sempre aponta convergência de interesses. Há relato de um caso havido no Estado de Goiás em que o representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, existente no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás (MPE-GO), havendo encaminhado à Polícia Federal a notícia crime de uma denúncia anônima, foi instado a identificar o autor das informações para que a autoridade policial representasse à Justiça Federal por interceptação telefônica. A identificação do autor da notícia crime era necessária em virtude do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que não permite referida medida com base em notícia crime anônima (STF, RHC 123949/SP). Seguiu-se, a partir de então, grande embate entre o representante do Núcleo de Enfrentamento no âmbito do MPE, o qual se opunha a depor veementemente sobre a identidade do noticiante e a autoridade policial, que desejava identifica-lo para cumprir sua função repressiva e encetar a representação de interceptação. A Procuradoria da República em Goiás entrevistou em favor do representante do Núcleo de Enfrentamento, visando abster-lo de prestar a informação. O embate acabou com o término de prosseguimento das investigações da área repressiva em virtude da falta de cooperação do Núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas (R.A).

⁴⁵ Os Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e pelos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante compõem a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico através de um representante (Decreto 7901, de 04 de fevereiro de 2013).

vítimas (VIEIRA, 2017)⁴⁶. Entretanto, não basta uma atuação efetiva de cada um dos agentes, senão que ela se faça de forma coordenada, mormente em um crime em que ao exaurimento da prática criminosa visa a retirada da vítima de solo brasileiro, com a prática de atos de exploração sexual em outro país. A Convenção do Conselho da Europa Contra o Tráfico de Seres Humanos, em seu artigo 35, reforça a necessidade de cooperação da sociedade civil no engajamento do enfrentamento ao tráfico⁴⁷, a indicar a sua necessidade na questão.

As políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas não se resumem a ações de repressão, como normalmente se faz nas medidas de investigação de cunho policial, devendo abrir oportunidades às vítimas em potencial, evitando seu aliciamento pelas redes de prostituição⁴⁸. As políticas públicas são, então, os instrumentos adequados à atuação dos direitos humanos (FRINHANI, 2014).

Vieira (2017, p. 110) esclarece a respeito do “ponto cego no enfrentamento ao tráfico de seres humanos”, o qual deve compreender políticas públicas direcionadas ao combate à corrupção envolvendo instituições cartorárias e consulados, postos de migração e controle de fronteiras, policiais e agentes de fiscalização trabalhista e sanitária, agentes de *law enforcement* e o poder judiciário, visando evitar, inclusive, que os agentes públicos sejam cooptados para o fim ilícito de favorecimento ao tráfico internacional de pessoas. Nesse ponto, já revelamos a ocorrência de casos envolvendo agentes públicos, inclusive no Estado de Goiás.

Em tese elaborada sobre o envolvimento da corrupção e o tráfico de pessoas, Sacco (2006) registrou que, em 561 casos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) de crimes ocorridos entre 1994 e 2003, após visita a 22 (vinte e dois) Estados brasileiros, foram investigados 89 incidentes, dos quais 63 envolveram comportamento corrupto, correspondendo a 70,79% dos casos: “o primeiro genuíno e empírico apoio à

⁴⁶ Registra-se a discordância do autor da tese, para quem, após, vários anos afrente de investigações de repressão do tráfico de pessoas no primeiro Estado em número de ocorrências de casos, o *law enforcement*, o juiz e a vítima são os principais agentes envolvidos no enfrentamento ao tráfico.

⁴⁷ A Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, que entrou em vigor no dia 1 de fevereiro de 2008, tem como objetivos a prevenção do tráfico de seres humanos, a proteção das vítimas e o procedimento criminal contra os traficantes (COUNCIL OF EUROPE, 2018). “Chaque Partie encourage les autorités de l’Etat, ainsi que les agents publics, à coopérer avec les organisations non - gouvernementales, les autres organisations pertinentes et les membres de la société civile, afin d’établir des partenariats stratégiques pour atteindre les buts de la présente Convention” (REPÚBLICA DE PORTUGAL, 2008, p. 428).

⁴⁸ Por isso, a “ação preventiva dos Estados, em parceria com organizações não governamentais, deve ter um olhar amplo sobre todas as fases do tráfico desde o recrutamento até a exploração da vítima; esforços de assistência às vítimas para quebrar o ciclo do tráfico deve ser dirigido tanto para impedir que as vítimas sejam revitimizadas e também para impedir que as vítimas se tornem traficantes” (VIEIRA, 2007, p. 109; UNODC, 2008b, p. 432).

demonstração da ligação entre o tráfico de pessoas e a corrupção no Brasil” (Ibidem, p. 48), sendo mais frequente no tráfico internacional (76% do total de incidentes).

Ainda segundo Sacco (2006), um estudo estatístico demonstrou que a maioria dos casos envolvendo corrupção no tráfico de pessoas está relacionada à região Norte do Brasil, seguido pela Região Centro-Oeste.

A alta ocorrência de casos de tráfico internacional de pessoas na Região Centro-Oeste, crescente a partir de 2004, não passou despercebida por Sacco (2006), que procurou, ainda de forma modesta, explicação para o fenômeno localizado no centro do Brasil: “as diferenças no topo do ranking de ambos os relatórios podem ser diferenças regionais nas *iniciativas de aplicação da lei* (um fator causal rival) como forte ênfase” (p. 76, grifo nosso)⁴⁹.

Além das ações de prevenção, estão as ações investigativas de cunho repressivo, as quais devem contar com um esforço conjunto de atuação internacional, mediante o uso dos vários mecanismos de cooperação disponíveis, como auxílio direto em matéria penal⁵⁰,

⁴⁹ Várias hipóteses desprovidas de fundamentação buscam justificar o Estado de Goiás, no Brasil, como o “celeiro” de ocorrências de casos de tráfico internacional de pessoas. Curiosamente, a maior parte dos dados, como as estatísticas citadas na tese de Sacco (2006), apontam o ano de 2014 como o de um aumento expressivo de registro de ocorrências de tráfico internacional de pessoas. Foi nesse ano que um Delegado da PF assumiu a frente das investigações do enfrentamento de pessoas naquele Estado. Em palestra realizada na Escola de Magistratura do Rio Grande do Sul (Esmafe), um Juiz Federal palestrante reproduziu a resposta recebida de um Dirigente da Polícia Federal ao indagar a causa da grande ocorrência de inquéritos naquele Estado sobre tais ilícitos: “Lá tem um Delegado muito preocupado” (Informação verbal obtida em palestra na Esmafe, em 2013).).

⁵⁰ No âmbito do Estado de Goiás, um dos casos que mais se destaca como expoente da cooperação policial e jurídica internacional em matéria de tráfico de pessoas e de políticas públicas de proteção às vítimas foi o Caso Fassini, o qual envolveu Brasil e Suíça em medidas simultâneas de proteção à vítima. O panorama criminoso começou a ter desfecho quando a menor brasileira K.C.O embarcou para a Suíça, acompanhada de PIETRO CHIESA, visando ser submetida à prostituição no HELP BAR. A chegada da menor à Suíça foi acompanhada pela Polícia Federal Suíça e pela Polícia Cantonal de Zurique, que empreenderam buscas no HELP BAR, logrando encontrar a menor K.C.O em ambiente de prostituição. Na ocasião, os suíços P.C, G.Z e J.C, entre outros, foram presos pela exploração da prostituição.

Com base em um dispositivo do Código Penal Suíço que permite a transferência de processo entre países envolvidos, provas importantes apontando para outras pessoas da organização residentes no Brasil aportaram validamente na esfera penal da Justiça Federal. Os documentos seguiram o trâmite do auxílio direto em matéria de cooperação jurídica internacional.

O Caso Fassini foi emblemático não somente em virtude de sua apologia ao aliciamento de menores para fins de exploração sexual no exterior e do envolvimento de entorpecentes nos locais de prostituição, mas também pela eficiência da cooperação policial e jurídica internacional na troca de provas por parte de ambos os países envolvidos em todas as fases investigativas e judiciais.

Primeiramente, a Polícia Cantonal de Zurique despertou a atenção da Polícia Federal brasileira para a atividade criminosa do Caso Fassini ao enviar um pedido sobre os números telefônicos que mantinham contato com os correspondentes monitorados em seu país. Em um segundo momento, as autoridades policiais suíças foram receptivas a uma delegação policial brasileira em seu país para troca de novas informações sobre o caso, em reuniões nas quais a II Promotoria de Justiça de Zurique decidiu pela transferência do processo em relação a vários envolvidos que se encontravam homiziados no Brasil.

A transferência de processo é um permissivo legal contido na Lei Federal de Assistência Suíça que permite àquelas autoridades dispor de uma persecução criminal para outro país, deixando a cargo deste a *persecutio criminis*, quando indivíduos não podem ser alcançados pela Suíça por estarem fora de seu território (Art 61ª da Lei Federal Suíça sobre Cooperação Internacional em Matéria Penal).

Simultaneamente, e como medida de política pública, a menor K.C.O recebia, em solo suíço, proteção e inclusão em um programa de proteção às testemunhas vítimas de tráfico de pessoas e, no Brasil, a Polícia

extradição ativa e passiva, carta rogatória, homologação de sentença estrangeira, transferência de presos e processos (MACHADO; VIEIRA, 2016).

A cooperação jurídica internacional, por pressupor colaboração e trabalho conjunto (BRASIL, 2008), pode ser conceituada como o esforço de dois ou mais Estados – parte visando a atingir um objetivo comum com resultados jurídicos, tenha ou não caráter jurisdicional. Noutro giro, a cooperação jurídica internacional não afasta a necessidade de cooperação institucional, tida como o enlace entre agentes públicos ou, ainda, entre estes e agentes privados, visando a colaboração para a prevenção e repressão do tráfico e à proteção às vítimas.

Em se tratando de cooperação internacional no enfrentamento ao tráfico de pessoas, é preciso lembrar que a “entrega vigiada” de vítimas, prevista na Convenção de Palermo e que objetiva retardar a ação investigativa visando a melhoria da colheita da prova, traz evidente conflito em relação à dignidade humana em face da discricionariedade da autoridade policial. Por isso, em respeito à dignidade da pessoa, a vítima deve ser “tratada como sujeito com valor intrínseco, posto acima de todas as coisas criadas” (BRANCO, 2014, p. 278), havendo colisão de direitos fundamentais em relação ao dever de proteção da coletividade, no que concerne à investigação necessária à repressão dos crimes e à exposição controlada da vida de uma vítima em prol da obtenção de provas necessárias ao desfazimento de uma organização criminosa, ao que Sarlet (2010) atenta à necessidade de cautela redobrada pelo Estado.

A questão se apresenta de alta indagação em tema de tráfico de pessoas, já que a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas trouxe em seu texto seus princípios norteadores, entre os quais se destacam a dignidade da pessoa humana e a proteção e assistência integral às vítimas diretas e indiretas (TERESI; DORNELAS, 2012). Trata-se daquilo que se chama de mecanismos horizontais de *accountability*, tais como os direitos e as garantias individuais (O'DONNELL, 1998; SCHAPIRO, 2016).

Há momentos em que mesmo a obtenção de provas em uma cooperação internacional conflita com o direito à integridade das vítimas. É preciso estabelecer parâmetros para atuação, pois uma “entrega vigiada” de vítimas implica que as autoridades encarregadas respondam, *prima facie*, a dois pontos. Primeiro, existe perigo concreto a bem indisponível da vítima (ex.: vida)⁵¹? Se positivo, as autoridades dos países de destino estão prontas a uma

Federal promovia proteção à mãe da menor, também ameaçada pela rede de tráfico (BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª. Região – Seção Judiciária do Estado de Goiás – Autos 2005.35.00.23131-6).

⁵¹ Consta de registros de um processo judicial por tráfico de pessoas que uma autoridade policial do Estado de Goiás haveria permitido o embarque de uma menor de 16 anos, vítima de tráfico de pessoas, sem autorização judicial, para que se propiciasse a realização de um flagrante em Zúric, na Suíça, em ação coordenação com a

rápida intervenção para afastar a ameaça a esse bem? Se não há medidas para uma pronta intervenção, visando a segurança das vítimas, a entrega vigiada é desaconselhável. Segundo, há provas suficientes em ambos os países a fundamentar o oferecimento de denúncia no crime sob investigação? Se sim, permitir a entrega vigiada de vítimas é medida desnecessária e repreensível (MACHADO; DORNELAS, 2017).

Há muita clareza e consistência nesses procedimentos invasivos por parte de quem investiga, mormente em se tratando de uma entrega vigiada de vítimas. De um lado, para os atores da persecução criminal, seria inviável o atingimento de um termo satisfatório sem o uso de ferramentas especiais de investigação, em razão da natureza dos crimes investigados; de outro lado, “os mecanismos invasivos de investigação são descritos por parte da literatura como anomalias diante do ideário de proteção dos direitos individuais, representando excessos que violam a presunção de inocência” (SANCHEZ, 2003, p. 1), além de outros (ZACKSESKI; MACHADO; MACIEL, 2018).

O caso Rantsev V. Cyprus e Rússia é um exemplo de que “o direito internacional dos direitos humanos responsabiliza os Estados partes por atos e /ou omissões por eles contra seus cidadãos” e “a falta de investigação ou de acusação do tráfico de seres humanos pelo Estado e a proteção de seus cidadãos são prejudiciais” (JONES, WINTERDYK, 2018a) às vítimas.

Oxana Rantseva, 21 anos, chegou ao Chipre em 5 de março de 2001, precedida de um pedido de visto de trabalho por parte de um proprietário de uma casa de prostituição para que trabalhasse como “artista”. Após ser localizada em outra boate, Rantseva foi forçosamente conduzida por pessoas envolvidas na gestão da boate à qual fora trabalhar e, após ser levada para vários locais, encontrada morta na rua (PATI, 2011; SOUZA, 2015).

Os responsáveis por traficar Rantseva chegaram a levá-la a uma delegacia de polícia local, solicitando que fosse deportada para que uma outra mulher russa pudesse ingressar no Chipre em seu lugar. Ao contrário, as autoridades policiais, mesmo diante de indícios veementes de que Rantseva entrara no Chipre para exploração sexual, preferiram devolvê-la às pessoas que a conduziam (PATI, 2011; SOUZA, 2015).

No caso Rantseva, a Corte Europeia de Direitos Humanos decidiu que o Governo do Chipre deveria pagar ao pai da vítima, no prazo de três meses, a contar da data em que a decisão se tornasse definitiva, em conformidade com o artigo 44,§ 2º da CEDH (Convenção Europeia de Direitos Humanos), EUR 40.000 (quarenta mil euros), relativo aos danos, e que o governo da Rússia deveria pagar, no prazo de três meses, a contar da data em que a decisão se

tornasse definitiva, em conformidade com o artigo 44, § 2º da Convenção, EUR 2.000 (dois mil euros), a título de danos morais (PATI, 2011; SOUZA, 2015).

O caso mostra uma falha evidente do Estado na responsabilidade de seus cidadãos, o qual pode perfeitamente ser aplicável em caso de falha diante de uma entrega vigiada fracassada, em que reste danos físicos, psicológicos ou materiais à vítima que restaria exposta, neste caso, mais em virtude de um erro comissivo, do que omissivo, como o foi no caso Rantseva.

Uma medida de política pública importante para a vítima é o chamado período de restabelecimento e reflexão, em que os Estados devem “considerar a adoção de medidas legislativas ou outras medidas apropriadas que permitam às vítimas tráfico de pessoas para permanecerem no seu território, temporária ou permanentemente”⁵² (VIEIRA, 2017, p. 114), enquanto se recuperam das consequências nefastas da exploração (UNODC, 2008b; HALES, 2017⁵³). A assistência à vítima pressupõe atendimento consular, assistência à saúde e assistência jurídica, o que deve incluir sua família, ainda que no país de origem. “É fundamental que a vítima receba proteção, uma vez que o medo de represálias pode influenciar a decisão de cooperar com as investigações” (VIEIRA, 2017, p. 115).

No Brasil, o projeto de Lei 479/2012, transformado na Lei 13.344/2016, procurou adequar a legislação brasileira ao Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, que atua em três eixos: proteção, prevenção às vítimas e repressão⁵⁴. “A lei prevê assistência jurídica, social, trabalho e emprego, saúde, acolhimento e abrigo provisório, prevenção à revitimização da pessoa e atendimento humanizado” (POZZEBOM, 2018, p. 1). A nova Lei de Imigração consolidou a política pública de proteção à vítima de tráfico de pessoas em solo brasileiro, possibilitando a concessão de visto de residência à vítima de tráfico de pessoas^{55, 56}.

⁵² “In addition to taking measures pursuant to article 6 of this Protocol, each State Party shall consider adopting legislative or other appropriate measures that permit victims of trafficking in persons to remain in its territory, temporarily or permanently, in appropriate cases” (UNODC, 2008b, p. 313).

⁵³ “Where victims are formally identified based on Reasonable Grounds decision, the reconciliation and reflection period is 45 days. At the end of this period they, as illegal migrants, are subject to deportation, unless they are cooperating with a police investigation.”

⁵⁴ A Lei 13.344/2016 alterou a Lei 6.815/80, inserindo nela o artigo 18-A, o qual dispõe: “Conceder-se-á residência permanente às vítimas de tráfico de pessoas no território nacional, independentemente de sua situação migratória e de colaboração em procedimento administrativo, policial ou judicial” (BRASIL, 2016).

⁵⁵ Anteriormente à Lei 13.344/2016, o Conselho Nacional de Imigração, órgão colegiado do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, com a finalidade de normatizar a regularização migratória das vítimas de tráfico de pessoas e em cumprimento aos artigos 6º. e 7º., ambos do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças, promulgado por meio do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, já disciplinara a concessão de visto às vítimas também como forma de sua proteção, editando a Resolução Normativa nº 93, de 21 de dezembro de 2010.

Um elemento importante à implementação de políticas públicas voltadas à proteção de vítimas no Brasil é o Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), baseado na ideia de reinserção social do beneficiário, o que o diferencia do Serviço de Proteção ao Depoente Especial (SPDE), o qual não tem por finalidade a reinserção social dos protegidos, uma vez que apenas acolhe provisoriamente as vítimas⁵⁷.

Durante a pesquisa qualitativa deste trabalho, encontramos um único caso de inserção de vítima no âmbito do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas, identificado no âmbito do Estado de Goiás. Nos autos da ação penal 2004.35.00.013523-5, a testemunha arrolada pela acusação, receosa de represália por haver delatado a aliciadora, foi induzida pelo advogado de defesa a distorcer os fatos em audiência de instrução. Tão logo houvesse terminado a etapa processual de colheita de provas, mas antes de prolatar a sentença, familiares da ré atentaram contra a integridade física da testemunha, a qual aportou aos prantos e ensanguentada na Superintendência da Polícia Federal, em Goiânia.

Conduzida imediatamente à presença de dois Procuradores da República, voltou atrás no depoimento judicial, aquilatando a verdade dos fatos, obrigando o magistrado federal a reabrir a instrução processual. Posteriormente, a aliciadora fora condenada com o cafetão português e o advogado respondera a processo administrativo na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sendo ainda condenado à indenização cível por danos morais provocados em face da autoridade policial presidente das investigações, já que a distorção dos fatos da testemunha ensejara também indevido processo administrativo disciplinar em face do Delegado Federal (BRASIL, 2004).

A vítima tem um foco preponderante em se tratando de política pública no enfrentamento ao tráfico de pessoas; em geral, ela é o primeiro contato da autoridade investigativa ou do núcleo de proteção em relação ao esquema criminoso, por isso uma série

⁵⁶ A nova Lei de Imigração (Lei 13.445/2017), em seu art. 30, trouxe igual direito às vítimas de tráfico de pessoas: “A residência poderá ser autorizada, mediante registro, ao imigrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que se enquadre em uma das seguintes hipóteses: II - a pessoa: g) tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória” (BRASIL, 2017).

⁵⁷ “A inclusão da vítima em programa de proteção às testemunhas importa em uma série de restrições à vítima, tais como: controle de telecomunicações, transferência de residência, sigilo em relação a atos praticados e retirada do convívio dos grupos sociais (religiosos, familiares, laborais, lazer). As restrições impostas à vítima no programa de proteção e a necessidade de personalidade e conduta compatíveis com as restrições de comportamento fazem com que os sujeitos objeto de tráfico de pessoa desistam ou não anuem com o programa, inviabilizando a disponibilização da estrutura para seu acolhimento” (TERESI; DORNELAS, 2012, p. 101-102).

de medidas são aconselháveis para a obtenção de sua confiança e dados de uma ação conjunta das redes de enfrentamento⁵⁸.

As vítimas do tráfico de pessoas, sejam elas diretas ou indiretas, devem ser atendidas em suas diversas dimensões: laboral, social, psicológica e econômica. Enquanto as diretas se ligam diretamente à exploração sexual, as indiretas compreendem as pessoas a elas ligadas, em geral suas famílias, que não raramente sofrem ameaças dos aliciadores.

No Brasil, a assistência humanizada às vítimas é feita através dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs), unidades administrativas do Poder Executivo Estadual, e dos Postos Humanizados Avançados, unidades administrativas do Poder Municipal, articulando-se com os NETPs. Os Núcleos realizam o “encaminhamento das vítimas para os abrigos, para serviços de apoio psicológico, auxílio ao retorno à cidade de origem e implementam ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas junto com órgãos públicos e a sociedade civil” (TERESI; DORNELAS, 2012, p. 138), enquanto que os Postos Humanizados Avançados, situados nos aeroportos e rodovias, prestam “atendimento imediato ao migrante deportado ou não-admitido no país de destino” (TERESI; DORNELAS, 2012, p.

⁵⁸ Teresi e Dornelas (2012) listam medidas pertinentes a esse primeiro contato: **“Linguagem** – em geral, pessoas oriundas de situação de exploração possuem uma linguagem regionalizada e humilde (tráfico para fins de trabalho escravo) ou mesmo com palavras de baixo “calão” (tráfico para fins de exploração sexual). Nesse caso, é desaconselhável para a autoridade policial cercar qualquer atitude com relação ao vocabulário da vítima que possa constrangê-la a prosseguir no relato, inclusive com relação a linguagem sexualmente explícita; pelo contrário, é consistente que o inquiridor adeque seu vocabulário visando dispor a vítima em situação mais familiarizada, fazendo com que as descrições da situação fluam melhor. **Certifique-se, porém, de não utiliza linguagem sexista ou discriminatória com a vítima; Interrupção** – o inquiridor deve evitar ao máximo quebrar o fluxo narrativo da vítima, para que se expresse da forma mais livre possível; eventuais perguntas complementares devem ser registradas em forma de rascunho com breves apontamentos para indagações ao final; **Registro em vídeo** – além de captar as impressões físicas da vítima, o vídeo possibilita uma reanálise do que foi dito para reinterpretação futura, garantindo ainda a fidedignidade do que foi reduzido a termo. Contudo, é preciso garantir à vítima que o vídeo não será divulgado e é medida de rotina nas inquirições; **Gênero/sexo do inquiridor** – ‘Apesar de a legislação de alguns países exigir que as vítimas do sexo feminino de alguns crimes sejam inquiridas por pessoas do mesmo sexo, há provas de que algumas vítimas se relacionam melhor com membros do sexo oposto. Os motivos não são inteiramente claros, mas podem estar relacionados com experiências culturais e individuais’ (ONU, 2009, p. 22); **Explicação das perguntas** - Sempre que for possível, explique à testemunha as razões que justificam o tipo de perguntas que lhe faz. Se a vítima compreender melhor o objetivo das perguntas, terá mais facilidade em colaborar consigo e irá sentir-se menos frustrada (ONU, 2009, p. 27); **Espaços de neutralidade** – durante as inquirições, fale sobre aspectos neutros, como perguntar se a vítima tem sede ou fome, mas com o cuidado de não causar um grande espaço de tempo para não perder o foco da atividade; **Intervalos** – em virtude da quantidade de detalhes, depoimentos com vítimas em geral podem durar mais que o esperado, fazendo a necessidade de intervalos de acordo com o ritmo suportado pela vítima. Lembre-se: a vítima vem de uma situação de exploração e fadiga e **o ritmo deve ser ditado por ela**, não pelo inquiridor; **Modelo de perguntas** – faça perguntas abertas, do tipo ‘Já me contou que a pessoa que lhe bateu é um homem? Isso é verdade?’ Pode descrevê-lo”; perguntas simples, sem gíria e sobre um único ponto, de forma a facilitar a resposta. A vítima já foi bastante explorada e precisa sentir agora o controle do discurso, da situação” (p. 119-120, grifo nosso) .

138). Tanto os Núcleos, quanto os Postos devem desenvolver suas atividades em articulação com as redes regionais e locais⁵⁹.

Evidentemente, isso implica um conceito em que políticas públicas não são formuladas por um único ator público, o Estado, bem como de que inexiste hierarquia pública unificada, mas sim uma rede de organizações com relativa autonomia (SCHNEIDER, 2005, p. 49), ocasionando uma progressiva diferenciação interna com consequência para o campo organizacional do Estado, o que pode ser demonstrado no caso da cooperação internacional voltada ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, em que a necessidade da troca de informações entre os Estados cooperantes forçaram a especialização de unidade voltada à coordenação da remessa e recebimento de documentos: o Departamento de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos (DRCI) do Ministério da Justiça.

No âmbito do Mercosul, somente o Brasil e a Argentina aprovaram políticas públicas voltadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas; Paraguai e Uruguai ainda não desenvolveram uma lei específica e desenvolvem poucas ações (SOARES; SOUZA, 2011, p. 208).

Uma política pública implementada na Romania, país do Leste Europeu no qual se verifica o envolvimento de pessoas com a exploração sexual com vistas a seu exercício na Europa e, que poderia ser implementada no Brasil, são medidas de integração no mercado de trabalho, mas cuja atuação ocorre de forma preventiva pelo Governo, desde que verificado um alto risco de as pessoas serem traficadas, “especialmente mulheres de áreas desfavorecidas ou de pessoas socialmente marginalizadas” (IONITA et al, 2011).

A Resolução 2003/C 260/3 do Conselho da União Europeia determina que os Estados Membros da União Europeia promovam medidas para monitoramento do sistema de tráfico de seres humanos de forma contínua e regular, utilizando-se de instrumentos como os Relatórios Nacionais.

Na Holanda, por exemplo, os Relatórios Nacionais são realizados por uma instituição independente, ao contrário da República Tcheca em que o Ministério do Interior é a agência responsável pela elaboração do Relatório Nacional (NETKOVA, 2014, p.23-26; Jones; WINTERDYK, 2018b, p. 165)⁶⁰; consiste em uma medida necessária a ser implementada no Brasil, em que os Relatórios Nacionais estão a cargo da Secretaria Nacional de Justiça.

⁵⁹ “Se por exemplo, uma vítima de tráfico for identificada pelo Posto Avançado ou pelo Núcleo e esta desejar retornar ao seu estado de origem, o órgão de entrada realiza um trabalho de encaminhamento para a rede local de atendimento da região de origem, tentando obter a continuidade do atendimento emergencial. Por outro lado, caso o desejo da vítima de tráfico seja o de permanecer naquele estado, deve-se articular o atendimento com a rede local de assistência daquela região” (TERESI; DORNELAS, 2012, p. 140).

⁶⁰ A discussão plenária de dois dias realizada pelo Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati a respeito da Diretiva 2011/36 da União Europeia tomou o Relatório Nacional da Holanda como modelo a ser

Os Relatórios Nacionais não devem se ater a dados a respeito do tráfico de pessoas, mas também “realizar análises sérias e extensas das informações coletadas e relatadas, com a identificação de pontos fracos no sistema, sugestões de melhoria e recomendações cuja implementação melhorará a resposta nacional ao tráfico de seres humanos” (NETKOVA, 2014, p. 29).

Os parâmetros normativos para o enfrentamento do tráfico de pessoas e o contexto desse fenômeno na ordem contemporânea, do qual merecem destaque a crescente pobreza, miséria e exclusão social, as acentuadas assimetrias entre os hemisférios Norte e Sul e a feminização da pobreza, apontam para a necessidade de a perspectiva dos direitos humanos e de gênero assumir a posição de eixo central para as três vertentes de enfrentamento, quais sejam, prevenção, repressão e proteção às vítimas (PIOVESAN; KAMIMURA, 2013).

Pari passu, “como o crime organizado do Tráfico de Pessoas simplesmente viola todos os direitos, resta à sociedade e ao poder público enfrentar esse tipo de prática criminosa, pautando suas condutas e decisões pela concretização do princípio da dignidade humana” (RIBEIRO, 2013, p. 157), fundamento da República – artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal. O cenário sociopolítico brasileiro, em que as categorias sociais marginalizadas não têm acesso aos benefícios do crescimento econômico, acentua essa necessidade.

O reconhecimento da pessoa traficada como sujeito de direitos também é fundamental na abordagem baseada nos direitos humanos, tomando-se a pessoa como centro da atividade e política relativa ao enfrentamento do tráfico de seres humanos e ainda garantindo sua participação e consulta no desenvolvimento de estratégias e políticas antitráfico:

Para a incorporação e a aplicação de uma perspectiva de direitos humanos e gênero, e imprescindível que em cada medida planejada e em cada intervenção a ser implementada no enfrentamento ao tráfico de pessoas seja afirmada a dignidade e evitado o sofrimento humano, considerando-se o outro como um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas de forma livre, autônoma e plena, reconhecendo-se identidades e diferenças. Os direitos humanos devem assumir especial centralidade a orientar todos os programas, ações e medidas para prevenir e combater o tráfico de seres humanos, bem como para proteger e reparar suas vítimas, considerando ser o tráfico de pessoas causa e consequência de graves violações a direitos (PIOVESAN; KAMIMURA, 2013, p. 130).

seguido pelos demais países, expressando uma recomendação a ser seguida pelos demais países: “Qualquer relator nacional ou outro mecanismo deve ser independente de poderes adequados e inovadores. Um sistema de relator nacional eficaz deve estar em vigor em cada um dos estados membros, com base no exemplo da Holanda”. Tradução livre de: “Any national rapporteur or other mechanism must be independent with adequate and innovative powers. An effective national rapporteur system must be in place in each of the member states, based on the Netherlands example” (JONES; WINTERDYK, 2018b, p. 165)

Nesse diapasão, “cabe ao Estado, enquanto nação, propor ações preventivas diante de situações de risco à sociedade por meio de políticas públicas (Pps)” (RIBEIRO, 2013, p. 160), sendo mister a atenção às peculiaridades que aumentam a vulnerabilidade de certos grupos, como a desigualdade social e econômica, a feminização da pobreza e da migração e todas as formas de discriminação e preconceito (PIOVESAN; KAMIMURA, 2013).

É indispensável que o reconhecimento de que o tráfico de pessoas é causado pela ausência e falha da proteção efetiva aos direitos humanos fundamente as medidas de prevenção adotadas pela Administração Pública (PIOVESAN; KAMIMURA, 2013). Além disso, para que as estratégias preventivas tenham efetividade, devem ser baseadas em experiências anteriores e informações precisas. Deve-se aperfeiçoar “o sistema de coleta e produção de dados e estatísticas sobre tráfico de seres humanos, a fim de prover informações fidedignas para elaboração e implementação de estratégias de prevenção e enfrentamento” (PIOVESAN; KAMIMURA, 2013, p. 121). Intervenções sociais adequadas, que levem em consideração os fatores que geram demandas para exploração de seres humanos, podem ser:

o desenvolvimento de campanhas de informação e alerta da população em geral sobre os riscos associados ao tráfico; a capacitação de atores envolvidos na repressão do tráfico de pessoas; a identificação de rotas e políticas ou medidas que não intencionalmente possam compelir pessoas à situação de maior vulnerabilidade ao tráfico de pessoas; e o aumento de oportunidades para migração segura. Vale destacar a relevância da participação ativa de pessoas traficadas na elaboração e implementação de tais medidas. (PIOVESAN; KAMIMURA, 2013, p. 121).

Ademais, para a efetiva prevenção do tráfico, é preciso aperfeiçoar o sistema de coleta e produção de dados e estatísticas sobre tráfico de seres humanos, a fim de prover informações fidedignas para elaboração e implementação de estratégias de prevenção e enfrentamento ao tráfico. O desenvolvimento de instrumentos para o monitoramento e a avaliação da eficácia da prevenção também é uma medida de gestão que pode ser adotada pelo Poder Público⁶¹.

⁶¹ “A criação de um sistema para monitorar políticas e planos de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas poderá apresentar à sociedade, assim como ao poder público, a forma, a temporalidade e a localização territorial de cada uma das metas a serem atingidas, permitindo ao cidadão aferir o andamento de cada uma delas. Há também um sentido pedagógico em mostrar de forma clara e inequívoca o processo a ser percorrido para o alcance de cada meta estabelecida” (RIBEIRO, 2013, p. 167).

1.1.1 O processo de internacionalização de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o desenho das políticas públicas no Brasil

De acordo com o estudo da evolução histórica do processo de construção de criminalização internacional do tráfico de pessoas, a internalização parcial no Brasil do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de pessoa, em especial mulheres e crianças, promulgado por meio do Decreto 5.017, de 12 de março de 2004⁶², somente ocorreu com a Lei nº 13.344, em 2016; parcial porque essa lei não representou, no plano interno, um perfeito reflexo do Protocolo Adicional⁶³.

O movimento de criminalização primária comum aos Estados-partes no Protocolo Adicional é importante na medida em que facilita a cooperação internacional, amplia os parâmetros de proteção às vítimas, além de estabelecer padrões para a produção de dados capazes de fomentar políticas públicas no enfrentamento ao tráfico de pessoas (VIEIRA, 2017). Entrementes, aprimorar a criminalização do tráfico de pessoas no âmbito de cada país, tornando-a identitária àquela fixada no Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, não é significado de implementação adequada de políticas públicas satisfatórias⁶⁴. Mesmo em países que abraçam veementemente a bandeira do enfrentamento ao tráfico, há dissensões internas⁶⁵.

⁶² Necessário fazer distinção clara para não se incorrer no equívoco de nominar os protocolos adicionais da Convenção de Palermo pelo nome desta. Na verdade, o que existe são protocolos adicionais que abordam áreas específicas. Os protocolos adicionais à Convenção de Palermo são os seguintes: a) Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea, promulgado por meio do Decreto 5.016, de 12 de março de 2004; b) Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, promulgado por meio do Decreto 5.017, de 12 de março de 2004; c) Protocolo contra a fabricação ilegal e o tráfico de armas de fogo, inclusive peças, acessórios e munições, promulgado por meio do Decreto 5.941, de 26 de outubro de 2006.

⁶³ Para maiores detalhes, remetemos o leitor ao item 1.1.1 desta pesquisa.

⁶⁴ Países tidos como avançados no enfrentamento na questão do tráfico de pessoas, como a Alemanha e a Holanda, deixam muito a desejar em matéria de proteção à vítima. “por exemplo, Dinamarca, França, Alemanha, Grã-Bretanha e Holanda” (CHO, 2015b, p. 86). Seo-Young Cho é professor assistente de economia e chefe do grupo de pesquisa *Empirical Institutional Economics*, da Universidade de Marburg, na Alemanha. Seus campos de pesquisa incluem economia institucional, economia do crime e economia de gênero, com foco particular no tráfico de pessoas, prostituição, crimes organizados, igualdade de gêneros e migração.

⁶⁵ O autor dessa dissertação traz em seus registros pessoais um fato interessante, ocorrido na cidade suíça de Schwarzenberg, em 2007, por ocasião de um curso de formação e aperfeiçoamento para equipes especializadas em tráfico de pessoas, em que, por certo, se encontrava em razão de representar a Polícia Federal e também dos vários casos de ocorrência deste delito em Goiás, no Brasil. Havia, no local, policiais de todos os Cantões suíços, além de outros países próximos envolvidos e que cooperavam no estudo de técnicas de investigação e abordagem às vítimas. Em certo momento, um policial cantonal de Zurique manifestou seu descontentamento com a polícia suíça do Cantão do Ticino, informando que esta, ao identificar vítimas de tráfico de pessoas no Ticino simplesmente as embarcava no trem diretamente para o Cantão de Zurique, informando às vítimas que lá procurassem o Frau Informations Zentrum (FIZ), organização não governamental existente em Zurique para dar apoio às vítimas; queria o policial do Cantão de Zurique dizer que a polícia do Cantão do Ticino simplesmente transferia “o problema” das vítimas, não se ocupando em lhes dar o apoio (RUEGGER et. al, 2007).

Randall Ripley (1985), ao descrever o processo de formação de formulação de políticas públicas, elenca diversos estágios de sua formação: 1. Configuração de agenda; 2. Formulação e legitimação de metas e programas; 3. Implementação do programa; 4. Avaliação da implementação, desempenho e impactos e 5. Decisões sobre o futuro da política e programas. Segundo o professor da Universidade de Ohio, é durante a segunda fase que os projetos de políticas públicas, após a inclusão dos problemas na agenda política, criam estatutos e, em seguida, leis, visando sua regulamentação: “é uma questão de tempo por parte do Congresso, já que os projetos de programas geralmente aparecem primeiro em um estatuto⁶⁶” (RIPLEY, 1985, p. 160; THEODOULOU, 1995, p. 86). Somente posteriormente é que ocorrem as ações políticas.

Obedecendo-se a forma tradicional hierárquica, a formulação e o desenvolvimento de políticas públicas cabem ao Legislativo e ao Executivo, após serem iniciadas no parlamento (SCHNEIDER, 2005). A forma de redes de políticas públicas é vista, então, como uma reação à concentração de poderes nas mãos do Estado, inclusive com a participação de entes não governamentais em razão da incapacidade dos atores estatais em garantir, sozinhos, os meios necessários à sua implementação.

No Brasil, a lei do tráfico, afinada parcialmente com a Convenção de Palermo, somente foi implementada após o programa de políticas públicas de combate ao tráfico de pessoas. Esse modelo de implementação de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas foi do tipo “Bottom-Up”, o qual adota uma trajetória contrária ao modelo tradicional “Top-Down”.

No modelo “Bottom-Up”, focado nos atores que prestam os serviços locais e em que as políticas se operacionalizam [chamados “atores de nível de rua”] (PEREZ, 1998), os problemas na implementação se resolvem da periferia para o centro, de baixo para cima, haja vista que os problemas concretos surgidos não poderiam ser previstos em toda sua magnitude no momento da formulação (CAVALCANTI, 2007), fazendo com que os funcionários (executores) tenham que “adaptar as decisões anteriormente tomadas (ou apenas esboçadas) com as características onde a política é realmente implementada” (CAVALCANTI, 2007, p. 227).

Como modelo de políticas públicas no enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, descarta-se qualquer possibilidade de legalização da prostituição,

⁶⁶ “partly it is a matter of not proliferating details that might also proliferate disagreements, and partly it is a matter of time on the part of Congress, since program designs usually appear first in a statute” (RIPLEY, 1985, 160).

controlada pelo Estado; modelos como esse foram amplamente criticados no passado e não obtiveram grande êxito⁶⁷ (POSNER, 1994).

1.1.2 O impacto das Convenções nos desenhos institucionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas

O estudo da persecução penal do tráfico de pessoas pressupõe não somente uma detalhada análise da coleta de dados internos nos processos do sistema de justiça criminal no Brasil sobre o tratamento do tipo penal, desde a colheita da notícia do crime, até a extinção da persecução criminal, mas também um olhar sobre a maneira como a cooperação jurídica internacional entre os atores, que compõem, no plano internacional, o feixe na luta contra o crime, tem atuado e a repercussão positiva ou negativa dessa atuação na persecução penal.

Muito embora os vestígios da elaboração de tratados sejam antigos, datando de 1291 a.C., foi com a constituição das Organizações Internacionais que de fato se consolidou a cooperação internacional. O histórico demonstra uma contínua e crescente necessidade de cooperação ao longo da história, visando resguardar os interesses dos Estados, e a preocupação do Estado brasileiro com a cooperação, que tem crescido⁶⁸.

Para fins de Cooperação Jurídica Internacional, os diversos atores que nela agem (Ministério Público, Polícia, Autoridades Centrais) estão fechados estruturalmente, mas abertos cognitivamente à comunicação. Como o entorno é complexo, cada vez mais essas organizações enfrentam um entorno mais complexo no plano do trabalho internacional, necessitando sua especialização em virtude de mais expertise, da criação de protocolos mais minuciosos; no campo penal, isso ocorre em decorrência do aperfeiçoamento de uma criminalidade transnacional.

67 “Nessa linha, há muito tempo se argumenta que uma prostituta licenciada, necessária para passar por testes periódicos de doenças venéreas, é menos perigosa para a comunidade do que aquela que cuida de seu comércio livre de supervisão reguladora. Assim, enquanto uma lei severa contra a prostituição, embora difícil de ser aplicada porque a prostituição é para todos os efeitos práticos, um crime sem vítimas reduziria as prostitutas que permaneceram. O licenciamento de prostitutas é, portanto, uma política de atração - em princípio - mas, se podemos julgar pela experiência européia, não na prática. A intromissão de um esquema que exigia freqüentes inspeções médicas, e que rotular as mulheres como prostitutas impedia-as de se prostituir em meio período (como muitas preferiam fazer), levou a maioria das prostitutas ao mercado ilegal, com o resultado, por exemplo, que em 1958, o último ano em que a Itália teve esse esquema, apenas 2.560 prostitutas foram registradas sob ele. A maioria dos outros países abandonou esquemas semelhantes como fúteis anos antes” (POSNER, 1994, p. 209). Tradução livre.

68 Relatório estatístico do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/DRCI do Ministério da Justiça aponta um total de 348 (trezentos e quarenta e oito) pedidos de cooperação realizados no ano de 2015 até outubro, dos quais 77 (setenta e sete) são em matéria criminal. Apenas para se ter uma dimensão, em 2010, até outubro daquele ano, o total de pedidos era de 289 (duzentos e oitenta e nove) pedidos formulados (BRASIL, 2015).

O auxílio direto em matéria de cooperação jurídica internacional é uma forma funcional para resolver questões de morosidade de instrumentos arcaicos de cooperação, como a carta rogatória, mas que ainda não sana totalmente impasses entre as organizações sociais – atores da cooperação internacional – nos diversos países, havidos em decorrência, por exemplo, dos sistemas psíquicos, os quais podem se constituir um obstáculo ao perfeito acoplamento estrutural.

Empiricamente, há grande dificuldade no âmbito internacional, no qual cooperam diversas organizações para a obtenção de um interesse, por vezes, nem sempre comum. Em diversos casos, nem sempre há interesse recíproco na medida pleiteada em outro país, a qual somente se executa em razão de acordos, ou por reciprocidade – ou, ainda, pior: há diversidade de saberes e, portanto, identidades no interior de uma forma organizacional que coopera, fazendo o resultado da ação esperar sobre a discricionariedade de alguns de seus membros e, aqui, falta uniformidade.

Em um exemplo, determinado seguimento do Departamento de Polícia Federal, em uma unidade da Federação, no Brasil, pode dar tratamento diverso a um pedido de auxílio direto formulado pela Suíça em caso de tráfico de pessoas, de acordo as individualidades responsáveis pela execução do pedido; isso porque não há um pronunciamento ainda institucional sobre o paradigma de vulnerabilidade das vítimas, podendo ou não configurar-se uma causa supralegal de exclusão da ilicitude do assunto, possibilitando uma abertura do campo de discussão pelas individualidades psíquicas de seus membros.

Ainda em outro caso concreto: no curso do cumprimento de um pedido de auxílio direto de Cooperação Jurídica Internacional, formulado com base na investigação realizada nos autos do processo 2005.35.00.23136-4, da Justiça Federal do Estado de Goiás, em que, condenado um casal de brasileiros pela prática de tráfico internacional de pessoas (Código Penal, art. 149-A), o “Cuerpo Nacional de Policía”⁶⁹ da Espanha, por parte de seus membros, dificultou a realização de buscas em casa de prostituição naquele país quando enviados policiais federais brasileiros na condição de observadores para acompanhar o cumprimento da medida, em patente discordância da diretriz sufragada naquela polícia judiciária.

O que contribui ainda para distorções no curso dos procedimentos de Cooperação Jurídica Internacional é a transitoriedade dos arranjos institucionais realizados para que se alcance uma determinada investigação: esses arranjos são desfeitos tão logo se alcance a medida concreta pretendida. Esses acoplamentos temporários, diferenciados dos

⁶⁹ Corpo Nacional de Policía. Tradução livre.

acoplamentos estruturais, no entanto, também são importantes para o desenvolvimento dos sistemas, já que possibilitam o processamento temporal das operações do sistema, gerando uma estabilidade dinâmica e possibilitando a autopoiese a partir de informações externas (LUHMANN, 1998).

Aqui convém analisar os produtos⁷⁰ (“outputs”) resultados das políticas públicas ao longo dos Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas sob à ótica da cooperação internacional.

O Brasil promulgou o Protocolo de Palermo contra o tráfico de pessoas através do Decreto nº 5.017, em 2004, aprovando, pelo Decreto nº 5.948, de 2006, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, estabelecendo princípios, diretrizes e ações a serem desenvolvidas que, por sua vez, desaguaram no I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 6.347/2008), dividido em 11 prioridades e 100 metas a serem executadas nos anos de 2008 a 2010 (FRINHANI, 2014).

O Relatório do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, iniciado em 2008, aponta a realização de 22 operações pela Polícia Federal visando o enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a maioria realizada no Estado de Goiás e sob a responsabilidade do autor desta tese. Como consequência direta dessas operações, a Procuradoria Federal do Direito do Cidadão (PFDC) do Ministério Público Federal (MPF) apresentou estatística de 36 (trinta e seis) condenações no âmbito do Estado de Goiás, no período de 2002 a 2008, por ações penais, visando a repressão ao tráfico de pessoas (BRASIL, 2010).

Em 2013, com mais de um ano de atraso, o Governo Federal anunciou o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, de caráter interdisciplinar e participativo, por envolver um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de 19 Ministérios e Secretarias de Governo, além de outros Órgãos, como o Ministério Público Federal (interdisciplinariedade), e por haver sido construído a partir de 12 (doze) reuniões de trabalho periódicas, além de diversos outros colóquios (caráter participativo) e reuniões plenárias (FRINHANI, 2014).

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, lançado através da Portaria Ministerial nº 634, em 25 de fevereiro de 2013, dividiu-se em 5 (cinco) Linhas Operativas (LO), a saber: LO 1 – Aperfeiçoamento do Marco Regulatório para Enfrentamento ao Tráfico; LO 2 – Integração e fortalecimento das políticas públicas, redes de atendimento, organizações para prestação de serviços necessários ao enfrentamento ao tráfico de pessoas;

⁷⁰ “Os resultados de uma política pública podem ser subdivididos em produtos (*outputs*) e impactos (*outcomes*). O primeiro está relacionado ao que foi diretamente produzido pela ação governamental (por exemplo, o número de quilômetros de rodovias construídos); os últimos, ao impacto deste produto no ambiente mais geral (por exemplo, redução do tempo de viagem)” (PIRES; GOMIDE, 2014, p. 353).

LO 3 – Capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; LO 4 – Produção, gestão e disseminação de informações e conhecimento sobre o tráfico de pessoas e LO 5 – Campanhas de mobilização para o tráfico de pessoas e sua desarticulação é objeto de críticas (FRINHANI, 2014).

Uma desarticulação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é com relação à vítima testemunha quando há a proposição de que ela faça parte do programa de proteção, sem, entretanto, preocupar-se com a questão da revitimização, a questão social; o Estado termina por se importar não com o fim precípua, que seria afastar a vítima da condição de explorada; nesse ponto, o II Plano se distancia da Diretiva nº 36/11 da União Europeia, em seu item 15, para a qual o êxito da persecução não deve depender de qualquer manifestação da vítima.

Além disso, o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, embora fortaleça as políticas públicas e a redes de atendimento, inclusive com a capacitação dos profissionais que atuam no segmento, não se ocupou da descriminalização das vítimas (FRINHANI, 2014), em virtude do viés repressivo que diversas vezes afetam seus direitos.

1.2 A ARTICULAÇÃO NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS: ARRANJOS HÍBRIDOS E TEMPORÁRIOS

A avaliação das capacidades estatais atualmente é realizada com base nas capacidades de inclusão e interação entre os atores que atuam em um processo de políticas públicas. Essa avaliação é feita sob uma dimensão técnico-administrativa, associada à ideia de eficiência e eficácia, e foca na existência e funcionamento de burocracias competentes sob uma dimensão político-relacional, associada às habilidades e procedimentos de inclusão de múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos) para a construção de consensos mínimos (PIRES; GOMIDE, 2016).

Estudos anteriores no campo das políticas públicas demonstraram que os arranjos institucionais, conceitualmente explorados anteriormente, quando dotados de altas capacidades técnico-administrativas e com mecanismos efetivos de coordenação, despontam para uma excelente entrega de resultados (PIRES; GOMIDE, 2016). A análise da articulação dos sistemas de governança em redes é analisada, neste trabalho, sob a perspectiva técnico-administrativa.

Cada organização, isoladamente considerada, trabalha em um regime de metas diante de um programa finalístico previamente estabelecido. Para que os programas dos diversos

atores que interagem no processo de uma governança alcancem a meta comum, são necessários ajustes nos programas de cada organização. Trata-se, aqui, de explorar os conflitos e as tensões existentes na execução dos programas ou planos de trabalho estabelecidos. Além de trocas autointeressadas – que podem se referir tanto a produtos e serviços, como a informações – a noção de governança implica em relações de “interdependência, confiança, identidade, reciprocidade e compartilhamento de valores ou objetivos (alta flexibilidade e solidariedade, mas baixa sustentabilidade)” (PIRES; GOMIDE, 2016, p. 124) em um acoplamento estrutural cognitivamente aberto; as organizações devem estar abertas às comunicações com o ambiente de cooperação, sobretudo internacional, no caso de tráfico de pessoas.

Um ponto de tensão fático interessante em uma governança em redes de enfrentamento ao tráfico de pessoas diz respeito ao que fazer com a vítima de tráfico internacional de pessoas identificada em uma investigação. As organizações de proteção às vítimas tentarão dissuadi-la do embarque internacional objetivando a preservação de sua integridade moral, física e psicológica; noutro lado, a polícia federal verá como frutífera a possibilidade de um embarque controlado (entrega vigiada) de vítimas mediante cooperação internacional com as autoridades investigadoras do país de destino, visando a obtenção de maiores informações de uma possível, mas corriqueira, organização criminosa, o que levará a uma ação conjunta de repressão com auxílio mútuo entre os países envolvidos.

Nesse caso, à polícia, a integridade física, moral e psicológica da vítima pode, por vezes, ser deixada em segundo plano (MACHADO; DORNELAS, 2017). Surge, então, uma divergência de posição em decorrência de programas internos das organizações envolvidas que incumbe à coordenação solucionar mediante a flexibilização, se for o caso, das premissas finalísticas divergentes.

Articular políticas, saberes e fazeres é uma carência no âmbito do enfrentamento ao tráfico de pessoas (FRINHANI, 2014) em que prevenção, repressão e atenção à vítima necessitam atuar, por vezes, de forma simultânea, e o diálogo entre os gestores pode falhar em decorrência da não coincidência de premissas finalísticas e da própria cultura organizacional das organizações envolvidas.

Na análise dos arranjos institucionais estaria uma chave para identificar e analisar as capacidades estatais (PIRES; GOMIDE, 2016), eis que um dos grandes desafios tem sido integrar e coordenar uma agenda de trabalho composta por atores estatais e não estatais, políticos e administrativos, em várias instâncias (COLBARI; RAINHA, 2014). Por isso é

importante que se enfoque os chamados arranjos temporários e os arranjos híbridos, muito utilizados nas instituições de cooperação internacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Um alerta, porém, é necessário: que se distinga arranjos de ambientes institucionais. Estes dizem respeito às regras gerais que estabelecem o fundamento para os sistemas político, econômico e social, fornecendo os parâmetros sob os quais operam os arranjos de políticas públicas. Os arranjos institucionais ligam-se às relações entre as instituições e sua forma de coordenação, “delimitando quem está habilitado a participar de um determinado processo, o objeto e os objetivos deste, bem como as formas de relações entre os atores” (PIRES; GOMIDE, 2014, p. 19), dotando o Estado de capacidade para a consecução de seu desiderato.

Assim, arranjos podem ser definidos como “o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores interesses na implementação de uma política pública específica” (PIRES; GOMIDE, 2014, p. 20) e políticas públicas são “arranjos institucionais complexos, expressos em estratégias ou programas de ação governamental, que resultam de processos juridicamente regulados, visando adequar fins e meios” (BUCCI, 2002, p. 50); ambos os conceitos se complementam. Parte-se, então, para discorrer sobre os arranjos temporários e os híbridos.

1.2.1 Os arranjos temporários

Em se tratando do enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas, em que as unidades de investigação de cada país se deparam com organizações criminosas que formam laços com diferentes países, fazendo variar o país de envio e destino das vítimas de acordo com a organização criminosa investigada, a instabilidade das redes de cooperação se torna uma característica evidente.

A diversidade de local da teia criminosa para cada investigação não pode ser vista como um obstáculo à atividade de enfrentamento, vez que há mecanismos de cooperação jurídica, não apenas judicial, de investigação que “ampliam a comunicação entre diferentes organizações dos Estados e fortalecem o papel de cada instituição, *independente da autorização de terceiros para atuação no processo de cooperação*” (MACHADO; VIEIRA, 2017, p. 484-503).

Significa dizer que é possível “realizar operações conjuntas entre órgãos de diferentes países para resgatar vítimas, prender traficantes e produzir provas para a instrução processual” (Ibid., p. 484-503) sem que isso importe na implementação formal de uma união estável de diferentes subunidades de investigação de Estados no plano internacional. Uma vez alcançado

o objetivo de uma investigação ou de obtenção de provas, desfaz-se a rede de cooperação, sem prejuízo de formação de uma nova, com a possível variação das subunidades das organizações envolvidas na investigação anterior.

Nota-se que a mudança constante de parceiros, segundo dados colhidos em pesquisa empírica, com base no “olhar” entre as organizações que atuam no enfrentamento mediante a aplicação da teoria das representações sociais, dificulta a efetividade das políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Em entrevista contida em outra pesquisa na área do tráfico de pessoas, realizada com profissional que atuara no segmento de enfrentamento ao tráfico de pessoas, colhe-se:

Você tem que decifrar esses totens, explicar. É um trabalho complicado, porque os parceiros mudam muito, e o judiciário é muito fixo, é muito perene. Os outros não. Os outros estão sempre rodando e toda a rede que a gente faz, amanhã desaparece, se destrói. [...] Se eu passar um ano com os mesmos interlocutores eu já estou feliz, eu não consigo. [...] Eu vou falar com Brasília e cada hora é uma pessoa diferente. [...] No judiciário não tem isso. Imagine se um juiz saísse e mandasse queimar todos os processos... (P5) (FRINHANI, 2014, p. 163).

A ausência de perenidade entre os membros que representam as organizações e propiciam a formação de arranjos temporários, entretanto, não é um problema apenas de comunicação interorganizacional; a mudança recorrente dos agentes incumbidos da fase repressiva ao tráfico internacional de pessoas foi identificada como responsável pela demora nas investigações, incompatível com a celeridade que deve ser afeta às investigações da espécie (capítulo 3).

Conforme demonstrado em dados estatísticos no Capítulo 3, a rotatividade de autoridades responsáveis pelas investigações de tráfico de pessoas nos inquéritos em São Paulo, por exemplo, importou em quebra de linha investigativa e perda do foco de análise de elementos de informação.

1.2.2 Os arranjos híbridos

Arranjos institucionais adequados são uma condição para políticas públicas bem-sucedidas (FIANI, 2013). É impraticável, contudo, que arranjos institucionais sejam compostos tão somente por atores estatais, em virtude de uma limitação econômica e operacional do Estado. É preciso considerar que arranjos institucionais sofisticados, com capilaridade mais avançada à atuação do Estado, e mediante ações coordenadas de atores subnacionais e não estatais, que se convencionou chamar arranjos híbridos ou heterárquicos

(SCHNEIDER, 2005), não podem ser vistos como redutores de capacidades estatais, pois possibilitam maior flexibilidade, aumentando o leque de atuação, desde que haja monitoramento intensivo (PIRES; GOMIDE, 2016).

Embora a terminologia de arranjos institucionais “híbridos” remonte à ideia de cooperação no meio econômico, também é verdadeiro que a definição de arranjo institucional foi estabelecida primariamente por Davis e North (1971, p. 7) para se referir ao “conjunto de regras que governa a forma pela qual agentes econômicos podem cooperar e/ou competir” e em que o “mercado” é a única classe geral de arranjo institucional na economia (FIANI, 2013).

Analisando os riscos que possam surgir no âmbito desse arranjo institucional chamado “mercado”, é forçoso que as partes envolvidas lancem mão de um instrumento para que a sua execução se desenvolva sem conflitos e de forma cooperativa, objeto para o qual o contrato é “*gravemente* incompleto” (FIANI, 2013, p. 28), dada sua racionalidade limitada. Diante de uma situação de complexidade/incerteza e ainda do possível oportunismo das partes, para as quais o contrato não alcançou previsibilidade, é imperioso a criação de arranjos *ex post* contrato a que se convencionou denominar, no campo da economia do qual lhe tomamos por empréstimo o termo, de arranjos hierárquicos e arranjos híbridos.

Se prosseguirmos na ideia de arranjos institucionais como conjunto de regras, os arranjos hierárquicos correspondem à estrutura verticalmente integrada dentro de uma empresa, em que há controles administrativos, em que as empresas privadas e públicas são o melhor exemplo (FIANI, 2013). Nos arranjos institucionais hierárquicos, a adaptação é realizada com base na autoridade definida hierarquicamente. Por sua vez, os arranjos institucionais híbridos combinam, além dos controles hierárquicos descritos anteriormente, de *incentivos*, o que lhes garante a preservação da independência; “neles, os níveis não são sempre claramente separados, mas, ao contrário, atores de diferentes níveis com frequência cooperam no processo de produção de políticas” (SCHNEIDER, 2005, p. 38).

A análise desses arranjos institucionais híbridos, muito embora criados para um meio econômico, possui especial interesse para as políticas públicas voltadas ao enfrentamento do tráfico internacional de pessoas, em que se verifica, nas redes de cooperação, vários atores privados que atuam no cenário de apoio às vítimas, inclusive no plano interno de cada país (MACHADO; VIEIRA, 2016); essa tensão é facilmente percebível da leitura do texto seguinte:

O fato de o híbrido envolver agentes privados independentes e, em alguns casos, também públicos, na consecução de objetivos comuns, *impõe problemas de cooperação e adaptação entre os agentes que são por natureza distintos daqueles enfrentados por uma hierarquia ou um mercado*. Isso porque a hierarquia utiliza essencialmente controles, enquanto o mercado utiliza basicamente incentivos, e a forma de combinar incentivos e controles de modo a reduzir conflitos e induzir à cooperação é exatamente o desafio do híbrido. Dito de outra forma: *a combinação de elementos heterogêneos na forma de incentivos e controles impõe dinâmicas de interação, riscos de conflitos e dificuldades de coordenação que são distintos tanto da hierarquia quanto do mercado*. (FIANI, 2013, p. 33, destaque nosso).

Em um arranjo institucional híbrido voltado ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, é preciso verificar não somente se os incentivos (agentes privados) são suficientes à promoção da interação entre os atores do grupo, mas também se os controles (agentes públicos) à disposição de um centro estratégico são eficientes e, ainda, se há compatibilidade entre os incentivos e os controles adotados.

Nesse sentido, as redes de atendimento às vítimas do tráfico de pessoas⁷¹ como atores estratégicos estão em importante ponto de tensão com os atores que atuam na repressão, vez que, em geral, as vítimas procuram os serviços de assistência para tirar suas dúvidas e pedir auxílio, sem que sejam compelidas a denunciar. Há casos em investigações iniciadas por denúncia anônima de vítimas, junto ao Escritório do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), sediado no Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), que não tiveram seguimento em virtude da ausência de repasse de dados colhidos das vítimas pelo ator da rede de atendimento, o que certa feita gerou tensão entre os representantes do Escritório e da Polícia Federal, em Goiás (2006).

O fato ilustra uma falha de coordenação em um arranjo institucional híbrido, em virtude da tendência de prevalência do imediatismo sobre a visão de longo prazo, demonstrada com um resultado que é ineficiente. Essa falta de coordenação, a traduzir em resultados indesejáveis, foi muito bem explorada por Rousseau (1754) no jogo de caça ao cervo: se dois caçadores, inicialmente combinados de caçar um cervo, deixam cada qual seu posto para alcançar uma caça menos vantajosa, porém mais certa, como uma lebre, cada qual terá um resultado inferior em razão do menor valor da caça; porém, se ambos permanecerem unidos na finalidade inicialmente combinada, cada qual exercendo sua parcela de vigilância, o resultado a longo prazo lhes será mais vantajoso em razão do valor que o cervo possui sobre a lebre. Similarmente, se os entes que cooperam em um arranjo híbrido permanecem firmes no

⁷¹ A Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), em Guarulhos, é uma Organização Não Governamental (ONG) sem fins lucrativos fundada em 1997 por profissionais de diversas áreas e engajados na defesa dos direitos humanos que, durante as investigações envolvendo crimes de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, prestou relevantes serviços às vítimas quando contatada pela Polícia Federal no Estado de Goiás.

seu propósito de ajuda mútua, a conquista ser-lhes-á mais vantajosa pela conquista de melhores resultados a longo prazo.

Estamos aqui diante de um paradoxo: de “construção e de manutenção de ordens locais que garantem a regulação dos comportamentos e a integração das estratégias divergentes, ou até conflitivas, dos atores implicados” (FRIEDBERG, 1993, p. 178). Estudos comprovam a existência de conflitos interorganizacionais para investigar tráfico de pessoas e sobre a tipicidade dos fatos em países considerados como de liderança no enfrentamento, como é o caso dos Estados Unidos, em que é posta em evidência o conflito entre promotores e policiais norte-americanos (FARRELL; OWENS; MCDEVITT, 2014; MACHADO; VIEIRA, 2016).

A interface social é um método de governo, entendida como “forma provedora de maior capacidade, em termos de alcance e precisão, na compreensão e explicação tanto da complexidade quanto da variabilidade dos canais de interlocução existentes atualmente entre Estado e sociedade” (PIRES; VAZ, 2012, p. 8), em substituição à simples participação social; ela funda suas raízes em uma opção que confere relevância ao papel da sociedade na construção de políticas públicas, aumentando o número de canais de interação entre Estado e sociedade.

Em termos de políticas públicas ligadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, a interface política de cogestão é a que mais se adequa aos arranjos híbridos em virtude da atuação simultânea e coordenada entre entes estatais e privados⁷², principalmente no ponto voltado à proteção da vítima⁷³.

Estudo conduzido por Roberto Pires e Alexandre Vaz (2012) indica que, em 85,6% dos casos, no período de 2002 a 2010, os programas federais procuraram incorporar atores sociais em sua gestão, priorizando interfaces coletivizadas. Estas permitem mais contato com os cidadãos no desenho das políticas institucionais, apontando um crescimento de mais de 20% no período considerado, algo que, no campo do enfrentamento ao tráfico, pode ser constatado, principalmente através de audiências públicas, conselhos e conferências realizadas.

⁷² A interface de agentes privados junto ao Estado no enfrentamento ao tráfico de pessoas é tão necessária que a sua presença é notada não somente em países como o Brasil, mas também na Romania, como se nota no Capítulo II da Lei 678/2001: “organizações não governamentais e outras representativas da sociedade civil desenvolverão separadamente ou em cooperação através de ações para prevenir o tráfico de pessoas, especialmente o tráfico de mulheres e crianças” (COCHINTU et al., 2011).

⁷³ As interfaces políticas, ligadas a uma perceptiva de gestão e *enforcement* de políticas públicas podem se subdividir em mandatária, de transferência e de cogestão: na mandatária, a sociedade é dirigente do Estado; na de transferência, o Estado tem o poder de controle sobre a sociedade e na de cogestão, os processos decisórios são compartilhados entre ambos os atores (PIRES; VAZ, 2012).

Se caracterizando por um programa finalístico, o qual requer maior contato com o público-alvo que os programas meramente técnicos, o enfrentamento ao tráfico, ligado à temática da proteção social, tende a esse tipo específico de interface sócio estatal.

É importante ressaltar que os arranjos híbridos, para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, nem sempre são formais; ao contrário, são informais, o que não significa, entretanto, compromisso à sua eficiência⁷⁴.

Tanto quanto possível, ao longo das análises dos dados colhidos nos processos durante a pesquisa qualitativa, em que se tenha verificado a presença de arranjos híbridos, nos dedicaremos com especial atenção à análise da eficiência da atuação conjunta dos atores que cooperaram, verificando os pontos falhos com base na teoria organizacional sistêmica.

1.3 A EVOLUÇÃO DA RELEVÂNCIA DO CONSENTIMENTO DA VÍTIMA

A questão do consentimento da vítima, na evolução dos Tratados e no direito interno, é relevante para a compreensão das interações interorganizacionais por se tratar de uma premissa condicional estabelecida à atuação sobretudo da seara persecutória penal.

1.3.1 O consentimento nos Tratados e seu reflexo no artigo 149-A do Código Penal do Brasil: avanço ou retrocesso?

Uma análise dos processos de produção normativa penal põe em evidência o direito como controle de condutas, não devendo estar distanciado das grandes mudanças do contexto internacional contemporâneo, confrontando os Estados a estabelecer mecanismos compatíveis com um sistema criminal multinacional, conformando um novo campo jurídico-penal (MACHADO; VIEIRA, 2016; CAPELLER, 1997) e tornando a cooperação jurídica internacional imprescindível às decisões do sistema de justiça criminal (COSTA; FILHO, 2014).

A Conferência de Paris, em 1902, que tinha como principal objetivo a repressão ao tráfico de pessoas – a princípio apenas no combate ao tráfico de mulheres brancas – ficou conhecida como Acordo Internacional para a Supressão do Tráfico de Brancas, de 1904 (GEBRIM; ZACKSESKI, 2016) e foi o primeiro documento internacional de que se tem

⁷⁴ “Muitas vezes, os arranjos formais parecem sofisticados e elaborados, mas sua operacionalização prática revela uma série de limitações; em outros casos, os arranjos descritos formalmente podem ser considerados “deficientes” ou mesmo inexistente, mas sua operação prática mostra mecanismos por meio dos quais tais limitações são compensadas” (PIRES; GOMIDE, 2014, p. 353).

notícia para o enfrentamento ao ilícito em comento, ratificado pelo Brasil através do Decreto 5.591, de 13 de julho de 1905.

Em 1910, o Brasil adotou a Convenção Internacional pela Supressão do Tráfico de Escravas Brancas, em Paris, com treze países signatários. Em ambas as Convenções o consentimento descriminalizava a conduta (ARY, 2009; GEBRIM; ZACKSESKI, 2016).

Sobrevieram mais duas Convenções: a Convenção pela Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, de 30.09.1921, que ampliou o conceito de vítima ao considerar também qualquer mulher e criança, e não somente as “brancas”, e a Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, de 11.10.1933, que passou a criminalizar o recrutamento ainda que realizado com o consentimento da vítima; em qualquer caso dessas Convenções, o consentimento tornara-se irrelevante (GEBRIM; ZACKSESKI, 2016).

Em 1949, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Convenção sobre a Repressão ao Tráfico de Pessoas e a Exploração da Prostituição dos Outros, a qual não definiu tráfico de pessoas e o equiparou tão somente à exploração sexual – “Como a definição de tráfico da Convenção era, no entanto, limitada à prostituição, era de utilidade mínima para restringir o crescente mercado de tráfico além do trabalho sexual”⁷⁵ (HARVARD LAW REVIEW, 2006, p. 2578), limitando-se a criminalizar a prostituição, de forma voluntária ou não.

Um estudo realizado em 1959 promoveu alterações na Convenção de 1949, ao considerar que o enfrentamento ao tráfico deveria verter para a prevenção da prostituição, a readaptação das vítimas, a repressão aos traficantes e à exploração (ARY, 2009).

É preciso lembrar que, através do Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, o Presidente da República Federativa do Brasil promulgou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a qual, em seu artigo 6º, diz que os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição da mulher, mas permaneceu silente quanto ao consentimento.

A Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o Tráfico de Seres Humanos (Convenção Anti-Tráfico, de 2005), em seu artigo 4º, adotou para o conceito de tráfico de pessoas idêntico sentido àquele do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição

⁷⁵ Tradução livre de: “Because the Convention’s definition of trafficking was, however, limited of prostitution, it was of minimum utility in curbing the growing market of trafficking beyond sex work” (HARVARD LAW REVIEW, 2006, p. 2578).

do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, do qual se trata logo mais, fazendo o consentimento da vítima irrelevante somente quando viciado por ameaça, uso da força ou outras formas de coação, tais como: rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou da situação de vulnerabilidade e entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obtê-lo⁷⁶.

A nível internacional, o conceito mais recente a respeito de tráfico internacional de pessoas foi trazido pelo artigo 3º do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, *in verbis*:

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2017)

Uma análise estrutural do tipo fornece a definição do artigo citado em três elementos necessários à configuração do tráfico:

- a) Ações: recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas;
- b) Meios ou formas do exercício de poder: ameaça, uso da força ou outras formas de coação: sequestro ou cárcere privado, fraude, engano, abuso de autoridade ou da situação de vulnerabilidade, entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade;
- c) Finalidade da exploração: exploração sexual, trabalhos forçados, servidão ou remoção de órgãos (MACHADO; VIEIRA, 2016; GALLAGHER, 2010).

Um estudo das atas de negociações do Protocolo Adicional à Convenção de Palermo mostra as posições opostas em que se enveredaram dois grupos a respeito do tema “consentimento”, o qual parece haver rendido mais polêmica que qualquer outro (DIAS, 2015).

⁷⁶ “Tráfico de seres humanos» designa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa com autoridade sobre outra, para fins de exploração” (CONSELHO DA EUROPA, 2008, p. 1).

O grupo *Human Rights Caucus* argumentava que medidas anti-tráfico vinham sendo utilizadas historicamente contra trabalhadoras do sexo e não contra traficantes e, por isso, postulava a retirada do termo “prostituição” do texto, devendo-se diferenciar entre “trabalhadores do sexo” e “vítimas do tráfico”. Do outro lado, o grupo *Coalition Against Trafficking in Women* (CATW), juntamente com Estados como a Bélgica e o Vaticano, sustentava que uma pessoa jamais poderia pactuar com sua “prostituição” e, por isso, queria a manutenção do termo no texto do Protocolo Adicional à Convenção de Palermo (DIAS, 2015; DOEZEMA, 2005).

A construção da definição do conceito de tráfico de pessoas, nos termos do Protocolo Adicional à Convenção de Palermo de que se trata, passou por uma discussão entre uma corrente que não considera a prostituição um trabalho degradante, mas antes um direito da opção da mulher, que deve ser respeitado, sendo uma violação dos Direitos Humanos a lei que fira a vontade individual (BLANCHETTE; DA SILVA, 2012; PISCITELLI, 2008) e uma outra, feminista abolicionista, segundo a qual toda a prostituição é uma forma de escravidão sexual, que sempre fere a dignidade da pessoa humana, ligando-a ao tráfico de pessoas⁷⁷ (ANDERSON; DAVIDSON, 2002).

A solução envolveu a alocação do uso da força ou coerção como elemento essencial à configuração do tráfico de pessoas, mas “os termos ‘exploração da prostituição de outrem’ e ‘exploração sexual’ continuaram sem definição no Protocolo ou em qualquer outra lei internacional” (DIAS, 2015, p. 223), assumindo uma posição de neutralidade em torno do tema “prostituição” (PISCITELLI, 2008), permitindo sua instrumentalização pelos Estados partes que o ratificaram para o utilizarem como pretexto à “repressão à imigração documentada e à prostituição” (DIAS, 2015, p. 223).

Ao não definir de forma categórica o que seria “exploração da prostituição de outrem” e “exploração sexual”, termos utilizados no conceito de tráfico pelo Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, deu-se margem para que Estados receptores de migrantes igulassem exploração sexual à prostituição, “oficializando a antiga noção de vulnerabilidade feminina”

⁷⁷ A questão de tráfico para exploração sexual constitui um bom exemplo: valores humanos de dignidade são muitas vezes invocados para suportar uma leitura ampla sobre exploração nesse contexto, argumentando que a prostituição não pode ser significativamente consentida. No entanto, outros profissionais apontaram que rejeitar a possibilidade de que algumas pessoas que trabalham em prostituição estejam exercendo uma forma de agenciamento pode minar os valores fundamentais da autonomia e liberdade (UNODC, 2014). A situação está longe de uma pacificação, se considerado que, em alguns países, como a Colômbia, no tráfico de pessoas o bem “violado juridicamente não seria mais liberdade sexual, mas principalmente autonomia e liberdade individual, expandindo o comportamento criminal não apenas para casos de prostituição forçada, mas, dando uma ênfase legal à autonomia pessoal e liberdade individual, a todos os casos de exploração sexual, mesmo consentida” (ABADIA, 2012, p. 105).

com boicote ao respeito às pessoas que se dedicam voluntariamente à prostituição, sendo justificativa às exigências internacionais de contenção migratória (VENSON; PEDRO, 2013, p. 8).

A análise do tipo penal brasileiro que criminaliza o tráfico de pessoas, em especial com a finalidade para a exploração sexual, é necessária para a compreensão do trabalho conjunto das forças de persecução em cada país envolvido; questão que provoca discussões diz respeito ao consentimento da vítima como causa para afastar a configuração do crime de tráfico de pessoa (supralegal de exclusão da antijuridicidade). Pergunta-se: o consentimento da vítima em se prostituir afastaria a configuração do crime?

A resposta deve ser buscada não somente no plano interno, mas também nos Tratados ratificados pelo Brasil com a finalidade de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Interessa notar a existência de dois posicionamentos dissonantes no âmbito do Supremo Tribunal Federal a respeito dos Tratados como fonte formal do direito penal no Brasil. Uma primeira, favorável às convenções internacionais como fonte formal imediata do direito penal (STF, Inq 2786, Lewandowski, Plenário maioria, 17.02.11), e uma segunda, desfavorável aos Tratados como fonte formal imediata do direito penal (STF, HC 96007, Marco Aurélio, 1ª Turma, unânime, 12.06.12). O segundo posicionamento, mais recente e expressivo, domina a Corte e importa no estudo do Protocolo Adicional à Convenção contra o Tráfico de pessoas, citado anteriormente.

Seguindo o entendimento atual dominante no Supremo Tribunal Federal, os Tratados não podem ser fontes formais imediatas do direito, havendo a norma de que há de ser reproduzida em texto de lei interna como norma sancionadora dotado de preceito secundário, inclusive, para que tenha validade. A observação é importante na medida em que o artigo 3º do Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, de que se cuida nesse momento, é daqueles que preferimos atribuir a classificação de “tipo penal aberto”: há uma margem de conformação para que os Estados-partes possam adaptar o crime previsto à sua legislação, o que fica muito claro na expressão “no mínimo” quanto à finalidade do tráfico, podendo abranger outras além da exploração sexual e do trabalho forçado como, por exemplo, o casamento forçado, citado por parte da doutrina como finalidade existente do tráfico humano (UNODC, 2014; GALLAGHER, 2010; MACHADO; VIEIRA, 2016).

Um relatório global do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), elaborado em 2009, aborda o tráfico de pessoas na modalidade de exploração sexual, objeto desta pesquisa de doutorado. A importância do relatório advém da análise

global que realiza de todos os países sob os aspectos de existência de legislação visando o enfrentamento ao tráfico de pessoas e à evolução do fenômeno interno.

Muitos países africanos não possuem ainda legislação de enfrentamento ao tráfico de pessoas ou possuem somente tipos penais capazes de penalizar somente o tráfico de crianças, o que demonstra que o enfrentamento ao tráfico é “essencialmente um produto de iniciativa individual nacional” (UNODC, 2009, p. 9).

No Brasil, a redação do novo tipo penal de tráfico de pessoas inserido no art. 149-A, do Código Penal, dada pela Lei nº 13.344, de 06 de outubro de 2016⁷⁸, alterou substancialmente a anterior redação do artigo 231, também do Código Penal.

Sem dúvida que se trata agora de crime que atenta contra a liberdade individual em razão do capítulo em que inserido “dos crimes contra a liberdade individual”, podendo dele ser sujeito passivo independentemente de qualquer condição de idade, raça, sexo, origem, condição cultural ou capacidade jurídica (BITTENCOURT, 2017).

As “elementares normativas da constituição típica” penal “mediante grave ameaça, violência, coação, fraude” restringem a abrangência típica da conduta fática praticada, na medida em que impedem a adequação típica caso lhes falte no caso concreto. Quanto à ameaça, calha lembrar que:

o mal deve ser determinado, pois indefinível e vago não terá grandes efeitos coativos; *verossímil* também, ou seja, que se possa realizar e não fruto de mera fanfarronice ou bravata; *iminente*, isto é, suspenso sobre o ofendido: nem em *passado*, nem em *futuro* longínquo, quando, respectivamente, não teria força coatora, ou esta seria destituída do vigor necessário; *inevitável*, pois, caso contrário, se o ofendido puder evitá-lo, não se intimidará; *dependente*, via de regra, da vontade do agente, já que, se depende de outrem, perderá muito de sua inevitabilidade (NORONHA, 1992, p. 163)

Exemplo de ameaça foi aquele praticado pela família Abrantes Dias, em caso investigado pelo Polícia Federal, juntamente com a Polícia Cantonal do Ticino, na Suíça, em que uma jovem, ao ser conduzida ao aeroporto para embarque, em Goiânia, recebeu de um

⁷⁸ Código Penal, art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: I – remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II – submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; III – submetê-la a qualquer tipo de servidão; IV – adoção ilegal; ou V – exploração sexual. Pena – reclusão, de 4 (três) a 8 (oito) anos. § 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se: I – o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; II – o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência; III – o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou IV – a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional. § 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

dos aliciadores seria admoestação quando a seu retorno ao Brasil, sem o pagamento das dívidas da passagem e mala para a viagem⁷⁹.

A elementar fraude está relacionada não somente à real atividade que se desenvolverá no local no país de destino, mas também ao modo do exercício da exploração sexual ou às condições (condições de trabalho, valor e forma de pagamento pelos serviços prestados aos clientes, por exemplo) negociadas ainda durante o aliciamento, levando a vítima a “a interpretar, *erradamente*, o *relacionamento*, *negociação* ou qualquer forma de contato com o sujeito ativo que a transforme em vítima do tráfico de pessoas (BITTENCOURT, 2017, p. 482, grifo nosso). Nesse sentido, o atual art. 149-A considerou a ausência do consentimento válido como pressuposto à configuração do ilícito, sem prejuízo de que a exploração sexual também se configure quando a vítima propicia lucro somente a terceiro, sem vantagem nenhuma a si própria⁸⁰.

No caso prático, uma vítima que viesse a ser enviada com vistas ao exercício da atividade sexual na Suíça, por exemplo, encontrar-se-ia em situação de exploração sexual, mesmo que, havendo consentido validamente na viagem e com sua finalidade, fosse privada da obtenção do lucro de sua atividade promíscua.

Ainda, uma “garota de programa” que, tendo aquiescido em uma viagem internacional para o exercício da prostituição em Barcelona, Espanha, e que não tenha no destino as condições de trabalho ofertadas ainda no Brasil (adira a uma dívida de diária de quarto de cinquenta euros por dia, quando se lhe tenha prometido um ganho irreal de quatrocentos euros diários, por exemplo), será contemplada na elementar normativa “fraude” do tipo penal (DORNELAS, 2017).

Questão que requer um maior esforço para alçar a interpretação ao patamar de proteção internacional desejo no âmbito dos direitos humanos se refere a expressão “abuso” contida no artigo 149-A do Código Penal brasileiro em confronto com a expressão “abuso de autoridade ou situação de vulnerabilidade” do Protocolo Adicional à Convenção de Palermo.

⁷⁹ A família Abrantes Dias foi condenada nos autos da ação penal 2009.35.00.000988-3. Disponível em: <<http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=9691120094013500&secao=GO&nome=ANDERSON ABRANTES DIAS&mostrarBaixados=N>>.

⁸⁰ Segundo a defensora pública federal e coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da DPU, Vivian Santarém, apesar do avanço considerável, na opinião de Vivian, a nova lei falha na questão da vulnerabilidade. Os vulneráveis social e economicamente — negros, moradores da periferia, pessoas com baixa escolaridade e baixa renda — são os mais aliciados. Segundo o Protocolo de Palermo, mesmo que a pessoa aceite ser submetida à situação de tráfico, o consentimento é irrelevante por ela ter sido aliciada numa situação vulnerável. Ou seja, pelo protocolo, o caso se enquadra como tráfico. “A Lei 13.344 foi mais tímida nesse aspecto. Quase não menciona a situação de vulnerabilidade da vítima e, quando o faz, não fala sobre o consentimento da vítima. Nem sempre ela tem consciência de que foi submetida a tráfico” (POZZEBOM, 2016, p. 1).

A legislação brasileira que tipifica o tráfico internacional de pessoas, de maneira alguma poderá conferir ao objeto tutelado, no campo de proteção, menor valia que aquele conferido em âmbito internacional da norma ratifica, eis que a exegese implicaria em uma atividade reducionista do campo de atuação do Estado, algo indesejável na seara dos direitos humanos. O controle de convencionalidade da interpretação da expressão “abuso”, para entendê-lo de acordo com o Protocolo Adicional ratificado pelo Brasil, trata-se não de uma nova obrigação, mas sim de “uma figura que vem a esclarecer uma obrigação já existente dotando-a de conteúdo e especificidade” (NASH ROJAS, 2013, p. 491).

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (2014) já revisou diretamente uma lei doméstica, apontando ser ela “carente de efeitos dada sua incompatibilidade com a Convenção Americana” (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2014); segundo o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, os Estados não podem, por razões de ordem interna, descumprir obrigações internacionais⁸¹.

A identidade entre as convenções internacionais de enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas e os sistemas jurídicos internos de repressão de cada Estado reflete nas interações organizacionais e oferece um terreno propício à cooperação internacional. Da forma como se apresenta hoje, a legislação brasileira repressora ao tráfico de pessoas, não é possível afirmar a sua identidade perfeita com o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo⁸², o que é um ponto de análise dos programas condicionais em relação ao enfoque organizacional-sistêmico. Caminhos devem ser trilhados para que se dê ao artigo 149-A do Código Penal interpretação que mais se aproxime dos Tratados firmados pelo Brasil.

Para que a cooperação internacional seja efetiva, é preciso que haja o alinhamento dos sistemas jurídicos internacional e interno dos países envolvidos no enfrentamento ao tráfico, facilitando que o trâmite dos pedidos entre as autoridades envolvidos seja enviado, recepcionado e cumprido sem quaisquer entraves.

A questão do consentimento é um ponto sensível na atuação das organizações policiais envolvidas diretamente no enfrentamento ao tráfico de pessoas, em virtude de um movimento

⁸¹ “Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado. Esta regra não prejudica o artigo 46” (BRASIL, 2009).

⁸² “A transposição do Protocolo de Palermo para o sistema jurídico nacional causou problemas significativos. A maioria dos países seleciona as facetas da definição legal, muitas vezes deixando de fora alguns aspectos importantes. Às vezes, isso ocorre porque não há equivalência dentro do sistema interno, mas outras vezes reflete o padrão legal mínimo que um país pode obter e ainda receber apoio internacional (seja financeiro ou político)” (Jones, Winterdyk, 2018a). Tradução livre de: “The transposition of the Palermo Protocol into the domestic legal system has caused significant issues. Most countries pick and choose facets of the legal definition, oft leaving out some important aspects. Sometimes this is because there is no equivalency within the domestic system, but other times it reflects the minimum legal standard a country can get away and still receive international support (be it financial or political)” (JONES; WINTERDYK, 2018a).

pendular das polícias. Para muitas aliciadas para o tráfico de internacional pessoas, na modalidade de exploração sexual, o “delegado” atrapalha, porque o interesse da pretensa “vítima” é divergente do interesse Estado⁸³.

A interpretação do artigo 149-A do Código Penal, visando a adequação da legislação repressora interna no Brasil à Convenção Internacional, deve se dar de forma que o termo “abuso” assuma significado próprio da linguagem, mas que afaste qualquer possibilidade de redução de proteção à vítima; mormente o termo “vulnerabilidade” não conste da terminologia do tipo penal, qualquer interpretação que não considere o “abuso de vulnerabilidade” é capaz de ser vista como supressora do consentimento válido.

Altamente consciente do perigo que o consentimento da vítima se tornaria na primeira linha de defesa dos acusados de tráfico de pessoas, o Grupo de Trabalho Provisório e Aberto sobre o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Grupo de Trabalho sobre o Tráfico de Pessoas) recomendou um Documento Temático sobre o conceito de “abuso de posição de vulnerabilidade”, publicada em 2012 e apresentada na Conferência das Partes (COP) entre 15-19 de outubro de 2012, juntamente com uma Nota de Orientação para Profissionais (UNODC, 2008a).

Segundo a “jurisprudência Anglo Americana, o que parece confirmar que a questão central é de grau: quanto maior for à vulnerabilidade e mais arriscada e prejudicial à conduta, mais convincente a evidência de que o consentimento se deu deve ser exigida”⁸⁴ (UNODC, 2014, p. 23).

A questão dos transplantes jurídicos⁸⁵, tal como no caso do artigo 149-A do Código Penal, a partir do Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, permite afirmar que o direito aplicado a uma sociedade (Brasil) deve sofrer um controle de adequação às finalidades para as quais foi criado. Watson (1993) define transplante jurídico “como o movimento de uma

⁸³ Em uma abordagem realizada no saguão do aeroporto de Goiânia, Goiás, durante uma notícia anônima de embarque de uma mulher, possível “vítima”, com destino ao exterior objetivando a exploração sexual, em 2010, enquanto era conduzida para entrevista informal, para que a autoridade policial colhesse maiores subsídios, sob veementes e alardeadores protestos, a mulher cantoralava música de conhecido grupo artístico nacional: “**Dizem** que ela existe pra ajudar, **dizem** que ela existe pra proteger, eu sei que ela pode te parar, eu sei que ela pode te prender” (TITÃS, 2019, p. 1, Grifo nosso).

⁸⁴ “No caso de tráfico de adulto, o consentimento é irrelevante, se os meios como força ou rapto são usados, ou se os meios mais sutis como ‘abuso de uma posição de vulnerabilidade’ são utilizados” (UNODC, 2008a, p. 5).

⁸⁵ Em 1974, Alan Watson publicou a obra *Legal Transplants*, apresentando sua tese central segundo a qual as leis de uma sociedade não são resultados lógicos de sua própria experiência, mas são tomadas por empréstimo de outras sociedades (laws of one society are primarily “borrowed” from other societies) (1993).

norma ou um sistema jurídico de um país para outro, de um povo para outro”⁸⁶ (p. 21). Em uma visão pragmática, a aplicação do direito externo ao sistema jurídico de um país deve sofrer as acomodações necessárias para que não haja perda de seu alcance.

Como assevera Pierre Legrand (2014, p. 24), é preciso atentar para o significado que a norma “transplantada” pode tomar em outro ordenamento jurídico:

Pressupondo uma linguagem comum, a posição é a seguinte: havia uma regra (palavras inscritas a + significado x), e agora há uma segunda regra em outro lugar (palavras inscritas a + significado y). Não é a mesma regra. (A diferenciação entre concepções de Direito não é superada). O significado simplesmente não se presta para o transplante.

Dessa forma, o termo “abuso” assume para o ordenamento brasileiro um sentido mais amplo, de forma a tornar maior o amparo à vítima vulnerável⁸⁷. Assim, incluiu-se também na pesquisa qualitativa de campo nos processos (Apêndice D) um quesito quanto à existência de situação de vulnerabilidade da vítima, cujos resultados serão tratados no Capítulo 3, passando a talhar agora como o sistema de justiça criminal tem percebido a questão do consentimento e de que maneira tem comunicado seu entendimento sobre a questão.

1.3.2 *Abolitio criminis* na pesquisa de campo: qual o programa condicional a respeito do consentimento que orienta os tribunais?

O ponto visa a análise e confronto da manifestação do Judiciário Federal (decisões) sobre a sua visão do tráfico internacional de pessoas, com foco especial no consentimento da vítima. Para a análise, foi considerada a visão dos diversos Tribunais Regionais Federais (TRFs) sobre a questão, presentes nos processos em que tivemos acesso durante a pesquisa qualitativa de campo.

O Tribunal Regional Federal da 1ª. Região, no acórdão dos autos da Apelação Criminal nº 2005.35.00.023131-6 – GO, denominada Operação Fassini, realizada em conjunto por Brasil e Suíça, sob a égide da Lei nº 11.106, de 28.03.2005, a qual alterou a

⁸⁶ Tradução livre de “as the moving of a rule or a system of law from one country to another of from one people to another.”

⁸⁷ “Atualmente, existe uma tensão entre os que apoiam uma interpretação conservadora ou mesmo restritiva do conceito de tráfico, e aqueles que defendem a sua expansão. A primeira posição demonstra uma preocupação de que uma definição muito ampla possa acabar abrangendo práticas que não atendem a grande seriedade esperado do termo ‘tráfico’. A segunda posição incorpora uma preocupação diferente: que uma definição muito estreita possa impedir investigações, processos e condenações relacionadas a práticas que devem, de fato, cair sob a rubrica de ‘tráfico’ - ou mesmo acabem excluindo tais práticas completamente” (UNODC, 2014, p. 3)

redação do art. 231 do Código Penal, tornou-se *leading case* e passou a orientar a jurisprudência sobre o tema:

Penal e Processo Penal. Tráfico Internacional de Seres Humanos. Exploração Sexual de Mulheres. Artigo 231, § 1º e 2º, do Código Penal. Consentimento da Vítima. Associação para o Tráfico, artigo 288 do Código Penal.

1. São válidas as interceptações telefônicas realizadas após o saneamento das falhas apontadas, 17 de novembro de 2005, podendo ser enviadas à autoridade suíça, de modo a atender pedidos de cooperação internacional.

2. O consentimento da vítima em seguir viagem não exclui a culpabilidade do traficante ou do explorador, pois que o requisito central do tráfico é a presença do engano, da coerção, da dívida e do propósito de exploração. É comum que as mulheres, quando do deslocamento, tenham conhecimento de que irão exercer a prostituição, mas não têm elas consciência das condições em que, normalmente, se vêem coagidas a atuar ao chegar no local de destino. Nisso está a fraude.

3. O crime de tráfico de pessoa – Lei 11.106, de 28.03.2005, que alterou a redação do art. 231 do Código Penal, de tráfico de mulheres para tráfico internacional de pessoas – consuma-se com a entrada ou a saída da pessoa, homem ou mulher, seja ou não prostituída, do território nacional, independentemente do efetivo exercício da prostituição – basta o ir ou vir exercer a prostituição –, e ainda que conte com o consentimento da vítima (TRF1, 2008).

O julgamento do caso Fassini tornara relevante a jurisprudência para a atuação investigativa, haja vista que através dele provas oriundas da cooperação internacional foram aceitas e consideradas válidas para a sentença condenatória, além de fixar o consentimento da vítima irrelevante para análise do tipo.

Com a revogação expressa do artigo 231, do Código Penal pela Lei nº 11.344/2016 e a inserção do artigo 149-A, do Código Penal, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em voto do Desembargador Federal Ney Belo, nos autos do processo nº 2006.35.00.022606-8/GO, em julgamento ocorrido em 02/10/2018, fixou o entendimento da necessidade de ocorrência de grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso para a caracterização do tráfico internacional de pessoas. Em trecho do voto condutor da decisão, o Desembargador assevera:

Com a alteração, o tipo ampliou o rol de proteção e, no caso específico, foram excluídas as figuras típicas de promover ou facilitar a entrada ou saída de pessoas com a finalidade de exercer a prostituição, substituídas pelas condutas de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, com a finalidade de exploração sexual. Regulamentou a forma como o crime deverá ser praticado, introduzindo as elementares de grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso. Tais circunstâncias implicam em uma limitação ao campo de abrangência da norma penal, tornando-a mais favorável à ré que a descrição típica anterior (TRF1, 2006).

Interessante notar que a revogação do artigo 231 do Código Penal não importou *abolitio criminis* às condutas anteriores a entrada em vigor da Lei nº 11.344/2016, já que há

continuidade típico-normativa em razão de disposição penal no novo artigo 149-A, do Código Penal. Entretanto, em virtude da exigência das “elementares normativas da constituição típica” (grave ameaça, violência, coação, fraude), que restringem a abrangência típica da conduta fática praticada presentes no novo artigo penal, durante a pesquisa qualitativa de campo deparou-se com decisões no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª) pela aplicabilidade *ex officio* de *abolitio criminis*, tornando prejudicada a própria apelação. Pela importância, passa-se à transcrição da ementa na apelação criminal 0003784-95.2010.4.03.6181/SP, de 19 de setembro de 2017:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS. ARTIGO 231, *CAPUT* DO CÓDIGO PENAL. CONDOTA PRATICADA NA VIGÊNCIA DA LEI 11.106/2005. SUPERVENIÊNCIA DA LEI 13.344/2016. VIOLÊNCIA, GRAVE AMEAÇA E FRAUDE QUE FIGURAVAM NA FORMA QUALIFICADA DO REVOGADO ARTIGO 231-A DO CP, PASSAM A CONSTITUIR CIRCUNSTÂNCIAS ELEMENTARES DO ARTIGO 149-A DO CP. *ABOLITIO CRIMINIS* CONFIGURADA COM RELAÇÃO À FIGURA SIMPLES DO REVOGADO ARTIGO 231-A DO CP, NA REDAÇÃO DA LEI 11.106/2005.

1. Apelação interposta pela Defesa contra sentença que condenou a ré como incurso no artigo 231, do Código Penal à pena de 03 anos e 04 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e pagamento de 13 dias-multa.

2. Os fatos ocorreram em 30/03/2007, e a sentença foi proferida em 24/11/2015. O crime imputado à ré foi o de tráfico internacional de pessoas, previsto no artigo 231, *caput*, do Código Penal, que à época dos fatos descritos na denúncia vigorava com a redação dada pela Lei 11.106/2005 (antes de sua alteração pela Lei 12.015/2009).

3. Posteriormente à sentença, sobreveio a Lei 13.344/2016 que expressamente revogou os artigos 231 e 231-A do Código Penal e introduziu no mesmo diploma normativo o artigo 149-A, que estabeleceu nova tipologia para o tráfico de pessoas.

4. Houve revogação formal do tipo penal, com a inserção imediata de tipo inovador (alteração topográfica normativa), sem efetiva supressão do fato criminoso, ocorrendo, portanto, continuidade típico-normativa, porém somente em parte.

5. Na vigência da Lei 11.106/2005 o emprego de violência, grave ameaça ou fraude consistia qualificadora das condutas descritas no *caput* do artigo 231 do Código Penal. Logo, na vigência dessa lei, o entendimento jurisprudencial, inclusive adotado na r. sentença apelada e por este Relator, era amplamente majoritário no sentido de que o consentimento da vítima era irrelevante para a configuração do delito previsto no *caput*.

6. Contudo, a nova redação do artigo 149-A do CP, dada pela Lei 13.344/2016, a violência, a grave ameaça e a fraude – e agora também as figuras da coação e o abuso – estão incluídas como circunstâncias elementares do novo tipo penal, de modo que, se elas não ocorrerem, não se configura a tipicidade da conduta. Equivale dizer, especialmente com relação ao crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, de que cuida nos autos, que uma vez verificada a existência de consentimento válido, sem qualquer vício, resta afastada a tipicidade da conduta.

7. Assim, quanto ao crime de tráfico de pessoas previsto no artigo 231, *caput*, do CP na redação da Lei 11.106/2005, para o qual o consentimento da vítima era irrelevante penal, ocorreu *abolitio criminis*. A continuidade normativo-típica ocorreu apenas parcialmente, com relação ao artigo 231 na sua figura qualificada do § 2º, com emprego de violência, grave ameaça ou fraude, ou seja, atuações do agente que acarretem vício ao consentimento da vítima. (TRF3, 2017).

No mesmo sentido de *abolitio criminis* foi a decisão exarada nos autos 0005871-53.2012.403.6181, de 22 de março de 2017. Inclusive, nesse ponto, há interação simétrica entre Judiciário e Ministério Público porque a provocação quanto à forma de extinção da punibilidade partiu de despacho do próprio Magistrado Federal, em 15 de fevereiro de 2017, seguida de manifestação favorável ao MPF, em 20 de março do mesmo ano.

Decisões no mesmo sentido foram observadas nos autos 7175-34.2005.403.6181; 7268-55.2009.403.6181 (neste caso, após o trânsito em julgado do acórdão que confirmou a condenação); 9831-22.2009.403.6181 e 9832-07.2009.403.6181, denotando a autorreferência e retroalimentação do sistema de justiça criminal, pautando-se em decisões anteriores de idêntica *ratio*.

No âmbito do Tribunal Regional da Primeira Região (TRF 1ª), durante a pesquisa qualitativa de campo, foram encontrados dois processos, um na 5ª e outro na 11ª Vara, ambos na Seção Judiciária do Estado de Goiás, que se pronunciaram a respeito do tema *abolitio criminis* envolvendo o consentimento das vítimas após a edição da Lei nº 11.344/2016.

Nos autos do processo 2009.35.00018434-2, 5ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás, em virtude de pedido de *abolitio criminis* pelo réu, o Ministério Público Federal se manifestou pela negativa de sua aplicação, nos seguintes termos:

Em que pesem os argumentos da defesa e muito embora a editada Lei n. 13.344/2016 ter revogado os arts. 231 e 231-A do CP, o *parquet* federal entende que o caso vertente não se amolda à referida *abolitio criminis*, porquanto, com uma análise mais acurada, verifica-se que houve apenas a revogação formal do tipo penal, sem que, contudo, tenha ocorrido a supressão material do fato criminoso (MPF, 2017).

Percebe-se uma interação interorganizacional entre Ministério Público e Justiça Federal. Eis que a aplicação da *abolitio criminis* foi indeferida em decisão de 18 de janeiro de 2018, acolhendo a manifestação Ministerial:

No caso em apreço, observa-se que a Lei nº 13.344/2016 entrou em vigor no dia 21/11/2016, conforme determinou seu artigo 17, ou seja, após decorridos 45 dias de sua publicação oficial.

Referida Lei revogou o art. 231 (art. 16 Lei 13344/2016) e, ao mesmo tempo, redefiniu as condutas nele descritas inserindo o art. 149-A no Código Penal (art. 13 Lei 13.344/2016).

O julgado do TRF1 de fls. 587/602 é do dia **22/11/2016**, quando já estava em vigor a Lei 13.344/2016, de modo que este juízo não pode modificar o que foi decidido pela Instância Superior (TRF1, 2018)

A decisão judicial anterior, ao se referir à decisão anterior da instância superior, deixa clara a retroalimentação das decisões no sistema de justiça criminal.

Junto a 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás, encontramos os autos 2005.35.00006120-4, em que o MPF se manifestou negativamente à aplicação de *abolitio criminis*, sendo ainda negado pela Justiça Federal sob o argumento de que cabe ao Juiz da Execução aplicar a lei posterior, ainda que mais benéfica⁸⁸.

A análise dos sistemas de diferentes Tribunais (TRF 1ª e TRF 3ª) permite concluir que a interação intraorganizacional do Judiciário Federal não se apresenta ainda unânime em relação aos fatos pretéritos denunciados diante da nova estrutura do tipo penal adotada após a reforma penal da Lei nº 11.344/2016. Entretanto, o sistema jurídico possui ferramentas⁸⁹ para sanar essa incerteza (divergência) entre os diferentes Tribunais Federais, criando-se uma expectativa futura de uma nova decisão a respeito do assunto.

Ressalte-se que a observação da prática permite notar que o consentimento válido da vítima ao exercício da prostituição no exterior não é a única “preocupação” dos investigadores envolvidos diretamente no enfrentamento repressivo do tráfico humano; uma outra premissa finalística, da qual se fala adiante, exerce um impulso importante à atuação dos atores, principalmente da polícia judiciária incumbida dessa tarefa.

1.3.3 Eleição de prioridade: pistas sobre a cultura organizacional dos atores envolvidos na Cooperação Jurídica Internacional nos processos de tráfico de pessoas

Nem todas as pessoas que se encontram na cena da exploração sexual, servindo à satisfação da lascívia de outrem, se afiguram vítimas⁹⁰ e a “a correta identificação das vítimas de tráfico de pessoas é essencial para a sua proteção e proteção de seus direitos” (UNODC, 2008a, p. 257).

⁸⁸ “Art. 66. Compete ao Juiz da execução: I - aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado” (BRASIL, 1984).

⁸⁹ Refere-se, aqui, ao Recurso Especial (REsp) previsto na Constituição Federal, art. 105, inciso III, alínea c), com a finalidade de sanar divergência entre decisões exaradas em última instância por diferentes Tribunais Regionais Federais.

⁹⁰ No âmbito do Estado de Goiás era comum à autoridade encarregada das investigações de tráfico de pessoas, no período de 2003 a 2012, e também autor desta tese, em *ultima ratio*, fazer uso de garotas de programa para, mediante o uso de verba pública destinada a esta finalidade, recompensa-las pela obtenção de informações úteis à matéria investigativa. Trata-se, aqui, à toda a evidência, não de uma infiltração, a qual somente é possível se realizada por um policial de carreira. Segundo os registros da autoridade policial, no ano de 2007, após uma investida bem sucedida em uma rede de tráfico de pessoas por uma garota de programa e egressa vítima em outra rede de aliciamento já desmantelada, a qual obtivera os números de telefones dos aliciadores necessários ao início das interceptações telefônicas, fora pela própria autoridade policial levada à sua residência, lá chegando 3h da manhã, restando surpreendido ao perceber que a morada da mulher era a mais suntuosa de um vasto conjunto de construções de um pomposo condomínio horizontal fechado.

A questão põe em evidência semânticas criminológicas distintas sobre a vítima no tráfico de pessoas, explorando a diferente visão entre os atores no campo de atuação do enfrentamento. De um lado, a polícia põe-se a preocupar com a prova necessária à condenação dos aliciadores; de outro lado, a polícia de destino, em geral, põe-se a preocupar com a questão de imigração ilegal. Já para as pessoas expostas ao aliciamento, o termo “vítima” pode não lhes contemplar as expectativas. A condição de vítimas, muitas vezes, não se lhes adequa e a ação da polícia apenas lhes causa obstáculo à sua pretensão de viagem.

Por outro lado, as organizações policiais criam rotinas e procedimentos internos próprios que se associam à sua cultura organizacional, assumindo identidade própria e que diverge daquela do Ministério Público Federal, gerando uma “articulação frouxa” com os demais atores do sistema de justiça criminal.

A cultura organizacional da polícia é descrita como “‘predisposição policial de incluir o maior número de pessoas no sistema’, prática associada ao pressuposto de que o trabalho policial será avaliado não pelos crimes que conseguiu evitar, mas pelas prisões que conseguiu fazer” (ADORNO, 1994, p. 317) (OLIVEIRA; MACHADO, 2017). Noutro giro, Ministério Público Federal e Justiça Federal preocupam-se com os direitos humanos e os efeitos da condenação, o que inclui vagas em presídios superlotados e possibilidade de reinserção social (ADORNO, 1994; OLIVEIRA; MACHADO, 2017).

Em termos empíricos: Delegado Federal bom é Delegado Federal que põe o “pé na porta”⁹¹, prende e produz os holofotes sobre a corporação policial, o que é enfático no caso da Polícia Federal⁹². No âmbito da Justiça Federal, Juiz Federal bom é aquele que possui elevada estatística de sentenças, seja pela procedência ou improcedência das denúncias.

No caso da Polícia Federal, a influência da sociedade é notável, orientando o comportamento de seus membros no sentido de tornar suas ações uma constante pública na busca da imagem de um modelo de trabalho efetivo expresso em quantidade de prisões realizadas.

⁹¹ A expressão “pé na porta” é um código utilizado pela polícia para se referir ao uso da força e ao emprego da autoridade; a expressão é reconhecida por outras autoridades para se referir à polícia, fazendo parte da cultura organizacional, como no seguinte trecho da entrevista de um magistrado, extraído de uma pesquisa empírica a respeito de crimes financeiros: “Porque sem mandado de prisão e, principalmente, sem mandado de busca e apreensão, o delegado perde até o estímulo, se não puder botar o pé na porta e sair com alguém” (CODO et. al, 2017, p. 101). Registramos que, mesmo no âmbito da Polícia Federal, há um desestímulo à autoridade policial se não há a expedição de mandados de prisão, mas tão somente de busca e apreensão, em decorrência de uma investigação coordenada.

⁹² Registramos evento ocorrido no âmbito de uma Superintendência Regional da Polícia Federal, situada na Capital Federal do Brasil. O Superintendente que tomara posse no cargo exigiu, durante a sua gestão, que cada Delegado de Polícia Federal lotado na Superintendência realizasse uma “Operação Policial”.

A aferição da qualidade do resultado do trabalho do inquérito, pela Polícia Federal, não leva em consideração a existência ou não de denúncia em relação ao procedimento concluído, mas tão somente a “quantidade” de inquéritos instaurados e relatados, o que pode ser comprovado pelo relatório de Atuação do Departamento de Polícia Federal no combate aos crimes violadores dos direitos humanos (BRASIL, 2016), no qual os dados se referem somente à instauração, indiciamento e relatório de seus procedimentos.

Pesquisa anterior em delitos de corrupção e lavagem de dinheiro concluiu que “as razões que levam à priorização dos casos associam-se à repercussão midiática” (MACHADO; ZACKSESKI; RAUFF, 2016, p. 152); “as chamadas operações são apresentadas como ‘vitrine’ da PF” (MACHADO; ZACKSESKI; RAUFF, 2016, p. 177).

A notabilidade midiática como premissa finalística presente na cultura organizacional da Polícia Federal está presente também em outras pesquisas na área, como aquela realizada por Zackseski, Machado e Maciel (2018) a respeito dos delitos de corrupção e econômicos, quando um membro da organização policial afirma que “nas especializadas, normalmente há muito trabalho e poucos servidores disponíveis, *salvo nas situações em que se vislumbra possibilidade da investigação gerar impacto midiático*” (ZACKSESKI; MACHADO; MACIEL, 2018, p. 380, grifo nosso).

Ao discorrer sobre “como as relações entre direito e políticas públicas podem ser observadas empiricamente”, Diogo Coutinho (2013, p. 2) reconhece que “políticas públicas requerem um certo grau de liberdade ou margem de manobra e adaptação por parte dos agentes públicos” (Ibidem, p. 11), propiciando a escolha de meios alternativos para a consecução de seu desiderato, sendo necessário que administradores e gestores públicos contem com um arcabouço jurídico minimamente flexível, em que mecanismos rígidos e baseados em mecanismos de comando e controle sejam transformados em uma forma de gestão compartilhada entre atores públicos e privados (LOBEL, 2004).

Não é possível ignorar que as entrevistas descritas com os atores delegados de polícia federal, tratadas em derradeiro capítulo desta tese, mostram o “marketing” policial como premissa finalística de opção na escolha flexível dos casos a serem tratados como prioritários de acordo com a cultura organizacional da instituição.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de políticas públicas no enfrentamento de pessoas, através dos planos nacionais, envolve uma articulação entre os parceiros que atuam no enfrentamento ao tráfico,

de modo a formar um feixe de ações voltadas à persecução penal e à garantia dos direitos das vítimas (intersectorialidade), diretamente vinculado ao conceito de “rede”.

As redes de enfrentamento ao tráfico se manifestam não somente no plano da cooperação institucional, tidas como o enlace entre agentes públicos ou entre estes e agentes privados, formando-se arranjos híbridos, visando a colaboração para a prevenção e repressão do tráfico e a proteção às vítimas, mas também no plano da cooperação jurídica internacional, formando-se arranjos temporários.

A atuação em rede de agentes estatais e de agentes privados que auxiliam na garantia dos direitos das vítimas, muito embora possibilitem maior flexibilidade, aumentando o leque de atuação, pode acarretar conflitos em decorrência de interesses não comuns em momentos diversos da investigação.

Surgida a divergência de posição em decorrência de programas internos das organizações envolvidas, incumbe à coordenação solucioná-la mediante a flexibilização, se for o caso, das premissas finalísticas divergentes, mas tendo em mente que o Estado pode ser responsabilizado no plano internacional diante de uma ineficiência na proteção das vítimas, como no caso Rantseva.

No plano internacional, os Relatórios Nacionais constituem-se em importantes elementos de vigilância de implementação de políticas públicas e não devem se ater a dados a respeito do tráfico de pessoas, mas realizar análises sérias e extensas das informações coletadas e relatadas. Constituem-se, também, em importante elemento de políticas públicas, reconhecidos inclusive pelo Conselho da União Europeia, a espelhar a situação de cada país.

Nossa pesquisa apontou que o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de pessoa, em especial mulheres e crianças, promulgado por meio do Decreto 5.017, de 12 de março de 2004, foi introduzido no plano interno somente de forma parcial com a Lei 13.344, em 2016, e que o programa de políticas públicas de enfrentamento ao tráfico, no Brasil, precedeu essa alteração normativa em um modelo chamado “Bottom-Up”, fazendo os atores responsáveis pela execução adaptar os modelos de políticas esboçados.

A partir daí surgem duas dificuldades à constância da cooperação internacional.

Uma primeira, em decorrência da formação, inclusive, dos arranjos temporários, em que os membros que os compõem não guardam identidade àqueles que participaram de arranjos anteriores: há diversidades de saberes e as identidades no interior de uma forma organizacional de arranjo temporário, efêmera, pode não se comportar de maneira idêntica a

uma outra anterior, ou que tenha atuado em local diverso do país, faltando uniformidade e não contribuindo à estabilização das expectativas normativas, causando frustrações.

Uma segunda, em decorrência da forma como se apresenta hoje a legislação brasileira repressora ao tráfico de pessoas não ser possível afirmar a sua identidade perfeita com o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, fazendo trilhar caminhos para que se dê, ao artigo 149-A do Código Penal, interpretação que mais se aproxime dos Tratados firmados pelo Brasil.

A interpretação do artigo 149-A do Código Penal, visando a adequação da legislação repressora interna no Brasil à Convenção Internacional, deve se dar de forma que o termo “abuso” considere o “abuso de vulnerabilidade”, sob pena de se adotar uma interpretação restritiva de proteção à vítima. Nessa mesma linha de raciocínio, surgem decisões no âmbito do segundo grau dos Tribunais Regionais no sentido de declarar extinção da punibilidade pela *abolitio criminis* nos casos de tráfico de pessoas quando não configurado abuso, coação, fraude ou uso de força no contexto do aliciamento, constituindo-se em uma premissa decisória a ser adotada nas investigações e ações de persecução penal.

No curso da atividade policial surgem premissas finalísticas próprias de acordo com a cultura organizacional que orientam o que deve ser considerado prioridade no interior da organização. As investigações capazes de alavancar a imagem da corporação policial federal na mídia é elemento que orienta a tomada interna de decisões.

Ao final do primeiro capítulo fixamos como contribuições diante do quadro de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do tráfico: a) a cooperação internacional “força” cada vez mais ao aperfeiçoamento de arranjos temporários; b) a definição de tráfico de pessoas contida no Pacto Adicional à Convenção de Palermo, introduzida tardiamente no plano penal interno brasileiro, vem provocando a extinção da punibilidade de condenações por *abolitio criminis*, ocasionando retrabalho às organizações de enfrentamento pelo modelo “Bottom-Up” de políticas públicas e c) o efeito midiático presente na cultura organizacional de alguns atores orienta as escolhas nos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, amoldando-se ao desejo de imagem repressiva dos países de destino de pessoas migrantes, conformando-se à premissa finalística no plano internacional em conter o fluxo de pessoas.

CAPÍTULO 2 – O FLUXO DE PROCESSOS NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA E NOS TRIBUNAIS: O QUE AS ESTATÍSTICAS E OS ESTUDOS DE CASO MOSTRAM?

O capítulo 2 está baseado nas duas fases da pesquisa quantitativa empírica; a primeira fase quantitativa buscou os dados do Sistema Único de dados do Ministério Público Federal (MPF) e a segunda fase buscou os dados dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) de acordo com os números de autos por Seção Judiciária fornecidos por cada Corte Federal.

Com base nos dados estatísticos obtidos a partir de relatório da Procuradoria da República, objetivamos analisar as interações organizacionais no sistema de justiça criminal, observando o momento em que os Procuradores são mais demandados no fluxo dos processos de justiça e sua relação com a Polícia Federal mediante os números de arquivamentos e denúncias às investigações iniciadas, e o tempo de sua duração, neste caso, verificando o lapso de tempo entre a autuação e a conclusão.

Com base nos dados estatísticos obtidos a partir da consulta aos sítios dos TRFs, mediante lista de autos fornecida pelas Cortes Federais, buscamos interpretar as interações organizacionais entre Ministério Público e Judiciário Federal pela correlação entre denunciados e condenados.

Uma análise intraorganizacional da Justiça Federal também é realizada levando em consideração o tempo entre a denúncia e o trânsito em julgado, e o tempo entre sentença e trânsito em julgado e as decisões dos TRFs em matéria de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O capítulo 2 é complementado por dois estudos de caso de enfrentamento ao tráfico de pessoas, em que são exploradas as premissas condicionais e finalísticas para tomada das decisões e as relações interorganizacionais entre Polícia Federal, Ministério Público Federal e Justiça Federal.

Neste capítulo, procura-se esclarecer a motivação para a maior proatividade da Procuradoria Federal da 1ª Região em investigações, já que possui o maior número de cautelares ligadas às medidas de investigação; se há influência direta entre a demanda investigativa de inquéritos e ações nas Varas Federais com as condenações, se há alguma correlação entre o tempo gasto nas investigações e como isso interfere nas decisões do MPF, se há divergência de orientação e qual o percentual entre o que decide a primeira e a segunda instância da Justiça Federal em matéria de tráfico de pessoas.

2.1 AS BASES DE GERENCIAMENTO DE DADOS DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As bases selecionadas tinham como objetivo averiguar a seletividade das vítimas, de forma a permitir traçar um padrão em relação ao tipo de crime investigado e as ocorrências do Sistema de Justiça Criminal, como o transcurso do tempo e a consequente morosidade processual, o que é analisado não somente pela duração do trâmite pré-processual e judicial em cada um dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), mas também pela comparação entre os diversos sistemas de cada Corte Federal.

Nesse ponto, a pesquisa foi direcionada às fases de investigação e do processo penal, voltando-se “para a produção decisória do sistema sob perspectiva longitudinal, dando início ao que hoje se conhece como análise de fluxo (TURK, 1975 apud VARGAS, 2004, p. 30), de forma a reconstruir as diferentes fases do processual (OLIVEIRA; MACHADO, 2017).

Os dados da pesquisa foram organizados na forma longitudinal retrospectiva, já que não se pode acompanhar a evolução de cada um dos processos de onde se extraiu os dados (VENTURA, 2006; OLIVEIRA; MACHADO, 2017), mas acompanha-los de um recorte chamado transversal, “caracterizado pela seleção de um determinado período de tempo em que observamos quantitativamente a produção de decisões por cada uma das organizações” (OLIVEIRA; MACHADO, 2017, p. 7).

A fixação do lapso temporal de análise dos processos (2004-2015) foi devidamente justificado no item “Os parâmetros e a justificativa de delimitação temporal e espacial do universo de feitos para a pesquisa quantitativa inicial” (4.1) deste trabalho, para o qual remetemos o leitor.

A reconstrução do fluxo do Sistema de Justiça Criminal (SJC) permitiu averiguar os critérios seletos que orientam as premissas condicionais e finalísticas das organizações envolvidas no enfrentamento ao tráfico, analisar o chamado “funil da impunidade⁹³” e fixar as ocorrências da morosidade processual em casos determinados (ADORNO, 2002; VENTURA, 2006; OLIVEIRA; MACHADO, 2017).

Os dados revelam-se interessantes quando comparados com estudos internacionais, como o realizado por Liz Hales (2017), pesquisador independente e consultor em Justiça Criminal e Assuntos de Imigração da Universidade de Cambridge, o qual traça uma pena

⁹³ A metáfora é um dos grandes pontos de crítica do Ministério Público Federal em relação à Polícia Federal (PF) e remete a disparidade entre o número de processos que estão presentes no Sistema de Justiça Criminal e o número de sentenças que deles resultam (OLIVEIRA; MACHADO, 2017).

média de 2 meses para vítimas traficadas com posse de documentos falsos, o que demonstra que as autoridades como as do Reino Unido não se preocupam tão somente em conter o tráfico humano, mais em punir as vítimas, o que não é verificado nos dados de nosso estudo.

2.1.1 O Sistema ÚNICO do MPF

A Constituição Brasileira de 1988 instituiu o Ministério Público da União (MPU) como instituição dotada de independência funcional, administrativa e financeira, conforme artigo 129, II, com a função de “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia” (BRASIL, 1988).

O Ministério Público da União é composto pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Militar (MPM) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), sendo as funções e atribuições de cada um regulamentadas pela Lei Complementar 75/93.

O Ministério Público Federal atua nos casos federais, conforme disposição da Constituição ou de leis federais, sempre que a questão envolver interesse público, quer em virtude das partes envolvidas ou do objeto do processo, podendo funcionar ainda como fiscal do cumprimento da lei ou dos tratados (BRASIL, 2010).

O Ministério Público Federal é guardião da Democracia e sua atuação visa o respeito às garantias individuais e o respeito à democracia, à participação popular e aos direitos indisponíveis, entre os quais o direito à vida, à liberdade e à saúde, o que engloba o tráfico de pessoas por ferir o direito à liberdade, além da dignidade da pessoa humana.

A Procuradoria Geral da República atua na proteção dos Direitos Humanos através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PRDC), subunidade encarregada de realizar estudos, trabalhos e ações em prol da garantia dos direitos da pessoa. Em decorrência do fenômeno internacional do tráfico de pessoas, essa Procuradoria desenvolve articulações internacionais formando redes de cooperação visando se desincumbir de seu papel (RODRIGUES, 2016; BRASIL, 2010). São funções da PRDC:

dialogar e de interagir com órgãos de Estado, organismos nacionais e internacionais, e representantes da sociedade civil, persuadindo os poderes públicos para a proteção e defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos – tais como dignidade, liberdade, igualdade, saúde, educação, assistência social, acessibilidade, acesso à justiça, direito à informação e livre expressão, *tráfico de pessoas*, trabalho

escravo, remoção de órgãos, reforma agrária, moradia adequada, não-discriminação, alimentação adequada, entre outros (BRASIL, 2010, p. 167, grifo nosso).

Embora a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) não postule em juízo, representa quando é necessário e presta anualmente informações desenvolvidas a respeito de sua atividade ao Conselho Superior do Ministério Público e à sociedade, sendo parceira da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ/MJ) na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) (BRASIL, 2010).

Em cada Estado da Federal existe um Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), cuja atuação é ligada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), atuando em comunhão com esta de maneira a reforçar a identidade do MPF.

Há, no âmbito da Procuradoria Geral da República, outra subunidade atuante e sintonizada com o enfrentamento ao tráfico de pessoas: a Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional (SCI). Esta se articula com as autoridades centrais de vários países nas fases investigativa e processual da ação penal para a obtenção de provas, cumprimento de medidas judiciais, sendo membro integrante de vários órgãos internacionais como a Red Ibero-Americana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRED), Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul (REMPM), Red Ibero-Americana de Fiscales Especializados contra la Trata de Seres Humanos, Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP) e a Federación Ibero-Americana del Ombudsman (FIO), esta última formada 20 países, entre os quais o Brasil (RODRIGUES, 2016; MPF, 2018)

Os dados do ÚNICO não se apresentam absolutamente confiáveis, vez que disponibilizam o acompanhamento de processos apenas após o ano de 2012 e não se encontra interligado com os sistemas de controle de processos dos Tribunais Regionais Federais. Além disso, “os dados sobre investigação criminal, quando existentes, são precários, pouco confiáveis, não sistematizados, o que dificulta tanto as pesquisas quantitativas quanto qualitativas” (COSTA; MACHADO; ZACKESKI, 2016a).

Os sistemas informatizados disponíveis no MPF, até o momento, não permitem ainda o acesso completo e seguro às informações da atuação total do *parquet* (BRASIL, 2010), mas reconhece-se os esforços no sentido de aprimoramento do gerenciamento dos bancos de dados.

2.1.1.1 Dados fornecidos: inconsistências da base de dados e método de solução aplicado

Em 17/4/2017, foi disponibilizada pelo Coordenador da Coordenação Judiciária do Ministério Público Federal do Estado de Goiás (COJUD/MPF/GO), pesquisa à base de dados do sistema "ÚNICO", desde data de sua criação, de todos os autos relativos aos seguintes assuntos: "TRÁFICO DE PESSOAS" e "TRÁFICO DE SERES HUMANOS".

O resultado da pesquisa foi disponibilizado em planilha em formato .xls (17.701 linhas), com as seguintes observações:

Não foi possível implementar filtro para exibir apenas a última manifestação ministerial de cada auto. Assim, os autos são repetidos tantas vezes quantas forem as manifestações existentes. Para minimizar o transtorno, ordenei os dados, sempre de forma crescente, conforme as seguintes chaves: UF; ÓRGÃO DA PF OU JUSTIÇA; VARA/TURMA; ETIQUETA DO AUTO; e DT MANIFESTAÇÃO. Ressalto que, na coluna "TEMAS DO CNMP", há uma célula para cada nível de hierarquia dos temas/assuntos e as mesmas não estão mescladas (MPF, 2017).

O primeiro procedimento foi desfazer a mescla de todas as células e consolidar as colunas "TEMAS DO CNMP" e "TEMA PRINCIPA CNMP". As informações foram consolidadas na coluna "TEMA PRINCIPA CNMP", embora essa variável não traga praticamente nenhuma informação útil, já que seu conteúdo é quase sempre "tráfico de pessoas para fins de exploração sexual".

Restaram então 5.038 linhas (manifestações) referentes a 887 autos (inquéritos, ações penais, recursos, etc.), as quais compõem nossa base de dados principal. Considerou-se que registros (manifestações) com mesma "ETIQUETA DO AUTO" referem-se ao mesmo auto.

2.1.1.2 A distribuição dos autos por Unidade da Procuradoria da República

A Tabela 3 (abaixo) apresenta o total de autos cadastrados por Unidade Federativa (UF) de cada Procuradoria da República. Nota-se que Piauí foi o único estado que não apresentou nenhum auto cadastrado; também são apresentados os respectivos percentuais.

Quase um quarto (23,2%) dos autos são da Procuradoria da República no Distrito Federal, seguido da Procuradoria da República em Goiás, com 12,5% dos autos, Bahia com 6,8% e São Paulo com 5,5%.

Tabela 3 – Distribuição de Autos por Procuradoria da República nas UFs

UF	CONTAGEM DE AUTOS	%
AC	27	3,0%
AL	7	0,8%
AM	14	1,6%
AP	16	1,8%
BA	60	6,8%
CE	29	3,3%
DF	206	23,2%
ES	13	1,5%
GO	120	13,5%
MA	12	1,4%
MG	36	4,1%
MS	18	2,0%
MT	23	2,6%
PA	40	4,5%
PB	2	0,2%
PE	40	4,5%
PR	5	0,6%
PI	-	-
RJ	20	2,3%
RN	37	4,2%
RO	13	1,5%
RR	26	2,9%
RS	40	4,5%
SC	22	2,5%
SE	1	0,1%
SP	49	5,5%
TO	11	1,2%
TOTAL	887	100,0%

Fonte: Ministério Público Federal.

O percentual de (23,2%) dos autos são da Procuradoria da República no Distrito Federal e deve ser visto com cautela, a fim de não induzir grande ocorrência de tráfico de pessoas na Capital Federal. Menciona-se apenas que esse percentual engloba autos de processos de tráfico de pessoas que tramitam em segunda instância no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

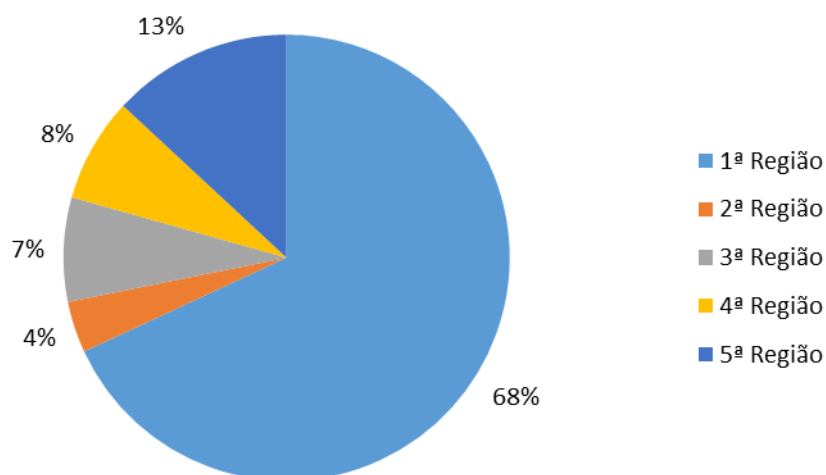
Considerando o total por Procuradoria Regional, a 1ª Região representa mais de dois terços (68,1%) dos autos, seguido da 5ª Região, com 13,1%. Os dados por região encontram-se na Tabela 4 (abaixo) e estão ilustrados na Figura 3 (abaixo).

Tabela 4 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional

Região	CONTAGEM DE AUTOS	%
1ª Região	604	68,1%
2ª Região	33	3,7%
3ª Região	67	7,6%
4ª Região	67	7,6%
5ª Região	116	13,1%
TOTAL	887	100,0%

Fonte: Ministério Público Federal.

Figura 3 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional



Fonte: Ministério Público Federal.

A Tabela 5 (abaixo) é uma forma alternativa de apresentar os dados da Tabela 4 (acima) e da Figura 3 (acima).

Tabela 5 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional e Procuradorias da República nas UFs

Região	UF	Total de autos	%
1ª Região	AC	27	3,0%
	AM	14	1,6%
	AP	16	1,8%
	BA	60	6,8%
	DF	206	23,2%
	GO	120	13,5%
	MA	12	1,4%
	MG	36	4,1%
	MT	23	2,6%
	PA	40	4,5%
	RO	13	1,5%
	RR	26	2,9%
	TO	11	1,2%
	Total	604	68,1%
2ª Região	ES	13	1,5%
	RJ	20	2,3%
	Total	33	3,7%
3ª Região	MS	18	2,0%
	SP	49	5,5%
	Total	67	7,6%
4ª Região	PR	5	0,6%
	RS	40	4,5%
	SC	22	2,5%
	Total	67	7,6%
5ª Região	AL	7	0,8%
	CE	29	3,3%
	PB	2	0,2%
	PE	40	4,5%
	RN	37	4,2%
	SE	1	0,1%
	Total	116	13,1%
TOTAL		887	100,0%

Fonte: Ministério Público Federal.

Faz-se necessário observar que os autos do Distrito Federal (DF) compreendem também os referentes aos recursos em que houve manifestação da Procuradoria da República, razão pela qual o número de manifestações (206) excede aquela do segundo colocado, o Estado de Goiás (120), o que fica muito claro no item seguinte (2.1.1.3), quando os processos são separados por classes. Trata-se de uma análise importante, o que demonstra que os números não falam por si só.

2.1.1.3 A distribuição por classes de acordo com as Procuradorias

Os autos foram classificados em sete grupos de classes judiciárias⁹⁴. A Tabela 6 (abaixo) relaciona os grupos de classes judiciárias criadas com suas respectivas siglas, a contagem de autos em cada uma delas e o percentual correspondente. A Figura 4 (seguinte) ilustra os dados da Tabela 6 (abaixo).

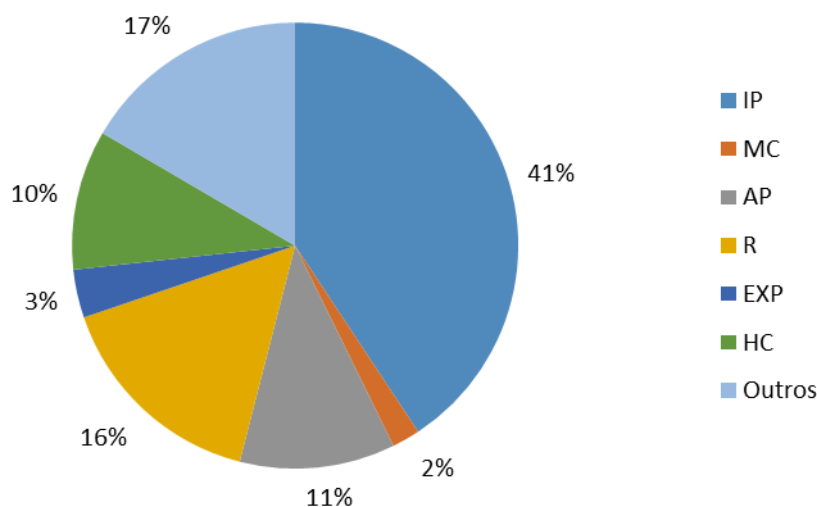
Tabela 6 – Total de autos por Grupo de Classes Judiciárias

GRUPO DE CLASSES JUDICIÁRIAS	CONTAGEM	PERCENTUAL
Inquérito Policial – IP	361	40,7%
Medidas Cautelares – MC	18	2,0%
Ação Penal – AP	100	11,3%
Recursos – R	140	15,8%
Execução Penal – EXP	31	3,5%
Ações autônomas de impugnação – HC	90	10,1%
Outros	147	16,6%
TOTAL	887	100,0%

Fonte: Ministério Público Federal.

⁹⁴ As classes judiciárias são definidas conforme Taxonomia do CNMP.

Figura 4 – Autos por Grupo de Classe Judiciária



Fonte: Ministério Público Federal.

Visando uma melhor clareza da pesquisa, detalhamos nas tabelas 121 a 127, para cada grupo, quais as classes judiciárias que as compõem. Assim, por exemplo, a Tabela 7 explica quais taxonomias fazem parte do grupo “Inquérito Policial”, nele incluindo-se, além do inquérito, também o “Termo circunstanciado”.

Por uma questão didática, visando evitar uma sobrecarga da análise do material colhido em campo com tabelas meramente classificativas de taxonomia, optou-se por constituir o Apêndice H – Classes judiciárias de classificação, conforme Taxonomia do CNMP. Assim, as tabelas 121 a 127 foram postas no Apêndice H.

A Tabela 7 (abaixo) apresenta a distribuição de grupos de classes judiciárias por unidade da federação (UF). Nota-se que, no Distrito Federal, mais da metade (50,5%) dos autos são recursos (R) e 35,9% são ações autônomas de impugnação *habeas corpus* (HC), enquanto que os inquéritos policiais representam somente 6,8% dos autos. Já em Goiás, os inquéritos policiais representam 45,8% dos autos e as ações penais (AP), 17,5% dos autos; é dizer, o alto número de autos na Procuradoria da República no Distrito Federal não significa um número significativo de investigações naquela Unidade, senão que para ela vertem os recursos e outras ações como *habeas corpus* de casos de tráfico de pessoas tratados em outras unidades da federação.

Tabela 7 – Distribuição dos grupos de classe judiciária por UF

UF	IP	MC	AP	R	EXP	HC	Outros	TOTAL
AC	23	1	1	-	-	-	2	27
AL	5	-	-	-	-	-	2	7
AM	6	1	3	-	1	-	3	14
AP	9	1	5	-	-	-	1	16
BA	32	2	9	-	3	-	14	60
CE	19	-	2	-	1	-	7	29
DF	14	1	1	104	1	74	11	206
ES	7	-	5	-	1	-	-	13
GO	55	2	21	1	2	-	39	120
MA	12	-	-	-	-	-	-	12
MG	15	3	9	1	-	-	8	36
MS	6	-	7	-	-	-	5	18
MT	15	2	2	-	1	-	3	23
PA	27	2	3	-	-	-	8	40
PB	2	-	-	-	-	-	-	2
PE	20	-	8	3	7	-	2	40
PR	2	-	-	-	-	-	3	5
PI	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ	5	-	1	12	-	1	1	20
RN	6	-	8	1	12	-	10	37
RO	10	2	-	-	-	-	1	13
RR	11	-	5	-	-	-	10	26
RS	3	-	3	17	1	15	1	40
SC	12	1	3	1	-	-	5	22
SE	1	-	-	-	-	-	-	1
SP	38	-	1	-	-	-	10	49
TO	6	-	3	-	1	-	1	11
TOTAL	361	18	100	140	31	90	147	887

Fonte: Ministério Público Federal.

Nas tabelas 8 e 9 (abaixo) tem-se a distribuição de grupos de classes judiciárias por Procuradoria Regional.

Tabela 8 – Distribuição dos grupos de CLASSE JUDICIÁRIA por Procuradoria Regional

Região	IP	MC	AP	R	EXP	HC	Outros	TOTAL
1ª Região	235	17	62	106	9	74	101	604
2ª Região	12	-	6	12	1	1	1	33
3ª Região	44	-	8	-	-	-	15	67
4ª Região	17	1	6	18	1	15	9	67
5ª Região	53	-	18	4	20	-	21	116
TOTAL	361	18	100	140	31	90	147	887

Fonte: Ministério Público Federal.

Tabela 9 – Principais grupos de CLASSES JUDICIÁRIAS por Procuradoria Regional e seus respectivos percentuais

Região	IP	AP	Demais classes	TOTAL
1ª Região	235 (38,9%)	62 (10,3%)	307 (50,8%)	604 (100,0%)
2ª Região	12 (36,4%)	6 (18,2%)	15 (45,5%)	33 (100,0%)
3ª Região	44 (65,7%)	8 (11,9%)	15 (22,4%)	67 (100,0%)
4ª Região	17 (25,4%)	6 (9,0%)	44 (65,7%)	67 (100,0%)
5ª Região	53 (45,7%)	18 (15,5%)	45 (38,8%)	116 (100,0%)
TOTAL	361 (40,7%)	100 (11,3%)	426 (48,0%)	887 (100,0%)

Fonte: Ministério Público Federal.

Observa-se que a Procuradoria Federal da 1ª Região possui 38,9% de autos na classe “inquérito policial” contra a Procuradoria da 3ª Região, que possui 65,7% de autos nessa classe; já em relação à classe “ação penal”, a Procuradoria Federal da 1ª Região possui 10,3%, bem próxima da Procuradoria Federal da 3ª Região, com 11,9% nessa classe.

Entretanto, a atividade investigativa na Procuradoria Federal da 1ª Região é mais acentuada do que na 3ª Região, o que pode ser observado da Tabela 9 (acima), vez que a Procuradoria da 1ª Região conta com 17 (dezessete) medidas cautelares (MC) e a

Procuradoria da 3ª Região não contabiliza número. Entre as medidas cautelares (MC) estão a de interceptação telefônica e de busca e apreensão, largamente utilizadas nas fases de investigação por tráfico de pessoas.

2.1.1.4 O número de autos por Procuradoria e a efetividade da jurisdição: a estrutura é realmente determinante para um resultado satisfatório?

A pesquisa do sistema ÚNICO nos permitiu estabelecer uma relação com a Justiça Federal representada pela razão do número de inquéritos por Vara da Justiça Federal e por unidade da Federação (UF) e que não apareceu a partir da pesquisa do Sistema de dados dos Tribunais Regionais Federais.

A Tabela 10 (abaixo) apresenta o número, por unidade da federação (UF), de inquéritos policiais (IPLS) que apresentaram indicação de Vara de origem, o respectivo número de varas e a razão IPLs instaurados por vara. A média é de menos de 2,5 (dois e meio) IPLs por vara (2,46 IPLs por vara). Destaca-se Goiás com 11 (onze) IPLs por vara, seguido do Acre, com 6 (seis) IPLs por vara, Pará, com 5,33 (cinco vírgula trinta e três) IPLs por vara e DF, com 5 (cinco) IPLs por vara.

O Estado de São Paulo, com 1,37 (um vírgula trinta e sete) IPLs por Vara da Justiça Federal é significativo (Tabela 10), demonstrando que a estrutura do Judiciário nem sempre é fator condicionante a uma investigação satisfatória, pois ainda que verificado o baixo percentual de demanda do Judiciário Federal nas questões de tráfico, as investigações são comprometidas por outros fatores, como as excessivas dilações de prazo para a conclusão das investigações e a substituição constante de autoridades policiais na condução de investigações, demonstrados em tópicos específicos deste trabalho.

Tabela 10 – Distribuição de inquéritos por UF e número de Varas de origem

UF	IP	Número de varas de origem	IP / Vara
AC	18	3	6,00
AL	4	4	1,00
AM	5	2	2,50
AP	6	2	3,00
BA	27	7	3,86
CE	14	4	3,50
DF	10	2	5,00

ES	7	2	3,50
GO	44	4	11,00
MA	8	4	2,00
MG	11	10	1,10
MS	4	4	1,00
MT	13	5	2,60
PA	16	3	5,33
PB	-	-	-
PE	18	5	3,60
PR	2	2	1,00
PI	-	-	-
RJ	5	5	1,00
RN	3	3	1,00
RO	8	3	2,67
RR	10	3	3,33
RS	3	3	1,00
SC	12	8	1,50
SE	-	-	-
SP	37	27	1,37
TO	5	3	1,67
TOTAL	290	118	2,46

Fonte: Ministério Público Federal.

2.1.1.5 Em que momento os Procuradores da República são mais demandados nas investigações sobre tráfico de pessoas?

As organizações, como o Ministério Público Federal, se manifestam através de decisões. Nesse ponto, o interesse é catalogar as decisões da Procuradoria da República enquanto ator na persecução penal nos processos de tráfico internacional de pessoas.

Uma análise da quantidade e do tipo das manifestações do Ministério Público Federal demonstrará não somente em que momento esse ator é mais demandado na persecução penal, mas também a forma de decisão pela qual se expressa diante das irritações do entorno.

Assim como a “classe judicial”, as “manifestações”⁹⁵ (nome aqui dado às decisões) também foram classificadas em grupos (em número de 5), conforme a Tabela 11 (abaixo).

⁹⁵ Movimentos, conforme taxonomia do CNMP.

Tabela 11 – Grupos de manifestações

GRUPO DE MANIFESTAÇÃO	CONTAGEM	PERCENTUAL
ARQUIVAMENTO	176	3,5%
BAIXA	1.417	28,1%
CIÊNCIA	1.173	23,3%
DENÚNCIA	57	1,1%
OUTRAS	2.215	44,0%
TOTAL	5.038	100,0%

Fonte: Ministério Público Federal.

As tabelas 128 a 132 indicam quais manifestações (movimentações) pertencem a cada grupo, para fins da classificação que adotamos. São indicados também, entre parênteses, os códigos dos movimentos conforme taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Assim, por exemplo, a Tabela 128 explica quais taxonomias fazem parte do grupo “Arquivamento”, nele incluindo-se, também, o “Arquivamento com remessa ao Conselho Superior”.

Por uma questão didática, visando evitar uma sobrecarga da análise do material colhido em campo com tabelas meramente classificativas de taxonomia, optou-se por constituir o Apêndice I – Grupos de movimentos conforme Taxonomia do CNMP. Assim, as tabelas 128 a 132 foram deslocadas para o Apêndice I.

A Tabela 12 (abaixo) apresenta o número de manifestações de cada grupo por grupo de classe judiciária do auto.

Tabela 12 – Manifestações por tipo de auto

MANIFESTAÇÃO	IP	MC	AP	R	EXP	HC	Outros	TOTAL
ARQUIVAMENTO	168	-	2	-	-	-	6	176
BAIXA	1.346	1	69	-	-	-	1	1.417
CIÊNCIA	269	26	441	126	59	91	161	1.173
DENÚNCIA	40	-	17	-	-	-	-	57
OUTRAS	444	18	974	363	114	113	189	2.215
TOTAL	2.267	45	1.503	489	173	204	357	5.038

Fonte: Ministério Público Federal.

Embora não seja a mais desejada do ponto de vista da agilidade, o que mais chama a atenção nos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas são as decisões (manifestações) de “baixa”, assim consideradas aquelas em necessidade de dilação de prazo para a conclusão do inquérito policial. As sucessivas dilações de prazo para a conclusão do inquérito policial estão diretamente ligadas à perda de objeto desse instrumento administrativo de investigação.

2.1.1.6 Análise dos inquéritos concluídos: proporção de denúncias e arquivamentos

A análise dos dados do UNICO focará essencialmente os inquéritos policiais "concluídos". Define-se por “inquérito concluído” aquele em que houve oferecimento de denúncia ou pedido de arquivamento (considerando a manifestação).

Para os autos de “inquérito concluído”, serão realizadas análises estatísticas relativas à proporção de denúncias e tempos de denúncia e arquivamento; o período dos dados solicitados e fornecidos pela Procuradoria Geral da República se refere de 2004 a 2015.

Foram registradas 168 manifestações de arquivamento e 40 de denúncia em inquéritos policiais, sendo encontrados 2 (dois) inquéritos com manifestação denúncia, com dois registros cada (com mesmas datas de manifestação): JF-BA-2008.33.00.015242-7-INQ e JF-PA-2004.39.00.009797-0-INQ. As duplicatas foram excluídas. Foram encontrados 11 (onze) inquéritos com manifestação arquivamento, com dois registros cada (com datas distintas). Um deles, o JF-PA-0003766-16.2012.4.01.3900-INQ, em um dos registros, tinha data de manifestação menor que a data de autuação, sendo excluído. Os outros 10 (dez) que têm registros duplos estão relacionados no Quadro 1 (abaixo).

Quadro 1 – Inquéritos Policiais com manifestação de arquivamento em mais de uma data

Etiqueta do auto	Data de		
	Autuação	1º Arquivamento	2º Arquivamento
JF/ILH/BA-2007.33.01.000384-7-INQ	13/04/2007	13/04/2010	27/07/2010
JF-ARA-2007.61.20.007848-0-INQ	24/03/2008	29/06/2010	05/07/2010
JF-BAU-0009633-10.2009.4.03.6108-INQ	09/11/2009	29/11/2010	28/03/2011
JF-GO-2005.35.00.016468-9-INQ	14/09/2005	24/07/2009	30/09/2009
JF-GO-2007.35.00.011438-3-INQ	13/07/2007	13/07/2010	25/10/2010
JF-SAN-1999.61.04.002384-6-INQ	01/01/2002	30/07/2009	13/08/2009
JF-SAN-2005.61.04.003752-5-INQ	01/06/2005	11/10/2005	21/10/2005
JF-SAN-2006.61.04.006200-7-INQ	26/07/2006	25/03/2008	25/06/2008

JF-SJR-0007025-84.2005.4.03.6106-INQ	15/07/2005	21/08/2007	12/09/2007
JF-TAU-2005.61.21.001388-5-INQ	05/07/2005	15/10/2007	06/02/2008

Fonte: Ministério Público Federal.

Para sanar esse problema, foi considerada a data maior e os registros com data menor foram, então, excluídos. Assim, dos 361 inquéritos policiais registrados no sistema (Tabela 7), 195 deles (54%) foram considerados como concluídos, sendo que 38 destes (19,5%), por oferecimento de denúncia e 157 (80,5%), por pedido de arquivamento, conforme a Tabela 13.

Tabela 13 – Inquéritos Policiais concluídos

MANIFESTAÇÃO	Número de autos	Porcentagem (%)
ARQUIVAMENTO	157	80,5
DENÚNCIA	38	19,5
TOTAL	195	100,00

Fonte: Ministério Público Federal.

A premissa do número total de 195 (cento e noventa e cinco) manifestações será o objeto de análise neste ponto (2.1.1.6) e no seguinte (2.1.1.7).

A finalidade dessa análise da proporção de denúncias e arquivamentos é mensurar a “taxa de atrito” da investigação criminal no caso dos crimes de tráfico de pessoas através do percentual de inquéritos concluídos com oferecimento de denúncia por parte da Procuradoria da República.

A Tabela 14 (abaixo) apresenta, por unidade federativa, o percentual de denúncias oferecidas para cada Procuradoria da República. Nessa tabela estão ausentes os estados de Sergipe, por não ter ainda concluído o seu único Inquérito Policial instaurado, e Piauí, por não ter registro de nenhum auto relativo ao crime de tráfico de pessoas.

Tabela 14 – Percentual de denúncias por UF – classificação por UF

UF	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	TOTAL	% DENÚNCIAS
AC	3	9	12	25,0%
AL	-	3	3	0,0%
AM	1	2	3	33,3%

AP	4	3	7	57,1%
BA	7	13	20	35,0%
CE	1	7	8	12,5%
DF	1	7	8	12,5%
ES	-	3	3	0,0%
GO	3	16	19	15,8%
MA	1	5	6	16,7%
MG	4	5	9	44,4%
MS	-	3	3	0,0%
MT	5	5	10	50,0%
PA	3	13	16	18,8%
PB	-	2	2	0,0%
PE	1	13	14	7,1%
PR	-	2	2	0,0%
RJ	-	2	2	0,0%
RN	-	4	4	0,0%
RO	1	9	10	10,0%
RR	2	6	8	25,0%
RS	-	2	2	0,0%
SC	1	4	5	20,0%
SP	-	14	14	0,0%
TO	-	5	5	0,0%
TOTAL	38	157	195	19,5%

Fonte: Ministério Público Federal.

A Tabela 15 (abaixo) reclassifica a Tabela 14 (acima), apresentando os dados em ordem decrescente de percentual de denúncias. A média nacional é de 19,5% de oferecimento de denúncia. Somente 8 (oito) estados apresentaram percentual superior à média nacional e 10 (dez) não ofereceram denúncia e nenhum inquérito, segundo dados do ÚNICO. Destacam-se, em especial, o estado da Bahia, por ter apresentado o maior número absoluto de denúncias, e o de São Paulo, que, apesar do número expressivo de inquéritos, não apresentou nenhuma denúncia.

Neste ponto, revela-se uma contradição do ÚNICO, pois a pesquisa qualitativa de campo, descrita no Capítulo 3, em que foram pesquisadas ações penais em São Paulo, demonstra a existência de manifestações (decisões) do Ministério Público Federal catalogadas como “denúncia”.

Tabela 15 – Percentual de denúncias por UF – classificação percentual de denúncias

UF	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	TOTAL	% DENÚNCIAS
AP	4	3	7	57,1%
MT	5	5	10	50,0%
MG	4	5	9	44,4%
BA	7	13	20	35,0%
AM	1	2	3	33,3%
AC	3	9	12	25,0%
RR	2	6	8	25,0%
SC	1	4	5	20,0%
PA	3	13	16	18,8%
MA	1	5	6	16,7%
GO	3	16	19	15,8%
CE	1	7	8	12,5%
DF	1	7	8	12,5%
RO	1	9	10	10,0%
PE	1	13	14	7,1%
AL	-	3	3	0,0%
ES	-	3	3	0,0%
MS	-	3	3	0,0%
PB	-	2	2	0,0%
PR	-	2	2	0,0%
RJ	-	2	2	0,0%
RN	-	4	4	0,0%
RS	-	2	2	0,0%
SP	-	14	14	0,0%
TO	-	5	5	0,0%
TOTAL	38	157	195	19,5%

Fonte: Ministério Público Federal.

O resultado dos dados da Tabela 15 (acima) permite inferir que o sistema ÚNICO da Procuradoria da República não se apresenta totalmente confiável: a pesquisa qualitativa de campo demonstrou a coleta de vários dados de ações penais em andamento nas Varas da Justiça Federal de São Paulo, em adiantado estado de tramitação; algumas, inclusive, com trânsito em julgado.

A Tabela 16 (abaixo) apresenta, por Procuradoria Regional, o percentual de denúncias em crimes de tráfico de pessoas. A quase totalidade das denúncias (92,1%⁹⁶) foram ofertadas pela 1ª Região, que respondeu por 68,2%⁹⁷ dos inquéritos. Destacam-se, também, a 2ª e a 3ª Regiões por não terem ofertado nenhuma denúncia, segundo o ÚNICO.

Tabela 16 – Percentual de denúncias por Procuradoria Regional

REGIÃO	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	TOTAL	% DENÚNCIAS
1ª Região	35	98	133	26,3%
2ª Região	-	5	5	0,0%
3ª Região	-	17	17	0,0%
4ª Região	1	8	9	11,1%
5ª Região	2	29	31	6,5%
TOTAL	38	157	195	19,5%

Fonte: Ministério Público Federal.

A Tabela 17 (abaixo) sumariza os dados das tabelas 15 e 16 (acima).

Tabela 17 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional e Procuradorias da República nas UFs

Região	UF	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	TOTAL	% DENÚNCIAS
1ª Região	AC	3	9	12	25,0%
	AM	1	2	3	33,3%
	AP	4	3	7	57,1%
	BA	7	13	20	35,0%
	DF	1	7	8	12,5%
	GO	3	16	19	15,8%
	MA	1	5	6	16,7%
	MG	4	5	9	44,4%
	MT	5	5	10	50,0%
	PA	3	13	16	18,8%
	RO	1	9	10	10,0%
	RR	2	6	8	25,0%
	TO	-	5	5	0,0%
	Total	35	98	133	26,3%

⁹⁶ 35 dos 38 inquéritos com denúncia.

⁹⁷ 133 dos 195 inquéritos.

2ª Região	ES	-	3	3	0,0%
	RJ	-	2	2	0,0%
	Total	-	5	5	0,0%
3ª Região	MS	-	3	3	0,0%
	SP	-	14	14	0,0%
	Total	-	17	17	0,0%
4ª Região	PR	-	2	2	0,0%
	RS	-	2	2	0,0%
	SC	1	4	5	20,0%
	Total	1	8	9	11,1%
5ª Região	AL	-	3	3	0,0%
	CE	1	7	8	12,5%
	PB	-	2	2	0,0%
	PE	1	13	14	7,1%
	RN	-	4	4	0,0%
	Total	2	29	31	6,5%
TOTAL		38	157	195	19,5%

Fonte: Ministério Público Federal.

Idêntica crítica lançada ao ÚNICO em relação ao Estado de São Paulo pode ser estendida também aos Estados representados pelo TRF da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo), já que nossa visita “in loco” permitiu colher dados de várias ações penais, significando a existência de denúncia.

2.1.1.7 Análise dos inquéritos concluídos: tempo entre a autuação e a conclusão

Com a finalidade de estudar o tempo de duração dos inquéritos, procedeu-se à análise das datas constantes nos dados fornecidos pelo Ministério Público Federal. Assim, para cada registro foram informadas 4 (quatro) datas:

- DT AUTUAÇÃO – data de autuação;
- DT FATO – data do fato;
- DT ESTIM FATO – data estimada do fato;
- DT MANIFESTAÇÃO – data da manifestação.

Destas, somente a data de autuação e a data de manifestação apresentaram 100% de preenchimento (certamente por serem de preenchimento obrigatório no sistema ÚNICO). Para os inquéritos policiais, pouco mais de um quarto deles (25,5%) apresentou data do fato e, em pouco mais de um terço (34,1%), houve informação da data estimada do fato. Ou seja, em 40,4% dos inquéritos não havia informação relativa à data do fato, o que fragiliza o ÚNICO como sistema de informação à análise do fluxo de justiça.

Considerando somente os inquéritos concluídos, obtêm-se proporções semelhantes: 27,7% apresentaram data do fato, 35,9% possuíam data estimada do fato e 36,4% não possuíam informação referente à data do fato (vide Tabela 18, abaixo). Por esse motivo, a análise se restringirá à análise do tempo entre a autuação e a manifestação.

Tabela 181 – Proporção de inquéritos com informação da data do fato

DATA	TOTAL DE INQUÉRITOS		INQUÉRITOS ENCERRADOS	
	Contagem	%	Contagem	%
DT FATO	92	25,5	54	27,7
DT ESTIM FATO	123	34,1	70	35,9
SEM INFORMAÇÃO	146	40,4	71	36,4
TOTAL	361	100,0	195	100,0

Fonte: Ministério Público Federal.

A Tabela 19 (abaixo) apresenta a distribuição do número de inquéritos policiais por ano de autuação e por Procuradoria Regional; a Figura 5 (abaixo) apresenta os inquéritos por ano de autuação.

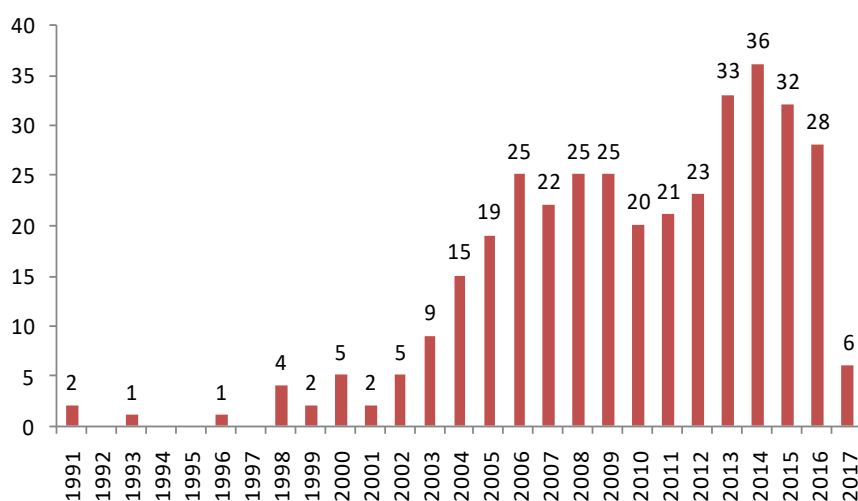
Tabela 19 – Distribuição dos Inquéritos Policiais por ano de autuação e Região

Ano autuação	1ª Região	2ª Região	3ª Região	4ª Região	5ª Região	Total
1991	2	-	-	-	-	2
1993	1	-	-	-	-	1
1996	1	-	-	-	-	1
1998	4	-	-	-	-	4
1999	2	-	-	-	-	2
2000	4	-	1	-	-	5
2001	2	-	-	-	-	2

2002	3	-	2	-	-	5
2003	6	-	-	1	2	9
2004	5	-	2	2	6	15
2005	13	1	4	-	1	19
2006	19	-	1	1	4	25
2007	20	-	-	1	1	22
2008	17	2	2	2	2	25
2009	15	-	3	1	6	25
2010	15	-	-	4	1	20
2011	13	1	1	1	5	21
2012	14	1	1	2	5	23
2013	17	1	7	-	8	33
2014	24	2	6	-	4	36
2015	18	1	7	1	5	32
2016	17	2	5	1	3	28
2017	3	1	2	-	-	6
Total	235	12	44	17	53	361

Fonte: Ministério Público Federal.

Figura 5 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais por ano de autuação



Fonte: Ministério Público Federal.

Considerando que a Procuradoria da República da 1ª Região apresentou o maior número de inquéritos policiais, procurou-se estabelecer, considerando cada Estado, a divisão de inquéritos policiais.

O Estado de Goiás aparece com o maior número de inquéritos policiais autuados, conforme Tabela 20 (abaixo).

Tabela 20 – Distribuição dos Inquéritos Policiais por ano de autuação da 1ª Região por UF

Ano	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	RO	RR	TO	Total
1991	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
1993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
1996	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
1998	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
1999	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
2000	-	-	1	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	4
2001	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
2002	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	3
2003	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	6
2004	-	1	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	5
2005	1	1	1	2	-	1	-	-	2	1	1	2	1	13
2006	3	1	2	4	-	2	1	5	1	-	-	-	-	19
2007	1	-	-	3	-	3	1	1	5	-	4	1	1	20
2008	5	-	-	2	1	1	2	1	1	1	2	-	1	17
2009	3	1	1	2	1	6	-	-	-	1	-	-	-	15
2010	1	-	2	3	-	2	-	-	3	2	1	-	1	15
2011	1	-	1	-	-	7	-	-	-	4	-	-	-	13
2012	-	-	-	4	-	1	-	-	1	4	-	3	1	14
2013	2	1	-	5	3	2	1	1	-	1	-	1	-	17
2014	3	1	-	-	5	4	3	1	-	4	1	1	1	24
2015	-	-	-	3	-	6	3	2	-	2	-	2	-	18
2016	2	-	1	1	3	5	-	2	1	1	-	1	-	17
2017	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Total	23	6	9	32	14	55	12	15	15	27	10	11	6	235
%	9,8	2,6	3,8	13,6	6,0	23,4	5,1	6,4	6,4	11,5	4,3	4,7	2,6	100,0

Fonte: Ministério Público Federal.

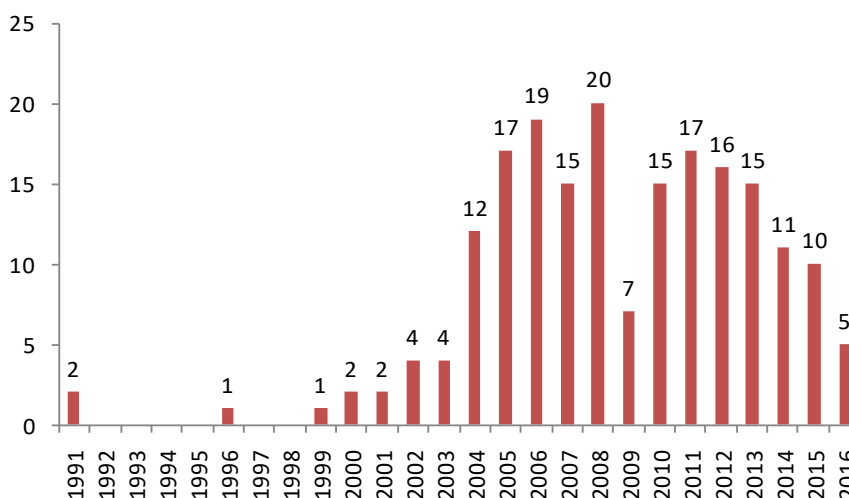
A Tabela 21 (abaixo) e a Figura 6 (abaixo) apresentam a distribuição do número de inquéritos policiais concluídos por ano de autuação e por Procuradoria Regional; os “picos” de inquéritos são facilmente perceptíveis no intervalo de 2014 a 2015, sobretudo no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Esse “pico” de inquéritos registrados no sistema ÚNICO do Ministério Público Federal coincide com aquele registrado no banco de dados da Polícia Federal, demonstrado na Figura 2 desta pesquisa. Quando os bancos de dados de diferentes organizações refletem dados semelhantes, fica perceptível a influência das decisões no campo policial, provocando, também, decisões no entorno e estimulando a atuação de outras organizações.

Tabela 21 – Distribuição dos Inquéritos Policiais concluídos por ano de autuação e Procuradoria Regional

Ano autuação	1ª Região	2ª Região	3ª Região	4ª Região	5ª Região	Total
1991	2	-	-	-	-	2
1996	1	-	-	-	-	1
1999	1	-	-	-	-	1
2000	2	-	-	-	-	2
2001	2	-	-	-	-	2
2002	2	-	2	-	-	4
2003	3	-	-	-	1	4
2004	4	-	1	2	5	12
2005	12	1	4	-	-	17
2006	16	-	1	-	2	19
2007	14	-	-	1	-	15
2008	14	2	1	1	2	20
2009	3	-	1	1	2	7
2010	13	-	-	2	-	15
2011	10	1	1	1	4	17
2012	10	-	1	1	4	16
2013	7	-	2	-	6	15
2014	8	-	2	-	1	11
2015	5	1	1	-	3	10
2016	4	-	-	-	1	5
Total	133	5	17	9	31	195

Fonte: Ministério Público Federal.

Figura 6 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais concluídos por ano de autuação

Fonte: Ministério Público Federal.

Importou à pesquisa saber a distribuição do número de Inquéritos Policiais concluídos por ano de conclusão e por Procuradoria Regional. O resultado é demonstrado na Tabela 22 (abaixo) e também na Figura 7 (abaixo). Uma análise dos dados demonstra o caráter de retroalimentação do sistema: como a “avalanche” de inquéritos autuados se iniciou no ano de 2004 (vide Figura 6, acima), é decorrência do sistema, que se reorienta por decisões internas, que os estímulos internos de decisões iniciem novas decisões, como a conclusão dos inquéritos nos anos sucessivos. Em caso, a “avalanche” de inquéritos concluídos se inicia no ano de 2005 e diminui a partir do ano de 2015, em que cessa sensivelmente as autuações.

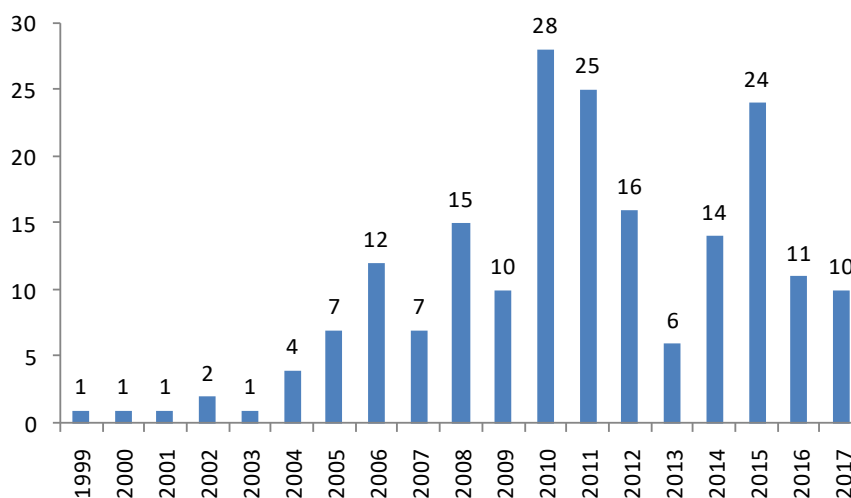
Tabela 22 – Distribuição dos Inquéritos Policiais concluídos por ano de conclusão e Procuradoria Regional

Ano conclusão	1ª Região	2ª Região	3ª Região	4ª Região	5ª Região	Total
1999	1	-	-	-	-	1
2000	1	-	-	-	-	1
2001	1	-	-	-	-	1
2002	1	-	1	-	-	2
2003	1	-	-	-	-	1
2004	2	-	-	-	2	4
2005	5	-	1	-	1	7
2006	10	-	1	-	1	12

2007	3	1	2	-	1	7
2008	13	-	1	1	-	15
2009	8	-	1	1	-	10
2010	21	-	3	1	3	28
2011	17	2	-	3	3	25
2012	14	-	-	1	1	16
2013	2	-	2	1	1	6
2014	12	-	-	-	2	14
2015	9	2	1	1	11	24
2016	7	-	1	-	3	11
2017	5	-	3	-	2	10
Total	133	5	17	9	31	195

Fonte: Ministério Público Federal.

Figura 7 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais concluídos por ano de conclusão



Fonte: Ministério Público Federal.

À semelhança da Tabela 22 (acima), os inquéritos foram analisados por ano de conclusão e por unidade da federação, considerando a Procuradoria Federal da 1ª Região. O resultado é mostrado na Tabela 23 (abaixo) e, de sua leitura, conclui-se facilmente que os inquéritos policiais concluídos tiveram um aumento a partir do ano de 2008, por exemplo, no Estado de Goiás, dois anos após o aumento do número de autuações.

Tabela 23 – Distribuição dos Inquéritos Policiais da 1ª Região concluídos por ano de conclusão e UF

Ano	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	RO	RR	TO	Total
1999	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2000	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2001	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2002	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2003	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2004	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
2005	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	2	-	5
2006	2	1	1	2	-	-	-	1	1	2	-	-	-	10
2007	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3
2008	2	-	-	1	-	2	-	2	2	-	2	-	2	13
2009	2	-	-	-	1	3	-	-	1	-	1	-	-	8
2010	1	-	1	6	-	2	-	1	4	3	3	-	-	21
2011	1	-	1	2	1	5	1	2	-	3	1	-	-	17
2012	-	-	2	2	-	3	1	-	1	2	1	-	2	14
2013	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
2014	1	-	-	1	1	2	2	-	-	2	-	2	1	12
2015	-	-	-	1	3	1	-	-	-	1	1	2	-	9
2016	1	1	-	-	1	-	1	-	1	1	-	1	-	7
2017	1	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	5
Total	12	3	7	20	8	19	6	9	10	16	10	8	5	133
%	9,0	2,3	5,3	15,0	6,0	14,3	4,5	6,8	7,5	12,0	7,5	6,0	3,8	100,0

Fonte: Ministério Público Federal.

Dos inquéritos policiais arquivados, 13 apresentaram data da autuação maior que data de manifestação, segundo os dados fornecidos pela Procuradoria da República para fins de pesquisa. São eles:

- JF-AP-0010755-81.2010.4.01.3100-INQ,
- JF-AP-0007917-34.2011.4.01.3100-INQ,
- JF-BA-0009514-83.2012.4.01.3300-INQ,
- JF-DF-0008568-63.2016.4.01.3400-INQ,
- JF-DF-0014614-39.2014.4.01.3400-INQ,
- JF-RVE-0001062-91.2011.4.01.3503-INQ,

- JF/MT-0006892-72.2010.4.01.3600-INQ,
- JF-PA-0000227-42.2012.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0015327-71.2011.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0016011-93.2011.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0030765-74.2010.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0039409-69.2011.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0010747-90.2014.4.01.3900-INQ

Dos inquéritos policiais com oferecimento de denúncia, 1 (um) apresentou data da autuação maior que data de manifestação: JF-PA-0019796-97.2010.4.01.3900-INQ. Esse inquérito policial, bem como aqueles 13 (treze) anteriores, foram excluídos das análises subsequentes por, obviamente, aprestarem tempo negativo.

Os 37 (trinta e sete) inquéritos policiais concluídos com oferecimento de denúncia e 144 inquéritos policiais arquivados foram submetidos à análise. Para esses inquéritos foi calculado o tempo⁹⁸, em dias, transcorrido entre a instauração do inquérito e a manifestação.

O resumo estatístico, com a contagem, média e desvio padrão dos tempos encontram-se na Tabela 24 (abaixo). Também é apresentado, na mesma tabela, o esquema dos 5 números (mínimo, 1º quartil, mediana, 3º quartil e máximo), que permite análise da assimetria da distribuição dos tempos entre as denúncias e os arquivamentos.

Observa-se que o tempo médio para conclusão do inquérito nos casos de denúncia é significativamente menor⁹⁹ do que nos casos de arquivamento.

Tabela 24 – Tempo de denúncias e arquivamentos – Total de inquéritos concluídos

ESTATÍSTICA	DENÚNCIAS	ARQUIVAMENTOS
CONTAGEM	37	144
MÉDIA	658,94	894,58
DESVIO PADRÃO	719,04	843,88
MÍNIMO	0	0
1º QUARTIL	20	315
MEDIANA	405	665,5
3º QUARTIL	1022	1233
MÁXIMO	2186	4209

Fonte: Ministério Público Federal.

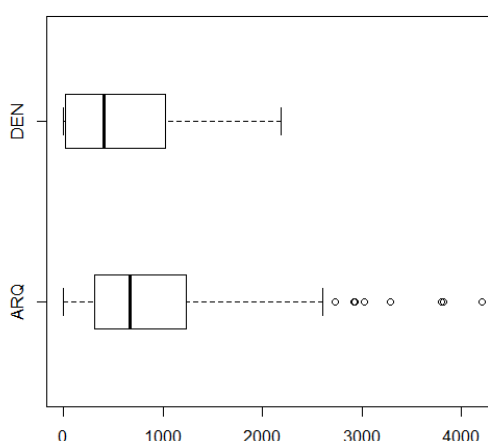
⁹⁸ Através da função DIAS360 do Excel.

⁹⁹ Valor-p = 0,045761 para o teste t (unicaudal) de diferença de médias.

A assimetria da distribuição dos tempos de denúncia e arquivamento é melhor observada pelo gráfico Box-plot da Figura 8 (abaixo). Assim como no caso da média, os quartis, a mediana e o tempo máximo são maiores no caso de arquivamento. Tal situação já foi verificada em outro estudo (COSTA, 2016) em relação à investigação e persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos: uma pesquisa empírica no sistema de justiça federal.

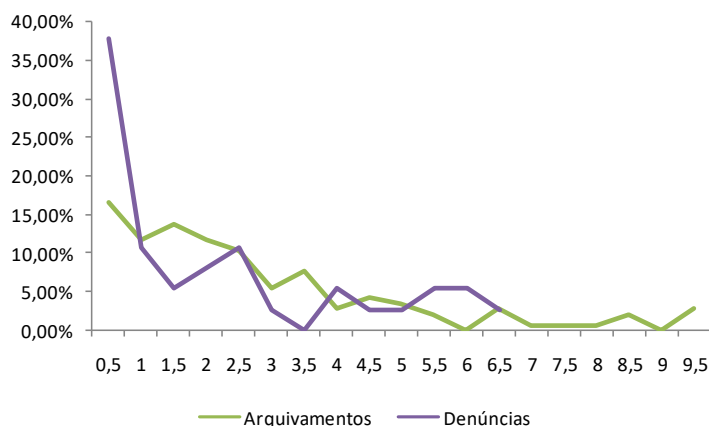
Em investigação de tráfico internacional de pessoas, as investigações se mostram empiricamente mais promissoras – do ponto de vista policial, com possibilidade de se atingir a materialidade e autoria dos delitos – quanto menor o tempo de investigação, o que implica maior tempo e desgaste da autoridade policial no cenário de apurações, consoante apurado nas narrativas dos Delegados (vide item 3.3.2).

Figura 8 – Comparativo do tempo de denúncia e arquivamento



Fonte: Ministério Público Federal.

Utilizando-se de escala semestral, calculou-se o percentual de inquéritos que resultaram em denúncia ou arquivamento em cada período e construiu-se o gráfico da Figura 9 (abaixo). Nota-se, claramente, que até um ano o percentual de denúncias (48,65%) é bem superior ao de arquivamentos (28,47%), situação que se inverte após o primeiro ano.

Figura 9 – Distribuição percentual dos tempos de denúncia e arquivamento (em anos)

Fonte: Ministério Público Federal.

Pela análise da Tabela 25 (abaixo), verifica-se que as denúncias se concentraram na 1ª Região, não havendo condições de se realizar comparação dos tempos de denúncia por Região em razão da insuficiência de dados do ÚNICO em relação à 2ª e a 3ª Região, bem assim pela falta de representatividade em relação a 4ª e a 5ª Região.

Tabela 25 – Distribuição do número de denúncias e arquivamentos em IPLs concluídos e com tempo entre instauração e conclusão – por TRF

Região	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	Total
R1	34	85	119
R2	-	5	5
R3	-	17	17
R4	1	8	9
R5	2	29	31
Total	37	144	181

Fonte: Ministério Público Federal.

Em relação aos tempos de arquivamento (em dias), não se observou diferença significativa¹⁰⁰ entre as regiões, como fica fácil observar na Figura 10 (abaixo), que representa os dados da Tabela 26 (abaixo).

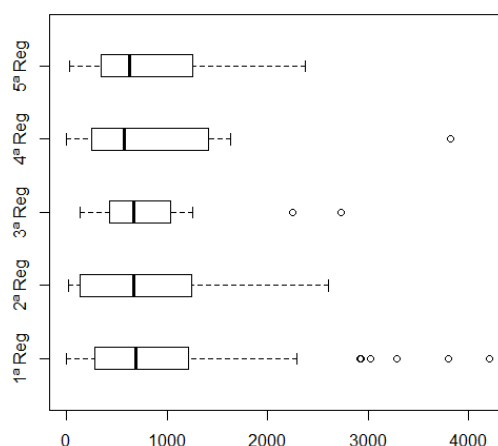
¹⁰⁰ Corroborado pela não observação de diferença de médias entre as regiões ao se aplicar o teste t de Student bicaudal.

Tabela 26 – Tempo de arquivamento – por TRF

ESTATÍSTICA	1ª Região	2ª Região	3ª Região	4ª Região	5ª Região
CONTAGEM	85	5	17	8	29
MÉDIA	913,09	933,20	850,71	1.033,63	821,04
DESVIO PADRÃO	891,39	1.053,19	704,11	1.249,43	638,43
MÍNIMO	0	19	130	0	29
1º QUARTIL	283	133	424	270,75	346
MEDIANA	693	665	671	571,50	624
3º QUARTIL	1.207	1.245	1.032	1.300,50	1.255
MÁXIMO	4.209	2.604	2.729	3.821	2.374

Fonte: Ministério Público Federal.

Figura 10 – Distribuição dos tempos de arquivamento por Região (em anos)



Fonte: Ministério Público Federal.

Uma observação permite concluir, pela insignificância de diferença em relação ao tempo de arquivamento, a proximidade do valor das medianas em relação a cada região (693; 665; 671; 571,50 e 624). Considerando somente os inquéritos policiais concluídos referentes à 1ª Região, obtém-se o resumo estatístico da Tabela 27 (abaixo). Observa-se que o tempo médio para conclusão do inquérito nos casos de denúncia é, aqui também, significativamente menor¹⁰¹ do que nos casos de arquivamento.

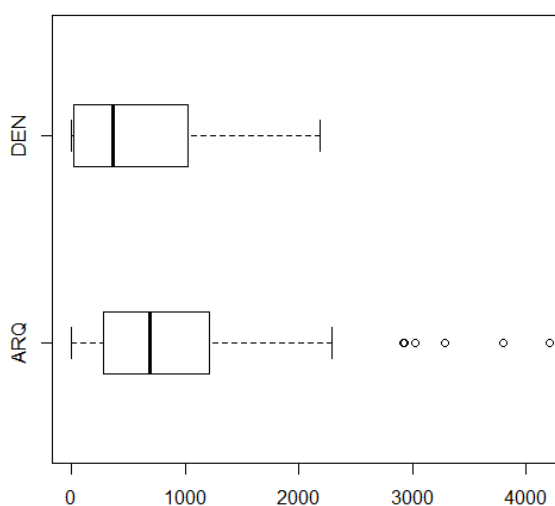
¹⁰¹ Valor-p = 0,039824 para o teste t (unicaudal) de diferença de médias.

Tabela 27 – Tempo de denúncias e arquivamentos (em dias) – Total de inquéritos concluídos da 1ª Região

ESTATÍSTICA	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO
CONTAGEM	34	85
MÉDIA	636,74	913,09
DESVIO PADRÃO	710,60	891,39
MÍNIMO	0	0
1º QUARTIL	25,75	283
MEDIANA	361	693
3º QUARTIL	986,25	1207
MÁXIMO	2186	4209

Fonte: Ministério Público Federal.

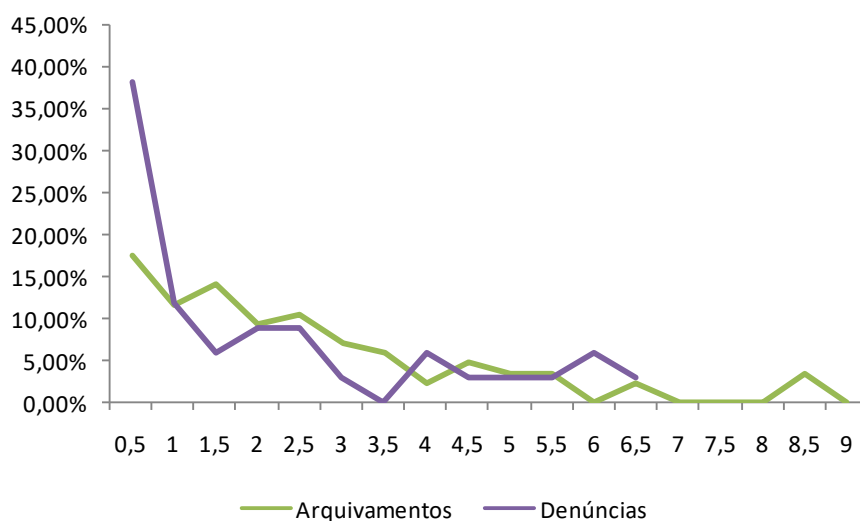
A Figura 11 (abaixo) ilustra os dados relativos ao esquema dos cinco números da Tabela 27 (acima).

Figura 11 – Comparativo do tempo de denúncia e arquivamento - 1ª Região

Fonte: Ministério Público Federal.

Utilizando-se de escala semestral, calculou-se o percentual de inquéritos que resultaram em denúncia ou arquivamento em cada período e construiu-se o gráfico da Figura 12 (abaixo). Nota-se, claramente, que até um ano o percentual de denúncias (50,00%) é bem superior ao de arquivamentos (29,41%), situação que se inverte após o primeiro ano.

Figura 12 – Distribuição percentual dos tempos de denúncia e arquivamento (em anos) - 1ª Região



Fonte: Ministério Público Federal.

A análise do tempo de denúncia e arquivamento permite fixar uma premissa decisória finalística que deve ser levada em consideração nas interações organizacionais para que se evite incoerências nocivas à atividade persecutória nos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas: o fator tempo.

De acordo com o art. 66 da Lei 5.010, de 1966, o inquérito policial deve ser concluído no prazo de 15 dias, em caso de investigado preso, ou de 30 dias, em caso de investigado solto. A partir desse parâmetro normativo, foram identificados os tempos médios das investigações policiais e sua correlação com o tempo de oferecimento da denúncia ou arquivamento.

A demora na conclusão dos inquéritos de tráfico internacional de pessoas compromete a eficácia da prova – mais adiante, a análise do sistema de dados dos Tribunais Federais demonstrará que parte relevante dos arquivamentos foi motivada por ausência de provas – e, analisada conjuntamente com a complexidade do caso, se constitui em obstáculo a um processo efetivo para o alcance da verdade processual que oriente o Judiciário na tomada de decisões quanto ao status de culpado/absolvido (código) dos envolvidos na atividade criminosa.

Os dados colhidos demonstram que o lapso temporal afeta diretamente a qualidade da prova produzida, atingindo a prestação jurisdicional e aliando-se a fatores com vistas à

impunidade penal (MACHADO; ZACKSESKI; RAUFF, 2016) e que a variável tempo indica o perfil das investigações com maior probabilidade de se tornar uma ação penal.

2.1.2 O Sistema de dados dos Tribunais Regionais

A competência da Justiça Federal se encontra prevista no artigo 109, incisos I a XI. O inciso V prevê que a Justiça Federal é competente para “os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente” (BRASIL, 1988), o que inclui os crimes de tráfico internacional de pessoas, em razão dos vários Tratados ratificados pelo Brasil (Protocolo Adicional à Convenção de Palermo).

Enquanto a competência da Justiça Federal de Primeira Instância se encontra no artigo 109 da Constituição Federal, a competência dos Tribunais Regionais Federais se encontra no artigo 108 da Constituição, possuindo competência em segunda instância dos recursos relativos aos crimes de tráfico internacional de pessoas.

Há cinco Tribunais Regionais Federais que compreendem os seguintes Estados: Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1ª), que engloba a jurisdição no Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins; Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF 2ª), que engloba a jurisdição de Rio de Janeiro e Espírito Santo; Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª): São Paulo e Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª): Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª): Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os Tribunais Regionais Federais partem-se em Seções Judiciárias, totalizando 27 (vinte e sete) em todo o país; as Seções Judiciárias repartem-se em Subseções Judiciárias e são distribuídas nos municípios do interior, com competência mista e especializada (OLIVEIRA, 2018).

Embora a Justiça Federal tenha sofrido um movimento de interiorização, descentralização e especialização (DARÓS, 2007; CODO; MACHADO; CORDEIRO, 2017), esse tripé não se aplica à presente análise. O maior número de processos envolvendo os crimes de tráfico internacional de pessoas foram localizados nas Seções Judiciárias das Capitais. Apenas em casos esporádicos, como em um processo de Foz de Iguaçu, nos obrigou a deslocar até o interior para a pesquisa qualitativa.

Embora a especialização tenha por finalidade modificar a competência para o processamento dos crimes, visando eficiência e agilidade, a exemplo dos crimes contra o

sistema financeiro, no caso de tráfico internacional de pessoa, verificou-se inexistir essa especialidade, embora haja uma reinvidicação pelos grupos de enfrentamento e acordo assinado com os Estados Unidos da América (EUA) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em 11 de julho de 2012 (STF, 2012)¹⁰²

A análise de fluxo de justiça do crime de tráfico de pessoas contou com a utilização de técnicas estatísticas descritivas e técnicas qualitativas de análise documental “in loco” nas Varas Federais, além da realização de entrevistas em profundidade com Delegados Federais, Membros do Ministério Público Federal e Juízes Federais que houvessem estritamente atuado no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Para a análise do fluxo de justiça do crime de tráfico de pessoas, obteve-se, junto aos Tribunais Regionais Federais (TRF's), listagem de todas as ações penais relativas ao crime em estudo, sendo fornecidas 5 (cinco) listagens, uma para cada Tribunal Regional Federal (TRF). Confeccionou-se questionário (Apêndice A) de 21 questões, disponibilizado de forma eletrônica na Internet, plataforma *Google Drive*, e que foi respondido pelo doutorando no período de 9/6/2017 a 10/7/2017 com informações obtidas nos sítios dos respectivos TRFs, de acordo com o andamento de cada processo.

Somente a primeira questão era de preenchimento obrigatório, sendo as demais questões respondidas quando as respectivas informações se encontrassem disponíveis.

De acordo com os dados contidos no sítio dos Tribunais, foi possível responder parcialmente ao questionário para cada processo, de acordo com a Tabela 28 (abaixo):

Tabela 28 – Nível de preenchimento das questões do questionário Fluxo de Justiça – Tráfico de Pessoas

Questão	Preenchimento		
	Sim	Não	% de Preenchimento
01. TRF/Seção Judiciária	416	-	100,00
02. Número de autuação na Justiça Federal	416	-	100,00
03. Inquérito Policial da PF correspondente	196	220	47,12
04. Data de autuação do processo	350	66	84,13
05. Data do recebimento da denúncia	132	284	31,73
06. Data da sentença	69	347	16,59

¹⁰² “No plano do Conselho Nacional de Justiça, o ministro afirmou que cabe ao conselho trabalhar junto aos governos federal e estaduais para a criação de varas especializadas no combate ao tráfico, além da promoção de encontros e seminários, ‘facilitando a divulgação das leis e normas constitucionais brasileiras que conferem às crianças, aos adolescentes e aos jovens o direito a um tipo de proteção superlativa, denominada de absoluta prioridade pela Constituição, especialmente contra violência, abusos e exploração de ordem sexual’” (STF, 2012).

07. Data da interposição de recurso	5	411	1,20
08. Data do julgamento de recurso	3	413	0,72
09. Número do recurso (se houve Recurso Especial ou Recurso Extraordinário)	8	408	1,92
10. Número de DENUNCIADOS em primeira instância	139	277	33,41
11. Número de CONDENADOS em primeira instância	70	346	16,83
12. Valor das penas impostas por condenado	32	384	7,69
13. Número de recorrentes	41	375	9,86
14. Data do recebimento do recurso de apelação	44	372	10,58
15. Data do julgamento do recurso de apelação em segunda instância	27	389	6,49
16. Número de CONDENADOS em segunda instância	31	385	7,45
17. Número de ABSOLVIDOS em segunda instância	27	389	6,49
18. Valor das penas impostas em segunda instância por condenado	12	404	2,88
19. Tipo(s) penal(is) contido(s) na denúncia	136	280	32,69
20. Tipo(s) penal(is) contido(s) no acórdão de segunda instância	30	386	7,21
21. Data do trânsito em julgado	51	365	12,26

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

A pesquisa permite observar que foram pesquisados o total de 416 (quatrocentos e dezesseis) processos. Enquanto o dado mais acessível é a data de autuação, com 350 (trezentos e cinquenta) possibilidades de preenchimento ao quesito, há uma total carência em relação à data da sentença nos sítios dos Tribunais, vez que, em somente 69 (sessenta e nove) casos, esse dado estava disponível.

Uma advertência é importante: como em muitas outras pesquisas de fluxo do sistema de justiça criminal (OLIVEIRA; MACHADO, 2017), em determinados pontos esta pesquisa esbarrou em limitações de análise quantitativa em razão das poucas ocorrências de processos em determinados casos, impedindo uma comparação do fluxo com sistemas de outros Tribunais Regionais Federais.

2.1.2.1 Análise das respostas ao questionário de fluxo de processos (Apêndice A)

Inicialmente, diante do universo de processos existentes, a Tabela 29 (abaixo), representada na Figura 13 (abaixo), ilustra o número de processos por Tribunal Regional Federal (TRF) e por unidade da federação. A disposição é útil para auxiliar na distribuição dos processos por jurisdição, bem como mapear as ocorrências de processos, dando a ideia em que região do país estão as maiores ocorrências do tipo de crime analisado (tráfico internacional de pessoas).

Enquanto o Estado de São Paulo apresentou o maior índice de processos para o período de 2004 a 2015, correspondendo a 29,81% do universo, o Estado do Piauí apresentou nenhum processo instaurado para o crime de tráfico internacional de pessoas.

Realizando um confronto entre a Tabela 29 (abaixo) e a Tabela 14 (citada anteriormente), construída com base em dados do ÚNICO, percebemos um aponto de semelhança: o Estado do Piauí não ter registro de nenhum auto relativo ao crime de tráfico de pessoas.

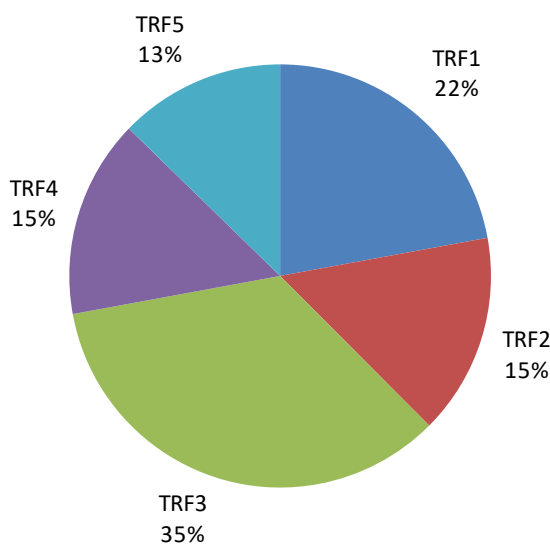
Tabela 29 – Número de autos por TRF e UF

TRF	UF	CONTAGEM	PERCENTUAL
TRF1	AC	3	0,72
	AM	6	1,44
	AP	4	0,96
	BA	13	3,13
	DF	1	0,24
	GO	19	4,57
	MA	1	0,24
	MG	10	2,40
	MT	8	1,92
	PA	11	2,64
	PI	-	-
	RO	6	1,44
	RR	7	1,68
	TO	3	0,72
	TOTAL	92	22,12
TRF2	ES	19	4,57
	RJ	45	10,82

	TOTAL	64	15,38
TRF3	MS	20	4,81
	SP	124	29,81
	TOTAL	144	34,62
TRF4	PR	25	6,01
	RS	13	3,13
	SC	25	6,01
	TOTAL	63	15,14
TRF5	AL	6	1,44
	CE	16	3,85
	PB	6	1,44
	PE	15	3,61
	RN	9	2,16
	SE	1	0,24
	TOTAL	53	12,74
TOTAL		416	100,00

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Figura 13 – Distribuição percentual dos autos por TRF



Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

A seguir, a Tabela 30 traz a amostragem dos processos por ano de autuação e por Tribunal Regional Federal (TRF); a Figura 14 melhor mostra as alterações dos processos por

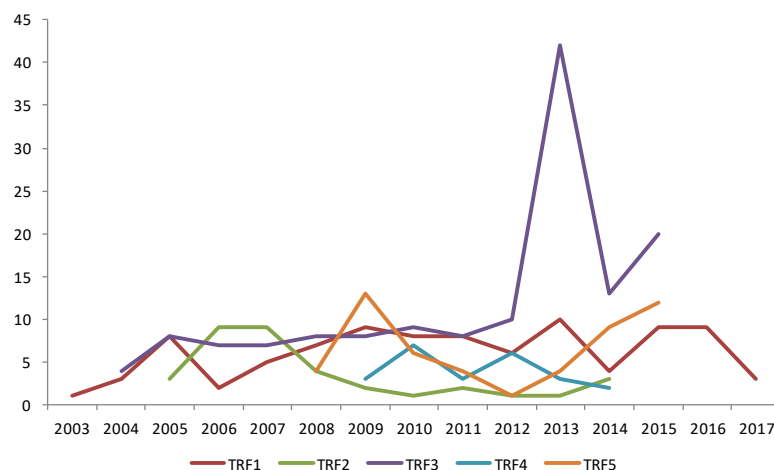
ano graficamente. Observa-se que em 66 questionários (15,87%) não havia a informação da data de autuação, sendo, destes, 29 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e 37 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, alguma irritação externa no campo de interação interorganizacional, provavelmente denúncias pelo Ministério Público Federal, originou decisões que, no ano de 2013, fizeram aumentar significativamente o número de processos por tráfico de pessoas, com 42 (quarenta e duas) autuações.

Tabela 30 – Distribuição do número de autos por TRF e ano de autuação

Ano	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	TOTAL
2003	1	-	-	-	-	1
2004	3	-	4	-	-	7
2005	8	3	8	-	-	19
2006	2	9	7	-	-	18
2007	5	9	7	-	-	21
2008	7	4	8	-	4	23
2009	9	2	8	3	13	35
2010	8	1	9	7	6	31
2011	8	2	8	3	4	25
2012	6	1	10	6	1	24
2013	10	1	42	3	4	60
2014	4	3	13	2	9	31
2015	9	-	20	-	12	41
2016	9	-	-	2	-	11
2017	3	-	-	-	-	3
Não Informado	-	29	-	37	-	66
TOTAL	92	64	144	63	53	416

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Figura 14 – Representação gráfica dos dados da Tabela 30

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Consta data da denúncia nos andamentos processuais disponíveis em sítio da internet de cada Tribunal Regional Federal de acordo com as listas de processos fornecidas pelas Cortes? Se sim, em qual ano ocorreu o maior número de oferecimento de denúncias por cada Tribunal? Essas são questões relevantes para uma análise das comunicações entre o Ministério Público Federal e a Justiça Federal; cada denúncia oferecida representa a decisão do MPF que, por sua vez, é comunicada ao Judiciário.

A Tabela 31 (abaixo) apresenta, por TRF, o número de autos com e sem data de denúncia. No geral, menos de um terço (31,7%) apresentam data de denúncia. Observe-se que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) apresentou alto percentual de informação de data de denúncia (85,9%).

Tabela 31 – Distribuição do número de autos por TRF e existência de data de denúncia

TRF	TEM DATA DE DENÚNCIA			
	SIM	NÃO	TOTAL	% SIM
TRF1	79	13	92	85,9
TRF2	7	57	64	10,9
TRF3	26	118	144	18,1
TRF4	10	53	63	15,9
TRF5	10	43	53	18,9

TOTAL	132	284	416	31,7
-------	-----	-----	-----	------

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Considerando que o TRF 1ª Região apresentou o maior número de andamentos com a data de denúncia, colocamos uma “lupa” nessa Corte Federal para averiguar o número de denúncias por Seção Judiciária e observamos, de acordo com a Tabela 32 (abaixo), que a Seção Judiciária do Estado de Goiás é aquela com o maior número de denúncias. A informação representa um indício do alto número de ocorrências de casos de tráfico de pessoas na região Centro-Oeste do país.

Tabela 32 – Número de autos do TRF1 por UF e existência de data de denúncia

UF	TEM DENÚNCIA			
	SIM	NÃO	TOTAL	% SIM
AC	2	1	3	66,7%
AM	4	2	6	66,7%
AP	4	-	4	100,0%
BA	11	2	13	84,6%
DF	-	1	1	0,0%
GO	17	2	19	89,5%
MA	1	-	1	100,0%
MG	10	-	10	100,0%
MT	8	-	8	100,0%
PA	8	3	11	72,7%
RO	4	2	6	66,7%
RR	7	-	7	100,0%
TO	3	-	3	100,0%
Total	79	13	92	85,9%

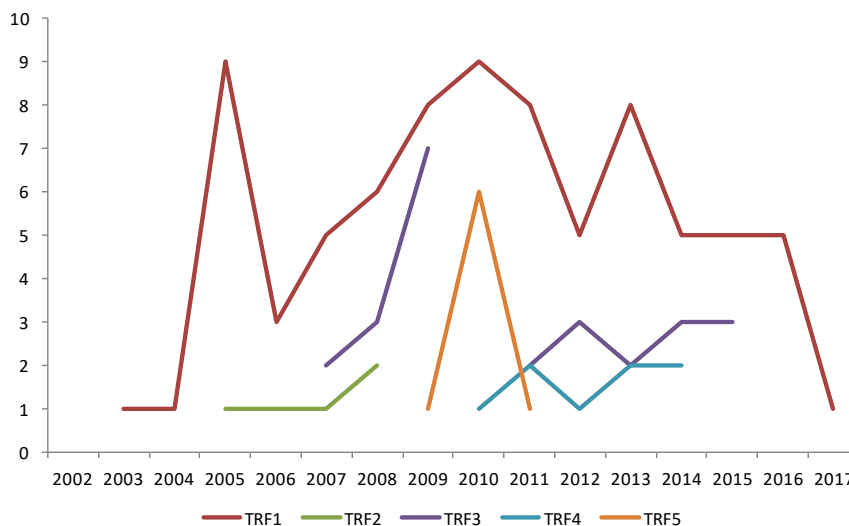
Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Visando a análise das interações organizacionais no tempo, a Tabela 33 (abaixo) e a Figura 15 (abaixo) espelham o número de denúncias por Tribunal Regional Federal e por ano. Os picos de denúncia para o TRF 1ª, TRF 3ª e TRF 5ª, no ano de 2010, mostram um comportamento homogêneo intraorganizacional das subunidades do Ministério Público Federal no país em comunicar ao Judiciário Federal a ocorrência do tráfico internacional de pessoas através da denúncia.

Tabela 33 – Número de denúncias por TRF e por ano

Ano	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	Total geral
2002	-	-	-	1	-	1
2003	1	-	-	-	-	1
2004	1	-	1	-	-	2
2005	9	1	-	-	-	10
2006	3	1	-	-	-	4
2007	5	1	2	-	1	9
2008	6	2	3	1	-	12
2009	8	-	7	-	1	16
2010	9	1	-	1	6	17
2011	8	-	2	2	1	13
2012	5	-	3	1	-	9
2013	8	1	2	2	-	13
2014	5	-	3	2	1	11
2015	5	-	3	-	-	8
2016	5	-	-	-	-	5
2017	1	-	-	-	-	1
TOTAL	79	7	26	10	10	132

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Figura 15 – Número de denúncias por TRF e por ano

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Observada a data das denúncias, passou-se a verificar como o Poder Judiciário decide. Iniciada a persecução do processo é imperioso que ele seja encerrado por sentença, seja absolutória ou condenatória. Considerando apenas os processos que tiveram data de denúncia informada em seu andamento processual, passou-se a observar aqueles que possuíam data de sentença; o resultado é a construção da Tabela 34 (abaixo). No geral, praticamente metade (50,8%) dos autos que apresentaram data de denúncia apresentou data de sentença.

Tabela 34 – Distribuição do número de autos por TRF e existência de data de denúncia

TRF	TEM SENTENÇA			
	SIM	NÃO	TOTAL	% SIM
TRF1	32	47	79	40,5
TRF2	6	1	7	85,7
TRF3	15	11	26	57,7
TRF4	7	3	10	70,0
TRF5	7	3	10	70,0
TOTAL	67	65	132	50,8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

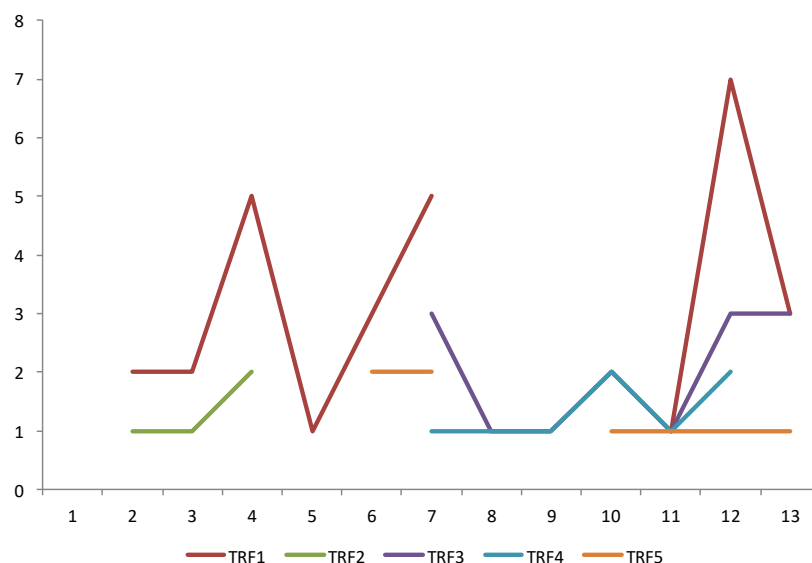
A partir dessa informação de data da sentença, construiu-se também a tabela 35 (abaixo), a qual exprime a data da sentença; uma análise percuciente da tabela 35, representada graficamente através da Figura 16 (abaixo), permite afirmar que os picos de data de sentença respondem aos picos de data de denúncia da Figura 15 (anterior).

A análise dos picos de denúncia e sentença permite concluir a existência de uma interação interorganizacional entre Ministério Público e Justiça, em que as decisões da primeira se projetam sobre a segunda organização, que novamente exprime incerteza em risco, com uma nova decisão visando a estabilização da expectativa a respeito do código condenado/absolvido.

Tabela 35 – Distribuição do número de autos por TRF e ano de sentença

Ano	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	Total
2004	-	-	1	-	-	1
2006	2	1	-	-	-	3
2007	2	1	-	-	-	3
2008	5	2	-	-	-	7
2009	1	-	-	-	-	1
2010	3	1	-	-	2	6
2011	5	-	3	1	2	11
2012	-	-	1	1	-	2
2013	3	1	1	1	-	6
2014	-	-	2	2	1	5
2015	1	-	1	1	1	4
2016	7	-	3	2	1	13
2017	3	-	3	-	1	7
Total	32	6	15	8	8	69

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Figura 16 – Representação gráfica dos dados da Tabela 35

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

2.1.2.2 O tempo entre a denúncia e sentença

O controle absoluto entre o tempo de denúncia e sentença, no âmbito do rito ordinário previsto na legislação processual penal do crime de tráfico internacional de pessoas, desde que não haja outro delito conexo que justifique o deslocamento da competência em razão da especialidade (homicídio, por exemplo), é prática lúdica. O processo sofre intercorrências imprevistas desde o recebimento da denúncia (não localização de testemunhas, insanidade mental do acusado, etc.), capazes de elastecer o prazo legalmente previsto até seu termo.

O tempo para a conclusão dos procedimentos faz parte das premissas finalísticas de determinadas corporações, como é o caso do Judiciário, que adota sistema de metas para o curso dos processos no âmbito dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), inclusive, e, também, aos crimes de tráfico internacional de pessoas.

O tempo atua diretamente na estabilização de expectativas normativas, concretizando a coisa julgada; é mediante o tempo que um conjunto de expectativas simbolicamente generalizadas, ainda indeterminadas, como o próprio direito, se transformará em determinada, mudando o futuro incerto para certo (LUHMANN, 2005; MACHADO; ZACKSESKI; RAUFF, 2016).

Uma premissa decisória utilizada pelo Supremo Tribunal Federal na formação da culpa leva à conclusão que a medida do tempo é subjetiva e não correspondente exatamente à marca física objetiva com a qual computam-se dias e anos, devendo ser aquilatada também a complexidade do caso e a gravidade da infração (HADDAD, QUARESMA, 2014; MACHADO; ZACKSESKI; RAUFF, 2016) para a apreciação do princípio constitucional da razoável duração do processo (BRASIL, 1988).

Analisar o tempo entre a denúncia e a sentença é elemento de averiguação do sistema de justiça criminal federal no âmbito do tráfico de pessoas e sua correlação com as condenações no âmbito da repressão fornece elementos à convicção da agilidade dos processos. A comparação do tempo do curso processual entre os Tribunais Federais que julgaram crimes semelhantes auxilia na formação da convicção sobre os atores determinantes das relações interorganizacionais que atuaram nos processos.

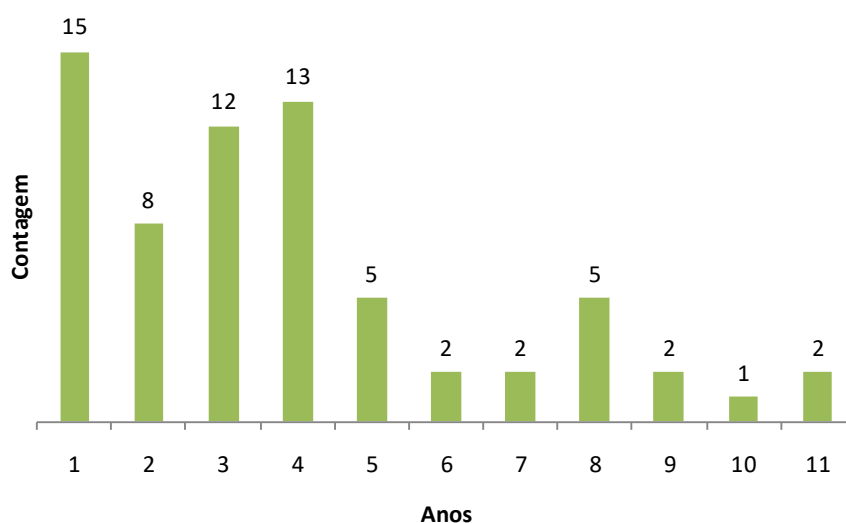
Assim, para a análise do tempo entre denúncia e sentença, serão considerados os 67 (sessenta e sete) autos que apresentam os dois tempos. A Tabela 36 (abaixo) apresenta a distribuição do número de autos por tempo (em anos) entre a denúncia e a sentença.

Tabela 36 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e sentença

Tempo (em anos)	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	15	22,4%	22,4%
2	8	11,9%	34,3%
3	12	17,9%	52,2%
4	13	19,4%	71,6%
5	5	7,5%	79,1%
6	2	3,0%	82,1%
7	2	3,0%	85,1%
8	5	7,5%	92,5%
9	2	3,0%	95,5%
10	1	1,5%	97,0%
11	2	3,0%	100,0%
TOTAL	67	100,0%	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

O gráfico da Figura 17 ilustra os dados da Tabela 36 (acima).

Figura 17 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e sentença

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Tabela 37 (abaixo) apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por TRF, do tempo (em dias) transcorrido entre a denúncia e a sentença. Observa-se claramente que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) apresenta tempos significativamente inferiores¹⁰³ ao dos demais Tribunais, o que aparenta que o acoplamento do sistema de justiça criminal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região entre o Judiciário Federal e os demais atores que atuam no processo é afinado no sentido de obtenção de uma solução para o processo. Tal afinamento ou distanciamento será evidenciado melhor com a análise da pesquisa qualitativa, realizada sobre os processos em campo.

A Figura 18 (abaixo) ilustra os dados da Tabela 37 (abaixo).

Tabela 37 – Tempo entre denúncia e sentença (em dias), por TRF

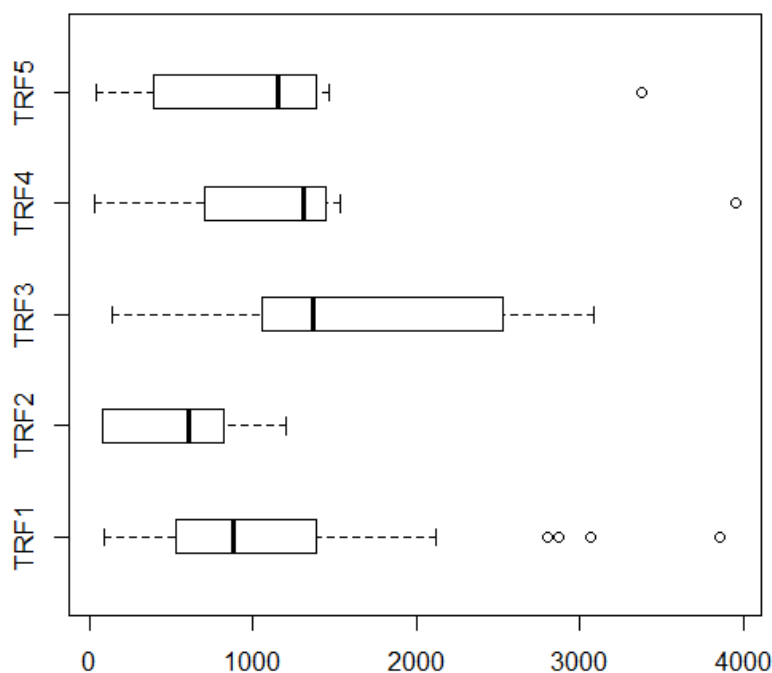
Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	32	6	15	7	7
Média	1131,19	565,17	1634,80	1371,43	1159,71
Desvio padrão	933,78	440,31	959,77	1291,23	1115,09
Mínimo	92	76	135	33	42
1º Quartil	555,25	189,25	1052	706,5	389,5

¹⁰³ Valor-p = 0,034897 para o teste t (unicaudal) de diferença de médias entre TRF1 e TRF2.

Mediana	879,5	605	1368	1306	1153
3º Quartil	1358	787,5	2534,5	1445,5	1384,5
Máximo	3855	1206	3090	3957	3375

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Figura 18 – Tempo entre denúncia e sentença, por TRF



Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

No âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Justiça elaborou relatório de consolidação de dados sobre o Tráfico de Pessoas, com referência temporal de 2005 a 2011. Utilizando-se do método da triangulação (entrevista, revisão de entrevistas e dados quantitativos ou qualitativos), a equipe encarregada montou uma base de dados e, através de um processo indutivo de análise de conteúdo, categorizou os dados de acordo com vítimas, país em que foram encontradas, perfil da vítima, modalidade do tráfico de pessoas, ocorrências, processos, inquéritos, indiciados e presos (BRASIL, 2012).

Estabeleceu importantes conclusões: a) a maior incidência de tráfico internacional a partir do Brasil é para fins de exploração sexual; b) os países em que mais se encontraram brasileiros para fins de exploração foram Suriname, Suíça, Espanha e Holanda; c) o Sistema

de Justiça Criminal funciona como um “funil”: a relação chega a ser de dois para um, ou seja, a cada dois inquéritos instaurados, há um processo criminal e d) o perfil das vítimas que procuram o sistema de saúde é, em sua maioria, de mulheres na faixa etária entre 10 e 29 anos. Entretanto, o fluxo de processos no sistema de justiça criminal, com tempos entre denúncia e a sentença e/ou o tempo de julgamento entre os recursos não foi analisado, estando carente de um maior aprofundamento quanto às características das vítimas à época do aliciamento, o que proporcionaria maior direcionamento às políticas públicas.

Nesse ponto, é interessante notar que nossa pesquisa realizou uma análise dos inquéritos policiais da Polícia Federal visando colher dados para se estabelecer um perfil das vítimas, o que é contemplado em nossa pesquisa de campo. Assim, cremos que nossa pesquisa adensa aquela realizada pela Secretaria Nacional de Justiça (BRASIL, 2012) ao traçar com maior acuidade o tempo entre a denúncia e a sentença, cobrindo lacuna anterior.

2.1.2.3 Interações entre Ministério Público e Judiciário: correlação entre denunciados e condenados e coeficientes de divergência entre as Instituições

A pesquisa identificou 139 (cento e trinta e nove) autos com informação de número de denunciados disponível no sítio dos Tribunais Regionais Federais. Dentre eles, apenas 132 (cento e trinta e dois) possuíam data de denúncia. Dos 7 (sete) autos que não possuíam data de denúncia, 1 (um) informou 0 (zero) denunciados e foi desconsiderado. Dos demais, 5 (cinco) autos apresentaram 1 (um) denunciado e 1 (um) auto apresentou 2 (dois) denunciados.

Resultam, então, 138 autos com informação de número de denunciados, cuja distribuição encontra-se na Tabela 38 (abaixo) e ilustrada no gráfico da Figura 19 (abaixo). Metade dos autos possuem somente 1 (um) denunciado e um quarto apresenta 2 (dois) denunciados.

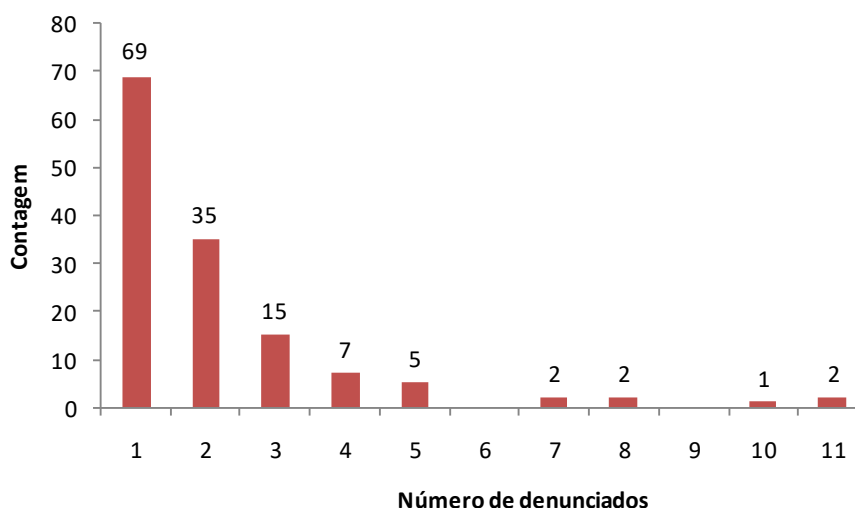
Tabela 38 – Distribuição de autos por número de denunciados

Número de denunciados	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	69	50,0%	50,0%
2	35	25,4%	75,4%
3	15	10,9%	86,2%
4	7	5,1%	91,3%
5	5	3,6%	94,9%
6	-	0,0%	94,9%

7	2	1,4%	96,4%
8	2	1,4%	97,8%
9	-	0,0%	97,8%
10	1	0,7%	98,6%
11	2	1,4%	100,0%
TOTAL	138	100,0%	-

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Figura 19 – Distribuição de autos por número de denunciados



Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Uma análise do número de denunciados por Tribunal Regional Federal (TRF) é peça importante a demonstrar não somente a atuação das organizações criminosas por região do país de acordo com o “modus operandi”, mas também do comportamento das subunidades do ente acusador, no caso, o Ministério Público Federal.

A tabela e a figura anterior devem ser interpretadas com cautela; a existência de 50% de autos com somente um denunciado não indica necessariamente a existência de somente um aliciador e, portanto, uma atuação criminosa desvinculada de uma associação ou de uma organização, pois em grande parte dos casos há desmembramento de ações penais pela Justiça Federal a pedido do Ministério Público Federal visando garantir a celeridade do procedimento, restando um ou alguns ádvenas residentes no exterior em uma outra ação penal que terá curso moroso em razão principalmente da expedição de cartas rogatórias citatórias.

A informação do número de denunciados por TRF encontra-se na Tabela 39 (abaixo). O Tribunal Regional Federal com maior número total de denunciados é o TRF1, com 79 denunciados (57,2%), seguido do TRF3, com 29 denunciados (21,0%).

Tabela 39 – Distribuição do número de autos número de denunciados por TRF

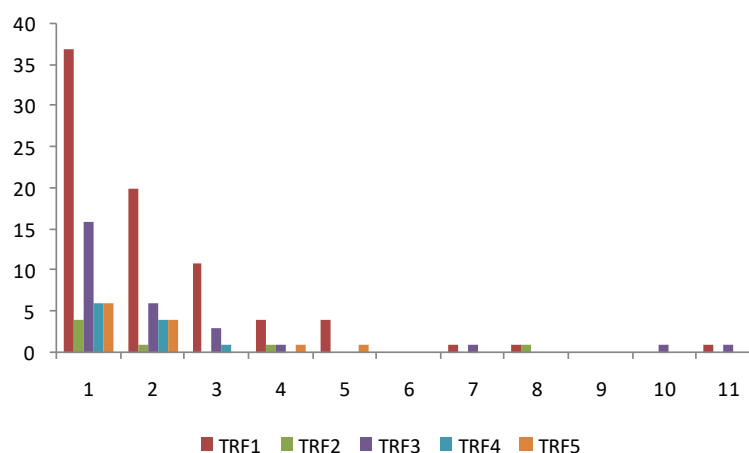
Número de denunciados	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	Total
1	37	4	16	6	6	69
2	20	1	6	4	4	35
3	11	-	3	1	-	15
4	4	1	1	-	1	7
5	4	-	-	-	1	5
6	-	-	-	-	-	-
7	1	-	1	-	-	2
8	1	1	-	-	-	2
9	-	-	-	-	-	-
10	-	-	1	-	-	1
11	1	-	1	-	-	2
Total	79	7	29	11	12	138

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

A análise informa que, por exemplo, em 37 (trinta e sete) processos, houve a denúncia de uma pessoa no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em somente um caso houve processo com 11 (onze) denunciados perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A Tabela 39 (acima) é representada na Figura 20 (abaixo).

Figura 20 – Representação gráfica dos dados da Tabela 39



Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Os dados dos números de condenados encontram-se na tabela 40 (abaixo); por exemplo, é possível afirmar que no âmbito dos Tribunais Regionais Federais houve 27 (vinte e sete) processos com 1 (um) condenado; possível afirmar também que houve 4 (quatro) processos com quatro condenados.

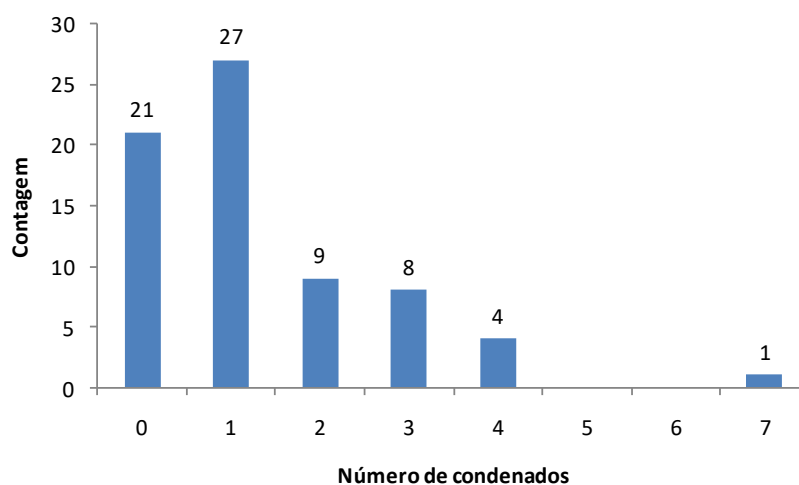
Tabela 40 – Distribuição de autos por número de condenados

Número de condenados	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
0	21	30,0%	30,0%
1	27	38,6%	68,6%
2	9	12,9%	81,4%
3	8	11,4%	92,9%
4	4	5,7%	98,6%
5	-	0,0%	98,6%
6	-	0,0%	98,6%
7	1	1,4%	100,0%
TOTAL	70	100,0%	-

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

A Tabela 40 (acima) é ilustrada na Figura 21 (abaixo).

Figura 21 – Distribuição de autos por número de condenados



Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

A Tabela 41 (abaixo) relaciona o número de denunciados (linhas) com o número de condenados (colunas). A diagonal assinalada em azul mostra os casos em que todos os denunciados foram condenados, o que representa 38,57% dos casos de ocorrência: 27 autos. Para estes casos, é possível afirmar um afinamento entre Justiça Federal e Ministério Público Federal. Por outro lado, a primeira coluna representa os autos em que nenhum dos denunciados foi condenado, o que representa 30% dos casos (21 autos). Os demais abaixo da diagonal representam autos com número de condenados menor do que de denunciados. Obviamente, a área acima da diagonal não está preenchida por não ser possível haver mais condenados do que denunciados.

Tabela 41 – Distribuição do número de denunciados x condenados

	Número de condenados								TOTAL
	0	1	2	3	4	5	6	7	
1	16	16							32
2	3	6	7						16
3	2	4	1	3					10
4	-	1	1	2	-				4
5	-	-	-	2	1	-			3
6	-	-	-	-	-	-	-		-
7	-	-	-	-	-	-	-	1	1
8	-	-	-	-	1	-	-	-	1
9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	1	-	-	-	1
11	-	-	-	1	1	-	-	-	2
TOTAL	21	27	9	8	4	-	-	1	70

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

Observação importante de que não estamos mensurando a efetividade do processo com base no número de condenados para a análise da tabela acima, mas somente o afinamento institucional segundo a teoria sistêmica, porquanto a efetividade levaria em consideração não o número de condenados, mas de processos que cheguem a um esclarecimento definitivo quanto aos fatos investigados.

2.1.2.4 O tempo entre a sentença e o recebimento do recurso interposto

A análise do tempo entre a sentença e a decisão sobre o cabimento ou não do recurso interposto é um aspecto específico da premissa finalística da Justiça Federal. Importa à Justiça Federal o tempo para o exame dos recursos de suas decisões, interferindo nas metas de solução dos casos que são levados à apreciação.

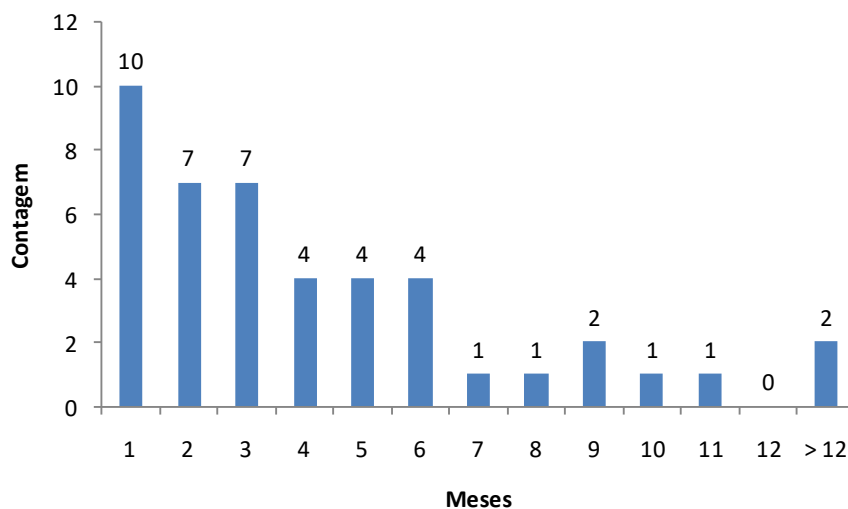
Para a análise do tempo entre a sentença e o recebimento do recurso, foram considerados os 44 (quarenta e quatro) autos que apresentam os dois tempos. A Tabela 42 (abaixo) apresenta a distribuição do número de autos por tempo (em meses) entre a sentença e o recebimento do recurso.

Tabela 42 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e recebimento do recurso

Tempo (em meses)	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	10	22,7%	22,7%
2	7	15,9%	38,6%
3	7	15,9%	54,5%
4	4	9,1%	63,6%
5	4	9,1%	72,7%
6	4	9,1%	81,8%
7	1	2,3%	84,1%
8	1	2,3%	86,4%
9	2	4,5%	90,9%
10	1	2,3%	93,2%
11	1	2,3%	95,5%
12	0	0,0%	95,5%
> 12	2	4,5%	100,0%
TOTAL	44	100,0%	-

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

A Tabela 42 (acima) é ilustrada no gráfico da Figura 22 (abaixo).

Figura 22 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e recebimento do recurso

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª a 5ª Região.

A Tabela 43 (abaixo) apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por Tribunal Regional Federal (TRF), do tempo (em dias) transcorrido entre a sentença e o recebimento do recurso. Observa-se, claramente, que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) apresenta tempos significativamente superiores aos dos demais Tribunais e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), tempos significativamente inferiores¹⁰⁴.

Tabela 43 – Tempo entre sentença e recebimento do recurso, por TRF

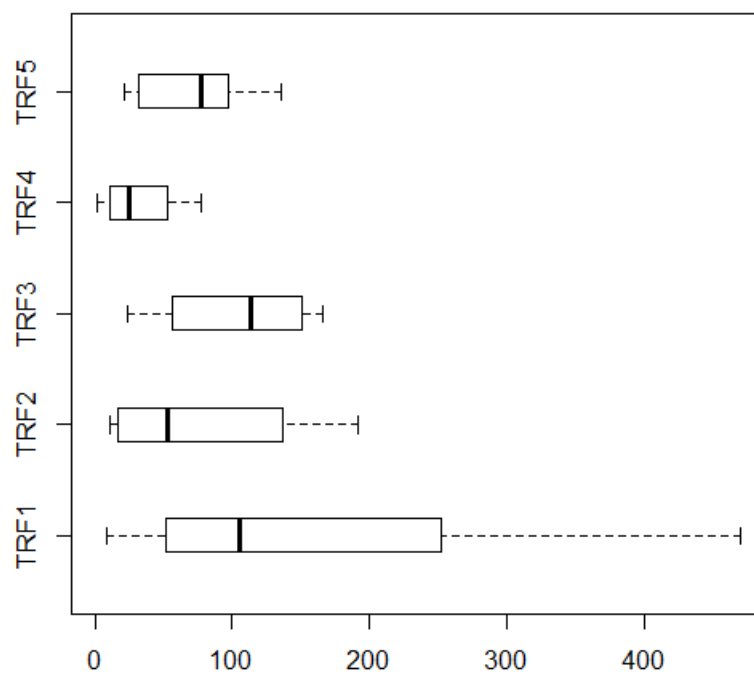
Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	22	4	9	4	5
Média	149,68	77,00	105,56	32,25	72,60
Desvio padrão	129,76	82,27	52,42	31,91	47,29
Mínimo	9	11	24	2	21
1º Quartil	52,5	20	56	16,25	32
Mediana	105,5	53	113	25	77
3º Quartil	248	110	151	41	97
Máximo	470	191	166	77	136

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

¹⁰⁴ Teste t de diferença de médias (unicaudal) com valor-p significativo na comparação dois a dois entre TRF1 e TRF4 (p=0,000701), TRF1 e TRF5 (p=0,019646) e TRF3 e TRF4 (p=0,006383).

A Tabela 43 (acima) é ilustrada na Figura 23 (abaixo).

Figura 23 – Tempo entre sentença e recebimento do recurso, por TRF



Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

O tempo entre sentença e recebimento do recurso reflete um aspecto próprio da cultura intraorganizacional do Tribunal Regional Federal. O menor tempo necessário à análise dos recursos sugere um melhor nível de organização da Corte Federal, capaz de melhor se comunicar diante das demandas externas provocadas pelas incertezas das decisões de condenação/absolvição.

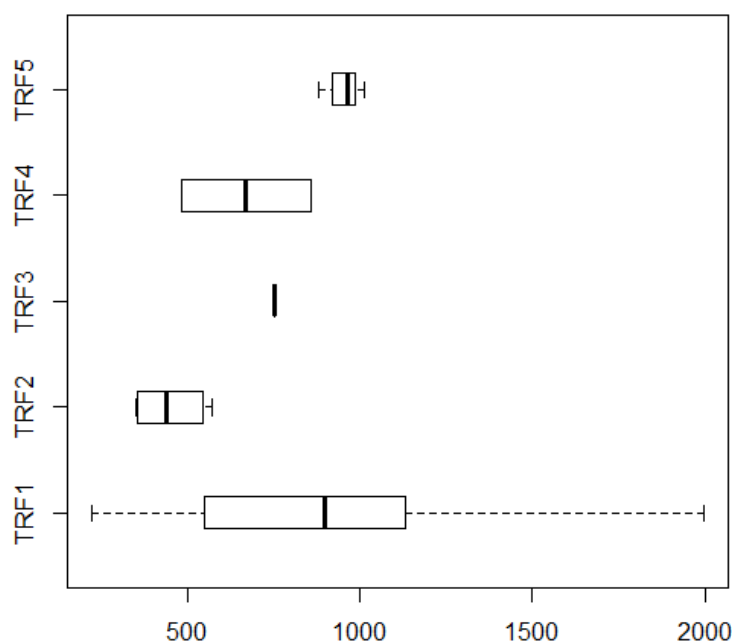
2.1.2.5 O tempo entre o recebimento do recurso e seu julgamento

A Tabela 44 (abaixo) apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por Tribunal Regional Federal (TRF), do tempo (em dias) transcorrido entre o recebimento e o julgamento do recurso. A baixa frequência de casos, principalmente no TRF3 e TRF4, impede análise comparativa dos tempos entre os vários TRFs. A Figura 24 ilustra os dados da Tabela 44 (abaixo).

Tabela 44 – Tempo entre sentença e recebimento do recurso, por TRF

Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	17	4	1	2	3
Média	942,76	450,50	754,00	671,00	952,33
Desvio padrão	519,31	111,43	-	263,04	68,25
Mínimo	225	350	754	485	879
1º Quartil	549	359	754	578	921,5
Mediana	897	440	754	671	964
3º Quartil	1131	531,5	754	764	989
Máximo	1998	572	754	857	1014

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Figura 24 – Tempo entre o recebimento e o julgamento do recurso, por TRF

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Uma análise permite apreciar a diferença de premissas finalísticas dentro da própria Justiça Federal, mas em relação aos Tribunais Federais diversos. Enquanto no Tribunal Regional da 5ª Região a celeridade na apreciação dos recursos é uma característica, o oposto

ocorre com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em que o lapso entre sentença e recebimento do recurso ultrapassa 500 (quinhentos) dias.

2.1.2.6 O tempo entre denúncia e trânsito em julgado; tempo entre sentença e trânsito em julgado

A cultura organizacional faz parte da rotina cognitiva que estabiliza os processos decisórios organizacionais¹⁰⁵ (MACHADO; VIEIRA, 2016). Em se tratando do sistema de justiça criminal, o tempo de solução dos processos possui especial relevância para a Justiça Federal, assumindo status de prioridade organizacional. Importa à imagem dos Tribunais uma justiça célere e está incorporado à sua cultura o retrato de celeridade de suas decisões.

Pesquisas apontam que a “demora na prestação jurisdicional” foi objeto de publicações pelo próprio Conselho da Justiça Federal; várias causas foram apontadas com o atraso na solução dos processos, desde a atuação de agentes externos, passando pela escassez de Varas Federais e o baixo número de magistrados em decorrência de cargos vagos (CJF, 2000; CJF, 2005; CODO; MACHADO; CORDEIRO, 2017).

A presente pesquisa ocupou-se, em razão da importância, do lapso temporal entre os marcos processuais. Para a análise do tempo entre o oferecimento da denúncia e o trânsito em julgado, foram considerados os 46 (quarenta e seis) autos que apresentam os dois tempos.

A Tabela 45 (abaixo) apresenta a distribuição do número de autos por tempo (em anos) entre o recebimento e o julgamento do recurso. O lapso temporal de curso das ações ocorre entre 5 (cinco) e 6 (seis) anos a partir do recebimento da denúncia

Tabela 45 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e trânsito em julgado

Tempo (em anos)	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	3	6,5%	6,5%
2	3	6,5%	13,0%
3	6	13,0%	26,1%
4	5	10,9%	37,0%
5	9	19,6%	56,5%

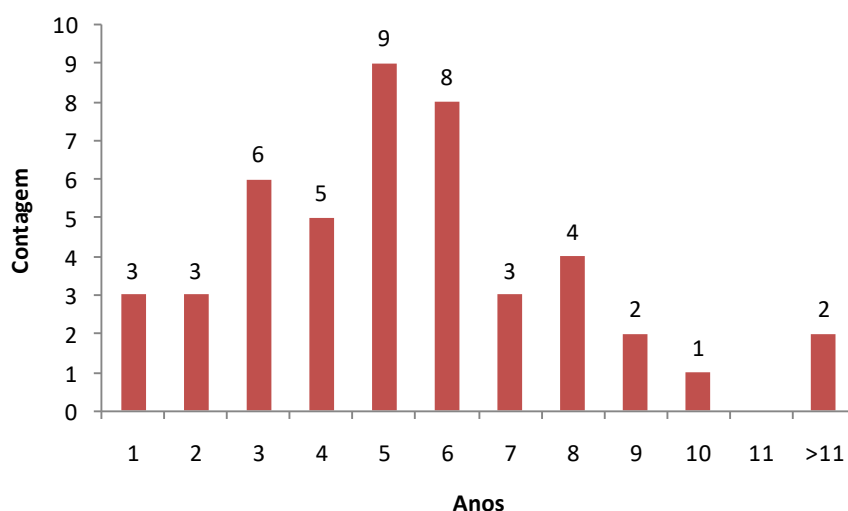
¹⁰⁵ “(...) the history of the system is given as the particular (decidable and undecidable) decision premises in the particular concrete situation. (...) In this sense one could describe an organization with regard to important programmes, (...) their communication channels (i.e. hierarchical), (...) culture, i.e. its *undecidable decision premises*, in particular: its **specific values**” (SEIDL, 2003, p. 132).

6	8	17,4%	73,9%
7	3	6,5%	80,4%
8	4	8,7%	89,1%
9	2	4,3%	93,5%
10	1	2,2%	95,7%
11	0	0,0%	95,7%
>11	2	4,3%	100,0%
TOTAL	46	100,0%	-

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

O gráfico da Figura 25 (abaixo) ilustra os dados da Tabela 45 (acima).

Figura 25 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e trânsito em julgado



Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

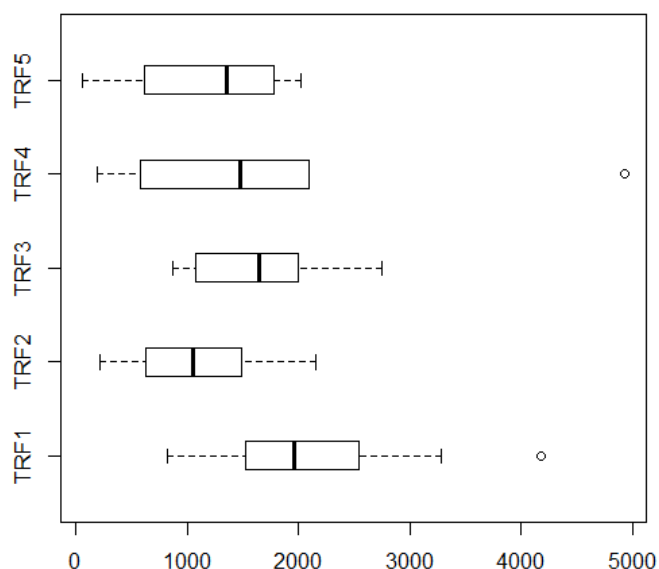
A Tabela 46 apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por Tribunal Regional Federal (TRF), do tempo (em dias) transcorrido entre a denúncia e o trânsito em julgado. Observa-se claramente que o TRF1 apresenta tempos significativamente superiores aos dos demais Tribunais, em especial em relação ao TRF2¹⁰⁶. A Figura 26 (abaixo) ilustra os dados da Tabela 46 (abaixo).

¹⁰⁶ Valor-p = 0,016662 para o teste t de diferença de médias (unicaudal).

Tabela 46 – Tempo entre denúncia e trânsito em julgado (em dias), por TRF

Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	21	6	9	6	4
Média	2106,62	1099,33	1666,67	1789,67	1197,25
Desvio padrão	868,16	723,62	658,76	1685,82	834,62
Mínimo	819	216	874	188	62
1º Quartil	1521	633,5	1076	778,25	887
Mediana	1959	1053	1646	1473,5	1352,5
3º Quartil	2547	1480,75	2003	1962,5	1662,75
Máximo	4184	2157	2747	4931	2022

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Figura 26 – Tempo entre denúncia e trânsito em julgado, por TRF

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Passou-se a análise do tempo entre a sentença e o trânsito em julgado; foram considerados os 47 (quarenta e sete) autos que apresentam os dois tempos. A Tabela 47 (abaixo) apresenta a distribuição do número de autos por tempo (em anos) entre o recebimento e o julgamento do recurso.

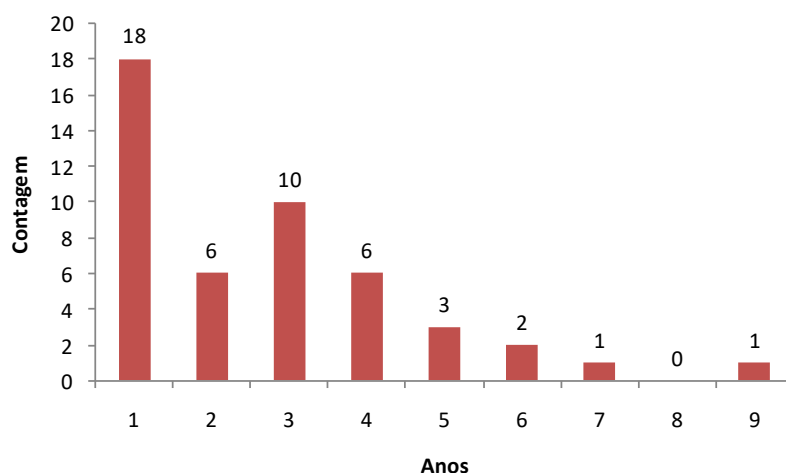
Tabela 47 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e trânsito em julgado

Tempo (em anos)	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	18	38,3%	38,3%
2	6	12,8%	51,1%
3	10	21,3%	72,3%
4	6	12,8%	85,1%
5	3	6,4%	91,5%
6	2	4,3%	95,7%
7	1	2,1%	97,9%
8	0	0,0%	97,9%
9	1	2,1%	100,0%
TOTAL	47	100,0%	-

Fonte: Tribunal Regional da 1ª a 5ª Região.

O gráfico da Figura 27 (abaixo) ilustra os dados da Tabela 47 (acima); a comparação entre a Figura 27 (abaixo) e a Figura 26 (anterior) permite inferir que o maior lapso temporal é atribuído à primeira instância, vez que o tempo entre a sentença e o trânsito em julgado é sensivelmente inferior àquele entre a denúncia e a sentença.

Figura 27 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e trânsito em julgado



Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Tabela 48 (abaixo) apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por Tribunal Regional Federal (TRF), do tempo (em dias) transcorrido entre a sentença e o

trânsito em julgado. Observa-se claramente que o TRF1 apresenta tempos significativamente superiores aos dos demais Tribunais¹⁰⁷.

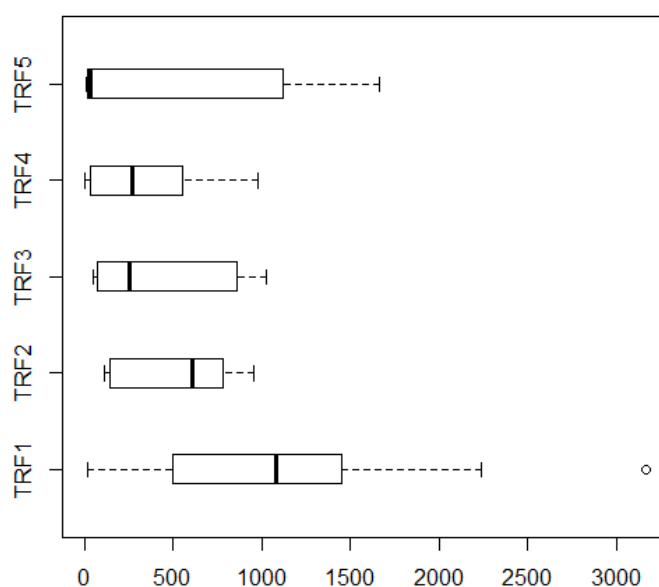
Tabela 48 – Tempo entre sentença e trânsito em julgado (em dias), por TRF

Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	21	6	8	7	5
Média	1118,57	534,17	430,63	342,86	570,00
Desvio padrão	804,99	343,09	424,57	366,03	775,40
Mínimo	13	110	51	3	9
1º Quartil	496	244,25	69,25	28,5	20
Mediana	1083	610	255,5	265	35
3º Quartil	1447	753,75	844	550,5	1122
Máximo	3167	951	1026	974	1664

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Figura 28 (abaixo) ilustra os dados da Tabela 48 (acima).

Figura 28 – Tempo entre sentença e trânsito em julgado, por TRF



Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

¹⁰⁷ Teste t de diferença de médias (unicaudal) com valor-p significativo na comparação dois a dois entre TRF1 e TRF2 ($p=0,017084$), TRF1 e TRF3 ($p=0,006549$) e TRF1 e TRF4 ($p=0,002078$).

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região é aquele que apresenta mais eficiência no tempo de resposta esperado entre os 5 (cinco) Tribunais Federais às questões de enfrentamento ao tráfico de pessoas; a mediana do tempo entre sentença e trânsito em julgado é de 265 (duzentos e sessenta e cinco dias). Embora o TRF 5ª Região possua mediana de 35 (trinta e cinco dias), o valor do 3º quartil é de 1122 dias, superior ao dobro em relação ao TRF 4ª Região.

2.1.2.7 As decisões dos TRFs em matéria de enfrentamento ao tráfico de pessoas

O sistema autopoietico caracteriza-se pela retroalimentação. Cada decisão alimenta a outra; “todas as decisões referem-se a decisões anteriores na frente de decisões futuras e são referidas por outras decisões”¹⁰⁸ (SEIDL, 2003, p. 129). Cada operação deve se conectar à operação anterior (MACHADO, 2014). Os Tribunais operam autopoieticamente retroalimentando e reorientando o sistema para a tomada de novas decisões.

Observando as decisões em segunda instância dos Tribunais Regionais Federais em matéria de tráfico internacional, a reorientação das primeiras instâncias, de acordo com o que decide a hierarquia superior, é inferior a 10% às decisões tomadas, já que grande parte do que é decidido se mantém em grau de recurso. Na grande maioria dos casos, isto é, em 90,3% dos processos (28 dos 31 casos), a condenação é mantida:

Tabela 49 – Distribuição do número de condenados em 1ª instância x 2ª instância

		Condenados em 2ª instância								TOTAL
		0	1	2	3	4	5	6	7	
Condenados em 1ª instância	0	1	-	1	-	-	-	-	-	2
	1	-	12	1	-	-	-	-	-	13
	2	-	-	7	1	-	-	-	-	8
	3	-	-	-	4	-	-	-	-	4
	4	-	-	-	-	3	-	-	-	3
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7	-	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL		1	12	9	5	3	-	-	1	31

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

¹⁰⁸ - Tradução livre de: “every decisions refers to previous decisions na forward to future decisions and is itself referred to by other decisions”.

A linha azul da Tabela 49 (acima) mostra casos em que a condenação do número de pessoas em primeira instância foi mantida em segunda instância. A título de exemplo, houve 7 (sete) casos de condenação de duas pessoas em primeira instância que foram mantidos em segunda instância. Em somente três casos, o número de condenados em segunda instância foi superior ao número de condenados em primeira instância para o mesmo processo. Também a título de exemplo, houve um caso em que, condenado um indivíduo em primeira instância, houve um aumento de número para 2 (dois) condenados em segunda instância.

Todos os casos em que o número de condenados em segunda instância supera o número de condenados em primeira instância encontram-se apresentados na Tabela 20 (acima) acima da linha azul. As confirmações de condenações em segunda instância geram uma expectativa de orientação à primeira instância, de conformação com as decisões de hierarquia superior.

A divergência ou convergência de orientação do sistema judicial fechado pode ser observado também nas incidências penais contidas nas denúncias e nos acórdãos. Em 79,41% dos casos, o tipo penal de tráfico internacional de pessoa apareceu constante nas denúncias e outros delitos conexos ao tráfico internacional de pessoa, como associação criminosa, foram noticiados em menor percentagem conforme Tabela 50 (abaixo).

Tabela 50 – Tipos penais na denúncia

Tipos penais da denúncia		
art. 231, art.299 e art.304, na forma do art. 69 e art. 29, todos do Código Penal Brasileiro	1	0,74%
artigo 231, caput, §§ 1º e 3º, do Código Penal, bem como no artigo 229 do Código Penal, em concurso material na forma do artigo 69 do mesmo diploma legal	1	0,74%
artigo 231, caput, e §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 228, caput, e §§ 1º, 2º, e 3º, do artigo 148, § 1º, inciso III, e § 2º, do artigo 149 e do artigo 297, caput, todos do Código Penal, bem como nas sanções do artigo 244-A, caput, e § 1º, da Lei n.º 8.069/1990, em concurso material de crimes (art. 69 do CP).	1	0,74%
artigos 229 e 231, § 1.º, todos do Código Penal	1	0,74%
artigos 231, 'caput', §§ 1º, 2º e 3º; 228, 'caput', §§ 1º, 2º e 3º; 148, §1º, inciso III e § 2º; 149 e 297, 'caput', todos do Código Penal e 244-A, 'caput', § 1º da Lei 8.069/90	1	0,74%
artigos 231, caput, na forma do artigo 71, c.c. 228, 3º e 230, caput, e 288, caput, cumulados na forma do artigo 69, todos do Código Penal, combinados com o artigo 3º, alínea "a", do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças - Decreto-Lei nº 5.015 e 5.017, de 12/03/2004	1	0,74%

Arts. 149 e 231	1	0,74%
CP art 148, 230, 231 e 288	1	0,74%
CP art 231, 288, 304, 171 c/c 71	1	0,74%
CP art 288 (associação criminosa)	1	0,74%
CP art. 231 (tráfico de pessoa)	108	79,41%
CP arts 149, 158, 231 e 288	1	0,74%
CP arts 149, 229, 230 e 231	1	0,74%
CP arts 231 288 299 1º 317 e 317 cc 30	1	0,74%
CP arts. 149, 231 e 288	1	0,74%
CP arts. 228, 230 e 231	3	2,21%
CP arts. 231 e 288	11	8,09%
TOTAL	136	100,00%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Nas decisões colegiadas de segunda instância (acórdãos), o tipo penal de tráfico internacional de pessoa apareceu no percentual de 70% dos casos, conforme Tabela 51 (abaixo), não muito distante daquele percentual das denúncias, podendo-se afirmar uma conformação entre o sistema fechado de acusação e o sistema organizacional judiciário, em relação inclusive aos tipos penais conexos ao tráfico de pessoas.

Tabela 51 – Tipos penais no acórdão

Tipos penais no acórdão		
art 228 CP	1	3,33%
art. 231, art.299 e art.304, na forma do art. 69 e art. 29, todos do Código Penal Brasileiro	1	3,33%
art. 239 da Lei nº 8.069/90	1	3,33%
CP art. 231 (tráfico de pessoa)	21	70,00%
CP arts 231 288 299 1º 317 e 317 cc 30	1	3,33%
CP arts. 149, 231 e 288	1	3,33%
CP arts. 231 e 288	4	13,33%
TOTAL	30	100,00%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Antes das considerações finais do capítulo, o próximo tópico traz estudos de caso que auxiliarão na compreensão das premissas decisórias e das interações organizacionais utilizadas pelas Instituições de persecução penal e não estatais de apoio às vítimas. Esses estudos complementam os dados estatísticos analisados.

Nesses estudos de caso, aspectos como a correlação entre sentença de primeiro grau e acórdão são trazidos, de forma a verificar se há uma de conformação com as decisões de hierarquia superior, como tratado na análise estatística.

Passamos a tratar sobre dois estudos de caso, analisando as premissas condicionais e finalísticas adotadas no âmbito das organizacionais de enfrentamento e a relação interorganizacional no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

2.2 ESTUDO DE CASOS

Observa-se grande dificuldade que requiere nova agenda internacional em que cooperam diversas organizações para a construção de pautas por vezes nem sempre comum. Em diversos casos de cooperação internacional, isso acontece sem que haja interesse recíproco na medida pleiteada em outro país, a qual somente se executa em razão de acordos ou por reciprocidade – ou, ainda, pior: há diversidades de saberes e, portanto, identidades no interior de uma forma organizacional que coopera, fazendo o resultado da ação esperar sobre a discricionariedade de alguns de seus membros, faltando-lhe uniformidade.

Varela expõe a dificuldade da cooperação, que pode fazer surgir lógica híbrida, orientada pela governança em redes (2013, p. 439):

Esta convivência entre a ideia de uma unidade jurídica global e as diferenciações locais exige, no entanto, um sistema amplo e complexo de normas de conexão ou de “acomplamentos estruturais”, ou ainda, de metodologias de governança, conforme cada uma das diferentes visões que interpretam o problema. (...) O acúmulo de lógicas distintas em um caso extremo levaria a duas opções possíveis: a destruição dos valores do outro sistema com sua não-legitimação ou a criação de uma nova lógica híbrida, com melhor nível de respeito mútuo.

As estruturas internas dos Estados são sobrepostas por estruturas internacionais, questionando sua soberania. “O Estado nacional isolado pode cada vez menos conduzir e controlar sozinho tanto dentro do seu território quanto também no sistema global de Estados, e é compelido à negociação, intercâmbio, coordenação e cooperação” (SCHNEIDER, 2005, p. 51) e para que “a cooperação internacional seja eficaz, é importante também que haja o alinhamento entre os diversos atores que operam no enfrentamento do tráfico de pessoas” (MACHADO; VIEIRA, 2016, p. 484-503).

Os dois estudos de caso retratados a seguir referem-se a casos conduzidos pela Polícia Federal, em conjunto com investigadores de outros países, e apresentam-se como oportunidade de análise das interações interorganizacionais entre atores que atuaram na

persecução penal no Brasil e também no destino das vítimas, além das relações intraorganizacionais no âmbito das corporações, quando possível. A análise leva em consideração o processo de formação das decisões organizacionais baseado nas premissas condicionais e finalísticas, e na cultura organizacional dos envolvidos.

Os casos abaixo citados foram ocorrências tratadas pelo Departamento de Polícia Federal no âmbito do Estado de Goiás, em cooperação com polícias de outros países, e foram selecionados para este trabalho obedecendo a dois critérios.

O primeiro critério, em razão de sua complexidade, pela formação de redes de governança, inclusive a nível internacional, com vistas à exploração das premissas condicionais e finalísticas utilizadas.

No segundo critério, os dois casos possuem, do ponto de vista dos investigadores, resultados divergentes. O Caso Fassini representou o êxito da cooperação Brasil e Suíça e, no segundo caso, a Tarantela representou a insatisfação dos investigadores diante do resultado na cooperação Brasil e Itália. Apresentamos, então, casos com resultados divergentes para os órgãos de persecução penal.

No caso Fassini, em obediência ao Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁰⁹, para que a imagem de crianças e adolescentes seja resguardada, mantivemos apenas as iniciais dos nomes, quando referenciados. No caso Tarantela, em decorrência da absolvição dos investigados, utilizamos apenas o codinome pelo qual os investigados eram conhecidos.

Em obediência ainda ao sigilo das comunicações telefônicas interceptadas¹¹⁰ ao longo das investigações e realizadas com a devida autorização judicial, optou-se por evitar qualquer menção aos diálogos captados, registrando-se apenas que a medida sigilosa de fato foi implementada pela autoridade policial em ambos os casos citados.

2.2.1 A cooperação policial Brasil x Suíça: uma decisão contrária às premissas decisórias

A investigação foi desenvolvida entre a Polícia Federal, no Brasil, e a Polícia Cantonal de Zurique, com o apoio da Polícia Federal Suíça (FEDPOL), nos anos de 2004 a 2006. Ainda em 2005, a Polícia Cantonal de Zurique elaborou um pedido de cooperação policial internacional, via Embaixada da Alemanha, com vistas a identificar membros da organização dedicada ao aliciamento de mulheres em solo brasileiro, as quais eram posteriormente

¹⁰⁹ BRASIL. Lei 8.069, de 13.07.1990, art. 17. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, abrangendo a preservação da imagem da criança e do adolescente (BRASIL, 1990).

¹¹⁰ BRASIL. Lei 9.296, de 24.07.1996. Regulamenta o inc. XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1996).

exploradas na Suíça. Os números haviam sido colhidos em verificação noturna (“batida”) realizada no estabelecimento HELP BAR, de propriedade do principal investigado em Zurique, na Suíça.

Agindo a pedido da autoridade Cantonal de Zurique, a Polícia Federal no Estado de Goiás formulou um pedido de quebra dos dados cadastrais dos números obtidos na Suíça, identificando possíveis suspeitos de envolvimento nos aliciamentos em solo brasileiro, os quais mantinham contato com os investigados em solo suíço.

A Polícia Cantonal de Zurique despertou a atenção da Polícia Federal brasileira para a atividade criminosa do Caso Fassini ao enviar um pedido sobre os números telefônicos que mantinham contato com os correspondentes monitorados em seu país.

Após a representação de quebra de sigilo telefônico, em janeiro de 2005, um inusitado fato ocorreu no âmbito da Delegacia de Imigração da Polícia Federal em Goiás: o proprietário de uma conhecida casa de shows¹¹¹ noturna, situada nas imediações da Rodovia BR 153, na região da Grande Goiânia, compareceu à Polícia Federal delatando um esquema de aliciamento para o exercício da prostituição no exterior envolvendo as garotas de programa contratadas como “strippers” por sua boate. O proprietário informou que um cidadão suíço comparecia à noite na casa de shows e, em contato com as garotas de programa, obtinha-lhes os telefones, convidando-as posteriormente para o exercício da prostituição na Suíça.

O pedido se afigurava inédito porque o proprietário da casa de shows noturnos, então, procurava a Polícia Federal para delatar os aliciadores e, por via oblíqua, evitar que mulheres que trabalhavam em seu estabelecimento como garotas de programa fossem levadas para outro país¹¹² (DORNELAS, 2012).

Pietro Bortolo Chiesa, Jean Claude Kurzen, Robert Alfred Suter, Gabriela Katarina Zaeuner, Ericsson Fassini de Andrade, Adriana e Angélica Fassini de Andrade, as irmãs Josiane da Silva Rodrigues, Luciana da Silva Rodrigues e sua genitora Iraci Ribeiro da Silva (todos condenados), constituíram associação criminosa, aderindo uns subjetivamente à conduta dos outros, que podem assim ser individualizadas:

¹¹¹ A casa de shows noturnos se encontra ainda em pleno funcionamento na BR 153, na região da grande Goiânia, e as informações repassadas pelo proprietário, à época, foram substanciais ao sucesso das investigações. Posteriormente, o proprietário dessa casa de shows tornou-se um informante da Polícia Federal, subsidiando-a de outros dados que auxiliaram em vários casos de grande repercussão internacional na luta contra o tráfico de pessoas. O nome do proprietário e da casa não são mencionados por discrição.

¹¹² Eventual prática delitiva de casa de prostituição, tipificado no art. 229 do Código Penal brasileiro é de atribuição investigativa da polícia civil e de competência da justiça estadual, não se inserindo nas atribuições do Departamento de Polícia Federal, daí porque não adotamos providências.

- **Pietro Chiesa** – suíço, proprietário do *Help Bar*, situado em Zurique, na Suíça e casado com a brasileira *Adriana Fassini de Andrade*. Era o “cabeça” da associação criminosa, que visitava o Brasil com frequência, atuando por vezes diretamente no aliciamento das mulheres para trabalhar na prostituição no *Help Bar*, na Suíça;
- **Robert Alfred Suter** – suíço, homiziado no Rio de Janeiro e proprietário da Agência de Viagens *Brasilswiss*, juntamente com sua irmã. *Suter*, como era conhecido no meio da organização, também fotografava as mulheres que viajavam para a Suíça, encaminhando-as para *Pietro Chiesa*, visando a aprovação deste último;
- **Adriana Fassini de Andrade** – brasileira, casada com o suíço *Pietro Chiesa*. Era responsável pela administração dos bens adquiridos por *Pietro Chiesa* no Brasil, com o uso de dinheiro da atividade criminosa da exploração da prostituição;
- **Angélica Fassini de Andrade** – brasileira, irmã de *Adriana Fassini de Andrade*. *Angélica Fassini de Andrade* foi uma das responsáveis pela Administração do *Help Bar* na Suíça, onde se dava a exploração sexual das mulheres;
- **Ericsson Fassini de Andrade** – brasileiro, irmão de *Adriana Fassini de Andrade*. *Ericsson Fassini de Andrade* foi um dos responsáveis pela Administração do *Help Bar* na Suíça, onde se dava a exploração sexual das mulheres;
- **Gabriela Katarina Zauener** – suíça, irmã de *Robert Alfred Suter*. Era encarregada da cobrança, na Suíça, dos valores das passagens adiantadas às vítimas, no Brasil, por *Suter*. *Gabriela Zauener* comparecia semanalmente no *Help Bar* para cobrar os valores das passagens adiantados às vítimas;
- **Jean Claude Kurzen** – suíço, foi um dos responsáveis pela Administração dos quartos, situados nos andares acima do *Help Bar*, na Suíça, onde se dava a prática de sexo com os clientes. *Kurzen* cobrava a diária das mulheres que ocupavam os quartos;
- **Luciana da Silva Rodrigues e Josiane da Silva Rodrigues** – responsáveis pelo aliciamento de mulheres para a prática da prostituição no *Help Bar*, entre as quais se destaca a menor K. C. O, que recebeu inúmeras ameaças da associação criminosa;
- **Iraci Ribeiro da Silva** – mãe de *Luciana e Josiane da Silva Rodrigues*, quem as instigou à prática da prostituição no exterior, inclusive com o auxílio de documentação falsa, além de intervir em favor das filhas na cobrança de comissão devida pela menor K. C. O por seu envio à prostituição no *Help Bar*.

As mulheres, inicialmente arregimentadas em Goiânia e cidades do entorno, no Estado de Goiás e também na cidade do Rio de Janeiro, em Estado do mesmo nome, eram posteriormente encaminhadas ao *Help Bar*, em Zurique, na Suíça, sendo, então, estimuladas à prática do sexo e ao consumo de bebidas alcoólicas e cocaína pelos clientes.

Verificou-se que o ganho de *Pietro Chiesa* no *Help Bar* era astronômico: um programa de apenas dez minutos, em média, custava à ordem de Sfr 100,00 (cem francos)¹¹³, algo em torno de R\$200,00 à época dos fatos em 2005.

Em alguns aliciamentos, houve o emprego de ameaça, já que as famílias das garotas de programa eram advertidas caso estas deixassem o trabalho de prostituição na Suíça¹¹⁴.

O panorama criminoso começou a ter desfecho quando a menor brasileira K. C. O¹¹⁵, 16 anos, embarcou para a Suíça, acompanhada de *Pietro Chiesa*, visando ser submetida à prostituição no *Help Bar*.

Em várias oportunidades, a Polícia Cantonal de Zurique fechara o *Help Bar* por infração à lei de estrangeiros, mas *Pietro Chiesa* conseguia novamente novo alvará em razão da menor gravidade da infração. Uma menor localizada em área de prostituição, na Suíça, era

¹¹³ “*QUE a parte superior do HELP BAR era composta por quartos destinados à realização de programas; QUE a cobrança das diárias dos quartos, que montava em Sfr. 100,00 (cem francos) por dia incumbia à pessoa de JEAN CLAUDE KURZEN, amigo de PIETRO CHIESA; QUE o valor de cada programa importava no valor de cem francos, com duração de cinco a dez minutos; QUE cada mulher fazia em cinco a quinze programas por noite; QUE a pessoa de MARTIN, amigo de PIETRO CHIESA era conhecido traficante de drogas das mulheres no HELP BAR, sendo que este também comerciava drogas nos outros bares da redondeza, como por exemplo o SONY e SHILLI'S BAR; QUE a droga comercializada por MARTIN era basicamente cocaína; QUE a pessoa de PIETRO CHIESA também era usuário de drogas; QUE as mulheres agenciadas por PIETRO CHIESA eram proibidas de retornar ao Brasil enquanto não houvessem pago o valor integral da passagem, sendo que após o pagamento eram proibidas de locar vinculados a outros bares, posto que do contrário PIETRO CHIESA ficaria em desvantagem em virtude da falta de locação dos quartos existentes na parte superior do HELP BAR*”. Depoimento de K. M. S. J. Autos 2005.35.00.23131-6 da Justiça Federal, p. 362.

¹¹⁴ “*20. E como continuou? Me levaram diretamente para o quarto. No carro Angélica não me disse uma palavra. A não ser que ela era irmã do gerente, Ericsson. 21. Como continuou no quarto? Angélica só me deixou lá. Ericsson veio até mim e me mostrou o quarto. Ele falou que era para eu arrumar minhas coisas e ele falaria comigo mais tarde. Quando Elizama entrou no quarto ela então me falou qual seria meu trabalho na verdade. Ela partiu do princípio de que eu já estivesse informada. Eu desabei das nuvens quando soube o quê eu realmente deveria fazer. (...) Como continuou? Eu falei para o Ericsson que neste caso eu iria voltar e não ficaria neste bar. Ele falou para mim que caso eu deixasse o bar sem ter pago o bilhete, minha família sofreria sérias consequências. Então ele saiu. Ele só falou que nós conversaríamos mais tarde. Mais tarde Elizama veio com um homem para o quarto. Eu tive que deixar o quarto e fui para a praça Helvetiaplatz*”. Depoimento de M. B. Autos 2005.35.00.23131-6 da Justiça Federal, p. 327-328.

¹¹⁵ “*quando então PEDRO lhe disse: ‘Ninguém precisa saber que você é menor e você desce para trabalhar das 16:00 às 00:00 h, de segunda à quinta e, aos sábados e domingos, das 16:00 às 02:00; não faz romance com os portugueses não quero você saindo e nem tendo relação com meus funcionários e com meu amigo MARTIN’; (...) QUE ainda no quarto ‘PEDRO’ disse à depoente que era para falar aos clientes que ‘estava apaixonado por eles, pois eles gostavam’, bem como de que não deveria fazer sexo sem camisinha, mas que poderia fazer sexo oral com os clientes sem camisinha; QUE PEDRO disse à depoente: ‘Eu vou te ensinar a ser uma puta profissional; por que você não desce sem calcinha?’ (...) QUE enquanto estava embaixo a depoente disse a ‘PEDRO’ que estava menstruada e que não podia fazer sexo, momento em que ‘PEDRO’ replicou dizendo: ‘Você olha aí com as meninas que elas colocam algodão, olha como é que é!’*”. Depoimento da menor K. C. O. Autos 2005.35.00.23131-6 da Justiça Federal, p. 248-253.

oportunidade ímpar aos investigadores e à II Promotoria Cantonal de Zurique para o fechamento definitivo do *HELP BAR*, em razão da alta gravidade dessa conduta.

No dia 28 de janeiro de 2005, sexta-feira, 17:40h, aportou na Delegacia de Polícia Federal, em Goiânia, o proprietário da boate, anteriormente citado, noticiando nova ação criminosa de Pietro Bortolo Chiesa, dessa vez embarcando para a Suíça levando a menor K.C.O, 16 anos; o embarque foi confirmado pela autoridade policial junto à companhia aérea.

Duas horas depois, 19:30h, a autoridade policial recebeu ligação direta da Polícia Federal Suíça (FEDPOL), solicitando que não interrompesse o embarque da menor, em virtude de que a FEDPOL e a Polícia Cantonal de Zurique já eram conhecedoras do fato através do monitoramento do celular de Pietro Chiesa, o qual anunciara às pessoas do *HELP BAR* que levava consigo uma menor para a prostituição.

Considerado o adiantado da hora de sexta-feira, 19:30h, e a premissa condicional de que qualquer Juiz Federal não autorizaria a ação controlada do embarque da menor, que já estava no aeroporto de Goiânia rumo ao Galeão, Rio de Janeiro e, a partir de lá, para Zurique no mesmo dia, diante da máxima proteção aos menores; considerando ainda a premissa decisória de que não havia tempo hábil a solicitar a ação controlada diante da iminência do embarque, não restaria outra alternativa senão realizar o flagrante em Goiânia, o que comprometeria o pedido realizado pelas polícias suíças e a perda de oportunidade de prisão de Pietro Chiesa.

Havia divergência de posição em decorrência de programas externos das organizações envolvidas. Embora as premissas condicionais de enfrentamento ao tráfico coincidissem, em ambos os ordenamentos, brasileiros e suíços, uma outra premissa condicional voltada à proteção da menor impedia certamente sua retirada de solo brasileiro nas condições previstas.

Embora se admita que o diálogo entre os atores pode falhar em decorrência da não coincidência de premissas finalísticas e da própria cultura organizacional das organizações envolvidas, é preciso admitir que, na entrega vigiada da menor, as premissas finalísticas de prisão dos envolvidos e fechamento do *Help Bar* e da própria cultura organizacional das polícias de cooperarem entre si tiveram maior propulsão em relação à premissa condicional da doutrina da proteção integral, visando, com isso, diminuir o funil da impunidade.

O Caso Fassini é um exemplo de arranjo temporário entre as organizações investigadoras que viram o atingimento de seu objetivo, violando premissas condicionais (leis) de cada país.

Adotando uma premissa finalística em atender o pedido informal de cooperação internacional policial feito pelas polícias, a autoridade policial no Brasil executou uma atitude

contrária à premissa condicional da doutrina da proteção integral, assumindo os riscos de exposição da menor. De um outro, restou caracterizado evidente crime pela autoridade policial em conceder embarque quando não poderia, mas de outro a cooperação policial restou fortalecida e os laços de confiança foram aprimorados.

Observa-se ainda que a decisão da autoridade policial no Brasil somente ocorreu em virtude do que as polícias sabem fazer bem entre si: promover interações organizacionais antes da adoção de suas decisões.

A prática de interações, principalmente interorganizacionais, evita retrabalho e práticas nocivas à atuação das organizações envolvidas e deveria ser melhor observada entre Ministério Público e Polícia Judiciária, em que seus Membros enfrentam a si mesmos mais que aos crimes que se dispõem a reprimir.

A chegada da menor à Suíça, em 29 de janeiro de 2005, foi acompanhada veladamente pela Polícia Federal Suíça e pela Polícia Cantonal de Zurique, que empreenderam buscas no *Help Bar* à noite e antes que a menor recém-chegada se dedicasse às atividades de prostituição. Na ocasião, *Pietro Chiesa*, *Gabriela Zauener* e *Jean Claude Kurzen*, entre outros, foram presos pela exploração da prostituição.

Posteriormente à ação na Suíça, e com base em um dispositivo do Código Penal daquela Confederação que permite a transferência de processo¹¹⁶ entre países envolvidos, provas aportaram no Brasil via cooperação internacional por auxílio direto, instruindo inquérito policial e possibilitando a representação por medidas cautelares junto à Justiça Federal na Seção Judiciária do Estado de Goiás (DORNELAS, 2012).

A transferência de processo foi precedida de uma reunião no Gabinete da II Promotoria de Zurique, em que participaram, além da Juíza de Instrução, Sylvia Steiner, também o investigador da Polícia Cantonal de Zurique responsável pelo Caso Fassini e o Delegado de Polícia Federal no Brasil, responsável pelo fornecimento anterior dos dados dos números telefônicos.

A reunião em Zurique precedeu a transferência de processo em relação aos membros da associação criminosa que atuavam no Brasil e constitui-se em interação organizacional em que a II Promotoria, a Polícia Cantonal de Zurique e também a Polícia Federal alinharam as premissas finalísticas, tornando possível, por confiança mútua, que a ação investigativa se estendesse ao Brasil.

¹¹⁶ Art. 61 da Lei Federal Suíça sobre Cooperação Internacional em Matéria Penal.

As interações organizacionais, como a reunião na Promotoria em Zurique e o envio de 2 (dois) policiais suíços ao Brasil após o desfecho do caso na Suíça, foram estratégias preparatórias à extensão da investigação e posterior processo aos responsáveis no Brasil, espelhando uma prática benéfica às organizações.

Os depoimentos enviados ao Brasil por cooperação internacional eram contundentes à prática dos aliciamentos, principalmente em relação à menor, cujo embarque não fora obstado conscientemente pela autoridade policial¹¹⁷.

Em 06.12.2005, a Polícia Federal brasileira, com a presença de policiais suíços novamente convidados e atuando na condição de observadores, cumpriu diversos mandados de busca, apreensão e prisão dos envolvidos e residentes em solo brasileiro *Robert Alfred Suter, Ericsson Fassini de Andrade, Iraci Ribeiro da Silva* e suas filhas *Josiane e Luciana da Silva Rodrigues*, além do suíço *Robert Alfred Suter*.

Os valores auferidos na Suíça com a exploração sexual das brasileiras aliciadas para a prostituição eram enviados ao Brasil e aplicados na compra de bens por *Adriana Fassini de Andrade* (esposa de *Pietro Chiesa*). Abaixo, foto da entrada da Fazenda São Lukas, arrestada pela Justiça Federal, juntamente com um apartamento de luxo em Setor nobre da capital goiana.

¹¹⁷ Parte dos depoimentos das vítimas foram introduzidos às fls. 106-197 dos autos da ação penal 2005.35.00.23131-6 da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás. Entre eles, consta o contundente depoimento da menor K. C. O., ameaçada por membros da organização criminosa dirigida por PIETRO BORTOLO CHIESA pelo não pagamento de uma taxa de R\$1.000,00 (mil reais) relativa ao seu encaminhamento a PIETRO. Posteriormente, a II Promotoria do Cantão de Zurique encaminhou aos autos da ação penal os depoimentos colhidos de vítimas residentes na Suíça, constantes às fls. 257-407 dos autos. Entre eles, os depoimentos de M.B (aliciada sob fraude pela organização): “*Além do mais eu disse para ele que não tinham me dito que eu teria que me prostituir. Ericsson falou então que ele não sabia eu eu [sic] não sabia de nada. Mas que de fato meu trabalho era realmente de prostituir-me. Ele então tentou me convencer. Ele me mostrou minhas possibilidades de ganho. Ele falou também que aqui na Suíça este tipo de trabalho não era condenável. Aqui se tratava só do dinheiro. Ele falou que aqui eu ganharia 25.000 reais por mês e que quando eu voltasse para o Brasil eu seria a mesma pessoa que antes. Eu falei então que não faria este trabalho e que voltaria para o Brasil. Além disto eu disse para ele que quando eu chegasse no Brasil eu daria um jeito de pagar o bilhete de volta para eles de alguma forma. Até o ponto onde eu disse para Ericsson que voltaria para o Brasil a conversa correu em um tom normal. Quando ele notou que não podia me convencer ele mudou o tom e começou a falar em um tom “grosseiro” comigo. Ele falou para mim que eu não podia voltar de maneira alguma, antes de pagar o bilhete de avião de volta. Eu falei então para ele me dar um outro tipo de trabalho como limpeza, algo assim. Em resposta ele me disse que eu não podia trabalhar na Suíça sem permissão de trabalho. Minha única possibilidade era fazer ‘programa’ no bar Help. Além disso ele disse que caso eu desaparecesse minha família teria que contar com consequências drásticas.*” Entre outros depoimentos, também aquele de R. T, Vulga “Klara”, para quem houve engano a respeito das condições do trabalho: “*Eram quatro mulheres, inclusive eu. Ele falou que se pagar CHF 50 pelo quarto. Que as mulheres ganhariam muito dinheiro. Todas estas coisas que não correspondem*” (TRF 1, 2005, 2005.35.00.23131-6, p. 106-197).

Figura 29 - Fazenda São Lukas, arrestada durante o Caso Fassini



Fonte: (TRF1, 2005).

Quando realizada em 2006, a Operação Fassini já cumpria o que mais tarde seria objeto de recomendação pela reunião plenária do Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati a respeito da proposta 2 (dois)¹¹⁸ ao artigo 7 da Diretiva Anti-Tráfico da União Europeia (2011/36/EU)¹¹⁹, com o arresto e “congelamento” dos bens adquiridos no Brasil com o produto da exploração sexual de mulheres na Suíça, aliciadas a partir de Goiás e Rio de Janeiro.

O Caso Fassini mostrou-se eficaz na perspectiva da cooperação policial e jurídica internacional na troca de provas por parte de ambos os países envolvidos em todas as fases investigativas e judiciais, inclusive com a formação de arranjos híbridos em que participaram organizações não estatais.

Há, em Zurique, uma organização não governamental voltada ao apoio às vítimas do tráfico internacional de pessoas, cuja direção é exercida por uma brasileira radicada na Suíça. A menor permaneceu sob responsabilidade do *Frau Informations Zentrum* (FIZ) durante todo o

¹¹⁸ “Proposta 2: o poder de congelar ativos também deve ser incluído. O confisco e congelamento de bens deve ser feito no início do processo de investigação e julgamento. Caso contrário, os ativos são dissipados e não podem mais ser rastreados” (JONES, WINTERDYK, 2018b, p. 168). Tradução livre de: “**Proposal 2:** The power to freeze assets should also be included. The confiscation and freezing of assets must be done at the start of the investigation and prosecution process. Otherwise assets are dissipated and can no longer be traced” (JONES, WINTERDYK, 2018b, p. 168).

¹¹⁹ “Artigo 7. Apreensão e confisco. Os Estados-Membros tomarão as medidas necessárias para garantir que as suas autoridades competentes possam apreender e confiscar os instrumentos e obter os produtos das infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º (EU, 2011/36). “Tradução livre de: “Article 7. Seizure and confiscation. Member States shall take the necessary to ensure that their competent authorities are entitled to seize and confiscate instrumentalities and proceeds from the offences referred to in Articles 2 and 3” (UNIÃO EUROPEIA, 2011, p. 36)

período do processo na Suíça, podendo locomover-se livremente no Cantão de Zurique; seu desembarque no Brasil, vários meses após, foi acompanhado em Guarulhos pela autoridade policial responsável pelas investigações.

As provas compartilhadas permitiram a prisão e a posterior condenação de *Robert Alfred Suter*, *Ericsson Fassini de Andrade*, *Iraci Ribeiro da Silva*, *Josiane da Silva Rodrigues* e sua irmã *Luciana da Silva Rodrigues* pela Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado de Goiás, atuando no Brasil na condição passiva (requerido), conforme trecho sentença condenatória:

Cumprir observar que os depoimentos suíços constantes dos presentes autos foram encaminhados ao Brasil e traduzidos para o vernáculo, por intermédio do Ministério da Justiça e da Embaixada da Suíça, via cooperação jurídica internacional, pela Promotoria II do Cantão de Zurique. Assim, tais provas, porque constituídas de acordo com as formalidades legais internas e externas, o que lhes assegura status de legítimas e, portanto, estão aptas a serem utilizadas por este Juízo (TRF1, 2005, p. 1.519).

A condenação criminal dos envolvidos se encontra a seguir.

Quadro 2 – Condenações criminais no Brasil no âmbito do Caso Fassini

Réu	1ª Instância (11ª Vara)	2ª Instância (recurso)
ERICSSON FASSINI DE ANDRADE	11 anos e 06 meses	10 anos
ROBERT ALFRED SUTER	08 anos e 06 meses	08 anos e 02 meses
LUCIANA DA SILVA RODRIGUES	05 anos e 03 meses	04 anos e 08 meses
JOSIANE DA SILVA RODRIGUES	04 anos	04 anos
IRACI RIBEIRO DA SILVA (mãe quem aliciou filhas Luciana e Josiane)	04 anos e 08 meses	04 anos e 08 meses
ADRIANA FASSINI DE ANDRADE	07 anos e 07 meses	07 anos e 07 meses
ANGÉLICA FASSINI DE ANDRADE	08 anos e 04 meses	08 anos e 04 meses

Fonte: Tribunal Regional Federal 1ª Região.

Como alertado no item anterior, o estudo do Caso Fassini mostra a correlação entre sentença de primeiro grau e acórdão em que as penas são praticamente mantidas, de forma a

verificar uma de conformação com as decisões de hierarquia superior, como tratado na análise estatística.

Nenhum dos réus, apesar de solicitar em juízo, tiveram *abolitio criminis* aplicada após a reforma penal introduzida pela Lei 13.344/2016, divergindo o Tribunal Regional Federal da premissa decisória adotada nos demais casos enunciados em ponto próprio deste trabalho.

Uma premissa finalística importante ao êxito do Caso Fassini foi o acompanhamento às vítimas realizado pelo Brasil durante todo o curso da instrução processual penal para que fossem localizadas pela Justiça, visando intima-las e cuidando para que comparecessem à instrução em julgamento. Como várias delas já haviam sido ou eram ainda garotas de programas na boate do informante, a sua ação impulsionando as vítimas ao comparecimento auxiliou na obtenção da prova.

As autoridades investigadoras no Brasil voltaram a atuar posteriormente junto à Suíça em uma condição ativa (requerente), encaminhando diálogos captados pela Polícia Federal brasileira no curso das investigações, segundo trecho do acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região¹²⁰.

Nesse ponto, a interação organizacional entre Polícia Federal e Ministério Público foi essencial à cooperação ativa anterior, mediante confecção de todo o material (áudio das conversas) que interessasse às autoridades suíças.

O mapeamento ambiental dos pontos potencialmente propensos à ocorrência de atividade delitiva, de acordo com o histórico dos aliciamentos no Caso Fassini, revela premissa decisória importante, a subsidiar à ação de políticas públicas; a observação quanto ao local de residência das vítimas auxilia a direcionar medidas de prevenção às áreas em que pessoas mais se encontram expostas (*hot spots*¹²¹).

Considerando apenas as vítimas residentes em Goiânia e Anápolis, e preservando a sua identidade, é possível montar a seguinte tabela com os bairros de suas residências:

Quadro 3 – Legenda de endereços vítimas

Cidade	Bairro	Número de vítimas localizadas
Goiânia	Vila Lucy	02

¹²⁰ “Apelação do Ministério Público Federal provida, para que sejam encaminhadas às autoridades suíças as interceptações telefônicas realizadas após 17.11.2005” (TRF 1, 2005, p. 2.272)

¹²¹ *Hot spots* ou pontos quentes são localidades destacadas a partir de um mapa e que representam os pontos de maior ocorrência de um determinado crime.

	Parque Santa Rita	01
	Vila Perdiz	01
	Nossa Senhora de Fátima	01
	Jardim Mariliza	01
	Vila Santa Rita	01
	Cidade Jardim	02
	Goiá I	01
	Marista	03
	Santa Hilário	01
	Central	01
	Leste Vila Nova	01
	Jardim Atlântico	01
	Novo Horizonte	01
	Vila Monticelli	01
	Façalville I	01
	Coimbra	01
	Parque Flamboyant	01
	Pedro Ludovico	01
	Jardim América	01
Anápolis	Jardim Goiano	01
	Conjunto Habitacional	01
	Parque Vivian	01
	Vila Jaiara	01
	Ponta Caiana	01
	Paraíso	01
	Parque Brasília	01

Fonte: Autor.

Abaixo, os pontos com círculos vermelhos representam bairros nobres da capital Goiânia, em Goiás. Nota-se que as vítimas aliciadas no Caso Fassini (bairros da tabela

anterior representados pelos pontos azuis no mapa abaixo) são, em maioria, residentes em bairros menos favorecidos economicamente da cidade.

Figura 30 - Mapeamento ambiental vítimas Goiânia



Fonte: Autor.

Em relação às vítimas homiziadas em Anápolis, é possível estabelecer o mapeamento ambiental dos endereços abaixo, em que os pontos azuis representam os endereços das vítimas à época dos aliciamentos, todos considerados em bairros de periferia:

Figura 31 - Mapeamento ambiental Anápolis

Localização Anápolis



Fonte: Autor.

Registre-se que algumas vítimas do Caso Fassini não tiveram seus endereços submetidos ao mapeamento por residirem, à época do aliciamento, em cidades diferentes daquelas abrangidas pela pesquisa.

O Caso Fassini apresenta-se com uma *accountability*, que é um produto das redes de alta performance por envolver a cooperação entre dois países e com a superação de diferenças legislativas. Embora a premissa finalística adotada inicialmente na entrega vigiada da menor exponha a fragilidade do controle da atividade policial pelo Ministério Público e permaneça como uma questão de alta indagação diante de um caso exitoso, seu resultado é comemorado a nível internacional com o fortalecimento da cooperação que se seguiu por mais de 10 (dez) anos no enfrentamento ao tráfico, fortalecendo a confiança mútua entre Brasil e Suíça.

2.2.2 Caso Tarantela: tráfico de travestis para a Itália

O Caso Tarantela foi objeto de uma investigação realizada pela Polícia Federal, nos anos de 2005 a 2007, em repressão ao tráfico internacional de pessoas e envolveu uma rede internacional dedicada ao envio e exploração sexual de travestis para a Itália após

permanecerem por certo tempo em uma de duas residências alternativas no Estado de Goiás, sendo recrutados a partir de diversas regiões do Brasil.

Não há uma regra clara interna no âmbito do Departamento de Polícia Federal para a escolha dos nomes das operações; entretanto, a autoridade policial responsável por seu início fica advertida quanto à possibilidade de repercussão negativa do nome dado à investigação que possa, por exemplo, soar negativamente em desfavor de pessoas físicas ou jurídicas e ainda resultar em achincalho indevido à imagem.

A escolha do nome dado à investigação faz parte da cultura organizacional da Polícia Federal. As autoridades, ao encamparem um nome à investigação, devem primar pela criatividade e inovação, evitando-se nomes dados inclusive às operações de renome já realizadas, sendo recomendável que o nome escolhido guarde certa relação com a matéria investigada. Mesmo que não seja comum, é possível, em razão da hierarquia da Polícia Federal, que a autoridade policial receba determinações superiores de escolha de outro nome ao caso, principalmente para se evitar repercussões negativas na mídia.

No caso em análise, por se tratar de tráfico internacional de travestis destinados à Itália, a autoridade policial optou pelo nome Tarantela em razão de se tratar de uma dança típica italiana realizada em decorrência de picada de aracnídeos, com a crença popular de que os movimentos corpóreos auxiliariam para que a peçonha inoculada na vítima fosse consumida¹²².

Nos arquivos dessa Delegacia de Imigração da Polícia Federal no Estado de Goiás, averigua-se a existência de anterior investigação preliminar, datada de 2000, na qual figura como agenciador de mulheres e travestis para o exercício da prostituição no exterior a pessoa NEVES FRANCISCO LOPES, vulgo “BRUNELA”. Há registros de que NEVES FRANCISCO LOPES foi assassinado em seu apartamento, mediante asfixia por estrangulamento.

Em 12 de julho de 2005 aportou na Polícia Federal o nacional NANDO, companheiro de MAKSURI, o último travesti que, juntamente com CELSINHO, haveriam substituído “BRUNELA” em atos de aliciamento.

NANDO trouxe detalhes dos aliciamentos praticados por MAKSURI, delatando o companheiro em razão de brigas de convivência; informou que os aliciamentos se processavam visando o auferimento de lucro.

¹²² “Existem duas explicações para o seu nome: uma derivada do nome da Cidade Taranto, no Sul da Itália e outra, derivada da aranha venenosa (tarântula) que lhe está associada e do tarantismo, doença originada pela mordida da tarântula, que provoca febres altas e alucinações” (GEOPALAVRAS, 2019, p. 1)

Os monitoramentos telefônicos concedidos mediante ordem judicial confirmaram a *notitia criminis* trazida por NANDO. Preliminarmente, a fim de não banalizar o uso do monitoramento telefônico, realizaram-se diligências:

- a) Ofício à embaixada da Suíça, que confirmou que MAKSURI já estivera presente na Suíça, local para onde enviava também os travestis aliciados. Na informação consta que MAKSURI se declarou como “profissional do sexo”;
- b) Diligência velada de agentes de polícia federal, confirmando o trânsito de travestis na residência de MAKSURI.

Na residência de MAKSURI foram localizados vários quartos que, alugados a diversos travestis, serviam-lhes de moradia. Pelo aluguel dos quartos, bem como pela “permissão” de fazer ponto nas ruas e rodovias de Goiânia – Goiás, MAKSURI cobrava dos travestis a quantia de R\$ 20,00.

Durante as interceptações telefônicas, foi também possível confirmar que MAKSURI, enviara à exploração sexual na Itália diversos travestis, como LUCIANA, “CINTIA” e “EMILE”, havendo, inclusive, recebido valores.

A investigação apurou o uso de linguajar próprio pelos travestis; por exemplo, o travesti que envia outro ao exterior recebe um pedágio daquele para quem é remetido o travesti, chamado “acuezinho”.

Impossível não destacar também que MAKSURI entabulou acertos com KIKA (travesti homiziado na Itália), visando o envio de travestis para a exploração sexual. MAKSURI foi o responsável por “fazer a linha” (gíria empregada pelos travestis para combinar o envio de outro travesti ao exterior) de NAILTON com KIKA.

LINDA era outro travesti que, juntamente com MAKSURI, controlava os pontos de programa em Goiânia. Nenhum travesti poderia “fazer ponto” nas ruas sem o pagamento do pedágio a uma delas; muito embora houvesse certa rivalidade entre ambas, havia indícios de que praticavam o tráfico internacional de pessoas.

Embora NANDO houvesse sido a mola propulsora das investigações, as interceptações demonstraram que ele se reconciliou com seu companheiro sexual de MAKSURI após a notícia crime e era responsável pela obtenção da droga consumida por MAKSURI e pelos demais travestis.

No curso das investigações, filmamos o embarque de PAI DE SANTO e ROSA para o exterior, ambos enviados por KIKA à Itália, sendo que o segundo travesti se destinava ao

exercício da prostituição, confirmando nossas premissas decisórias, enquanto que o primeiro realizava trabalhos espirituais¹²³. A Polícia Federal argumentou, juntamente com o Ministério Público Federal, que sem a presença de PAI DE SANTO, a viagem do travesti ROSA não teria tido êxito.

KIKA reside na Itália, sendo filho de DINA, e possui ligações com o travesti MAKSURI, o qual também se encarrega de “fazer a linha” com travestis aliciados. Com o dinheiro da exploração dos travestis, KIKA já havia comprado 02 (duas) chácaras no Mato Grosso do Sul, ganhando 7.000, 00 (sete mil euros) por cada travesti que leva para a Itália, além da diária que cobrada semanalmente.

DINA também possui ligações com o tráfico de travestis: no curso das investigações apurou-se que DINA permanecia com eles na chácara aguardando o momento de enviá-lo para a Itália.

Como premissa decisória ao final das investigações, a Polícia Federal argumentou que havia prova robusta da autoria e materialidade, restando comprovada pela ilação que se estabelecia entre os embarques e o constrangimento sofrido pelas vítimas, a exemplo de ROSA, que teve seu passaporte e ticket de viagem apreendidos.

O Caso Tarantela foi circundado por homicídios que ocorreram no curso das investigações, não ligados diretamente às atividades de aliciamento de travestis para o exterior, mas ao controle dos pontos de rua dominados por travestis à espera de clientes. Como os pontos em que os travestis permaneciam eram gerenciados por MAKSURI ou LINDA, foi inevitável que as diligências de interceptação telefônica realizadas pela Polícia Federal para apurar tráfico de pessoas não obtivessem, por encontro fortuito, alusão a crimes contra a vida.

Entretanto, como os áudios estão sob o manto do sigilo judicial, não se lhes deve fazer maiores comentários.

As investigações expuseram várias discriminações a que são submetidos indivíduos que se declaram detentores de orientação sexual divergente, advindas principalmente do seio familiar. As diligências de busca realizadas na propriedade¹²⁴ de LINDA lograram encontrar dois travestis menores de idade, os quais haviam sido expulsos do lar por pais inconformados com a manifestação homossexual daqueles “delinquentes”.

¹²³ PAI DE SANTO trabalhou clandestinamente na Itália, incorporando a entidade Tranca-Rua (Exu) e fazendo “despachos” enquanto esteve com KIKA.

¹²⁴ A travesti LINDA mantinha em sua propriedade uma edificação com vários quartos, destinados ao abrigo de travestis que eram diariamente obrigados à realização de programas nas ruas, em pontos determinados.

Os depoimentos dos travestis submetidos à situação de prostituição denunciavam elementos maltratados não somente pela submissão à miséria da exploração do homem pelo homem, mas também a situação de um “*apartheid*” decorrente do desprezo social pelo desrespeito às escolhas sexuais daqueles vulneráveis, que, então, se expunham às mazelas da vida e à submissão como forma de angariar um meio à sobrevivência¹²⁵.

Um dos obstáculos ao curso das investigações foi a falta de estrutura necessária à apuração. Conforme já declamado ao longo das entrevistas pelas autoridades policiais, a ausência de material humano é uma constante nos trabalhos policiais.

No ano de 2005, em razão das tratativas do Caso Fassini, fomos “obrigados” a uma decisão de escolha entre as investigações Fassini e Tarantela. A escassez de agentes de polícia e de uma estrutura incapaz de absolver as duas investigações simultaneamente fez com que o Caso Tarantela fosse sobrestado enquanto não alcançássemos a finalização do Caso Fassini.

E a premissa finalística utilizada como critério de escolha entre as Operações Fassini e Castanhola foi mais do que só o envolvimento de menores como vítimas na primeira investigação, a qual era evidente em detrimento da segunda, cuja exploração sexual de travestis menores somente passou a conhecimento da equipe no dia exato de cumprimento dos mandados de busca, quando encerrávamos as investigações.

Impunha-se que o adido policial da Embaixada da Itália era reticente em cooperar com as autoridades policiais federais brasileiras sob o argumento de que seu contrato de trabalho na Itália para representa-lo no Brasil como policial era específico para casos de tráfico de drogas, não alcançando crimes outros, como era o caso de tráfico de pessoas.

Seguiu-se uma reunião com o adido da Embaixada da Itália no curso das investigações, ocorrida na Direção Executiva da Polícia Federal, em Brasília, visando insta-lo a melhorar a cooperação internacional com a realização de diligências e o fornecimento de provas que robustecessem as investigações iniciadas no Brasil, mas o êxito não foi o esperado, causando frustração. Meses após diversas solicitações, não obtivemos o respaldo das autoridades policiais italianas em cooperar com as investigações.

Quando retomamos o Caso Tarantela, mais de 8 (oito) meses após com o encerramento das investigações do Caso Fassini, vários homicídios nas ruas envolvendo travestis já haviam se projetado e inúmeros ofícios foram disparados pela congênere estadual (Polícia Civil do Estado de Goiás) para que a Polícia Federal informasse a eventualidade de provas colhidas na interceptação telefônica para lhe subsidiar as investigações.

¹²⁵ Afirma-se que nas interceptações telefônicas captadas, diversos travestis explorados por LINDA e que dela recebiam abrigo chamavam-na de “mãe”.

O obstáculo de recursos humanos e a ausência de cooperação internacional não foram os únicos entraves a prejudicar o Caso Tarantela; as premissas decisórias divergentes adotadas pela Justiça Federal em dissonância àquelas assumidas pela Polícia Federal e encampadas pelo Ministério Público Federal na denúncia, imputando aos denunciados a prática de tráfico internacional de pessoas e formação de quadrilha ou bando¹²⁶, desaguaram na absolvição dos réus, entre eles MAKSURI e LINDA.

O Magistrado Federal adotou como premissa decisória que o ato de “aliciar” é diverso dos núcleos verbais “promover, intermediar ou facilitar”, contidos no tipo penal do artigo 231, do Código Penal na redação original ou naquela dada pela Lei 11.106/2005, fazendo-se mister que o autor da ação penal houvesse esclarecido as circunstâncias nas quais ocorreu o envio de um travesti para o exterior:

Não consta da denúncia a data na qual MAKSURI teria promovido o envio de Emile, ao exterior, para exercer a prostituição. O autor não esclareceu se houve promoção, facilitação ou intermediação no envio de Emile ao exterior. O autor não descreveu as circunstâncias nas quais ocorreu o envio de Emile ao exterior. Assim, não pode admitir que o autor faça a imputação de fato típico por **remissão** a diálogo contido nos autos, não se desincumbindo do ônus de **descrever o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias** (TRF1, 2006, p. 32).

Embasado em idêntica premissa decisória, absolveu-se também o travesti LINDA.

A premissa adotada pela Justiça Federal para absolver um dos réus foi, então, a inépcia da denúncia. Em outro momento, considerou que o mero fornecimento do telefone de DINA por MAKSURI para que um travesti entabulasse contato, visando sua ida para o exterior, não constituiu “facilitação” e, ainda, que a denúncia era genérica em relação à parte da imputação: “Porém, não consta da denúncia a descrição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, o que inclui, no mínimo, os nomes das vítimas, o tempo, o lugar e o modo pelo qual foram elas enviadas ao exterior para o exercício da prostituição” (TRF1, 2006, p. 39).

Em outro momento, a narração incongruente dos fatos pelo Ministério Público ao imputar a DINA o aliciamento de pessoas diferentes que, na verdade, se tratavam do mesmo travesti, que possuía dois codinomes, e a ausência do início da saída do território nacional de um terceiro travesti, o qual fora encontrado pela equipe ainda na chácara no Mato Grosso do Sul, configurando-se em ausência do início da execução (meros atos preparatórios), desembocaria na absolvição da denunciada (TRF1, 2006, p. 41).

¹²⁶ A alteração do tipo penal do CP, art. 288, para associação criminosa somente ocorreu em 2013, posteriormente à ação penal comentada.

Outra premissa decisória, quanto ao PAI DE SANTO, foi da ausência de provas à sua condenação após haver acompanhado um travesti em sua viagem; “não há nenhuma prova de que [PAI DE SANTO] é o homem de confiança” (Ibid. p. 43) consta da sentença absolutória. Tal premissa poderia, em tese, ter sido sanada caso a cooperação policial com a Itália houvesse sido eficaz com diligências para comprovar a conduta de PAI DE SANTO durante a viagem à Itália em companhia do travesti enviado à prostituição.

A análise do Caso Tarantela demonstra que o Judiciário Federal trabalha com premissas decisórias divergentes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, as quais apresentam-se muito mais garantidoras de direitos. Na visão da cooperação internacional, a investigação Tarantela é um exemplo de distanciamento entre atores que investem na repressão.

Sequer as interações entre Polícia e Ministério Público, adotadas também nesse caso, e que antecederam às decisões, puderam vencer a deficiência de cooperação internacional com outros países, apesar do esforço empregado a partir dos atores brasileiros.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira fase da pesquisa quantitativa, elaborada com base nos dados do sistema de dados do MPF, denominado ÚNICO, deve ser vista com ressalvas, em razão do emergente esforço da organização em catalogar os dados do fluxo de processos. Ademais, o ÚNICO não está interligado ao sistema dos Tribunais Regionais Federais, o que leva a divergências em relação aos dados colhidos.

Embora a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região possua 38,9% dos inquéritos a respeito do enfrentamento ao tráfico no país e a da Procuradoria da 3ª Região, 65,7%, o número de ações penais da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região é de 10,3%, bem próximo da Procuradoria Federal da 3ª Região, com 11,9%, sugerindo que as investigações realizadas pela primeira Procuradoria estão sendo mais promissoras que aquelas realizadas pela Procuradoria Federal da 3ª Região.

Adotando como base a taxonomia de medidas cautelares (MC), entre as quais estão a de interceptação telefônica e de busca e apreensão, largamente utilizadas nas fases de investigação por tráfico de pessoas, a afirmação do parágrafo anterior é reforçada; o ÚNICO mostra que a Procuradoria Federal da 1ª Região conta com 17 (dezessete) medidas cautelares (MC) e a Procuradoria da 3ª Região não contabiliza quantidade para essa classe no mesmo período analisado.

A análise sugere que as Procuradorias Regionais divergem em relação aos instrumentos (premissas finalísticas) utilizados no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

A pesquisa do sistema ÚNICO nos permitiu estabelecer uma relação com a Justiça Federal representada pela razão do número de inquéritos por Vara da Justiça Federal e por unidade da Federação (UF): a média é de menos de 2,5 (dois e meio) IPLs por vara; Goiás com 11 (onze) IPLs por vara, seguido do Acre, com 6 (seis) IPLs por vara, Pará, com 5,33 (cinco vírgula trinta e três) IPLs por vara e DF, com 5 (cinco) IPLs por vara.

A Justiça Federal de Estado de São Paulo, com 1,37 (um vírgula trinta e sete) IPLs por Vara (menor carga do que as demais), sugere que a demanda de processos do Judiciário nem sempre é fator determinante a uma investigação satisfatória, pois outras deficiências, como as excessivas dilações de prazo para a conclusão das investigações e a substituição constante de autoridades policiais na sua condução, prejudicam o resultado satisfatório.

As sucessivas dilações de prazo para a conclusão do inquérito policial estão diretamente ligadas à perda de objeto desse instrumento administrativo de investigação. As decisões (manifestações) de “baixa”, assim consideradas aquelas em necessidade de dilação de prazo para a conclusão do inquérito policial, apontam para uma necessidade de revisão quanto às prioridades (premissas finalísticas) de enfrentamento ao tráfico.

Na distribuição do número de inquéritos policiais concluídos por ano de autuação e por Procuradoria Regional, os “picos” de inquéritos são facilmente perceptíveis no ÚNICO no intervalo de 2014 a 2015, sobretudo no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual coincide com aquele registrado no banco de dados da Polícia Federal, demonstrado na pesquisa, tornando perceptível a influência das decisões no campo policial que provocam decisões no entorno, estimulando a atuação de outras organizações.

Em processos de tráfico internacional de pessoas, as investigações se mostram empiricamente mais promissoras quanto menor o tempo de investigação; até um ano o percentual de denúncias (48,65%) é bem superior ao de arquivamentos (28,47%), situação que se inverte após o primeiro ano.

A análise do tempo de denúncia e arquivamento permite fixar uma premissa decisória que deve ser levada em consideração nas interações organizacionais para que se evite incoerências nocivas à atividade persecutória nos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o fator tempo.

Uma análise dos picos de denúncia para o TRF 1ª, TRF 3ª e TRF 5ª no ano de 2010 demonstra um comportamento homogêneo intraorganizacional das subunidades do Ministério Público Federal no país em comunicar ao Judiciário Federal a ocorrência do tráfico

internacional de pessoas através da denúncia; já a análise dos dados da Tabela 35, representada graficamente através da Figura 16, permite afirmar que os picos de data de sentença respondem aos picos de data de denúncia.

A análise dos picos de denúncia e sentença permite concluir a existência de uma interação interorganizacional entre Ministério Público e Justiça, em que as decisões da primeira se projetam sobre a segunda organização, que novamente exprime incerteza em risco, com nova decisão visando a estabilização da expectativa a respeito do código condenado/absolvido.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) apresenta tempo transcorrido entre a denúncia e a sentença significativamente inferiores ao dos demais Tribunais, o que aparenta que o acoplamento do sistema de justiça criminal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região entre o Judiciário Federal e os demais atores que atuam no processo é melhor afinado no sentido de obtenção de uma solução para o processo.

A presente pesquisa ocupou-se, em razão da importância, do lapso temporal entre os marcos processuais; o lapso temporal de curso das ações ocorre entre 5 (cinco) e 6 (seis) anos a partir do recebimento da denúncia. O maior lapso temporal é atribuído à primeira instância, vez que o tempo entre a sentença e o trânsito em julgado é sensivelmente inferior àquele entre a denúncia e a sentença.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região é aquele que apresenta mais eficiência no tempo de resposta esperado entre os 5 (cinco) Tribunais Federais às questões de enfrentamento ao tráfico de pessoas; a mediana entre o tempo entre sentença e trânsito em julgado é de 265 (duzentos e sessenta e cinco dias) e, embora o TRF 5ª Região possua mediana de 35 (trinta e cinco dias), o valor do 3º quartil é de 1122 dias, superior ao dobro em relação àquele do TRF 4ª Região.

O tempo de solução dos processos possui especial relevância para a Justiça Federal, assumindo *status* de prioridade organizacional; importa à imagem dos Tribunais uma tentativa de justiça célere.

Em apenas 38,57% dos casos, todos os denunciados foram condenados: 27 autos. Os códigos denunciado/condenado afirmam um distanciamento entre Justiça Federal e Ministério Público Federal nos casos de tráfico internacional de pessoas.

Observando as decisões em segunda instância dos Tribunais Regionais Federais em matéria de tráfico internacional, a reorientação das primeiras instâncias de acordo com o que decide a hierarquia superior é inferior a 10% às decisões tomadas, já que grande parte do que

é decidido se mantém em grau de recurso; na grande maioria dos casos, isto é, em 90,3% dos processos (28 dos 31 casos), a condenação é mantida.

Em somente três casos, o número de condenados em segunda instância foi superior ao número de condenados em primeira instância para o mesmo processo; a título de exemplo, houve um caso em que, condenado um indivíduo em primeira instância, houve um aumento de número para 2 (dois) condenados em segunda instância, o que é um aspecto interessante da cultura intraorganizacional conservadora da Justiça Federal.

A convergência ou divergência de orientação do sistema judicial fechado pode ser observado também nas incidências penais contidas nas denúncias e nos acórdãos; em 79,41% dos casos, o tipo penal de tráfico internacional de pessoas apareceu nas denúncias e nas decisões colegiadas de segunda instância (acórdãos). O tipo penal de tráfico internacional de pessoas apareceu no percentual de 70% dos casos, não muito distante daquele percentual das denúncias, podendo-se afirmar uma conformação entre os sistemas fechado de acusação e o organizacional judiciário.

Como contribuições do segundo capítulo, de acordo com os dados analisados, sugerimos que: a) as investigações realizadas pela Procuradoria Regional Federal da 1ª Região são mais promissoras em decorrência das interações entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal em Goiás, lugar em que se situam a maior quantidade de investigações e medidas cautelares de prisão, busca e interceptação; b) o transcurso do tempo na investigação leva à perda de capacidade da prova testemunhal em virtude do deslocamento das vítimas e inviabilidade de sua localização; c) o menor tempo entre denúncia e sentença no TRF 2ª Região se deve ao melhor afinamento entre os atores que atuam na persecução criminal e d) o êxito no Caso Fassini ocorreu em virtude das interações organizacionais entre os atores de persecução criminal que atuaram na fase investigativa, inclusive de organizações estrangeiras, como a II Promotoria de Zurique, a Polícia Cantonal de Zurique e a Polícia Federal Suíça.

CAPÍTULO 3 – PECULIARIDADES DO FLUXO DE PROCESSOS NAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS SELECIONADAS PARA A PESQUISA

O terceiro capítulo está inteiramente voltado à terceira fase da pesquisa, denominada qualitativa, e é complementada por entrevistas realizadas com representantes das organizações voltadas ao enfrentamento do tráfico de pessoas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

Após especificar os critérios de escolha dos processos para análise qualitativa de campo, optamos por dividi-la segundo os dados da fase policial e, posteriormente, da fase judicial, de acordo com as premissas condicionais, finalísticas, a cultura organizacional e as interações organizacionais dos atores envolvidos no enfrentamento, o que é realizado também através do tempo entre denúncia, sentença e recurso.

A oportunidade de contato direto com os autos dos inquéritos e ações penais nos possibilitou fixar apontamentos sobre características das vítimas, de maneira a contribuir à formação de um banco de dados de seus perfis, além de desenhar rotas utilizadas em seus encaminhamentos ao exterior, sugerindo o direcionamento de políticas públicas.

No presente capítulo, procura-se demonstrar quais as características do crime de tráfico de pessoas, inclusive se, em regra, há ocorrência de associação criminosa atrelada; procura-se saber como ocorre a atuação em rede dos atores envolvidos no enfrentamento ao tráfico e se a cooperação internacional tem possibilitado melhores resultados; investiga-se se há correlação entre as dilações de prazo e a mudança de presidência das investigações com a extinção da punibilidade pela prescrição, e tensiona-se o estabelecimento de um perfil da vítima que impacte na elaboração de premissas decisórias na condução das investigações.

3.1 A PESQUISA DE CAMPO QUALITATIVA

A ausência de uma padronização dos dados para a formação de uma base de informações consistente em matéria de tráfico de pessoas, aliada à subnotificação de casos, é um óbice à adoção de políticas públicas adequadas em decorrência de uma cifra oculta (BRASIL, 2010; SACCO, 2006), não fazendo parte da cultura organizacional dos entes públicos e parceiros privados o levantamento sistematizado de dados (SÃO PAULO, 2015).

Alguns estudos precursores identificaram uma considerável carência a respeito de bancos de dados sobre o perfil das vítimas do tráfico de pessoas e da eficácia das medidas de

proteção oferecidas, de forma a apontar um caminho às políticas públicas na área do enfrentamento (KANGASPUNTA, 2007, p. 3; MACHADO; VIEIRA, 2016; CHO, 2015a).

Visando várias dessas lacunas, a intenção da terceira fase da pesquisa era, inicialmente, apenas colher dados para uma análise que oferecesse segurança quanto às estatísticas em relação ao perfil das vítimas, com a finalidade de que as políticas públicas pudessem ser melhor direcionadas, poupando recursos públicos e tornando mais eficaz a ação preventiva do Estado.

Entretanto, a imersão no campo empírico durante as viagens aos diversos Estados da Federação mostrou uma abrangência maior ao desenvolvimento do material disponível no acervo de processos da Justiça Federal dos Estados.

Ao contrário dos processos envolvendo crimes praticados contra os sistema financeiro e lavagem de dinheiro, em que “a principal deficiência é a falta de servidores com especialização na área técnica e contábil” (CODO et al., 2017, p. 93), a pesquisa de campo qualitativa sugere que a grande deficiência é a dificuldade na obtenção da prova.

Segue-se, de agora em diante, uma análise calcada em dados obtidos “in loco”, junto aos processos nas Varas da Justiça Federal do país. As soluções visando superar as dificuldades, quando necessárias, foram descritas no ponto pertinente a cada uma das Seções Judiciárias.

3.2 OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS PROCESSOS PARA ANÁLISE QUALITATIVA DE CAMPO A PARTIR DA PESQUISA QUANTITATIVA

A Tabela 52 (abaixo, extraída do relatório de Fluxo de Justiça (Apêndice A), demonstra o critério de escolha pelas Seções Judiciárias na pesquisa qualitativa de campo. Observe que a tabela trata a distribuição de processos por TRF e por Estado.

Optamos que a pesquisa qualitativa abrangesse todas as regiões do país: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Já que os recursos despendidos para a pesquisa eram somente do próprio doutorando e, considerando o tempo disponível para a sua realização, decidimos colher os dados dos processos em campo nas Seções Judiciárias em que houvesse a maior ocorrência de processos de tráfico de pessoas, o que possibilitaria o contato com o maior número de processos.

Tabela 52 – Número de autos por TRF e UF

TRF	UF	CONTAGEM	PERCENTUAL
TRF1	AC	3	0,72
	AM	6	1,44
	AP	4	0,96
	BA	13	3,13
	DF	1	0,24
	GO	19	4,57
	MA	1	0,24
	MG	10	2,40
	MT	8	1,92
	PA	11	2,64
	PI	-	-
	RO	6	1,44
	RR	7	1,68
	TO	3	0,72
	TOTAL	92	22,12
TRF2	ES	19	4,57
	RJ	45	10,82
	TOTAL	64	15,38
TRF3	MS	20	4,81
	SP	124	29,81
	TOTAL	144	34,62
TRF4	PR	25	6,01
	RS	13	3,13
	SC	25	6,01
	TOTAL	63	15,14
TRF5	AL	6	1,44
	CE	16	3,85
	PB	6	1,44
	PE	15	3,61
	RN	9	2,16
	SE	1	0,24
	TOTAL	53	12,74
TOTAL		416	100,00

Fonte: Relatório de análise estatística da pesquisa sobre tráfico de pessoas (Apêndice A).

Dessa maneira, quanto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1), optamos por realizar a pesquisa qualitativa nos Estados de Goiás (19 processos), Bahia (13 processos) e Pará (11 processos), assim considerando os Estados que, na jurisdição desse Tribunal, possuíam o maior número de processos.

No que diz respeito ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF 2ª), o Estado do Rio de Janeiro foi escolhido por apresentar o maior número de processos. No que diz respeito ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª), a opção pelo Estado de São Paulo (124 processos) satisfaz o critério estabelecido.

Quanto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª), optamos por realizar a pesquisa nos Estados do Paraná (25 processos) e Santa Catarina (13 processos) e, por fim, quanto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª), optamos pelos Estados do Ceará (16 processos) e de Pernambuco (15 processos).

Dessa maneira, o maior quantitativo de processos possível seria pesquisado, contemplando todas as regiões do país, o que é relevante.

3.2.1 Obtenção de dados

O formulário F2 (Apêndice C) foi preenchido a partir de informações colhidas na inspeção dos processos físicos nas varas de 9 (nove) unidades da federação, entre dezembro de 2017 e setembro de 2018, como detalhado na Tabela 53 (abaixo), sendo analisados, ao todo, 83 processos.

O formulário F3 (Apêndice D), que trata especificamente do perfil das vítimas e que será analisado na próxima seção, foi preenchido simultaneamente, conforme demonstram as datas constantes da tabela 53 (abaixo).

Tabela 53 – Distribuição de processos por UF

UF	DATAS	PROCESSOS	
		CONTAGEM	%
GO	11/12/2017 a 25/1/2018 e 13/2/2018 a 16/2/2018	25	30,1
SP	29/1/2018 a 5/2/2018	11	13,3
RJ	19/3/2018 a 21/3/2018 e 13/6/2018	9	10,8
PR	25/6/2018 a 30/6/2018	5	6,0
SC	30/6/2018 a 2/7/2018	6	7,2
PA	19/7/2018 a 20/7/2018	7	8,4

BA	7/8/2018 a 8/8/2018	7	8,4
PE	3/9/2018 a 9/9/2018	7	8,4
CE	12/9/2018 a 16/9/2018	6	7,2
Total		83	100,0

Fonte: Autor.

A Tabela 54 (abaixo) apresenta a quantidade de processos pesquisados por Seção Judiciária em cada Unidade da Federação e seus respectivos percentuais em relação ao total de processos de cada Estado.

Tabela 54 – Distribuição de processos por UF e Seção Judiciária

UF	Seção Judiciária	Contagem	Percentual
BA	02ª Vara	7	100,0
	Total	7	100,0
CE	04ª Vara	4	66,7
	12ª Vara	1	16,7
	32ª Vara	1	16,7
	Total	6	100,0
GO	05ª Vara	6	24,0
	11ª Vara	19	76,0
	Total	25	100,0
PA	03ª Vara	4	57,1
	04ª Vara	3	42,9
	Total	7	100,0
PE	04ª Vara	5	71,4
	36ª Vara	2	28,6
	Total	7	100,0
PR	05ª Vara	1	20,0
	12ª Vara	1	20,0
	13ª Vara	1	20,0
	14ª Vara	1	20,0
	23ª Vara	1	20,0
	Total	5	100,0
RJ	03ª Vara	2	22,2
	04ª Vara	3	33,3
	05ª Vara	1	11,1
	08ª Vara	3	33,3

	Total	9	100,0
SC	01ª Vara	2	33,3
	07ª Vara	4	66,7
	Total	6	100,0
SP	04ª Vara	10	90,9
	11ª Vara	1	9,1
	Total	11	100,0

Fonte: Autor.

Observa-se que, por critério estabelecido, durante a pesquisa de campo qualitativa, mesmo em relação às Seções Judiciárias justificadamente escolhidas, procurou-se colher dados de processos de Varas diferentes de um mesmo local, capazes de garantir uma amostragem diversificada, de forma a evidenciar eventual ocorrência de premissas condicionais e finalísticas diversas.

3.2.2 Divisão em fases

A análise da perspectiva das relações intra e interorganizacionais e suas premissas é melhor verificada se focada cada uma das fases (investigativa e processual) do fluxo de processos de tráfico de pessoas.

Primeiro, fizemos a análise dos dados obtidos na pesquisa qualitativa de campo em relação à fase policial e, posteriormente, em relação à fase judicial.

3.2.2.1 Análise dos dados obtidos na pesquisa qualitativa de campo (fase policial)

Uma “visita” aos inquéritos e ações penais disponíveis nas Varas selecionadas, de acordo com os critérios esclarecidos, permite um “raio X” do “modus operandi” de atuação da Polícia Federal no enfrentamento ao tráfico. Neste ponto são analisadas as fontes de informação que conduziram à abertura dos procedimentos investigatórios, os métodos de investigação utilizados (interceptação telefônica, quebra de sigilo telefônico e bancário), a realização ou não de perícia e, caso positivo, quais as mais utilizadas e se houve necessidade de proteção às vítimas em decorrência da existência de ameaças ou agressões dos aliciadores, o que interfere na tipificação do delito.

Um ponto importante da pesquisa a analisar neste ponto são as interações intraorganizacionais da polícia com suas subunidades que a compõem. Conforme se averiguará, vários atores com expertise própria participam do cenário de apuração: peritos criminais em suas mais diversas especialidades, setores de cooperação internacional e unidades da polícia de países de destino das vítimas, de forma a enlaçar um arranjo temporário para cada “operação” ou caso investigado.

Percebe-se que palavras trazidas de outros campos do saber assumem sentido próprio (código) para a organização em que inseridos. É o caso do termo “Operação”. O que é “Operação” na Polícia Federal? Qual sua relevância para essa organização investigativa? A marca da grande “Operação” muda a identidade da Polícia Federal ou a estilização decisória da Polícia Federal?

O sistema policial, com seus saberes e práticas, é operativamente fechado em si (ANDERSEN, 2003). Em se tratando de investigação de tráfico de pessoas, é possível afirmar que a Polícia Federal construiu metodologia própria de apuração dos delitos, a qual vai desde técnicas de vigilância, até a entrega vigiada de vítimas a outras países através de uma modalidade de cooperação internacional, chamada auxílio direto. Realizada a “Operação”, a Polícia Federal comunica sua decisão ao Judiciário Federal através de um relatório.

O termo “Operação” – comumente empregado às práticas de atos militares, em que expertos do campo da tática do estudo do “inimigo” e ataque, em uma posição beligerante, etc., se unem à realização de uma tarefa de alta precisão, conciliando conhecimento e prática – é estilizado pela Polícia Federal para remontar à ideia de que “especialistas” na arte da investigação com saberes próprios, realizam verdadeiro “ato de guerra” ao extraírem do corpo social algo que se equipara a um mal indesejado, compondo uma “introdução referencial com função encapsuladora” (SOUSA, 2015, p. 11; LIMA, 2013, p. 123).

O termo “Operação”, assim como o uso das “algemas”, é um termo simbolicamente generalizado (código), defendido pela Polícia Federal, e reutilizado por outras organizações, como o Judiciário, mesmo após o encerramento dos trabalhos policiais, com o relatório policial do inquérito. O significante “Operação”, termo apropriado de outra seara do conhecimento, e o termo “algemas”, são dotados de valor positivo (ANDERSEN, 2003) pela Polícia Federal: quando a mídia noticia que a Polícia Federal realizou uma “Operação”, há ilação de que houve trabalho, de que alguém foi detido mediante uma investigação; quando alguém é apresentado algemado, há um símbolo de trabalho e força da corporação policial; quando a Polícia Federal informa que instaurou investigação, há uma comunicação de uma

decisão importante no sentido de que os fatos serão seriamente apurados, impondo uma reflexão social.

A Tabela 55 (abaixo) informa o número de processos pesquisados que tiveram abertura de inquérito policial (IPL). Dos processos que possuíam essa informação, em 75 deles (91,5%) houve abertura de inquérito; houve comunicação de uma decisão investigativa por parte da Polícia Federal.

Tabela 55 – Distribuição de processos com abertura de IPL por Unidade da Federação (UF)

Abertura IPL	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (91,5%)
Não	-	1	6	-	-	-	-	-	-	7
Total	7	6	25	7	7	5	8	6	11	82 (8,5%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Tabela 56 (abaixo) apresenta o número de processos que tiveram abertura de Inquérito Policial (IPL) por tipo de abertura. No geral, 89,3% dos IPLs foram iniciados por portaria, o que representa a maioria. Somente 4 (quatro) processos em Goiás foram iniciados por flagrante, o que representa aproximadamente 21%. Em Santa Catarina, metade dos 6 (seis) casos foi portaria e a outra metade, flagrante; em São Paulo, houve apenas 1 (um) caso, representando 9% do total.

Os números sugerem atuação que é fruto da expertise policial. Investigações de tráfico internacional de pessoas são difíceis em razão da obtenção da prova porque a vítima não colabora; ela não se vê como vítima¹²⁷ (MPF, 2009).

Então, realizar um flagrante sem que a autoridade policial tenha outros elementos de prova, como interceptações, depoimentos e outros, colhidos no bojo de um inquérito, é quase inviável. Inquéritos sobre tráfico de pessoas baseados em flagrantes, sem outros meios antecedentes de prova, tendem ao fracasso na instrução processual, conforme autos dos

¹²⁷ “O traficante é visto pela vítima como um benfeitor, portanto, faz-se necessária a utilização de métodos investigativos que viabilizem a desnecessidade de utilização da vítima como testemunha no processo” (SALGADO, 2009, p. 8). O Procurador da República Daniel de Resende Salgado cunhou a expressão “Pacto Perverso” às restrições a que se submete a vítima voluntariamente no âmbito do tráfico de pessoas em razão de sua vulnerabilidade.

processos pesquisados: 10575-29.2010.4.01.3500 (TRF1, 2010), 14179-22.2015.4.01.3500 (TRF1, 2015), 10068-95.2005.4.03.6181 (TRF3, 2005).

Tabela 56 – Distribuição de processos por tipo de abertura de IPL por UF

Tipo de abertura	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Portaria	7	5	15	7	7	5	8	3	10	67 (89,3%)
Flagrante	-	-	4	-	-	-	-	3	1	8 (10,7%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Fonte de informação que motivou a abertura dos inquéritos policiais encontra-se na Tabela 57 (abaixo). As organizações, e aqui se inclui a Polícia Federal, manifestam-se às irritações externas, que são demandas que supõem decisão da organização em razão de algum evento indesejado, uma resposta ao entorno. No caso, a prática de um delito de tráfico de pessoas que desencadeia processo organizacional interno (MACHADO, 2014); a Polícia Federal, como organização, é instada a se movimentar internamente para atender, positiva ou negativamente, à demanda.

Em se tratando de tráfico internacional de pessoas, grande parte das demandas são provenientes de pessoas não identificadas como vítimas. Em relação às Seções Judiciárias visitadas, apenas o Rio de Janeiro não apresentou como origem das atividades de persecução investigativa a “notitia criminis” de pessoa não identificada como vítima.

Tabela 57 – Fonte de informação que motivou a abertura do IPL por UF

Fonte de informação	Contagem
BA	7
Ligue 180 - Secretaria Especial de Proteção da Mulher/Ministério da Justiça	1
Notícia crimis de pessoa identificada como vítima	3
Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima	3
CE	5

Investigação policial em outro procedimento (encontro fortuito de provas)	1
Notícia crime do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará	1
Notitia criminis de pessoa não identificada como vítima	3
GO	19
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	3
MPE	1
Não consta do inquérito	1
Notícia criminis de pessoa identificada como vítima	1
Notitia criminis anônima	2
Notitia criminis de pessoa não identificada como vítima	8
Pedido de cooperação jurídica internacional	1
Desmembramento do Inquérito 200635000060309.	1
Provas enviadas por cooperação jurídica internacional	1
PA	7
Notícia criminis de pessoa identificada como vítima	1
Notitia criminis de pessoa não identificada como vítima	6
PE	7
COAF	1
Notícia criminis de pessoa identificada como vítima	1
Notitia criminis anônima	1
Notitia criminis de pessoa não identificada como vítima	4
PR	5
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	3
Investigação da Polícia Civil iniciada em 03/12/2004	1
Notitia criminis anônima	1
RJ	8
Autoridade policial (corporação policial) estrangeira	2
Consulado do Brasil em Hong Kong (China)	1
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	3
Embaixada do Brasil em Laundê	1
Não consta do inquérito	1
SC	6
Atividade de rotina da PRF	1
Conselho Tutelar	1
Ex-esposo	1
Notitia criminis de pessoa não identificada como vítima	2
Operação de rotina PRF	1
SP	11
Autoridade policial (corporação policial) estrangeira	2
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	2
Notícia criminis de pessoa identificada como vítima	2
Notitia criminis anônima	2

Notitia criminis de pessoa não identificada como vítima	3
Total	75

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Considerando o total de inquéritos, sem discriminar a Unidade da Federação, temos, na Tabela 58 (abaixo), a distribuição de fontes de informação. Nesse caso, a “notitia criminis” de pessoa não identificada como vítima responde por 38,7% das ocorrências de irritação ao campo.

Tabela 58 – Fonte de informação que motivou a abertura do IPL

Fonte de informação	Contagem	%
Notitia criminis de pessoa não identificada como vítima	29	38,7
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	11	14,7
Notícia criminis de pessoa identificada como vítima	8	10,7
Notitia criminis anônima	6	8,0
Autoridade policial (corporação policial) estrangeira	4	5,3
Atividade de rotina da PRF	1	1,3
COAF	1	1,3
Conselho Tutelar	1	1,3
Consulado do Brasil em Hong Kong (China)	1	1,3
Embaixada do Brasil em Laundê	1	1,3
Ex-esposo	1	1,3
Investigação da Polícia Civil iniciada em 03/12/2004	1	1,3
Investigação policial em outro procedimento (encontro fortuito de provas)	1	1,3
Ligue 180 - Secretaria Especial de Proteção da Mulher/Ministério da Justiça	1	1,3
MPE	1	1,3
Notícia crime do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará	1	1,3
Operação de rotina PRF	1	1,3
Pedido de cooperação jurídica internacional	1	1,3
Desmembramento do Inquérito 200635000060309.	1	1,3
Provas enviadas por cooperação internacional	1	1,3
Não consta do inquérito	2	2,7
Total	75	100,0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Em 67,9% dos casos, o crime foi cometido por mais de um réu, conforme a Tabela 59 (abaixo).

Tabela 59 – Distribuição do número de IPLs por quantidade de réus

Mais de um réu	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	2	18	5	4	4	7	3	8	55 (67,9%)
Não	2	4	6	2	3	1	2	3	3	26 (32,1%)
Total	6	6	24	7	7	5	9	6	11	81 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Dos crimes cometidos por mais de um réu, em 45,5% dos casos houve caracterização de associação ou organização criminosa, conforme Tabela 60 (abaixo).

Tabela 60 – Distribuição do número de IPLs por existência de associação ou organização criminosa

Organização criminosa	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	7	5	-	2	4	-	5	25 (45,5%)
Não	3	1	11	-	4	2	3	3	3	30 (54,5%)
Total	4	2	18	5	4	4	7	3	8	55 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A última tabela (60), fruto de dados colhidos na pesquisa qualitativa, mostra uma característica marcante do delito de tráfico de pessoas: a associação ou a organização para a prática do delito. Os dados são um indício de que o enfrentamento deve partir de uma ampla cooperação policial e jurídica internacional, já que envolvem mais de um agente criminoso, baseado geralmente em países diversos, de captação e exploração.

3.2.2.1.1 Técnicas especiais de investigação: a quebra de sigilo bancário e telefônica são imprescindíveis em se tratando de tráfico de pessoas?

Detectou-se que houve interceptação telefônica em pouco mais de um quarto dos inquéritos (25,3%), como discriminado na Tabela 61 (abaixo). Nos processos no âmbito do Estado de Goiás, quando a prova era robusta, existia depoimentos contundentes e as vítimas eram encontradas na fase judicial para serem novamente ouvidas em virtude do princípio do contraditório, a prática na presidência das investigações demonstrou que condenações de associações criminosas voltadas à prática do tráfico são recorrentes com dispensa da interceptação, como ocorrido no caso ABRANTES DIAS.

Há registro de um caso no Ceará e em Goiás de interceptação telefônica sem que houvesse a abertura de inquérito. Há também um caso no Rio de Janeiro em que há informação sobre interceptação telefônica, mas sem indicação, nos autos de interceptação arquivados, se houve ou não abertura de inquérito. Esses três últimos casos não estão contemplados na Tabela 61 (abaixo).

Tabela 61 – Distribuição do número de IPLs em que houve interceptação telefônica

Interceptação telefônica	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	7	-	-	2	1	1	6	19 (25,3%)
Não	6	4	12	7	7	3	7	5	5	56 (74,7%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A quebra de sigilo bancário foi utilizada em pouco menos de um quarto dos casos (24%), conforme dados da Tabela 62 (abaixo). Observou-se um caso no Ceará, de quebra de sigilo bancário, sem abertura de inquérito, o qual não foi contemplado na Tabela 62.

Em geral, a quebra de sigilo bancário é indicada em caso de auferimento de somas extraordinárias com ocultação de valores, caracterizando lavagem de dinheiro, fato não observado nos inquéritos policiais durante a pesquisa de campo, exceto no caso FASSINI (Goiás) e MARGUERITA (Ceará).

Tabela 62 – Distribuição do número de IPLs em que houve quebra de sigilo bancário

Quebra de sigilo	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	3	1	7	-	1	2	1	-	3	18 (24,0%)
Não	4	4	12	7	6	3	7	6	8	57 (76,0%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

3.2.2.1.2 Organizações polifônicas e cooperação para o enfrentamento ao tráfico

Segundo Andersen (2003), organizações polifônicas são aquelas que estão “conectadas a vários sistemas de funções sem um sistema de funções primárias predefinido”¹²⁸.

As organizações possuem identidade própria, caracterizada pela presença de premissas decisórias, finalísticas, mitos (valores) e peculiar cultura organizacional (forma como que as organizações lidam com os processos decisórios), distinguindo-as das demais, e estão estruturadas com diversas funções internas, produzindo suas próprias decisões (autorreferentes) (SEIDL, 2005; MACHADO, 2014).

Para o cumprimento de sua tarefa, as organizações tendem a formar um campo organizacional associando-se àquelas que compartilham pautas de atuação semelhantes (MACHADO, 2014), muito embora a decisão do trabalho implique a distribuição de tarefas e fixação de metas de desempenho no interior de cada organização.

A distribuição de tarefas em uma organização pode dar origem a grupos especializados, com semânticas próprias, necessários ao desempenho do resultado de todo o grupo. É o que ocorre com os expertos criminais, que desenvolvem atividade com linguagem

¹²⁸ Tradução livre de: “An organization is polyphonic when it is connected to several function systems without a predefined primary function system” (ANDERSEN, 2003, p. 153).

própria, acoplada ao sistema jurídico penal (acoplamentos operacionais) através de informações com termos técnicos, chamados de laudos¹²⁹.

Não é somente em relação aos peritos criminais que se fala em organização polifônica para, assim, se referir à polícia; outros nichos permitem identifica-la na divisão de funções internas que a classificam como tal. É o caso, por exemplo, dos papiloscopistas, quando dão às suas informações o nome de “laudo”, em momento de aproximação dos expertos e, com isso, obter notabilidade pelo exercício de suas tarefas. É o caso também de determinadas unidades de repressão ao comércio de entorpecentes, que adquire expertise de investigação com recursos vindos de organizações externas de outros países, não compartilhadas com as demais subunidades.

Em regra, tanto o isomorfismo, quanto a polifonia emergem na pesquisa qualitativa nos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nos autos são recorrentes informações de arranjos temporários entre as organizações que viram o atingimento de seu objetivo, muitas vezes violando premissas condicionais (leis) de cada país.

Um exemplo é o Caso Fassini, investigação realizada pelo Brasil e Suíça, no qual a autoridade policial deliberou pela entrega vigiada de uma menor de 18 anos sem autorização judicial e em afronta à doutrina da proteção integral.

A atividades dos expertos, de acordo com sua especialidade, também aparece nos processos durante a pesquisa de campo como necessárias à obtenção de provas em meio de informática, por exemplo. Tudo isso passamos logo mais a explorar.

Quanto à solicitação de perícia na fase policial, a mesma foi requisitada em 28,4% dos casos pesquisados envolvendo tráfico de pessoas, conforme Tabela 63 (abaixo).

Tabela 63 – Distribuição do número de IPLs em que houve solicitação de perícia

Solicitação de perícia	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	1	7	2	1	-	-	1	5	21 (28,4%)
Não	3	4	11	5	6	5	8	5	6	53 (71,6%)
Total	7	5	18	7	7	5	8	6	11	74 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

¹²⁹ A existência de perícias põe em relevo a polifonia dos arranjos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; “uma organização é polifônica quando está conectada a vários sistemas de funções sem um sistema de funções primárias predefinido¹²⁹” (ANDERSEN, 2003, p. 153).

A Tabela 64 (abaixo) discrimina os tipos de perícia solicitados por Unidade da Federação. Uma análise da Tabela 64 permite concluir que nos crimes de enfrentamento ao tráfico de pessoas, as perícias mais solicitadas pelos investigadores são aquelas de informática.

Um contato com os inquéritos e ações penais nas diversas Varas das Seções Judiciárias do país permite justificar a escolha dessas perícias em razão da grande quantidade de dispositivos de informática e de celulares apreendidos durante o cumprimento dos mandados de busca expedidos na ocasião de deflagração das medidas de constrição judicial.

A existência de perícias põe em relevo a atuação dos arranjos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. A tabela 64 (abaixo) mostra os dados colhidos durante a pesquisa qualitativa acerca da existência de laudos periciais essenciais às investigações:

Tabela 64 – Distribuição do número de IPLs por tipo de perícia solicitada

Tipo de perícia solicitada	Contagem
BA	4
Documentoscópica (identidade falsa da menor)	1
Perícia de Informática	1
Perícia nos equipamentos celulares	2
CE	1
Perícia de informática, financeira e contábil	1
GO	7
Perícia criminal de armazenamento computacional	1
Perícia criminal em áudios de escuta ambiental e informática	1
Perícia de Informática	5
PA	2
Perícia em fita magnética (voz)	2
PE	1
Perícia de Informática	1
SC	1
Informática e papiloscópica	1
SP	5
Contábil	1
Perícia de Informática	4
Total	21

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Considerando o total de inquéritos, sem discriminar a UF, temos na Tabela 65 (abaixo) a distribuição de fontes de informação. As perícias em informática abrangem mais da metade das solicitações em matéria de processos pesquisados de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Tabela 65 – Distribuição do número de IPLs por tipo de perícia solicitada

Tipo de perícia solicitada	Contagem	%
Perícia de Informática	11	52,4
Perícia em fita magnética (voz)	2	9,5
Perícia nos equipamentos celulares	2	9,5
Contábil	1	4,8
Documentoscópica (identidade falsa da menor)	1	4,8
Informática e papiloscópica	1	4,8
Perícia criminal de armazenamento computacional	1	4,8
Perícia criminal em áudios de escuta ambiental e informática	1	4,8
Perícia de informática, financeira e contábil	1	4,8
Total	21	100,0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Houve pedido de cooperação internacional na fase policial em mais da metade dos casos (55,4%), como discriminado na Tabela 66 (abaixo), o que evidencia a importância dos arranjos temporários ligados aos pedidos de cooperação internacional durante as investigações.

Tabela 66 – Distribuição do número de investigações em que houve pedido de cooperação internacional

Pedido de cooperação	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	3	3	13	5	4	-	3	3	7	41 (55,4%)
Não	4	2	6	2	3	5	4	3	4	33 (44,6%)
Total	7	5	19	7	7	5	7	6	11	74 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Desses, o DRCI foi demandado em 43,9% dos casos em que houve pedido de cooperação internacional, como pode ser visto na Tabela 67 (abaixo).

Tabela 67 – Distribuição do número de vezes em que o DRCI foi demandado no pedido de cooperação

DRCI foi demandada	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	1	9	1	1	-	-		4	18 (43,9%)
Não	1	2	4	4	3	-	3	3	3	23 (56,1%)
Total	3	3	13	5	4	-	3	3	7	41 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A efetividade da cooperação internacional das medidas solicitadas a outros países também foi objeto de análise nos processos pesquisados durante a fase qualitativa. Para fins desta pesquisa, a efetividade deve ser considerada como a existência de informação no processo de origem a respeito do cumprimento de medida solicitada a outro país (citação, interrogatório, localização de vítimas, etc.).

O sentido de efetividade adotado não levou em consideração se a medida requerida obteve a finalidade almejada, porquanto fatores como a localização de vítimas para a sua oitiva, ou mesmo da pessoa a ser citada não se encontram sobre o total controle do país requerido. Nesse sentido, conquanto as autoridades tenham se esforçado e demonstrado o esforço para implementar a medida solicitada e, posteriormente, informado às medidas adotadas no processo de origem através dos canais de cooperação internacional, a efetividade foi considerada atendida.

Os processos da Seção Judiciária do Estado de Goiás foram aqueles em que a cooperação internacional melhor funcionou, com a efetividade de 10 (dez) pedidos. Em seguida, o Estado de São Paulo, em que todos os 7 (sete) pedidos de cooperação internacional foram atendidos. A pesquisa demonstra que, em relação às Seções Judiciárias do Ceará, Rio de Janeiro e Santa Catarina, há um prejuízo aos pedidos de cooperação internacional, pois mais de 50% das solicitações não são efetivas.

No total, 63,4% dos pedidos de cooperação internacional são efetivos (Tabela 68), ao menos com a realização de diligências pelo país de destino, o que mostra a medida do esforço para que os arranjos no enfrentamento ao tráfico operem. O percentual não é razoável se considerado o sentido de efetividade para a pesquisa, demonstrando que a governança e o entrosamento entre os grupos de perseguição criminal na origem e destino da medida podem ser melhorados.

Tabela 68 – Distribuição do número de vezes em que a cooperação internacional foi efetiva

Cooperação foi efetiva	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	1	10	-	4	-	1	1	7	26 (63,4%)
Não	1	2	3	5	-	-	2	2	-	15 (36,6%)
Total	3	3	13	5	4	-	3	3	7	41 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Tabela 69 (abaixo) especifica as diligências realizadas pela polícia de destino a pedido da autoridade policial no Brasil durante os processos de cooperação internacional.

Tabela 69 – Distribuição do tipo de diligência realizada pela polícia de destino a pedido da autoridade policial brasileira

Tipo de diligência realizada	Contagem
BA	2
Encaminhamento de cópia do procedimento investigativo realizado na Itália	1
Realização de "batida" policial na boate na Espanha; vítimas localizadas na boate	1
CE	1
Busca e apreensão na boate	1
GO	10
"Batida" em prostíbulos na Espanha e em Portugal	1
citação e interrogatório do acusado	1
Entrega vigiada de vítimas e busca e apreensão	1
Envio de depoimentos de testemunhas, troca de informações a respeito da situação de bens no Brasil	1

Localização de vítimas e compartilhamento de provas	1
Localização de vítimas, envio de depoimentos de vítimas	1
Obtenção de dados e-mail	1
Polícia Federal no Brasil ouviu vítimas a pedido do Juiz de Instrução do Cantão de Fribourg, na Suíça	1
Realização de controle em boates coordenadas pelo investigado	1
Não informado	1
PE	4
Diligências realizada pela INTERPOL, localizando e ouvindo a vítima Joyce	1
Informação do histórico criminal do investigado e tradução das mensagens de telefone contidas no aparelho apreendido	1
Interpol verificar atividade suspeita em endereço	1
Oitiva de vítima	1
RJ	1
Identificar aliciadores proprietários de boates	1
SC	1
Interpol realizou confirmação a respeito do possível aliciador	1
SP	7
As diligências foram para a oitiva de testemunhas, a pedido da autoridade judicial	1
Citação de réus	1
Citação dos réus	1
Fiscalizações nas boates	1
Localização da vítima em solo estrangeiro	1
Localização de vítimas	1
Pedido de localização do investigado	1
Total geral	26

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Houve envio de policiais federais brasileiros ao país de destino das vítimas para atuarem como observadores no dia do cumprimento dos mandados de busca e/ou prisão no exterior em virtude de investigação em cooperação, o que interessava às autoridades policiais brasileiras e às do país de destino das vítimas, em 4 (quatro) casos, todos da Seção Judiciária do Estado de Goiás. Houve o recebimento de policiais de outros países para atuarem no Brasil em investigação conjunta na condição de observadores em somente 3 (três) casos de investigações, também no Estado de Goiás.

O envio de policiais na condição de observadores, em medidas de cooperação internacional, é uma tática para reforçar a governança em redes. A presença física de

representantes dos atores que cooperam no plano internacional aumenta a confiabilidade entre as organizações dos países, além de agilizar o canal de informações e tornar mais efetivas as medidas solicitadas, pois, diante da presença desses policiais, as organizações que os acolhem sentem-se incentivadas em efetivar as diligências contidas nos pedidos de cooperação internacional.

3.2.2.1.3 O tempo na investigação: dilações de prazo e a alteração de presidência

No momento da realização da pesquisa de campo em São Paulo, constatou-se ponto incomum nos inquéritos e ações penais envolvendo o tráfico internacional de pessoas, que não era participado nos procedimentos no Estado de Goiás, local em que teve início a pesquisa de campo qualitativa: as inúmeras ocorrências de solicitação de dilação de prazo nas investigações e a variação considerável de autoridades policiais encarregadas dos inquéritos.

O questionário de Fluxo de Justiça F2 (Apêndice C) foi alterado ainda em São Paulo, por solicitação ao assistente estatístico contratado, para abertura de campo no formulário de preenchimento que permitisse contabilizar o número de dilações e as respectivas alterações de presidência (redistribuições) dos inquéritos.

Dessa forma, para os 22 primeiros processos de Goiás, cujas informações foram coletadas entre 11/12/2017 e 25/1/2018, não foram levadas informações relativas à quantidade de vezes em que houve a dilação de prazo, nem quantas vezes houve mudança de presidência no inquérito. Para um processo de São Paulo, não foi possível determinar o número de vezes que houve pedido de dilação de prazo pelo fato de os autos encontrarem-se conclusos.

Houve pedido de dilação do prazo para a conclusão do IPL em praticamente 80% dos inquéritos policiais (79,7%), conforme dados da Tabela 70 (abaixo).

Tabela 70 – Distribuição do número de IPLs por pedido de dilação de prazo

Dilação de prazo	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	5	4	15	5	7	4	6	3	10	59 (79,7%)
Não	2	1	4	2	-	-	2	3	1	15 (20,3%)
Total	7	5	19	7	7	4	8	6	11	74 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A distribuição da quantidade de vezes em que houve pedido de dilação de prazo encontra-se na Tabela 71 (abaixo). Observa-se que, para o Estado de São Paulo, há dois casos com 17 (dezessete) pedidos de dilação de prazo das investigações.

Tabela 71 – Distribuição do número de vezes em que houve pedido de dilação de prazo

Quantidade de vezes	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
1	1	1	-	1	1	1	-	1	-	6
2	-	-	-	-	1	-	1	1	-	3
3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
4	-	-	1	-	2	-	-	-	1	4
5	1	-	1	-	1	1	-	-	1	5
6	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
7	1	1	-	-	-	-	1	-	-	3
8	1	-	-	-	-	1	1	-	-	3
9	1	-	-	2	-	1	1	-	-	5
10	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
11	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
12	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
13	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
14	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
17	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
18	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
19	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	5	4	3	5	7	4	6	3	5	42

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Dos 41 processos em que houve pedido de dilação de prazo e informação sobre mudança de presidência do inquérito, em somente 6 (seis) deles (14,6%) não houve mudança de presidência. Em 35 (trinta e cinco) dos casos (85,4%) houve troca de presidência. A quantidade de vezes em que isso ocorreu está relacionada na Tabela 72 (abaixo).

Tabela 72 – Distribuição do número de vezes em que houve mudança de presidência do inquérito

Quantidade de vezes	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
0	-	3		1	1			1		6
1	-	-			2					2
2	-	-	2		1			2		5
3	2	-		1		1				4
4	1	-			1	1				3
5	1	-	1						1	3
6	1	-		2			1		1	5
7	-	-							1	1
9	-	-			1					1
10	-	-		1			2			3
11	-	1								1
12	-	-				1				1
13	-	-					1			1
15	-	-					1			1
16	-	-							1	1
17	-	-							1	1
18	-	-			1				1	2
22	-	-					1			1
Total	5	4	3	5	7	3	6	3	6	42

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Observa-se que, para o Estado de São Paulo, além do considerável número de pedidos de dilação de prazo para a conclusão das investigações, há sucessivas intercorrências de mudança de presidência das investigações.

A morosidade para a conclusão dos trabalhos investigativos em São Paulo pode resultar tanto do volume de trabalho, quanto da organização do sistema de justiça, ou, ainda, ser o resultado da atuação direta dos atores; nesse último caso, intencionalmente ou não (FERREIRA; PEDROSO, 1997).

A Justiça Federal da capital paulista merece especial atenção: pesquisas anteriores no campo dos crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro já demonstraram o baixo

índice de denúncias em relação aos procedimentos instaurados (CODO; MACHADO; CORDEIRO, 2017)¹³⁰.

No caso específico da pesquisa de tráfico de pessoas, a morosidade aparenta estar ligada a uma desorganização do sistema, envolvendo a polícia judiciária no Estado de São Paulo, em decorrência das grandes alternâncias de autoridades responsáveis pela condução dos procedimentos investigativos.

A mudança de linha da presidência implica alteração de linha investigativa, prejudicando a cadeia de obtenção dos elementos de informação. Por outro lado, as sucessivas dilações de prazo do inquérito prejudicam a elucidação dos fatos, senão em virtude de seu esquecimento, também em virtude da dificuldade de localização das vítimas em razão da revitimização e também de sua constante mudança de residência. A carência de vítimas testemunhas é objeto de estatística do item seguinte.

3.2.2.1.4 Um olhar estatístico sobre as vítimas

O número de vítimas ouvidas na fase policial encontra-se na Tabela 73 (abaixo). Nota-se que, em mais de um quarto dos casos (25,7%), nenhuma vítima foi ouvida. O contato dos autos dos inquéritos em campo permitiu nos aferir que a ausência de oitiva de vítimas não se deu em virtude de inação da autoridade policial.

Em sua grande parte, os esforços lançados à oitiva das pessoas traficadas para fins de exploração sexual são inócuos, não as localizando, em decorrência de dificuldades financeiras das próprias vítimas, o que as faz migrar em busca de trabalho, ou por já exercerem a prostituição e, nesse último caso, partir em busca de regiões em que o trabalho seja mais bem remunerado.

Tabela 73 – Distribuição do número de vítimas ouvidas na fase policial

Número de vítimas	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
0	1	4	3	1	3	3	1	1	2	19 (25,7%)
1	4	-	9	1	3	1	3	5	3	29

¹³⁰ “Outros, como São Paulo (8,13%), Acre (5,88%) e Roraima (2,56%), apresentam o menor número de denúncias no ano da pesquisa” (COSTA, MACHADO, ZACKSESKI, 2016a, p. 215). “[...] Em relação ao crime de lavagem de dinheiro, do total de 134 inquéritos concluídos, foram oferecidas 11 denúncias em São Paulo (8,21%)” (COSTA, MACHADO, ZACKSESKI, 2016a, p. 219-220).

										(39,2%)
2	2	-	2	3	1	-	4	-	1	13 (17,6%)
3	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2 (2,7%)
4	-	-	1	-	-	-	-	-	3	4 (5,4%)
5	-	-		2	-	-	-	-	1	3 (4,1%)
8	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2 (2,7%)
Mais de 10	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2 (2,7%)
Total	7	5	19	7	7	4	8	6	11	74 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Houve, por parte da vítima, solicitação de deferimento de serviço de proteção a testemunhas em 3 (três) casos de Goiás e 1 (um) caso de Santa Catarina. Em dois casos de Goiás foram explicitadas as proteções solicitadas: a) proteção da Polícia Federal para um caso; b) residência, alimentação e demais necessidades básicas para outro. Em Santa Catarina foi solicitado atendimento psiquiátrico, psicológico e médico. Em todos os casos houve deferimento dos pedidos.

Em três casos do Rio de Janeiro houve deferimento de serviço de proteção em outro país, sendo, em um caso, a permanência por 14 dias em Hong Kong e, em outros dois casos, a repatriação para o Brasil.

3.2.2.2 Análise dos dados obtidos na pesquisa qualitativa de campo (fase processual)

A pesquisa qualitativa realizada sobre o fluxo da fase judicial dos processos de tráfico internacional de pessoas nas Varas Federais das Seções Judiciárias selecionadas cotejou a correlação entre inquérito e existência de denúncia, e a correlação entre a existência desta última e a existência de sentença.

Pretendeu-se observar as interações entre Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário Federal, e como impactam em suas decisões. O percentual entre denúncias e

sentenças condenatórias permite aferir, por exemplo, diferentes premissas organizacionais que orientam as decisões.

A localização de vítimas e as respostas aos pedidos de cooperação internacional são peças importantes do “jogo” de interação sistêmica e podem fornecer respostas em como se organizam os atores no processo de enfrentamento ao tráfico. As causas de arquivamento foram anotadas durante a pesquisa e são analisadas de maneira a fornecer elementos a uma política pública mais efetiva para o Estado, de forma a estimular seus agentes a corrigir os pontos deficientes na implementação efetiva dos programas finalísticos, principalmente no que pertine aos Tratados de controle ao crime de pessoas.

A influência de medidas, como a quebra de sigilo bancário e interceptação, são confrontadas com o resultado da apuração dos processos, de forma a responder se tais medidas estão de fato ligadas à existência de condenações no enfrentamento ao tráfico.

Como percebemos, já durante a coleta de dados para a análise estatística, na fase quantitativa, grande quantidade de pedidos de dilação de prazo nos inquéritos estavam ligados à inefetividade da ação penal. Procurou-se analisar a correlação entre prorrogação das investigações e sentença penal condenatória.

3.2.2.2.1 Relações entre inquérito, denúncia e sentença penal

Na sequência de um processo decisório, o relatório da autoridade policial comunica ao Membro do Ministério Público que, por sua vez, substitui a decisão anterior da autoridade policial com outra comunicação: a denúncia. Esta última, a seu turno, ao ter comunicado um fato ilícito, aguarda do Judiciário Federal uma comunicação através de uma decisão, seja o recebimento ou a rejeição.

Houve denúncia em 60,0% dos casos em que houve abertura de inquérito, conforme a Tabela 74 (abaixo).

Tabela 74 – Distribuição do número de processos em que houve abertura de inquérito por existência de denúncia

Existência de denúncia	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	6	1	14	7	2	3	3	3	6	45 (60,0%)
Não	1	4	5	-	5	2	5	3	5	30 (40,0%)

Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)
-------	---	---	----	---	---	---	---	---	----	----------------

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Em pouco mais de um quarto dos casos pesquisados (26,7%) houve sentença penal condenatória, o que demonstra a baixa efetividade dos processos. A maior parte das sentenças penais condenatórias ocorreu em processos do Estado de Goiás (vide Tabela 75 abaixo).

Tabela 75 – Distribuição do número de processos pela existência de sentença penal condenatória

Sentença condenatória	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	5	4	1	1	1	2	4	20 (26,7%)
Não	1	5	20	2	6	4	7	3	7	55 (73,3%)
Total	2	6	25	6	7	5	8	5	11	75 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Os dados coletados permitiram a elaboração de estatística entre “o que diz a polícia” e o “que diz o Judiciário Federal”. Assim, indaga-se: a forma pela qual se comunicam são conflitantes? Há disparidades?

Dos 75 (setenta e cinco) inquéritos pesquisados nessa fase em campo, 68 têm sentença (90,7%), como consta da Tabela 76 (abaixo). Destes, apenas 20 (vinte), ou 29,4%, resultaram em sentença penal condenatória, conforme Tabela 77 (seguinte). Os dados mostram que há alto percentual de divergência entre Ministério Público, que oferece a denúncia, e o Judiciário Federal.

Tabela 76 – Informação sobre a existência de sentença penal

Informação sentença	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	5	19	6	7	5	8	5	11	68 (90,7%)
Não	5	-	-	1	-	-	-	1	-	7

										(9,3%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Tabela 77 – Distribuição do número de processos pela existência de sentença penal condenatória

Sentença condenatória	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	5	4	1	1	1	2	4	20 (29,4%)
Não	1	4	14	2	6	4	7	3	7	48 (70,6%)
Total	2	5	19	6	7	5	8	5	11	68 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Em 2014, a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) elaborou o Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (dados de 2013)¹³¹. Observa-se que a maioria dos casos de tráfico abrange a modalidade tráfico internacional para fins de exploração sexual (134 casos, correspondendo a 39,41%), seguida daquela para fins de exploração sexual interno (86 casos, correspondendo a 25,29%). No relatório, o Estado de Goiás, ainda que com o decréscimo do número de denúncias (apenas 5) em relação ao primeiro colado – São Paulo (7 denúncias) – prossegue na frente com número de 3 (três) ações penais, em face do Estado de São Paulo, o qual possui somente 2 (duas) para o mesmo período (BRASIL, 2014).

A pesquisa de campo realizada nesta tese aponta a diferença encontrada no relatório da SNJ em 2014. Observamos que o Estado de Goiás aparece com 14 (quatorze) denúncias e, portanto, à frente do Estado de São Paulo, com 6 (seis) denúncias; o Estado que mais se aproxima de Goiás é o Pará, com 7 (sete) denúncias (vide Tabela 74 acima).

¹³¹ O Relatório compila dados da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (DAC/MRE), do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), dos dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (VIVA/SINAN), do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (DPSE/SNAS/MDS), da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/TEM) e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), além de outros.

Em relação à existência de sentença (efetividade), observa-se que o Estado de Goiás segue na frente com 19 (dezenove) sentenças; o Estado de São Paulo fica em segundo, com 11 (onze) sentenças. Dessas sentenças, o Judiciário Federal de Goiás foi o que mais condenou, com 5 (cinco) condenações seguidas de 4 (quatro) condenações no Judiciário Federal de São Paulo.

Embora não haja número expressivo de sentenças condenatórias, que ocorre em apenas 29,4% dos casos, os processos têm sido efetivos com 90,7% de sentenças, ou seja, o acoplamento entre inquérito e sentença é significativo, pois mais de 90% dos casos estão sendo esclarecidos.

É possível confrontar o resultado dessa parte da pesquisa qualitativa de campo com outra, realizada no ano de 2016 pelo Departamento de Polícia Federal. Este elaborou o relatório de “Atuação do Departamento de Polícia Federal no combate aos crimes violadores dos direitos humanos” realizado a partir de informações do Sistema Nacional de Procedimentos (SINPRO) e do Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC). Foram mostrados os dados estatísticos relativos aos crimes violadores dos Direitos Humanos combatidos pela Polícia Federal no Brasil, com pesquisa dos procedimentos indicando os indiciamentos realizados entre 2005 e 2015 e, também, todos os procedimentos instaurados entre os anos de 2005 e 2015 (BRASIL, 2016).

O relatório citado anteriormente concluiu que o número de procedimentos investigativos e também de indiciamentos atingiu o ápice em 2005 para, então, gradualmente, diminuir paulatinamente até 2015. Quanto aos indiciados, a maior parte dos autores possuem idade entre 28 a 32 anos, correspondendo a 21, 22% do total de indiciados. Em relação ao número de inquéritos, apontou que Goiás possuiu, no período analisado de 2005 a 2015, o maior número de casos investigados: 116, seguido do segundo maior colocado, São Paulo, com 106 casos.

Entretanto, quando se observa o número de indiciamentos, algo curioso ocorre: Goiás possui o maior número de indiciados, 98 pessoas, o que é compreensível em razão do número de procedimentos investigativos. Porém, São Paulo, que deveria corresponder à segunda colocação em número de indiciamentos, é superado por Minas Gerais, que possui 48 pessoas nessa condição, o que demonstra que boa parte dos procedimentos investigativos paulistanos instaurados não logram êxito quanto à autoria delitiva (BRASIL, 2016).

A pesquisa realizada nessa data supre uma lacuna em relação a outras, como a realizada por Sacco (2006), em que 18% (dezoito por cento) dos entrevistados informaram que aproximadamente todos os casos investigados resultaram em indiciamento, ao lado de 1%

(um por cento) dos entrevistados que informaram que nenhum caso resultava em indiciamento; 54% (cinquenta e quatro por cento) dos entrevistados não responderam. Como se observa, a pesquisa estava calcada em aspectos subjetivos, expressando uma visão dos entrevistados e que pode não corresponder à realidade.

3.2.2.2.2 Motivações de arquivamento

A fim de explicitar, de acordo com o manuseio dos processos judiciais pesquisados, a motivação do arquivamento e a causa da extinção da punibilidade, passou-se à realização dessa parte estatística.

Os dados obtidos, crê-se, servirão ao direcionamento de ações para aprimorar o sistema de justiça criminal, na medida que identifica fragilidades que causaram ruídos indesejáveis à apuração correta dos fatos.

A Tabela 78 (abaixo) apresenta o número de processos por razão de arquivamento em cada Seção Judiciária. Como para cada processo pode haver mais de uma razão para arquivamento, não se computou o total para cada Seção Judiciária. Pelo mesmo motivo, os percentuais relativos aos totais por razão do arquivamento são todos calculados em relação ao total de processos pesquisados, que é de 83 (oitenta e três).

A carência de provas aparece como elemento de maior entrave à elucidação dos delitos de tráfico de pessoas, a qual advém tanto da falta de expertise dos Delegados de Polícia encarregados das oitivas das investigações, quanto da dificuldade de localização das vítimas durante a fase judicial, muitas vezes ocasionada pela ausência de articulação entre Judiciário e a Polícia Federal para o “convite” e escolta de testemunhas às audiências de instrução e julgamento.

Tabela 78 – Distribuição do número de processos por razão do arquivamento

Razão do arquivamento	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Atipicidade	-	-	3	-	1	-	-	1	1	6 (7,2%)
Falta de Provas	1	4	12	-	5	3	4	2	4	35 (42,2%)
Extinção de punibilidade	-	-	4	2	-	-	2	-	4	12 (14,5%)
Outros	3	1	5	3	-	1	-	-	-	13

										(15,7%)
Não Informado	3	1	4	2	1	1	3	3	2	20 (24,1%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

As razões dos arquivamentos, agora por Unidade Federativa, permitem melhor visualizar e compreender a dimensão fática da questão (Tabela 79, abaixo); o arquivamento pela ausência de provas é substancialmente superior aos demais casos.

Tabela 79 – Distribuição do número de processos pela razão do arquivamento

Razão do arquivamento	Contagem
BA	6
Ausência de provas	1
Processo suspenso (CPP, art. 366); citação da ré por edital	1
Processo suspenso (CPP, art. 366). Réu não encontrado	1
Não informado	3
CE	5
Ausência de provas	4
Não informado	1
GO	25
Absolvição	1
Ausência de crime (ATIPICIDADE)	1
Ausência de crime (ATIPICIDADE), Ausência de provas	1
Ausência de crime (ATIPICIDADE), Causa de extinção de punibilidade, dúvida sobre a existência do crime	1
Ausência de provas	10
Ausência de provas, Causa de extinção de punibilidade	1
Causa de extinção de punibilidade	1
Causa de extinção de punibilidade, houve extinção da punibilidade em relação a um réu quanto ao tráfico de Pessoas e prescrição em relação a todos quanto ao crime de associação criminosa	1
Iter criminis somente em ato preparatório	1
Prescrição do processo suspensa em razão de não localização da denunciada. Código de Processo Penal, art. 366	1
PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO A FORMAÇÃO DE QUADRILHA E COISA JULGADA EM RELAÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS	1
Sentença absolutória de acordo com as seguintes causas: a) existência de litispendência; b) inépcia da denúncia; c) insuficiência de provas para a condenação; d) inexistência de prova de	1

que os réus concorreram para a infração penal	
Não informado	4
PA	4
Causa de extinção de punibilidade	2
Não informado	2
PE	7
Ausência de crime (ATIPICIDADE)	1
Ausência de provas	5
Não informado	1
PR	5
Ausência de provas	3
Falta de interesse de agir (CPP, art. 395, II)	1
Não informado	1

(conclusão)

Razão do arquivamento	Contagem
RJ	9
Ausência de provas	2
Ausência de provas, as vítimas não foram localizadas para oitiva (somente uma, que disse não ter sido aliciada)	1
Ausência de provas, Falta de indícios de autoria	1
Causa de extinção de punibilidade	2
Não informado	3
SC	6
Ausência de crime (ATIPICIDADE)	1
Ausência de provas	2
Não informado	3
SP	11
Ausência de crime (ATIPICIDADE)	1
Ausência de provas	2
Ausência de provas, ausência de indícios de autoria	1
Ausência de provas, não localização da vítima na fase inquisitorial para reinquirição	1
Causa de extinção de punibilidade	3
Causa de extinção de punibilidade, extinção da punibilidade pela abolitio criminis antes da instrução processual	1
Não informado	2
Total	78

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

O I Diagnóstico Sobre o Tráfico de Seres Humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará, feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), em que foram analisados 14 inquéritos da Polícia Federal e 22 processos da Justiça Federal em andamento entre 2000 e 2003 (COLARES, 2004), identificou dados importantes como: a) em apenas 30,56% dos casos o conhecimento das atividades foi por meio de investigação policial¹³² ou realização de flagrante; b) apenas 2% dos processos estavam julgados, atribuindo-se tal fato, entre outros, à falta de provas.

Uma comparação entre a pesquisa de Colares (2004) e a realizada nesta tese demonstra que a ausência de provas, tanto em uma, quanto em outra, é um óbice importante a ser trabalhado pelos atores envolvidos no enfrentamento ao tráfico.

A ocorrência de extinção da punibilidade por decisão judicial, quando declarada nos autos, foi objeto de observação, visando apurar como se comporta o sistema de justiça criminal em relação às interações entre as premissas condicionais (código penal) e as premissas finalísticas (decisões) na Justiça Federal. A prescrição ocupa a maioria dos casos de extinção da punibilidade, conforme Tabela 80 (abaixo).

Tabela 80 – Distribuição do número de processos por tipo de extinção da punibilidade

Causas da extinção de punibilidade	Contagem
BA	1
Prescrição do crime de associação criminosa (CP, art. 288). Processo continua suspenso em relação ao tipo do CP, art. 231.	1
GO	8
Cumprimento das condições avençadas (Lei 9.009/95, art. 89, § 5º)	1
Em relação a uma das rés, houve extinção da punibilidade pelo cumprimento das medidas alternativas impostas em decorrência da suspensão condicional do processo	1
Prescrição	3
Prescrição em relação a formação de quadrilha e coisa julgada em relação ao tráfico de pessoas	1
PA	2

¹³² Pesquisa recente traz importante achado frente à racionalidade formal da política de enfrentamento ao tráfico, iniciada com a Lei Argentina 26364/2008, que mostrou uma tendência constante: de acordo com as classificação estabelecida para a pesquisa em relação à condição do autor(a) do crime de tráfico de pessoas “imputada, processada ou condenada, em todos eles existe uma representação feminina que varia entre 30% e 40%; e ainda mais” (TARANTINO, 2019, p. 17), que há um altíssimo percentual de criminalização de mulheres em relação ao homens envolvidos nos delitos de tráfico de pessoas; há, segundo a pesquisadora, uma inversão das políticas públicas na Argentina, que se propõe a proteger as mulheres (TARANTINO, 2019).

INDULTO PLENO	1
Prescrição.	1
PR	2
Prescrição	1
Não informado	1
RJ	4
O STJ, em grau de recurso, declarou a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva entre a sentença e o julgamento do Recurso Especial	1
Processo ainda em trâmite	1
Prescrição da pretensão punitiva e prescrição em perspectiva	1
Prescrição retroativa da pretensão punitiva	1
SP	6
abolitio criminis	3
Houve abolitio criminis em decorrência da alteração legislativa inserida no CP, art. 149-A	1
Prescrição em relação ao CP, art. 288 (associação criminosa) e abolitio criminis em relação ao tráfico internacional de pessoas (CP, art. 231)	1
Prescrição em relação aos que foram condenados, declarada logo após a sentença condenatória	1
Total	21

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A pesquisa sugere que o elevado grau de rotatividade dos inquéritos versando sobre o tráfico de pessoas e a contínua dilação de prazos praticadas no curso das investigações podem estar ligados à prescrição como causa da extinção da punibilidade em decorrência da elevação do lapso temporal necessário à conclusão, merecendo atenção dos atores envolvidos na persecução penal, de forma a auxiliar no esclarecimento das práticas criminosas.

Os delegados de polícia entrevistados apontam a falta de apoio como causa do retardamento das investigações: “Não há equipe para ajudar a autoridade policial” (DPF3, SP, escrita).

Aliada à sobrecarga de trabalho, os delegados apontam que a ausência de especialização necessária ao enfrentamento ao tráfico também prejudica o andamento do trabalho e dizem que é necessário treinamento: “Treinamento, porque o pessoal ainda não tem Know how; pessoal precisa ter um treinamento porque o nosso pessoal recebe essas investigações e fica perdido” (DPF4, CE, oral).

Os dados obtidos matematicamente conjugados com as entrevistas de campo sugerem uma análise conjunta de ambos para um resultado satisfatório às causas das prescrições nas investigações por tráfico de pessoas, não se podendo imputar a perda de objeto à total

leniência das autoridades policiais, que sofrem os efeitos indesejados da falta de estrutura humana e de treinamento do entorno.

3.2.2.2.3 A correlação investigação/condenação

A pesquisa de campo qualitativa baseada na análise documental dos inquéritos policiais permitiu aferir a interação dos métodos de investigação e impactos no resultado dos processos. Como a investigação interfere no processo judicial? Esse questionamento foi respondido estatisticamente pela análise das ocorrências de interceptação telefônica, quebra de sigilo bancário e também dos pedidos de dilação de prazo pela autoridade policial durante as investigações.

Dentre os 75 (setenta e cinco) inquéritos pesquisados, 68 têm sentença (90,7%), como consta na Tabela 81 (abaixo). Desses, 20 (vinte), ou 29,4%, resultaram em sentença penal condenatória (Tabela 82).

Tabela 81 – Informação sobre a existência de sentença penal condenatória

Informação sentença	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	5	19	6	7	5	8	5	11	68 (90,7%)
Não	5	-	-	1	-	-	-	1	-	7 (9,3%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Tabela 82 – Distribuição do número de processos pela existência de sentença penal condenatória

Sentença condenatória	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	5	4	1	1	1	2	4	20 (29,4%)
Não	1	4	14	2	6	4	7	3	7	48 (70,6%)
Total	2	5	19	6	7	5	8	5	11	68 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Foi realizado cruzamento da variável existência de sentença penal condenatória com as variáveis existência de interceptação telefônica, quebra de sigilo bancário e pedido de dilação de prazo durante as investigações. Em relação aos dois primeiros cruzamentos, não se observou associação¹³³ entre o fato de haver interceptação telefônica ou quebra de sigilo bancário com o tipo de sentença, como pode ser observado nas tabelas 83 (abaixo) e 84 (seguinte).

Nos casos averiguados na pesquisa de campo em que houve utilização de interceptação telefônica, apenas 6 (seis) casos, representando 33,3% do total, obtiveram sentença penal condenatória, e os outros 12 (doze) casos, representando 66,7% do total, desaguaram em absolvição. Nos casos em que a interceptação telefônica não foi utilizada, obteve-se 14 (quatorze) condenações, representando 28% do total em condenações, e 36 (trinta) e seis absolvições, representando 72% do total, desaguaram em absolvição.

A leitura dos números leva à conclusão de que, mesmo sem a utilização de interceptação telefônica, há condenações nas investigações de enfrentamento ao tráfico de pessoas; é dizer, a realização de interceptação e a quebra de sigilo bancário não são “conditio sine qua non” para uma condenação penal efetiva.

Tabela 83 – Distribuição do número de processos pela existência de interceptação telefônica e sentença penal condenatória

Interceptação telefônica	Sentença penal condenatória		
	Sim	Não	Total
Sim	6 (33,3%)	12 (66,7%)	18 (100,0%)
Não	14 (28,0%)	36 (72,0%)	50 (100,0%)
Total	20 (29,4%)	48 (70,6%)	68 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Entretanto, não é possível uma afirmação, sem a manifestação direcionada dos atores envolvidos na persecução, se naqueles 6 (seis) casos em que a interceptação foi utilizada, e

¹³³ Valor-p = 0,9012 e 0,6183 para o teste do Qui-quadrado, respectivamente, para os cruzamentos citados.

nos quais houve sentença penal condenatória, o êxito teria sido possível sem a utilização da referida técnica de investigação.

Os números são uma evidência de que o emprego da interceptação telefônica deve guardar correlação com o caso concreto. Utilizar frequentemente a técnica em todos os casos é banalizar o meio extraordinário de investigação, mas deixar de usá-la, a pretexto de que o resultado da análise de fluxo nessa pesquisa informa, em números, sua pouca relação com um processo efetivo, seria interpretar puramente os dados sem levar em consideração o campo de cada investigação (PIRES, 2004).

Realizamos o cruzamento de dados dos processos levando em consideração a quebra de sigilo bancário e a existência de sentença penal condenatória, e obtivemos resultados aproximados com aqueles do cruzamento anterior. Nos 16 (dezesesseis) casos em que houve quebra de sigilo bancário, apenas 6 (seis) resultaram em sentença penal condenatória e outros 10 (dez), em absolvição; em 52 (cinquenta e dois) casos em que não houve quebra de sigilo bancário, ocorreram 14 (quatorze) condenações e 38 (trinta e oito) absolvições.

Tabela 84 – Distribuição do número de processos pela existência de quebra de sigilo bancário e sentença penal condenatória

Quebra de sigilo bancário	Sentença penal condenatória		
	Sim	Não	Total
Sim	6 (37,5%)	10 (62,5%)	16 (100,0%)
Não	14 (26,9%)	38 (73,1%)	52 (100,0%)
Total	20 (29,4%)	48 (70,6%)	68 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

As conclusões em relação ao uso da interceptação telefônica nos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas podem ser utilizadas também quanto ao uso da quebra de sigilo bancário nos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Já ao se cruzar a existência de pedido de dilação de prazo com o tipo de sentença, percebe-se claramente, ao se inspecionar a Tabela 85 (abaixo), que a proporção de sentenças

absolutórias (não condenatória) é substancialmente maior¹³⁴ quando há pedido de dilação de prazo. Está-se diante de um dos grandes “achados” desta pesquisa: o lapso do curso das investigações é substancialmente relevante ao resultado final do fluxo de justiça.

Tabela 85 – Distribuição do número de processos pela existência de pedido de dilação de prazo e sentença penal condenatória

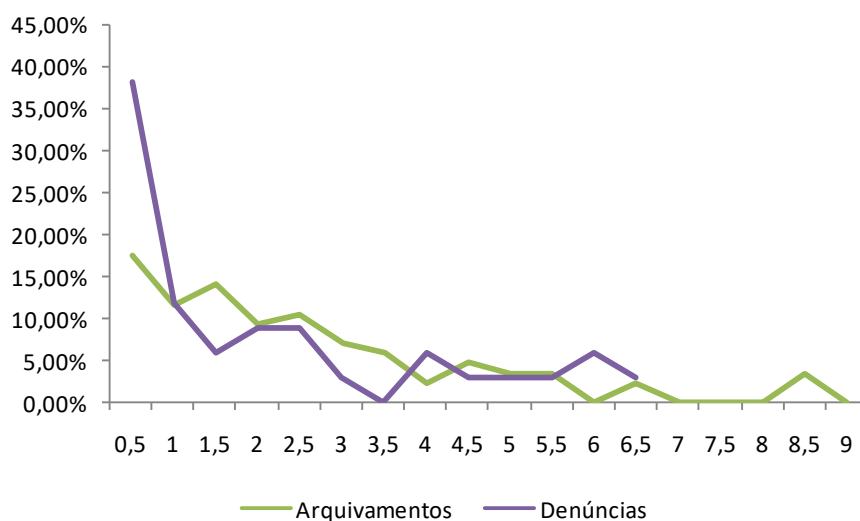
Pedido de dilação de prazo	Sentença penal condenatória		
	Sim	Não	Total
Sim	12 (21,8%)	43 (78,2%)	55 (100,0%)
Não	7 (58,3%)	5 (41,7%)	12 (100,0%)
Total	19 (28,4%)	48 (71,6%)	67 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Esse “achado” da pesquisa, posto em correlação com os dados do Sistema Único do Ministério Público Federal (MPF), anteriormente analisado, vai ao encontro do resultado de sua análise: utilizando-se de escala semestral, calculou-se o percentual de inquéritos que resultaram em denúncia ou arquivamento em cada período e construiu-se o gráfico da Figura 32. Nota-se, claramente, que, até um ano, o percentual de denúncias (50,00%) é bem superior ao de arquivamentos (29,41%), situação que se inverte após o primeiro ano. Neste em particular, os dados de pesquisa qualitativa do fluxo de justiça dialogam perfeitamente com os dados do Sistema Único.

¹³⁴ Valor-p = 0,02858 para o teste do Qui-quadrado.

Figura 32 – Distribuição percentual dos tempos de denúncia e arquivamento (em anos) - 1ª Região



Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A pesquisa realizada por Sacco (2006) a respeito da percentagem de estimativa de duração dos processos de investigação de tráfico de seres humanos no Brasil era acima de 2 (dois) anos para 18% (dezoito por cento) dos entrevistados; de 2 (dois) a 4 (quatro) anos para 16% (dezesseis por cento) dos entrevistados; de 4 (quatro) a 6 (seis) anos para 5% (cinco por cento) dos entrevistados; 57% (cinquenta e sete por cento) dos entrevistados no universo de entrevistados não souberam responder.

A pesquisa de Sacco (2006), entretanto, foi realizada com base em saberes de autoridades que atuaram na persecução penal do tráfico de pessoas, estando limitada às visões subjetivas e, portanto, sujeitas a critérios não muito precisos.

3.2.2.3 A Vítima em perspectiva: o perfil da vítima nos processos

Entre as dificuldades das pesquisas realizadas no campo do tráfico de pessoas está a obtenção de dados para um padrão das vítimas, a favor de objetivar a ação investigativa das subunidades de polícia judiciária e direcionar as políticas públicas de prevenção aos casos de pessoas classificadas como vítimas em potencial.

Além disso, o perfil da vítima possui um impacto no perfil das investigações, tal como as rotas internacionais utilizadas pelos traficantes de pessoas, auxiliando na formulação de premissas decisórias de atuação em relação a cada caso investigado.

A falta de uma pesquisa que mapeie o panorama do tráfico de pessoas no Brasil já havia sido levantada em outros estudos (FRINHANI, 2014), até mesmo como instrumento necessário a uma correta implementação de políticas públicas diante de uma cultura machista e sexista no Brasil (TERESI, 2007; PISCITELLI, 2008).

A pesquisa exploratória prévia à elaboração desta tese mostrou que o trabalho mais próximo de amostragem de dados, visando estabelecimento de um perfil das “vítimas”, foi aquele intitulado “Tráfico Internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via aeroporto internacional de São Paulo”, realizado pela Secretaria Nacional de Justiça em parceria com a Organização Internacional de Trabalho, realizada entre outubro e novembro de 2006 e publicado em 2007.

Entretanto, a pesquisa anterior não estava concentrada exclusivamente no tráfico de pessoas, mas entrevistou várias pessoas, deportadas e não admitidas, que regressaram no aeroporto internacional de Guarulhos, podendo compreender, em sua amostragem, situação que não se amoldasse ao contexto do tráfico de pessoas.

Liz Hales (2017, p. 55), Universidade de Cambridge, em pesquisa realizada entre maio de 2010 e novembro de 2011, na qual 103 mulheres foram entrevistadas, despertou para a necessidade de compreensão da vítima para o entendimento do fenômeno do tráfico de pessoas:

Aprendemos com as mulheres que as experiências de suas experiências as deixavam se sentindo socialmente isoladas, vulneráveis, traumatizadas, sujeitos a medo, envergonhadas e com muito medo de contar aos outros o que havia acontecido. Elas indicaram que também encontraram dificuldade em saber quem confiar e temer dos homens. Além disso, elas relataram que uma das maiores ameaças para aqueles que as detinham era entregá-los à polícia ou à imigração. Isso é significativo quando analisamos como essas mulheres eram então gerenciadas pelo sistema de justiça criminal e imigração¹³⁵.

Em campo, a pesquisa que mais se aproxima desse objetivo foi aquela desenvolvida por Marcos Colares (2004) que, em um esforço para se construir o perfil da vítima do tráfico de pessoas, fez o I Diagnóstico Sobre o Tráfico de Seres Humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará, onde foram analisados 14 inquéritos da Polícia Federal e 22 processos da Justiça Federal em andamento entre 2000 e 2003, englobando São Paulo, Ceará, Rio de

¹³⁵ Tradução livre de: “we learned from the women that their experiences had left them feeling socially isolated, vulnerable, traumatised, subject to flashbacks, ashamed and too frightened to tell others what had happened. They indicated that they also found difficulty in knowing whom to trust and fearful of men. In addition, they reported that one of the biggest threats by those who held them was to hand them over to the police or immigration. This is significant when we look at how these women were then actually then managed by the criminal justice and immigration system”.

Janeiro e São Paulo, realizada no ano de 2004 (2004). A pesquisa identificou dados como a idade entre 18 e 21 anos e, em segundo, entre 21 e 30 anos, e que as vítimas procuravam, em sua maioria, melhoria de condição de vida.

Para atualizar os dados da pesquisa anterior e abranger vítimas de diversas regiões do país, durante a fase de campo qualitativa nas Seções Judiciárias selecionadas elaborou-se questionário eletrônico de acordo com campos entendidos como necessários à obtenção dos perfis, constituindo no Apêndice D (Perfil da vítima) desta pesquisa.

Os dados das vítimas pensados para obtenção durante a pesquisa qualitativa nos processos foram os seguintes: idade, cor da pele, grau de instrução, estado civil e dos pais, número de filhos, se havia situação de emprego à época do aliciamento, situação financeira, a existência de situação de vulnerabilidade, se houve violência, grave ameaça ou fraude no aliciamento, se havia relação de parentesco com o aliciador e se a vítima foi localizada na fase processual para fins de instrução do processo.

Todos os dados se referem à situação da vítima à época do aliciamento e servem para balizar o critério de um perfil que diminua a subjetividade do parâmetro, permitindo melhor se aferir quando se está diante de um caso real de tráfico. Apenas o último critério – vítima foi localizada na fase processual – serve como um “termômetro” para se aferir as possibilidades de êxito esperado da prova durante a ação penal e para atentar investigadores e Membros do Ministério Público quanto à necessidade de obtenção antecipada dos depoimentos das vítimas desse delito.

3.2.2.3.1 A obtenção dos dados

O Formulário F3 - Perfil da vítima (Apêndice D) foi preenchido concomitantemente em campo durante a pesquisa qualitativa com o F2 - Pesquisa Tráfico de Pessoas (Apêndice C). Conforme Tabela 86 (abaixo), dos 86 processos relacionados no F2 (Apêndice C), 52 deles, ou seja, 62,7%, tinham informações sobre vítimas.

Tabela 86 – Número de processos com dados de vítimas

UF	Processos no F2	Com dados no F3	% com dados no F3
BA	7	6	85,7
CE	6	2	33,3
GO	25	18	72,0

PA	7	5	71,4
PE	7	3	42,9
PR	5	2	40,0
RJ	9	6	66,7
SC	6	3	50,0
SP	11	7	63,6
Total	83	52	62,7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Foram relacionadas 173 vítimas de 52 processos, o que dá uma média de aproximadamente 3,3 vítimas por processo. Os números de processos com as respectivas quantidades de vítimas encontram-se na Tabela 87 (abaixo). Os processos com maior número de vítimas aparecem no Estado de Goiás.

Tabela 87 – Número de processos com respectiva quantidade de vítimas

Número de vítimas	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
1	4	1	9	-	1	1	-	3	3	22
2	1	-	1	1	2	-	3	-	1	9
3	-	-	4	2	-	-	2	-	-	8
4	-	-	-	1	-	-	1	-	1	3
6	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
8	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2
9	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
11	-	-	1	-	-	1	-	-	1	3
18	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	6	2	18	5	3	2	6	3	7	52

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

3.2.2.3.2 A idade das vítimas

A idade informada corresponde à idade da vítima na época do aliciamento. Em 75% dos processos pesquisados em campo havia qualificação com a informação da idade da vítima, conforme Tabela 88 (abaixo)¹³⁶.

Tabela 88 – Proporção de vítimas com informação de idade

Informação de idade	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	11	8	55	15	4	7	9	3	17	129 (74,6%)
Não	1	2	11	6	1	5	7	-	11	44 (25,4%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Tabela 89 (abaixo) apresenta a distribuição do número de vítimas por idade, considerando o Estado em que houve a pesquisa dos processos.

Tabela 89 – Idade da vítima por UF

Idade da vítima	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
15	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
16	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2
17	-	-	2	-	1	-	-	-	-	3
18	-	-	3	-	1	-	-	1	-	5
19	1	1	10	-	-	-	1	-	1	14
20	1	-	4	1	-	1	2	-	-	9
21	-	2	2	2	-	2	-	-	1	9
22	-	1	7	1	-	1	-	1	3	14
23	2	-	4	3	-	-	-	-	2	11
24	-	-	5	2	1	-	1	-	2	11

¹³⁶ A idade da vítima se afigura como elemento determinante à sua escolha pelas organizações que traficam pessoas, sendo possível traçar um padrão de acordo com a região. Entretanto, há casos como o de Maria (nome fictício), negra, mãe de três filhos e avó de um neto, aliciada em Goiânia e enviada em 2018 sob fraude à Lisboa, Portugal, que possuía, à época, 49 anos de idade (LONGO, 2018).

25	1	-	4	1	-	-	-	-	2	8
26	-	1	3	2	-	-	-	-	1	7
27	1	2	3	-	-	1	-	-	1	8
28	-	-	2	-	-	-	-	-	1	3
29	-	-	2	-	-	-	1	-	-	3
30	-	1	2	-	1	-	2	-	1	7
31	-	-	1	-	-	-	1	-	1	3
32	-	-	-	1	-	1	-	-	1	3
33	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
34	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2
35	1	-	1	1	-	-	-	-	-	3
39	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Total	11	8	55	15	4	7	9	3	17	129

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

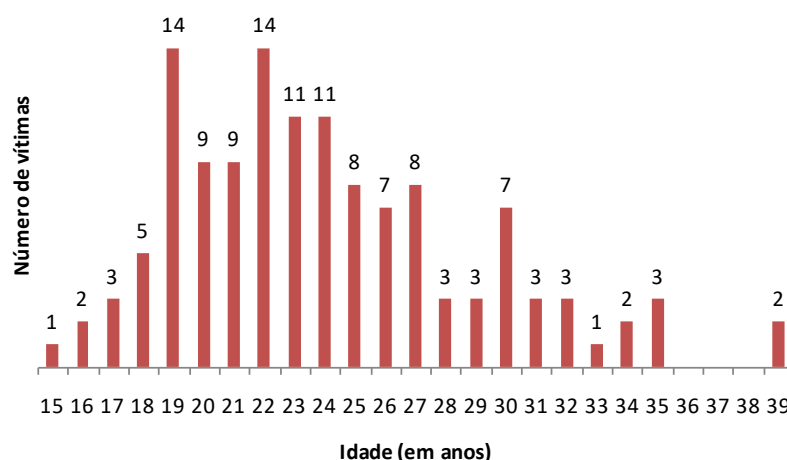
A Tabela 90 (abaixo) apresenta várias estatísticas associadas à variável idade das vítimas.

Tabela 90 – Estatísticas da idade das vítimas

Estatística	Total
Contagem	129
Média	24,0
Desvio padrão	4,9
Coefficiente de variação	20,5%
Mínimo	15
1º Quartil	20
Mediana	23
3º Quartil	27
Máximo	39

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região

A Figura 33 ilustra a distribuição do número de vítimas por idade (em anos) à época do aliciamento. Enquanto os picos de aliciamento ocorrem com vítimas em idade geralmente aos 19 (dezenove) e 22 (vinte e dois) anos, o maior número de vítimas situa-se na idade entre 19 e 24 anos.

Figura 33 – Distribuição do número de vítimas por idade na época do aliciamento

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A estatística montou também uma análise da idade das vítimas por Unidade Federativa (UF) em que estavam os processos pesquisados. A Tabela 91 (abaixo) apresenta a distribuição das idades das vítimas por Unidade Federativa (UF). A medida das idades por UF permite afirmar que não há uma grande variação nos valores, que se situam entre 21 e 25 anos, à exceção do Rio de Janeiro, em que a idade das vítimas está em torno de 29 anos, enquanto em Santa Catarina, as vítimas para o tráfico internacional se afiguram mais jovens, a partir dos 18 anos.

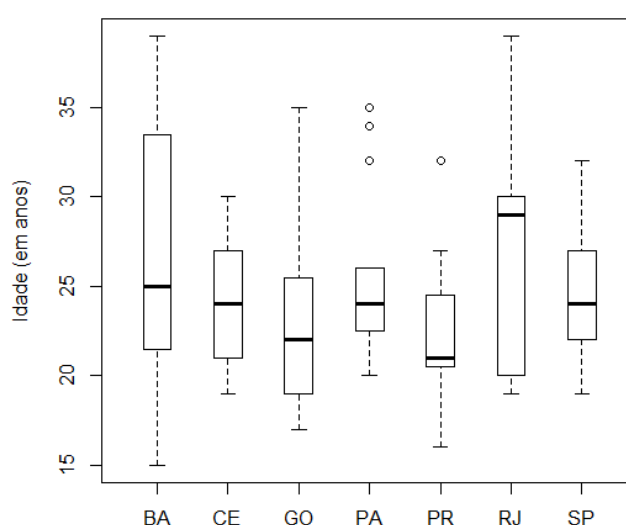
Tabela 91 – Idade da vítima por UF

Estatística	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP
Contagem	11	8	55	15	4	7	9	3	17
Média	26,6	24,1	23	25,3	22,3	22,7	26,9	18,7	24,9
DP	7,6	3,9	4,0	4,7	6,0	5,2	6,6	3,1	3,6
CV	28,7%	16,0%	17,6%	18,7%	27,1%	23,0%	24,7	16,4%	14,6%
Mínimo	15	19	17	20	17	16	19	16	19
1º Quartil	21,5	21	19	22,5	17,8	20,5	20	17	22
Mediana	25	24	22	24	21	21	29	18	24
3º Quartil	33,5	27	25,5	26	25,5	24,5	30	20	27
Máximo	39	30	35	35	30	32	39	22	32

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Figura 34 (abaixo) ilustra, através de gráfico Box-plot, as idades das vítimas discriminadas por UF. Os dados de Pernambuco e de Santa Catarina não foram contemplados por não apresentarem o mínimo de 5 (cinco) informações. A aplicação do teste de Análise de Variância nos dados de idade das vítimas das sete UFs representadas na Figura 31 não indicou diferença significativa nas idades médias de cada UF¹³⁷, o que pode ser verificado pela inspeção da figura.

Figura 34 – Distribuição da idade da vítima (em anos) em função da UF



Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A pesquisa realizada pela Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) chegou à conclusão de que no Brasil “o tráfico para fins sexuais é, predominantemente, de mulheres e garotas negras e morenas, com idade entre 15 e 27 anos”, (LEAL; LEAL, 2002, p. 2-6), o que se aproxima pouco de nossos dados, em que o maior número de vítimas situa-se na idade entre 19 e 24 anos.

Há um confronto com a pesquisa relativa ao I Diagnóstico Sobre o Tráfico de Seres Humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará, feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), realizada no ano de 2004 (COLARES, 2004) que identificou que a) dos 36 casos de vítimas, apenas uma era do sexo masculino, o que foi atribuído pelo pesquisador à cultura social machista; b) a maior parte das

¹³⁷ Valor-p = 0,09638 para o teste de ANOVA.

vítimas possuíam idade entre 18 e 21 anos e, em segundo, entre 21 e 30 anos; c) que as vítimas procuravam, em sua maioria, melhoria de condição de vida e d) que 68% das vítimas não chegou a embarcar, o que mostra a frustração na viagem, deixando a idade máxima (21 anos) um pouco abaixo do patamar identificado em nossa pesquisa.

Em pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), em convênio com o Escritório Contra Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC), com vistas a traçar o perfil socioeconômico das mulheres e transgêneros deportadas ou não admitidas que chegam no Aeroporto de Guarulhos (SP), apreender as motivações que as conduziram a realizar a viagem e esquadrihar os eventos em torno da deportação, realizada no ano de 2005 e que se cingiu ao Estado de São Paulo (SNJ, 2005), chegou à conclusão de que Portugal foi o país que mais inadmitiu (22% do universo), sendo a Itália o país que mais deportou (21% das brasileiras). Nesse contexto, o principal argumento para impedir a entrada foi a ausência de recursos financeiros e o universo de entrevistas possuía idade entre 25 e 40 anos (47,4%), o que destoava acentuadamente dos dados obtidos em nossa pesquisa quanto à idade máxima, apresentando estudo médio completo ou incompleto (57,7%).

Essa última pesquisa trouxe ainda quatro aportes principais: 1. as brasileiras estão altamente ligadas ao estigma da prostituição; 2. existe um perfil para as mulheres deportadas; 3. mostrou os estilos de viagem e de inserção na indústria do sexo e 4. os casos de violência, ameaças e de extrema exploração, aludindo a um grau extremo de vulnerabilidade, concentram-se, em especial, nos transgêneros (SNJ, 2005).

O Relatório do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas trouxe importante dado estatístico em relação ao Estado de São Paulo, com base em estudos voltados às ocorrências: a idade das vítimas do tráfico internacional ficava entre 19 e 23 anos (BRASIL, 2010), constituindo um indicativo para atuação das políticas públicas de enfrentamento direcionadas àquele Estado.

3.2.2.3.3 Outros dados nos processos das pessoas expostas ao tráfico

Há um consenso entre os pesquisadores quanto à escassez de dados nos processos envolvendo tráfico de pessoas no que diz respeito à vítima, o que tem impossibilitado de se estabelecer um padrão seguro de seu perfil, muito embora anos de estudo, raça e cor sejam indicadores importantes, estando “diretamente relacionados ao posicionamento social dos agentes nas estruturas de desigualdade que tendem a ser vinculadas à migração irregular, protagonizada por pessoas vulneráveis ao tráfico de pessoas” (BRASIL, 2007, p. 36).

Nesta pesquisa, embora os processos por tráfico deixem a desejar em todos os dados de cor, grau de instrução e estado das vítimas, além de outros, como número de filhos e renda ao tempo do aliciamento, os campos do formulário eletrônico foram preenchidos para cada uma delas e, ao final, foram considerados os dados existentes. Quando inexistentes, os campos foram deixados sem preenchimento.

É preciso reconhecer uma carência de metodologia dos operadores do direito que lidam diretamente com as vítimas, os quais não se preocupam com o alinhamento de políticas públicas voltadas à prevenção e que requerem dados das vítimas para o direcionamento dos serviços aos locais mais vulneráveis e às pessoas mais suscetíveis à ação dos aliciadores.

Quanto ao gênero, todas as vítimas identificadas nos processos pesquisados nesta tese são mulheres, a exceção de 7 (sete) travestis, sendo 2 (dois) da Bahia, 2 (dois) de Goiás, 1 (um) do Ceará, 1 (um) do Pará e 1 (um) de São Paulo.

Quanto à cor, para pouco mais de um quarto das vítimas havia essa informação nos autos, como discriminado na Tabela 92 (abaixo).

Tabela 92 – Proporção de vítimas com informação de cor ou raça

Informação de cor/raça	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	-	27	-	1	-	6	1	9	46 (26,6%)
Não	10	10	39	21	4	12	10	2	19	127 (73,4%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Nos casos em que havia a informação de cor, mais da metade das vítimas (52,2%) são de cor branca, aproximadamente 40% (39,1%) são de cor parda e o restante (8,7%), de cor preta, conforme Tabela 93 (abaixo).

Tabela 93 – Distribuição do número de vítimas por cor ou raça e UF

Informação de cor/raça	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Branca	-	-	12	-	-	-	4	-	8	24 (52,2%)
Parda	1	-	15	-	1	-	-	-	1	18 (39,1%)
Preta	1	-	-	-	-	-	2	1	-	4 (8,7%)
Total	2	-	27	-	1	-	6	1	9	46 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A título de complementação com nossa pesquisa, em 2014, a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) elaborou o Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (Dados de 2013)¹³⁸ e apresentou as seguintes informações: a concentração entre a população total é um pouco maior entre vítimas brancas (43%) do que de pardas (38,3%). As de raça/cor preta vêm a seguir com 12,1%, seguidas das indígenas (3,7%) e amarelas (2,8%) (BRASIL, 2014).

Em relação aos dados coletados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no mesmo Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (Dados de 2013), a proporção de brancas e pardas no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA)¹³⁹ acima descrito é um pouco menor em relação àquela encontrada em nossa pesquisa, enquanto que a de pretas é um pouco maior.

O resultado de nossa pesquisa pode ser complementado com outra, realizada pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) no ano de 2006, dessa vez em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mediante observações nos diários de campo dos pesquisadores e 73 entrevistas com deportados e inadmitidos no Aeroporto Internacional de São Paulo, com vistas a apreender dinâmicas vinculadas ao tráfico internacional de pessoas

¹³⁸ O Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (Dados de 2013), compila dados da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (DAC/MRE), do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), dos dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (VIVA/SINAN), do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (DPSE/SNAS/MDS), da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/TEM) e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF).

¹³⁹ O Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) implementou a notificação de violência doméstica, sexual e outras violências, dentre elas o tráfico de pessoas.

entre brasileiros deportados ou não admitidos em outros países (SNJ; OTI, 2007). A pesquisa apontou os seguintes resultados:

Homens e mulheres deportados e não admitidos compartilham características socioeconômicas em comum, como cor de pele, em que predomina para ambos a cor branca, seguida pela cor parda, bem como ser a França o país que mais deportada; “A detenção nos aeroportos europeus atinge tanto potenciais migrantes irregulares como turistas, detidos arbitrariamente. O procedimento parece combinar critérios de classe, gênero e ‘cor’. Há pessoas que, mesmo cumprindo todas as exigências necessárias para provar que são turistas são detidas em razão de ‘aparência’. No que se refere à cor, entre as pessoas que não se consideram brancas, as detenções parecem afetar predominantemente as mulheres. (...) Nos processos de não admissão em Portugal reitera-se a vinculação das mulheres à prostituição, produto dos estereótipos que atingem as brasileiras” (SNJ; OTI, 2007, p. 118).

Comparando com a nossa pesquisa, em que mais da metade das vítimas (52,2%) são de cor branca, há uma sintonia quanto ao padrão da vítima, sugerindo uma escolha dos aliciadores pela cor, talvez em razão da preferência dos frequentadores das boates nos países de destino.

A conclusão que apresenta é que as vítimas de cor branca podem ser mais vulneráveis ao tráfico de pessoas, o que demonstra um caminho de escolha a ser seguido nas políticas de enfrentamento; reconhece-se, entretanto, tratar de tema complexo que demandaria um aprofundamento maior de outra pesquisa e que foge dos objetivos desse trabalho.

O grau de instrução da vítima só constava informado em 30,5% dos processos, conforme Tabela 94 (abaixo).

Tabela 94 – Proporção de vítimas com informação do grau de instrução

Informação instrução	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	7	20	-	2	-	4	2	9	48 (27,7%)
Não	8	3	46	21	3	12	12	1	19	125 (72,3%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Tabela 95 (abaixo) apresenta a distribuição do número de vítimas por grau de instrução e Unidade Federativa (UF). A maioria das vítimas com informação de grau de

instrução têm ensino médio completo (33,3%) seguido das que têm ensino fundamental incompleto (29,2%).

Nota-se que São Paulo se diferencia das demais Unidades Federativas (UFs) por ter todas as vítimas com ensino médio completo ou mais. A pesquisa nos depoimentos dos processos permitiu constatar tratar-se de peculiaridade do tráfico de pessoas em relação aos processos das demais Seções da Justiça Federal do país.

As ações penais originadas a partir da denominada “Operação Harém”, da Polícia Federal, a qual desarticulou uma rede de tráfico internacional a partir de São Paulo para vários países, evidenciou que as vítimas de grau universitário são preferidas nos países de destino, que incluía Estados Unidos, ao contrário daquele praticado a partir das demais regiões do Brasil.

A amostragem das características das “vítimas” encontradas nos casos pesquisados em São Paulo reacende a polêmica entre a ala feminista abolicionista, a qual vê o tráfico de pessoas como uma grave violação de direitos humanos, e a ala pró-direitos, que percebe a campanha como uma luta contra a migração internacional não autorizada em face de pessoas que desejam apenas melhorar suas vidas.

Enquanto para a feministas abolicionistas as mulheres não poderiam escolher se prostituir, mas seriam marginalizadas e empurradas para o trabalho sexual, a ala pró-direitos “considera que não existe uma verdade absoluta sobre os trabalhadores do sexo e que as mulheres se envolvem no trabalho sexual podem fazê-lo voluntariamente ou, como é amplamente utilizado, “voluntariamente”¹⁴⁰ (TOMKINSON, 2012, p. 58). A ala feminista pró-direitos:

discorda da fusão do trabalho sexual com o tráfico e argumentam pela necessidade de considerar o tráfico humano dentro de um quadro mais amplo de vulnerabilidade de imigrantes não autorizados, como resultado da inacessibilidade ou da inexistência de opções legais de imigração (TOMKINSON, 2012, p. 58).

O caso das vítimas da denominada Operação Harém, realizada pela Polícia Federal em São Paulo, com rotas de mercado para o sexo em países como Estados Unidos e Emirados Árabes, mediante o recebimento de elevada quantia pelos programas e sem coação, fraude ou violência, diferente do padrão escolar das vítimas de outras investigações por tráfico de pessoas encetadas pelo país, reflete a opinião da ala feminista pró-direitos. “Se um maior, com

¹⁴⁰ Tradução livre para o trecho “considers that there is no absolute truth about sex workers and that women engage in sex work might be doing it willingly or, as it is used widely, ‘voluntarily’” de Tomkinson, Doutora pela Universidade Montreal e Professora Assistente de Ciência Política da Universidade de Laval, Québec.

plena capacidade de reflexão e financeira decide se prostituir, ou trabalhar em condições indignas, o Estado não deve intervir” (ANDRADE, 2012, p. 239).

Outras peculiaridades do tráfico a partir de ações penais exploradas em São Paulo irão surgir no tópico seguinte, em que se explora a situação financeira das vítimas à época do aliciamento.

Tabela 95 – Número de vítimas por grau de instrução

Informação instrução	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Não alfabetizado	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2 (4,2%)
Fundamental incompleto	1	3	9	-	1	-	-	-	-	14 (29,2%)
Fundamental completo	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1 (2,1%)
Ensino médio incompleto	1	1	2	-	-	-	2	1	-	7 (14,6%)
Ensino médio completo	2	2	4	-	-	-	2	-	6	16 (33,3%)
Superior incompleto	-	-	4	-	-	-	-	-	1	5 (10,4%)
Superior completo	-	--	-	-	1	-	-	-	2	3 (6,3%)
Total	4	7	20	-	2	-	4	2	9	48 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

O Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (Dados de 2013), elaborado pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) em 2014, que obteve como dados uma concentração maior de vítimas que concluíram entre a quinta e a oitava série do Ensino Fundamental (31,4%) (BRASIL, 2014), se aproxima bastante da presente pesquisa.

Uma análise dos dados colhidos em campo a respeito do grau de escolaridade das vítimas permite afirmar que a maioria delas são anteriormente vítimas de exclusão social; reconhece-se, entretanto, tratar de tema complexo que demandaria um aprofundamento maior de outra pesquisa e que foge dos objetivos desse trabalho.

Quanto ao estado civil, praticamente metade das vítimas (48,6%) tem informação de seu estado civil, conforme dados da Tabela 96 (abaixo).

Tabela 96 – Proporção de vítimas com informação do estado civil

Informação estado civil	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	5	7	31	9	3	-	10	3	16	84 (48,6%)
Não	7	3	35	12	2	12	6	-	12	89 (51,4%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Das vítimas que têm informação de estado civil, a grande maioria (82,1%) é de solteiras, conforme a Tabela 97 (abaixo).

Tabela 97 – Distribuição do número de vítimas por estado civil

Estado civil da vítima	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Solteiro(a)	5	4	28	7	1	-	5	3	16	69 (82,1%)
Casado(a)	-	3	1	2	1	-	3	-	-	10 (11,9%)
Separado(a)	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2 (2,4%)
Divorciado(a)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1 (1,2%)
Viúvo(a)	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2 (2,4%)
Total	5	7	31	9	3	-	10	3	16	84 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

O Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (Dados de 2013), da Secretaria Nacional de Justiça, com base em dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), apurou que, dos casos de tráfico de pessoas notificados ao sistema de saúde em 2013, 59% das vítimas se declararam como solteiras e 34,2%, casadas ou em união consensual (BRASIL, 2014). Se comparada à presente pesquisa, o número de solteiras é menor, mas ainda assim responde pela maior parte entre os números de vítimas aliciadas para o tráfico internacional.

3.2.2.3.4 O contexto econômico e familiar das vítimas

O presente tópico objetiva apurar o contexto do núcleo familiar (filhos) e econômico das vítimas à época do aliciamento. Os dados devem ser levados em consideração como fatores para justificar o ingresso das vítimas no contexto da exploração sexual e não somente a existência de ameaça, vulnerabilidade ou fraude.

Menos de vinte por cento (18,5%) das vítimas nos processos pesquisados têm informado o número de filhos, conforme Tabela 98 (abaixo).

Tabela 98 – Proporção de vítimas com informação do número de filhos

Informação de número de filhos	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	2	21	-	3	-	1	2	3	32 (18,5%)
Não	12	8	45	21	2	12	15	1	25	141 (81,5%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Das vítimas com informação de número de filhos, metade possui um ou mais filhos, conforme Tabela 99 (abaixo).

Tabela 99 – Distribuição de vítimas em função do número de filhos

Número de filhos	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
0	-	1	9	-	2	-	-	2	2	16 (50,0%)
1	-	1	6	-	1	-	1	-	1	10 (31,3%)
2	-	-	5	-	-	-	-	-	-	5 (15,6%)
5	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1 (3,1%)
Total	-	2	21	-	3	-	1	2	3	32 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

“Os estudos sobre migração internacional feminina reiteram uma e outra vez a relevância desses fluxos de população como estratégia de sobrevivência familiar, particularmente no caso de mães que deixam seus filhos no país de origem” (BRASIL, 2007, p. 47).

Mais de 30% das vítimas (31,8%) apresentaram informação de situação de emprego na época do aliciamento, conforme dados da Tabela 100 (abaixo).

Tabela 100 – Proporção de vítimas com informação de estar empregada na época do aliciamento

Informação sobre vítima estar empregada	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	23	10	2	1	11	3	5	55 (31,8%)
Não	12	10	43	11	3	11	5	-	23	118 (68,2%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Das vítimas que haviam informação de situação de emprego na época do aliciamento, mais da metade (54,5%) estavam empregadas, como detalhado na Tabela 101 (abaixo).

Tabela 101 – Distribuição de vítimas em função da condição de emprego

Vítima estava empregada	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	19	-	1	-	7	1	2	30 (54,5%)
Não	-	-	4	10	1	1	4	2	3	25 (45,5%)
Total	-	-	23	10	2	1	11	3	5	55 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Somente 8,1% das vítimas apresentou informação sobre situação financeira (renda familiar mensal), todas de Goiás, conforme dados da Tabela 102 (abaixo).

Tabela 102 – Proporção de vítimas com informação sobre situação financeira

Informação sobre situação financeira	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	14	-	-	-	-	-	-	14 (8,1%)
Não	12	10	52	21	5	12	16	3	28	159 (91,9%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Na Tabela 103 (abaixo) temos a distribuição do número de vítimas por faixa de renda familiar mensal. Metade das vítimas apresentaram renda de até R\$ 800,00.

Tabela 103 – Distribuição do número de vítimas por renda familiar mensal

Faixa de renda familiar mensal	GO	%
Até R\$ 800,00	7	50,0
De R\$ 801,00 a R\$ 1.500,00	2	14,3
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	1	7,1
Acima de R\$ 3.000,00	4	28,6
Total	14	100,0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Seo-Young Cho (2015a), na tentativa de maximizar a identificação de fatores robustos ligados ao tráfico de pessoas, embora admita a existência da informação fragmentada em decorrência da atividade clandestina e criminoso que dificulta o estudo das causas de sua ocorrência, cita a renda como um elemento impulsionador do tráfico: “pode-se perceber que as diferenças de renda realmente motivam as pessoas a empreenderem uma migração de risco¹⁴¹”, “tornando-as mais vulneráveis ao tráfico” e que “o impacto robusto do nível de renda tanto em países de origem e destino indicam que o tráfico é, em grande parte, um fenômeno relacionado à migração econômica” (p. 2-21).

Uma premissa decisória a ser levada em consideração nas políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas são as rotas de deslocamento das vítimas, traçadas visando países com melhores oportunidades de obtenção de renda e com fluxo peculiar a cada região do país; tratamos melhor das rotas em ponto específico deste trabalho.

Embora a amostragem de renda obtida na pesquisa qualitativa de campo desta tese seja reduzida em razão dos poucos dados contidos nos processos, a fragilidade da situação financeira das vítimas acena na confirmação da pesquisa de Seo-Young Cho (2015a), mostrando que as medidas de mitigação ao tráfico podem se valer de melhores oportunidades às pessoas expostas ainda em seu país de origem.

O número de vítimas que apresentam dados quanto ao número de filhos (menos de 19%) não permite apontar a um parâmetro aplicável para a fixação de perfil de pessoas aliciadas. Noutro giro, o percentual de vítimas que apresentaram o dado de emprego por ocasião do aliciamento (31,8%) e, ainda, considerando que, desse total, a maioria estava empregada (54,5%), tem-se que a situação de trabalho da vítima no Brasil não foi

¹⁴¹ A expressão “migração de risco” é utilizada pela autora para se referir aos deslocamentos de migrantes que podem se transformar em tráfico de pessoas.

determinante para sua viagem ao exterior visando submissão à exploração sexual, muito embora uma cifra pequena (8,1%) tenha indicado uma situação de sub renda à época do aliciamento.

3.2.2.3.5 A vulnerabilidade, violência ou grave ameaça às vítimas

Compreender a vulnerabilidade é componente crítico para se entender o tráfico humano, permitindo determinar condições que favorecem um aliciamento, inclusive ao exercício da prostituição em outros países.

A vulnerabilidade é afetada por uma “complexa interação de fatores relacionados à presença ou ausência de proteção; respeito pelos direitos; segurança física e segurança; acesso às necessidades da vida, como alimentos, água e cuidados de saúde; e padrões de migração, deslocamento e conflito” (LARSEN; DURGANA, 2017, p. 13)

Pouco menos da metade (46,2%) das vítimas possuíam informação sobre a existência de algum sinal evidente de vulnerabilidade¹⁴² em relação ao aliciador durante o aliciamento, conforme Tabela 104 (abaixo).

Tabela 104 – Proporção de vítimas com informação sobre sinal evidente de vulnerabilidade

Informação sobre sinal de vulnerabilidade	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	1	48	7	2	1	6	1	14	80 (46,2%)
Não	12	9	18	14	3	11	10	2	14	93 (53,8%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Das que possuíam informação, pouco mais de 30% (31,3%) informaram a existência de algum sinal evidente de vulnerabilidade em relação ao aliciador durante o aliciamento (Tabela 105).

¹⁴² O Global Slavery Index (GSI), traduzido em português como Índice Global de Escravidão, utilizado para medir as variáveis que afetam a vulnerabilidade para o tráfico, leva em consideração para o seu cálculo: Direitos políticos e segurança; Financeiro e Proteções de Saúde; Proteção para os mais vulneráveis e Conflito (LARSEN; DURGANA, 2017).

Tabela 105 – Proporção de vítimas com existência de sinal evidente de vulnerabilidade

Havia sinal de vulnerabilidade	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	14	6	2	-	2	-	1	25 (31,3%)
Não	-	1	34	1	-	1	4	1	13	55 (68,8%)
Total	-	1	48	7	2	1	6	1	14	80 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Os sinais de vulnerabilidade informados encontram-se relacionados na Tabela 106.

Tabela 106 – Sinais evidentes de vulnerabilidade

Sinal de vulnerabilidade	Contagem
GO	14
Sim, houve. A presença de dois filhos, João Pedro, 13 anos e Lucas, de 16 anos, que dependiam da mãe.	1
Sim. Ausência de qualquer oferta de trabalho em sua cidade	1
Sim. Baixa condição financeira	7
Sim. Insistência da aliciadora em ligar no trabalho da vítima	1
Sim. Passaporte e passagem foram retidos logo na chegada	1
Sim. Menoridade. Baixa condição financeira em relação aos réus.	1
Sim. baixo grau de escolaridade	1
Sim. Vítima foi esfaqueada pela aliciadora em briga na boate no país para a qual traficada (Espanha)	1
PA	6
Sim, econômica	6
PE	2
Sim, vulnerabilidade econômica	1
Sim. Uma vez levada para a Suíça, diz ter-se tornado refém da aliciadora, vez que não sabia se comunicar com as demais pessoas em virtude de não dominar a língua.	1
RJ	2
Sim. Vulnerabilidade econômica	1
Sim. Vulnerabilidade econômica (mãe doente e filha, além de desempregada)	1
SP	1
Sim, econômica	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Enquanto a vulnerabilidade de origem está ligada a condições socioeconômicas, como pobreza, trabalho precoce, baixa remuneração, longas jornadas de trabalho¹⁴³, a de destino está ligada a falsas promessas de trabalho, à facilidade da vida na Europa, à possibilidade de ficarem ricas e às condições de trabalho (vários programas em uma noite, local insalubre, exposição a doenças sexualmente transmissíveis, jornadas extensas de trabalho, violência física e psicológica) (FRINHANI, 2014).

O estudo da vulnerabilidade é importante porque, segundo o Grupo de Trabalho Provisório e Aberto sobre o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Grupo de Trabalho sobre o Tráfico de Pessoas), o “abuso de uma posição de vulnerabilidade é frequentemente o ‘meio’ de maior relevância nos casos de tráfico quando a aprovação da vítima é indicada ou afirmada” (UNODC, 2014, p. 9).

Há vulnerabilidades às quais as mulheres estão mais suscetíveis. Desigualdades na área da educação, saúde e do mercado de trabalho levam à negação de direitos, o que gerou na criação do Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁴⁴. Em IDG, o Brasil é o pior colocado entre as economias do continente americano, chegando à 92ª posição.

Em outro estudo realizado sobre a causa da vulnerabilidade das vítimas, com base em entrevistas semiestruturadas de autoridades envolvidas no enfrentamento ao tráfico, demonstrou-se que a falta de perspectiva de uma vida melhor e a baixa autoestima dos sujeitos leva-os a crer que qualquer situação é melhor daquela com a qual se vive:

A questão é que temos um Brasil de contrastes, nós temos vários Brasis dentro do nosso Brasil. Infelizmente, apesar desse desenvolvimento econômico, nós temos dentro do Brasil, o que o fenômeno da globalização fez com estas outras pessoas, que tem sonhos, que também estão em linhas de vulnerabilidade e exclusão social, principalmente as mulheres, as mulheres vítimas de violência, elas são um “mercado interessante” para estas redes de tráfico e aliciamento, porque elas estão com baixa autoestima, estão numa situação de vulnerabilidade porque elas estão muitas vezes fora da suas casas, sem alternativa econômica (...). Então a gente precisa entender

¹⁴³ “A vontade de uma vida melhor aparece como elemento que leva a vítima à exploração e muitas vezes essa vontade está atrelada à vulnerabilidade da vítima, que pode ser observada tanto na origem quanto no destino” (FRINHANI, 2014, p. 105)

¹⁴⁴ “O Relatório de 2010 introduz uma nova medida das desigualdades de gênero, que inclui as taxas de mortalidade materna e a representação feminina nos parlamentos. “O Índice de Desigualdade de Gênero está concebido para medir o impacto negativo sobre o desenvolvimento humano das disparidades sociais e econômicas profundas entre homens e mulheres”, disse Jeni Klugman. O IDG calcula as perdas nacionais do IDH decorrentes das desigualdades de gênero, desde os Países Baixos (com a maior igualdade em termos de IDG) ao Iêmen (com a maior desigualdade)” (ONU, 2010, p. 1).

como é este público alvo, esta população que está vulnerabilizada a ponto de ser alvo fácil pra estas redes. (P2) (FRINHANI, 2014, p. 112)

Entendemos que, por isso, as políticas públicas voltadas ao enfrentamento ao tráfico devem promover mais que auxílios paternalistas sem perspectivas para o futuro das vítimas, como o simples retorno ao país de origem em casos de constatação de exploração sexual; elas devem ser criadoras de oportunidades para a transformação de vida das vítimas (premissa decisória). A organização das vítimas em potencial em classes também é elemento sugestivo de obstacularização ao aliciamento (FRINHANI, 2014; TELES, 2007).

Um fato importante a respeito da vulnerabilidade das vítimas no exterior se refere à indocumentação de sua permanência, utilizada pelos aliciadores para cultivar nas vítimas aquilo que denominamos “doutrina do medo”.

A “doutrina do medo” aparece nitidamente em várias ações penais na pesquisa de campo, a exemplo da Ação Penal nº 2005.35.00.023131-6 – GO, resultante da denominada Operação Fassini, realizada em conjunto por Brasil e Suíça. Nesse caso, várias garotas de programa, aliciadas no Estado de Goiás e Rio de Janeiro, e encaminhadas à Suíça, eram mantidas sob regime de exploração sexual no destino mediante coação psicológica de que, acaso descobertas pela polícia, seriam presas e deportadas em razão de seu “status” de trabalho ilegal¹⁴⁵.

Em se tratando de um delito pluriofensivo, o tipo penal de tráfico de pessoas tutela diversos bens simultaneamente, estando configurado se alguém, “também abusando da situação de necessidade ou vulnerabilidade da vítima, ou aproveitando-se de uma situação

¹⁴⁵ As dançarinas de cabarés “extra europeias” (que não pertencem à União Europeia ou à EFTA) podem trabalhar na Suíça com um visto especial de residência de curta estadia (Permite L). Esse visto é uma exceção às leis atuais de imigração para permitir o acesso desse pessoal não qualificado de “países terceiros” por até 8 meses por ano. Criado na década de noventa para proteger da exploração, o “Permit L” só serve para trabalhar como dançarina de cabaré. De acordo com a Secretaria Federal de Migração da Suíça (OFM, na sigla em francês), essa atividade “consiste exclusivamente em se despir total ou parcialmente em um palco, com música, repetindo essa função várias vezes por noite. As mulheres são proibidas de incentivar os clientes a consumir álcool e exercer a prostituição” (ISLAS, 2014, p. 1).

“A lei é uma coisa, mas a prática é outra”, diz Dorothea. “As mulheres dependem dos cabarés, e existe mesmo um problema de saúde, pois elas são obrigadas a tomar champanhe em excesso para forçar os clientes a gastar.” “Em síntese, existem problemas de saúde, violência, do não pagamento dos salários dos contratos e dos seguros-saúde pelos cabarés. Algumas mulheres são levadas à prostituição pelos cabarés, outras se prostituem elas mesmas.” A prostituição é permitida na Suíça, mas não para as estrangeiras com a autorização de estadia L ou com visto de curta duração, exceto se já chegam casadas com um suíço ou com alguém que possui um visto definitivo. Mulheres estrangeiras com visto de permanência de longa duração, que trabalham, podem mudar de profissão para se tornarem prostitutas. Alguns cantões permitem que se prostituam as que possuem visto anual de permanência. Muitas das prostitutas são contratadas para trabalhar nos salões de massagens, onde podem ser exploradas. O aliciamento das mulheres da noite é feito nos países de origem por suíços ou brasileiros, no caso das brasileiras, pois elas precisam de visto de entrada, válido por três meses, e que pode ser prorrogado a até oito meses” (MARTINS, 2019, p. 1).

superior, interfere, sem dúvida, no processo deliberativo da vítima”¹⁴⁶, em particular, a liberdade de motivação da vítima que se protege (MOYA, 2016, p. 536).

A Tabela 107 (abaixo) apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre o emprego de violência contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento. Em pouco mais de 60% dos registros (61,3%) havia a informação.

Tabela 107 – Proporção de vítimas com informação sobre emprego de violência

Informação sobre emprego de violência	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	7	49	2	4	10	11	3	16	106 (61,3%)
Não	8	3	17	19	1	2	5	-	12	67 (38,7%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Em somente 3 (três) processos, um de Goiás, um do Pará e um do Paraná, houve registro de emprego de violência contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento. Esses três casos representam 2,8% dos registros que possuem essa informação.

A Tabela 108 (abaixo) apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre o emprego de grave ameaça contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento. Em aproximadamente 70% (70,5%) dos registros havia a informação.

Tabela 108 – Proporção de vítimas com informação sobre emprego de grave ameaça

Informação sobre grave ameaça	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	8	6	52	2	3	9	11	3	15	109 (63,0%)
Não	4	4	14	19	2	3	5	-	13	64 (37,0%)

¹⁴⁶ Tradução livre de “como también abusando de la situación superioridad de necesidad o de vulnerabilidad de la víctima, o aprovechándose de una situación superioridad, se interfiere, sin duda alguna, en el proceso deliberativo de este sujeto” (MOYA, 2016, p. 536)

Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)
-------	----	----	----	----	---	----	----	---	----	-----------------

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Em 22% dos casos houve registro de emprego de grave ameaça contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento, conforme Tabela 109 (abaixo).

Tabela 109 – Proporção de vítimas com registro de emprego de grave ameaça no aliciamento

Existência de grave ameaça	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	5	9	2	-	1	2	1	-	24 (22,0%)
Não	4	1	43	-	3	8	9	2	15	85 (78,0%)
Total	8	6	52	2	3	9	11	3	15	109 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Tabela 110 (abaixo) apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre o emprego de fraude contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento. Em 71,1% dos registros havia a informação.

Tabela 110 – Proporção de vítimas com informação sobre emprego de fraude

Informação sobre emprego de fraude	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	6	6	54	13	4	10	12	3	15	123 (71,1%)
Não	6	4	12	8	1	2	4	-	13	50 (28,9%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Em 30,1% dos casos houve registro de emprego de fraude contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento, conforme Tabela 111 (abaixo). Os Estados de Goiás e Pará se destacaram em relação aos demais quanto ao emprego da fraude para o aliciamento das vítimas.

Tabela 111 – Proporção de vítimas com registro de emprego de fraude no aliciamento

Emprego de fraude	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	3	3	11	13	2	3	2	-	-	37 (30,1%)
Não	3	3	43	-	2	7	10	3	15	86 (69,9%)
Total	6	6	54	13	4	10	12	3	15	123 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Tabela 112 (abaixo) apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre a relação do aliciador com a vítima, mais especificamente se o aliciador era ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância sobre ela. Em 73,4% dos registros havia a informação.

Tabela 112 – Proporção de vítimas com informação sobre a relação do aliciador com a vítima

Informação sobre ascendência do aliciador	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	7	59	12	4	10	13	2	16	127 (73,4%)
Não	8	3	7	9	1	2	3	1	12	46 (26,6%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Em somente 2 (dois) casos de Goiás e um de Santa Catarina houve registro de que o aliciador possuía relações familiares ou era responsável pelos cuidados da vítima, o que representa 2,4% dos casos em que havia essa informação. A existência de grave ameaça (22%) e fraude (30,1%) nos processos são frações que não podem ser desprezadas.

3.2.2.3.6 A localização das vítimas na fase judicial

A Tabela 113 (abaixo) apresenta a proporção de processos que possuem informação sobre a localização da vítima testemunha na fase judicial. Em 83,2% dos registros havia a informação.

Tabela 113 – Proporção de registros com informação sobre a localização da vítima

Informação sobre localização da vítima	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	8	9	60	18	5	12	14	1	17	144 (83,2%)
Não	4	1	6	3	-	-	2	2	11	29 (16,8%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Em 36,1% dos casos houve a localização da vítima testemunha na fase judicial, conforme Tabela 114 (abaixo).

Tabela 114 – Proporção de vítimas localizadas na fase judicial

Vítima foi localizada	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	5	22	6	2	5	8	-	2	52 (36,1%)
Não	6	4	38	12	3	7	6	1	15	92 (63,9%)
Total	8	9	60	18	5	12	14	1	17	144 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Observa-se que pouco mais de um terço (36,1%) das vítimas ouvidas na fase policial foram localizadas posteriormente na fase judicial, número considerado baixo.

A Tabela 115 (abaixo) relaciona os motivos para a não localização da vítima arrolada como testemunha na fase judicial. Nos processos pesquisados, o Estado de Goiás foi o que mais ouviu vítimas na fase judicial, totalizando 22 (vinte e duas) contra 38 (trinta e oito) que não foram localizadas.

Apenas os Estados do Ceará e do Rio de Janeiro tiveram um saldo positivo de vítimas ouvidas na fase judicial, que supera aquelas não localizadas; no primeiro caso, o número de vítimas supera em 25% aquelas não localizadas e, no segundo, supera em 33%. Durante a pesquisa de campo, não foi encontrada justificativa nos autos dos processos para esse fenômeno.

Passamos a classificar, de acordo com dados dos processos, os motivos de não localização das vítimas e construímos a tabela 115 (abaixo).

Tabela 115 – Motivos para a não localização da vítima

Motivo da não localização da vítima	Contagem
BA	6
MPF desistiu da oitiva da vítima	1
Mudou-se do primeiro país de destino (Itália) para a Espanha	1
Não foi arrolada pelo MPF	1
Não houve a fase judicial	1
Vítima não retornou do exterior	2
CE	4
Não foi arrolada como testemunha pelo MPF	2
Viajando para o exterior	1
Vítima morreu no exterior decorrente de parada respiratória ocasionada por AIDS	1
GO	35
Ausência de qualificação	3
Depoimento encaminhado via cooperação jurídica internacional	4
Embarque para o exterior visando o exercício da prostituição	12
Embora ouvida na fase inquisitorial pela polícia, não foi arrolada como testemunha pelo MPF	2
Estava fora do país	1
Mudança de endereço sem registro	7
Não foi arrolada na fase judicial	1
Residente no exterior	4

Revitimização	1
PA	9
Ainda não ocorreu a fase de oitiva das testemunhas em juízo, autos suspensos	2
Mudou-se para a Guiana Francesa	2
Mudou-se para o exterior	3
Não arrolada	1
Não foi arrolada como testemunha pelo MPF	1
PE	3
MPF desistiu da oitiva da vítima	1
Não houve denúncia	2
PR	7
Mudança de endereço sem registro	5
Não foi arrolada pelo MPF	1
Não intimada	1
RJ	5
Mudança de endereço sem registro	1
Mudança para Portugal	1
Não houve fase judicial	3
SC	1
Veio a óbito	1
SP	14
Houve abolitio criminis antes da fase de instrução processual	3
MPF desistiu da oitiva	2
Mudança de endereço sem registro	5
Não arrolada como testemunha pelo MPF	2
Não houve fase judicial	1
Viagem para o exterior	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

Verifica-se que a mudança de endereço, quer para o exterior, ou para outra localidade sem registro, e sua viagem para o exterior representam a maioria dos motivos de não localização das vítimas: na Bahia, 1 (uma) vítima; no Ceará, 1 (uma) vítima; no Estado de Goiás, 24 (vinte e quatro); no Pará, 5 (cinco); no Paraná, 5 (cinco) e, no Rio de Janeiro, 2 (duas).

Um ponto de destaque é o Estado de Goiás, em que há notícias da não localização em virtude do “embarque para o exterior visando o exercício da prostituição”, de que a vítima

“estava fora do país”, “mudança de endereço sem registro”, “residente no exterior” e “revitimização”.

Em todos esses casos, a preocupação é que o retorno da pessoa exposta à situação de tráfico sugere uma revitimização que, embora não confirmada (mera suspeita), põe em alerta as autoridades envolvidas no enfrentamento quanto às políticas de enfrentamento, as quais devem ser revistas em razão de falhas de proteção a pessoas encaminhadas anteriormente ao exterior, com indícios de serem vítimas.

3.2.2.3.7 O incentivo à viagem da vítima

A Tabela 116 (abaixo) apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre a pretensão da vítima. Em 57,2% dos registros havia a informação.

Tabela 116 – Proporção de vítimas com informação sobre sua pretensão

Informação sobre pretensão da vítima	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	8	9	36	5	3	12	11	2	13	99 (57,2%)
Não	4	1	30	16	2	-	5	1	15	74 (42,8%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A Tabela 117 (abaixo) relaciona as pretensões das vítimas.

Tabela 117 – Pretensão da vítima

Pretensão da vítima	Contagem
BA	8
não disseram	7
Queria ir treinar atletismo, enganando os aliciadores	1
CE	9
Auferir maior renda	8

Vítima não foi ouvida	1
GO	36
Conseguir dinheiro para sustentar a família	1
Ganhar mais dinheiro	1
Ganhava 2mil/3 mil por mês como garota de programa quando aliciada. Queria sair da vida de garota de programa	1
Ganhava 6mil/8 mil por mês na época do aliciamento. Queria ganhar mais dinheiro	1
Ganhava um salário mínimo quando foi aliciada. Pretendia ganhar mais dinheiro	1
Juntar dinheiro e sair da prostituição	1
Não especificado	27
Queria casa própria para os filhos	1
Vantagem financeira mais atrativa	1
Vendia roupas. Queria melhorar de vida	1
PA	5
Auferir condição de subsistência	2
Auferir melhor renda	2
não disse	1
PE	3
Não disse	2
Não foi localizada para saber	1
PR	12
Não disse	12
RJ	11
Não disse	11
SC	2
Auferir maior renda	1
Não disse	1
SP	13
Não disse	12
Ser modelo e mudar o padrão de vida de seus familiares	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª a 5ª Região.

A estatística de campo, quanto aos dados das pessoas expostas à situação de tráfico, constantes dos autos dos processos pesquisados, considerou exatamente o que neles constava; nenhum dado que não estivesse à disposição nos processos foi considerado, tampouco qualquer contato com as “vítimas” foi realizado, em respeito à sua dignidade e privacidade.

Então, quando não havia detalhamento a respeito da pretensão da pessoa exposta ao tráfico, seja por deficiência da colheita de seu depoimento, seja em virtude de respeito por

parte da equipe de investigação ou do juízo responsável pela instrução processual, optamos por constar na informação “não disse”.

Observa-se que a questão financeira é elemento impulsionador ao tráfico de pessoas, sendo relatada em diferentes processos nas Seções Judiciárias pesquisadas. A falta de condições para uma vida digna e oportunidade para inserção em um mercado de trabalho devem, então, fazer parte das políticas públicas às pessoas vulneráveis e com propensão ao aliciamento.

3.3 RELAÇÕES INTRAINSTITUCIONAIS E ENTRE AS ORGANIZAÇÕES DE PERSECUÇÃO PENAL

A necessidade de confronto dos números achados na pesquisa empírica de campo com a expertise dos atores envolvidos no enfrentamento certamente auxilia na compreensão dos achados. Os números, visualizados tal como encontrados em razão dos dados coletados, podem induzir a erros se descontextualizados do campo em que ocorrem as decisões e interações interorganizacionais.

O contato mais profundo dos processos de tráfico de pessoas nas Varas da Justiça e as entrevistas propiciam parâmetros para mapear como atuam diferentes atores envolvidos no fluxo de processo; ouvir os atores sugerem pistas sobre as formas como eles atuam e interagem à tomada de suas decisões, o que é relevante na análise das interações organizacionais.

Ao ouvir os atores, possibilita-se não somente que expressem a visão que possuem das outras organizações chamadas a atuar em conjunto no enfrentamento, mas também a entender como elaboram conceitos como o de vulnerabilidade das vítimas, utilizadas à tomada de suas decisões.

Para a pesquisa qualitativa de campo, empregou-se a aplicação de questionários aos operadores do Direito que lidam diretamente com o enfrentamento ao tráfico de pessoas. A aplicação foi direcionada a Procuradores da República, Delegados de Polícia Federal e Juízes Federais.

A fim de que as entrevistas realizadas alcançassem tão somente os profissionais com experiência na matéria objeto desta tese, os formulários direcionados aos Juízes Federais e aos Procuradores da República observaram, como critério de escolha, autoridades que previamente já houvessem lidado com a matéria.

No que diz respeito aos Delegados de Polícia Federal, foram direcionados questionários a diversas autoridades. Posteriormente, utilizando-se de idêntico critério às entrevistas com Juízes e Procuradores, foram desconsideradas as entrevistas com Delegados de Polícia Federal que não houvessem efetivamente participado em investigações de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

As entrevistas visaram informantes qualificados, assim entendidos aqueles que têm uma qualificação, quer pela vivência, quer pelo contato com a matéria objeto da entrevista, (BEGNIS; ESTIVALETE; PEDROZO, 2007) e se deram de forma semiestruturada, de molde a permitir que os entrevistados, a partir de sua experiência e seguindo o seu pensamento, pudessem participar ativamente da entrevista de acordo com as hipóteses surgidas com as respostas anteriores, tornando aberto o campo da coleta de dados (TRIVIÑOS, 1987).

Em função da semiestruturação, os tópicos contidos nos questionários apresentados aos entrevistados possuíam caráter meramente diretivo, não impedindo que outros pontos fossem abordados ou, ainda, caso não desejassem os entrevistados dispor sobre eles, fossem desconsiderados.

Nos casos em que os profissionais se dispuseram a gravar as entrevistas, a partir do momento em que falavam de suas experiências antes e no momento que atuaram nos casos de tráfico de pessoas, percebeu-se uma grande fluência em relação ao ambiente de proximidade que se criava. Deixar o entrevistado à vontade é sempre uma técnica eficaz para a coleta de informações, talvez em razão do ambiente de simpatia, confiança, harmonia e lealdade entre entrevistador e entrevistado (TRIVIÑOS, 1987).

A identidade de atuação com o entrevistador, que há anos militava no campo do enfrentamento ao tráfico de pessoas, também foi elemento conformador para uma harmonia no curso das entrevistas.

A dificuldade de articulação entre as organizações envolvidas no enfrentamento ao tráfico de pessoas surgiu no discurso dos operadores do Direito entrevistados. Nesse sentido, “a inclusão de atores diversos é percebida como necessária para, por exemplo, a obtenção de informação e aumento de conhecimento sobre os problemas a serem enfrentados e para a inovação nas soluções a serem perseguidas” (PIRES; GOMIDE, 2014, p. 18) e a sua visão a respeito da “estruturação das instituições, como estas se comunicam” e “quais as perspectivas de possíveis formas de estruturação desse trabalho” (CODÓ, MACHADO; CORDEIRO, 2017, p. 85).

Os resultados obtidos com os questionários sugerem divergências entre as premissas finalísticas das instituições envolvidas no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Como em

outras pesquisas, as divergências decisórias entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal em relação às construções jurídicas e as estratégias de ação se mostram relevantes para a compreensão da atuação dessas organizações (MACHADO; VIEIRA, 2016).

“O campo define-se “como um sistema de desvios de níveis diferentes” em que o sentido é expresso relacionalmente, “por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU, 1998, p. 179), que aparece nas entrevistas dos atores que atuam no processo de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

A aplicação dos questionários não foi integralmente oral, seja por resistência de algumas autoridades, seja em virtude de oportunidade para o encontro pessoal. A título de exemplo, no Seminário Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, promovido pela Coordenação de Defesa Institucional da Polícia Federal, preferimos a aplicação de questionários na forma escrita aos Delegados de Polícia Federal presentes, representantes das Unidades da Federação, prejudicando gravação de entrevista, visando aproveitar o máximo possível o número de autoridades no encontro.

Registra-se que vários Juízes Federais presentes em Varas das Seções Judiciárias visitadas por ocasião da pesquisa qualitativa de campo negaram em realizar entrevista alegando motivos de excesso de trabalho; em outros casos, como em Salvador, o Magistrado da Vara recebeu o questionário da entrevista pelo Diretor de Secretaria, vez que não pode nos receber para a entrevista; entretanto, a resposta às perguntas não nos foi encaminhada.

Não podendo ser recebidos pelo Procurador da República que atuava em Salvador, por motivos de outros compromissos, o questionário lhe foi enviado por plataforma eletrônica (*Google*), sendo prestadas as informações.

As identidades dos Membros (Ministério Público, Polícia Federal e Judiciário Federal) foi preservada, garantindo ao entrevistado o anonimato. Preferiu-se, então, identificar o entrevistado de acordo com a sigla de sua organização, seguida por uma ordem número e o Estado da Federação onde ocorrida a investigação de tráfico internacional de pessoa em que atuara.

Para fins éticos, a identificação dos entrevistados é omitida e substituída pela sigla do cargo ocupado (“PR” para Procurador da República, “DPF” para Delegado da Polícia Federal e “JF” para Juiz Federal); após, inseriu-se o número de ordem do entrevistado. Em seguida, identificamos o entrevistado de acordo com a unidade da federação em que tenha participado

da investigação ou processo afeto ao crime de tráfico de pessoas e, por fim, fizemos constar se a entrevista foi oral ou escrita¹⁴⁷.

Em geral, entrevistas, orais ou escritas, são aplicadas após o término de coleta de dados preliminares de vários casos submetidos a análise quantitativa, o que permitiu ter amplitude das interações inter e intraorganizacionais, aprofundando o campo de pesquisa. Entretanto, para esta pesquisa é preciso levar em consideração dois fatores que impulsionaram a aplicação dos questionários simultaneamente às pesquisas de campo: o deslocamento às várias Seções Judiciárias de vários Estados em que se encontravam os processos pesquisados, atendendo, assim, ao gerenciamento dos recursos de tempo e financeiros, algo estrategicamente melhor e, em segundo, a expertise na área por lidar com a temática do tráfico de pessoas há mais de 15 (quinze) anos, no que se refere à coordenação de investigações no crime e, conseqüentemente, sua relação com os demais atores que atuam no enfrentamento, o que permitiu-nos uma pequena margem de maturidade em formular os questionamentos.

As organizações do subsistema jurídico-penal, enquanto atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas, comunicam-se conforme quais premissas? Em relação a essas premissas, quais orientam os processos decisórios? Esses questionamentos orientam a discussão, visando atingir o objeto desta tese, mediante a exploração das narrativas dos atores envolvidos na persecução criminal ao tráfico internacional de pessoas.

As respostas aos questionários aplicados são, a seguir, apresentadas de acordo com a organização institucional a que aplicados; primeiro, as respostas dos Procuradores da República; em segundo, as respostas apresentadas pelos Delegados de Polícia Federal e, em terceiro, as respostas aos questionários aplicados aos Juízes Federais.

3.3.1 As narrativas dos Procuradores da República

O Ministério Público Federal (MPF), encarregado da atuação criminal junto à Justiça Federal nos processos afetos ao tráfico internacional de pessoas, é parte do Ministério Público da União (MPU) que, por sua vez, compreende os seguintes ramos: a) O Ministério Público

¹⁴⁷ Procuradores da República: Procurador 1 – GO (PR1, GO, escrita); Procurador 2 – GO (PR2, GO, escrita); Procurador 3 – GO (PR3, GO, escrita); Procurador 4 – GO (PR4, GO, escrita); Procurador 5 – GO (PR5, GO, escrita); Procurador 6 – GO (PR6, GO, escrita); Procurador 7 – GO (PR7, GO, escrita); Procurador 8 – DF (PR8, DF, escrita). Delegados de Polícia Federal: Oral: Delegado Federal 4 – CE (DPF4, CE, oral). Escrita: Delegado Federal 1 – RR (DPF1, RR, escrita); Delegado Federal 2 – BA (DPF2, BA, escrita); Delegado Federal 3 – SP (DPF3, SP, escrita). Juízes Federais: Oral: Juiz Federal 1 – SP (JF 1, SP, oral); Juiz Federal 2 – SP (JF 2, SP, oral); Juiz Federal 3 – RJ (JF 3, RJ, oral). Escrita: Juiz Federal 4 – GO (JF 4, GO, escrita); Juiz Federal 5 – GO (JF 5, GO, escrita); Juiz Federal 6 – GO (JF 6, GO, escrita); Juiz Federal 7 – PE (JF 7, PE, escrita); Juiz Federal 8 – CE (JF 8, CE, escrita); Juiz Federal 9 – RO (JF 9, RO, escrita).

Federal (MPF); b) O Ministério Público do Trabalho (MPT); c) O Ministério Público Militar (MPM); d) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Ao MPU é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, sendo as carreiras dos membros (Procuradores) dos diferentes ramos independentes entre si.

As pesquisas anteriores mostram que “procuradores criticam a morosidade do Judiciário e alegam que a especialização não leva necessariamente a eficiência na prestação jurisdicional, pois nem todos os magistrados teriam vocação para a matéria” (CODO, MACHADO; CORDEIRO, 2017, p. 91).

A relação institucional com a polícia judiciária não é harmoniosa, o que é um fato, em razão da luta degladiadora pela “arma” de investigação do Estado: o inquérito. Há controvérsia a respeito do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, o que torna a relação Ministério Público-Polícia pouco pacífica (MACHADO, 2014). Os Membros do Parquet “acusam” os Delegados de investigações pouco profícuas, carentes de elementos necessários ao início da persecução penal em juízo (MACHADO, 2014).

A pesquisa de campo envolveu 7 (sete) Procuradores de Goiás, realizadas no período de 14 de junho de 2017 a 4 de agosto de 2017, e 1 (um) Procurador do Distrito Federal, em 15 de outubro de 2018. Os Membros preferiram realizar a pesquisa de forma escrita.

O formulário de pesquisa F4 – Procuradores da República (Apêndice E) foi preenchido a partir de entrevistas escritas e compreende apenas interlocutores que já tenham atuado em processos por tráfico de pessoas. A sigla da Unidade da Federação remete ao local em que houve a atuação no processo, não se referindo necessariamente àquela da circunscrição atual do entrevistado.

3.3.1.1 Dados técnicos dos Procuradores

Em relação ao tempo em que o Membro ocupa cargo no Ministério Público Federal, tem-se a distribuição da Tabela 118 (abaixo).

Tabela 118 – Tempo que o Membro ocupa cargo no MPF

Tempo (em anos)	Contagem
12	2
14	2
15	1

19	1
21	1
22	1
Total	8

Fonte: Ministério Público Federal.

Todos os Procuradores entrevistados eram do sexo masculino.

3.3.1.2 A efetividade da cooperação na visão do MPF

Considerando o universo de 8 (oito) Procuradores da República entrevistados, somente 1 (um) Procurador respondeu negativamente quanto a haver pedido de cooperação internacional na fase judicial. Em relação ao restante, dos 7 (sete) que responderam haver pedido de cooperação internacional na fase judicial, 6 (seis) afirmaram que a cooperação foi efetiva, com a realização de atos de diligência no curso da ação penal, e apenas 1 (um) Procurador da República não teve resposta para essa pergunta.

A efetividade deve ser considerada como a existência de informação no processo de origem a respeito do cumprimento de medida solicitada a outro país (citação, interrogatório, localização de vítimas, etc.). O sentido de efetividade adotado não levou em consideração se a medida requerida obteve a finalidade almejada, porquanto fatores como a localização de vítimas para a sua oitiva ou mesmo da pessoa a ser citada não se encontram sob o total controle do país requerido. Assim, conquanto as autoridades tenham se esforçado e demonstrado o esforço para implementar a medida solicitada e, posteriormente, informado as medidas adotadas ao processo de origem através dos canais de cooperação internacional, a efetividade foi considerada atendida.

Questionados se as medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos, 3 (três) dos entrevistados responderam “todas” e os outros 4 (quatro) responderam “de 50 a 80%”.

A pergunta: “Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país?” Foi respondida da seguinte forma: “Há demora, mas os resultados têm sido cada vez melhores, especialmente quando há diálogo direto entre as Polícias e os MPs dos diferentes países. As vítimas são revitimizadas no

processo judicial e às vezes enfrentam problemas migratórios no país de destino” (PR8, DF, escrita).

3.3.1.3 A vulnerabilidade das vítimas nos processos na visão do MPF

Os Procuradores da República entrevistados foram indagados sobre “qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento”. As respostas dos Procuradores foram assim elencadas:

Quadro 4 – Sinais de vulnerabilidade da vítima elencadas pelos procuradores

Pobreza e extrema e baixa escolaridade; geralmente o aliciamento se dá -- pelo menos nos casos em que atuei -- contra vítimas pobres de cidades do interior e com baixo grau de escolaridade (PR1, GO, escrita)	Mulheres pobres com ânsia de ter uma vida financeira melhor (PR2, GO, escrita)
É frequente: haver: (a) prévio envolvimento com prostituição; (b) grave hipossuficiência econômica ; (c) relação de parentesco com aliciador ou intermediário. (PR3, GO, escrita)	É frequente haver: (a) prévio envolvimento com prostituição; (b) grave hipossuficiência econômica ; (c) relação de parentesco com o aliciador ou intermediário. (PR4, GO, escrita)
Promessa de fácil obtenção de dinheiro ? (PR5, GO, escrita)	Dependência econômica para pagamento de despesas de viagem (PR6, GO, escrita)
1 - Pobreza ; 2 - Supremacia material. (PR7, GO, escrita)	Pobreza e baixa instrução (PR8, DF, escrita)

Fonte: Ministério Público Federal.

Em todas as entrevistas realizadas a questão material aparece elencada nas respostas dos Procuradores da República com vocábulos que se referem diretamente à questão: “pobreza”, “pobres”, “hipossuficiência econômica”, “grave hipossuficiência econômica”, “dinheiro”, “dependência econômica” e “pobreza” (duas vezes).

Observa-se que a visão de vulnerabilidade dos Membros da Procuradoria da República que atuaram em processos de tráfico internacional de pessoas é, em geral, uma medida da marginalização econômica; em todas as respostas dos Procuradores, um traço de questão econômica é apontado como fator de vulnerabilidade.

Políticas públicas que caminhem no sentido de abrir oportunidades a um trabalho com melhor remuneração às pessoas vulneráveis expostas ao tráfico internacional se apresenta como um necessário à prevenção da ocorrência desse delito.

No tópico seguinte, passa-se à questão da efetividade dos processos de enfrentamento ao tráfico.

3.3.1.4 O que é preciso para um processo mais efetivo?

O sentido de processo efetivo utilizado nesse ponto refere-se àquele em que foram esclarecidas as questões necessárias à apuração dos fatos e à obtenção de uma sentença quanto à configuração ou não da atividade criminosa.

Os Procuradores da República foram chamados a elencar, de forma objetiva, no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entendem como necessárias para que sejam sanadas as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas, tornando-as mais efetivas, assim entendida a característica voltada ao esclarecimento dos fatos apurados de forma mais ágil.

Uma análise das carências relacionadas permite concluir a preocupação dos Procuradores com a necessidade de especialização, não somente de ambientes de persecução (Delegacias e Varas), mas também com técnicas especiais de investigação voltadas ao tráfico de pessoas:

Quadro 5 – Análise das carências feita pelos procuradores

<ul style="list-style-type: none"> - Filmagem deveria ser feita em todos os flagrantes do tipo; do local - As vítimas precisam de forte apoio social do Estado para terem segurança de testemunhar; - Melhor colaboração do Estado estrangeiro que recebe as vítimas (para o flagrante; periciamento do local; colheita de testemunhos diretos, etc.). (PR1, GO, escrita) 	1. Fiscalização nos aeroportos; 2. Obstar a coação de testemunhas e 3. Usar tecnologia. (PR2, GO, escrita)
A maior dificuldade probatória reside na dispersão e perda de contato com vítimas e testemunhas. Visando melhorar a colheita e a reprodução judicial da prova, sugere-se: 1. Norma de inclusão temporária de vítimas em programas sociais, similar à Lei Maria da Penha;	A maior dificuldade probatória reside na dispersão e perda de contato com vítimas e testemunhas. Visando melhorar a colheita e reprodução judicial da prova, sugere-se: 1. Norma de inclusão temporária de vítimas em programas sociais, similar à Lei Maria da Penha;

2. <i>Criação de delegacias e varas judiciais especializadas, ainda que não exclusivas ao tema.</i> (PR3, GO, escrita)	2. <i>Criação de delegacias e varas judiciais especializadas, ainda que não exclusivas ao tema.</i> (PR4, GO, escrita)
1. maior investimento em recursos humanos e tecnológicos; 2. <i>maior especialização dos órgãos encarregados no combate ao tráfico de pessoas;</i> 3. maior celeridade na colheita provas; 4. <i>especialização dos órgãos encarregados no combate ao tráfico de pessoas.</i> (PR5, GO, escrita)	1. Melhorar o rastreamento dos recursos auferidos com a prática ilícita; 2. Melhorar a coleta de provas do local de destino das vítimas; 3. No caso de exploração sexual, retratar melhor o local em que as vítimas são exploradas. (PR6, GO, escrita)
1 - Desburocratização do IPL; 2 - <i>Utilização de outras técnicas especiais de investigação;</i> 3 - Trabalho de campo mais qualificado. (PR7, GO, escrita)	Falta de serviço de atenção e apoio às vítimas, capacidade de identificar as vítimas e registrar documentalmente e pericialmente os eventos em relação a cada uma delas, melhoria da cooperação internacional para introdução do método direto, sem necessidade de autoridade central. (PR8, DF, escrita)

Fonte: Ministério Público Federal.

Já a questão da prova aparece de forma mais acentuada na preocupação dos Procuradores da República; todas as entrevistas realizadas, sem exceção, apresentam trechos em que os Membros noticiam, ao menos indiretamente, um fato relacionado à obtenção da prova:

Quadro 6 – Obtenção de prova no discurso dos procuradores

- Filmagem deveria ser feita em todos os flagrantes do tipo; do local - As vítimas precisam de forte apoio social do Estado para terem segurança de testemunhar; - Melhor colaboração do Estado estrangeiro que recebe as vítimas (para o flagrante; periciamento do local; <i>colheita de testemunhos diretos</i> , etc.). (PR1, GO, escrita)	1. Fiscalização nos aeroportos; 2. <i>Obstar a coação de testemunhas</i> e 3. Usar tecnologia. (PR2, GO, escrita)
A maior dificuldade probatória reside na dispersão e perda de contato com vítimas e testemunhas. <i>Visando melhorar a colheita e a reprodução judicial da prova</i> , sugere-se: 1. Norma de inclusão temporária de	A maior dificuldade probatória reside na dispersão e perda de contato com vítimas e testemunhas. <i>Visando melhorar a colheita e reprodução judicial da prova</i> , sugere-se: 1. Norma de inclusão temporária de vítimas

vítimas em programas sociais, similar à Lei Maria da Penha; 2. Criação de delegacias e varas judiciais especializadas, ainda que não exclusivas ao tema. (PR3, GO, escrita)	em programas sociais, similar à Lei Maria da Penha; 2. Criação de delegacias e varas judiciais especializadas, ainda que não exclusivas ao tema. (PR4, GO, escrita)
1. maior investimento em recursos humanos e tecnológicos; 2. maior especialização dos órgãos encarregados no combate ao tráfico de pessoas; 3. maior celeridade na colheita provas; 4. especialização dos órgãos encarregados no combate ao tráfico de pessoas. (PR5, GO, escrita)	1. Melhorar o rastreamento dos recursos auferidos com a prática ilícita; 2. Melhorar a coleta de provas do local de destino das vítimas; 3. No caso de exploração sexual, retratar melhor o local em que as vítimas são exploradas. (PR6, GO, escrita)
1 - Desburocratização do IPL; 2 - Utilização de outras técnicas especiais de investigação; 3 - Trabalho de campo mais qualificado. (PR7, GO, escrita)	Falta de serviço de atenção e apoio às vítimas, capacidade de identificar as vítimas e registrar documentalmente e pericialmente os eventos em relação a cada uma delas , melhoria da cooperação internacional para introdução do método direto, sem necessidade de autoridade central. (PR8, DF, escrita)

Fonte: Ministério Público Federal.

Uma análise das respostas às deficiências das investigações reside falta de especialização de unidades para persecução criminal (delegacias e varas), além da expertise do trabalho da polícia, que precisa ser melhorado. As respostas dos Procuradores demonstram um descontentamento do trabalho produzido pela polícia investigativa.

O descontentamento é fruto de uma falta de articulação entre as Unidades da Polícia Federal envolvidas na investigação do tráfico de pessoas e a Procuradoria da República. Um diálogo entre as forças de repressão mostra-se necessário para que se dê maior importância na seara investigativa àquelas provas que o Ministério Público Federal entende de maior relevância à propositura da ação penal. As entrevistas deixaram claro que a investigação policial não é uma atividade autorreferente, pois visa subsidiar a persecução penal (MACHADO, 2014, p. 46).

Além disso, o registro feito por um Membro do Ministério Público deixa claro que a atividade de persecução policial não se encerra com a entrega do relatório do inquérito, devendo abranger a atenção à vítima para que não seja alvo de ameaças e coação, pelo menos até que ocorra o depoimento em juízo: “As vítimas precisam de forte apoio social do Estado para terem segurança de testemunhar” (PR1, GO, escrita).

No ponto seguinte, analisa-se a resposta dos Membros entrevistados em relação às interações com a Polícia Federal e a Justiça Federal nos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

3.3.1.5 Os pontos de afinamento e distanciamento interinstitucional

Os Procuradores da República foram chamados a responder a duas perguntas quanto à polícia judiciária; em um primeiro momento, de forma aberta, indagou-se lhes “quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Polícia Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas?” E, num segundo momento, de uma forma mais direta, indagou-se lhes “como está funcionando essa relação?”.

Em relação à segunda pergunta (“como está funcionando essa relação?”), mais fechada, 6 (seis) responderam ser “bom” e 2 (dois) responderam ser “excelente (atende mais de 90% das expectativas)”. Nenhum dos entrevistados opinou ser a relação “ruim”.

Já em relação à primeira pergunta (“quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Polícia Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas?”), mais aberta, apenas dois Procuradores da República responderam à pergunta, da seguinte forma: “Excelente, quanto ao Estado de Goiás, onde atuei em casos do tipo” (PR1, GO, escrita); “Pouca prioridade ao tema. Pouca preocupação com o rastreamento dos ativos obtidos pelas associações ou organizações criminosas” (PR8, DF, escrita).

Um dos Procuradores identifica-se com o afinamento ou com o distanciamento interinstitucional em relação à Polícia Federal e à Justiça Federal nas investigações de tráfico de pessoas. Destacamos a seguinte resposta por parte de um Membro da Procuradoria: “É preciso adotar critérios para a eleição de prioridades sobre a oportunidade da ação penal, a fim de que casos graves, como os de tráfico humano, possam ser prioritários; é preciso também educar os operadores de toda a justiça para lidar com o preconceito contra as vítimas” (PR8, DF, escrita).

De fato, o registro do Membro da Procuradoria se insere no âmbito do enfrentamento ao tráfico. O esforço à obtenção de um patamar aceitável de resposta do Estado ao crime de tráfico de pessoas passa primeiramente pelo respeito à pessoa da vítima, que algumas vezes é deturpado pelo próprio grupo de trabalho¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Registramos o desrespeito por um membro da polícia judiciária federal durante a oitiva de vítimas da chamada Operação Castanhola, ocorrida no Estado de Goiás, no ano de 2006. Enquanto uma vítima era ouvida logo após o cumprimento dos mandados de prisão e busca na região de Goiânia, Anápolis e entorno, um policial

A crítica à ausência de prioridade sobre questões de tráfico de pessoas já fora detectada anteriormente por Frinhani (2014), mesmo em relação ao segmento de Membros do Ministério Público Estadual e que deveriam ser sempre sensíveis ao diagnóstico de casos que podem aparecer transversalmente às temáticas que lhe são constitucionalmente afetas. A respeito, em entrevista colhida por Frinhani (2014), um Membro do Ministério Público se manifestou:

A exigência que se coloca para o promotor é uma exigência pesada. Qual é a tendência: você abandona o que vai resolver o problema sistêmico, e faz o varejo obrigatório. Aí a gente tem duas maneiras de resolver: ou mexer no obrigatório, desobrigar as várias coisas, ou aumentar a estrutura de você fazer a comunicação, e ainda assim você vai enfrentar tudo isso, mas você vai mexer numa cultura, numa pessoa que foi formada para mexer com processo, não pra mexer com investigação. Alguns vão lá, com a cara e a coragem, igual Dom Quixote, com a espada dele. Existe um problema estrutural que vai ser mexido. (P6) (p. 100)

Trata-se do discurso da abstenção da luta pelos direitos humanos em virtude da sobrecarga de trabalho e da “cultura cartorária” (FRINHANI, 2014, p. 100), limitadora à atuação em prol das políticas públicas assumidas, inclusive, pelo Órgão de representação do entrevistado, mesmo em face de sua independência funcional.

A pesquisa envolveu também a percepção da atividade judicial na visão dos Procuradores. Questionados sobre o funcionamento da relação entre Ministério Público e Justiça, 1 (um) Procurador respondeu “ruim” e 7 (sete) responderam “bom”. Ninguém opinou ser a relação “excelente (atende mais de 90% das expectativas)”. Solicitados a informar, de seu ponto de vista, quais são as dificuldades encontradas na relação do trabalho com a Justiça Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas (pergunta aberta), 2 (dois) Procuradores registraram as seguintes respostas: “Embora os flagrantes sejam autorizados, as penas costumam ser baixas – atribuo isto ao machismo de nossa cultura que encara o consentimento da vítima como forte atenuante em crimes do tipo” (PR1, DF, escrita); “Pouca prioridade do tema, demora das ações” (PR8, DF, escrita).

Um dos Membros do Ministério Público Federal identifica um reflexo pessoal da formação dos Magistrados durante a atividade jurisdicional: o “machismo”, caracterizado pelo exagerado senso de orgulho masculino e que termina por estereotipar o sexo contrário, agregando-lhe características como a “fragilidade”.

federal vindicava em alta voz pelos corredores “... e eu tenho que ficar aqui ouvindo ‘puta’”. O comportamento, a par de inoportuno, constrangia a autoridade policial encarregada da Coordenação das atividades, também pesquisador desta tese, em decorrência da presença da própria vítima naquele local (informação verbal).

Há, então, uma luta das organizações para agregar seus Membros em torno da meta comum em cumprimento do discurso dos direitos humanos, mas que nem sempre se percebe nas individualidades daqueles que ocupam a função pública.

No próximo item explora-se as premissas decisórias, finalísticas e a cultura organizacional dos Membros da Polícia Federal afrente das investigações de tráfico de pessoas.

3.3.2 As narrativas dos Delegados Federais investigadores

Os estudos policiais, mais que uma problemática social, configuram uma legítima questão sociológica, com seus desafios e possibilidades de interpretação. Para os pioneiros pesquisadores da violência, era suficiente à sua compreensão trata-la como uma explicação genérica, cuja responsabilidade estava no Estado, detentor do monopólio estatal da violência legítima (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2017; MUNIZ, 1999; ADORNO, 2001).

A polícia passa, então, a fazer parte de uma ampla discussão da problemática sociológica:

seja do ponto de vista dos estudos sobre suas práticas, seja do ponto de vista das violações de direitos humanos que elas produzem, seja através das políticas públicas que elas encarnam, seja a partir de suas relações com diferentes segmentos da sociedade brasileira (KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000, p. 52).

As questões relativas à polícia se deslocam da periferia para o centro, passando ao ator institucional fundamental no processo de segurança e política pública; administrando, “mais imediatamente, as inseguranças e violações dos e sobre os outros, e sua exposição ao risco” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2017, p. 161), fazendo com que a discussão sobre o fluxo de investigação policial, em virtude da plasticidade da categoria políticas públicas interesse à presente pesquisa.

Em pesquisa realizada sobre os estudos policiais nas ciências sociais Muniz, Caruso e Freitas (2017, p. 164) apontam que o tema “Cultura organizacional e saberes e práticas policiais” foi objeto de 81 publicações em revistas no quadriênio 2013-2016, classificadas como A1, B1, A2 e B2, lugar em que “estão abrigados trabalhos relacionados às visões do mundo, às práticas e saberes policiais, às representações sociais e identidades profissionais, às moralidades, às lógicas de funcionamento, aos rituais e ao ethos policial” (Ibid., p. 165), em que as pesquisas empíricas ganham centralidade.

O estudo da polícia e de sua funcionalidade preocupa o ponto de vista organizacional sistêmico, já que vários casos em pesquisas apontaram como fatores chave, em relação ao tráfico de pessoas, as falhas daqueles que fazem as prisões sem atentar apropriadamente às revelações de vitimização das pessoas traficadas (HALES, 2017), o que atenta à necessidade de estudar as corporações visando suas relações com as vítimas.

Nesse sentido, a pesquisa englobou a visão dos policiais federais no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Inicialmente, contou com a participação de 21 (vinte e um) Delegados de Polícia Federal, os quais responderam à pesquisa escrita. Entretanto, considerando o eixo norteador, analisou-se apenas as respostas daqueles que já houvessem conduzido investigações no tema tráfico de pessoas, em consonância com a regra aplicada aos demais grupos de entrevistados (Procuradores e Magistrados Federais).

O formulário F5 – Delegados Federais foi preenchido no período de 14 a 16 de outubro de 2018, sendo consideradas, então, apenas as entrevistas com 4 (quatro) Delegados Federais, sendo um de Roraima (entrevistado em 3 de março de 2017), um da Bahia (entrevistado em 9 de março de 2017), uma de São Paulo (entrevistada em 9 de março de 2017) e uma do Ceará (entrevistada em 14 de setembro de 2018).

Em relação aos Delegados entrevistados, apenas 1 (uma), lotada no Ceará, consentiu que a entrevista fosse oral e gravada; os demais forneceram a entrevista por escrito.

3.3.2.1 Dados técnicos dos Delegados entrevistados

Em relação ao tempo em que ocupa cargo de Delegado Federal, tem-se a distribuição da Tabela 119 (abaixo).

Tabela 119 – Tempo que ocupa cargo de Delegado Federal

Tempo (em anos)	Contagem
10	1
11	2
13	1
Total	4

Fonte: Departamento de Polícia Federal.

Metade dos delegados eram do sexo masculino e a outra metade, do sexo feminino.

3.3.2.2 O que é preciso para um processo mais efetivo?

O sentido de processo efetivo utilizado neste ponto refere-se àquele em que foram esclarecidas as questões necessárias à apuração dos fatos e à obtenção de uma sentença quanto à configuração ou não da atividade criminosa.

Os Delegados que atuaram diretamente na condução de inquéritos, visando o enfrentamento ao tráfico de pessoas, foram instados a elencar, de forma objetiva, no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entendem como necessárias de serem sanadas para que as investigações nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis.

Destacam-se trechos de duas entrevistas distintas, nas quais as autoridades policiais citam a necessidade de especialização à subunidade envolvida no enfrentamento ao tráfico de pessoas:

Quadro 7 – Carências apontadas pelos Delegados Federais

1. Mais Delegados presidindo IPLs; 2. Mais estrutura de investigação; 3. Menos IPLs de outras áreas (DPF2, BA, escrita)	Não há equipe para ajudar a autoridade policial; 2. <i>Há carga de 200 IPLs [inquéritos] de assuntos junto;</i> 3. Delito cujas vítimas não colaboram. (DPF3, SP, escrita)
--	---

Fonte: Departamento de Polícia Federal

A ausência de estrutura para lidar com questões do tráfico de pessoas não é nova: a pesquisa de Sacco (2006) já apontava que 38% dos policiais e persecutores entrevistados ligavam a deficiência de estrutura às dificuldades de lidar com o tráfico internacional.

No caso dos policiais, a estrutura disponibilizada (veículos, recursos humanos, verbas), aliada às novas técnicas de investigação (equipamentos de escuta ambiental, infiltração), é primordial não somente como incentivo aos policiais, mas também como forma de afasta-los às oportunidades de corrupção, pois estão mais suscetíveis quanto mais diretamente ligados à criminalidade (SACCO, 2006).

O interesse na criação de unidades especializadas na investigação do tráfico de pessoas no interior da Polícia Federal coincide com a crítica dos Procuradores da República nas entrevistas anteriores, devendo constar das premissas decisórias em políticas públicas voltadas ao enfrentamento.

Em outro depoimento, uma delegada alerta à necessidade de treinamento do pessoal envolvido diretamente na luta contra o tráfico de pessoas:

Entrevistador: Você pode me dar três carências, por ordem de prioridade, para melhorar as ações penais nos casos de tráfico de pessoas; o que você acha que poderia fazer pra melhorar?

Treinamento, porque o pessoal ainda não tem Know how; pessoal precisa ter um treinamento porque o nosso pessoal recebe essas investigações e fica perdido. Envolve dois países, entrar em contato com a Interpol, não fizer esse trabalho. Tem que ter treinamento. Treinamento para recepcionar a vítima. Poderia ter alguma forma de agilizar os pedidos de cooperação; entrar em contato com os outros países pra agilizar esses países, porque quanto antes você tem essa resposta, mais rápido você concluiu a investigação e a chance de ter um êxito maior. Mais divulgação, porque na época daquela novela Salve Jorge as pessoas viam passando e começaram a passar mais informação. (DPF4, CE, oral)

As respostas sugerem que a ausência de especialização, aliada à sobrecarga de trabalho, tem dificultado as atividades da polícia judiciária. Essa necessidade de especialidade, em função das especificidades do crime de tráfico de pessoas, também aparece de forma eloquente nas entrevistas realizadas com Procuradores da República.

Reaparece na entrevista da DPF4, CE, oral, uma questão que já fora detectada anteriormente em pesquisa envolvendo representações sociais sobre a atividade policial no Sistema de Justiça Federal a respeito da persecução penal nos crimes de corrupção e delitos econômicos: a “falta de pessoal e de conhecimento técnico em alguma medida” (ZACKSESKI; MACHADO; MACIEL, 2018, p. 373).

Essa falta de “gente”, inclusive, já foi objeto de crítica por parte de Delegado da Polícia Federal ligado a uma das diretorias do órgão em Brasília:

Na verdade [...] a grande dificuldade pelo que passa o departamento de Polícia Federal é o grande número de atribuições X efetivo diminuto, grande número de atribuições inclusive de caráter administrativo [...]. Nós somos responsáveis hoje pela emissão de passaporte que é um trabalho burocrático, enfim, é nosso em função da constitucional [sic] da Polícia Federal exercer essa parte de controle aeroportuário e de fronteiras – eu entendo que poderia ser tirado, você faz a parte de segurança privada, essa parte de controle de banco, de segurança dos bancos; a parte de empresas de transporte de valores [...] se o cara está usando colete, se a arma está legal – essa é outra atribuição administrativa, deixa eu ver se me recordo de outra ... a parte de arma, a parte de produtos químicos, você tem tudo num órgão só, uma concentração muito grande de funções administrativas que demandam tempo e recursos, aí sobra um efetivo muito pequeno para a parte-fim, o objetivo da Polícia que seria a parte de investigação (E DF DPF 1) (ZACKSESKI; MACHADO; MACIEL, 2018, p. 380).

Como os mecanismos de seleção podem ter origem no próprio quadro coator, os estudos organizacionais sugerem que a diferenciação funcional dos sistemas orientam novas

orientações internas em relação ao seu ambiente, incorporando critérios, valores, técnicas e outras formas específicas de padrões próprios de seleção (LUHMANN, 1985; MACHADO, 2014), em que a seleção na economia do “emprego de recursos escassos é frequentemente apontado como justificava para a renúncia à persecução do direito” (OLIVEIRA, 2018, p. 41), a par de se tratar de um argumento não jurídico.

É preciso lembrar a possibilidade de o argumento anterior de “escassez de recursos” camuflar outro fator de seleção “que se desenvolve e estabiliza ao nível casuístico, factual, como é o caso do ‘olhar treinado’ do profissional que reconhece o que parece ser suspeito” (LUHMANN, 1985, p. 78-79) (MACHADO, 2014; OLIVEIRA, 2018).

Os relatos comprovam achados de anteriores pesquisas que evidenciam o amplo poder discricionário histórico da polícia, filtro que “afeta grande parte do funcionamento sistêmico” (MACHADO, 2014, p. 17) e pode ser conceituada como a capacidade dos atores imbuídos do poder de investigação para, mediante habilidades específicas (saberes-poderes), orientar sua estratégia de trabalho e talhar eles próprios por “potestade seletiva” sua forma de atuação (Ibid., p. 18).

Outro ponto relevante que aparece nas investigações afetas ao tráfico internacional de pessoas é ausência de apoio à autoridade policial após a deflagração das operações: “Não há equipe para ajudar a autoridade policial” (DPF3, SP, escrita). Muito embora a deflagração de uma “operação” pela Polícia Federal encerra uma cena importante no “teatro” da investigação, com o clímax da espetacularização, logo em seguida os poucos recursos são voltados a novas “operações”, que novamente reproduzirão os holofotes sobre a organização policial, fazendo com que aquele primeiro espetáculo seja paulatinamente esquecido e, seus responsáveis internos, lançados ao limbo.

Essa “tourné” já foi objeto de críticas por autoridades policiais em estudo de grupos focais sobre os delitos de corrupção e econômicos, o qual focou a atividade policial no Sistema de Justiça Federal:

- Conduzir uma operação é desgastante, é cansativo e gera consequências. Você combater crime organizado tem problemas. – Por exemplo, se você está com filho pequeno, por exemplo, rotina é bom.
- Às vezes tem momentos. Eu vou combater o crime organizado nesses dois anos, depois eu quero trabalhar um ano trabalhando com uma coisa mais tranquila. Por que? Uma operação é 11, 12, 13, 14 horas por dia.
- Final de semana.
- Final de semana, às vezes, de madrugada, você vive tranquilo.
- É que o vagabundo não combina expediente com a gente, né? (GF DF 2 DPF 1 e 2) (ZACKSESKI; MACHADO; MACIEL, 2018, p. 376)

De fato, investigações envolvendo o tráfico de pessoas são difíceis não somente por envolver legislações diferentes de países de envio e destino das vítimas; a questão que se põe, como em outras, é o esforço hercúleo à obtenção da prova em que se lança a autoridade policial no exíguo tempo para a conclusão legal da investigação – em geral, 15 (quinze) dias, prorrogável¹⁴⁹ – visando convencer os outros atores da prática delituosa e, com isso, consolidar seu trabalho¹⁵⁰.

A questão do sucesso das investigações, inclusive de tráfico internacional de pessoas, é, então, não somente uma questão de qualificação, mas também de motivação (ZACKSESKI; MACHADO; MACIEL, 2018, p. 378).

Daí decorre a necessidade de se interrogar o sistema psíquico e ouvir além do “lugar comum”: ouve-se a organização, a qual está usando a boca do sujeito (PIRES, 2004). Os sistemas de pensamento trazem consigo germes internos, os quais se exprimem nas decisões, capazes de gerar bifurcações e uma dimensão transformadora.

Nesse sentido, o sistema de pensamento sistêmico, da organização, conta com a experiência cognitiva dos indivíduos que a compõem através de seus sistemas psíquicos. As organizações se valem dos sistemas psíquicos para tomar suas decisões, construindo interdependências historicamente consideradas.

A análise dos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, no campo empírico, deixa claro que uma investigação atingir seu objetivo não é um fato do sistema de pensamento sistêmico, o qual orienta o agir do membro da organização pautando-se em escolhas por ela pré-determinadas; o sucesso de uma investigação depende sim da motivação do sistema psíquico dos indivíduos que a compõem:

Deu mais que uma amornada. O que aconteceu aqui no estado de São Paulo parece um reflexo, reflete-se em outras realidades. Salvador tá passando pela mesma situação. Desconstrução. Fechou, ninguém mais, parece que colocam um indivíduo chave quando eu quero desconstruir tudo. Parece que aconteceu isso aqui em SP, em Salvador, em outras cidades ... parece que está agonizando. Por que? Se esta temática fosse institucionalizada e não fosse somente as pessoas de boa vontade que

149 “Art. 66. O prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias, a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juiz a que competir o conhecimento do processo. Parágrafo único. Ao requerer a prorrogação do prazo para conclusão do inquérito, a autoridade policial deverá apresentar o preso ao Juiz” (BRASIL, 1966).

150 Ao deflagrar aquilo denominado “Operação”, a autoridade policial encerra uma etapa importante de convencimento interno de seus superiores a respeito do desempenho de seu trabalho. As buscas e, principalmente, as prisões, que lançam o nome da organização policial na sociedade, são o resultado positivo que satisfaz a alta cúpula interna. Entrementes, após os “louros” da vitória, que são distribuídos coletivamente no espaço da organização, resta o manejo interno do inquérito policial, distinto do primeiro resultado e no qual a autoridade policial deve demonstrar, de forma qualificada, a existência de elementos que convença dois outros autores eminentemente técnicos: o Procurador da República e o Juiz Federal. Nessa segunda fase, a autoridade policial é esquecida pela organização policial.

estão nas pontas das instituições, mas se as instituições assumissem esta bandeira, seria diferente. Porque quando você tirasse aquela pessoa que está ali, a instituição teria que manter a ideia. [...] Mas quando você não se compromete, quando o estado não incorpora para si enquanto política pública, aí a gente vai voltar na questão da política pública. Você tem isso, só se faz se houver vontade política daquele agente que está naquele momento político conveniente para ele ali, se não tem, ele muda seu panorama e diz que agora não quer isso, não quer Tráfico de Pessoas e vai tratar da questão de quilombolas, ou LGBT. (P2) (FRINHANI, 2014, p. 164)

Voltando à nossa listinha do porque as coisas funcionam ou não funcionam é: comprometimento institucional e pessoal, então a gente tinha que colocar os dois, que envolve uma questão de capacitação, talvez até uma sensibilização, porque eu acho que a sensibilização vem antes da capacitação. A pessoa que está sensibilizada tem o interesse em ser capacitada. (...) Tipo assim, isso aqui não me interessa, vou engavetar, isso aqui não me dá visibilidade política. (P7). (FRINHANI, 2014, p. 164)

Os depoimentos acima, colhidos em entrevista de estudo já realizado sobre a temática do tráfico de pessoas, explicam o resultado da pesquisa empírica qualitativa realizada em parte dos inquéritos e ações penais sobre tráfico de pessoas em São Paulo. A alta rotatividade de autoridades policiais que presidiram os inquéritos e a abundante renovação de pedido de dilação de prazo para a conclusão das investigações são o resultado estatístico de uma desmotivação dos sistemas psíquicos individuais que compõem a organização policial.

3.3.2.3 Os pontos de afinamento e distanciamento interinstitucional

Dos entrevistados, 3 (três) Delegados responderam que a relação com o Ministério Público Federal é ruim e apenas 1 (um) disse que é boa; em relação ao Judiciário Federal, 3 (três) Delegados responderam que a relação é boa e apenas 1 (um) disse que é ruim.

Os Delegados foram instados a responder à seguinte pergunta “quais são os pontos que Vossa Excelência identifica com o afinamento ou com o distanciamento interinstitucional em relação ao Ministério Público e o Judiciário Federal nas investigações de tráfico de pessoas?”.

Apenas uma Delegada, entre os entrevistados, respondeu a esse questionamento; pela importância, reproduz-se a resposta na íntegra:

Entrevistador: Quais as dificuldades você encontra na relação com o MPF e com a Justiça na questão do desenvolvimento do trabalho afeto a essa área afeto ao tráfico de pessoas?

Não, não tive dificuldade nenhuma. (DPF4, CE, oral)

Entrevistador: Em uma palestra você tinha citado a respeito de um pedido de cooperação que o MPF estava brigando ...como que resolveu isso?

É porque, foi assim ... a Procuradora na hora da representação da parte internacional ela não deu andamento, mas a gente contornou fazendo os pedidos para o juiz; pelos menos para prender; aí eu não sei, mas o tempo todo ela ajudou bastante. (DPF4, CE, oral)

Entrevistador: Mas em geral você consegue ver dificuldade com esse trabalho com o Ministério Público? Entre ruim, bom e excelente.

Fica entre o bom e o excelente; mais pra excelente. Mas eu não posso porque teve esse pequeno detalhe aí [referindo-se ao item anterior]; fica mais no bom. (DPF4, CE, oral)

Entrevistador: Do seu ponto de vista, como você avalia o trabalho com as outras instituições, como você identifica o afinamento ou o distanciamento interinstitucional entre polícia, Ministério Público, Judiciário?

Nós somos aqui bem próximos, ele é bom. (DPF4, CE, oral)

A relação entre a Delegada Federal e a Procuradora da República no curso do pedido de cooperação internacional sugere a existência de ruído indesejável no campo da comunicação entre as decisões dos diferentes atores no momento da disputa por um instrumento de poder: o processo de cooperação internacional.

Na fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, ao tomar conhecimento desde o início de que sua entrevista estava sendo gravada, o entrevistador percebeu que a entrevistada (DPF4, CE) mostrou-se reticente em exprimir mais assertivamente a ausência de sintonia com a Procuradora da República em um dos casos – “operações”, na linguagem policial – que coordenou no enfrentamento ao tráfico de pessoas, denominada “Marguerita”, em respeito, assim, à capacidade de expressão dos interesses que a sua posição nas relações de poder lhe assegura (BOURDIEU, 1998, p. 165).

3.3.3 As narrativas dos Magistrados Federais

A pesquisa qualitativa de campo envolveu entrevista em profundidade com Magistrados Federais. Buscou-se conhecer o principal ponto ligado à vítima (vulnerabilidade) na visão do campo de atuação desses profissionais diante da persecução criminal. Demais questões ligadas à observação das carências dos processos afetos ao tráfico internacional de pessoas na visão togada foram objeto de destaque.

As entrevistas envolveram também a atuação dos demais interlocutores do processo penal (Procuradores e Delegados de Polícia) no enfrentamento ao tráfico de pessoas na visão dos Magistrados Federais, de maneira a privilegiar a fala dos atores incumbidos dos desfechos em primeiro grau dos casos de tráfico de pessoas.

As entrevistas foram realizadas mediante o preenchimento de formulário pelos Magistrados Federais quando estes não puderam ou não se dispuseram a gravar entrevistas. Em apenas três casos, 2 (dois) em São Paulo e 1 (um) no Rio de Janeiro, os Magistrados Federais se dispuseram à realização de entrevistas gravadas, as quais foram transcritas

posteriormente. Nos demais casos, 6 (seis) ao total, os entrevistados preencheram formulários respondendo as questões, as quais alimentaram bancos de dados para fins de estatística.

O formulário F6 – Juízes Federais foi preenchido a partir de entrevistas com 9 (nove) Juízes Federais, sendo um do Ceará (entrevistado em 19 de setembro de 2018), 3 (três) de Goiás (entrevistados em 28 de junho de 2017, 28 de junho de 2017 e 8 de agosto de 2017), um de Pernambuco (entrevistado em 4 de setembro de 2018), um do Rio de Janeiro (entrevistado em 26 de janeiro de 2018), um de Rondônia (entrevistado em 3 de julho de 2017) e (2) dois de São Paulo (ambos entrevistados em 26 de janeiro de 2018).

Para a pesquisa com os Magistrados Federais foram selecionadas autoridades que já houvessem atuado em casos de enfrentamento ao tráfico de pessoas; apenas um Magistrado Federal de uma Vara em Salvador, Bahia, não respondeu à pesquisa escrita.

3.3.3.1 Dados técnicos dos Magistrados

Em relação ao tempo em que o Membro ocupa cargo no Judiciário Federal, tem-se a distribuição da Tabela 120 (abaixo).

Tabela 120 – Tempo que o Membro ocupa cargo no Judiciário Federal

Tempo (em anos)	Contagem
3	1
7	1
12	1
15	1
20	2
21	2
23	1
Total	9

Fonte: Justiça Federal.

Em relação ao sexo, 5 (cinco) dos Juízes são do sexo masculino e 4 (quatro), do sexo feminino. As Magistradas Federais do sexo feminino referem-se ao Estado de Pernambuco (uma), São Paulo (duas) e Rio de Janeiro (uma). O Estado de representação do Magistrado Federal refere-se àquele em que atuou na condução de processos envolvendo o tráfico de

pessoas, condição desejada para a pesquisa. Dessa forma, é possível que o Magistrado tenha respondido à questão encontrando-se atualmente em jurisdição diversa daquela em que atuou no processo de tráfico de pessoas.

O gênero (masculino ou feminino) do interlocutor auxiliará na elaboração de premissas finalísticas, principalmente no aspecto ligado à vítima, visando verificar sua influência em relação à percepção positiva ou negativa à configuração da vulnerabilidade da pessoa aliciada.

3.3.3.2 A cooperação internacional na visão dos Magistrados

Como fatores desfavoráveis à colheita da prova no tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, podemos citar:

- a) o Brasil possui divergências culturais, econômicas e linguísticas com os países de destino, o que, por vezes, dificulta a ação das autoridades policiais de ambos os países envolvidos;
- b) a diferença de fuso horário entre os países de origem, no caso o Brasil, e os países de destino das vítimas traficadas, como Portugal, Espanha e Suíça, trazendo prejuízos aos contatos e às ações policiais conjuntas simultâneas. A Suíça, por exemplo, país que coopera grandemente com o Brasil na repressão ao tráfico de pessoas, possui 5 (cinco) horas de diferença de fuso horário em relação ao nosso país, sendo que, no período sazonal do horário de verão, essa diferença decresce para 3 (três) horas;
- c) diferença de legislação entre os países envolvidos, fazendo com que as solicitações das autoridades brasileiras tenham que respeitar prazos e procedimentos diferentes na justiça estrangeira e que não coincidem, muitas das vezes, com aqueles estabelecidos no código de processo penal nacional;
- d) ausência de colaboração das vítimas do tráfico internacional de pessoas, pois muitas vezes não se veem nessa condição em virtude do aviltamento de seus mais elementares direitos humanos, ante o desamparo material e emocional a que estão submetidas anteriormente a seu aliciamento, fazendo com que a viagem ao exterior seja vista como oportunidade de melhora de vida, mesmo que isso importe na privação de sua liberdade¹⁵¹ e sujeição corporal à prática do sexo.

¹⁵¹ Em vários casos de tráfico internacional de pessoas, os passaportes e os bilhetes de passagem são retidos pelos aliciadores até o pagamento total da dívida advinda de adiantamentos para compra de passagem, malas e roupas.

Em geral, em virtude das intimidações dos aliciadores e do caráter ostensivo de seu patrimônio, as vítimas se acham em condição vulnerável, havendo que se buscar outras provas que podem auxiliar no trabalho investigativo (DORNELAS, 2017). Nesse contexto, a cooperação internacional é imprescindível à obtenção de elementos para elucidação da ocorrência ou não do tráfico de pessoas, a fim de que não haja contaminação de nulidade da prova, muito embora a atual “roupagem” do crime tipificado no artigo 149-A do Código Penal trate a infração como sendo de caráter formal¹⁵².

Em relação aos Magistrados Federais entrevistados, somente 1 (um) Juiz respondeu negativamente quanto a haver pedido de cooperação internacional na fase judicial. Dos 8 (oito) que responderam haver pedido de cooperação internacional na fase judicial, 7 (sete) afirmaram que a cooperação foi efetiva, com a realização de atos de diligências no curso da ação penal, e um não respondeu a essa última pergunta.

Questionados se as medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos, 5 (cinco) responderam “de 50 a 80%”, 2 (dois) responderam “mais de 80%”, e os demais não responderam.

Àquelas Magistradas que se prestaram à entrevista oral corresponderam às estatísticas; os casos tratados demonstraram que a cooperação ainda não estava madura o suficiente para servir às investigações de tráfico de pessoas:

Entrevistador: Pedido de cooperação na fase judicial, quando precisou, foi efetiva, o DRCI, o país de destino, atendeu?

A cooperação mudou muito; na época em que eu julguei esses processos ela deixou a desejar. (JF 03, RJ, oral)

Entrevistador: Houve pedido de cooperação internacional na fase judicial?

Não em todos, eu diria que em 80%. (JF 02, SP, oral)

Entrevistador: Esse pedido de cooperação tem sido efetivo, o pessoal tem cumprido no outro país?

Sim, satisfatoriamente 50% em razão da celeridade, não foi muito rápido. (JF 02, SP, oral)

Para exemplo, vide autos dos processos 2001.35.00.007519-8, 2004.35.00.013523-5, 2004.35.00.013511-5, 2004.35.00. 013523-5, 2005.35.00.023131-6, 2005.35.00.003014-1, 2006.35.00.006030-9 e 2006.35.00.017146-5, todos da Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Goiás.

¹⁵² “O crime material ou de resultado descreve a conduta cujo resultado integra o próprio tipo penal, isto é, para sua consumação é indispensável a produção de um dano efetivo. O fato se compõe da conduta humana e da modificação do mundo exterior por ela operada” (BITTENCOURT, 2017, p. 255). Como exemplo, cita-se o homicídio e o furto em que, para sua configuração, é exigida a morte da vítima e subtração de determinada coisa da posse de alguém, respectivamente. “O crime formal também descreve um resultado, que, contudo, não precisa verificar-se para ocorrer a consumação. Basta a ação do agente e a vontade de concretizá-lo” (BITTENCOURT, 2017, p. 255). Como exemplo cita-se o crime de injúria verbal em que, para sua configuração basta a chegada da ofensa ao conhecimento do ofendido, independentemente de qualquer alteração material no mundo exterior.

Percebe-se das entrevistas que os Magistrados compreenderam a necessidade da prova técnica da cooperação ao deferi-la, mas que as interações no campo dos arranjos, embora surtissem o efeito para a Polícia Federal, não ressoaram de forma satisfatória no campo judicial.

3.3.3.3 A vulnerabilidade das vítimas nos processos

Não raras as vezes, a vítima de tráfico de pessoas está em situação de vulnerabilidade econômica, sentimental e material em relação a seus aliciadores, desprovida de quaisquer meios de conforto familiar, sofrendo a amargura do afastamento de seu lar, senão dos filhos (DORNELAS, 2017).

As investigações policiais e os processos judiciais, nos casos de tráfico de pessoas, revelam a dificuldade existente para a produção das provas válidas em juízo. Percebe-se que o estabelecimento de uma relação de confiança com a vítima pode ser crucial para que a própria pessoa traficada perceba o abuso da sua situação de vulnerabilidade pelos aliciadores/traficantes.

Essa relação de confiança é considerada decisiva para garantir a colaboração da pessoa traficada com a investigação policial, sanando as dificuldades probatórias e aumentando a chance de responsabilização dos autores do crime de tráfico de pessoas (TERESI, 2011).

Não há percepção da exploração sofrida, nem muito menos de que foram traficadas. Verifica-se que essas mulheres somente reconhecem o tráfico de pessoa quando há prostituição forçada (por meio de coação e ameaça). O tráfico resultante do aproveitamento da condição de vulnerabilidade da vítima não é reconhecido como tráfico por elas mesmas (TERESI, 2011, p. 50)

A valoração da prova pelos Magistrados Federais no campo processual penal, em se tratando dos crimes de tráfico de pessoas, foi objeto de análise em relação à percepção desses operadores no contexto em que ocorreram os aliciamentos, considerando o contexto em que envolvidas as vítimas. Entre colheita do primeiro depoimento na polícia e a instrução em juízo, as vítimas estão suscetíveis a novo aliciamento, ameaças dos aliciadores e ausência de recursos materiais para prover o próprio sustento e o da família porque a fonte de recursos, mesmo que ilícita, lhes foi retirada, etc.

Os Magistrados Federais foram chamados a responder à seguinte pergunta “Qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador

durante o aliciamento?” As respostas a esse questionamento, considerando o gênero feminino foram:

Entrevistador: Vamos falar de vulnerabilidade; em algum processo específico que tenha havido vulnerabilidade, qual seria o tipo de vulnerabilidade mais evidente que você tenha detectado?

As vítimas, as que eu ouvi, aí eu falo entre aspas, as que eu fiz audiência, não tinha nada de vítima. (JF 1, SP, oral)

Entrevistador: Então vulnerabilidade não tinha?

Não, zero. Primeiro, vinham com umas bolsas melhores que a minha. Outras, chegavam aqui preocupadas com o aspecto do julgamento moral. Vinham aqui vestidas como freiras, puritanas, preocupadas de que fossem tratadas como garotas de programa e a gente tinha que falar algumas coisas; “a Sra. foi para lá, atuou como garota de programa, atuou como garota, quanto era o preço do programa” e elas falavam o preço do programa. (JF 1, SP, oral)

Um dos padrões utilizados pela Magistrada Federal na entrevista para o confronto de vulnerabilidade (“vinham com umas bolsas melhores que a minha”) demonstra percepção sobre um aspecto que pode ou não ser indicativo da vulnerabilidade da vítima.

Na entrevista, a Magistrada de São Paulo demonstra sua percepção na condição de observadora de primeira ordem, havendo participado do ato processual de instrução do processo. Quando a Magistrada faz referência “e elas falavam o preço do programa”, notou-se, pela entonação de voz, que a entrevistada deixou claro a incompatibilidade entre o ganho da pessoa exposta à prostituição (“vítima”) e o ganho obtido com os programas.

Preciso registrar que a Magistrada alude, no contexto, ao caso “Harém”, nome que levou uma investigação conduzida pela Polícia Federal em São Paulo, de grande repercussão, em que os valores dos programas pagos a brasileiras que viajam aos Estados Unidos era da ordem de R\$10.000,00 (dez mil reais), considerado bastante elevado à época de sua ocorrência.

A entrevista com a Magistrada prossegue:

Entrevistador: Elas não se sentiam constrangidas com isso?

Elas se sentiam porque eram audiências com muitos réus, advogados na sala, mas o que elas vinham falar pra mim era: “Dra. o oficial de justiça vai vir aqui em casa? Dra. vou ser procurada de novo? Dra. vou ter que falar de novo? Porque o meu marido atual não sabe”; então, o grande problema de mais de uma delas era que elas refizeram a vida delas com um marido que não sabiam que elas atuavam antes como garotas de programa. (JF 1, SP, oral)

Uma medida necessária aos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, sempre adotada na Seção Judiciária do Estado de Goiás, mediante intervenção da autoridade policial junto ao Magistrado que presidia a audiência, era de que os denunciados por tráfico de

peessoas fossem retirados da sala de audiências por ocasião dos depoimentos de vítimas arroladas pela acusação, possibilitando que pudessem depor com menos constrangimento¹⁵³.

De qualquer sorte, o depoimento da Magistrada deixa claro que as pessoas que se prestam à atividade de prostituição, vítimas ou não, ficam expostas em razão do fato de sua intimidade; a condição de garotas de programa não subtrai, porém, a dignidade que se deve prestar à pessoa humana, impondo-se a adoção de mecanismos capazes de minorar a exposição da vida íntima dos que se dispõem a colaborar com a Justiça.

Na continuidade da entrevista com a Magistrada, percebe-se que uma das evidências utilizadas para se afastar a situação de vulnerabilidade das garotas de programa e, conseqüentemente, a situação de “vítima”, retirando a tipicidade material do crime, é o contato espontâneo realizado para fins de obtenção de tarefas da exploração do próprio corpo:

Entrevistador: Isso tem até um direito de esquecimento, não é?
Tem, tem. Algumas vezes elas ligaram para uma amiga e diziam “ah, arruma alguma coisa aí pra mim”; isso é mais um sinal de que não tinha vulnerabilidade nenhuma. E uma outra questão: algumas delas, essas que participaram de BBB ou outras que participaram do programa do GUGU, sabe aquelas que são famosas ... posso falar o nome aí na gravação? (JF 1, SP, oral)

A garota de programa citada na entrevista abaixo refere-se ainda à Operação Harém, da Polícia Federal de São Paulo. Na ocasião, a garota de programa que se engajara no serviço sexual a clientes já havia ocupado a mídia nacional, participando de cenas televisivas de alta repercussão. A Magistrada contextualiza essa exposição espontânea da “vítima” para indicar a contradição da pretensão da garota de programa, a qual deseja evitar ser ouvida pela Justiça sob o argumento de se resguardar.

Entrevistador: É melhor não, é melhor não.
Celebidades, que você não sabe nem porque são famosas; elas não querem ser encontradas de jeito nenhum, de jeito nenhum; elas não querem se expor. Tem uma delas que participou do BBB que não vou falar o nome mas você sabe quem é ... que inclusive ela era atriz pornô antes e ela entrou com uma ação porque depois do BBB ela ficou famosa e veio a público a história que ela era atriz pornô e ela entrou com uma ação contra o Google pelo direito de esquecimento; eu até citei isso na minha sentença, porque ela é muito citada na minha sentença, naquele processo grandão. O Desembargador do TJ falou que quem foi para o BBB não tem direito a esquecimento; muito pelo contrário. (JF 1, SP, oral)

¹⁵³ O artigo 217 do Código de Processo Penal possibilita ao Magistrado a retirada do (s) denunciado (s) da sala de audiências.

A entrevista realizada com a segunda Magistrada, também em São Paulo, demonstrou preocupação da interlocutora em relação à vulnerabilidade das vítimas no contexto dos aliciamentos praticados:

Entrevistador: Vamos falar de vulnerabilidade; em algum processo específico que tenha havido vulnerabilidade, qual seria o tipo de vulnerabilidade mais evidente que você tenha detectado?

Então, nos processos eu não vi muita seriedade da vítima em relação ao aliciador; aqui em SP são garotas que têm um nível de escolaridade maior, elas querem uma oportunidade de ganhar dinheiro. Se existir vulnerabilidade seria financeira, mas nem todas são de classes sociais baixas. Eu diria que mais de 50% vê como possibilidade de ganhar dinheiro; em todos casos em que analisei era prostituição de alto luxo, Resorts ou hotéis na Europa. (JF 2, SP, oral)

A entrevista da segunda Magistrada, também de São Paulo, apresenta uma peculiaridade do tráfico de pessoas em São Paulo: a prostituição de luxo, em que os valores dos programas e a condição cultural das “vítimas” destoam do restante do país; em São Paulo, temos a peculiaridade de atrizes se prestarem ao serviço da prostituição.

A terceira Magistrada Federal, dessa vez no Rio Janeiro, registrou a percepção nos casos em que atuou: a fraude no aliciamento das vítimas:

Entrevistador: Traço evidente de vulnerabilidade das vítimas, o que você tem observado?

JF 3, RJ, oral: Basicamente era vulnerabilidade social: novas, em geral assim, me lembro um caso em que uma menina que tinha uma filha e uma mãe e não tinha marido, aquela realidade nua e crua do nosso país; ela precisava financeiramente e começou a se prostituir aqui por causa disso e foram pra lá pra isso; sempre enganadas; as que eu tive aqui todas enganadas. (JF 3, RJ, oral)

Entrevistador: Então tinha fraude?

Tinha fraude; não tive nenhuma prostituta que dissesse “estou indo pra me prostituir em condições que eu aceito; todas iam com a ilusão que iam fazer programa de dança; ou mesmo um programa na condição em que foram, fazendo 10, 12 programas por dia, sem passaporte, devendo, um regime de escravidão mesmo. (JF 3, RJ, oral)

Comparando-se as respostas dos Magistrados que contribuíram com a pesquisa (entrevistas escritas) a respeito da existência de sinal evidente de vulnerabilidade das vítimas, observa-se que em 5 (cinco) das 6 (seis) respostas restantes, isto é, em 80% das respostas, a questão econômica aparece nas vítimas como principal traço de vulnerabilidade:

Quadro 8 – Vulnerabilidade aliada à questão econômica na fala dos magistrados

1. <i>Precária situação financeira</i> ; 2. baixa escolaridade; 3. inexistência de perspectivas de <i>ganho substancial em outra atividade</i> . (JF 4, GO, escrita)	<i>Situação financeira</i> /desemprego (JF 5, GO, escrita)
Ameaça a familiares, especialmente mãe e filhos (JF 6, GO, escrita)	Promessa de <i>vida melhor</i> e <i>hipossuficiência</i> (JF 7, PE, escrita)
Não houve. (JF 8, CE, escrita)	Nos casos que julguei reparei hipóteses em que havia relação de <i>dependência econômica</i> da vítima com relação ao aliciador, principalmente nos casos de vítimas menores de idade. (JF 9, RO, escrita)

Fonte: Justiça Federal.

Em relação à vulnerabilidade, as entrevistas sugerem, na percepção dos Magistrados, que a condição financeira das vítimas em suas mais diversas facetas (“precária situação financeira”, “ganho substancial em outra atividade”, “situação financeira”, “vida melhor”, “hipossuficiência”, “dependência econômica”) aparece como fator preponderante à vulnerabilidade das vítimas, contracenando com a abundância econômica nas situações de São Paulo.

3.3.3.4 O que é preciso para um processo mais efetivo?

Os Magistrados foram indagados quanto à efetividade dos processos sobre tráfico internacional de pessoas; efetividade não se liga, à toda a evidência, em decisões punitivas. O sentido de processo efetivo utilizado neste ponto refere-se àquele em que foram esclarecidas as questões necessárias à apuração dos fatos e à obtenção de uma sentença quanto à configuração ou não da atividade criminosa.

O tema envolve, além de celeridade, também a obtenção da prova para o esclarecimento dos fatos e diz respeito à atuação da Polícia Federal e do Ministério Público na medida de sua contribuição necessária, inclusive na fase extrapenal.

Os Magistrados foram chamados a responder à proposição “elenque de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessário serem sanadas para que as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis”.

Ao aplicar essa técnica pudemos realizar não somente uma análise estatística da apreciação coletiva da percepção de todos os atores entrevistados sobre o sistema, mas também a sua comunicação estilizada:

O descentramento do sujeito nos convida, em um contexto de entrevistas de pesquisa, a nos centrar no sistema, em sua historicidade, em suas ideias, e, deste modo, a levar em consideração a comunicação social que subjaz “por trás” dos atores, por assim dizer. O elo causal é invertido: o sentido do discurso do ator é especificado no interior de um espaço de possíveis, o qual é dado por esquemas de observação do sistema, isto é, por suas estruturas cognitivas, suas ideias, suas teorias. O ator é o suporte empírico da comunicação, ele está atrás do enunciado – mas o que é colocado à frente pelo ator é propriamente social. A comunicação é com efeito uma operação tipicamente social, autônoma em relação às consciências dos indivíduos. (GARCIA, 2014, p. 195)

A indagação na entrevista realizada com os Magistrados permite ao ator do sistema se comportar como observador externo, reflexivamente, captando mais os sistemas de ideias do que as representações próprias dos atores.

Entrevistador: De forma objetiva, três carências que a Sra. entende que seriam relevantes para a melhoria das ações penais. O que teria faltado para ser um processo mais efetivo, mais célere? O que foi que faltou?

Na parte judicial? [...] É porque agora eu não tenho mais nenhum em andamento. Deixa eu pensar; a falta de localização das vítimas. É um processo assim, que se demorar para ouvir as vítimas ele acaba por si só; se demorar pra denunciar, se tiver muitos réus dentro do mesmo processo, e for esperar todos pra serem citados e ouvir todas as vítimas de uma vez só, isso talvez atrapalhe. Então, qual seria a melhor estratégia? Eu não sei. Você sabe uma coisa que eu penso sobre processo penal, mas eu não sei como colocar isso em prática, o processo penal tinha que principalmente na parte de testemunha e eu te falo isso porque eu estudo muito a parte de neurociência, a memória e essa parte cognitiva da memória e da curva do esquecimento; tinha que ter algum sistema de produção antecipada de provas, porque o testemunho ele é muito suscetível a perda da qualidade com o tempo e a testemunha ela é muito super valorizada pelos profissionais do direito e ela é uma bela de uma porcária, se você for conversar com qualquer profissional da psicologia ou da neurociência, porque a nossa memória é uma porcária; ela é suscetível a várias influências internas e externas. Então, como esse é um processo que depende muito de uma prova testemunhal e uma prova testemunhal com influências sentimentais e aí se você quiser eu até te mostro um texto da influência do sentimento nas provas testemunhais. Enfim, eu acho que tinha que ter um jeito de ouvir logo essas testemunhas. Mas aí você vai fazer um negócio desses e o advogado, “ah, não teve contraditório”. Enfim, precisa um jeito de ouvir logo essas pessoas porque você vai ouvir depois de anos, porcária. (JF 1, SP, oral)

A resposta de JF 1, SP traz à discussão dois elementos interligados e fundamentais à obtenção da verdade fática nos processos de tráfico de pessoas: o tempo e a prova testemunhal. A testemunha está sujeita à toda sorte de manipulação pelas partes e sofre ainda as manipulações de seu próprio subjetivismo. “influências internas e externas” podem destoar

a realidade dos fatos e sua percepção, em geral contaminada por sentimentos que nem sempre reproduzem objetivamente os acontecimentos.

É inegável que o tempo influencia a memória humana, fazendo-a esquecer de detalhes importantes à ação penal. Atuando diretamente sobre o indivíduo, o tempo é “inimigo” do esclarecimento dos fatos em uma investigação processual penal.

A pesquisa quantitativa de campo vai ao encontro dos depoimentos colhidos da JF1 SP quando se demonstrou que o tempo de denúncia e arquivamento permite fixar uma premissa decisória finalística que deve ser levada em consideração nas interações organizacionais para que se evite incoerências nocivas à atividade persecutória nos processos de enfrentamento ao tráfico de pessoas: decorrido 1 (um) ano de investigação, o percentual de denúncias é vencido pelo percentual de arquivamento (ver Figura 9).

Na entrevista da Magistrada paulista destaca-se a plasticidade do depoimento da vítima, tal como preconizado por Cernelutti (2016) em virtude da suscetibilidade da incidência do tempo; esse posicionamento é reforçado pela Magistrada carioca, que afirma a “instrumentalização” da vítima e seu uso a benefício do processo sem qualquer preocupação com seu bem-estar pessoal:

Entrevistador: Três carências que a Sra. entende que seriam relevantes para a melhoria das ações penais; para tornar o processo mais justo. O que teria faltado, seja da parte da polícia, seja da parte do Ministério Público, seja da estrutura do Judiciário?

Em primeiro lugar, suporte e acolhimento da vítima; as vítimas nunca se sentiram confortáveis em juízo; não existe um olhar para a vítima nesse tipo de crime. A vítima é instrumentalizada; eu tive casos aqui de vítimas que chegaram e negaram coisas que haviam dito anteriormente; “não, não é bem assim, sabe”? Você via claramente que a pessoa não confia no aparelho estatal. Depois, senti falta da questão da cooperação, por conta da transnacionalidade do crime esse compartilhamento de provas entre jurisdições internacionais seria importantíssimo, faltou. Que eu me lembre, acho que só. (JF 3, RJ, oral)

As entrevistas com os Magistrados reforçam a pesquisa qualitativa no que pertine à distribuição percentual dos tempos de denúncia e arquivamento (Figura 19); as ações penais por tráfico sofrem os efeitos do tempo, de modo que a “demora excessiva no cumprimento dos atos de cooperação” (JF 9, RO, escrita) e mesmo a ausência de “rapidez no processamento da ação penal a fim de evitar que, com o decurso do tempo, as vítimas não sejam encontradas para depor” (JF 4, GO, escrita) são fatores que precisam ser vencidos para a efetividade da prestação jurisdicional:

Quadro 9 – Fala dos magistrados a respeito do tempo nas ações penais

1. Melhor descrição dos fatos na denúncia; 2. deixar de denunciar pessoas que tiveram participação ancilar no evento e indicá-las como testemunhas para reforçar o conjunto probatório; 3. maior <i>rapidez no processamento da ação penal a fim de evitar que, com o decurso do tempo, as vítimas não sejam encontradas para depor.</i> (JF 4, GO, escrita)	1. Contemporaneidade da apuração em relação aos fatos; 2. <i>demora excessiva no cumprimento dos atos de cooperação;</i> 3. carência de prova técnica (a acusação se fia demasiadamente em prova oral). (JF 9, RO, escrita)
---	--

Fonte: Justiça Federal.

Em relação aos 9 (nove) Magistrados e Magistradas Federais entrevistados, 3 (três) expuseram alguma deficiência ou necessidade de melhoria da agilidade dos atos de cooperação internacional. O JF 5, GO expôs a necessidade de comunicação às autoridades dos países dos traficantes, o que também importa em cooperação internacional:

Quadro 10 – Falas dos magistrados acerca da necessidade de melhoria da agilidade dos atos de cooperação internacional

Entrevistador: De forma objetiva, três carências que a Sra. entende que seriam relevantes para a melhoria das ações penais. Se fosse preciso a nível de técnica investigativa para que a persecução se tornasse mais efetiva. <i>Talvez investir mais na cooperação internacional, porque a gente vê que não funciona tão bem; acabam ficando processo muito moroso; na fase judicial é um caos, já está muito distante dos fatos.</i> (JF 2, SP, oral)	<i>1. Mais agilidade nas cooperações jurídicas internacionais;</i> 2. custos da tradução. (JF 7, PE, escrita)
1. Falta de um banco de dados de aliciadores; 2. ausência de troca de informações entre as polícias da União e dos Estados; 3. <i>A não comunicação às autoridades dos países dos traficantes.</i> (JF 5, GO, escrita)	

Fonte: Justiça Federal.

Um Magistrado da Região Nordeste, entrevistado, reconheceu a morosidade do Judiciário em priorizar as causas relativas ao tráfico de pessoas. Nesse caso, a pouca agilidade dada pelo Estado ao tema dá a imagem de ineficiência na resposta ao crime:

1. Falta de efetivo da Polícia Federal;
2. falta de proatividade do MPF;
3. Morosidade e ineficiência do Judiciário em julgar com celeridade as causas relacionadas ao tema. (JF 8, CE, escrita)

Um olhar investigativo sobre as entrevistas permite destacar dois pontos que merecem maior atenção nos processos penais por infração ao tráfico de pessoas: as vítimas e o tempo de tramitação dos processos.

3.3.3.5 Os pontos de afinamento e distanciamento interinstitucional

Em pesquisas já realizadas, alheias ao tema tráfico de pessoas, nota-se que “predomina a visão de que os policiais federais são profissionais qualificados para o desempenho de suas funções” (CODO et al., 2017, p. 98).

Embora a “proximidade do magistrado da fase de investigação seja avaliada como indesejada, uma vez que poderia, supostamente, contaminar a isenção do juiz em futura instrução e julgamento” (MACHADO, 2016 apud CODO et al., 2017, p. 98), ele permanece como um espectador observando o jogo de interesses dos demais interlocutores (Ministério Público e Polícia Federal); as suas observações nos fornecem elementos críticos em relação à atuação desses outros personagens em cena.

A avaliação crítica dos Magistrados pode ser sentida muito mais nas entrevistas orais, em que esses interlocutores foram deixados à vontade, do que nas entrevistas escritas. Por isso, valorizou-se as impressões colhidas pelos entrevistados orais.

A primeira entrevista explorada é da JF 1, SP; a Magistrada Federal dá “pistas” a respeito de uma seletividade desejada no trabalho policial, o que poderia ser encarado como economia de tempo e energia pelos policiais:

Quadro 11 – Trechos da entrevista com a Magistrada JF 1, SP

<p>Entrevistador: Como a Sra. avalia o trabalho da Polícia Federal em termos de tráfico de pessoas, em termo da agilidade? Ruim, bom ou excelente? Deixou muito a desejar?</p> <p>Eu acho que sim, porque nesses casos que eu peguei, já deu pra perceber lá pelas tantas que não tinha</p>

<p>vulnerabilidade, que não tinha tráfico de pessoas. Quando você fala tráfico de pessoas, o que imagina? Pessoas que estão na miséria e que o aliciador vai lá e fala: “olha, se você se prostituir”; “ah, você é tão bonitinha, vou te arrumar um emprego de modelo na Espanha” e aí a pessoa vai lá e não consegue voltar e fica lá numa situação de semi escravidão; tráfico de pessoas é isso, né ?! Esse é o conceito de tráfico de pessoas. Eu acho que ficou ruim não pelo trabalho técnico, o trabalho técnico é bom. (JF 1, SP, oral)</p>
<p>Entrevistador: Essa expertise pra separar uma coisa da outra pra não entulhar.</p> <p>É, teve um caso que eles estavam fazendo interceptação telefônica, que eles fizeram durante alguns meses que, até comentei contigo, era um caso de uma mulher que ia para os Estados Unidos pra trabalhar lá como prostituta, elas viram as conexões dela e começaram a interceptar um monte de gente e durante três meses não tinha nada ... tinha o caso de uns caras aqui no Brasil que eram rufiões, mas mesmo que eles sejam rufiões não vai ser competência nossa porque... não tinha nada, nada e eles lá ficam perdendo tempo, sabe, são policiais que ficam o dia inteiro; eu fico imaginando, eles ficam o dia inteiro ouvindo isso, né, ganhando salário ouvindo isso; é divertido, mas tem coisa mais importante. (JF 1, SP, oral)</p>
<p>Entrevistador: Vamos mirar o calibre agora para o MPF. Como a Sra. avalia o trabalho do MPF dentro desses inquéritos de tráfico de pessoas?</p> <p>Possa ser sincera? Péssimo, porque o MPF pega o que a polícia fez e nada; não vai atrás de nada; não vai atrás das vítimas e desiste das ações. Se vai desistir de todas as vítimas, desiste da ação. Desiste, desiste, desiste e depois entra com memoriais dizendo que está tudo comprovado por ... por o quê. (JF 1, SP, oral)</p>

Fonte: Justiça Federal.

Há críticas àquilo que seria chamado de falta de “tato” pela Polícia Federal; a expertise não se mostraria evidente nas perseguições criminais, tal como seria desejado. A organização policial insiste na investigação diante da inexistência de elementos mínimos (justa causa) e a Magistrada adverte que isso “é divertido, mas tem coisa mais importante”. Percebe-se que, embora a Magistrada tenha deferido a interceptação telefônica dos sinais, permanece atenta à atuação da organização policial; as organizações vigiam-se umas às outras.

A atuação do Ministério Público Federal (MPF) também é observada pela organização do Judiciário; na visão da Magistrada, o MPF se descarta de seu papel protagonista na condução da ação penal. A palavra “desiste” é repetida 6 (seis) vezes na entrevista da Magistrada, reforçando uma conduta negativa do MPF, que precisa ser revista, na visão da Justiça.

Passamos à entrevista de outra Magistrada, também do Estado de São Paulo. Embora a entrevistada tenha sido deixada à vontade, com alguns questionamentos abertos, ela preferiu tratar o assunto de forma mais objetiva, reduzindo as respostas ao essencial:

Quadro 12 – Trechos da entrevista com a Magistrada JF 2, SP

Entrevistador: Como a Sra. avalia o trabalho da Polícia Federal em termos de tráfico de pessoas, em termo da agilidade? Ruim, bom ou excelente? Deixou muito a desejar?
Ruim, deixa bastante a desejar. (JF 2, SP, oral).
Entrevistador: Vamos mirar o calibre agora para o MPF. Como a Sra. avalia o trabalho do MPF dentro desses inquéritos de tráfico de pessoas?
Ruim, bom ou excelente? (JF 2, SP, oral)
Entrevistador: Sim.
Ruim, tá muito fraquinho; deixa a desejar (JF 2, SP, oral)
Entrevistador: Alguma expectativa assim que a Sra. entende que deva ter curso de agora para frente. A Justiça Federal deve dedicar maior atenção àqueles casos de maior relevância?
Eu acho que deveria ter mais atenção para aqueles casos de organização criminosa mais nítida, ou maior, ou casos de vítimas vulneráveis; crianças, adolescentes. (JF 2, SP, oral)

Fonte: Justiça Federal.

A Magistrada Federal demonstra um descontentamento com as organizações de persecução penal. O entrosamento entre Polícia Federal e Ministério Público Federal com o Judiciário no Sistema de Justiça Criminal, no âmbito do Estado de São Paulo, não funciona bem.

As respostas da Magistrada devem ser lidas em cotejo com os inquéritos pesquisados na Seção Judiciária de São Paulo; as constantes mudanças de presidência e pedidos de dilação de prazo explicam, em parte, o fracasso das investigações de tráfico de pessoas.

Entretanto, é importante uma observação de terceira ordem que se colhe da leitura, principalmente dos inquéritos em campo: o Sistema de Justiça Criminal de São Paulo demonstra que as decisões tomadas no âmbito dos inquéritos pelos atores envolvidos na persecução não foram precedidas de interações organizacionais, de contato entre Delegados (as) e Procuradores (as), desaguando em uma prática nociva ao resultado.

Embora a crítica ao modus operandi de trabalho das demais organizações seja uma característica marcante do Judiciário Federal de São Paulo, uma Magistrada do Rio de Janeiro, entrevistada quanto às decisões das organizações de persecução penal, deixou claro que o tema tráfico de pessoas não é tratado como prioridade na agenda das instituições:

Quadro 13 – Trechos da entrevista com a Magistrada JF 3, RJ

Entrevistador: Como a Sra. avalia o trabalho da Polícia Federal em termos de tráfico de pessoas, em termo da agilidade? Bom, ruim, bom ou excelente? Ruim. (JF 3, RJ, oral)
Entrevistador: E do Ministério Público? Ruim também. É um tema muito delicado e acho que nesses casos eles não tiveram um olhar prioritário; um processo desses que tem uma vítima nessas condições, na minha avaliação, seu eu fosse procuradora, valeria mais que dez processos de furto de Correios. (JF 3, RJ, oral)

Fonte: Justiça Federal.

Dos outros 6 (seis) Magistrados entrevistados a respeito da visão da atuação do Ministério Público Federal (MPF), 5 (cinco) se limitaram a dizer que o trabalho era bom e, destes, 2 (dois) disseram que atendia mais de 90% das expectativas; o outro, restante, classificou como péssima a atuação do Ministério Público.

Uma análise sistemática das entrevistas na fase qualitativa sugere, como em outras pesquisas, que “a falta de integração entre agentes, delegados e procuradores dificultaria enormemente o trabalho, que é basicamente a gestão desses papéis” (ZACKSESKI; MACHADO; MACIEL, 2018, p. 388). Eis que realizar uma investigação envolve “criar e manter relações de trabalho com as instituições envolvidas” (Ibidem, p. 388), o que é melhor ser executado vis a vis entre os atores envolvidos no Sistema de Justiça Criminal (SJC).

É dizer, as interações organizacionais, se precedem às decisões, podem evitar lacunas, incoerências e retrabalho, constituindo-se em importante ferramenta de governança e evitando práticas nocivas às políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas; “as interações organizacionais são igualmente relevantes, pois muitas decisões são tomadas por meio de interações sociais” (SEIDL, 2015, p. 145-170) (MACHADO, 2014).

Noutro giro, conclui-se que “os relatos no trabalho de campo dão conta de que a expertise policial na investigação do tráfico de drogas não propicia a capacidade necessária para investigar fraudes econômicas, previdenciárias ou movimentações financeiras ilícitas”, (ZACKSESKI; MACHADO; MACIEL, 2018, p. 392) pois o conhecimento de outras áreas investigativas não é suficiente à expertise necessária à atuação no enfrentamento persecutório policial ao tráfico internacional de pessoas, sendo necessário um saber próprio que, aliado à boa gestão das relações descritas anteriormente, produzirá resultados satisfatórios, como demonstrado na Operação Castanhola entre Brasil, Portugal e Espanha, à frente narrada.

3.4 AS ROTAS DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS A PARTIR DO BRASIL

As rotas possuem um impacto nas investigações, tal como o perfil das vítimas, auxiliando na formulação de premissas decisórias de atuação em relação a cada caso investigado; por isso a importância do seu estudo.

Durante a pesquisa de campo na fase qualitativa, que abrangeu todas as regiões do país (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), observou-se peculiaridades de rotas desenhadas para o encaminhamento das vítimas ao exterior, que possuem variações de acordo com cada região do Brasil.

Segundo Seo-Young Cho (2015a), em pesquisa divulgada na Revista *Social Inclusion*, Harvard Kennedy School of Government, “as localizações geográficas influenciam as saídas de tráfico humano”¹⁵⁴ (p. 2-21).

A intenção em construir rotas do tráfico internacional de pessoas de acordo com a pesquisa de campo é de fornecer uma premissa decisória às políticas públicas voltadas ao enfrentamento do tráfico de pessoas para que se possa direcionar os recursos e as ações às localidades determinadas, uma vez averiguado o maior fluxo migratório para um determinado país a partir do Brasil.

As rotas exploradas nesta pesquisa foram confirmadas mediante pesquisa na fase qualitativa de campo, com acesso aos depoimentos das vítimas existentes nos autos dos processos nas Varas da Justiça Federal visitadas.

A pesquisa de campo possibilitou a construção de cinco rotas de tráfico internacional de pessoas, com peculiaridades pertencentes a cada uma das regiões do país.

3.4.1 A rota Brasil para o Suriname e Guiana Francesa

A primeira rota obtida é apreendida a partir de pesquisa de campo nos autos dos processos da Justiça Federal de Belém e foi construída a partir de dados constantes dos processos 199889468, 200211454, 9300038257, 200839000074933, 200039000130735, 200839000046221, 160040420114013900, distribuídos junto à 3ª e 4ª Vara Federal da Capital.

¹⁵⁴ “Sendo um país da Europa Oriental, próximo à Europa Ocidental afluyente, aumenta a prevalência externa do tráfico humano em 7,8%, enquanto que no Oriente Médio Leste/ Norte da África reduz o tráfico humano em 6%” (CHO, 2015a, p. 2-21).

Nos processos pesquisados na Justiça Federal de Belém, notou-se que as vítimas neles constantes foram enviadas, em todos os casos, à Guiana mediante fraude¹⁵⁵, o que é registrado como uma característica dos aliciamentos na região. Há casos de clientes que, havendo mantido relações sexuais com garotas de programa em Paramaribo, registraram em sites internacionais a situação de cárcere em que são mantidas as traficadas¹⁵⁶.

No mundo contemporâneo, muitas pessoas rompem fronteiras na esperança de uma vida melhor, acreditando que encontrarão melhores oportunidades em novos locais.

O projeto “Diáspora no enfrentamento ao tráfico de pessoas entre o Brasil e o Suriname”, realizado pela Organização SÓDIREITOS¹⁵⁷, em consonância com II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, alcançou a dimensão das redes paraenses e maranhenses de exploração sexual com vistas ao envio ao Suriname, levando em consideração o contexto sócio-histórico em que estão inseridas (SODIREITOS, 2014).

Utilizando de captação de dados de pessoas migrantes para o Suriname, mediante o preenchimento de formulários, identificou comunidades de brasileiros no país de destino formada por comerciantes, garimpeiros e prostitutas, advindos de Icoaraci e Outeiros, em Belém do Pará e Lagoa da Pedra, no Maranhão, descrevendo a seguinte rota de migração:

Figura 35 - Projeto migratório entre o Pará e o Maranhão para o Suriname



Fonte: Projeto Diásporas no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2014).

¹⁵⁵ Nos autos 199889468 destacamos trecho do depoimento: “QUE, no último dia 19 (SÁBADO), C. ligou de Paramaribo para casa de uma vizinha da declarante, e logo a declarante atendeu ao telefonema e ouviu sua sobrinha dizer que estava sem sua vontade em uma “boite” chamada “O CONDOR”, localizada em Paramaribo, estava sendo forçada a fazer sexo por mais de dez vezes por dia” (TRF1, 199889468).

Nos autos do processo 9300038257, consta: “QUE, como não entendesse o que estava se passando fez outras perguntas a JEFF, sendo informada de que o trabalho a ser desenvolvido era na verdade o exercício da prostituição e caso não concordasse teria que falar com o patrão” (TRF1, 9300038257).

¹⁵⁶ “A moça que levei para cima não parecia muito feliz com sua situação. Ela disse que trabalhar como prostituta não era problema para ela, mas ela não gostava de ficar presa no Condor – o proprietário aparentemente pegou o passaporte dela e não o devolveria até o final do seu ‘contrato’” (SODIREITOS; GAATREDLAC, 2008, p. 51)

¹⁵⁷ O projeto foi organizado em parceria com o Grupo Mulheres em Movimento, a Universidade Federal do Pará, a Secretaria Estadual (UFPA) e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), com o apoio da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

A pesquisa, que contou inclusive com oficinas em regiões dos estados pesquisados, identificou que o Suriname é atrativo aos brasileiros em razão das regiões de garimpo de ouro, criando a expectativa de uma condição financeira melhor¹⁵⁸ (SODIREITOS, 2014); criam-se, então, bolsões ao entorno visando atender às necessidades dos garimpos¹⁵⁹ do Suriname¹⁶⁰ e da Guiana Francesa, como prostíbulos.

O destino Paramaribo pelas brasileiras da Região Norte que são aliciadas possui como causas: proximidade geográfica com a Capital Belém, no Pará; facilidade de transporte (voos diretos e regulares de Belém para Paramaribo); demanda por prostitutas estrangeiras por parte da sociedade surinamesa e presença de garimpeiros brasileiros (SODIREITOS; GAATREDLAC, 2008, p. 178).

Nossa pesquisa, a respeito do engano das vítimas, é reforçada pela pesquisa do Projeto Diáspora da SÓDIREITOS, a qual concluiu pela existência de três níveis de vitimização das mulheres da Região Norte migrantes para o Suriname:

- O primeiro nível corresponde à total coerção: em que as vítimas são raptadas.
- O segundo nível diz respeito às mulheres que foram enganadas com promessas de emprego que não a prostituição.
- O terceiro nível refere-se a um nível de engano, em que as mulheres sabem que vão trabalhar na indústria do sexo, mas não na prostituição.
- O quarto nível de vitimização, concerne a mulheres que, antes da sua partida, sabiam já que iam trabalhar como prostitutas, mas que desconheciam até que ponto iam ser controladas, intimidadas, endividadas e exploradas. (Aqui se enquadra muita das realidades do Tráfico de Pessoas na Amazônia) (SODIREITOS, 2014, p. 1).

A pesquisa do Projeto Diáspora converge com nossos estudos ao afirmar a “necessidade de se obter uma governança capaz de agregar atores estratégicos que

¹⁵⁸ A pesquisa da SODIREITOS, embora fosse voltada à questão do tráfico de pessoas, identificou outra problemática em relação à migração da região Norte do país: “Duas realidades chamaram a atenção da equipe, pois demonstrou outras formas de finalidade em relação ao tráfico de pessoas, ou seja, os casos expostos não se resumiam somente a exploração sexual, mas também existiam casos de adolescentes que tinham o sonho de se tornar jogadores de futebol e que acabaram sendo obrigados a “mendigar” pelas ruas de São Paulo (SP) e de trabalhadores recrutados para atuar na extração do ouro em garimpos no Suriname e acabaram mortos devido a situação de exploração que vivenciaram” (SODIREITOS, 2014, p. 1)

¹⁵⁹ A ligação entre garimpo e prostituição no Suriname é inafastável: “no sistema ‘sexo por crédito’ que o tráfico de mulheres se materializa. A passagem do Brasil até o garimpo, transporte local e hospedagem ficam por conta do dono de garimpo. As mulheres ficam à disposição dos garimpeiros durante três meses, para relações sexuais. O dono desconta no final do mês 10% do salário dos garimpeiros e paga às mulheres, depois dos três meses, um salário pré- estabelecido. Elas não podem sair do garimpo, não podem recusar clientes e precisam conseguir um número máximo de relações sexuais” (SODIREITOS; GAATREDLAC, 2008, p. 51).

¹⁶⁰ “No Suriname, se hospedam em hotéis administrados ou de propriedade de brasileiros onde os proprietários de máquinas vão buscá-los e levá-los até os garimpos, onde ficam em grupos geralmente de cinco (05) garimpeiros com um acordo de 18% do ouro garimpado para o grupo. Recebem em ouro, vendem em Paramaribo, recebem uma parte em dólar e o próprio comprador do ouro transfere uma parte do dinheiro para a conta de suas famílias, em Lago da Pedra, em reais. Quando voltam para Belém, comercializam os dólares com outros brasileiros ao desembarcarem, com taxistas do aeroporto e no hotel em que se hospedam antes da volta para o Maranhão” (SODIREITOS, 2014).

ultrapassam os limites de cada país, estado e município evidenciados na pesquisa” (SODIREITOS, 2014, p. 1), fixando assim a necessidade do estabelecimento de redes para o enfrentamento do tráfico de pessoas.

A figura do mapa de deslocamento a partir da Região Norte:

Figura 36 – Rota tráfico de pessoas Região Norte



Fonte: Autor.

A rota Brasil para o Suriname e Guiana não quebra o paradigma de que os fluxos migratórios ocorrem de “países mais pobres em direção a países comparativamente mais ricos” (CASTILHO, 2014, p. 148); ao contrário, fixa uma premissa finalística para o enfrentamento ao tráfico, trazendo à conclusão a necessidade de negociações entre autoridades brasileiras e dos países de destino, baseando-se na ideia de interdependência.

3.4.2 As rotas a partir do Sul, Sudeste e Nordeste

A segunda rota traçada é apreendida a partir de pesquisa de campo nos autos dos processos da Justiça Federal do Ceará e Pernambuco. Averiguou-se que as vítimas são encaminhadas à prostituição na Europa.

Nossa pesquisa adotou como base para a definição da rota para o tráfico, a partir da Região Nordeste, os seguintes processos: Ceará (200881000136690, 200981000040860, 00004525620154058100, 00062308020104058100, 00158248420114058100, 0000303838920174058100) e Pernambuco (00012641720144058300, 00047002320104058300, 00092427920134058300, 00118611620124058300, 00174079120084058300, 00014994720154058300, 00082375120154058300).

Assim como na Região Nordeste, verificou-se uma identidade de destino para a Europa em relação aos aliciamentos apurados em processos da Região Sul. Nesse caso, os processos pesquisados que apontam o fluxo de brasileiras da Região Sul para a Europa são: Paraná (00027529320104047000, 16096920104047000, 50117829020124047002, 50247011520154047000, 50274240720154047000, 50513372320124047000) e Santa Catarina (50025077620104047200, 50042574520124047200, 50043102620124047200, 50183674420154047200, 50217771320154047200).

O fluxo de vítimas Nordeste e Sul para a Europa impõe uma premissa finalística de formação em redes com as autoridades dos países europeus, principalmente aqueles referenciados como sendo de maior destino das vítimas em razão, talvez, da facilidade do idioma (Espanha e Portugal) (COLARES, 2004). Nesse contexto, as interações são baseadas em relações (informais ou não) de reciprocidade com a identificação de interesses comuns e complementares (interdependência), e resolução de conflitos mediante reputação dos membros.

Outra rota traçada é apreendida a partir de pesquisa de campo nos autos dos processos da Justiça Federal de São Paulo. Averiguou-se que as vítimas são encaminhadas à prostituição nos Estados Unidos, Emirados Árabes e Europa (prostituição de luxo).

A afirmação foi antecedida de pesquisa nos processos 200661810061998, 37849520104036181, 40978520124036181, 58715320124036181, 71753420054036181, 72685520094036181, 98312220094036181, 98320720094036181, 98918720124036181, 100689520054036181, 111250220154036181 da Seção Judiciária da Justiça Federal em São Paulo.

O movimento migratório internacional a partir de São Paulo, embora motivado parcialmente pela prostituição no exterior, deixa clara a necessidade de desvinculação de direitos das mulheres, crianças, negros, indígenas, diversidades sexuais que politizam e “promovem a alienação da questão social ampla que impacta os territórios particulares em seus processos de interpenetração com a globalização” (SCANDOLA; LUCENA, 2014, p. 125).

A análise dos processos por tráfico de pessoas em São Paulo demonstra que os “convites” ao exercício da prostituição no exterior são peculiares naquele Estado, não em sua totalidade, mas em sua maioria, em relação ao restante do país: pessoas com considerável qualidade de vida ou imagem social reconhecida põem-se livremente ao exercício do mercado sexual em outros países.

A pesquisa nos processos por tráfico internacional de pessoas em São Paulo demonstra uma característica diferenciada em relação às questões do tráfico de outras regiões do país: o destino das vítimas. Os depoimentos das pessoas envolvidas em “convites” ao exercício da prostituição no exterior exercem a atividade em países como os Estados Unidos e Emirados Árabes, embora a pesquisa tenha registrado um fluxo também para a Europa.

A diferença de rotas em relação aos demais processos pesquisados no restante do país, embora seja o ponto de discussão deste tópico, não afasta uma outra peculiaridade das investigações por tráfico em São Paulo: as pessoas expostas ao exercício da prostituição no exterior a partir de São Paulo são, em geral, de formação universitária, pressupondo melhor compreensão dos fatos envolvidos em sua viagem, diferente daquelas realmente aliciadas para o exercício da prostituição a partir de outras regiões do país, em geral detentoras de ensino fundamental incompleto.

Como as viagens verificadas nos processos analisados em São Paulo ocorreram por consentimento sem vício e não havia vulnerabilidades, é preciso que se argumente no fortalecimento de direitos dessas pessoas, em respeito ao exercício de suas vontades:

é fundamental que a globalização seja discutida na temática do tráfico de pessoas sob a visão de diferentes formas de incidir nos territórios locais, seja na instalação de condições vulnerabilizantes e expulsão de pessoas, seja nas possibilidades de fortalecer os direitos migratórios, caso isso seja realizado a partir do reconhecimento dos sujeitos e sujeitas de direitos, desejos, vontades e possibilidades. (SCANDOLA; LUCENA, 2014, p. 124)

Em trecho de depoimento constante nos autos do processo do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, não resta caracterizado o exercício da exploração sexual por terceiro,

mediante fraude ou coação, de paulistana que se dispôs a empreender viagem para a prostituição:

QUE não exerce função ligada ao exercício da prostituição, no sentido vulgar da expressão, embora realize eventualmente programas com pessoas que lhe ofertam determinadas retribuições pecuniárias; QUE já viajou para Itália, França, Emirados Árabes, Rússia, Estados Unidos da América (...); QUE efetuou a viagem através de contato efetuado por uma amiga cujo nome não se recorda com o norte-americano de nome JOHN; (...) QUE realizou alguns encontros com indivíduos indicados por JOHN com os quais manteve sexo; QUE os encontros que realizou em Las Vegas ocorriam em hotéis e cassinos (TRF3, 2009)

Ao contrário, o depoimento sugere a inexistência de qualquer vulnerabilidade da vítima em processo de trâmite na Seção Judiciária de São Paulo (Operação Harém).

A análise dos processos por tráfico em São Paulo sugere a adoção de uma premissa decisória de que os destinos das pessoas, mesmo que envolvidas em prostituição, para os Estados Unidos e Emirados Árabes são indicativos da inexistência de tráfico de pessoas.

Resolvemos ilustrar o fluxo do deslocamento a partir de São Paulo nos processos por tráfico de pessoas pesquisados:

Figura 37 – Rota São Paulo EUA, Europa e Emirados Árabes



Fonte: Autor.

3.4.3 A rota a partir do Centro-Oeste

A quinta rota traçada é apreendida a partir de pesquisa de campo nos autos dos processos da Justiça Federal de Goiás. Averiguou-se que as vítimas são encaminhadas à prostituição para Portugal, Espanha e Suíça.

Os processos que serviram de base à nossa pesquisa foram 200035000075960, 200335000126678, 200535000056305, 200735000049831, 200935000164577, 200935000184342, 20063500016266-1, 20093500009359, 200035000063472, 200335000079295, 200335000104299, 200435000013991, 200535000061204, 200635000044856, 200635000060309, 200635000060713, 200735000043621, 200835000156353, 200835000164806, 200935000183220, 98969220114013500, 105752920104013500, 141792220154013500, 301008920134013500, 468149020144013500.

Um detalhe interessante se impõe observar nos processos por tráfico de pessoas a partir do Estado de Goiás: a existência de rotas alternativas no interior do espaço europeu Schengen sempre que os países de destino intensificam a fiscalização nos serviços de migração.

A exemplo do que ocorreu na Operação Castanhola (TRF1, 2005), é possível o estabelecimento de rotas alternativas pelos grupos criminosos visando burlar a fiscalização dos países de destino, quando detectado pelos aliciadores um enrijecimento do controle de imigração no país final. Essa artimanha já fora identificada em anteriores estudos:

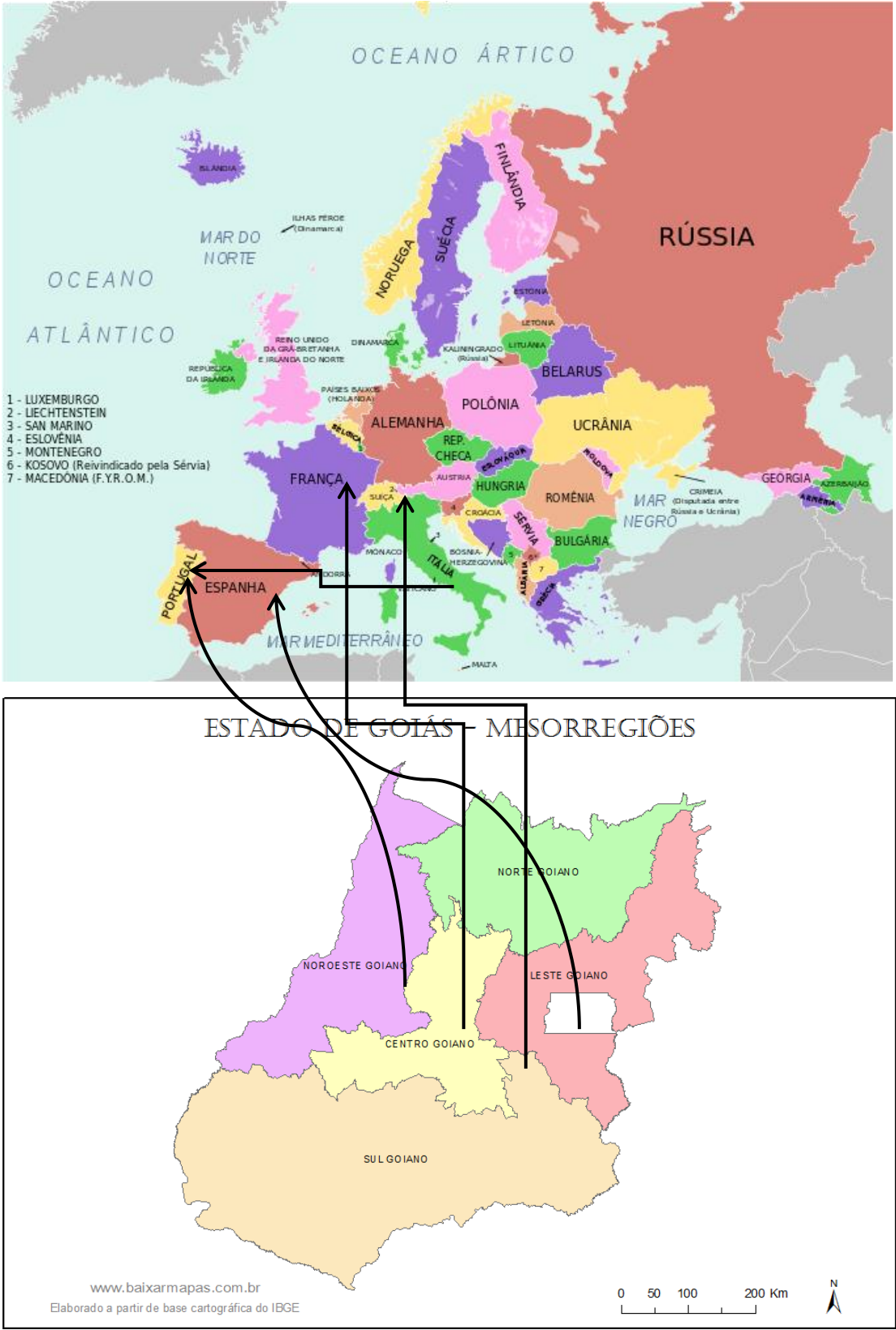
Ao ar de simplicidade e pobreza de uma parcela das pessoas não admitidas somam-se os trajetos seguidos, muitas vezes indiretos, para chegar ao destino desejado, uma estratégia comum para driblar os controles de fronteira dos países considerados mais duros. Nesses relatos, Inglaterra e Irlanda aparecem como principais alvos, aos quais se tenta entrar via França, seguidos por Espanha na qual se tenta acesso via França, Itália, Portugal ou Suíça; Escócia, via França, e Bélgica, também via França. Aparecem também tentativas de chegar a Portugal, via Espanha. Os itinerários indiretos adquirem sentido levando em conta as observações registradas nos diários de campo. (BRASIL, 2007, p. 58)

Quanto mais rígido são os controles migratórios, com exigência de visto, maior a chance de ocorrência de tráfico de pessoas (BRASIL, 2007). Ainda que não haja a exigência de visto, o aumento do controle migratório no destino reforça a criação de rotas alternativas para o tráfico de pessoas.

A pesquisa de campo bibliográfica demonstra que a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf), realizada pela Cecria (LEAL; LEAL, 2002), apontou rotas internacionais do tráfico de pessoas e adolescentes para fins de exploração sexual, as quais coincidem em parte com aquela realizada nesta tese.

Criam-se, então, rotas alternativas, como no envio das vítimas para Milão, Itália e, posteriormente, após sua entrada no espaço Schengen, por fronteira seca não fiscalizada, até atingir Portugal, como no Caso Castanhola, em 2005.

Figura 38 – Rota do Tráfico Região Centro-Oeste Europa



Fonte: Autor.

“Ainda que o discurso seja o de controlar os fluxos migratórios a fim de proteger as pessoas da exploração, na prática, o que se percebe é o efeito reverso: há um incremento da migração, porém, através de canais irregulares, precários e inseguros” (UNISINOS, 2017, p. 1).

Há uma relação causal entre a origem das vítimas e seu destino; a proximidade geográfica com os países fronteiriços contribui para o tráfico de pessoas. Entretanto, o perfil das vítimas e os fatores sócio econômicos (emprego ou desemprego, condições de trabalho, qualidade das formações em determinado local) também direcionam o fluxo migratório para os países (BRASIL, 2017).

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terceira fase da pesquisa de campo, qualitativa, permitiu análise das fontes de informação que conduziram à abertura dos procedimentos investigatórios, os métodos de investigação utilizados e as relações polifônicas com a realização das “operações” pela polícia.

O termo “Operação” é um termo simbolicamente generalizado (código), defendido pela Polícia Federal e reutilizado por outras organizações. Quando a mídia noticia que a Polícia Federal realizou uma “Operação”, há ilação de que houve trabalho, um símbolo de força da corporação policial; quando a Polícia Federal informa que instaurou investigação, impõe-se uma reflexão social.

A pesquisa qualitativa mostra uma característica marcante do delito de tráfico de pessoas: a associação ou a organização para a prática do delito. Os dados são um indício de que o enfrentamento deve partir de uma ampla cooperação policial e jurídica internacional, já que envolve mais de um agente criminoso, baseado geralmente em países diversos, de captação e exploração.

Para o cumprimento de sua tarefa, as organizações tendem a formar um campo organizacional, associando-se àquelas que compartilham pautas de atuação semelhantes, dando origem a grupos especializados, com semânticas próprias, necessários ao desempenho do resultado de todo o grupo, como ocorre com os expertos criminais.

Nos crimes de enfrentamento ao tráfico de pessoas, as perícias mais solicitadas pelos investigadores são aquelas de informática, justificadas da grande quantidade de dispositivos de informática e de celulares apreendidos durante o cumprimento dos mandados de busca

expedidos na ocasião de deflagração das medidas de constrição judicial, pondo em relevo a atuação dos arranjos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

As respostas aos pedidos de cooperação internacional são peças importantes do “jogo” de interação sistêmica e podem fornecer respostas em como se organizam os atores no processo de enfrentamento ao tráfico. Houve pedido de cooperação internacional na fase policial em mais da metade dos casos (55,4%), o que evidencia a importância dos arranjos temporários ligados aos pedidos de cooperação internacional durante as investigações. Desses, o DRCI foi demandado em 43,9% dos casos em que houve pedido de cooperação internacional.

No total, 63,4% dos pedidos de cooperação internacional são efetivos, ao menos com a realização de diligências pelo país de destino, o que mostra a medida do esforço para que os arranjos no enfrentamento ao tráfico operem.

A declaração de extinção da punibilidade por decisão judicial, quando declarada nos autos, foi objeto de observação, visando apurar como se comporta o sistema de justiça criminal em relação às interações entre as premissas condicionais (código penal) e as premissas finalísticas (decisões) na Justiça Federal. A prescrição ocupa a maioria dos casos de extinção da punibilidade.

Observe-se que, no Estado de São Paulo, além do considerável número de pedidos de dilação de prazo para a conclusão das investigações, há sucessivas intercorrências de mudança de presidência das investigações.

Ao se cruzar a existência de pedido de dilação de prazo com o tipo de sentença, percebe-se claramente, ao se inspecionar a Tabela 85, que a proporção de sentenças absolutórias (não condenatória) é substancialmente maior quando há pedido de dilação de prazo.

A pesquisa sugere que as sucessivas dilatações de prazo para a conclusão do inquérito policial estão diretamente ligadas à perda de objeto desse instrumento administrativo de investigação; as altas taxas de decisões (manifestações) de “baixa”, assim consideradas aquelas em necessidade de dilação de prazo para a conclusão do inquérito policial, apontam para uma necessidade de revisão quanto às prioridades (premissas finalísticas) de enfrentamento ao tráfico por parte da Polícia e do Ministério Público.

Neste em particular, os dados de pesquisa qualitativa do fluxo de justiça dialogam perfeitamente com os dados do Sistema Único: as figuras 9 (ÚNICO) e 28 (Sistema de Justiça) apontam para semelhante conclusão.

A carência de provas aparece como elemento de maior entrave à elucidação dos delitos de tráfico de pessoas, a qual advém tanto da falta de expertise dos Delegados de Polícia encarregados das oitivas das investigações, quanto da dificuldade de localização das vítimas durante a fase judicial, muitas vezes ocasionada pela falta de articulação entre Judiciário e Polícia Federal para o “convite” e escolta de testemunhas às audiências de instrução e julgamento. O arquivamento pela ausência de provas é substancialmente superior aos demais casos e já havia sido detectado em outras pesquisas (COLARES, 2004).

Dos inquéritos pesquisados na fase qualitativa, 90,7% possuem sentença, sendo que apenas 29,4% resultaram em sentença penal condenatória, mostrando que há alto percentual de divergência entre Ministério Público, que oferece a denúncia, e o Judiciário Federal.

Vários dados das vítimas foram pensados para obtenção, durante a pesquisa qualitativa nos processos, de um perfil; todos os dados se referindo à sua situação à época do aliciamento, visando diminuir a subjetividade dos investigadores para aferição de um caso real de tráfico. Apenas o critério “vítima foi localizada na fase processual” serve como um “termômetro” para se aferir as possibilidades de êxito esperado da prova durante a ação penal e atentar investigadores e Membros do Ministério Público quanto à necessidade de obtenção antecipada dos depoimentos das vítimas desse delito.

Enquanto os picos de aliciamento ocorrem com vítimas em idade geralmente aos 19 (dezenove) e 22 (vinte e dois) anos, o maior número de vítimas situa-se na idade entre 19 (dezenove) e 24 (vinte e quatro) anos.

A maioria das vítimas com informação de grau de instrução têm ensino médio completo (33,3%), seguido das que têm ensino fundamental incompleto (29,2%). Uma análise dos dados colhidos em campo a respeito do grau de escolaridade das vítimas permite afirmar que a maioria delas são, anteriormente, vítimas de exclusão social.

O caso das vítimas da denominada Operação Harém, realizada pela Polícia Federal em São Paulo, com rotas de mercado para o sexo em países como Estados Unidos e Emirados Árabes, mediante o recebimento de elevada quantia pelos programas e sem coação, fraude ou violência, é uma exceção em relação às demais Seções Judiciárias.

Uma premissa decisória a ser levada em consideração nas políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas é a característica econômica do movimento das vítimas em razão de melhores condições de vida.

Entendemos que as políticas públicas voltadas ao enfrentamento ao tráfico, por isso, devem promover mais que auxílios paternalistas sem perspectivas para o futuro das vítimas, como o simples retorno ao país de origem em casos de constatação de exploração sexual; elas

devem ser criadoras de oportunidades para a transformação de vida das vítimas (premissa decisória).

Observa-se que pouco mais de um terço (36,1%) das vítimas ouvidas na fase policial foram localizadas posteriormente na fase judicial, número considerado baixo. Verifica-se que a mudança de endereço, quer para o exterior, ou para outra localidade sem registro, e sua viagem para o exterior, representam a maioria dos motivos de não localização das vítimas.

As entrevistas demonstraram que as organizações possuem premissas decisórias distintas em razão de seu interesse de atuação no processo de apuração e julgamento do crime de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Adotando essas premissas como vetor de análise, é possível destacar os pontos a seguir detalhados de acordo com os atores de cada organização.

Os Membros do Ministério Público Federal entendem que a maior vulnerabilidade das vítimas é uma expressão de sua baixa condição financeira; que a especialização das Delegacias e Varas é um caminho à melhoria de apuração dos crimes e que é imperativo a necessidade de melhoria da prova pela Polícia Federal e a adoção de critérios de prioridade na apuração do tráfico de pessoas.

Os Delegados Federais reclamam do excesso de trabalho e do acúmulo de expedientes de outras áreas com apuração de matéria no enfrentamento ao tráfico de pessoas e necessitam de treinamento voltado à expertise de apuração desse delito.

Os Magistrados Federais entrevistados pontuaram a ausência de celeridade dos pedidos de cooperação internacional e a inexistência de vulnerabilidade das pessoas expostas ao tráfico, de maneira a não configurarem a condição de vítimas (São Paulo), embora Magistrados de outras regiões do país situem a falta de condição financeira como fator de vulnerabilidade das vítimas. Uma Magistrada pontuou a falta de critério da autoridade policial nos pedidos de interceptação telefônica para apuração do crime de tráfico de pessoas.

Como contribuição após as análises neste capítulo, fixamos as seguintes perspectivas:

- a) a ocorrência de associação criminosa para a prática de tráfico de pessoas deve-se à necessidade de manutenção de uma rede direcionada à facilitação, na origem, e ao controle sobre as vítimas, no país de destino; b) as sucessivas dilações de prazo nos inquéritos estão ligadas a uma ausência de estabelecimento das investigações de tráfico de pessoas como prioridade na Polícia Federal, e a mudança de autoridades policiais na condução dos inquéritos, à ausência de foco dos gestores da área técnica e c) a ausência de testemunhas na fase instrutória em juízo ocorre por falta de interesse de acompanhamento do caso, pela Polícia, com o relatório e remessa do inquérito à Justiça.

CONCLUSÃO

A inquietação que gerou esta pesquisa está na indagação da modelagem institucional idealizada para o controle penal do tráfico internacional de pessoas, esclarecendo a forma como atuam as organizações diretamente envolvidas: Ministério Público Federal, Judiciário e Polícia Federal. De forma simplificada, como se implementa a persecução penal nos processos por tráfico internacional de pessoas?

O problema sugere adentrar no campo investigativo do tráfico de pessoas, em colheita e análise de dados afetos à atuação de cada um desses atores, como: número de inquéritos e divergências mostradas pelo número de denúncias, tempo entre denúncia e condenação, número de denunciados e condenados, e absolvições/condenações mantidas nas instâncias superiores, por exemplo.

Quando iniciamos este trabalho, tínhamos por objetivo identificar, a partir de dados colhidos empiricamente em campo, o elemento quantitativo e qualitativo do fluxo de processos de tráfico internacional de pessoas nas Cortes Federais e analisa-los de acordo com as premissas decisórias de cada uma das organizações envolvidas na persecução penal do referido delito, averiguando as divergências desfavoráveis a um perfeito acoplamento de tais estruturas investigativas.

Entretanto, não sabíamos perfeitamente o que encontraríamos, pois seria necessária uma análise estatística, à luz de outros elementos, como entrevistas entre os representantes dos atores que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas. E, por fim, a profundidade da pesquisa mostrou “achados” além daqueles esperados.

Dada a complexidade da tese, optamos por dividir a conclusão analisando aspectos com base nas estatísticas de dados colhidos em campo: as premissas decisórias (condicionais, finalísticas e a cultura organizacional), as interações em rede e sua governança, e as proposições às políticas públicas de enfrentamento ao tráfico.

1 PREMISSAS DECISÓRIAS

As questões relativas à mobilidade humana não estiveram na pauta prioritária de organismos internacionais da ONU e as Notas das negociações registram que a Convenção de Palermo contra o Crime Organizado e os três respectivos Protocolos Adicionais que a integram ocuparam-se de um xenofobismo disfarçado de enfrentamento ao tráfico para

induzir os países de origem das vítimas com uma “falsa bandeira” de nobreza; por detrás estava a intenção de repulsa à prostituição e a tentativa de devolver compulsoriamente as vítimas a seu país de origem.

Uma análise dos conflitos e da articulação de interesses nos processos de tráfico de pessoas trouxe à evidência a existência de premissas decisórias ocultas no enfrentamento ao tráfico de pessoas a partir de Tratados engendrados com a participação incisiva de países abastados economicamente e que são, em geral, de destino das vítimas, menos preocupados com o caráter humano desses acordos do que com a preservação de sua soberania e do bem-estar de seus nacionais.

O consentimento da vítima é uma premissa condicional a ser considerada nos processos de enfrentamento ao tráfico e sua evolução nos Tratados internacionais apresentou constante variação como elemento descaracterizador do crime. Há uma corrente que não considera a prostituição um trabalho degradante e, uma outra, feminista abolicionista, segundo a qual toda a prostituição é uma forma de escravidão sexual.

Aproveitando-se da ausência de definição de vários termos utilizados no Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, que assumiu uma posição de neutralidade em torno do tema “prostituição”, países instrumentalizaram o texto para o utilizarem como pretexto à repressão à imigração indocumentada e à prostituição.

Essa intenção xenófoba fica clara na pesquisa de campo qualitativa, sobretudo nos processos da chamada Operação Harém da Polícia Federal de São Paulo, em que as vítimas possuíam padrão de luxo, algumas delas artistas de programas televisivos de repercussão nacional, mas em que as autoridades foram “induzidas” pelo impulso desenfreado da repressão ao tráfico, descurando-se de uma análise centrada na ausência de vulnerabilidade das vítimas.

O fato de o Protocolo Adicional à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de pessoa, em especial mulheres e crianças, haver sido introduzido no plano interno brasileiro e de forma parcial com a Lei 13.344, em 2016, é um dos elementos que conduz à conclusão de que o programa de políticas públicas de enfrentamento ao tráfico, no Brasil, precedeu essa alteração normativa em um modelo chamado “Bottom-Up”.

O novo programa normativo instituído pela Lei 13.344/2016 está produzindo práticas nocivas às interações organizacionais com retrabalho, já que decisões judiciais anteriores estão sendo reformadas pelos Tribunais em decorrência de *abolitio criminis* e consequente desperdício de energia empregada anteriormente em investigações que não se consolidaram em razão do tardio alinhamento da legislação interna com os Tratados.

A primeira fase da pesquisa quantitativa, elaborada com base nos dados do sistema de dados do MPF, denominado ÚNICO, apontou incompatibilidade em relação às premissas decisórias utilizadas no âmbito das Procuradorias Regionais nos processos de enfrentamento ao tráfico.

A análise sugere que as Procuradorias Regionais divergem em relação aos instrumentos (premissas finalísticas) utilizados no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Embora a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região possua menos procedimentos investigativos na classe “inquéritos” que a Procuradoria Federal da 3ª Região, por exemplo, ela contabiliza uma quantidade maior de medidas cautelares, a indicar uso maior de ferramentas investigativas, como interceptação telefônica e cautelares de busca e apreensão, e, por isso, acaba possuindo diferentes premissas decisórias entre si.

A Polícia Federal e o Ministério Público precisam reforçar a redução de tempo como forma de efetividade das investigações: os dados sugerem que os casos são mais promissores quanto menor o tempo de investigação; até um ano, o percentual de denúncias (48,65%) é bem superior ao de arquivamentos (28,47%), situação que se inverte após o primeiro ano.

Os dados demonstram que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) apresenta tempo transcorrido entre a denúncia e a sentença significativamente inferior ao dos demais Tribunais. Isso sugere que o acoplamento do sistema de justiça criminal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região entre o Judiciário Federal e os demais atores são melhor afinadas no sentido de obtenção de uma solução para o processo, apresentando-se modelo a ser seguido.

A pesquisa sugere que o Ministério Público adota premissa decisória, em relação aos tipos penais de tráfico e de crimes conexos nas denúncias, muito próxima daquelas contidas nas decisões colegiadas dos Tribunais, considerando os casos em que há condenações. Nas denúncias, o percentual é de 79,41% e, nas decisões colegiadas, esse percentual decresce para apenas 70%. Os dados sugerem uma conformação entre o sistema fechado de acusação e o sistema organizacional judiciário nos Tribunais, não quanto às condenações em específico, mas em relação às premissas decisórias em relação aos tipos penais, inclusive conexos, nos casos trabalhados.

Ainda em relação às decisões em segunda instância dos Tribunais Regionais Federais, em matéria de tráfico internacional, observou-se que grande parte do que é decidido em primeira instância se mantém em grau de recurso, sendo um aspecto interessante da cultura intraorganizacional conservadora da Justiça Federal a ser levado em consideração pela Polícia e Ministério Público Federal conjuntamente, como premissa condicional na persecução criminal.

Já a terceira fase da pesquisa de campo, qualitativa, permitiu análise das fontes de informação que conduziram à abertura dos procedimentos investigatórios, os métodos de investigação utilizados e as relações polifônicas com a realização das “operações” pela polícia.

Nessa fase, a declaração de extinção da punibilidade por decisão judicial, quando verificada nos autos, foi objeto de observação, visando apurar como se comporta o sistema de justiça criminal em relação às interações entre as premissas condicionais (código penal) e as premissas finalísticas (decisões) na Justiça Federal. Observou-se que a prescrição ocupa a maioria dos casos de extinção da punibilidade em crime de tráfico internacional de pessoas.

A mudança da presidência implica alteração de linha investigativa, prejudicando a cadeia de obtenção dos elementos de informação. Noutro lado, as sucessivas dilações de prazo do inquérito prejudicam a elucidação dos fatos, sendo ambas práticas nocivas que devem ser evitadas e que estão na raiz das causas de prescrição.

Ao se cruzar a existência de pedido de dilação de prazo com o tipo de sentença, percebe-se claramente que a proporção de sentenças absolutórias (não condenatórias) é diretamente e substancialmente maior quando há pedido de dilação de prazo.

A carência de provas aparece como elemento de grande entrave à elucidação dos delitos de tráfico de pessoas e advém tanto da falta expertise dos Delegados de Polícia encarregados das investigações, quanto da dificuldade de localização das vítimas durante a fase judicial.

Nesses inquéritos pesquisados na fase qualitativa, menos de um terço resultaram em sentença penal condenatória, mostrando que há alto percentual de divergência entre as premissas decisórias do Ministério Público Federal, que se comunica através da denúncia, e o Judiciário Federal, que, na maioria dos casos, absolve os réus.

O percentual entre denúncias e sentenças condenatórias permite aferir diferentes premissas organizacionais que orientam as decisões. No âmbito do Judiciário, o garantismo penal em julgar ineptas denúncias que não especifiquem datas de embarque e circunstâncias da facilitação ao tráfico (denúncias genéricas) do Ministério Público aparece com frequência. Esse ponto observado no estudo de caso da Operação Tarantela torna-se uma premissa finalística a ser observada nas investigações pela Polícia Federal na formulação dos relatórios dos inquéritos a subsidiar o trabalho do Ministério Público Federal.

Os resultados obtidos com os questionários sugerem divergências entre as premissas finalísticas das instituições envolvidas no enfrentamento ao tráfico de pessoas; as divergências decisórias entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, em relação às construções

jurídicas e as estratégias de ação, se mostram relevantes para a compreensão da atuação dessas organizações.

As entrevistas demonstraram que as organizações possuem premissas decisórias distintas em razão de seu interesse de atuação no processo de apuração e julgamento do crime de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Adotando essas premissas como vetor de análise, é possível destacar os pontos a seguir detalhados, de acordo com os atores de cada organização.

Os Membros do Ministério Público Federal entendem que a maior vulnerabilidade das vítimas é uma expressão de sua baixa condição financeira; que a especialização das Delegacias e Varas é um caminho à melhoria de apuração dos crimes e que é imperativo a necessidade de melhoria da prova pela Polícia Federal e a adoção de critérios de prioridade na apuração do tráfico de pessoas (premissas decisórias).

A questão da prova aparece de forma mais acentuada na preocupação dos Procuradores da República; as entrevistas realizadas apresentam trechos em que os Membros noticiam um entrave relacionado à sua obtenção, constituindo-se em premissa finalística de atuação nos processos de tráfico de pessoas.

Os Delegados Federais entrevistados reclamam do excesso de trabalho e do acúmulo de expediente de outras áreas com apuração de matéria no enfrentamento ao tráfico de pessoas, necessitando de treinamento voltado à expertise de apuração desse delito.

Para os Delegados Federais entrevistados, há um desincentivo à realização de investigações que desaguem em “operações”. A ausência de apoio à autoridade policial após a deflagração das operações desestimula o empenho em novas ações.

As entrevistas com Delegados sugerem que a alta rotatividade de autoridades policiais que presidiram os inquéritos e a abundante renovação de pedido de dilação de prazo para a conclusão das investigações são o resultado estatístico de uma desmotivação dos sistemas psíquicos individuais que compõem a organização policial.

Os Magistrados Federais entrevistados pontuaram a ausência de celeridade dos pedidos de cooperação internacional e a inexistência de vulnerabilidade das pessoas expostas ao tráfico, de maneira a não configurarem a condição de vítimas (São Paulo), embora Magistrados de outras regiões do país situem a falta de condição financeira como fator de vulnerabilidade das vítimas. Uma Magistrada pontuou a falta de critério da autoridade policial nos pedidos de interceptação telefônica para apuração do crime de tráfico de pessoas.

Na entrevista da Magistrada paulista, é apontada a plasticidade do depoimento da vítima, em virtude da suscetibilidade da incidência do tempo. Esse posicionamento é

reforçado por uma Magistrada carioca que afirma a “instrumentalização” da vítima e seu uso a benefício do processo sem qualquer preocupação com seu bem-estar pessoal.

A valoração da prova pelos Magistrados Federais no campo processual penal, em se tratando de crimes de tráfico de pessoas, foi objeto de análise em relação à percepção dos juízes no contexto em que ocorreram os aliciamentos.

Um dos padrões utilizados por uma Magistrada Federal na entrevista na formulação da vulnerabilidade (“vinham com umas bolsas melhores que a minha”), aponta como elementos subjetivos podem informar o conceito de vulnerabilidade (premissa decisória).

Percebe-se que outra das evidências utilizadas pela Magistrada Federal para se afastar da situação de vulnerabilidade das garotas de programa e, conseqüentemente, da situação de “vítima”, é o contato espontâneo realizado para fins de obtenção de tarefas da exploração do próprio corpo.

Comparando-se as respostas dos Magistrados que contribuíram com a pesquisa (entrevistas escritas) a respeito da existência de sinal evidente de vulnerabilidade das vítimas, observa-se que a questão econômica aparece como principal elemento formador de sua convicção para atestar a vulnerabilidade (premissa decisória).

Para um Membro do Judiciário, o Ministério Público Federal se descarta de seu papel protagonista na condução da ação penal. A palavra “desiste” foi captada 6 (seis) vezes na entrevista de uma Magistrada quando sua fala se refere ao Membro do Ministério Público, reforçando uma conduta negativa do MPF, que precisa ser revista na visão da Justiça.

A Magistrada do Rio de Janeiro, entrevistada quanto às decisões das organizações de persecução penal, deixou claro que o tema tráfico de pessoas não é tratado como prioridade na agenda das instituições.

O critério de localização da vítima na fase processual serve como um “termômetro” para se aferir as possibilidades de êxito esperado da prova durante a ação penal e atentar investigadores e Membros do Ministério Público quanto à necessidade de obtenção antecipada dos depoimentos das vítimas desse delito. As investigações permitem traçar como premissa decisória a necessidade de agilidade na colheita dos depoimentos das vítimas; necessidade também explicitamente suscitada pela Magistrada Federal durante entrevista realizada.

A característica de idade das vítimas (entre 19 e 24 anos) e seu baixo grau de instrução permitem afirmar que a maioria delas sofreu um processo de exclusão social anteriormente à submissão de prostituição no exterior. Uma premissa decisória a ser levada em consideração nas políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas é a motivação econômica da submissão das vítimas ao tráfico em razão de melhores condições de vida.

A fragilidade da situação financeira das vítimas acena na confirmação de pesquisas anteriores e confirma que as medidas de mitigação ao tráfico podem se valer de melhores oportunidades às pessoas expostas ainda em seu país de origem (premissa decisória).

Entendemos que as políticas públicas voltadas ao enfrentamento ao tráfico, por isso, devem promover mais que auxílios paternalistas sem perspectivas para o futuro das vítimas, como o simples retorno ao país de origem em casos de constatação de exploração sexual; elas devem ser criadoras de oportunidades para a transformação de vida das vítimas (premissa decisória).

A mudança de endereço, quer para o exterior, ou para outra localidade sem registro e/ou sua viagem para o exterior, representam a maioria dos motivos de não localização das vítimas durante a fase judicial. A preocupação é que o retorno da pessoa exposta à situação de tráfico sugere uma revitimização, colocando em alerta as autoridades envolvidas no enfrentamento quanto às políticas de enfrentamento, as quais devem ser revistas em razão de falhas de proteção a pessoas encaminhadas anteriormente ao exterior com indícios de serem vítimas.

Políticas públicas que caminhem no sentido de abrir oportunidades a um trabalho com melhor remuneração às pessoas vulneráveis expostas ao tráfico internacional se apresentam como necessárias à prevenção da ocorrência desse delito.

O descontentamento do resultado das investigações é parte fruto de uma falta de articulação entre as Unidades da Polícia Federal envolvidas na investigação do tráfico de pessoas e a Procuradoria da República. O diálogo entre as forças de repressão mostra-se necessário para que se dê maior importância na seara investigativa àquelas provas que o Ministério Público Federal entende de maior relevância à propositura da ação penal.

A extenuante rotina de trabalho dos Delegados Federais, após a deflagração das “operações”, com prisões e buscas, decorrente de realização de oitivas e análise de material apreendido, é uma premissa finalística de que se servem as autoridades para decidirem se aceitam a “missão” de executar e, consequentemente, representar, junto à Justiça Federal, pelas medidas constritivas extraordinárias necessárias.

As premissas condicionais nos processos decisórios das organizações que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas demonstraram a existência de pautas comuns nas autodescrições das organizações e a existência de premissas decisórias próprias nos processos pesquisados, como é o caso da especialização no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

2 REDES E GOVERNANÇA

A implementação das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico se manifesta não só no plano interno, mas também no plano da cooperação institucional, tido como o enlace entre agentes públicos ou entre estes e agentes privados, formando-se arranjos híbridos e/ou temporários, visando a colaboração para a prevenção e repressão ao tráfico e a proteção às vítimas, também no plano da cooperação jurídica internacional.

A atuação em rede de agentes estatais e de agentes privados que auxiliam na garantia dos direitos das vítimas pode acarretar conflitos em decorrência de interesses não comuns em momentos diversos da investigação. Esses conflitos se manifestam, por exemplo, na aplicação de ferramentas investigativas como a entrega vigiada de vítimas, pondo em “xeque” a garantia de sua integridade física e moral em benefício de uma melhor obtenção da prova.

Essa disputa entre o campo investigativo e o campo de proteção às vítimas acende uma divergência de premissa decisória entre as organizações envolvidas na persecução penal em busca da prova, e as organizações envolvidas no amparo e proteção às vítimas, em busca do bem-estar das pessoas expostas à condição de tráfico.

Nesses casos, principalmente diante de uma entrega vigiada, em que os representantes do Estado atuam dolosamente, poderá haver uma responsabilização intensificada no plano internacional maior do que no caso Rantseva, em que a ausência de proteção do Estado ocorreu a título de culpa, diante de uma ineficiência na proteção. O instituto da entrega vigiada de vítimas, a nosso ver, somente deve ser utilizado como “ultima ratio” nas ferramentas disponíveis e sempre revestida com a máxima cautela.

Em estudo de caso trabalhado nesta pesquisa, a opção unilateral da autoridade policial em viabilizar o embarque de menor utilizando de entrega vigiada de vítima e sem a anuência das demais organizações envolvidas na persecução, visando a melhoria da cooperação internacional (premissa decisória), foi um ato de alto risco e desvinculado de uma premissa condicional fincada na doutrina da proteção integral, exemplo de que as organizações, por seus membros, podem tomar decisões finalísticas divergentes de premissas condicionais.

A realização de políticas públicas no enfrentamento de pessoas, através dos planos nacionais, envolve uma articulação entre os parceiros que atuam no enfrentamento ao tráfico, de modo a formar um feixe de ações voltadas à persecução penal e à garantia dos direitos das vítimas, formando redes de enfrentamento constituídas por arranjos híbridos que acarretam conflitos em decorrência de interesses não comuns em momentos diversos da investigação.

Não somente os arranjos híbridos requerem uma perfeita coordenação em seu funcionamento, visando sanar divergência nas premissas condicionais adotadas por cada uma

das organizações envolvidas; os arranjos temporários apresentam-se como dificuldades à estabilização de incertezas nos processos de cooperação internacional.

Nos arranjos temporários, os membros de cada organização que os compõem não necessariamente guardam identidade àqueles que participaram de arranjos anteriores, podendo não se comportar de maneira idêntica, faltando uniformidade e não contribuindo à estabilização das expectativas normativas, podendo causar frustrações.

No âmbito das interações organizacionais, a análise de dados do ÚNICO sugere que a baixa demanda de processos do Judiciário nem sempre é fator determinante a uma investigação satisfatória, pois outras deficiências, como as excessivas dilações de prazo para a conclusão das investigações e a substituição constante de autoridades policiais na sua condução prejudicam o resultado satisfatório, influenciando na cooperação interorganizacional.

As respostas aos pedidos de cooperação internacional são peças importantes do “jogo” de interação sistêmica e podem fornecer respostas em como se organizam os atores no processo de enfrentamento ao tráfico. A análise dos dados mostra que houve pedido de cooperação internacional na fase policial em mais da metade dos casos, o que evidencia a importância dos arranjos temporários ligados aos pedidos de cooperação internacional durante as investigações.

Os dados estatísticos sugerem que os pedidos de cooperação internacional não são efetivos, ao menos com a realização de diligências pelo país de destino, o que mostra que os arranjos no enfrentamento ao tráfico devem ser melhorados. O percentual não é razoável, demonstrando que a governança e o entrosamento entre os grupos de persecução criminal, na origem e destino da medida, podem ser aprimorados.

A terceira fase da pesquisa de campo, que foi qualitativa, permitiu análise das fontes de informação que conduziram à abertura dos procedimentos investigatórios, dos métodos de investigação utilizados e das relações polifônicas com a realização das “operações” pela polícia.

Para o cumprimento de sua tarefa, as organizações tendem a formar um campo organizacional, associando-se àquelas que compartilham pautas de atuação semelhantes, dando origem a grupos especializados, com semânticas próprias, necessários ao desempenho do resultado de todo o grupo, como ocorre com os expertos criminais.

No enfrentamento ao tráfico de pessoas, a maior demanda por perícias se liga à área de informática em razão da quantidade de equipamentos celulares e computadores apreendidos nas buscas realizadas, o que é uma premissa finalística voltada à obtenção da prova por laudos periciais.

A introdução somente parcial do conceito de tráfico de pessoas contido no Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, no plano interno brasileiro, traz dificuldades à cooperação em relação àqueles países que o implementaram integralmente, gerando divergências interpretativas, principalmente a respeito do termo “vulnerabilidade” das vítimas, ausente na legislação repressiva no Brasil.

Por isso, a interpretação do artigo 149-A do Código Penal, visando a adequação da legislação repressora interna ao Protocolo, deve se dar de forma que o termo “abuso” considere o “abuso de vulnerabilidade” contido no Tratado, sob pena de se adotar uma interpretação restritiva de proteção à vítima.

Nessa linha de raciocínio, surgem decisões no âmbito do segundo grau dos Tribunais Regionais, no sentido de declarar extinção da punibilidade pela *abolitio criminis* nos casos de tráfico de pessoas quando não configurado abuso, coação, fraude ou uso de força no contexto do aliciamento, constituindo-se em uma premissa decisória a ser adotada nas investigações e ações de persecução penal a informar o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público.

A pesquisa qualitativa mostra que a associação ou a organização para a prática do delito é uma característica, necessitando que o enfrentamento parta de uma ampla cooperação policial e jurídica internacional.

As entrevistas realizadas durante as pesquisas de campo sugerem que a deficiência de integração entre os atores dificulta a gestão de atividades. As interações organizacionais, se precedidas às decisões, podem evitar lacunas, incoerências e retrabalho, constituindo-se em importante ferramenta de governança e evitando práticas nocivas às políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

3 PROPOSIÇÕES

Os estudos de revisão bibliográfica e de campo realizados nos permitem sugestões ao enfrentamento do tráfico de pessoas:

- a) em processos de tráfico internacional de pessoas, as investigações se mostram, empiricamente, mais promissoras quanto menor o tempo de investigação. Até um ano, o percentual de denúncias (48,65%) é bem superior ao de arquivamentos (28,47%), situação que se inverte após o primeiro ano. Então, que se estabeleça um limite temporal de 1 (um) ano à conclusão dos procedimentos investigativos em matéria de

- tráfico de pessoas, visando evitar práticas nocivas de perda de energia voltadas à realização de diligências que serão infrutíferas às investigações (premissa decisória);
- b) as sucessivas dilações de prazo para a conclusão do inquérito policial estão diretamente ligadas à perda de objeto desse instrumento administrativo de investigação. As altas taxas de decisões (manifestações) de “baixa”, assim consideradas aquelas em necessidade de dilação de prazo para a conclusão do inquérito policial, apontam para uma necessidade de revisão quanto às prioridades (premissas finalísticas) de enfrentamento ao tráfico;
 - c) a mudança da presidência implica alteração de linha investigativa, prejudicando a cadeia de obtenção dos elementos de informação, e as sucessivas dilações de prazo – a proporção de sentenças absolutórias (não condenatórias) é substancialmente maior quando há pedido de dilação – do inquérito prejudicam a elucidação dos fatos, sendo ambas práticas nocivas que devem ser evitadas e que estão na raiz das causas de prescrição;
 - d) a fragilidade da situação financeira das vítimas acena na confirmação de pesquisas anteriores e confirma que as medidas de mitigação ao tráfico devem se valer de melhores oportunidades às pessoas expostas ainda em seu país de origem. As políticas públicas voltadas ao enfrentamento ao tráfico, por isso, devem promover mais que auxílios paternalistas sem perspectivas para o futuro das vítimas, como o simples retorno ao país de origem em casos de constatação de exploração sexual; elas devem ser criadoras de oportunidades para a transformação de vida das vítimas (premissa decisória);
 - e) políticas públicas que caminhem no sentido de abrir oportunidades a um trabalho com melhor remuneração às pessoas vulneráveis expostas ao tráfico internacional se apresentam como necessárias à prevenção da ocorrência deste delito;
 - f) a extenuante rotina de trabalho dos Delegados Federais após a deflagração das “operações”, com prisões e buscas, decorrente de realização de oitivas e análise de material apreendido, são uma premissa finalística de que se servem as autoridades para decidir se aceitam a “missão” de executar e, conseqüentemente, representar, junto à Justiça Federal, pelas medidas constritivas extraordinárias necessárias. O apoio às autoridades policiais no período pós-cumprimento das ordens judiciais se impõe como mecanismo incentivador de novas realizações;
 - g) o critério de localização da vítima na fase processual serve como um “termômetro” para se aferir as possibilidades de êxito esperado da prova durante a ação penal e

atentar policiais e Membros do Ministério Público quanto à necessidade de obtenção antecipada dos depoimentos das vítimas desse delito. As investigações permitem traçar, como premissa decisória, a necessidade de agilidade na colheita dos depoimentos das vítimas;

- h) entre as causas de deficiências nas investigações, está a falta de especialização de unidades para persecução criminal (delegacias e varas), além da falta de expertise do trabalho da polícia, que precisa ser melhorado;
- i) existe falta de articulação entre as Unidades da Polícia Federal, envolvidas na investigação do tráfico de pessoas, e a Procuradoria da República. O diálogo entre as forças de repressão mostra-se necessário para que se dê maior importância na seara investigativa àquelas provas que o Ministério Público Federal entende de maior relevância à propositura da ação penal;
- j) a pesquisa qualitativa mostra que a associação ou a organização para a prática do delito é uma característica marcante do tipo, presente nos processos pesquisados em campo, necessitando que o enfrentamento parta de uma ampla cooperação policial e jurídica internacional (premissa decisória), visando a atuação nos países de origem e destino;
- k) as interações organizacionais devem preceder às decisões visando evitar lacunas, incoerências e retrabalho, constituindo-se em importante ferramenta de governança e evitando práticas nocivas às políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- l) os Relatórios Nacionais são instrumentos informadores de controle e atuação do Estado no enfrentamento ao tráfico de pessoas e devem ser realizados por grupos de pessoas ou instituições independentes do Estado, como na Holanda, garantindo sua independência;
- m) propõe-se a realização de política pública preventiva e com apoio da Polícia Federal (PF) – considerando que o primeiro contato junto ao serviço público pelas pessoas expostas ao tráfico ocorre no requerimento de passaporte – juntamente com a instalação de unidade na Delegacia de Imigração de cada Superintendência Regional da PF encarregada de identificar possíveis ocorrências de tráfico de acordo com o perfil de vítimas apurado neste estudo e nos demais dados catalogados a respeito, esclarecendo-lhes após, não somente em relação à possibilidade de sua ocorrência, mas também dos meios e contatos de autoridades estrangeiras no país para o qual empreenderão viagem caso confirmado o tráfico de pessoas;

- n) considerando que o estudo do Caso Fassini, realizado neste trabalho, demonstrou, mediante mapeamento ambiental, que as vítimas residiam em região de periferia de Goiânia e da cidade de Anápolis, ambas em Goiás, mostra-se necessário que se realize política pública preventiva com programas sociais de enfrentamento voltados às referidas regiões. E não só a elas, mas também a regiões de outras cidades após idêntico mapeamento ambiental da localidade de residência das vítimas nos processos por tráfico de pessoas no país. Isso não configurou objeto desta pesquisa, com vistas às medidas de manutenção e devolução de cidadania para pessoas expostas ao tráfico e das quais constem o esclarecimento de seus direitos e das autoridades, inclusive estrangeiras, que poderão ser contatadas em caso de ocorrência de tráfico de pessoas, afastando, com isso, a “doutrina do medo” imposta às vítimas pelos aliciadores no destino que as fazem permanecer receosas de buscar ajuda nas autoridades locais em razão da irregularidade de sua estada e das dificuldades do idioma.
- o) Considerando o perfil de escolaridade traçado para a maioria das vítimas no presente estudo (fundamental incompleto), propõe-se que seja realizada palestra obrigatória na rede de ensino fundamental na semana seguinte ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (30 de julho), início do semestre letivo, visando alertar estudantes quanto ao tráfico internacional de pessoas, esclarecendo as características do aliciamento, os riscos no país de destino e a forma de encontrar auxílio, caso tais situações se evidenciem;
- p) No caso específico da atividade policial, propõe-se que se realize aproximação das Delegacias incumbidas das investigações em cada Superintendência nos principais locais de exploração das cidades, com vistas a um comportamento proativo dos Delegados e Agentes de Polícia Federal na obtenção de informações a respeito da atuação de possíveis grupos que estejam realizando aliciamentos, principalmente de mulheres, para exploração sexual no exterior;
- q) como forma de aperfeiçoamento à cooperação policial internacional, propõe-se que haja medidas internas nos órgãos de persecução penal, visando estimular Procuradores da República e Delegados de Polícia Federal a, quanto possível, acompanhar pessoalmente o cumprimento dos pedidos de cooperação internacional no exterior que visem a oitiva de vítimas brasileiras enviadas ao tráfico, tornando possível a aproximação entre investigadores dos países envolvidos a estimular a troca internacional de dados;

- r) em virtude da dificuldade de se realizar infiltrações na área do tráfico internacional, por ausência legal de imposição ao(s) agente(s) de polícia federal de funcionarem junto às redes de aliciamento, propõe-se que seja avaliada a possibilidade da criação de uma unidade interna na Polícia Federal voltada à aplicação de medidas evasivas com o apoio de informantes arregimentadas entre garotas de programa, visando o levantamento de informações de interesse das autoridades investigativas (experiência com êxito sucessivamente aplicada em Goiânia, Goiás);
- s) considerando as políticas públicas de inserção social de criação de cotas no ensino e no serviço público às classes menos favorecidas (negros, estudantes de escolas públicas, etc.), propõe-se que haja uma ampliação para prevenir revitimização de pessoas identificadas como vítimas em redes de aliciamento, tornando possível sua inclusão social mediante condições favorecidas em exames públicos para ingresso no ensino gratuito, inclusive universitário, e de acesso a cargos e empregos públicos;
- t) a luta pela inserção de um dispositivo no Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, visando o acolhimento obrigatório no país de destino, incondicionado à cooperação no procedimento policial ou judicial pela vítima;
- u) o encaminhamento obrigatório de cópias integrais dos inquéritos policiais às Defensorias Públicas da União e ao Ministério Público do Trabalho, caso colhidas provas de autoria e materialidade da prática do crime de tráfico internacional de pessoas, para que as vítimas sejam orientadas quanto ao seu direito de reconhecimento de vínculo empregatício e ajuizamento de ação por danos morais, inclusive em virtude de aliciamento para a exploração sexual no exterior.

REFERÊNCIAS

ABADIA, G. Uses and Abuses of the Criminal Justice System Regarding Feminine Emancipation: A Case Study of the Crime of Trafficking in Persons in Colombia. **Revista de Estudios Sociales**, Issue 42, p. 104-117, abr. 2012.

ADORNO, S. Cidadania e Administração da Justiça Criminal. In: DINIZ, E.; LOPES, J. S. L.; PRANDI, R. **O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 304-327.

ADORNO, S. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Anpocs, v. 4, p. 167-207, 2001.

ADORNO, S. Crise no sistema de justiça criminal. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 50-51, 2002.

ANDERSEN, N. A. Polyphonic organization. In. BAKKEN, Tore; HERNES, Tor. **Autopoietic Organization Theory: Drawing on Niklas Luhmann's Social Systems Perspective**. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2003.

ANDERSON, B.; DAVIDSON, J. O. **Trafficking** – a demand led problem? A multi-country pilot study. Sweden: Save the children, 2002.

ANDRADE, S. S. Tráfico de pessoas e trabalho escravo: direito de decidir? **Revista Esmat**, Palmas, ano 4, n. 4, p. 217-244, 2012.

ARY, T. C. *O tráfico de pessoas em três dimensões: evolução, globalização e a rota Brasil-Europa*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BEGNIS, H. S. M.; ESTIVALETE, V. F. B.; PEDROZO, E. Á. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gestão Produtiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 311-322, 2007.

BENTLEY, A. F. **The process of government: a study of social pressure**. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. **Revista Sociologia & Política**, v.19, n. 39, p.103-114, 2011.

BITTENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal: parte especial 2**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BLANCHETTE, T.; DA SILVA, A. P. On bullshit and the trafficking of women: moral entrepreneurs and the invention of trafficking of persons in Brazil, **Dialectical Anthropology**, v. 36, p. 107-125, 2012.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966. Organiza a Justiça de primeira instância, e dá outras providências. DF: Brasília, 30 de maio de 1966.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. DF: Brasília, 11 de julho de 1984.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial. 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990., art. 17. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, abrangendo a preservação da imagem da criança e do adolescente. DF: Brasília, 13 de julho de 1990.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. Regulamenta o inc. XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. DF: Brasília, 24 de julho de 1996.

BRASIL. **Cartilha Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**/Secretaria Nacional de Justiça: elaboração e organização: Ricardo Andrade Saadi, Camila Colares Bezerra. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), 2012.

BRASIL. Relatório Estatístico de pedidos de cooperação. Ministério da Justiça: Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/estatisticas/arquivos/out-2015.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

BRASIL. **Atuação do Departamento de Polícia Federal no combate aos crimes violadores dos direitos humanos**. Brasília: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, 2016.

BRASIL. Relatório Nacional sobre o tráfico de pessoas: dados 2014 a 2016. Ministério da Justiça: 2017. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/relatorio-de-dados.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009. Promulga e Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. DF: Brasília, 14 de dezembro de 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. DF: Brasília, 12 de março de 2004.

BRASIL. Enfrentamento do Tráfico de Pessoas – Relatório do Plano Nacional. Brasília, 2010, Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/anexos/2010relatoriopnet.pdf/view>>. Acesso em: nov. 2018.

BRASIL. Índícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2007. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisatraficopessoas2.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BOVAIRD, T.; LOEFFLER, E. **Public Management and Governance**. New York: Routledge, 2003.

BUCCI, M. P. D. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAPELLA, A. C. Menos governo e mais governança? Repensando a lógica da ação estatal. 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/18234688/Menos_governo_e_mais_governan%C3%A7a_Repensando_a_l%C3%B3gica_da_a%C3%A7%C3%A3o_estatal>. Acesso em: nov. 2018.

CAPELLER, W. La transnationalisation du champ penal: réflexions sur les mutations du crime et du contrôle. **Droit et Société**, n. 35, p. 62-65, 1997.

CASTILHO, E. W. V. Exploração sexual no tráfico de pessoas: (in) definição. In: **Conceito e tipologias de exploração**. (Org. Michelle Gualdi). -- 1. ed. -- Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 182p.

CARNELUTTI, F. **As misérias do processo penal**. São Paulo: Servanda, 2016.

CAVALCANTI, P. A. Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional. 2007. Disponível em: <https://issuu.com/opp-utc/docs/tese_paula_arcoverde>. Acesso em: dez. 2018.

CHASTINET, T. **Operação Harém: o mundo secreto da prostituição de luxo**. São Paulo: Companhia Nacional, 2015.

CHO, S. Y. Modelling for determinants of human trafficking: an empirical analysis. **Social Inclusion**, Lisbon, Portugal, v. 3, issue 1, p. 2-21, 2015a.

CHO, S. Y. Evaluating Policies against Human Trafficking Worldwide: An Overview and Review of the 3P Index. **Journal of Human Trafficking**, n. 1, p. 86-99, 2015b.

COCHINTU, I.; TUTUNARU, L.; STOICU, N. M.; VALEA, D. C. Internacional Cooperation against human trafficking. **Juridical Current**, v. 14, Issue 2, p. 78-86, 2011.

COLARES, M. I diagnóstico sobre o tráfico de seres humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará. Brasília: SNJ, 2004. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/2004_diagnostico_tsh.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

COLBARI, A. L.; RAINHA, J. C. Arranjos institucionais “virtuosos” na dinâmica das políticas públicas de trabalho e renda. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 3, p. 45-71, ago. 2014.

CONSELHO DA EUROPA. Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos. Diário da República, 1.ª série, N.º 9, 14 de Janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.mdm.org.pt/wp-content/uploads/2017/10/Conven%C3%A7%C3%A3o-do-Conselho-da-Europa-Relativa-%C3%A0-Luta-contra-o-Tr%C3%A1fico-de-Seres-Humanos.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (CJF). **A atuação da Justiça Federal na esfera criminal**. Série Pesquisas do CEJ, v. 6. Brasília: CJF, 2000.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (CJF). **Subsídios para a ampliação do número de juízos federais**. Série Pesquisas do CEJ, Brasília: CJF, v. 13, 2005.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, vols.1-7. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <http://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2014/08/PM_Corte-IDH-jurisprudencia-e-o-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019

COSTA, A. C.; FILHO, R. F. **Direitos Humanos e mulas do tráfico internacional de drogas**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2014.

COSTA, A. T. M.; MACHADO, B. A.; ZACKSESKI, C. **A investigação e a persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos: uma pesquisa, empírica no sistema de justiça federal**. Brasília: ESMPU, 2016a. t. I

COSTA, A. T. M.; MACHADO, B. A.; ZACKSESKI, C. **A investigação e a persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos: uma pesquisa , empírica no sistema de justiça federal**. Brasília: ESMPU, 2016b. t. II

COUNCIL OF EUROPE. Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos. 2018. Disponível em: <<https://rm.coe.int/16806ff1ac>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

COUTINHO, D. O direito nas políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. E. P. **Política Pública como campo disciplinar**. São Paulo: Unesp / Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

DARÓS, V. A justiça federal e o acesso à jurisdição. 2007. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29985-30115-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

DAVIS, L. E.; NORTH, D. C. **Institutional change and American economic growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

DEAN, E. Rescuing the Vulnerable. **Nursing Standard**, UK, v. 27, n. 43, 2013.

DIAS, G. M. Notas sobre as negociações da “Convenção do crime” e dos protocolos adicionais sobre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 215-234, jul./dez. 2015.

DOEZEMA, J. Now you see her, now you don't: sex workers at the UN Trafficking Protocol negotiation. **Social & Legal Studies**, v. 14, n. 1, p. 61-89, 2005.

DORNELAS, L. F. **Tráfico de pessoas**: cooperação jurídica internacional no combate ao tráfico. Curitiba: Edição do Autor, 2012.

DORNELAS, L. F. **Boas práticas no combate ao tráfico de pessoas**. Goiânia: Kelps, 2017.7

ECCLESTON, D. Identifying victims of human trafficking: human trafficking has huge impact on the health of victims, but what are the referral and support mechanisms in place for practioneers? **Community Practioner**, v. 86, Issue 5, may 2013.

EUA. State Government. 2018a. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/271339.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

EUA. Relatórios Oficiais. 2018b. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/pt/our-relationship-pt/relatorios-oficiais/>>. Acesso em: 17 jun. 2018

EUA. State Government. 2018c. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/tip/rls/tiprpt/2017/index.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

FARRELL, A.; OWENS, C.; McDEVITT, J. **New laws but few cases**: understanding the challenges to the investigation and prosecution os human trafficking cases. 61 Crime Law Social Change, 2014.

FERREIRA, A. C.; PEDROSO, J. Os tempos da justiça: ensaio sobre a duração e morosidade processual. 1997. Disponível em: <<https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-99>>. Acesso em: dez. 2018.

FERREIRA, L. V.; MAROSINI, F. C. Transgovernamentalismo e Cooperação Jurídica Internacional no Brasil. In: BAPTISTA, L. O. (coord.). **Direito Internacional contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2014.

FIANI, R. Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas. In: GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. (Org.). **Capacidades Estatais e Democracia**: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília, IPEA, 2014, p. 57-82.

FRIEDBERG, E. **Le pouvoir et la règle**. Dynamique de l'action organisée. Seuil, 1993.

FRINHANI, F. M. D. **As representações sociais dos profissionais do direito sobre o tráfico de pessoas**. Tese (Doutorado em Direito). São Paulo: USP/Faculdade de Direito, 2014.

GALLAGHER, A. T. **Trafficking, smuggling and human rights: tricks and treaties**. *Forced Migration Review*, n. 12, January 2002.

GALLAGHER, A. T. **The International Law of Human Trafficking**. New York, Cambridge University Press, 2010.

GARCIA, M. Novos horizontes epistemológicos para a pesquisa empírica em direito: “Descentrar” o Sujeito, “Entrevistar” o Sistema e Dessubstancializar as categorias jurídicas. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 1, n. 1, p. 182-209, jan. 2014.

GAUDIN, J. P. **Politiques de la ville**. Paris: PUF, 1995.

GEBRIM, L. M.; ZACKSESKI, C. O problema do consentimento no tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: v. 119, ano 24, p. 49-74, mar-abr. 2016.

GEOPALAVRAS. Geopalavras. In: **Geopalavras**, 2019. Disponível em: <<https://www.geopalavras.pt/2010/06/taratella.html>>. Acesso em: 23 mar. 2019

HADDAD, C. H. B.; QUARESMA, L. B. O. Dois lados da mesma moeda: o tempo no STF. **Revista Direito GV**, n. 20, p. 639-654, jul./dez. 2014.

HAAS, P. M. **The uniting of Europe: political, social and economic forces**. Stanford University Press, 1968.

HALES, L. The Criminalisation and Imprisonment of Migrant Victims of Trafficking. **Oñati Socio-legal Series [online]**, v. 8, n. 1, p. 50-70, 2017.

HARVARD LAW REVIEW. Remediating the injustices of human trafficking through tort law. June, 2006. Disponível em: <<http://link.galegroup.com/apps/doc/A149656308/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=c80bdf74>>. Acesso em: 10 fev. 2019

HAZEU, M. **Pesquisa trinacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede**. Belém: Sodireitos, 2008.

HEINRICH, C. J.; LYNN, L. E. **Governance and Performance: New Perspectives**. Washington: Georgetown University Press, 2000.

HIRST, P. Democracy and Governance. In: PIERRE, J. (org.) **Debating Governance: Authority, Steering and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ICMPD. **Jornadas Transatlânticas: uma pesquisa exploratória sobre tráfico de seres humanos do Brasil para Itália e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

ISLAS, P. *Suíça quer acabar com vista para prostituição*. 2014. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/sociedade/dan%C3%A7arinas-de-cabar%C3%A9_su%C3%AD%C3%A7a-quer-acabar-com-visto-para-prostitui%C3%A7%C3%A3o/38758360>. Acesso em: 19 abr. 2019.

JAKOB, A. C. Governança, Redes de Políticas Públicas e Participação. **Revista Brasileira de pós-graduação em Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, 2014.

JAKOB, A. C. MACHADO, B. A.; CORDEIRO, C. S. A persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos nos discursos dos magistrados. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 142, p. 21-110, 2018.

JONES, S. V. Human trafficking victim identification: should consent matter? **Indiana Law Review**, v. 45, Issue 2, p. 483-511, 2012.

JONES, J.; WINTERDYK, J. Introduction. Human Trafficking: Challenges and Opportunities for the 21st Century. **Oñati Socio-legal Series [online]**, v. 8, n. 1, p. 1-10. 2018a.

JONES, J.; WINTERDYK, J. Human Trafficking: Challenges and Opportunities for the 21st Century. Outcomes and Proposals. **Oñati Socio-legal Series [online]**, v. 8, n. 1, p. 165-173. 2018b.

RICHARDSON, J. J.; JORDAN, A. G. Policy communities: the British and European styles. **Policy Studies Journal**, v. 11, p. 603-615, 1983.

KANGASPUNTA, K. Collectin Data on Human Trafficking Avaliability, Reliability an Comparability of Trafficking Data. In: SAVONA, E. U.; STEFANIZZI, S. (eds.). **Measuring Human Trafficking Complexities and Pitfalls**. New York: Springer – INPAC, p. 34. 2007.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 50, p. 45-123, 2000.

KENIS, P.; SCHNEIDER, V. (eds.) **Organisation und Netzwerk**. Institutionelle Steuerung in Wirtschaft und Politik. Frankfurt: Campus, 1996.

KETTL, D. **Sharing Power**: public governance and private markets. Washington: Brookings Institution, 1993.

KERNAGHAN, K.; MARSON, B.; BORINS, S. **The new public organization**. Toronto: Institute of Public Administration of Canada, 2000.

KOOIMAN, J. (org.). **Modern Governance**. London: Sage, 2000.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARSEN, J. J.; DURGANA, D. P. Measuring Vulnerability and estimating Prevalence of Modern Slavery. **Chance: Using data to advance Science, Education, and Society**, Virginia: American Statistical Association, v. 30, n. 3, 2017.

LASSANCE, A. Federalismo no Brasil: trajetória institucional e alternativas para um novo patamar de construção do Estado. In: LINHARES, P. T. F.; MENDES, C. C.; LASSANCE, A. (org.). **Federalismo à brasileira**: questões para discussão. Brasília : Ipea, 2012, p. 23-36.

LEAL, M. L.; LEAL, M. F. Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil. Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), 2002. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/2003pestraf.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

LEGRAND, P. The Impossibility of 'Legal Transplants'. **Maastricht Journal of European & Comparative Law**, Maastricht, v. 4, p. 111-124, 1997.

LIMA, Silvana M. C. **Operação Caixa de Pandora: o encapsulamento na referência de operações policiais**. Linguística e Literatura: percorrendo caminhos. Teresina: EDUFPI, 2013.

LIPPI, M. A estratégia de articulação intergovernamental na implantação de políticas públicas metropolitanas: construindo um conceito e evidenciando a aplicação prática. 2013. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

LOBEL, O. **The Renew Deal**: the fall of regulation and the rise of governance in contemporary legal thought. Minnesota Law Review, 2004.

LONGO, M. Mulher de 49 anos era vigiada por cão de guarda em Portugal. In: **OPOPULAR**, 2018. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/mulher-de-49-anos-v%C3%ADtima-de-explora%C3%A7%C3%A3o-sexual-era-vigiada-por-c%C3%A3o-de-guarda-em-portugal-1.1584569>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

LOTTA, G; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, mar. 2016.

LUHMANN, N. **Sociologia do direito I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

LUHMANN, N. **Sociologia do direito II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

LUHMANN, N. **Organización y decisión**: Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo. Trad. Dario Rodriguez Mansilla. Barcelona: Anthropos, 1997.

LUHMANN, N. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1998.

LUHMANN, N. **Law as a social system**. Oxford: Oxford University, 2004.

LUHMANN, N. **El derecho de la sociedad**. 2. ed. Ciudad del México: Herder; Universidad Iberoamericana, 2005.

LUHMANN, N. **Organización y decisión**. Cidade do México: Herder, 2010.

LUHMANN, N. **O direito da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LYDAY, C. B. An Anti-corruption Perspective. 10th International Anti-corruption Conference. Prague, 2001. Disponível em: <<http://iacconference.org.s3-website.eu-central->

1.amazonaws.com/documents/10th_iacc_workshop_THE_SHADOWMARKET_IN_HUMAN_BEINGS.pdf.>. Acesso em: 23 nov. 2018

MACHADO, B. A. Discursos criminológicos sobre o crime e o direito penal: comunicação e diferenciação funcional. **Revista de Estudos Criminais**, São Paulo, Ano X, nº 45, IOB, 2012.

MACHADO, B. A. **Justiça criminal**: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. 1ª ed. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

MACHADO, B. A.; ZACKSESKI, C.; RAUFF, R. M. A investigação e a persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos: uma análise exploratória do sistema de Justiça Federal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 118, ano 24, p. 299-329. São Paulo: Ed. RT, jan-fev. 2016.

MACHADO, B. A.; VIEIRA, P. B. S. O controle penal do tráfico de pessoas: construção jurídica, interações organizacionais e cooperação internacional. **Revista de direito internacional**, Brasília, v. 13, n. 3, 2016, p. 484-503.

MACHADO, B. A.; ZACKSESKI, C.; RAUFF, R. M. Tempos de investigação: o transcurso do inquérito policial no sistema de Justiça Federal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 24, v. 124, p. 143-181, out. 2016.

MACHADO, B. A.; DORNELAS, L. F. A entrega vigiada de vítimas no tráfico internacional de pessoas: investigação policial e dignidade da pessoa humana. **Revista Internacional Consinter de Direito**, Porto: Juruá, ano 3, v. 5, 2017.

MARTINS, R. Presença brasileira no ‘mercado da noite’ diminui. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/02/040206_ruimartinscl.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MASSARDIER, G. **Redes de Políticas Públicas**. Políticas públicas; coletânea / Org. Enrique Saraiva e Elisabete Ferrarezi. Brasília: ENAP, 2006.

MATURANA, H. The neurophysiology of cognition. In: GARVIN, p. (org.). **Cognition: A multiple view**. Nova York: Spartan, 1969.

MATURANA, H. R; VARELA, F. **De máquinas a seres vivos**. Autopoieses: La organización de lo vivo. Santiago: Editora Universitária, 2008.

MILWARD, H. B.; PROVAN, K. Governing the Hollow State. **Journal of Public Administrations Research and Theory**, v. 10, Issue 2, p. 359-380, 2000.

MOYA, C. Los delitos de trata de seres humanos en España y Chile. Bien jurídico protegido y relaciones concursales. **Polít. Crim**, v. 11, n. 22, Art. 6, p. 521-547. 2016.

MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **BIB**, São Paulo, n. 84, 2/2017.

MUNIZ, J. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. 1999. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NASH ROJAS, C. Control de convencionalidad. Precisiones conceptuales y desafíos a la luz de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano**, Ano XIX, p.489-509, 2013.

NETKOVA, B. **International legal basis for national reporting mechanisms and comparative study of the reporting models within Europe**. Macedônia: University Skopje, 2014.

NORONHA, E. M. **Curso de Direito Processual Penal**. 21. Ed. São Paulo, Saraiva, 1992.

NYE, J. S.; DONAHUE, J. D. **Governance in a globalizing world**. Washington: Brookings Institution, 2000.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998 .

OGLOBO. MPF denuncia 18 pessoas na Operação Harém por tráfico internacional de mulheres. In: **O Globo**, 24 ago. 2009. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/mpf-denuncia-18-pessoas-na-operacao-harem-por-trafico-internacional-de-mulheres-3148038>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

OLIVEIRA, M. V. B. N. **O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública na teoria organizacional sistêmica: fluxo do sistema de justiça criminal federal no noroeste de Minas Gerais**. Brasília: UNICEUB, 2018.

OLIVEIRA, M. V. B. N.; MACHADO, B. A. A análise do fluxo do sistema de justiça criminal (SJC) como técnica de pesquisa empírica no direito e no campo da segurança pública. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 2017.

ONU. **Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal**. Nova Iorque: ONU, 2009.

ONU. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010: Análise das tendências de 40 anos revela que nações pobres obtêm ganhos de desenvolvimento com maior rapidez. 2010. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2010-analise-das-tendencias-de-40-anos-revela-que-as-nacoes-pobres-obtem-ganhos-de-desenvolvimento-com-maior-rapidez/>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

OSBORN, D.; GAEBLER, T. **Reinventing Government**. Reading: Addison-Wesley, 1992.

PATI, R. States' Positive Obligations with Respect to Human Trafficking: The European Court of Human Rights Breaks New Ground in *Rantsev v. Cyprus & Russia*. **Boston University International Law Journal**, v. 29, n. 1, 2011.

PEREZ, J. R. R. Avaliação no processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 1998.

PETERS, B. G. **The future of Governing**. Kansas: University Press Of Kansas, 2001.

PETERS, G.; PIERRE, J. Rethinking Public Administration. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 8, n. 2, p. 223-243, apr. 1998.

PIERRE, J. (org.). **Debating Governance: Authority, Steering and Democracy**. Oxford: Oxford University, 2000.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, dez. 2009 .

PIOVESAN, F.; KAMIMURA, A. Tráfico de Pessoas sob a perspectiva de direitos humanos: prevenção, combate, proteção às vítimas e cooperação internacional. In: **Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação; organização de Fernanda Alves dos Anjos [et. al.]**. – 1.ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. p. 105-131.

PIRES, A. la recherche qualitative et le système penal. Peut-on interroger les systèmes sociaux? In: KAMINSKI, D. & KORKOREF, M. **Sociologie pénale**: Système et Expérience. Pour Claud Faugeron. Ramonville Saint-Angre: Èrès, 2004.

PIRES, R; VAZ, A. Participação Social Como Método de Governo? Um Mapeamento das Interfaces Socioestatais nos Programas Federais. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1707.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

PIRES, R.; GOMIDE, A. Capacidade estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, A. A.; PIRES, Roberto R. C. (Org.). **Capacidades Estatais e Democracia**: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília, IPEA, 2014, p. 15-30.

PIRES, R.; GOMIDE, A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Rev. Sociologia Política**, v. 24, n. 58, p. 121-143, jun 2016.

PISCITELLI, A. G. Entre as máfias e a ajuda: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**, Campinas, UNICAMP, v. 31, p. 29-63, 2008.

PISCITELLI, A. G. **Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas** – novas questões conceituais. Brazil. South America: Núcleo de Estudos de Gênero. Pagu, 2016.

POSNER, R. A. *Sex and Reason*. Massachusetts: Cambridge, 1994.

POZZEBOM, E. R. Nova lei contra o tráfico de pessoas facilita punição e amplia proteção à vítima. In: **Senado Notícias**, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/novo-marco-legal-contr-o-traffic-o-de-pessoas-facilita-punicao-e-amplia-protecao-a-vitima>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

REPÚBLICA DE PORTUGAL. Diário da República, 1.^a série, n. 9, 14 de Janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/convencao-do-conselho-da/downloadFile/file/STE_197.pdf?nocache=1200590281.78>. Acesso em: 06 dez. 2018

RIBEIRO, A. B. Por que é importante compreender o enfrentamento ao tráfico de pessoas como uma política de estado? In: **Tráfico de pessoas**: uma abordagem para os direitos humanos / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação; organização de Fernanda Alves dos Anjos [et. al.]. – 1.ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. p. 155-175.

RIPLEY, R. Policy Analysis in Political Science. Chicago: Nelson-Hall. In. MCCOOL, D. **Public Policy Theories, Models and Concepts: an anthology**. New Jersey: Upper Saddle River, 1995.

RODRIGUES, N. C. Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: uma questão de gênero. **Revista do 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público: convergência institucional: foco no cidadão e transformação social**, Brasília: CNMP, n. 6, 2016.

ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem da desigualdade* (1754). Tradução: Maria Lacerda de Moura. Edição Eletrônica: Editora Ridendo Castigat Moraes. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

RUEGGER, Peter; MESARIC, Boris; ARX, Peter Von; WIPRACHTIGER, Hans; SCHNEBLI, Maria; SCHAUBLIN, Jurg; TESSIN, Ongaro, Bruno; HOFMANN, Markus; RIEDER, Claudia; FIZ; OTT, Alexander; BROMBACHER, Tanja; Kiesewetter, M.; DORNELAS, Luciano; OBERHANSLI, Bruno; THOMA, Peter; HANNI, Charles, Albisser, C.; GAHWILER, Markus. **Bekämpfung des Menschenhandels**. Suíça: [S.N], 2007.

SACCO, A. C. *Trafficking in human beings for the purpose of sexual exploitation and corruption in Brazil: an in depth analysis of the link between two criminal phenomena*. Tese (Doutorado em Criminologia). Università Cattolica del Sacro Cuore: Milano, XIX ciclo, a.a. 2006/07.

SALAMON, L. M. **The tools of government: a guide for the new governance**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SALGADO, D. R. Dupla vitimização no tráfico internacional de pessoas. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Fato típico. **Revista do Núcleo de Persecução Criminal da Procuradoria da República em Goiás**, Goiânia, Ano 1, n. 1, 2009.

SÁNCHEZ SANDOVAL, A. (Coord.). **Política criminal**. La reducción del Estado Nacional y las políticas transnacionales de seguridad. México: UNAM, 2003.

SOARES, M. L. Q.; SOUZA, M. C. O enfrentamento ao tráfico de pessoas no âmbito do Mercosul. **Revista Sequência**, v. 32, Issue 63, p. 185-212, 2011.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Secretaria de Gestão Pública. Tráfico de pessoas e trabalho escravo no Estado de São Paulo: análise dos procedimentos judiciais e extrajudiciais do MPT e MPF. São Paulo, SJDC/SGP, 2015.

SAPORI, L. F. A justiça criminal brasileira como um sistema frouxamente articulado. In: SLAKMON, Catherine; MACHADO, Maíra Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Orgs.). **Novas direções na governança da justiça e da segurança**. Brasília-DF, Ministério da Justiça, 2006, p. 763-782.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e Direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SCANDOLA, E. M. R. LUCENA, M. F. G. Globalização e territorialidades na construção da demanda e da oferta no mercado traficante de trabalhadores. In: **Mercado do tráfico: quem são os atores que demandam?** (Org. Michelle Gueraldi). -- 1. ed. -- Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 130 p.

SCHAPIRO, M. G. Discrecionalidade desenvolvimentista e controles democráticos: uma tipologia dos desajustes. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 315, ago. 2016.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas**, v.5, n. 1, p. 29-58. 2005.

SEIDL, D. Organisational identity in Luhmann's theory of social systems. In: BAKKEN, T.; HERNES, T. **Autopoietic Organisation Theory: Drawing on Niklas Luhmann's Social Systems Perspective**. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2003, pp. 123-150.

SEIDL, D. Organization and Interacion. In: SEIDL, D.; BECKER, K. H. (Ed.). **Niklas Luhmann and Organizationl Studies**. Kristiantad: Kristiantad Boktruyckeri AB, 2005, p. 145-170.

SILVA, F. S.; LOPEZ, F.; PIRES, R. (org.). Estado, Instituições e Democracia: democracia. Brasília: IPEA, v. 2. Capítulo 5: Accountability e controle social na administração pública federal, p. 185-210. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_vol2.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

SILVA, Artur Stamford da. **10 Licões sobre Luhmann**. Petrópolis, RJ: VOZES, 2016.

SNJ. **Relatório: indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos**. Brasília: Ministério da Justiça, 2005. 88p.

SNJ; OIT. **Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo.** Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

SÓDIREITOS. Diáspora no enfrentamento ao tráfico de pessoas entre o Brasil e o Suriname. 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/projetos-de-prevencao/relato_sodireitos.pdf> Acesso 19 mai 2019>. Acesso em: nov. 2018.

SODIREITOS; GAATW REDLAC. Pesquisa Tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname. Uma intervenção em rede. 2008. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/2008_Pesquisa_Trinacional_PORT.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

SORENSEN, G. **The transformation of the State: Beyond the Myth of Retreat.** London: Palgrave Macmillan, 2004.

SOUSA, Márcia Amanda Soares Siqueira; LIMA, Silvana Maria Calixto de. **Operação sanguessuga, operação castelo de areia e operação sexto mandamento: meras designações ou verdadeiras caixas de pandora?.** In: Veredas atemática, vol. 19, nº 2, p. 344-356. Juiz de Fora: UFJF, 2015.

SOUZA, M. O tráfico de pessoas na Corte Europeia de Direitos Humanos: Caso Rantsev versus Chipre e Rússia XXIV. Florianópolis: Encontro Nacional do Conpedi/UFS, 2015. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/phc1kv31/O9SO40BKFakI5309.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

STF. Presidente do STF e secretária norte-americana assinam acordo sobre combate ao tráfico de pessoas. In: Supremo Tribunal Federal, 11 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=212072>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

TARANTINO, Marisa Silvano. Trata de personas y criminalización femenina. 2019. Disponível em: <<https://www.academia.edu/people/search?utf8=%E2%9C%93&q=trata+de+personas+y+criminalizacion+femenina>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

TELES, M. A. A. As imigrantes Bolivianas em São Paulo: O silêncio insuportável. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. **Tráfico de Pessoas e violência sexual.** Brasília: Universidade de Brasília/Violes, 2007, p. 35-42.

TERESI, V. M. *Cooperação internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Mulheres para fins de Exploração Sexual: O caso Brasil-Espanha*. Dissertação (Mestrado em Direito). Santos, Universidade Católica de Santos/Programa de Direito, 2007.

TERESI, V. M. **Material de apoio:** enfrentamento ao tráfico de pessoa no Brasil. [S.l: s.n], 2011.

TERESI, V.; DORNELAS, L. **Curso EAD de tráfico de pessoas**. Brasília: SENASP, 2012.

THEODOULOU, S. The contemporary language of public policy: a starting point. In: **Public Policy** – the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

TITÃS. Selvagem/Polícia. In: **Vagalume**, 2019. Disponível: <<https://www.vagalume.com.br/titas/selvagem-policia.html>>. Acesso em: mar. 2019.

TOMKINSON, S. The multiplicity of truths about human trafficking: beyond “The sex slave discourse”. **CEU Political Scient Journal**, v. 7 issue 1, p. 50-67, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais** – A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

UFMG. Diagnóstico Institucional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Região Sudeste. 2012. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/estudos-e-pesquisas/lista_estudos_pesquisas1>. Acesso em: 05 nov. 2016.

UNIÃO EUROPEIA. Directiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de abril de 2011. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:101:0001:0011:PT:PDF>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

UNODC. Travaux Préparatoires de las negociaciones para la elaboración de la Convención de las Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional y sus Protocolos. Nueva York, 2008a. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/Travaux%20Preparatoire/04-60077_Ebook-s.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

UNODC. *Toolkit to Combat Trafficking in Persons*. United Nations: New York, 2008b.

UNODC. Global Report in Trafficking on Persons. 2009. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/Global_Report_on_TIP.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

UNODC. O papel do ‘consentimento’ no protocolo sobre tráfico de pessoas. Viena: Nações Unidas, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/CartilhadeEnfrentamentoaoTr%C3%A1ficodePessoas-20171.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

UNISINOS. Criminalização das migrações e tráfico de pessoas: um ciclo vicioso. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/569220-criminalizacao-das-migracoes-e-trafico-de-pessoas-um-ciclo-vicioso>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

VARELLA, M. D. **Internacionalização do direito**. Brasília: UNICEUB, 2013.

VARELLA, M. D.; MONEBHURRUN, N. O que é uma boa tese de doutorado em Direito? Uma análise a partir da própria percepção dos programas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v.3, n. 2, 2013.

VARGAS, J. D. *Estupro: que justiça? Fluxo do funcionamento e análise do tempo da justiça criminal para o crime de estupro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2004.

VARGAS, J. D. Metodologia de Tratamento do Tempo e da Morosidade Processual na Justiça Criminal. Relatório Final Pesquisa Aplicada em Segurança Pública e Justiça Criminal. Senasp, abr. 2006.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Tráfico de pessoas: uma história do conceito. **Revista Brasileira de História**, v. 33, Issue 65, p. 61-83. 2013.

VENTURA, A B. Fluxo do funcionamento da justiça criminal para o crime de homicídio doloso na Região Metropolitana de Florianópolis em 2003. **Revista Mosaico Social**, ano 3, n. 3, p. 305-319, dez 2006.

VIEIRA, Priscilla Brito Silva. *O ponto cego do enfrentamento ao tráfico de seres humanos: a influência da corrupção no tráfico internacional de pessoas*. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Brasília: UNICEUB, 2017.

WATSON, A. **Legal transplants (an approach to comparative law)**. 2nd ed. Georgia: The University Georgia Press, 1993.

ZACKSESKI, C.; MACHADO, B. A.; MACIEL, W. C. Investigando os investigadores: representações sociais sobre a atividade policial no Sistema de Justiça Federal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 150, ano 26, p. 367-395, dez. 2018.

SÍTIOS OFICIAIS

MPF. Ministério Público Federal. 2019. Página inicial. Disponível em: <<http://www.mpf.gov.br>>. Acesso em: dez. 2018.

TRF1. Justiça Federal. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. 2019. Página inicial. Disponível em: <<https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/pagina-inicial.htm>>. Acesso em: dez. 2018.

TRF3. Justiça Federal. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. 2019. Página inicial. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: dez. 2018.

LISTA DE PROCESSOS PESQUISADOS NA FASE QUALITATIVA

Bahia

8490-7820164013300, 42446-5620144013300, 200433000226577, 200433000246311, 200633000040203, 105185320154013300, 264132020164013300.

Ceará

200881000136690, 200981000040860, 00004525620154058100, 00062308020104058100, 00158248420114058100, 0000303838920174058100.

Goiás

200035000075960, 200335000126678, 200535000056305, 200735000049831,
200935000164577, 200935000184342, 20063500016266-1, 20093500009359,
200035000063472, 200335000079295, 200335000104299, 200435000013991,
200535000061204, 200635000044856, 200635000060309, 200635000060713,
200735000043621, 200835000156353, 200835000164806, 200935000183220,
98969220114013500, 105752920104013500, 141792220154013500, 301008920134013500,
468149020144013500.

Para

199889468, 200211454, 9300038257, 200839000074933, 200039000130735,
200839000046221, 160040420114013900.

Pernambuco

00012641720144058300, 00047002320104058300, 00092427920134058300,
00118611620124058300, 00174079120084058300, 00014994720154058300,
00082375120154058300.

Paraná

00027529320104047000, 16096920104047000, 50117829020124047002,
50247011520154047000, 50274240720154047000, 50513372320124047000

Rio de Janeiro

200451015022769, 200451015145417, 200451015370115, 200551015039828,
200651015022493, 200651015039274, 200651015096208, 200651015172200,
309769820124025101

Santa Catarina

50025077620104047200, 50042574520124047200, 50043102620124047200,
50183674420154047200, 50217771320154047200

São Paulo

200661810061998, 37849520104036181, 40978520124036181, 58715320124036181,
71753420054036181, 72685520094036181, 98312220094036181, 98320720094036181,
98918720124036181, 100689520054036181, 111250220154036181

APÊNDICE

APÊNDICE A - RELATÓRIO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA DA PESQUISA SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS

RELATÓRIO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA DA PESQUISA SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS

Objetivos da pesquisa:

- **Análise exploratória descritiva do sistema de persecução federal nos processos de tráfico de pessoas;**
- **Traçar o perfil das vítimas do tráfico de pessoas.**

Versão: Dezembro de 2018

ANÁLISE DOS DADOS DO SISTEMA ÚNICO DA PGR

OBJETIVO

OBTENÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

Em 17/4/2017 foi disponibilizada pelo Coordenador da COJUD/MPF/Go, pesquisa à base de dados do sistema "ÚNICO", desde data de sua criação, de todos os autos relativos aos seguintes assuntos: "TRÁFICO DE PESSOAS" e "TRÁFICO DE SERES HUMANOS".

O resultado da pesquisa foi disponibilizado em planilha em formato .xls (17.701 linhas), com as seguintes observações : “Não foi possível implementar filtro para exibir apenas a última manifestação ministerial de cada auto. Assim, os autos são repetidos tantas vezes quantas forem as manifestações existentes. Para minimizar o transtorno, ordenei os dados, sempre de forma crescente, conforme as seguintes chaves: UF; ÓRGÃO DA PF OU JUSTIÇA; VARA/TURMA; ETIQUETA DO AUTO; e DT MANIFESTAÇÃO. Ressalto que, na coluna "TEMAS DO CNMP", há uma célula para cada nível de hierarquia dos temas/assuntos e as mesmas não estão mescladas.”

O primeiro procedimento foi desfazer a mescla de todas as células e consolidar as colunas TEMAS DO CNMP e TEMA PRINCIPA CNMP. As informações foram consolidadas na coluna TEMA PRINCIPA CNMP, embora esta variável não traga praticamente nenhuma informação útil, já que seu conteúdo é quase sempre “tráfico de pessoas para fins de exploração sexual”.

Restaram então 5,038 linhas (manifestações) referentes a 887 autos (inquéritos, ações penais, recursos, etc...) as quais compõem nossa base de dados principal.

Considerou-se que registros (manifestações) com mesma ETIQUETA DO AUTO referem-se ao mesmo auto.

A tabela 1.1 apresenta o total de autos cadastrados por UF. Note-se que Piauí foi o único estado que não apresentou nenhum auto cadastrado. Também são apresentados os respectivos percentuais. Quase um quarto (23,2%) dos autos são da Procuradoria da República no Distrito Federal, seguido da Procuradoria da República em Goiás com 12,5% dos autos, Bahia com 6,8% e São Paulo com 5,5%.

Tabela 1.1 – Distribuição de Autos por Procuradoria da República nas UFs

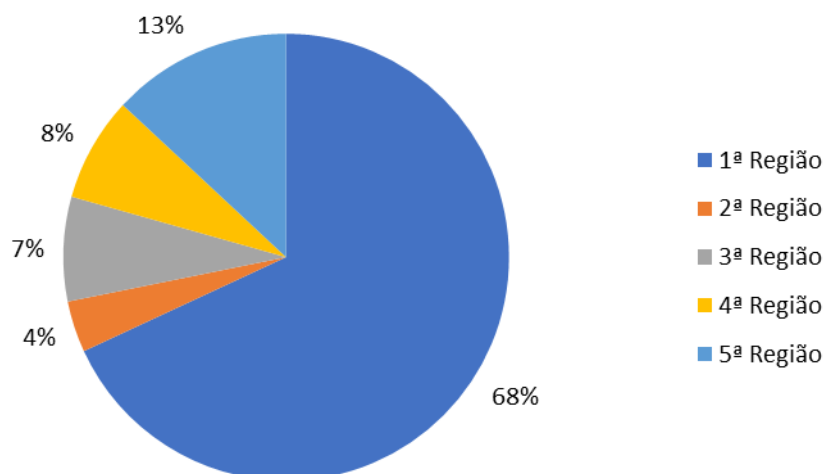
UF	CONTAGEM DE AUTOS	%
AC	27	3,0%
AL	7	0,8%
AM	14	1,6%
AP	16	1,8%
BA	60	6,8%
CE	29	3,3%
DF	206	23,2%
ES	13	1,5%
GO	120	13,5%
MA	12	1,4%
MG	36	4,1%
MS	18	2,0%
MT	23	2,6%
PA	40	4,5%
PB	2	0,2%
PE	40	4,5%
PR	5	0,6%
PI	-	-
RJ	20	2,3%
RN	37	4,2%
RO	13	1,5%
RR	26	2,9%
RS	40	4,5%
SC	22	2,5%
SE	1	0,1%
SP	49	5,5%
TO	11	1,2%
TOTAL	887	100,0%

Considerando o total por Procuradoria Regional, a 1ª Região representa mais de dois terços (68,1%) dos autos, seguido da 5ª Região com 13,1%. Os dados por região encontram-se na tabela 1.2 e estão ilustrados na figura 1.1.

Tabela 1.2 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional

Região	CONTAGEM DE AUTOS	%
1ª Região	604	68,1%
2ª Região	33	3,7%
3ª Região	67	7,6%
4ª Região	67	7,6%
5ª Região	116	13,1%
TOTAL	887	100,0%

Figura 1.1 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional



A tabela 1.3 é uma forma alternativa de apresentar os dados das tabelas 1.1 e 1.2.

Tabela 1.3 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional e Procuradorias da República nas UFs

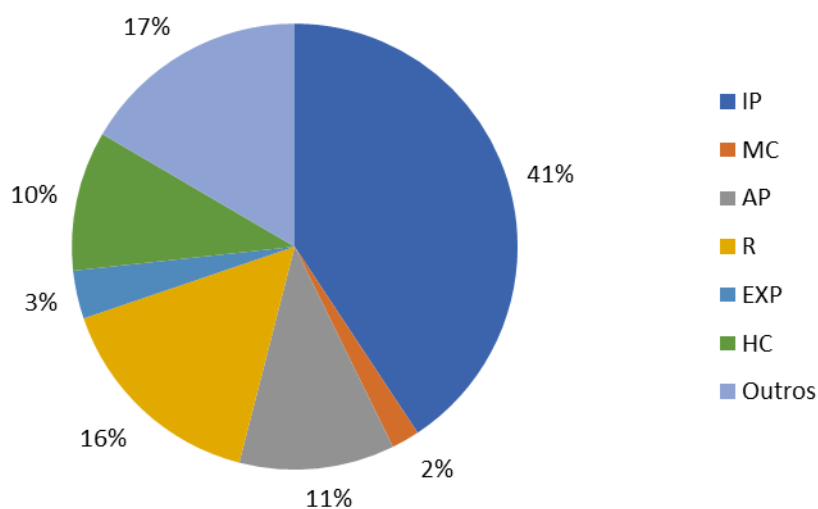
Região	UF	Total de autos	%
1ª Região	AC	27	3,0%
	AM	14	1,6%
	AP	16	1,8%
	BA	60	6,8%
	DF	206	23,2%
	GO	120	13,5%
	MA	12	1,4%
	MG	36	4,1%
	MT	23	2,6%
	PA	40	4,5%
	RO	13	1,5%
	RR	26	2,9%
	TO	11	1,2%
	Total	604	68,1%
2ª Região	ES	13	1,5%
	RJ	20	2,3%
	Total	33	3,7%
3ª Região	MS	18	2,0%
	SP	49	5,5%
	Total	67	7,6%
4ª Região	PR	5	0,6%
	RS	40	4,5%
	SC	22	2,5%
	Total	67	7,6%
5ª Região	AL	7	0,8%
	CE	29	3,3%
	PB	2	0,2%
	PE	40	4,5%
	RN	37	4,2%
	SE	1	0,1%
	Total	116	13,1%
TOTAL		887	100,0%

Os autos foram classificados em sete grupos de classes judiciárias¹⁶¹. A tabela 1.4 relaciona os grupos de classes judiciárias criadas com suas respectivas siglas, a contagem de autos em cada uma delas e o percentual correspondente. A figura 1.2 ilustra os dados da tabela 1.4.

Tabela 1.4 – Total de autos por Grupo de Classes Judiciárias

GRUPO DE CLASSES JUDICIÁRIAS	CONTAGEM	PERCENTUAL
Inquérito Policial – IP	361	40,7%
Medidas Cautelares – MC	18	2,0%
Ação Penal – AP	100	11,3%
Recursos – R	140	15,8%
Execução Penal – EXP	31	3,5%
Ações autônomas de impugnação – HC	90	10,1%
Outros	147	16,6%
TOTAL	887	100,0%

Figura 1.2 – Autos por Grupo de Classe Judiciária



¹⁶¹ As classes judiciárias são definidas conforme Taxonomia do CNMP.

As tabelas 1.5 a 1.11 detalham, para cada grupo, quais as classes judiciárias que as compõem.

Tabela 1.5 – Grupo INQUÉRITO POLICIAL

CLASSES DO GRUPO IP	CONTAGEM
INQUÉRITO	31
INQUÉRITO POLICIAL	259
INQUÉRITO POLICIAL ORIGEM POLICIA FEDERA	6
INQUÉRITO POLICIAL QUE TRAMITA SÓ ENTRE MPF E PF	2
INQUÉRITO/DENÚNCIA/QUEIXA/NOTICIA CRIME/REPRESENTA	2
INQUÉRITOS POLICIAIS	5
PROCED INVEST MP	4
PROCED INVEST MP (PEÇAS INFO)	7
PROCED. INVEST. MP (PECAS INFO)	3
PROCEDIMENTO CRIMINAL COMUM	1
PROCEDIMENTO CRIMINAL DIVERSO	3
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	5
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP	3
Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)	2
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PI)	1
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO MP -PEÇA DE INFORMAÇÃO	9
PROCEDIMENTOS CRIMINAIS DIVERSOS	6
PROCEDIMENTOS INVESTIGAT. DO MP (PEÇAS DE INFORM.)	1
PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DO MP (CRIMINAL)	1
PROCEDIMENTOS PENAIS	2
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	7
TERMO CIRCUNSTÂNCIADO	1
TOTAL	361

Tabela 1.6 – Grupo MEDIDAS CAUTELARES

CLASSES DO GRUPO MC	CONTAGEM
MED CAUT QUEBRA SIGILO DADOS TELEFÔNICOS	1
MEDIDA CAUT. DE QUEBRA DE SIGILO/DADOS/TELEFÔNICO	1
MEDIDA CAUTELAR	1
MEDIDA CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO	1
MEDIDA CAUTELAR PENAL DE BUSCA E APREENSÃO	3
PEDIDO DE PRISÃO TEMPORÁRIA	1
PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	3
PRISÃO EM FLAGRANTE	1
PRISÃO EM FLAGRANTE - COMUNICAÇÃO	2
PRISÃO PREVENTIVA	3
QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICOS	1
TOTAL	18

Tabela 1.7 – Grupo AÇÃO PENAL

CLASSES DO GRUPO AP	CONTAGEM
AÇÃO CRIMINAL	1
AÇÃO PENAL	49
Ação Penal - Procedimento Ordinário	2
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	1
AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JUIZ SINGULAR	2
AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI	1
AÇÃO PENAL PÚBLICA	2
AÇÃO PENAL PÚBLICA - DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO	2
AÇÃO PENAL PÚBLICA - PROCEDIMENTO CRIMINAL COMUM	5
AÇÃO PENAL PÚBLICA - PROCEDIMENTO PENAL COMUM	5
AÇÃO PENAL PÚBLICA - PROCESSO COMUM	2
AÇÃO PENAL PÚBLICA - PROCESSO COMUM/JUIZ SINGULAR	14
PROCESSO COMUM - JUIZ SINGULAR	14
TOTAL	100

Tabela 1.8 – Grupo RECURSOS

CLASSES DO GRUPO R	CONTAGEM
AGRAVO C/ REC. ESPECIAL	1
AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL	3
AGRAVO INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL	4
AGRAVO INSTRUMENTO EM RECURSO EXT.	1
APELAÇÃO	73
APELAÇÃO CRIMINAL	46
RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO	3
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	9
TOTAL	140

Tabela 1.9 – Grupo EXECUÇÃO PENAL

CLASSES DO GRUPO EXP	CONTAGEM
DA EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL (OUTROS)	1
Execução da Pena	1
EXECUÇÃO DA SENTENÇA PENAL/OUTROS	1
EXECUÇÃO DE SENTENÇA	1
EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL (OUTROS)	5
EXECUÇÃO PENAL	21
EXECUÇÃO PENAL PROVISÓRIA	1
TOTAL	31

Tabela 1.10 – Grupo AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

CLASSES DO GRUPO HC	CONTAGEM
HABEAS CORPUS	82
MANDADO DE SEGURANÇA	4
REVISÃO CRIMINAL	4
TOTAL	90

Tabela 1.11 – Grupo OUTRAS CLASSES

CLASSES DO GRUPO Outros	CONTAGEM
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1
ALIENAÇÃO JUDICIAL	1
BLOQUEADA - AÇÃO CRIMINAL	1
CARTA DE ORDEM	1
CARTA PRECATÓRIA	4
CARTA PRECATÓRIA - CRIMINAL	11
CARTA PRECATÓRIA - CRIMINAL - TESTEMUNHA/PERITO	1
CARTA PRECATÓRIA - CRIMINAL GRAVOSA	1
CARTA PRECATÓRIA - MATÉRIA PENAL	1
CARTA PRECATÓRIA - PENAL	30
CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	4
CARTA ROGATÓRIA - PENAL	1
CARTA ROGATÓRIA CRIMINAL	1
COMUNICAÇÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	2
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	1
CRIMINAIS DIVERSAS	1
CRIMINAIS DIVERSAS - OUTROS	2
CRIMINAIS DIVERSAS/OUTRAS	1
CRIMINAL DIVERSA/OUTRAS	1
EMBARGOS DE TERCEIROS CRIMINAL	1
EXECUÇÕES DIVERSAS/OUTRAS	1
FIANÇA	1
INCID. DE REST. COISAS APREEND.	1
INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	9
INCIDENTES CRIMINAIS DIVERSOS	3
LIBERDADE PROVISÓRIA	13
LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	2
LIVRAMENTO CONDICIONAL	1
MIGRAÇÃO	1
PEDIDO ARQ REPR CRIMINAL	2
PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	15
PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA	4
PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	6
PETIÇÃO	2
PETIÇÃO - CRIMINAL	1
PETIÇÃO - PENAL	2
PETIÇÃO DIVERSA CRIMINAL	6
PETIÇÃO DIVERSA CRIMINAL - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	1
PRECATÓRIA - MATÉRIA PENAL	1
PROCEDIMENTO ESP.DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	1
PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS	1
RECURSO ELEITORAL	2

CLASSES DO GRUPO Outros	CONTAGEM
REMESSA EX-OFFICIO EM MS	1
RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	1
ZZZ - NÃO USAR -PROCEDIMENTO CRIMINAL DIVERSO	2
TOTAL	147

A tabela 1.12 apresenta a distribuição de grupos de classes judiciais por UF. Note-se que no Distrito Federal mais da metade (50,5%) dos autos são recursos (R) e 35,9% são ações autônomas de impugnação (HC). Os inquéritos policiais representam somente 6,8% dos autos. Já em Goiás, os inquéritos policiais representam 45,8% dos autos e as ações penais (AP) 17,5% dos autos.

Tabela 1.12 - Distribuição dos grupos de CLASSE JUDICIÁRIA por UF

UF	IP	MC	AP	R	EXP	HC	Outros	TOTAL
AC	23	1	1	-	-	-	2	27
AL	5	-	-	-	-	-	2	7
AM	6	1	3	-	1	-	3	14
AP	9	1	5	-	-	-	1	16
BA	32	2	9	-	3	-	14	60
CE	19	-	2	-	1	-	7	29
DF	14	1	1	104	1	74	11	206
ES	7	-	5	-	1	-	-	13
GO	55	2	21	1	2	-	39	120
MA	12	-	-	-	-	-	-	12
MG	15	3	9	1	-	-	8	36
MS	6	-	7	-	-	-	5	18
MT	15	2	2	-	1	-	3	23
PA	27	2	3	-	-	-	8	40
PB	2	-	-	-	-	-	-	2
PE	20	-	8	3	7	-	2	40
PR	2	-	-	-	-	-	3	5
PI	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ	5	-	1	12	-	1	1	20
RN	6	-	8	1	12	-	10	37
RO	10	2	-	-	-	-	1	13
RR	11	-	5	-	-	-	10	26
RS	3	-	3	17	1	15	1	40
SC	12	1	3	1	-	-	5	22
SE	1	-	-	-	-	-	-	1
SP	38	-	1	-	-	-	10	49
TO	6	-	3	-	1	-	1	11
TOTAL	361	18	100	140	31	90	147	887

A tabela 1.12a apresenta o número, por UF, de IPLS que apresentaram indicação de Vara de origem, o respectivo número de varas e a razão IPLs instaurados por vara. A média é de menos de 2 e meio IPLs por vara (2,46 IPLs por vara). Destacam-se Goiás com 11 IPLs por vara, seguido do Acre com 6 IPLs por vara, Pará com 5,33 IPLs por vara e DF com 5 IPLs por vara.

Tabela 1.12a - Distribuição de inquéritos por UF e número de Varas de origem

UF	IP	Número de varas de origem	IP / Vara
AC	18	3	6,00
AL	4	4	1,00
AM	5	2	2,50
AP	6	2	3,00
BA	27	7	3,86
CE	14	4	3,50
DF	10	2	5,00
ES	7	2	3,50
GO	44	4	11,00
MA	8	4	2,00
MG	11	10	1,10
MS	4	4	1,00
MT	13	5	2,60
PA	16	3	5,33
PB	-	-	-
PE	18	5	3,60
PR	2	2	1,00
PI	-	-	-
RJ	5	5	1,00
RN	3	3	1,00
RO	8	3	2,67
RR	10	3	3,33
RS	3	3	1,00
SC	12	8	1,50
SE	-	-	-
SP	37	27	1,37
TO	5	3	1,67
TOTAL	290	118	2,46

Na tabela 1.13 tem-se a distribuição de grupos de classes judiciais por Procuradoria Regional.

Tabela 1.13 - Distribuição dos grupos de CLASSE JUDICIÁRIA por Procuradoria Regional

Região	IP	MC	AP	R	EXP	HC	Outros	TOTAL
1ª Região	235	17	62	106	9	74	101	604
2ª Região	12	-	6	12	1	1	1	33
3ª Região	44	-	8	-	-	-	15	67
4ª Região	17	1	6	18	1	15	9	67
5ª Região	53	-	18	4	20	-	21	116
TOTAL	361	18	100	140	31	90	147	887

Tabela 1.14 – Principais grupos de CLASSES JUDICIÁRIAS por Procuradoria Regional e seus respectivos percentuais

Região	IP	AP	Demais classes	TOTAL
1ª Região	235 (38,9%)	62 (10,3%)	307 (50,8%)	604 (100,0%)
2ª Região	12 (36,4%)	6 (18,2%)	15 (45,5%)	33 (100,0%)
3ª Região	44 (65,7%)	8 (11,9%)	15 (22,4%)	67 (100,0%)
4ª Região	17 (25,4%)	6 (9,0%)	44 (65,7%)	67 (100,0%)
5ª Região	53 (45,7%)	18 (15,5%)	45 (38,8%)	116 (100,0%)
TOTAL	361 (40,7%)	100 (11,3%)	426 (48,0%)	887 (100,0%)

Assim como a CLASSE JUDICIAL, as MANIFESTAÇÕES¹⁶² também foram classificadas em grupos (em número de 5), conforme a tabela 1.15.

Tabela 1.15 – Grupos de manifestações

GRUPO DE MANIFESTAÇÃO	CONTAGEM	PERCENTUAL
ARQUIVAMENTO	176	3,5%
BAIXA	1.417	28,1%
CIÊNCIA	1.173	23,3%
DENÚNCIA	57	1,1%
OUTRAS	2.215	44,0%
TOTAL	5.038	100,0%

As tabelas 1.16 a 1.20 indicam quais manifestações pertencem a cada grupo. São indicados também, entre parênteses, os códigos dos movimentos conforme taxonomia do CNMP.

Tabela 1.16 – Manifestações do grupo ARQUIVAMENTO

ARQUIVAMENTOS	CONTAGEM
ARQUIVAMENTO (920087)	113
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO CONSELHO SUPERIOR/CÂMARA (920088)	1
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO CONSELHO SUPERIOR/CÂMARA (920088)/INTEGRAL SEM TAC (920090)	1
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)	41
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/INTEGRAL (920100)/AUSÊNCIA/ INSUFICIÊNCIA DE PROVAS (920268)	10
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/INTEGRAL (920100)/DESCONHECIMENTO DO AUTOR (920101)	2
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/INTEGRAL (920100)/INEXISTÊNCIA DE CRIME (920102)	6
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/INTEGRAL (920100)/PRESCRIÇÃO (920103)	1
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/PARCIAL (920093)/AUSÊNCIA/ INSUFICIÊNCIA DE PROVAS (920269)	1
TOTAL DE ARQUIVAMENTOS	176

Tabela 1.17 – Manifestações do grupo BAIXA

BAIXA	CONTAGEM
BAIXA DE INQUÉRITO POLICIAL (920126)/COM DILIGÊNCIA (920258)	301
BAIXA DE INQUÉRITO POLICIAL (920126)/SEM DILIGÊNCIA (920259)	1.116
TOTAL DE BAIXAS	1.417

¹⁶² Movimentos, conforme taxonomia do CNMP.

Tabela 1.18 – Manifestações do grupo CIÊNCIA

CIÊNCIA	CONTAGEM
CIÊNCIA (920134)/ACORDÃO (920142)/DESFAVORÁVEL (920144)	2
CIÊNCIA (920134)/ACORDÃO (920142)/FAVORÁVEL (920143)	12
CIÊNCIA (920134)/ACORDÃO (920142)/OUTRA CIÊNCIA (600528)	1
CIÊNCIA (920134)/ACORDÃO (920142)/PARCIALMENTE FAVORÁVEL (920145)	4
CIÊNCIA (920134)/ARQUIVAMENTO (920155)	150
CIÊNCIA (920134)/DECISÃO MONOCRÁTICA COM JULGAMENTO DE MÉRITO (920148)/EXTINTIVA PELA PRESCRIÇÃO (920152)	3
CIÊNCIA (920134)/DECISÃO MONOCRÁTICA COM JULGAMENTO DE MÉRITO (920148)/EXTINTIVA POR OUTRAS CAUSAS (920153)	1
CIÊNCIA (920134)/DECISÃO MONOCRÁTICA COM JULGAMENTO DE MÉRITO (920148)/FAVORÁVEL (920149)	1
CIÊNCIA (920134)/DECISÃO MONOCRÁTICA COM JULGAMENTO DE MÉRITO (920148)/OUTRA CIÊNCIA (600530)	2
CIÊNCIA (920134)/DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA (920160)	13
CIÊNCIA (920134)/DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA/SESSÃO (920135)	151
CIÊNCIA (920134)/LIBERDADE (920182)/DEFERIDO (920183)	1
CIÊNCIA (920134)/LIBERDADE (920182)/INDEFERIDO (920184)	1
CIÊNCIA (920134)/OUTRAS CIÊNCIAS (920197)	744
CIÊNCIA (920134)/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA (920162)	4
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)	52
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/EXTINTIVA PELA PRESCRIÇÃO (920140)	6
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/EXTINTIVA POR OUTRAS CAUSAS (920141)	4
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/FAVORÁVEL (920137)	7
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/OUTRA CIÊNCIA (600529)	2
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/PARCIALMENTE FAVORÁVEL (920139)	3
CIÊNCIA (920134)/SUSPENSÃO DO PROCESSO - ART. 366 CPP (920154)	9
TOTAL DE CIÊNCIAS	1.173

Tabela 1.19 – Manifestações do grupo DENÚNCIA

DENÚNCIA	CONTAGEM
ADITAMENTO (920032)/DENÚNCIA (920034)	2
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/DENÚNCIA (920014)	54
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/DENÚNCIA (920014)/ESCRITA (920015)	1
TOTAL DE DENÚNCIAS	57

Tabela 1.20 – Manifestações do grupo OUTRAS MANIFESTAÇÕES

OUTRAS MANIFESTAÇÕES	CONTAGEM
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)	8
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/AÇÃO CAUTELAR (600468)/PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS (600477)	1
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/AÇÃO CAUTELAR DE QUEBRA DE SIGILO (600481)	2
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/AÇÃO CAUTELAR DE QUEBRA DE SIGILO (600481)/BANCÁRIO (600482)	1
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/AÇÃO CAUTELAR DE QUEBRA DE SIGILO (600481)/TELEFÔNICO (600483)	2
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/PEDIDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (600509)	3
ALEGAÇÕES FINAIS (920200)	5
ALEGAÇÕES FINAIS (920200)/MEMORIAIS (920202)	53
ALEGAÇÕES FINAIS (920200)/ORAIS (920201)	2
CORREIÇÃO PARCIAL (920210)	1
DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO (920026)	20
DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO (920026)/NO MESMO RAMO (920027)	1
DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO (920026)/PARA OUTRO RAMO (920028)	1
DESPACHO (920044)/DILIGÊNCIAS (920045)	33
DESPACHO (920044)/DILIGÊNCIAS (920045)/OUTRAS PROVIDÊNCIAS (920253)	13
DESPACHO (920044)/EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTO (920055)	1
DESPACHO (920044)/PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE INVESTIGAÇÃO (920054)	10
DEVOLUÇÃO SEM MANIFESTAÇÃO (920252)	6
INCIDENTES (920248)/DE RESTITUIÇÃO (600462)	2
MANIFESTAÇÃO (920198)	1735
MANIFESTAÇÃO (920198)/DEMAIS MANIFESTAÇÕES (600406)	64
MANIFESTAÇÃO (920198)/EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA OU REQUERIMENTO DE DECLÍNIO (600458)	6
MANIFESTAÇÃO (920198)/PARECER NÃO PADRONIZADO (600409)	15
MANIFESTAÇÃO (920198)/PROMOÇÃO (600407)	7
MANIFESTAÇÃO (920198)/RÉPLICA EM AÇÃO PENAL (600393)	2
MANIFESTAÇÃO (920198)/REQUERIMENTO DIVERSO (600402)	25
MANIFESTAÇÃO EM SEGUNDO GRAU (920271)/DEMAIS MANIFESTAÇÕES (600435)	2
MANIFESTAÇÃO EM SEGUNDO GRAU (920271)/PARECER NÃO PADRONIZADO (600433)	5
MANIFESTAÇÃO EM TRIBUNAIS SUPERIORES (920270)/DEMAIS MANIFESTAÇÕES (600416)	2
MANIFESTAÇÃO EM TRIBUNAIS SUPERIORES (920270)/SUSTENTAÇÃO ORAL (600428)	1
MANIFESTAÇÃO PELA NÃO INTERVENÇÃO (920273)	1
PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (920125)	1
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)	16
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/AGRAVO DE EXECUÇÃO (920236)	4
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/AGRAVO DE INSTRUMENTO (920235)	9

OUTRAS MANIFESTAÇÕES	CONTAGEM
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL (600518)	1
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/APELAÇÃO (920233)	68
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (600517)	1
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (920234)	1
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/RECURSO ESPECIAL (920237)	29
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/RECURSO EXTRAORDINÁRIO (920238)	6
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/RECURSO ORDINÁRIO (920239)	1
RECURSO (920211)/INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (920212)	1
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/AGRAVO (920215)	1
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/APELAÇÃO (920221)	25
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (920222)	5
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (920214)	4
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/RECURSO ESPECIAL (920227)	5
RÉPLICA A CONTESTAÇÃO (920208)	1
REQUERIMENTO DE PRISÃO (920128)	1
REQUERIMENTO DE PRISÃO (920128)/PREVENTIVA (920129)	4
REQUERIMENTO DE PRISÃO (920128)/PREVENTIVA (920129)/ART. 312 CPP (920130)	1
TOTAL OUTRAS MANIFESTAÇÕES	2.215

A tabela 1.21 apresenta o número de manifestações de cada grupo por grupo de classe judiciária do auto.

Tabela 1.21 – Manifestações por tipo de auto

MANIFESTAÇÃO	IP	MC	AP	R	EXP	HC	Outros	TOTAL
ARQUIVAMENTO	168	-	2	-	-	-	6	176
BAIXA	1.346	1	69	-	-	-	1	1.417
CIÊNCIA	269	26	441	126	59	91	161	1.173
DENÚNCIA	40	-	17	-	-	-	-	57
OUTRAS	444	18	974	363	114	113	189	2.215
TOTAL	2.267	45	1.503	489	173	204	357	5.038

A análise dos dados do UNICO focará essencialmente os inquéritos policiais "concluídos", onde se entende por "inquérito concluído" aquele em que houve oferecimento de denúncia ou pedido de arquivamento (considerando a manifestação). No resto deste relatório, quando se falar em "inquérito concluído" estamos usando o entendimento acima. Para estes autos serão realizadas análises estatísticas relativas à proporção de denúncias e tempos de denúncia e arquivamento.

Foram registradas 168 manifestações de arquivamento e 40 de denúncia em inquéritos policiais. Foram encontrados 2 (dois) inquéritos com manifestação denúncia com dois registros cada (com mesmas datas de manifestação). São eles: JF-BA-2008.33.00.015242-7-INQ e JF-PA-2004.39.00.009797-0-INQ. As duplicatas foram excluídas. Foram encontrados 11 (onze) inquéritos com manifestação arquivamento com dois registros cada (com datas distintas). Um deles, o JF-PA-0003766-16.2012.4.01.3900-INQ, em um dos registros, tinha data de manifestação menor que a data de autuação. Esse foi excluído. Os outros 10 (dez) que têm registros duplos estão relacionados no quadro 1.2.

Quadro 1.2 – Inquéritos Policiais com manifestação de arquivamento em mais de uma data

Etiqueta do auto	Data de		
	Autuação	1º Arquivamento	2º Arquivamento
JF/ILH/BA-2007.33.01.000384-7-INQ	13/04/2007	13/04/2010	27/07/2010
JF-ARA-2007.61.20.007848-0-INQ	24/03/2008	29/06/2010	05/07/2010
JF-BAU-0009633-10.2009.4.03.6108-INQ	09/11/2009	29/11/2010	28/03/2011
JF-GO-2005.35.00.016468-9-INQ	14/09/2005	24/07/2009	30/09/2009
JF-GO-2007.35.00.011438-3-INQ	13/07/2007	13/07/2010	25/10/2010
JF-SAN-1999.61.04.002384-6-INQ	01/01/2002	30/07/2009	13/08/2009
JF-SAN-2005.61.04.003752-5-INQ	01/06/2005	11/10/2005	21/10/2005
JF-SAN-2006.61.04.006200-7-INQ	26/07/2006	25/03/2008	25/06/2008
JF-SJR-0007025-84.2005.4.03.6106-INQ	15/07/2005	21/08/2007	12/09/2007
JF-TAU-2005.61.21.001388-5-INQ	05/07/2005	15/10/2007	06/02/2008

Para esses autos, foi considerada a data maior e os registros com data menor foram então excluídos.

Assim, dos 361 inquéritos policiais registrados no sistema (tabela 1.5), 195 deles (54%) foram considerados como concluídos, sendo que 38 destes (19,5%) por oferecimento de denúncia e 157 (80,5%) por pedido de arquivamento.

Tabela 1.22 – Inquéritos Policiais concluídos

MANIFESTAÇÃO	Número de autos	Porcentagem (%)
ARQUIVAMENTO	157	80,5
DENÚNCIA	38	19,5
TOTAL	195	100,00

ANÁLISE DOS INQUÉRITOS CONCLUÍDOS

PROPORÇÃO DE DENÚNCIAS E ARQUIVAMENTOS

A finalidade desta análise é mensurar a efetividade da investigação criminal no caso dos crimes de tráfico de pessoas através do percentual de inquéritos concluídos com oferecimento de denúncia por parte do MPF. A tabela 1.23 apresenta, por UF, o percentual de denúncias oferecidas para cada Procuradoria da República. Nesta tabela estão ausentes os estados de Sergipe, por não ter ainda concluído o seu único Inquérito Policial instaurado e Piauí, por não ter registro de nenhum auto relativo ao crime de tráfico de pessoas.

Tabela 1.23 – Percentual de denúncias por UF – classificação por UF

UF	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	TOTAL	% DENÚNCIAS
AC	3	9	12	25,0%
AL	-	3	3	0,0%
AM	1	2	3	33,3%
AP	4	3	7	57,1%
BA	7	13	20	35,0%
CE	1	7	8	12,5%
DF	1	7	8	12,5%
ES	-	3	3	0,0%
GO	3	16	19	15,8%
MA	1	5	6	16,7%
MG	4	5	9	44,4%
MS	-	3	3	0,0%
MT	5	5	10	50,0%
PA	3	13	16	18,8%
PB	-	2	2	0,0%
PE	1	13	14	7,1%
PR	-	2	2	0,0%
RJ	-	2	2	0,0%
RN	-	4	4	0,0%
RO	1	9	10	10,0%
RR	2	6	8	25,0%
RS	-	2	2	0,0%
SC	1	4	5	20,0%
SP	-	14	14	0,0%
TO	-	5	5	0,0%
TOTAL	38	157	195	19,5%

A tabela 1.24 reclassifica a tabela 1.23, apresentando os dados em ordem decrescente de percentual de denúncias. A média nacional é de 19,5% de oferecimento de denúncia. Só oito estados apresentaram percentual superior à média nacional e 10 (dez) não ofereceram denúncia e nenhum inquérito. Destacam-se, em especial, o estado da Bahia por ter apresentado o maior número absoluto de denúncias, e o de São Paulo que apesar do número expressivo de inquéritos, não apresentou nenhuma denúncia.

Tabela 1.24 – Percentual de denúncias por UF – classificação percentual de denúncias

UF	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	TOTAL	% DENÚNCIAS
AP	4	3	7	57,1%
MT	5	5	10	50,0%
MG	4	5	9	44,4%
BA	7	13	20	35,0%
AM	1	2	3	33,3%
AC	3	9	12	25,0%
RR	2	6	8	25,0%
SC	1	4	5	20,0%
PA	3	13	16	18,8%
MA	1	5	6	16,7%
GO	3	16	19	15,8%
CE	1	7	8	12,5%
DF	1	7	8	12,5%
RO	1	9	10	10,0%
PE	1	13	14	7,1%
AL	-	3	3	0,0%
ES	-	3	3	0,0%
MS	-	3	3	0,0%
PB	-	2	2	0,0%
PR	-	2	2	0,0%
RJ	-	2	2	0,0%
RN	-	4	4	0,0%
RS	-	2	2	0,0%
SP	-	14	14	0,0%
TO	-	5	5	0,0%
TOTAL	38	157	195	19,5%

A tabela 1.25 apresenta, por Procuradoria Regional, o percentual de denúncias em crimes de tráfico de pessoas. A quase totalidade das denúncias (92,1%¹⁶³) foram ofertadas pela 1ª Região, que respondeu por 68,2%¹⁶⁴ dos inquéritos. Destacam-se também a 2ª e a 3ª Regiões por não terem ofertado nenhuma denúncia.

Tabela 1.25 – Percentual de denúncias por Procuradoria Regional

REGIÃO	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	TOTAL	% DENÚNCIAS
1ª Região	35	98	133	26,3%
2ª Região	-	5	5	0,0%
3ª Região	-	17	17	0,0%
4ª Região	1	8	9	11,1%
5ª Região	2	29	31	6,5%
TOTAL	38	157	195	19,5%

¹⁶³ 35 dos 38 inquéritos com denúncia.

¹⁶⁴ 133 dos 195 inquéritos.

A exemplo da tabela 1.3 que resumiu os dados das tabelas 1.1 e 1.2, a tabela 1.26 sumariza os dados das tabelas 1.24 e 1.25.

Tabela 1.26 – Distribuição de Autos por Procuradoria Regional e Procuradorias da República nas UFs

Região	UF	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	TOTAL	% DENÚNCIAS
1ª Região	AC	3	9	12	25,0%
	AM	1	2	3	33,3%
	AP	4	3	7	57,1%
	BA	7	13	20	35,0%
	DF	1	7	8	12,5%
	GO	3	16	19	15,8%
	MA	1	5	6	16,7%
	MG	4	5	9	44,4%
	MT	5	5	10	50,0%
	PA	3	13	16	18,8%
	RO	1	9	10	10,0%
	RR	2	6	8	25,0%
	TO	-	5	5	0,0%
	Total	35	98	133	26,3%
2ª Região	ES	-	3	3	0,0%
	RJ	-	2	2	0,0%
	Total	-	5	5	0,0%
3ª Região	MS	-	3	3	0,0%
	SP	-	14	14	0,0%
	Total	-	17	17	0,0%
4ª Região	PR	-	2	2	0,0%
	RS	-	2	2	0,0%
	SC	1	4	5	20,0%
	Total	1	8	9	11,1%
5ª Região	AL	-	3	3	0,0%
	CE	1	7	8	12,5%
	PB	-	2	2	0,0%
	PE	1	13	14	7,1%
	RN	-	4	4	0,0%
	Total	2	29	31	6,5%
TOTAL		38	157	195	19,5%

TEMPO ENTRE A AUTUAÇÃO E A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO

Com a finalidade de estudar o tempo de duração dos inquéritos, procedeu-se à análise das datas constantes nos dados fornecidos pelo MPF.

Para cada registro foram informadas 4 (quatro) datas:

- ✓ DT AUTUAÇÃO – data de autuação;
- ✓ DT FATO – data do fato;
- ✓ DT ESTIM FATO – data estimada do fato;
- ✓ DT MANIFESTAÇÃO – data da manifestação.

Destas, somente a data de autuação e a de manifestação apresentou 100% de preenchimento (certamente por serem de preenchimento obrigatório no sistema ÚNICO). Para os inquéritos policiais, pouco mais de um quarto deles (25,5%) apresentou data do fato e em pouco mais de um terço (34,1%) houve informação da data estimada do fato. Ou seja, em 40,4% dos inquéritos não havia informação relativa à data do fato. Considerando somente os inquéritos concluídos, obtem-se proporções semelhantes, 27,7% apresentaram data do fato, 35,9% possuíam data estimada do fato e 36,4% não possuíam informação referente à data do fato. Por esse motivo, a análise se restringirá à análise do tempo entre a autuação e a manifestação.

Tabela 1.27 – Proporção de inquéritos com informação da data do fato

DATA	TOTAL DE INQUÉRITOS		INQUÉRITOS ENCERRADOS	
	Contagem	%	Contagem	%
DT FATO	92	25,5	54	27,7
DT ESTIM FATO	123	34,1	70	35,9
SEM INFORMAÇÃO	146	40,4	71	36,4
TOTAL	361	100,0	195	100,0

A tabela 1.28 apresenta a distribuição do número de Inquéritos Policiais por ano de autuação e por Procuradoria Regional.

Tabela 1.28 – Distribuição dos Inquéritos Policiais por ano de autuação e Região

Ano autuação	1ª Região	2ª Região	3ª Região	4ª Região	5ª Região	Total
1991	2	-	-	-	-	2
1993	1	-	-	-	-	1
1996	1	-	-	-	-	1
1998	4	-	-	-	-	4
1999	2	-	-	-	-	2
2000	4	-	1	-	-	5
2001	2	-	-	-	-	2
2002	3	-	2	-	-	5
2003	6	-	-	1	2	9
2004	5	-	2	2	6	15
2005	13	1	4	-	1	19
2006	19	-	1	1	4	25
2007	20	-	-	1	1	22
2008	17	2	2	2	2	25
2009	15	-	3	1	6	25
2010	15	-	-	4	1	20
2011	13	1	1	1	5	21
2012	14	1	1	2	5	23
2013	17	1	7	-	8	33
2014	24	2	6	-	4	36
2015	18	1	7	1	5	32
2016	17	2	5	1	3	28
2017	3	1	2	-	-	6
Total	235	12	44	17	53	361

Figura 1.3 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais por ano de autuação

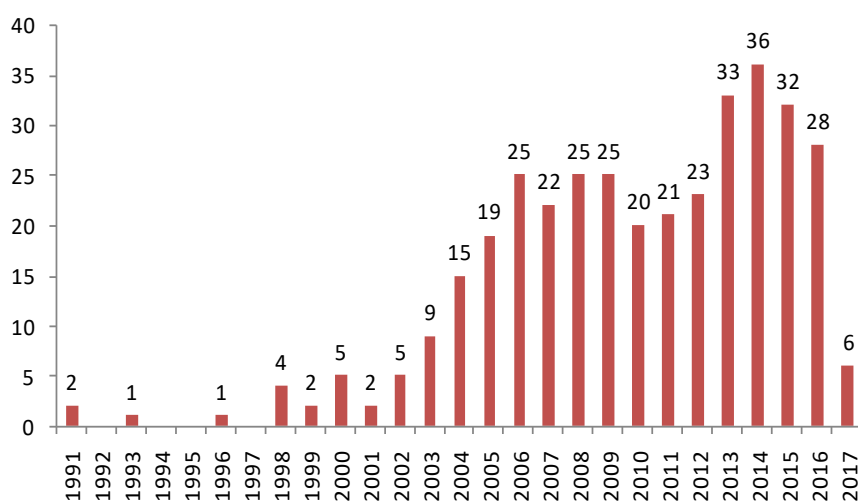


Tabela 1.28.a – Distribuição dos Inquéritos Policiais por ano de autuação da 1ª Região por UF

Ano	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	RO	RR	TO	Total
1991	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
1993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
1996	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
1998	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
1999	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
2000	-	-	1	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	4
2001	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
2002	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	3
2003	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	6
2004	-	1	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	5
2005	1	1	1	2	-	1	-	-	2	1	1	2	1	13
2006	3	1	2	4	-	2	1	5	1	-	-	-	-	19
2007	1	-	-	3	-	3	1	1	5	-	4	1	1	20
2008	5	-	-	2	1	1	2	1	1	1	2	-	1	17
2009	3	1	1	2	1	6	-	-	-	1	-	-	-	15
2010	1	-	2	3	-	2	-	-	3	2	1	-	1	15
2011	1	-	1	-	-	7	-	-	-	4	-	-	-	13
2012	-	-	-	4	-	1	-	-	1	4	-	3	1	14
2013	2	1	-	5	3	2	1	1	-	1	-	1	-	17
2014	3	1	-	-	5	4	3	1	-	4	1	1	1	24
2015	-	-	-	3	-	6	3	2	-	2	-	2	-	18
2016	2	-	1	1	3	5	-	2	1	1	-	1	-	17
2017	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Total	23	6	9	32	14	55	12	15	15	27	10	11	6	235
%	9,8	2,6	3,8	13,6	6,0	23,4	5,1	6,4	6,4	11,5	4,3	4,7	2,6	100,0

A tabela 1.29 apresenta a distribuição do número de Inquéritos Policiais concluídos por ano de autuação e por Procuradoria Regional.

Tabela 1.29 – Distribuição dos Inquéritos Policiais concluídos por ano de autuação e Procuradoria Regional

Ano autuação	1ª Região	2ª Região	3ª Região	4ª Região	5ª Região	Total
1991	2	-	-	-	-	2
1996	1	-	-	-	-	1
1999	1	-	-	-	-	1
2000	2	-	-	-	-	2
2001	2	-	-	-	-	2
2002	2	-	2	-	-	4
2003	3	-	-	-	1	4
2004	4	-	1	2	5	12
2005	12	1	4	-	-	17
2006	16	-	1	-	2	19
2007	14	-	-	1	-	15
2008	14	2	1	1	2	20
2009	3	-	1	1	2	7
2010	13	-	-	2	-	15
2011	10	1	1	1	4	17
2012	10	-	1	1	4	16
2013	7	-	2	-	6	15
2014	8	-	2	-	1	11
2015	5	1	1	-	3	10
2016	4	-	-	-	1	5
Total	133	5	17	9	31	195

Figura 1.4 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais concluídos por ano de autuação

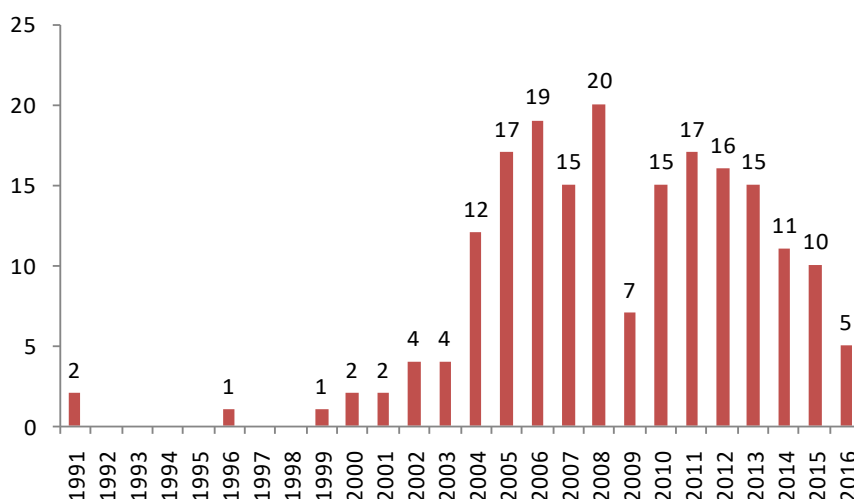


Tabela 1.29a – Distribuição dos Inquéritos Policiais da 1ª Região concluídos por ano de autuação e UF

Ano	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	RO	RR	TO	Total
1991	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
1996	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
1999	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2000	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
2001	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
2002	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
2003	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	3
2004	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	4
2005	1	1	1	2	-	1	-	-	1	1	1	2	1	12
2006	3	-	1	4	-	2	-	5	1	-	-	-	-	16
2007	-	-	-	3	-	1	1	1	3	-	4	-	1	14
2008	4	-	-	2	1	1	2	1	-	-	2	-	1	14
2009	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3
2010	-	-	2	2	-	2	-	-	3	2	1	-	1	13
2011	1	-	1	-	-	4	-	-	-	4	-	-	-	10
2012	-	-	-	2	-	1	-	-	-	3	-	3	1	10
2013	1	-	-	1	2	2	-	-	-	-	-	1	-	7
2014	2	1	-	-	2	1	-	-	-	1	1	-	-	8
2015	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	2	-	5
2016	-	-	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	4
Total	12	3	7	20	8	19	6	9	10	16	10	8	5	133
%	9,0	2,3	5,3	15,0	6,0	14,3	4,5	6,8	7,5	12,0	7,5	6,0	3,8	100,0

A tabela 1.30 apresenta a distribuição do número de Inquéritos Policiais concluídos por ano de conclusão e por Procuradoria Regional.

Tabela 1.30 – Distribuição dos Inquéritos Policiais concluídos por ano de conclusão e Procuradoria Regional

Ano conclusão	1ª Região	2ª Região	3ª Região	4ª Região	5ª Região	Total
1999	1	-	-	-	-	1
2000	1	-	-	-	-	1
2001	1	-	-	-	-	1
2002	1	-	1	-	-	2
2003	1	-	-	-	-	1
2004	2	-	-	-	2	4
2005	5	-	1	-	1	7
2006	10	-	1	-	1	12
2007	3	1	2	-	1	7
2008	13	-	1	1	-	15
2009	8	-	1	1	-	10
2010	21	-	3	1	3	28
2011	17	2	-	3	3	25
2012	14	-	-	1	1	16
2013	2	-	2	1	1	6
2014	12	-	-	-	2	14
2015	9	2	1	1	11	24
2016	7	-	1	-	3	11
2017	5	-	3	-	2	10
Total	133	5	17	9	31	195

Figura 1.5 – Distribuição do número de Inquéritos Policiais concluídos por ano de conclusão

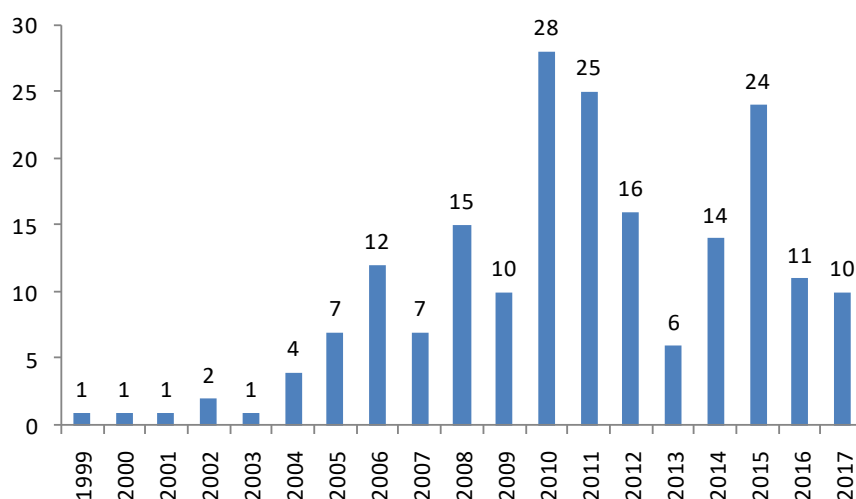


Tabela 1.30.a – Distribuição dos Inquéritos Policiais da 1ª Região concluídos por ano de conclusão e UF

Ano	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	RO	RR	TO	Total
1999	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2000	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2001	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2002	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2003	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2004	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
2005	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	2	-	5
2006	2	1	1	2	-	-	-	1	1	2	-	-	-	10
2007	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3
2008	2	-	-	1	-	2	-	2	2	-	2	-	2	13
2009	2	-	-	-	1	3	-	-	1	-	1	-	-	8
2010	1	-	1	6	-	2	-	1	4	3	3	-	-	21
2011	1	-	1	2	1	5	1	2	-	3	1	-	-	17
2012	-	-	2	2	-	3	1	-	1	2	1	-	2	14
2013	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
2014	1	-	-	1	1	2	2	-	-	2	-	2	1	12
2015	-	-	-	1	3	1	-	-	-	1	1	2	-	9
2016	1	1	-	-	1	-	1	-	1	1	-	1	-	7
2017	1	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	5
Total	12	3	7	20	8	19	6	9	10	16	10	8	5	133
%	9,0	2,3	5,3	15,0	6,0	14,3	4,5	6,8	7,5	12,0	7,5	6,0	3,8	100,0

Dos inquéritos policiais arquivados, 13 apresentaram data da autuação maior que data de manifestação. São eles:

- JF-AP-0010755-81.2010.4.01.3100-INQ,
- JF-AP-0007917-34.2011.4.01.3100-INQ,
- JF-BA-0009514-83.2012.4.01.3300-INQ,
- JF-DF-0008568-63.2016.4.01.3400-INQ,
- JF-DF-0014614-39.2014.4.01.3400-INQ,
- JF-RVE-0001062-91.2011.4.01.3503-INQ,
- JF/MT-0006892-72.2010.4.01.3600-INQ,
- JF-PA-0000227-42.2012.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0015327-71.2011.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0016011-93.2011.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0030765-74.2010.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0039409-69.2011.4.01.3900-INQ,
- JF-PA-0010747-90.2014.4.01.3900-INQ

Dos inquéritos policiais com oferecimento de denúncia, 1 (um) apresentou data da autuação maior que data de manifestação. É ele: JF-PA-0019796-97.2010.4.01.3900-INQ. Esses Inquéritos Policiais foram excluídos das análises subsequentes por obviamente aprestarem tempo negativo.

Restaram, então, 37 inquéritos policiais concluídos com oferecimento de denúncia e 144 inquéritos policiais arquivados. Para estes inquéritos foi calculado o tempo¹⁶⁵, em dias, transcorrido entre a instauração do inquérito e a manifestação. Resumo estatístico, com a contagem, média e desvio padrão dos tempos encontram-se na tabela 1.31. Também é apresentado na mesma tabela o esquema dos 5 números (mínimo, 1º quartil, mediana, 3º quartil e máximo), que permite análise da assimetria da distribuição dos tempos entre as denúncias e os arquivamentos.

Observa-se que o tempo médio para conclusão do inquérito nos casos de denúncia é significativamente menor¹⁶⁶ do que nos casos de arquivamento.

Tabela 1.31 – Tempo de denúncias e arquivamentos – Total de inquéritos concluídos

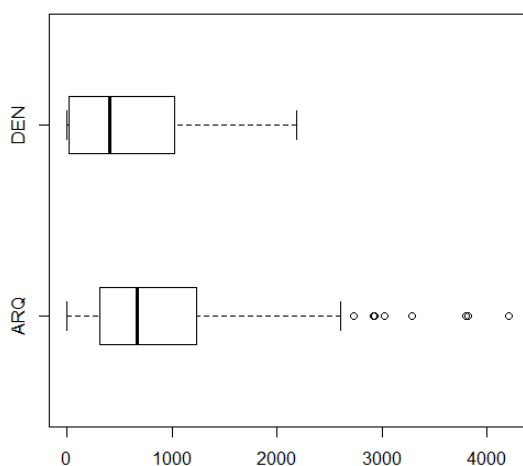
ESTATÍSTICA	DENÚNCIAS	ARQUIVAMENTOS
CONTAGEM	37	144
MÉDIA	658,94	894,58
DESVIO PADRÃO	719,04	843,88
MÍNIMO	0	0
1º QUARTIL	20	315
MEDIANA	405	665,5
3º QUARTIL	1022	1233
MÁXIMO	2186	4209

¹⁶⁵ Através da função DIAS360 do Excel.

¹⁶⁶ Valor-p = 0,045761 para o teste t (unicaudal) de diferença de médias.

A assimetria da distribuição dos tempos de denúncia e arquivamento é melhor observada pelo gráfico Box-plot da figura 1.6. Assim como no caso da média, os quartis, a mediana e o tempo máximo são maiores no caso de arquivamento. Tal situação já foi verificada em outro estudo (COSTA, 2016).

Figura 1.6 – Comparativo do tempo de denúncia e arquivamento



Utilizando-se de escala semestral, calculou-se o percentual de inquéritos que resultaram em denúncia ou arquivamento em cada período e construiu-se o gráfico da figura 1.7. Nota-se claramente que até um ano o percentual de denúncias (48,65%) é bem superior ao de arquivamentos (28,47%), situação que se inverte após o primeiro ano.

Figura 1.7 – Distribuição percentual dos tempos de denúncia e arquivamento (em anos)

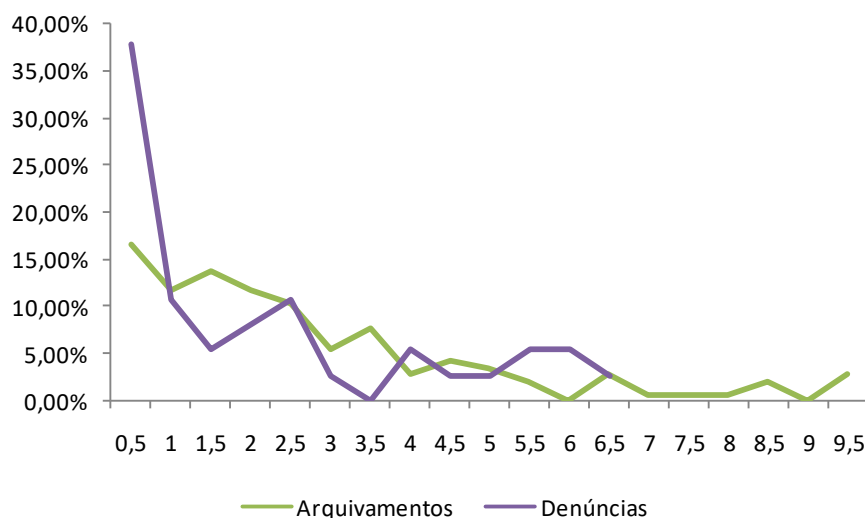


Tabela 1.31a – Distribuição do número de denúncias e arquivamentos em IPLs concluídos e com tempo entre instauração e conclusão – por TRF

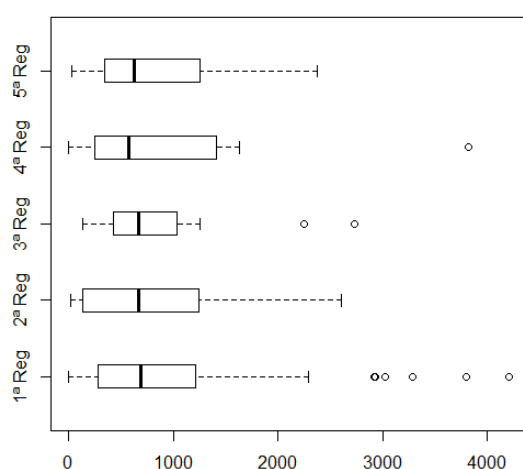
Região	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO	Total
R1	34	85	119
R2	-	5	5
R3	-	17	17
R4	1	8	9
R5	2	29	31
Total	37	144	181

Pela análise da tabela 1.31.a verifica-se que as denúncias concentraram-se na 1ª Região, não havendo condições de se realizar comparação dos tempos de denúncia por Região. Em relação aos tempos de arquivamento, não se observou diferença significativa¹⁶⁷ entre as regiões, como fica fácil observar na figura 1.7.a, que representa os dados da tabela 1.31.b.

Tabela 1.31.b – Tempo de arquivamento – por TRF

ESTATÍSTICA	1ª Região	2ª Região	3ª Região	4ª Região	5ª Região
CONTAGEM	85	5	17	8	29
MÉDIA	913,09	933,20	850,71	1.033,63	821,04
DESVIO PADRÃO	891,39	1.053,19	704,11	1.249,43	638,43
MÍNIMO	0	19	130	0	29
1º QUARTIL	283	133	424	270,75	346
MEDIANA	693	665	671	571,50	624
3º QUARTIL	1.207	1.245	1.032	1.300,50	1.255
MÁXIMO	4.209	2.604	2.729	3.821	2.374

Figura 1.7.a – Distribuição dos tempos de arquivamento por Região (em anos)



¹⁶⁷ Corroborado pela não observação de diferença de médias entre as regiões ao se aplicar o teste t de Student bicaudal.

Considerando somente os inquéritos policiais concluídos referentes à 1ª Região, obtém-se o resumo estatístico da tabela 1.32.

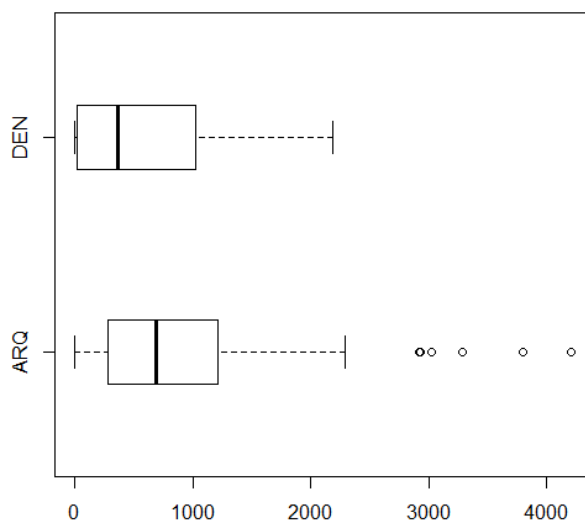
Observa-se que o tempo médio para conclusão do inquérito nos casos de denúncia é significativamente menor¹⁶⁸ do que nos casos de arquivamento.

Tabela 1.32 – Tempo de denúncias e arquivamentos – Total de inquéritos concluídos da 1ª Região

ESTATÍSTICA	DENÚNCIA	ARQUIVAMENTO
CONTAGEM	34	85
MÉDIA	636,74	913,09
DESVIO PADRÃO	710,60	891,39
MÍNIMO	0	0
1º QUARTIL	25,75	283
MEDIANA	361	693
3º QUARTIL	986,25	1207
MÁXIMO	2186	4209

A figura 1.8 ilustra os dados relativos ao esquema dos cinco números da tabela 1.32.

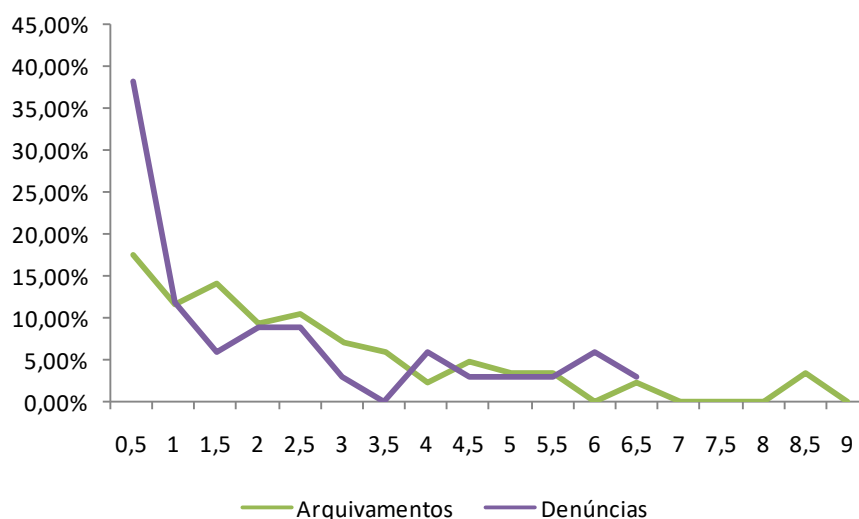
Figura 1.8 – Comparativo do tempo de denúncia e arquivamento - 1ª Região



¹⁶⁸ Valor-p = 0,039824 para o teste t (unicaudal) de diferença de médias.

Utilizando-se de escala semestral, calculou-se o percentual de inquéritos que resultaram em denúncia ou arquivamento em cada período e construiu-se o gráfico da figura 1.9. Nota-se claramente que até um ano o percentual de denúncias (50,00%) é bem superior ao de arquivamentos (29,41%), situação que se inverte após o primeiro ano.

Figura 1.9 – Distribuição percentual dos tempos de denúncia e arquivamento (em anos) - 1ª Região



FLUXO DE JUSTIÇA – TRÁFICO DE PESSOAS

F1 - Fluxo de Justiça - Tráfico de Pessoas

OBJETIVO

OBTENÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a análise do fluxo de justiça do crime de tráfico de pessoas, obteve-se junto aos TRF's listagem de todas as ações penais relativas ao crime em estudo. Foram fornecidas 5 (cinco) listagens, uma para cada TRF. Confeccionou-se questionário (anexo I) de 21 questões disponibilizado de forma eletrônica na Internet, plataforma Google Drive, e que foi respondido pelo pesquisador no período de 9/6/2017 a 10/7/2017 com informações obtidas nos sítios dos respectivos TRFs. Somente a primeira questão era de preenchimento obrigatório, sendo as demais questões respondidas quando as respectivas informações se encontrassem disponíveis.

Tabela 2.1 – Nível de preenchimento das questões do questionário Fluxo de Justiça – Tráfico de Pessoas

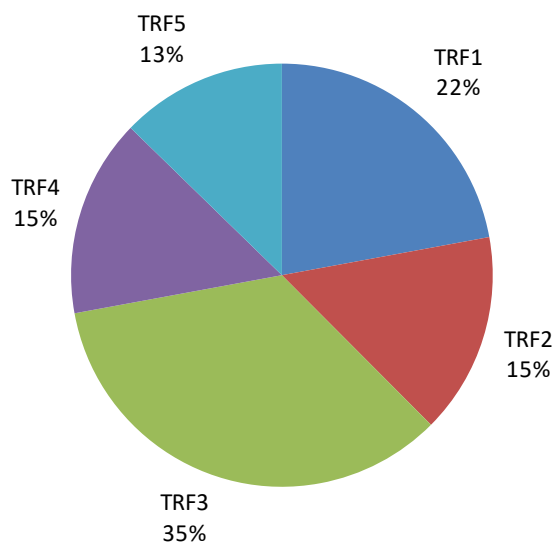
Questão	Preenchimento		
	Sim	Não	% de Preenchi-mento
07. TRF/Seção Judiciária	416	-	100,00
08. Número de autuação na Justiça Federal	416	-	100,00
09. Inquérito Policial da PF correspondente	196	220	47,12
10. Data de autuação do processo	350	66	84,13
11. Data do recebimento da denúncia	132	284	31,73
12. Data da sentença	69	347	16,59
07. Data da interposição de recurso	5	411	1,20
22. Data do julgamento de recurso	3	413	0,72
23. Número do recurso (se houve Recurso Especial ou Recurso Extraordinário)	8	408	1,92
24. Número de DENUNCIADOS em primeira instância	139	277	33,41
25. Número de CONDENADOS em primeira instância	70	346	16,83
26. Valor das penas impostas por condenado	32	384	7,69
27. Número de recorrentes	41	375	9,86
28. Data do recebimento do recurso de apelação	44	372	10,58
29. Data do julgamento do recurso de apelação em segunda instância	27	389	6,49
30. Número de CONDENADOS em segunda instância	31	385	7,45
31. Número de ABSOLVIDOS em segunda instância	27	389	6,49
32. Valor das penas impostas em segunda instância por condenado	12	404	2,88
33. Tipo(s) penal(is) contido(s) na denúncia	136	280	32,69
34. Tipo(s) penal(is) contido(s) no acórdão de segunda instância	30	386	7,21
35. Data do trânsito em julgado	51	365	12,26

ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

A tabela 2.2 apresenta o número total de autos por TRF e UF. Note-se que Piauí não apresentou nenhum auto.

Tabela 2.2 – Número de autos por TRF e UF

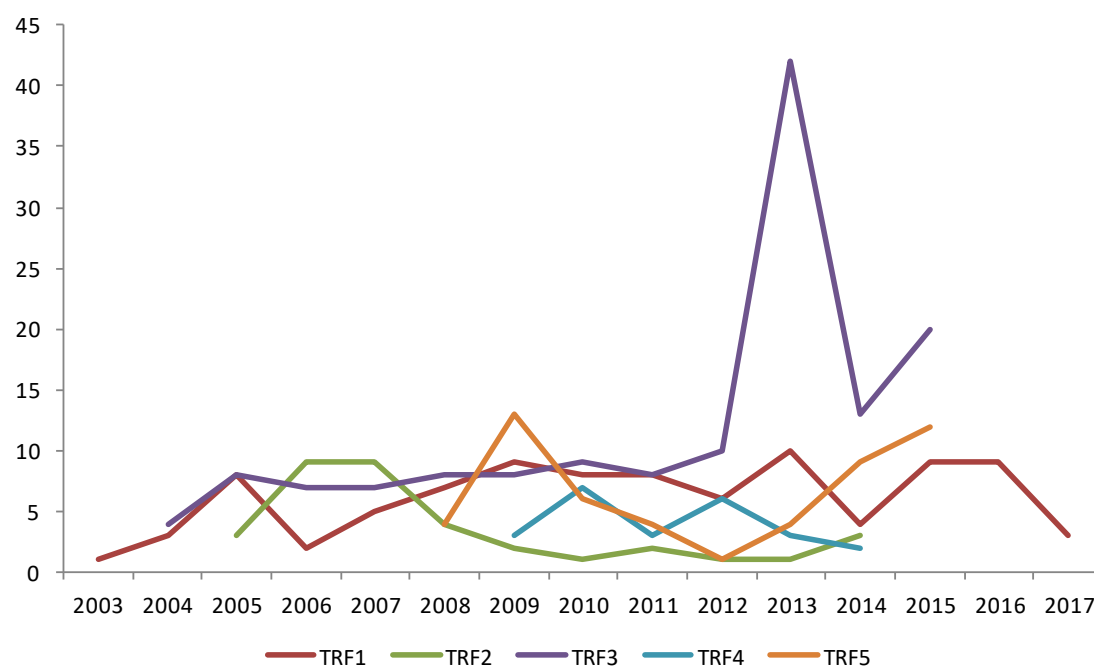
TRF	UF	CONTAGEM	PERCENTUAL
TRF1	AC	3	0,72
	AM	6	1,44
	AP	4	0,96
	BA	13	3,13
	DF	1	0,24
	GO	19	4,57
	MA	1	0,24
	MG	10	2,40
	MT	8	1,92
	PA	11	2,64
	PI	-	-
	RO	6	1,44
	RR	7	1,68
	TO	3	0,72
	TOTAL	92	22,12
TRF2	ES	19	4,57
	RJ	45	10,82
	TOTAL	64	15,38
TRF3	MS	20	4,81
	SP	124	29,81
	TOTAL	144	34,62
TRF4	PR	25	6,01
	RS	13	3,13
	SC	25	6,01
	TOTAL	63	15,14
TRF5	AL	6	1,44
	CE	16	3,85
	PB	6	1,44
	PE	15	3,61
	RN	9	2,16
	SE	1	0,24
	TOTAL	53	12,74
TOTAL		416	100,00

Figura 2.1 – Distribuição percentual dos autos por TRF

A tabela 2.3 apresenta o número de autos por TRF e por ano de autuação. Observa-se que em 66 questionários (15,87%) não havia a informação da data de autuação, sendo 29 do TRF2 e 37 do TRF4.

Tabela 2.3 – Distribuição do número de autos por TRF e ano de autuação

Ano	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	TOTAL
2003	1	-	-	-	-	1
2004	3	-	4	-	-	7
2005	8	3	8	-	-	19
2006	2	9	7	-	-	18
2007	5	9	7	-	-	21
2008	7	4	8	-	4	23
2009	9	2	8	3	13	35
2010	8	1	9	7	6	31
2011	8	2	8	3	4	25
2012	6	1	10	6	1	24
2013	10	1	42	3	4	60
2014	4	3	13	2	9	31
2015	9	-	20	-	12	41
2016	9	-	-	2	-	11
2017	3	-	-	-	-	3
Não Informado	-	29	-	37	-	66
TOTAL	92	64	144	63	53	416

Figura 2.1.1 - Representação gráfica dos dados da tabela 2.3

A tabela 2.4 apresenta, por TRF, o número de autos com e sem data de denúncia. No geral, menos de um terço (31,7%) apresentam data de denúncia. Observe-se o TRF1 que apresentou alto percentual de informação de data de denúncia (85,9%).

Tabela 2.4 – Distribuição do número de autos por TRF e existência de data de denúncia

TRF	TEM DENÚNCIA			
	SIM	NÃO	TOTAL	% SIM
TRF1	79	13	92	85,9
TRF2	7	57	64	10,9
TRF3	26	118	144	18,1
TRF4	10	53	63	15,9
TRF5	10	43	53	18,9
TOTAL	132	284	416	31,7

A tabela 2.4.a apresenta, por UF, autos com e sem data de denúncia do TRF1.

Tabela 2.4.a – do número de autos do TRF1 por UF e existência de data de denúncia

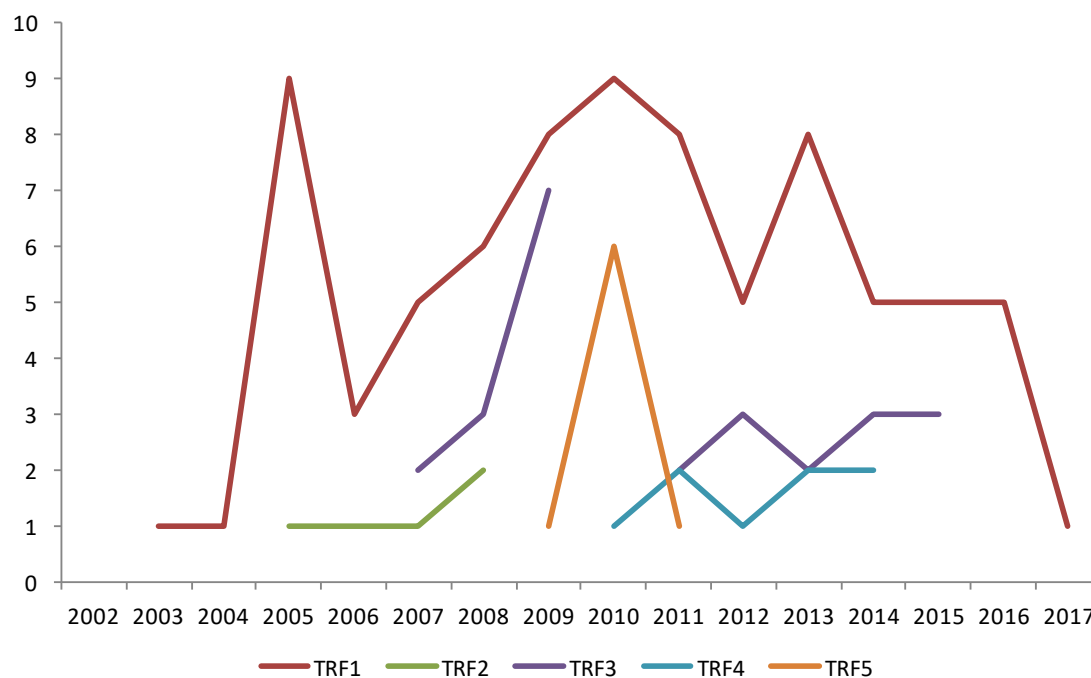
UF	TEM DENÚNCIA			
	SIM	NÃO	TOTAL	% SIM
AC	2	1	3	66,7%
AM	4	2	6	66,7%
AP	4	-	4	100,0%
BA	11	2	13	84,6%
DF	-	1	1	0,0%
GO	17	2	19	89,5%
MA	1	-	1	100,0%
MG	10	-	10	100,0%
MT	8	-	8	100,0%
PA	8	3	11	72,7%
RO	4	2	6	66,7%
RR	7	-	7	100,0%
TO	3	-	3	100,0%
Total	79	13	92	85,9%

A informação da data (ano) da denúncia, por TRF, encontra-se na tabela 2.5.

Tabela 2.5 – Distribuição do número de autos por TRF e ano de denúncia

Ano	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	Total geral
2002	-	-	-	1	-	1
2003	1	-	-	-	-	1
2004	1	-	1	-	-	2
2005	9	1	-	-	-	10
2006	3	1	-	-	-	4
2007	5	1	2	-	1	9
2008	6	2	3	1	-	12
2009	8	-	7	-	1	16
2010	9	1	-	1	6	17
2011	8	-	2	2	1	13
2012	5	-	3	1	-	9
2013	8	1	2	2	-	13
2014	5	-	3	2	1	11
2015	5	-	3	-	-	8
2016	5	-	-	-	-	5
2017	1	-	-	-	-	1
TOTAL	79	7	26	10	10	132

Figura 2.1.2 - Representação gráfica dos dados da tabela 2.5



A tabela 2.6 apresenta, por TRF, o número de autos com e sem data de sentença. No geral, aproximadamente um sexto (16,59%) dos autos apresentam data de sentença. Observe-se o TRF1 que apresentou percentual expressivamente superior de informação de data de sentença, 34,78%, que é mais que o dobro da média geral.

Tabela 2.6 – Distribuição do número de autos por TRF e existência de data de sentença

TRF	TEM SENTENÇA			
	SIM	NÃO	TOTAL	% SIM
TRF1	32	60	92	34,78
TRF2	6	58	64	9,38
TRF3	15	129	144	10,42
TRF4	8	55	63	12,70
TRF5	8	45	53	15,09
TOTAL	69	347	416	16,59

Considerando somente os autos que apresentaram data de denúncia, verificaram-se quais os que apresentaram data de sentença. O resultado encontra-se na tabela 2.7. Comparando a tabela 2.7 com a tabela 2.6, verifica-se facilmente que há dois autos que apresentaram data de sentença sem ter data de denúncia, um do TRF4 e outro do TRF5. No geral, praticamente metade (50,8%) dos autos que apresentaram data de denúncia apresentou data de sentença.

Tabela 2.7 – Distribuição do número de autos por TRF e existência de data de denúncia

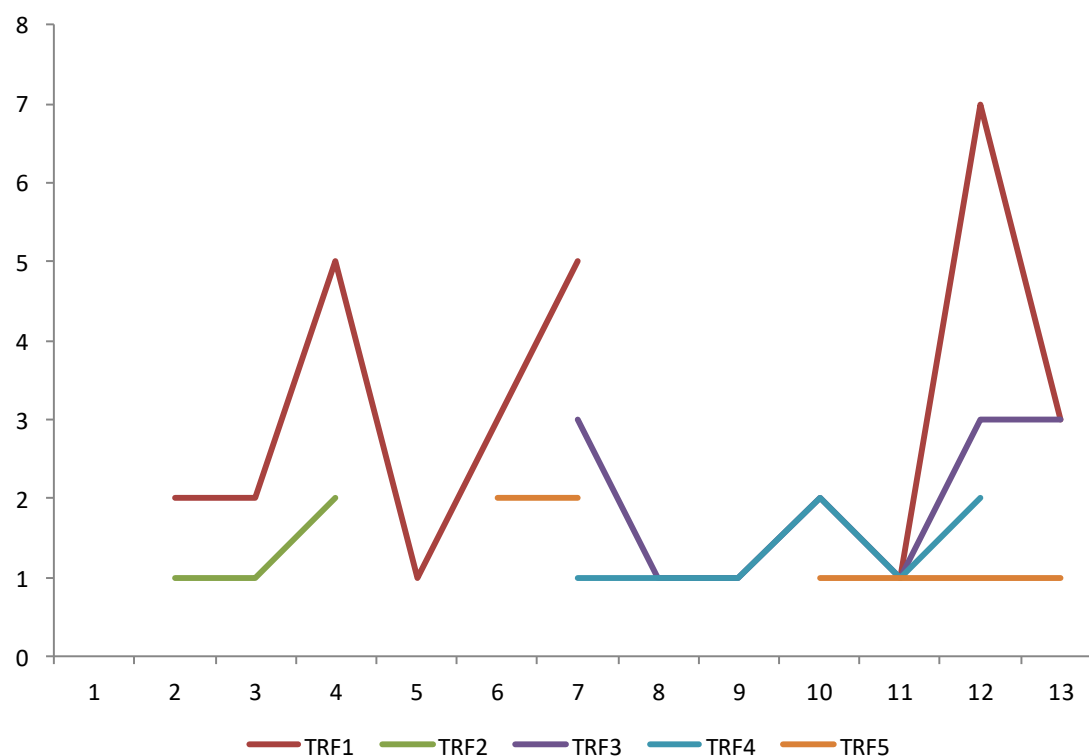
TRF	TEM SENTENÇA			
	SIM	NÃO	TOTAL	% SIM
TRF1	32	47	79	40,5
TRF2	6	1	7	85,7
TRF3	15	11	26	57,7
TRF4	7	3	10	70,0
TRF5	7	3	10	70,0
TOTAL	67	65	132	50,8

A informação da data (ano) da sentença, por TRF, encontra-se na tabela 2.8.

Tabela 2.8 – Distribuição do número de autos por TRF e ano de sentença

Ano	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	Total
2004	-	-	1	-	-	1
2006	2	1	-	-	-	3
2007	2	1	-	-	-	3
2008	5	2	-	-	-	7
2009	1	-	-	-	-	1
2010	3	1	-	-	2	6
2011	5	-	3	1	2	11
2012	-	-	1	1	-	2
2013	3	1	1	1	-	6
2014	-	-	2	2	1	5
2015	1	-	1	1	1	4
2016	7	-	3	2	1	13
2017	3	-	3	-	1	7
Total	32	6	15	8	8	69

Figura 2.1.3 - Representação gráfica dos dados da tabela 2.8



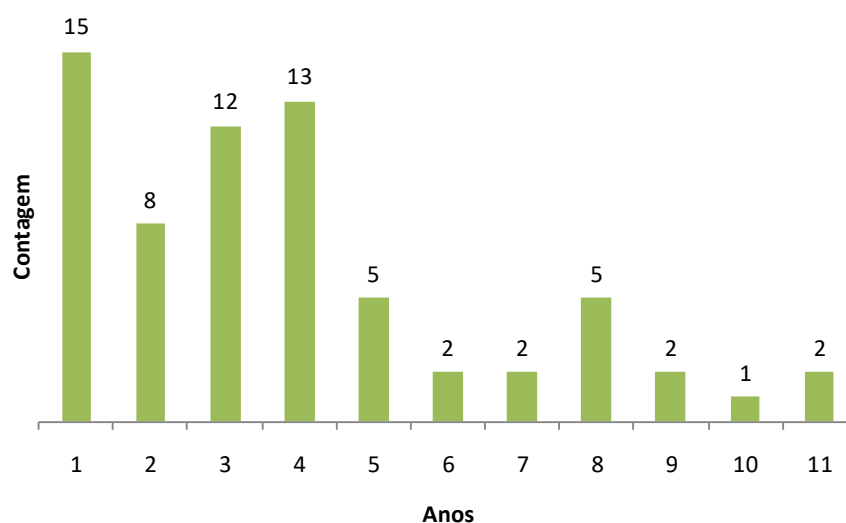
Dos 69 (sessenta e nove) autos com data de sentença, dois deles, um do TRF4 e outro do TRF5 não possuíam informação de data de denúncia. Assim, para a análise do tempo entre denúncia e sentença serão considerados os 67 (sessenta e sete) autos que apresentam os dois tempos. A tabela 2.9 apresenta a distribuição do número de autos por tempo (em anos) entre a denúncia e a sentença.

Tabela 2.9 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e sentença

Tempo (em anos)	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	15	22,4%	22,4%
2	8	11,9%	34,3%
3	12	17,9%	52,2%
4	13	19,4%	71,6%
5	5	7,5%	79,1%
6	2	3,0%	82,1%
7	2	3,0%	85,1%
8	5	7,5%	92,5%
9	2	3,0%	95,5%
10	1	1,5%	97,0%
11	2	3,0%	100,0%
TOTAL	67	100,0%	

O gráfico da figura 2.2 ilustra os dados da tabela 2.9.

Figura 2.2 - Distribuição de autos por tempo entre denúncia e sentença

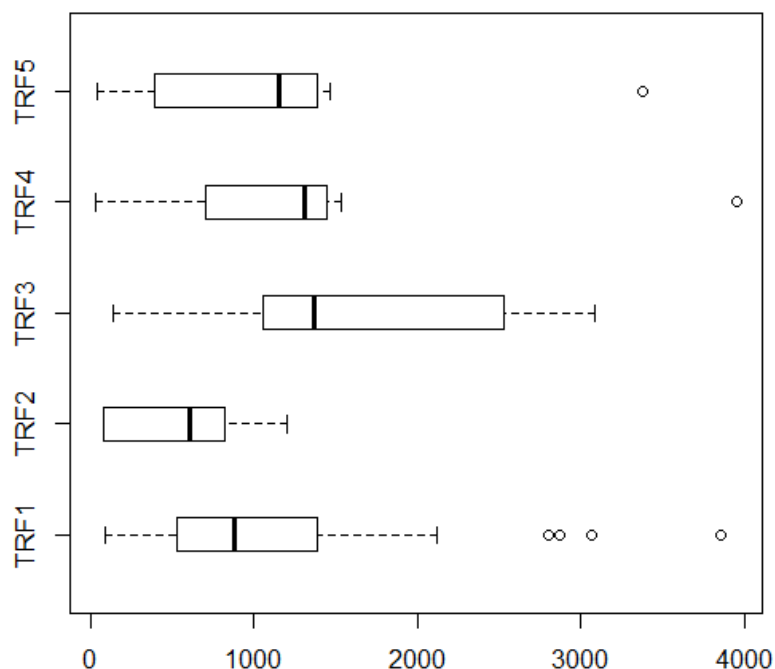


A tabela 2.10 apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por TRF, do tempo (em dias) transcorrido entre a denúncia e a sentença. Observa-se claramente que o TRF2 apresenta tempos significativamente inferiores¹⁶⁹ aos dos demais Tribunais. A figura 2.3 ilustra os dados da tabela 2.10.

Tabela 2.10 – Tempo entre denúncia e sentença, por TRF

Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	32	6	15	7	7
Média	1131,19	565,17	1634,80	1371,43	1159,71
Desvio padrão	933,78	440,31	959,77	1291,23	1115,09
Mínimo	92	76	135	33	42
1º Quartil	555,25	189,25	1052	706,5	389,5
Mediana	879,5	605	1368	1306	1153
3º Quartil	1358	787,5	2534,5	1445,5	1384,5
Máximo	3855	1206	3090	3957	3375

¹⁶⁹ Valor-p = 0,034897 para o teste t (unicaudal) de diferença de médias entre TRF1 e TRF2.

Figura 2.3 - Tempo entre denúncia e sentença, por TRF

A tabela 2.11 apresenta os casos de interposição e julgamento de recurso por TRF/UF. Para os que apresentam data de julgamento de recurso é calculado o tempo entre a interposição e o julgamento.

Tabela 2.11 – Data de interposição e julgamento de recurso e tempo entre eles

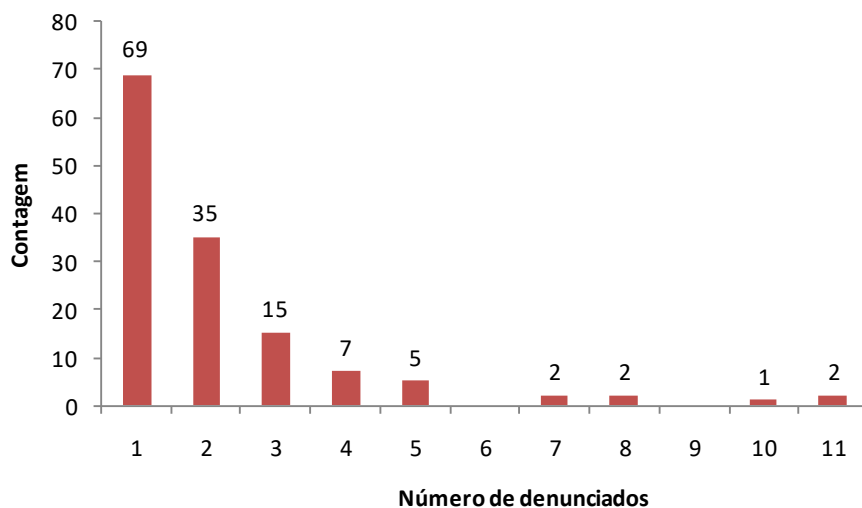
TRF	Recurso			
	Interposição	Julgamento	Tempo (em dias)	Tempo
TRF1/AM	10/01/2011	06/10/2014	1346	3a 8m 26d
	10/02/2017	-	-	-
	22/03/2017	-	-	-
TRF1/BA	19/12/2011	25/02/2014	786	2a 2m 6d
TRF1/MG	10/07/2007	21/09/2007	71	2m 11d

Foram identificados 139 autos com informação de número de denunciados. Destes, 132 (vide tabela 2.5) possuíam data de denúncia. Dos 7 (sete) autos que não possuíam data de denúncia, 1 (um) informou 0 (zero) denunciados, e foi desconsiderado. Dos demais, 5 (cinco) autos apresentaram 1 (um) denunciado e 1 (um) auto apresentou 2 (dois) denunciados. Resultam então 138 autos com número com informação de número de denunciados, cuja distribuição encontra-se na tabela 2.12 e ilustrada no gráfico da figura 2.4. Metade dos autos possuem somente 1 (um) denunciado e um quarto apresenta 2 (dois) denunciados.

Tabela 2.12 – Distribuição de autos por número de denunciados

Número de denunciados	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	69	50,0%	50,0%
2	35	25,4%	75,4%
3	15	10,9%	86,2%
4	7	5,1%	91,3%
5	5	3,6%	94,9%
6	-	0,0%	94,9%
7	2	1,4%	96,4%
8	2	1,4%	97,8%
9	-	0,0%	97,8%
10	1	0,7%	98,6%
11	2	1,4%	100,0%
TOTAL	138	100,0%	-

Figura 2.4 – Distribuição de autos por número de denunciados

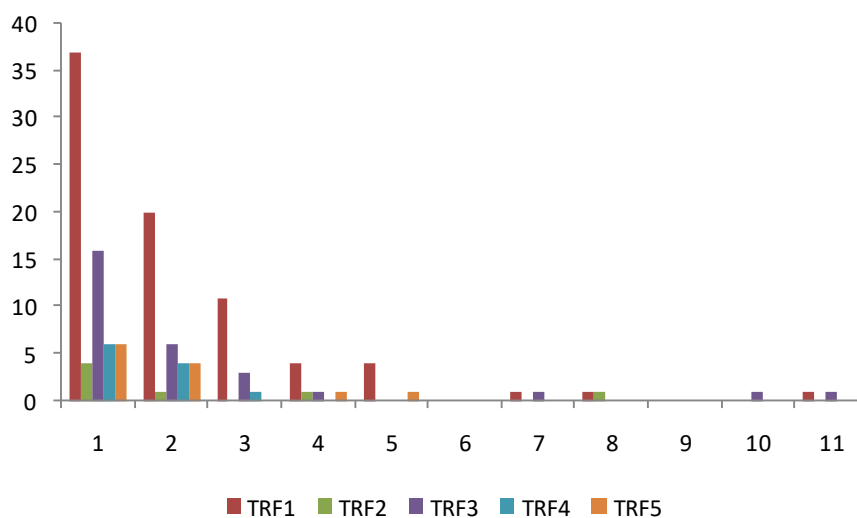


A informação do número de denunciados por TRF encontra-se na tabela 2.12.1. TRF com maior número total de denunciados é o TRF1 com 79 denunciados (57,2%), seguido do TRF3 com 29 denunciados (21,0%).

Tabela 2.12.1 – Distribuição do número de autos número de denunciados por TRF

Número de denunciados	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	Total
1	37	4	16	6	6	69
2	20	1	6	4	4	35
3	11	-	3	1	-	15
4	4	1	1	-	1	7
5	4	-	-	-	1	5
6	-	-	-	-	-	-
7	1	-	1	-	-	2
8	1	1	-	-	-	2
9	-	-	-	-	-	-
10	-	-	1	-	-	1
11	1	-	1	-	-	2
Total	79	7	29	11	12	138

Figura 2.4.1 - Representação gráfica dos dados da tabela 2.12.1

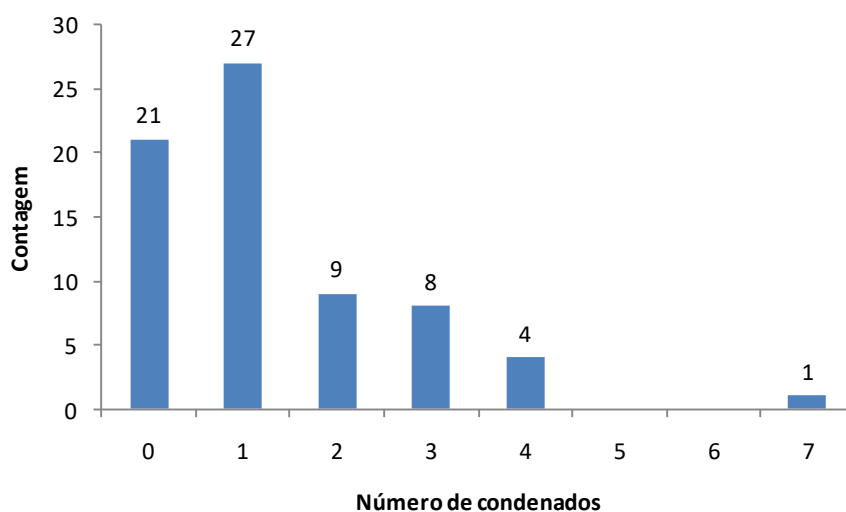


Em relação à informação do número de condenados, verificou-se que 1 (um) auto que não apresentava data de sentença (vide total da tabela 2.8) apresentava número de condenados (zero condenados) e data de trânsito em julgado. Esse registro foi considerado. Os dados do número de condenados encontra-se na tabela 2.13 e figura 2.5.

Tabela 2.13 – Distribuição de autos por número de condenados

Número de condenados	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
0	21	30,0%	30,0%
1	27	38,6%	68,6%
2	9	12,9%	81,4%
3	8	11,4%	92,9%
4	4	5,7%	98,6%
5	-	0,0%	98,6%
6	-	0,0%	98,6%
7	1	1,4%	100,0%
TOTAL	70	100,0%	-

Figura 2.5 – Distribuição de autos por número de condenados



A tabela 2.14 relaciona o número de denunciados (linhas) com o número de condenados (colunas). A diagonal assinalada em azul representa os casos em que todos os denunciados foram condenados, o que representa 38,57% dos casos (27 autos). Por outro lado, a primeira coluna representa os autos em que nenhum dos denunciados foi condenado, o que representa 30% dos casos (21 autos). Os demais casos abaixo da diagonal representam autos com número de condenados menor do que de denunciados. Obviamente a área acima da diagonal não está preenchida por não ser possível haver mais condenados do que denunciados.

Tabela 2.14 – Distribuição do número de denunciados x condenados

		Número de condenados								TOTAL
		0	1	2	3	4	5	6	7	
Número de denunciados	1	16	16							32
	2	3	6	7						16
	3	2	4	1	3					10
	4	-	1	1	2	-				4
	5	-	-	-	2	1	-			3
	6	-	-	-	-	-	-	-		-
	7	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	8	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	11	-	-	-	1	1	-	-	-	2
TOTAL		21	27	9	8	4	-	-	1	70

A tabela 2.15 apresenta a distribuição do número de autos conforme a informação do número de recorrentes e data de recurso.

Tabela 2.15 – Distribuição do número de autos conforme a informação do número de recorrentes e data do recurso

		Data do recurso		TOTAL
		SIM	NÃO	
Número de recorrentes	SIM	37	4	41
	NÃO	7	-	7
TOTAL		44	4	48

Dos 41 (quarenta e um) autos que apresentaram número de recorrentes, foram excluídos da análise da tabela 2.16 os seguintes casos:

- Um auto com 0 (zero) recorrentes e 1 (um) condenado;
- Um auto com 0 (zero) recorrentes e 0 (zero) condenados;
- Quatro autos com 1 (um) recorrente e 0 (zero) condenados.

Dos 35 autos que apresentaram número de condenados e de recorrentes maior que zero, construiu-se a tabela 2.16. Vinte e um (21) dos trinta e cinco autos, ou seja 60%, tem mesmo número de recorrentes do que de condenados. Chama a atenção 8 (oito) casos em que há mais recorrentes que condenados (?!).

Tabela 2.16 – Distribuição do número de condenados x recorrentes

		Número de recorrentes							TOTAL
		1	2	3	4	5	6	7	
Número de condenados	1	13	6						19
	2	2	5	1					8
	3	-	3	-	1				4
	4	-	-	1	2				3
	5	-	-	-	-	-			-
	6	-	-	-	-	-	-		-
	7	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL		15	14	2	3	-	-	1	35

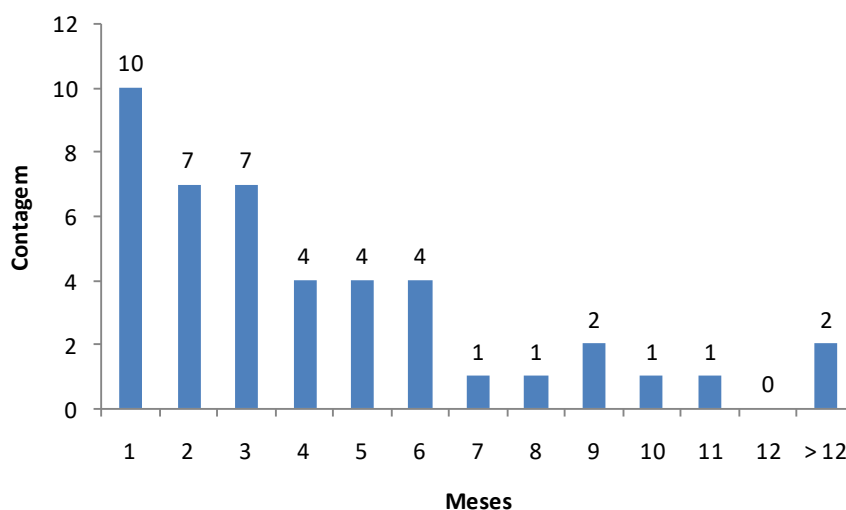
Para a análise do tempo entre a sentença e o recebimento do recurso, foram considerados os 44 (quarenta e quatro) autos que apresentam os dois tempos. A tabela 2.17 apresenta a distribuição do número de autos por tempo (em meses) entre a sentença e o recebimento do recurso.

Tabela 2.17 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e recebimento do recurso

Tempo (em meses)	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	10	22,7%	22,7%
2	7	15,9%	38,6%
3	7	15,9%	54,5%
4	4	9,1%	63,6%
5	4	9,1%	72,7%
6	4	9,1%	81,8%
7	1	2,3%	84,1%
8	1	2,3%	86,4%
9	2	4,5%	90,9%
10	1	2,3%	93,2%
11	1	2,3%	95,5%
12	0	0,0%	95,5%
> 12	2	4,5%	100,0%
TOTAL	44	100,0%	-

O gráfico da figura 2.6 ilustra os dados da tabela 2.17.

Figura 2.6 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e recebimento do recurso

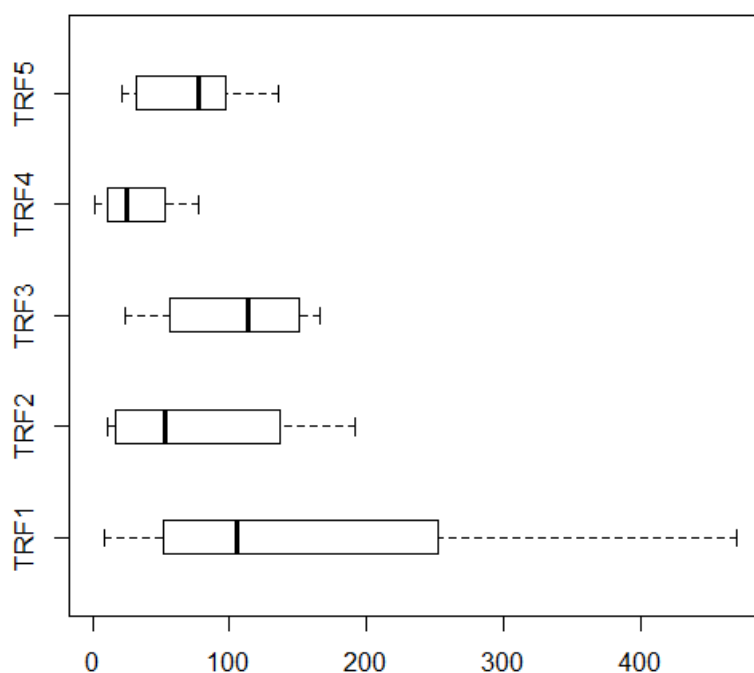


A tabela 2.18 apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por TRF, do tempo (em dias) transcorrido entre a sentença e o recebimento do recurso. Observa-se claramente que o TRF1 apresenta tempos significativamente superiores aos dos demais Tribunais e o TRF4 tempos significativamente inferiores¹⁷⁰. A figura 2.7 ilustra os dados da tabela 2.18.

Tabela 2.18 – Tempo entre sentença e recebimento do recurso, por TRF.

Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	22	4	9	4	5
Média	149,68	77,00	105,56	32,25	72,60
Desvio padrão	129,76	82,27	52,42	31,91	47,29
Mínimo	9	11	24	2	21
1º Quartil	52,5	20	56	16,25	32
Mediana	105,5	53	113	25	77
3º Quartil	248	110	151	41	97
Máximo	470	191	166	77	136

Figura 2.7 – Tempo entre sentença e recebimento do recurso, por TRF.



¹⁷⁰ Teste t de diferença de médias (unicaudal) com valor-p significativos na comparação dois a dois entre TRF1 e TRF4 (p=0,000701), TRF1 e TRF5 (p=0,019646) e TRF3 e TRF4 (p=0,006383).

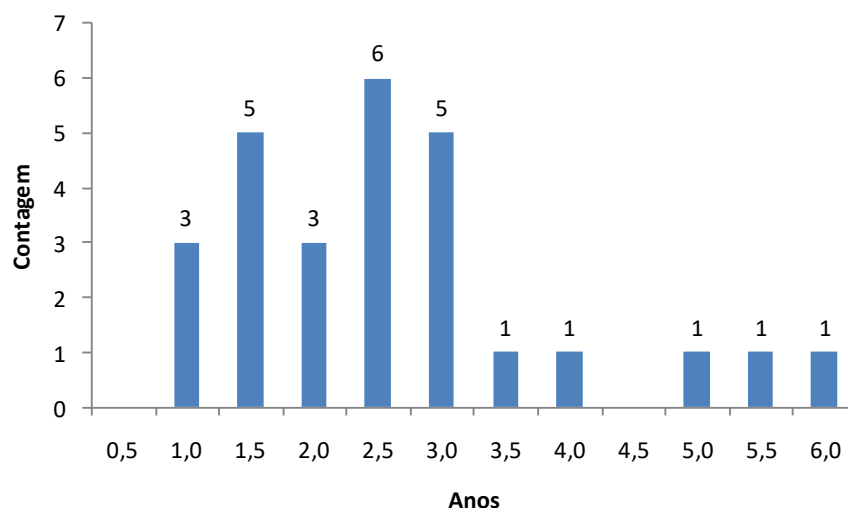
Para a análise do tempo entre o recebimento e o julgamento do recurso, foram considerados os 27 (vinte e sete) autos que apresentam os dois tempos. A tabela 2.19 apresenta a distribuição do número de autos por tempo (em anos) entre o recebimento e o julgamento do recurso.

Tabela 2.19 – Distribuição de autos por tempo entre recebimento e julgamento do recurso

Tempo (em anos)	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
0,5	-	0,0%	0,0%
1,0	3	11,1%	11,1%
1,5	5	18,5%	29,6%
2,0	3	11,1%	40,7%
2,5	6	22,2%	63,0%
3,0	5	18,5%	81,5%
3,5	1	3,7%	85,2%
4,0	1	3,7%	88,9%
4,5	-	0,0%	88,9%
5,0	1	3,7%	92,6%
5,5	1	3,7%	96,3%
6,0	1	3,7%	100,0%
TOTAL	27	100,0%	-

O gráfico da figura 2.8 ilustra os dados da tabela 2.19.

Figura 2.8 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e recebimento do recurso

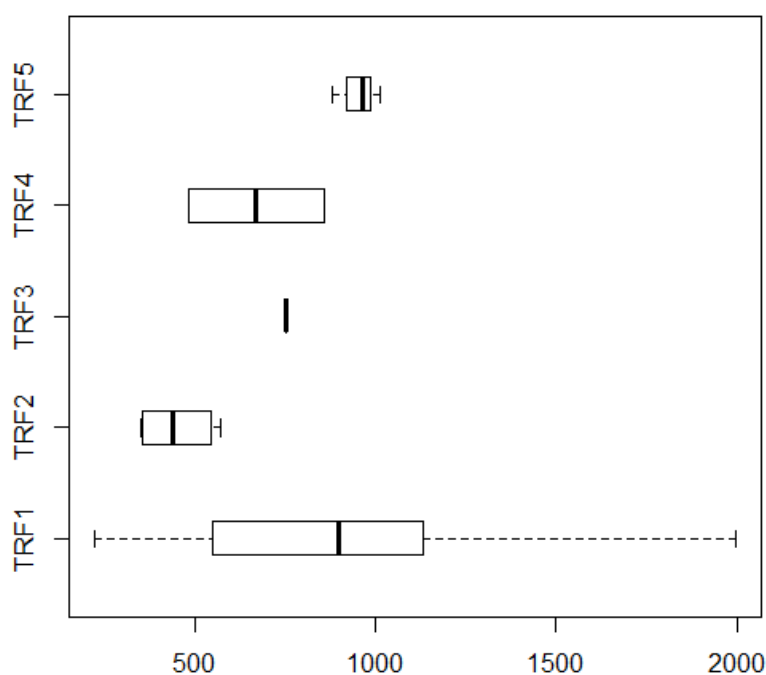


A tabela 2.20 apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por TRF, do tempo (em dias) transcorrido entre o recebimento e o julgamento do recurso. A baixa frequência de casos, principalmente no TRF3 e TRF4 impede análise comparativa dos tempos entre os vários TRFs. A figura 2.9 ilustra os dados da tabela 2.20.

Tabela 2.20 – Tempo entre sentença e recebimento do recurso, por TRF.

Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	17	4	1	2	3
Média	942,76	450,50	754,00	671,00	952,33
Desvio padrão	519,31	111,43	-	263,04	68,25
Mínimo	225	350	754	485	879
1º Quartil	549	359	754	578	921,5
Mediana	897	440	754	671	964
3º Quartil	1131	531,5	754	764	989
Máximo	1998	572	754	857	1014

Figura 2.9 – Tempo entre o recebimento e o julgamento do recurso, por TRF.



A tabela 2.21 relaciona as condenações em primeira instância com as de segunda instância. Na grande maioria dos casos, isto é, em 90,3% dos casos (28 dos 31 casos), a condenação é mantida. Nos casos restantes (três), há um número maior de condenados em segunda instância do que em primeira instância.

Tabela 2.21 – Distribuição do número de condenados em 1ª instância x 2ª instância

		Condenados em 2ª instância								TOTAL
		0	1	2	3	4	5	6	7	
Condenados em 1ª instância	0	1	-	1	-	-	-	-	-	2
	1	-	12	1	-	-	-	-	-	13
	2	-	-	7	1	-	-	-	-	8
	3	-	-	-	4	-	-	-	-	4
	4	-	-	-	-	3	-	-	-	3
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	7	-	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL		1	12	9	5	3	-	-	1	31

A tabela 2.22 relaciona o número de condenados em 1ª instância e absolvidos em segunda instância.

Tabela 2.22 – Distribuição do número de condenados x absolvidos em 2ª instância

		Absolvidos			TOTAL
		0	1	2	
Condenados em 1ª instância	1	8	1	1	10
	2	7	-	-	7
	3	4	-	-	4
	4	3	-	-	3
	5	-	-	-	-
	6	-	-	-	-
	7	1	-	-	1
TOTAL		23	1	1	25

A tabela 2.23 apresenta os tipos penais identificados na denúncia, e a tabela 2.24 os tipos penais identificados no acórdão.

Tabela 2.23 – Tipos penais na denúncia

Tipos penais da denúncia		
art. 231, art.299 e art.304, na forma do art. 69 e art. 29, todos do Código Penal Brasileiro	1	0,74%
artigo 231, caput, §§ 1º e 3º, do Código Penal, bem como no artigo 229 do Código Penal, em concurso material na forma do artigo 69 do mesmo diploma legal	1	0,74%
artigo 231, caput, e §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 228, caput, e §§ 1º, 2º, e 3º, do artigo 148, § 1º, inciso III, e § 2º, do artigo 149 e do artigo 297, caput, todos do Código Penal, bem como nas sanções do artigo 244-A, caput, e § 1º, da Lei n.º 8.069/1990, em concurso material de crimes (art. 69 do CP).	1	0,74%
artigos 229 e 231, § 1.º, todos do Código Penal	1	0,74%
artigos 231, 'caput', §§ 1º, 2º e 3º; 228, 'caput', §§ 1º, 2º e 3º; 148, §1º, inciso III e § 2º; 149 e 297, 'caput', todos do Código Penal e 244-A, 'caput', § 1º da Lei 8.069/90	1	0,74%
artigos 231, caput, na forma do artigo 71, c.c. 228, 3º e 230, caput, e 288, caput, cumulados na forma do artigo 69, todos do Código Penal, combinados com o artigo 3º, alínea "a", do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças - Decreto-Lei nº 5.015 e 5.017, de 12/03/2004	1	0,74%
Arts. 149 e 231	1	0,74%
CP art 148, 230, 231 e 288	1	0,74%
CP art 231, 288, 304, 171 c/c 71	1	0,74%
CP art 288 (associação criminosa)	1	0,74%
CP art. 231 (tráfico de pessoa)	108	79,41%
CP arts 149, 158, 231 e 288	1	0,74%
CP arts 149, 229, 230 e 231	1	0,74%
CP arts 231 288 299 1º 317 e 317 cc 30	1	0,74%
CP arts. 149, 231 e 288	1	0,74%
CP arts. 228, 230 e 231	3	2,21%
CP arts. 231 e 288	11	8,09%
TOTAL	136	100,00%

Tabela 2.24 – Tipos penais no acórdão

Tipos penais no acórdão		
art 228 CP	1	3,33%
art. 231, art.299 e art.304, na forma do art. 69 e art. 29, todos do Código Penal Brasileiro	1	3,33%
art. 239 da Lei nº 8.069/90	1	3,33%
CP art. 231 (tráfico de pessoa)	21	70,00%
CP arts 231 288 299 1º 317 e 317 cc 30	1	3,33%
CP arts. 149, 231 e 288	1	3,33%
CP arts. 231 e 288	4	13,33%
TOTAL	30	100,00%

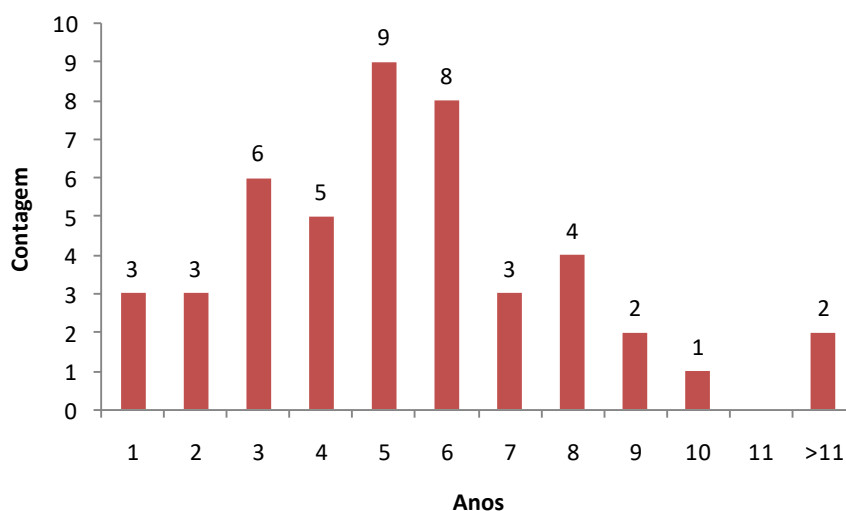
Para a análise do tempo entre o oferecimento da denúncia e o trânsito em julgado, foram considerados os 46 (quarenta e seis) autos que apresentam os dois tempos. A tabela 2.25 apresenta a distribuição do número de autos por tempo (em anos) entre o recebimento e o julgamento do recurso.

Tabela 2.25 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e trânsito em julgado

Tempo (em anos)	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	3	6,5%	6,5%
2	3	6,5%	13,0%
3	6	13,0%	26,1%
4	5	10,9%	37,0%
5	9	19,6%	56,5%
6	8	17,4%	73,9%
7	3	6,5%	80,4%
8	4	8,7%	89,1%
9	2	4,3%	93,5%
10	1	2,2%	95,7%
11	0	0,0%	95,7%
>11	2	4,3%	100,0%
TOTAL	46	100,0%	-

O gráfico da figura 2.10 ilustra os dados da tabela 2.25.

Figura 2.10 – Distribuição de autos por tempo entre denúncia e trânsito em julgado

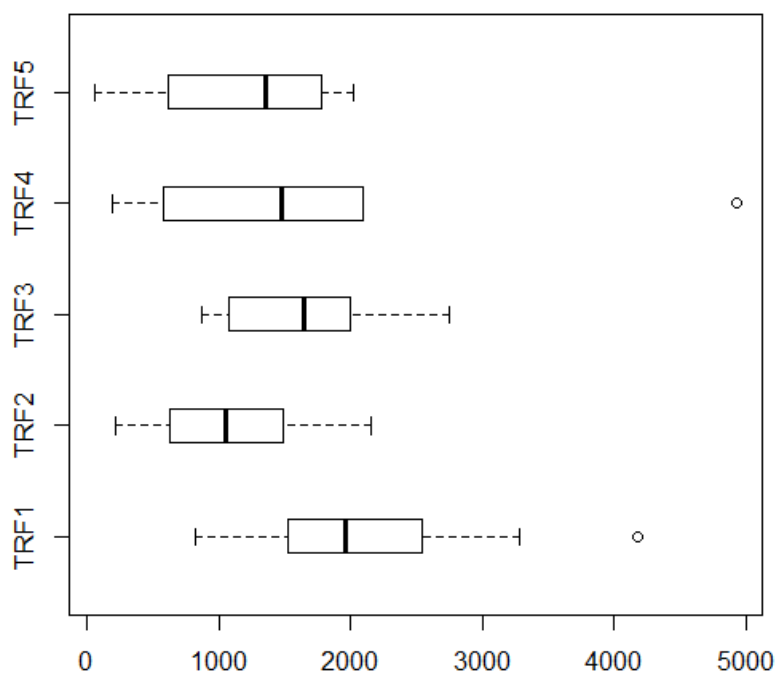


A tabela 2.26 apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por TRF, do tempo (em dias) transcorrido entre a denúncia e o trânsito em julgado. Observa-se claramente que o TRF1 apresenta tempos significativamente superiores aos dos demais Tribunais, em especial em relação ao TRF2¹⁷¹. A figura 2.11 ilustra os dados da tabela 2.26.

Tabela 2.26 – Tempo entre denúncia e trânsito em julgado, por TRF.

Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	21	6	9	6	4
Média	2106,62	1099,33	1666,67	1789,67	1197,25
Desvio padrão	868,16	723,62	658,76	1685,82	834,62
Mínimo	819	216	874	188	62
1º Quartil	1521	633,5	1076	778,25	887
Mediana	1959	1053	1646	1473,5	1352,5
3º Quartil	2547	1480,75	2003	1962,5	1662,75
Máximo	4184	2157	2747	4931	2022

Figura 2.11 – Tempo entre denúncia e trânsito em julgado, por TRF.



¹⁷¹ Valor-p = 0,016662 para o teste t de diferença de médias (unicaudal).

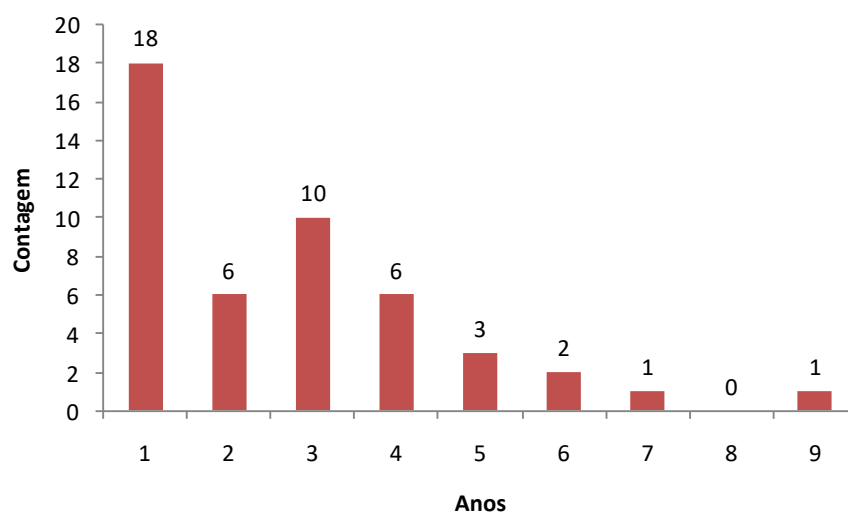
Para a análise do tempo entre a sentença e o trânsito em julgado, foram considerados os 47 (quarenta e sete) autos que apresentam os dois tempos. A tabela 2.27 apresenta a distribuição do número de autos por tempo (em anos) entre o recebimento e o julgamento do recurso.

Tabela 2.27 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e trânsito em julgado

Tempo (em anos)	CONTAGEM	Percentual	Percentual acumulado
1	18	38,3%	38,3%
2	6	12,8%	51,1%
3	10	21,3%	72,3%
4	6	12,8%	85,1%
5	3	6,4%	91,5%
6	2	4,3%	95,7%
7	1	2,1%	97,9%
8	0	0,0%	97,9%
9	1	2,1%	100,0%
TOTAL	47	100,0%	-

O gráfico da figura 2.12 ilustra os dados da tabela 2.27.

Figura 2.12 – Distribuição de autos por tempo entre sentença e trânsito em julgado

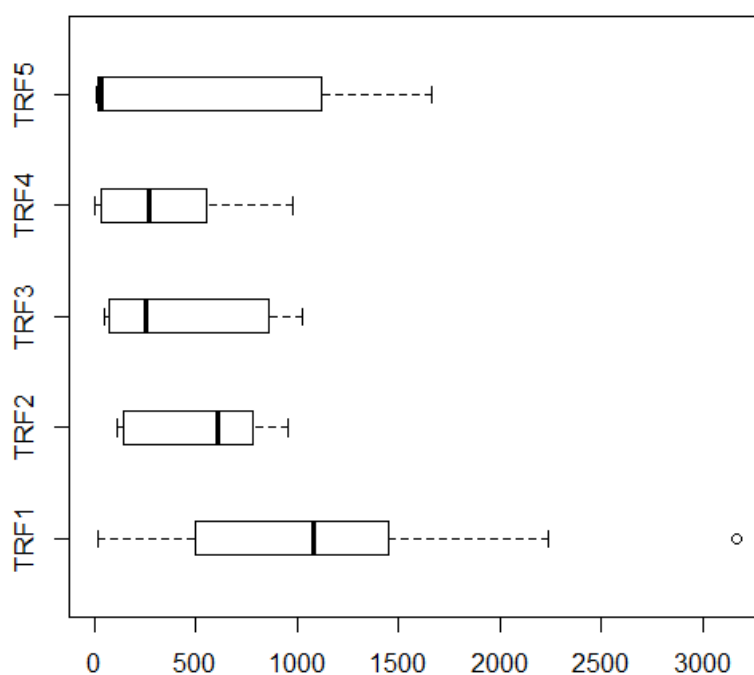


A tabela 2.28 apresenta o resumo estatístico e o esquema dos cinco números, por TRF, do tempo (em dias) transcorrido entre a sentença e o trânsito em julgado. Observa-se claramente que o TRF1 apresenta tempos significativamente superiores aos dos demais Tribunais¹⁷². A figura 2.13 ilustra os dados da tabela 2.28.

Tabela 2.28 – Tempo entre sentença e trânsito em julgado, por TRF.

Estatística	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Contagem	21	6	8	7	5
Média	1118,57	534,17	430,63	342,86	570,00
Desvio padrão	804,99	343,09	424,57	366,03	775,40
Mínimo	13	110	51	3	9
1º Quartil	496	244,25	69,25	28,5	20
Mediana	1083	610	255,5	265	35
3º Quartil	1447	753,75	844	550,5	1122
Máximo	3167	951	1026	974	1664

Figura 2.13 – Tempo entre sentença e trânsito em julgado, por TRF.



¹⁷² Teste t de diferença de médias (unicaudal) com valor-p significativos na comparação dois a dois entre TRF1 e TRF2 ($p=0,017084$), TRF1 e TRF3 ($p=0,006549$) e TRF1 e TRF4 ($p=0,002078$).

FLUXO DE JUSTIÇA – TRÁFICO DE PESSOAS

F2 - Pesquisa Tráfico de Pessoas

OBJETIVO

OBTENÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

O formulário F2 foi preenchido a partir de informações colhidas na inspeção dos processos físicos nas varas de 9 (nove) unidades da federação entre dezembro de 2017 e setembro de 2018, como detalhado na tabela 3.1. Foram ao todo 83 processos. O formulário F3, que trata especificamente do perfil das vítimas, e que será analisado na próxima seção, foi preenchido simultaneamente.

Tabela 3.1 – Distribuição de processos por UF

UF	DATAS	PROCESSOS	
		CONTAGEM	%
GO	11/12/2017 a 25/1/2018 e 13/2/2018 a 16/2/2018	25	30,1
SP	29/1/2018 a 5/2/2018	11	13,3
RJ	19/3/2018 a 21/3/2018 e 13/6/2018	9	10,8
PR	25/6/2018 a 30/6/2018	5	6,0
SC	30/6/2018 a 2/7/2018	6	7,2
PA	19/7/2018 a 20/7/2018	7	8,4
BA	7/8/2018 a 8/8/2018	7	8,4
PE	3/9/2018 a 9/9/2018	7	8,4
CE	12/9/2018 a 16/9/2018	6	7,2
Total		83	100,0

ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

A tabela 3.2 apresenta a quantidade de processos por Seção Judiciária em cada UF e seus respectivos percentuais.

Tabela 3.2 – Distribuição de processos por UF e Seção Judiciária

UF	Seção Judiciária	Contagem	Percentual
BA	02ª Vara	7	100,0
	Total	7	100,0
CE	04ª Vara	4	66,7
	12ª Vara	1	16,7
	32ª Vara	1	16,7
	Total	6	100,0
GO	05ª Vara	6	24,0
	11ª Vara	19	76,0
	Total	25	100,0
PA	03ª Vara	4	57,1
	04ª Vara	3	42,9
	Total	7	100,0
PE	04ª Vara	5	71,4
	36ª Vara	2	28,6
	Total	7	100,0
PR	05ª Vara	1	20,0
	12ª Vara	1	20,0
	13ª Vara	1	20,0
	14ª Vara	1	20,0
	23ª Vara	1	20,0
	Total	5	100,0
RJ	03ª Vara	2	22,2
	04ª Vara	3	33,3
	05ª Vara	1	11,1
	08ª Vara	3	33,3
	Total	9	100,0
SC	01ª Vara	2	33,3
	07ª Vara	4	66,7
	Total	6	100,0
SP	04a Vara	10	90,9
	11a Vara	1	9,1
	Total	11	100,0

Fase Polical

A tabela 3.3 informa o número de processos que tiveram abertura de IPL. Em um processo do RJ não havia informação sobre a abertura do IPL. Dos processos com informação, em 75 deles (91,5%) houve abertura de inquérito.

Tabela 3.3 – Distribuição de processos com abertura de IPL por UF

Abertura IPL	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (91,5%)
Não	-	1	6	-	-	-	-	-	-	7
Total	7	6	25	7	7	5	8	6	11	82 (8,5%)

A tabela 3.4 apresenta o número de processos que tiveram abertura de IPL por tipo de abertura. No geral, 89,3% dos IPLs foram iniciados por portaria. Somente 4 (quatro) processos em Goiás, o que representa aproximadamente 21%, tiveram flagrante. Em Santa Catarina metade dos 6 (seis) casos foi portaria e metade flagrante. Em São Paulo houve apenas 1 (um) caso, representando 9% do total.

Tabela 3.4 – Distribuição de processos por tipo de abertura de IPL por UF

Tipo de abertura	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Portaria	7	5	15	7	7	5	8	3	10	67 (89,3%)
Flagrante	-	-	4	-	-	-	-	3	1	8 (10,7%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

Fonte de informação que motivou a abertura do IPL encontra-se na tabela 3.5.

Tabela 3.5 – Fonte de informação que motivou a abertura do IPL por UF

Fonte de informação	Contagem
BA	7
Ligue 180 - Secretaria Especial de Proteção da Mulher/Ministério da Justiça	1
Notícia crimis de pessoa identificada como vítima	3
Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima	3
CE	5
Investigação policial em outro procedimento (encontro fortuito de provas)	1
Notícia crime do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará	1
Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima	3
GO	19
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	3
MPE	1
Não consta do inquérito	1
Notícia crimis de pessoa identificada como vítima	1
Notitia crimis anônima	2
Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima	8
Pedido de cooperação jurídica internacional	1
Desmembramento do Inquérito 200635000060309.	1
Provas enviadas por cooperação jurídica internacional	1
PA	7
Notícia crimis de pessoa identificada como vítima	1
Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima	6
PE	7
COAF	1
Notícia crimis de pessoa identificada como vítima	1
Notitia crimis anônima	1
Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima	4
PR	5
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	3
Investigação da Polícia Civil iniciada em 03/12/2004	1
Notitia crimis anônima	1
RJ	8
Autoridade policial (corporação policial) estrangeira	2
Consulado do Brasil em Hong Kong (China)	1
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	3
Embaixada do Brasil em Laundê	1
Não consta do inquérito	1
SC	6
Atividade de rotina da PRF	1
Conselho Tutelar	1
Ex-esposo	1
Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima	2
Operação de rotina PRF	1
SP	11
Autoridade policial (corporação policial) estrangeira	2
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	2
Notícia crimis de pessoa identificada como vítima	2
Notitia crimis anônima	2
Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima	3
Total	75

Considerando o total de inquéritos, sem discriminar a UF, temos na tabela 3.5.1 a distribuição de fontes de informação.

Tabela 3.5.1 – Fonte de informação que motivou a abertura do IPL

Fonte de informação	Contagem	%
Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima	29	38,7
Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo	11	14,7
Notícia crimis de pessoa identificada como vítima	8	10,7
Notitia crimis anônima	6	8,0
Autoridade policial (corporação policial) estrangeira	4	5,3
Atividade de rotina da PRF	1	1,3
COAF	1	1,3
Conselho Tutelar	1	1,3
Consulado do Brasil em Hong Kong (China)	1	1,3
Embaixada do Brasil em Laundê	1	1,3
Ex-esposo	1	1,3
Investigação da Polícia Civil iniciada em 03/12/2004	1	1,3
Investigação policial em outro procedimento (encontro fortuito de provas)	1	1,3
Ligue 180 - Secretaria Especial de Proteção da Mulher/Ministério da Justiça	1	1,3
MPE	1	1,3
Notícia crime do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará	1	1,3
Operação de rotina PRF	1	1,3
Pedido de cooperação jurídica internacional	1	1,3
Desmembramento do Inquérito 200635000060309.	1	1,3
Provas enviadas por cooperação internacional	1	1,3
Não consta do inquérito	2	2,7
Total	75	100,0

Em relação ao número de réus, em 67,9% dos casos o crime foi cometido por mais de um réu (tabela 3.6). Em um caso da Bahia e em um de Goiás não havia informação da quantidade de réus.

Tabela 3.6 – Distribuição do número de IPLs por quantidade de réus

Mais de um réu	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	2	18	5	4	4	7	3	8	55 (67,9%)
Não	2	4	6	2	3	1	2	3	3	26 (32,1%)
Total	6	6	24	7	7	5	9	6	11	81 (100,0%)

Dos crimes cometidos por mais de um réu, em 45,5% dos casos houve caracterização de associação ou organização criminosa, conforme tabela 3.7.

Tabela 3.7 – Distribuição do número de IPLs por existência de associação ou organização criminosa

Organização criminosa	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	7	5	-	2	4	-	5	25 (45,5%)
Não	3	1	11	-	4	2	3	3	3	30 (54,5%)
Total	4	2	18	5	4	4	7	3	8	55 (100,0%)

Houve interceptação telefônica em pouco mais de um quarto dos inquiridos (25,3%), como discriminado na tabela 3.8. Há registro de um caso no Ceará e em Goiás de interceptação telefônica sem abertura de inquérito. Há também um caso no Rio de Janeiro em que há informação sobre interceptação telefônica mas não há indicação se houve ou não abertura de inquérito. Estes três últimos casos não estão contemplados na tabela 3.8.

Tabela 3.8 – Distribuição do número de IPLs em que houve interceptação telefônica

Interceptação telefônica	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	7	-	-	2	1	1	6	19 (25,3%)
Não	6	4	12	7	7	3	7	5	5	56 (74,7%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

A quebra de sigilo bancário foi utilizada em pouco menos de um quarto dos casos (24%), conforme dados da tabela 3.9. Observou-se um caso no Ceará de quebra de sigilo bancário sem abertura de inquérito, o qual não foi contemplado na tabela 3.9.

Tabela 3.9 – Distribuição do número de IPLs em que houve quebra de sigilo bancário

Quebra de sigilo	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	3	1	7	-	1	2	1	-	3	18 (24,0%)
Não	4	4	12	7	6	3	7	6	8	57 (76,0%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

Quanto à solicitação de perícia na fase policial, a mesma foi requisitada em 28,4% dos casos, conforme tabela 3.10. Em um inquérito de Goiás não havia informação sobre a solicitação de perícia.

Tabela 3.10 – Distribuição do número de IPLs em que houve solicitação de perícia

Solicitação de perícia	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	1	7	2	1	-	-	1	5	21 (28,4%)
Não	3	4	11	5	6	5	8	5	6	53 (71,6%)
Total	7	5	18	7	7	5	8	6	11	74 (100,0%)

A tabela 3.11 discrimina os tipos de perícia solicitados.

Tabela 3.11 – Distribuição do número de IPLs por tipo de perícia solicitada

Tipo de perícia solicitada	Contagem
BA	4
Documentoscópica (identidade falsa da menor)	1
Perícia de Informática	1
Perícia nos equipamentos celulares	2
CE	1
Perícia de informática, financeira e contábil	1
GO	7
Perícia criminal de armazenamento computacional	1
Perícia criminal em áudios de escuta ambiental e informática	1
Perícia de Informática	5
PA	2
Perícia em fita magnética (voz)	2
PE	1
Perícia de Informática	1
SC	1
Informática e papiloscópica	1
SP	5
Contábil	1
Perícia de Informática	4
Total	21

Considerando o total de inquéritos, sem discriminar a UF, temos na tabela 3.11.1 a distribuição de fontes de informação.

Tabela 3.11.1 – Distribuição do número de IPLs por tipo de perícia solicitada

Tipo de perícia solicitada	Contagem	%
Perícia de Informática	11	52,4
Perícia em fita magnética (voz)	2	9,5
Perícia nos equipamentos celulares	2	9,5
Contábil	1	4,8
Documentoscópica (identidade falsa da menor)	1	4,8
Informática e papiloscópica	1	4,8
Perícia criminal de armazenamento computacional	1	4,8
Perícia criminal em áudios de escuta ambiental e informática	1	4,8
Perícia de informática, financeira e contábil	1	4,8
Total	21	100,0

Houve por parte da vítima solicitação de deferimento de serviço de proteção a testemunhas em 3 (três) casos de Goiás e 1 (um) caso de Santa Catarina. Em dois casos de Goiás foram explicitadas as proteções solicitadas, que foi a da Polícia Federal para um caso e residência, alimentação e demais necessidades básicas para outro. Em Santa Catarina foi solicitado atendimento psiquiátrico, psicológico e médico. Em todos os casos houve deferimento dos pedidos. Em um inquérito de Goiás e em um inquérito de Santa Catarina não há informação quanto à solicitação de serviço de proteção a testemunhas.

Em dois casos de Goiás houve deferimento de serviço de proteção em outro país, sendo os serviços os seguintes: 1) FITZ E STADTPOLIZEI ZURICH; 2) residência, alimentação e demais necessidades básicas.

Em três casos do Rio de Janeiro houve deferimento de serviço de proteção em outro país, sendo em um caso a permanência por 14 dias em Hong Kong e em outros dois casos a repatriação para o Brasil.

Houve pedido de dilação do prazo para a conclusão do IPL em praticamente 80% dos IPLs (79,7%), conforme dados da tabela 3.12. Em um caso do Paraná não há informação sobre haver pedido ou não de dilação de prazo.

Tabela 3.12 – Distribuição do número de IPLs por pedido de dilação de prazo

Quebra de sigilo	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	5	4	15	5	7	4	6	3	10	59 (79,7%)
Não	2	1	4	2	-	-	2	3	1	15 (20,3%)
Total	7	5	19	7	7	4	8	6	11	74 (100,0%)

Para os 22 primeiros processos de Goiás, cujas informações foram coletadas entre 11/12/2017 e 25/1/2018, não foram coletadas as informações relativas à quantidade de vezes em que houve a dilação de prazo nem quantas vezes houve mudança de presidência no inquérito. Em 12 (doze) desses 22 (vinte e dois) casos, ou seja, em 54,5% deles houve dilação de prazo. Nesses 12 casos de Goiás e em 4 (quatro) casos de São Paulo não há informação do número de vezes em que houve dilação de prazo. Para um processo de São Paulo não foi possível determinar o número de vezes que houve pedido de dilação de prazo por os autos encontrarem-se conclusos.

A distribuição quantidade de vezes em que houve pedido de dilação de prazo encontra-se na tabela 3.14.

Tabela 3.14 – Distribuição do número de vezes em que houve pedido de dilação de prazo

Quantidade de vezes	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
1	1	1	-	1	1	1	-	1	-	6
2	-	-	-	-	1	-	1	1	-	3
3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
4	-	-	1	-	2	-	-	-	1	4
5	1	-	1	-	1	1	-	-	1	5
6	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
7	1	1	-	-	-	-	1	-	-	3
8	1	-	-	-	-	1	1	-	-	3
9	1	-	-	2	-	1	1	-	-	5
10	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
11	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
12	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
13	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
14	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
17	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
18	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
19	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	5	4	3	5	7	4	6	3	5	42

Além dos 22 casos de GO e 4 de SP, há um caso do PR em que houve pedido de dilação de prazo e não há informação quanto à mudança de presidência do Inquérito. Dos 41 processos em que houve pedido de dilação de prazo e também havia informação sobre mudança de presidência do inquérito, em somente 6 (seis) deles (14,6%) não houve mudança de presidência. Em 35 (trinta e cinco) dos casos (85,4%) houve troca de presidência.

A quantidade de vezes em que ocorreu mudança de presidência está relacionada na tabela 3.15.

Tabela 3.15 – Distribuição do número de vezes em que houve mudança de presidência do inquérito

Quantidade de vezes	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
0	-	3		1	1			1		6
1	-	-			2					2
2	-	-	2		1			2		5
3	2	-		1		1				4
4	1	-			1	1				3
5	1	-	1						1	3
6	1	-		2			1		1	5
7	-	-							1	1
9	-	-			1					1
10	-	-		1			2			3
11	-	1								1
12	-	-				1				1
13	-	-					1			1
15	-	-					1			1
16	-	-							1	1
17	-	-							1	1
18	-	-			1				1	2
22	-	-					1			1
Total	5	4	3	5	7	3	6	3	6	42

Houve pedido de cooperação internacional na fase policial em mais da metade dos casos (55,4%), como discriminado na tabela 3.16. Em um caso do Rio de Janeiro não havia informação sobre pedido ou não de cooperação internacional.

Tabela 3.16 – Distribuição do número de investigações em que houve pedido de cooperação internacional

Pedido de cooperação	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	3	3	13	5	4	-	3	3	7	41 (55,4%)
Não	4	2	6	2	3	5	4	3	4	33 (44,6%)
Total	7	5	19	7	7	5	7	6	11	74 (100,0%)

Desses, o DRCI foi demandado em 43,9% dos casos em que houve pedido de cooperação internacional, como pode ser visto na tabela 3.17.

Tabela 3.17 – Distribuição do número de vezes em que o DRCI foi demandado no pedido de cooperação

DRCI foi demandada	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	1	9	1	1	-	-		4	18 (43,9%)
Não	1	2	4	4	3	-	3	3	3	23 (56,1%)
Total	3	3	13	5	4	-	3	3	7	41 (100,0%)

Quanto à efetividade da cooperação internacional da parte do(s) outro(s) país(íses) envolvido(s), ela foi considerada efetiva em 63,4% dos casos, como detalhado na tabela 3.18.

Tabela 3.18 – Distribuição do número de vezes em que a cooperação internacional foi efetiva

Cooperação foi efetiva	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	1	10	-	4	-	1	1	7	26 (63,4%)
Não	1	2	3	5	-	-	2	2	-	15 (36,6%)
Total	3	3	13	5	4	-	3	3	7	41 (100,0%)

A tabela 3.19 especifica as diligências realizadas pela polícia de destino a pedido da autoridade policial no Brasil.

Tabela 3.19 – Distribuição do tipo de diligência realizada pela polícia de destino a pedido da autoridade policial brasileira

Tipo de diligência realizada	Contagem
BA	2
Encaminhamento de cópia do procedimento investigativo realizado na Itália	1
Realização de "batida" policial na boate na Espanha; vítimas localizadas na boate	1
CE	1
Busca e apreensão na boate	1
GO	10
"Batida" em prostíbulos na Espanha e em Portugal	1
citação e interrogatório do acusado	1
Entrega vigiada de vítimas e busca e apreensão	1
Envio de depoimentos de testemunhas, troca de informações a respeito da situação de bens no Brasil	1
Localização de vítimas e compartilhamento de provas	1
Localização de vítimas, envio de depoimentos de vítimas	1
Obtenção de dados e-mail	1
Polícia Federal no Brasil ouviu vítimas a pedido do Juiz de Instrução do Cantão de Fribourg, na Suíça	1
Realização de controle em boates coordenadas pelo investigado	1
Não informado	1
PE	4
Diligências realizada pela INTERPOL, localizando e ouvindo a vítima Joyce	1
Informação do histórico criminal do investigado e tradução das mensagens de telefone contidas no aparelho apreendido	1
Interpol verificar atividade suspeita em endereço	1
Oitiva de vítima	1
RJ	1
Identificar aliciadores proprietários de boates	1
SC	1
Interpol realizou confirmação a respeito do possível aliciador	1
SP	7
As diligências foram para a oitiva de testemunhas, a pedido da autoridade judicial	1
Citação de réus	1
Citação dos réus	1
Fiscalizações nas boates	1
Localização da vítima em solo estrangeiro	1
Localização de vítimas	1
Pedido de localização do investigado	1
Total geral	26

Houve envio de policiais federais brasileiros ao país de destino das vítimas para atuar como observadores no dia do cumprimento dos mandados de busca e/ou prisão no Brasil e/ou no exterior em 4 (quatro) casos de GO.

Houve o recebimento de policiais de outros países para atuarem no Brasil em investigação conjunta em 3 (três) casos de GO.

O número de vítimas ouvidas na fase policial encontra-se na tabela 3.20. Em um caso do Paraná não há informação quanto ao número de vítimas ouvidas na fase policial. Note-se que em mais de um quarto dos casos (25,7%) nenhuma vítima foi ouvida.

Tabela 3.20 – Distribuição do número de vítimas ouvidas na fase policial

Número de vítimas	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
0	1	4	3	1	3	3	1	1	2	19 (25,7%)
1	4	-	9	1	3	1	3	5	3	29 (39,2%)
2	2	-	2	3	1	-	4	-	1	13 (17,6%)
3	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2 (2,7%)
4	-	-	1	-	-	-	-	-	3	4 (5,4%)
5	-	-		2	-	-	-	-	1	3 (4,1%)
8	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2 (2,7%)
Mais de 10	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2 (2,7%)
Total	7	5	19	7	7	4	8	6	11	74 (100,0%)

Informações sobre o processo criminal

Houve denúncia em 60,0% dos casos em que houve abertura de inquérito. O processo em que não há informação sobre abertura de inquérito também houve denúncia (dado não contemplado na tabela 3.21).

Tabela 3.21 – Distribuição do número de processos em que houve abertura de inquérito por existência de denúncia

Existência de denúncia	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	6	1	14	7	2	3	3	3	6	45 (60,0%)
Não	1	4	5	-	5	2	5	3	5	30 (40,0%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

Todas as testemunhas ouvidas na fase inquisitorial foram localizadas e ouvidas na fase judicial em somente 17,3% dos casos, conforme tabela 3.22.

Em um processo da Bahia e em um do Pará não há informação sobre se houve oitiva das vítimas.

Tabela 3.22 – Distribuição do número de processos em que todas as testemunhas foram localizadas e ouvidas

Todas testemunhas	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	8	1	2	-	2	1	-	14 (17,3%)
Não	6	6	17	5	5	5	7	5	11	67 (82,7%)
Total	6	6	25	6	7	5	9	6	11	81 (100,0%)

As medidas de cooperação solicitadas a outros países via polícia judiciária foram atendidas e juntadas aos autos conforme discriminado na tabela 3.23. Em 27 casos (65,9%) houve atendimento de todas as medidas solicitadas; em 2 casos (4,95%) foram atendidas mais de 80% das medidas; e em 12 processos (29,3%) não houve atendimento de nenhuma medida solicitada.

Tabela 3.23 – Distribuição do número de processos pelo grau de atendimento das medidas de cooperação solicitada

Grau de atendimento	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Nenhuma	-	1	3	5	-	-	1	2	-	12 (29,3%)
Menos de 50%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre 51% e 80%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 80%	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2 (4,9%)
Todas	3	2	9	-	4	-	1	1	7	27 (65,9%)
Total	3	3	13	5	4	-	3	3	7	41 (100,0%)

Em somente 1 (um) caso do Rio de Janeiro houve necessidade de retirada dos réus da sala de audiências quando da oitiva das vítimas. Em 2 (dois) casos do Pará não há informação se houve ou não necessidade.

Em pouco mais de um quarto dos casos (26,7%) houve sentença penal condenatória. Em 8 (oito) processos, sendo cinco da Bahia, um do Pará, um do Rio de Janeiro e um de Santa Catarina não há informação sobre o tipo de sentença.

Tabela 3.24 – Distribuição do número de processos pelo existência de sentença penal condenatória

Sentença condenatória	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	5	4	1	1	1	2	4	20 (26,7%)
Não	1	5	20	2	6	4	7	3	7	55 (73,3%)
Total	2	6	25	6	7	5	8	5	11	75 (100,0%)

Houve o reconhecimento de ameaça e/ou fraude no aliciamento em 45% dos casos em que houve sentença penal condenatória, como discriminado na tabela 3.25.

Tabela 3.25 – Distribuição do número de processos com sentença condenatória em que houve o reconhecimento de ameaça e/ou fraude no aliciamento

Ameaça e/ou fraude	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	2	4	-	1	-	-	-	9 (45,0%)
Não	-	-	3	-	1	-	1	2	4	11 (55,0%)
Total	1	1	5	4	1	1	1	2	4	20 (100,0%)

Houve o desmembramento da ação penal em 35,4% dos casos, conforme tabela 3.26. Em um processo de Pernambuco não há informação se houve ou não desmembramento da ação penal.

Tabela 3.26 – Distribuição do número de processos por existência de desmembramento da ação penal

Desmembramento	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	1	8	5	1	2	2	1	5	29 (35,4%)
Não	3	5	17	2	5	3	7	5	6	53 (64,6%)
Total	7	6	25	7	6	5	9	6	11	82 (100,0%)

A tabela 3.27 apresenta o número de processos por razão de arquivamento em cada Seção Judiciária. Como para cada processo pode haver mais de uma razão para arquivamento não se computou o total para cada Seção Judiciária. Pelo mesmo motivo, os percentuais relativos aos totais por razão do arquivamento são todos calculados em relação ao total de processos, que é de 83 (oitenta e três).

Tabela 3.27 – Distribuição do número de processos por razão do arquivamento

Razão do arquivamento	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Atipicidade	-	-	3	-	1	-	-	1	1	6 (7,2%)
Falta de Provas	1	4	12	-	5	3	4	2	4	35 (42,2%)
Extinção de punibilidade	-	-	4	2	-	-	2	-	4	12 (14,5%)
Outros	3	1	5	3	-	1	-	-	-	13 (15,7%)
Não Informado	3	1	4	2	1	1	3	3	2	20 (24,1%)

As razões do arquivamento estão discriminados na tabela 3.27.1.

Tabela 3.27.1 – Distribuição do número de processos pela razão do arquivamento

(continua)

Razão do arquivamento	Contagem
BA	6
Ausência de provas	1
Processo suspenso (CPP, art. 366); citação da ré por edital	1
Processo suspenso (CPP, art. 366). Réu não encontrado	1
Não informado	3
CE	5
Ausência de provas	4
Não informado	1
GO	25
absolvição	1
Ausência de crime (ATIPICIDADE)	1
Ausência de crime (ATIPICIDADE), Ausência de provas	1
Ausência de crime (ATIPICIDADE), Causa de extinção de punibilidade, dúvida sobre a existência do crime	1
Ausência de provas	10
Ausência de provas, Causa de extinção de punibilidade	1
Causa de extinção de punibilidade	1
Causa de extinção de punibilidade, houve extinção da punibilidade em relação a um réu quanto ao tráfico de Pessoas e prescrição em relação a todos quanto ao crime de associação criminosa	1
Iter criminis somente em ato preparatório	1
Prescrição do processo suspenso em razão de não localização da denunciada. Código de Processo Penal, art. 366	1
PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO A FORMAÇÃO DE QUADRILHA E COISA JULGADA EM RELAÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS	1
Sentença absolutória de acordo com as seguintes causas: a) existência de litispendência; b) inépcia da denúncia; c) insuficiência de provas para a condenação; d) inexistência de prova de que os réus concorreram para a infração penal	1
Não informado	4
PA	4
Causa de extinção de punibilidade	2
Não informado	2
PE	7
Ausência de crime (ATIPICIDADE)	1
Ausência de provas	5
Não informado	1
PR	5
Ausência de provas	3
Falta de interesse de agir (CPP, art. 395, II)	1
Não informado	1

Tabela 3.27.1 – Distribuição do número de processos pela razão do arquivamento

(conclusão)

Razão do arquivamento	Contagem
RJ	9
Ausência de provas	2
Ausência de provas, As vítimas não foram localizadas para oitiva (somente uma, que disse não ter sido aliciada)	1
Ausência de provas, Falta de indícios de autoria	1
Causa de extinção de punibilidade	2
Não informado	3
SC	6
Ausência de crime (ATIPICIDADE)	1
Ausência de provas	2
Não informado	3
SP	11
Ausência de crime (ATIPICIDADE)	1
Ausência de provas	2
Ausência de provas, ausência de indícios de autoria	1
Ausência de provas, não localização da vítima na fase inquisitorial para reinquirição	1
Causa de extinção de punibilidade	3
Causa de extinção de punibilidade, extinção da punibilidade pela abolitio criminis antes da instrução processual	1
Não informado	2
Total	78

As causas da extinção de punibilidade encontram-se na tabela 3.28.

Tabela 3.28 – Distribuição do número de processos por tipo de extinção de punibilidade

Causas da extinção de punibilidade	Contagem
BA	1
Prescrição do crime de associação criminosa (CP, art. 288). Processo continua suspenso em relação ao tipo do CP, art. 231.	1
GO	8
Ausência de provas.	1
Cumprimento das condições avençadas (Lei 9.009/95, art. 89, § 5º)	1
Em relação a uma das rés, houve extinção da punibilidade pelo cumprimento das medidas alternativas impostas em decorrência da suspensão condicional do processo	1
1. houve falta de estrutura para as investigações (ausência de policial feminina) e também 2. não foi realizada interceptação telefônica sugerida pelo agente de polícia.	1
Prescrição	3
PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO A FORMAÇÃO DE QUADRILHA E COISA JULGADA EM RELAÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS	1
PA	2
INDULTO PLENO	1
Prescrição.	1
PR	2
Prescrição	1
?	1
RJ	4
O STJ, em grau de recurso, declarou a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva entre a sentença e o julgamento do Recurso Especial	1
Processo ainda em trâmite	1
Prescrição da pretensão punitiva e prescrição em perspectiva	1
Prescrição retroativa da pretensão punitiva	1
SP	6
abolitio criminis	3
Houve abolitio criminis em decorrência da alteração legislativa inserida no CP, art. 149-A	1
Prescrição em relação ao CP, art. 288 (associação criminosa) e abolitio criminis em relação ao tráfico internacional de pessoas (CP, art. 231)	1
Prescrição em relação aos que foram condenados, declarada logo após a sentença condenatória	1
Total	23

Dos 75 (setenta e cinco) inquéritos, 68 têm sentença (90,7%), como consta da tabela 3.29. Desses, 20 (vinte), ou 29,4%, resultaram em sentença penal condenatória (tabela 3.29.1).

Tabela 3.29 – Informação sobre a existência de sentença penal condenatória

Informação sentença	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	5	19	6	7	5	8	5	11	68 (90,7%)
Não	5	-	-	1	-	-	-	1	-	7 (9,3%)
Total	7	5	19	7	7	5	8	6	11	75 (100,0%)

Tabela 3.29.1 – Distribuição do número de processos pelo existência de sentença penal condenatória

Sentença condenatória	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	1	1	5	4	1	1	1	2	4	20 (29,4%)
Não	1	4	14	2	6	4	7	3	7	48 (70,6%)
Total	2	5	19	6	7	5	8	5	11	68 (100,0%)

Foi realizado cruzamento da variável existência de sentença penal condenatória com as variáveis existência de interceptação telefônica, quebra de sigilo bancário e pedido de dilação de prazo durante as investigações. Em relação aos dois primeiros cruzamentos não se observou associação¹⁷³ entre o fato de haver interceptação telefônica ou quebra de sigilo bancário com o tipo de sentença, como pode ser observado nas tabelas 3.30 e 3.31.

Tabela 3.30 – Distribuição do número de processos pelo existência de interceptação telefônica e sentença penal condenatória

Interceptação telefônica	Sentença penal condenatória		
	Sim	Não	Total
Sim	6 (33,3%)	12 (66,7%)	18 (100,0%)
Não	14 (28,0%)	36 (72,0%)	50 (100,0%)
Total	20 (29,4%)	48 (70,6%)	68 (100,0%)

Tabela 3.31 – Distribuição do número de processos pelo existência de quebra de sigilo bancário e sentença penal condenatória

Quebra de sigilo bancário	Sentença penal condenatória		
	Sim	Não	Total
Sim	6 (37,5%)	10 (62,5%)	16 (100,0%)
Não	14 (26,9%)	38 (73,1%)	52 (100,0%)
Total	20 (29,4%)	48 (70,6%)	68 (100,0%)

¹⁷³ Valor-p = 0,9012 e 0,6183 para o teste do Qui-quadrado, respectivamente, para os cruzamentos citados.

Já ao se cruzar a existência de pedido de dilação de prazo com o tipo de sentença, percebe-se claramente ao se inspecionar a tabela 3.32, que a proporção de sentenças condenatórias é substancialmente maior¹⁷⁴ quando não há pedido de dilação de prazo.

Tabela 3.32 – Distribuição do número de processos pelo existência de pedido de dilação de prazo e sentença penal condenatória

Pedido de dilação de prazo	Sentença penal condenatória		
	Sim	Não	Total
Sim	12 (21,8%)	43 (78,2%)	55 (100,0%)
Não	7 (58,3%)	5 (41,7%)	12 (100,0%)
Total	19 (28,4%)	48 (71,6%)	67 (100,0%)

¹⁷⁴ Valor-p = 0,02858 para o teste do Qui-quadrado.

FLUXO DE JUSTIÇA – TRÁFICO DE PESSOAS

F3 – Perfil da vítima

OBJETIVO

OBTENÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

O formulário F3 - Perfil da vítima foi preenchido concomitantemente com o F2 - Pesquisa Tráfico de Pessoas. Conforme tabela 4.1 dos 86 processos relacionados no F2, 52 deles, ou seja, 62,7%, tinham informações sobre vítimas.

Tabela 4.1 – Número de processos com dados de vítimas

UF	Processos no F2	Com dados no F3	% com dados no F3
BA	7	6	85,7
CE	6	2	33,3
GO	25	18	72,0
PA	7	5	71,4
PE	7	3	42,9
PR	5	2	40,0
RJ	9	6	66,7
SC	6	3	50,0
SP	11	7	63,6
Total	83	52	62,7

Foram relacionadas 173 vítimas de 52 processos, o que dá uma média de aproximadamente 3,3 vítimas por processo. O número de processos com a respectiva quantidade de vítimas encontram-se na tabela 4.2.

Tabela 4.2 – Número de processos com respectiva quantidade de vítimas

Número de vítimas	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
1	4	1	9	-	1	1	-	3	3	22
2	1	-	1	1	2	-	3	-	1	9
3	-	-	4	2	-	-	2	-	-	8
4	-	-	-	1	-	-	1	-	1	3
6	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
8	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2
9	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
11	-	-	1	-	-	1	-	-	1	3
18	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	6	2	18	5	3	2	6	3	7	52

A idade informada corresponde à idade da vítima na época do aliciamento. Em 75% dos casos havia informação da idade da vítima, conforme tabela 4.3.

Tabela 4.3 – Proporção de vítimas com informação de idade

Informação de idade	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	11	8	55	15	4	7	9	3	17	129 (74,6%)
Não	1	2	11	6	1	5	7	-	11	44 (25,4%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

A tabela 4.4 apresenta a distribuição do número de vítimas por idade.

Tabela 4.4 – Idade da vítima por UF

Idade da vítima	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
15	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
16	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2
17	-	-	2	-	1	-	-	-	-	3
18	-	-	3	-	1	-	-	1	-	5
19	1	1	10	-	-	-	1	-	1	14
20	1	-	4	1	-	1	2	-	-	9
21	-	2	2	2	-	2	-	-	1	9
22	-	1	7	1	-	1	-	1	3	14
23	2	-	4	3	-	-	-	-	2	11
24	-	-	5	2	1	-	1	-	2	11
25	1	-	4	1	-	-	-	-	2	8
26	-	1	3	2	-	-	-	-	1	7
27	1	2	3	-	-	1	-	-	1	8
28	-	-	2	-	-	-	-	-	1	3
29	-	-	2	-	-	-	1	-	-	3
30	-	1	2	-	1	-	2	-	1	7
31	-	-	1	-	-	-	1	-	1	3
32	-	-	-	1	-	1	-	-	1	3
33	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
34	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2
35	1	-	1	1	-	-	-	-	-	3
39	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Total	11	8	55	15	4	7	9	3	17	129

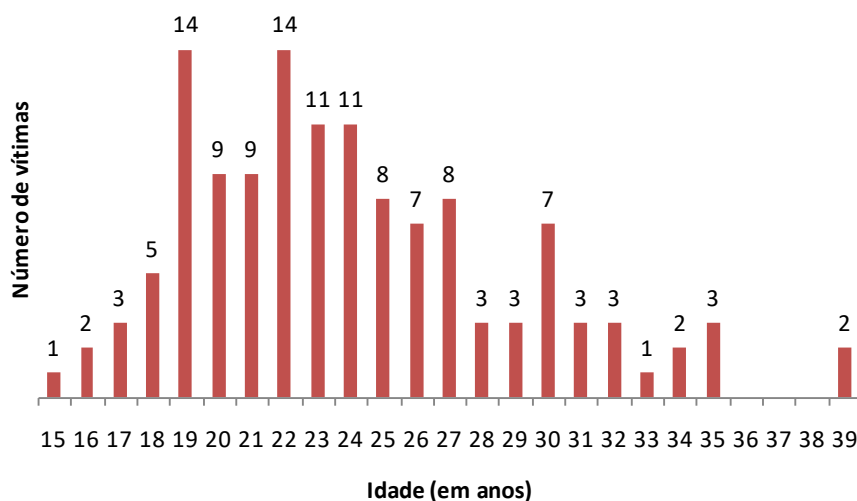
A tabela 4.5 apresenta várias estatísticas associadas à variável idade das vítimas.

Tabela 4.5 – Estatísticas da idade das vítimas

Estatística	Total
Contagem	129
Média	24,0
Desvio padrão	4,9
Coeficiente de variação	20,5%
Mínimo	15
1º Quartil	20
Mediana	23
3º Quartil	27
Máximo	39

A figura 4.1 ilustra a distribuição do número de vítimas por idade (em anos) à época do aliciamento.

Figura 4.1 – Distribuição do número de vítimas por idade na época do aliciamento



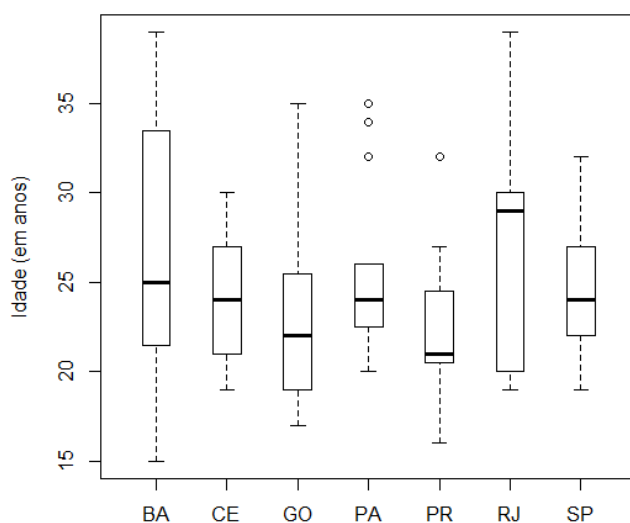
A tabela 4.6 apresenta a distribuição das idades das vítimas por UF.

Tabela 4.6 – Idade da vítima por UF

Estatística	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP
Contagem	11	8	55	15	4	7	9	3	17
Média	26,6	24,1	23	25,3	22,3	22,7	26,9	18,7	24,9
DP	7,6	3,9	4,0	4,7	6,0	5,2	6,6	3,1	3,6
CV	28,7%	16,0%	17,6%	18,7%	27,1%	23,0%	24,7	16,4%	14,6%
Mínimo	15	19	17	20	17	16	19	16	19
1º Quartil	21,5	21	19	22,5	17,8	20,5	20	17	22
Mediana	25	24	22	24	21	21	29	18	24
3º Quartil	33,5	27	25,5	26	25,5	24,5	30	20	27
Máximo	39	30	35	35	30	32	39	22	32

A figura 4.2 ilustra, através de gráfico Box-plot, as idades das vítimas discriminadas por UF. Os dados de Pernambuco e de Santa Catarina não foram contemplados na figura 4.2 por não apresentarem o mínimo de 5 (cinco) informações. A aplicação do teste de Análise de Variância nos dados de idade das vítimas das sete UFs representadas na figura 4.2 não indicou diferença significativa nas idades médias de cada UF¹⁷⁵, o que pode ser verificado pela inspeção da figura.

Figura 4.2 – Distribuição da idade da vítima (em anos) em função da UF



Quanto ao gênero, todas as vítimas são mulheres, a exceção de 7 (sete) travestis, sendo 2 (dois) da Bahia, 2 (dois) de Goiás, e 1 (um) do Ceará, 1 (um) do Pará e 1 (um) de São Paulo.

Para pouco mais de um quarto das vítimas havia informação nos autos sobre sua cor ou raça, como discriminado na tabela 4.7.

Tabela 4.7 – Proporção de vítimas com informação de cor ou raça

Informação de cor/raça	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	-	27	-	1	-	6	1	9	46 (26,6%)
Não	10	10	39	21	4	12	10	2	19	127 (73,4%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Para as que tinham informação, tabela 4.7.1, mais da metade das vítimas (52,2%) são de cor branca, aproximadamente 40% (39,1%) são de cor parda e o restante (8,7%) de cor preta.

¹⁷⁵ Valor-p = 0,09638 para o teste de ANOVA.

Tabela 4.7.1 – Distribuição do número de vítimas por cor ou raça e UF

Informação de cor/raça	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Branca	-	-	12	-	-	-	4	-	8	24 (52,2%)
Parda	1	-	15	-	1	-	-	-	1	18 (39,1%)
Preta	1	-	-	-	-	-	2	1	-	4 (8,7%)
Total	2	-	27	-	1	-	6	1	9	46 (100,0%)

O grau de instrução da vítima só foi informado em 30,5% dos casos, conforme tabela 4.8.

Tabela 4.8 – Proporção de vítimas com informação do grau de instrução

Informação instrução	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	7	20	-	2	-	4	2	9	48 (27,7%)
Não	8	3	46	21	3	12	12	1	19	125 (72,3%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

A tabela 4.8.1 apresenta a distribuição do número de vítimas por grau de instrução e UF. A maioria das vítimas com informação de grau de instrução têm ensino médio completo (33,3%) seguido das que têm ensino fundamental incompleto (29,2%). Note-se que São Paulo se diferencia das demais UFs por ter todas as vítimas com ensino médio completo ou mais.

Tabela 4.8.1 – Número de vítimas por grau de instrução

Informação instrução	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Não alfabetizado	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2 (4,2%)
Fundamental incompleto	1	3	9	-	1	-	-	-	-	14 (29,2%)
Fundamental completo	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1 (2,1%)
Ensino médio incompleto	1	1	2	-	-	-	2	1	-	7 (14,6%)
Ensino médio completo	2	2	4	-	-	-	2	-	6	16 (33,3%)
Superior incompleto	-	-	4	-	-	-	-	-	1	5 (10,4%)
Superior completo	-	-	-	-	1	-	-	-	2	3 (6,3%)
Total	4	7	20	-	2	-	4	2	9	48 (100,0%)

Praticamente metade das vítimas (48,6%) têm informação de seu estado civil, conforme dados da tabela 4.9.

Tabela 4.9 – Proporção de vítimas com informação do estado civil

Informação estado civil	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	5	7	31	9	3	-	10	3	16	84 (48,6%)
Não	7	3	35	12	2	12	6	-	12	89 (51,4%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Das vítimas que têm informação de estado civil, a grande maioria (82,1%) é de solteiras (tabela 4.9.1).

Tabela 4.9.1 – Distribuição do número de vítimas por estado civil

Estado civil da vítima	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Solteiro(a)	5	4	28	7	1	-	5	3	16	69 (82,1%)
Casado(a)	-	3	1	2	1	-	3	-	-	10 (11,9%)
Separado(a)	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2 (2,4%)
Divorciado(a)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1 (1,2%)
Viúvo(a)	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2 (2,4%)
Total	5	7	31	9	3	-	10	3	16	84 (100,0%)

Em relação à informação do estado civil dos pais, menos de 10% das vítimas (9,2%) apresentavam esta informação (tabela 4.10).

Tabela 4.10 – Proporção de vítimas com informação do estado civil dos pais

Informação estado civil dos pais	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	11	1	-	-	3	1	-	16 (9,2%)
Não	12	10	55	20	5	12	13	2	28	157 (90,8%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Das vítimas que têm informação de estado civil dos pais, mais de dois terços (68,8%) é de pais solteiros (tabela 4.10.1).

Tabela 4.10.1 – Distribuição de vítimas em função do estado civil dos pais

Estado civil dos pais da vítima	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Solteiro(a)	-	-	7	1	-	-	2	1	-	11 (68,8%)
Casado(a)	-	-	3	-	-	-	1	-	-	4 (25,0%)
Separado(a)	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1 (6,3%)
Divorciado(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Viúvo(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	11	1	-	-	3	1	-	16 (100,0%)

Menos de vinte por cento (18,5%) das vítimas têm informado o número de filhos, conforme tabela 4.11.

Tabela 4.11 – Proporção de vítimas com informação do número de filhos

Informação de número de filhos	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	2	21	-	3	-	1	2	3	32 (18,5%)
Não	12	8	45	21	2	12	15	1	25	141 (81,5%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Das vítimas com informação de número de filhos, metade possui um ou mais filhos, conforme tabela 4.11.1.

Tabela 4.11.1 – Distribuição de vítimas em função do número de filhos

Número de filhos	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
0	-	1	9	-	2	-	-	2	2	16 (50,0%)
1	-	1	6	-	1	-	1	-	1	10 (31,3%)
2	-	-	5	-	-	-	-	-	-	5 (15,6%)
5	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1 (3,1%)
Total	-	2	21	-	3	-	1	2	3	32 (100,0%)

Mais de 30% das vítimas (31,8%) apresentaram informação de situação de emprego na época do aliciamento, conforme dados da tabela 4.12.

Tabela 4.12– Proporção de vítimas com informação de estar empregada na época do aliciamento

Informação sobre vítima estar empregada	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	23	10	2	1	11	3	5	55 (31,8%)
Não	12	10	43	11	3	11	5	-	23	118 (68,2%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Das vítimas que haviam informação de situação de emprego na época do aliciamento, mais da metade (54,5%) estavam empregadas, como detalhado na tabela 4.12.1.

Tabela 4.12.1 – Distribuição de vítimas em função da condição de emprego

Vítima estava empregada	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	19	-	1	-	7	1	2	30 (54,5%)
Não	-	-	4	10	1	1	4	2	3	25 (45,5%)
Total	-	-	23	10	2	1	11	3	5	55 (100,0%)

Somente 8,1% das vítimas apresentou informação sobre situação financeira (renda familiar mensal), todas de Goiás, conforme dados da tabela 4.13.

Tabela 4.13– Proporção de vítimas com informação sobre situação financeira

Informação sobre situação financeira	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	14	-	-	-	-	-	-	14 (8,1%)
Não	12	10	52	21	5	12	16	3	28	159 (91,9%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Na tabela 4.13.1 temos a distribuição do número de vítimas por faixa de renda familiar mensal. Metade das vítimas apresentaram renda de até R\$ 800,00.

Tabela 4.13.1– Distribuição do número de vítimas por renda familiar mensal

Faixa de renda familiar mensal	GO	%
Até R\$ 800,00	7	50,0
De R\$ 801,00 a R\$ 1.500,00	2	14,3
De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	1	7,1
Acima de R\$ 3.000,00	4	28,6
Total	14	100,0

Pouco menos da metade (46,2%) das vítimas possuíam informação sobre a existência de algum sinal evidente de vulnerabilidade em relação ao aliciador durante o aliciamento, conforme tabela 4.14.

Tabela 4.14– Proporção de vítimas com informação sobre sinal evidente de vulnerabilidade

Informação sobre sinal de vulnerabilidade	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	1	48	7	2	1	6	1	14	80 (46,2%)
Não	12	9	18	14	3	11	10	2	14	93 (53,8%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Das que possuíam informação, pouco mais de 30% (31,3%) informou a existência de algum sinal evidente de vulnerabilidade em relação ao aliciador durante o aliciamento (tabela 4.14.1).

Tabela 4.14.1– Proporção de vítimas com existência de sinal evidente de vulnerabilidade

Havia sinal de vulnerabilidade	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	-	-	14	6	2	-	2	-	1	25 (31,3%)
Não	-	1	34	1	-	1	4	1	13	55 (68,8%)
Total	-	1	48	7	2	1	6	1	14	80 (100,0%)

Os sinais de vulnerabilidade informados encontram-se relacionados na tabela 4.14.2.

Tabela 4.14.2– Sinais evidentes de vulnerabilidade

Sinal de vulnerabilidade	Contagem
GO	14
Sim, houve. A presença de dois filhos, João Pedro, 13 anos e Lucas, de 16 anos, que dependiam da mãe.	1
Sim. Ausência de qualquer oferta de trabalho em sua cidade	1
Sim. Baixa condição financeira	7
Sim. Insistência da aliciadora em ligar no trabalho da vítima	1
Sim. Passaporte e passagem foram retidos logo na chegada	1
Sim. Menoridade. Baixa condição financeira em relação aos réus.	1
SIM: baixo grau de escolaridade	1
Vítima foi esfaqueada pela aliciadora em briga na boate no país para a qual traficada (Espanha)	1
PA	6
Sim, econômica	6
PE	2
Sim, vulnerabilidade econômica	1
Sim. Uma vez levada para a Suíça, diz ter-se tornado refém da aliciadora, vez que não sabia se comunicar com as demais pessoas em virtude de não dominar a língua.	1
RJ	2
Sim. Vulnerabilidade econômica	1
Sim. Vulnerabilidade econômica (mãe doente e filha, além de desempregada)	1
SP	1
Sim, econômica	1

A tabela 4.15 apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre o emprego de violência contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento. Em pouco mais de 60% dos registros (61,3%) havia a informação.

Tabela 4.15– Proporção de vítimas com informação sobre emprego de violência

Informação sobre emprego de violência	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	7	49	2	4	10	11	3	16	106 (61,3%)
Não	8	3	17	19	1	2	5	-	12	67 (38,7%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Em somente 3 (três) processos, um de Goiás, um do Pará e um do Paraná houve registro de emprego de violência contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento. Estes três casos representam 2,8% dos registros que possuem esta informação.

A tabela 4.16 apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre o emprego de grave ameaça contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento. Em aproximadamente 70% (70,5%) dos registros havia a informação.

Tabela 4.16– Proporção de vítimas com informação sobre emprego de grave ameaça

Informação sobre grave ameaça	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	8	6	52	2	3	9	11	3	15	109 (63,0%)
Não	4	4	14	19	2	3	5	-	13	64 (37,0%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Em 22% dos casos houve registro de emprego de grave ameaça contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento (tabela 4.16.1).

Tabela 4.16.1 – Proporção de vítimas com registro de emprego de grave ameaça no aliciamento

Existência de grave ameaça	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	5	9	2	-	1	2	1	-	24 (22,0%)
Não	4	1	43	-	3	8	9	2	15	85 (78,0%)
Total	8	6	52	2	3	9	11	3	15	109 (100,0%)

A tabela 4.17 apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre o emprego de fraude contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento. Em 71,1% dos registros havia a informação.

Tabela 4.17– Proporção de vítimas com informação sobre emprego de fraude

Informação sobre emprego de fraude	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	6	6	54	13	4	10	12	3	15	123 (71,1%)
Não	6	4	12	8	1	2	4	-	13	50 (28,9%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Em 30,1% dos casos houve registro de emprego de fraude contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento (tabela 4.17.1).

Tabela 4.17.1 – Proporção de vítimas com registro de emprego de fraude no aliciamento

Emprego de fraude	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	3	3	11	13	2	3	2	-	-	37 (30,1%)
Não	3	3	43	-	2	7	10	3	15	86 (69,9%)
Total	6	6	54	13	4	10	12	3	15	123 (100,0%)

A tabela 4.18 apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre a relação do aliciador com a vítima, mais especificamente se o aliciador era ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor o curador, preceptor ou empregador da vítima, ou assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância sobre ela. Em 73,4% dos registros havia a informação.

Tabela 4.18– Proporção de vítimas com informação sobre a relação do aliciador com a vítima

Informação sobre ascendência do aliciador	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	4	7	59	12	4	10	13	2	16	127 (73,4%)
Não	8	3	7	9	1	2	3	1	12	46 (26,6%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Em somente 2 (dois) casos de Goiás e um de Santa Catarina houve registro de que o aliciador possuía relações familiares ou era responsável pelos cuidados da vítima, o que representa 2,4% dos casos em que havia esta informação.

A tabela 4.19 apresenta a proporção de processos que possuem informação sobre se a vítima testemunha na fase judicial foi localizada. Em 83,2% dos registros havia a informação.

Tabela 4.19– Proporção de registros com informação sobre a localização da vítima

Informação sobre localização da vítima	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	8	9	60	18	5	12	14	1	17	144 (83,2%)
Não	4	1	6	3	-	-	2	2	11	29 (16,8%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

Em 36,1% dos casos houve a localização da vítima testemunha na fase judicial, conforme tabela 4.19.1.

Tabela 4.19.1– Proporção de vítimas localizadas na fase judicial

Vítima foi localizada	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	2	5	22	6	2	5	8	-	2	52 (36,1%)
Não	6	4	38	12	3	7	6	1	15	92 (63,9%)
Total	8	9	60	18	5	12	14	1	17	144 (100,0%)

A tabela 4.20 relaciona os motivos para a não localização da vítima testemunha na fase judicial.

Tabela 4.20– Motivos para a não localização da vítima

(continua)	
Motivo da não localização da vítima	Contagem
BA	6
MPF desistiu da oitiva da vítima	1
Mudou-se do país em que traficada (Itália) para a Espanha	1
Não foi arrolada pelo MPF	1
Não houve a fase judicial	1
Vítima não retornou do exterior	2
CE	4
Não foi arrolada como testemunha pelo MPF	2
Viajando para o exterior	1
vítima morreu no exterior decorrente de parada respiratória ocasionada por AIDS	1
GO	35
Ausência de qualificação	3
Depoimento encaminhado via cooperação jurídica internacional	4
Embarque para o exterior visando o exercício da prostituição	12
Embora ouvida na fase inquisitorial pela polícia, não foi arrolada como testemunha pelo MPF	2
Estava fora do país	1
Mudança de endereço sem registro	7
Não foi arrolada na fase judicial	1
Residente no exterior	4
Revitimização	1
PA	9
Ainda não ocorreu a fase de oitiva das testemunhas em juízo, autos suspensos	2
MUDOU-SE PARA A GUIANA FRANCESA	2
Mudou-se para o exterior	3
Não arrolada	1
Não foi arrolada como testemunha pelo MPF	1
PE	3
MPF desistiu da oitiva da vítima	1
Não houve denúncia	2
PR	7
Mudança de endereço sem registro	5
Não foi arrolada pelo MPF	1
Não intimada	1
RJ	5
Mudança de endereço sem registro	1
Mudança para Portugal	1
Não houve fase judicial	3

Tabela 4.20– Motivos para a não localização da vítima

(conclusão)

Motivo da não localização da vítima	Contagem
SC	1
Veio a óbito	1
SP	14
Houve abolitio criminis antes da fase de instrução processual	3
MPF desistiu da oitiva	2
Mudança de endereço sem registro	5
Não arrolada como testemunha pelo MPF	2
Não houve fase judicial	1
Viagem para o exterior	1

A tabela 4.21 apresenta a proporção de registros que possuem informação sobre a pretensão da vítima. Em 57,2% dos registros havia a informação.

Tabela 4.21– Proporção de vítimas com informação sobre sua pretensão

Informação sobre pretensão da vítima	BA	CE	GO	PA	PE	PR	RJ	SC	SP	Total
Sim	8	9	36	5	3	12	11	2	13	99 (57,2%)
Não	4	1	30	16	2	-	5	1	15	74 (42,8%)
Total	12	10	66	21	5	12	16	3	28	173 (100,0%)

A tabela 4.21.1 relaciona as pretensões das vítimas.

Tabela 4.21.1– Pretensão da vítima

Pretensão da vítima	Contagem
BA	8
não disse	7
Queria ir treinar atletismo, enganando os aliciadores	1
CE	9
Auferir maior renda	8
Vítima não foi ouvida	1
GO	36
Conseguir dinheiro para sustentar a família	1
Ganhar mais dinheiro	1
Ganhava 2mil/3 mil por mês como garota de programa quando aliciada. Queria sair da vida de garota de programa	1
Ganhava 6mil/8 mil por mês na época do aliciamento. Queria ganhar mais dinheiro	1
Ganhava um salário mínimo quando foi aliciada. Pretendia ganhar mais dinheiro	1
juntar dinheiro e sair da prostituição	1
Não especificado	27
Queria casa própria para os filhos	1
Vantagem financeira mais atrativa	1
Vítima vendia roupas. Queria melhorar de vida	1
PA	5
Auferir condição de subsistência	2
Auferir melhor renda	2
não disse	1
PE	3
não disse	2
Não foi localizada para saber	1
PR	12
não disse	12
RJ	11
não disse	11
SC	2
Auferir maior renda	1
não disse	1
SP	13
não disse	12
ser modelo e mudar o padrão de vida de seus familiares	1

FLUXO DE JUSTIÇA – TRÁFICO DE PESSOAS

F4 – Procuradores da República

OBJETIVO

OBTENÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

O formulário F4 – Procuradores da República foi preenchido a partir de entrevistas com 7 (sete) Procuradores de Goiás, realizadas no período de 14 de junho de 2017 a 4 de agosto de 2017 e 1 (um) Procurador do Distrito Federal, em 15 de outubro de 2018.

Em relação ao tempo em que o Membro ocupa cargo no Ministério Público Federal, tem-se a distribuição da tabela 5.1.

Tabela 5.1– Tempo que o Membro ocupa cargo no MPF

Tempo (em anos)	Contagem
12	2
14	2
15	1
19	1
21	1
22	1
Total	8

Todos os Procuradores entrevistados eram do sexo masculino.

Somente 1 (um) Procurador respondeu negativamente quanto a haver pedido de cooperação internacional na fase judicial. Dos 7 (sete) que responderam haver pedido de cooperação internacional na fase judicial, 6 (seis) afirmaram que a cooperação foi efetiva, com a realização de atos de diligências no curso da ação penal. Para 1 (um) Procurador não houve resposta para essa pergunta.

Questionados se as medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos, 3 (três) dos entrevistados responderam “todas” e os outros 4 (quatro) responderam “de 50 a 80%”.

A pergunta: “Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país?” foi respondida por somente 1 (um) Procurador, que disse que: *Há demora mas os resultados têm sido cada vez melhores, especialmente quando há diálogo direto entre as Polícias e os MPs dos diferentes países. As vítimas são revitimizadas no processo judicial e às vezes enfrentam problemas migratórios no país de destino.*

Questionados sobre qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento, os Procuradores responderam como segue:

- *Pobreza e extrema e baixa escolaridade; geralmente o aliciamento se dá -- pelo menos nos casos em que atuei -- contra vítimas pobres de cidades do interior e com baixo grau de escolaridade.*
- *Mulheres pobres com ânsia de ter uma vida financeira melhor*
- *É frequente: (a) haver: (a) prévio envolvimento com prostituição; (b) grave hipossuficiência econômica; (c) relação de parentesco com aliciador ou intermediário.*
- *É frequente haver: (a) prévio envolvimento com prostituição; (b) grave hipossuficiência econômica; (c) relação de parentesco com o aliciador ou intermediário.*
- *Promessa de fácil obtenção de dinheiro?*
- *Dependência econômica para pagamento de despesas de viagem*
- *1 - Pobreza;*
- *2 - Supremacia material.*
- *Pobreza e baixa instrução*

Solicitados a elencar de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessárias sejam sanadas para que as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis, os Procuradores informaram:

- *- Filmagem deveria ser feita em todos os flagrantes do tipo;do local*
- *- As vítimas precisam de forte apoio social do Estado para terem segurança de testemunhar;*
- *- Melhor colaboração do Estado estrangeiro que recebe as vítimas (para o flagrante; periciamento do local; colheita de testemunhos diretos, etc).*
- *Fiscalização nos aeroportos; 2. Obstar a coação de testemunhas e 3. Usar tecnologia*
- *A maior dificuldade probatória reside na dispersão e perda de contato com vítimas e testemunhas. Visando melhorar a colheita e a reprodução judicial da prova, sugere-se: 1. Norma de inclusão temporária de vítimas em programas sociais, similar à Lei Maria da Penha; 2. Criação de delegacias e varas judiciais especializadas, ainda que não exclusivas ao tema.*
- *A maior dificuldade probatória reside na dispersão e perda de contato com vítimas e testemunhas. Visando melhorar a colheita e reprodução judicial da prova, sugere-se: 1. Norma de inclusão temporária de vítimas em programas sociais, similar à Lei Maria da Penha; 2. Criação de delegacias e varas judiciais especializadas, ainda que não exclusivas ao tema.*
- *maior investimento em recursos humanos e tecnológicos;*
- *2. maior especialização dos órgãos encarregados no combate ao tráfico de pessoas;*
- *3. maior celeridade na colheita provas;*
- *4. especialização dos órgãos encarregados no combate ao tráfico de pessoas.*
- *Melhorar o rastreamento dos recursos auferidos com a prática ilícita;*
- *2. Melhorar a coleta de provas do local de destino das vítimas;*

3. No caso de exploração sexual, retratar melhor o local em que as vítimas são exploradas.

- *1 - Desburocratização do IPL; 2 - Utilização de outras técnicas especiais de investigação; 3 - Trabalho de campo mais qualificado.*
- *falta de serviço de atenção e apoio às vítimas, capacidade de identificar as vítimas e registrar documentalmente e pericialmente os eventos em relação a cada uma delas, melhoria da cooperação internacional para introdução do método direto, sem necessidade de autoridade central.*

Solicitados a informar, de seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Polícia Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas, 2 (dois) Procuradores registraram as seguintes respostas:

- *Excelente, quanto ao Estado de Goiás, onde atuei em casos do tipo.*
- *Pouca prioridade ao tema. Pouca preocupação com o rastreamento dos ativos obtidos pelas associações ou organizações criminosas.*

Questionados sobre o funcionamento dessa relação, 6 (seis) responderam ser “bom” e 2 (dois) responderam ser “excelente (atende mais de 90% das expectativas)”. Ninguém opinou ser a relação “ruim”.

Solicitados a informar, de seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Justiça Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas, 2 (dois) Procuradores registraram as seguintes respostas:

- *Embora os flagrantes seja autorizados, as penas costumam ser baixas -- atribuo isto ao machismo de nossa cultura que encara o consentimento da vítima como forte atenuante em crimes do tipo.*
- *Pouca prioridade do tema, demora das ações.*

Questionados sobre o funcionamento dessa relação, 1 (um) Procurador respondeu “ruim” e 7 (sete) responderam “bom”. Ninguém opinou ser a relação “excelente (atende mais de 90% das expectativas)”.

Perguntado sobre quais os pontos que o Procurador identifica com o afinamento ou com o distanciamento interinstitucional em relação à Polícia Federal e à Justiça Federal nas investigações de tráfico de pessoas, 1 (um) Procurador respondeu:

- *É preciso adotar critérios para a eleição de prioridades sobre a oportunidade da ação penal, a fim de que casos graves, como os de tráfico humano, possam ser prioritários; é preciso também educar os operadores de toda a justiça para lidar com o preconceito contra as vítimas*

FLUXO DE JUSTIÇA – TRÁFICO DE PESSOAS

F5 – Delegados Federais

OBJETIVO

OBTENÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

O formulário F5 – Delegados Federais foi preenchido no período de 14 a 16 de outubro de 2018, a partir de entrevistas com 4 (quatro) Delegados Federais, sendo um de Roraima (entrevistado em 3 de março de 2017), um da Bahia (entrevistado em 9 de março de 2017), um de São Paulo (entrevistado em 9 de março de 2017) e um do Ceará (entrevistado em 14 de setembro de 2018).

Em relação ao tempo em que ocupa cargo de Delegado Federal, tem-se a distribuição da tabela 6.1.

Tabela 6.1– Tempo que ocupa cargo de Delegado Federal

Tempo (em anos)	Contagem
10	1
11	2
13	1
Total	4

Metade dos delegados eram do sexo masculino e a outra metade do sexo feminino.

Somente 1 (um) Delegado respondeu positivamente quanto a haver pedido de cooperação internacional na fase judicial. Esse afirmou que a cooperação foi efetiva, com a realização de atos de diligências no curso da ação penal, com as medidas solicitadas atendidas em mais de 80%.

Dois Delegados, quando perguntados sobre qual o percentual (aproximado) das vítimas ouvidas na fase policial demonstraram, por qualquer sinal, um desejo de se afastar da prostituição, responderam:

- 0% (*nenhuma*)
- *Inquérito em fase inicial; não era prostituição*

A pergunta: “Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país?” não foi respondida por nenhum Delegado.

Questionados sobre qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento, três dos Delegados responderam como segue:

- *Desemprego e Condições econômicas*
- *Não houve*
- *Vulnerabilidade econômica*

Solicitados a elencar de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessárias sejam sanadas para que as investigações nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis, três os Delegados informaram:

- *1. Não há equipe para ajudar a autoridade policial; 2. Há carga de 200 IPLs [inquéritos] de assuntos junto; 3. Delito cujas vítimas não colaboram.*
- *1. Mais Delegados presidindo IPLs;*
2. Mais estrutura de investigação;
3. Menos IPLs de outras áreas
- *1. Treinamento; 2. Agilizar os pedidos de cooperação; 3. Divulgação do combate ao tráfico de pessoas*

Solicitados a informar, de seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com o Ministério Público Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas, nenhum Delegado respondeu a esta pergunta.

Questionados sobre o funcionamento dessa relação, 3 (três) responderam ser “ruim” e 1 (um) respondeu ser “boa”. Ninguém opinou ser a relação ser “excelente (atende mais de 90% das expectativas)”.

Solicitados a informar, de seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com o Judiciário Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas, nenhum Delegado respondeu a esta pergunta.

Questionados sobre o funcionamento dessa relação, 1 (um) Delegado respondeu “ruim” e 3 (três) responderam “bom”. Ninguém opinou ser a relação “excelente (atende mais de 90% das expectativas)”.

Perguntado sobre quais os pontos que o Procurador identifica com o afinamento ou com o distanciamento interinstitucional em relação ao Ministério Público e o Judiciário Federal nas investigações de tráfico de pessoas, 1 (um) Delegado respondeu:

- *Em geral, não há dificuldade; é bom*

FLUXO DE JUSTIÇA – TRÁFICO DE PESSOAS

F6 – Juízes Federais

OBJETIVO

OBTENÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

O formulário F6 – Juízes Federais foi preenchido a partir de entrevistas com 9 (nove) Juízes Federais Sendo um do Ceará (entrevistado em 19 de setembro de 2018), 3 (três) de Goiás (entrevistados em 28 de junho de 2017, 28 de junho de 2017 e 8 de agosto de 2017), um de Pernambuco (entrevistado em 4 de setembro de 2018), um do Rio de Janeiro (entrevistado em 26 de janeiro de 2018), um de Rondônia (entrevistado em 3 de julho de 2017) e dois de São Paulo (ambos entrevistados em 26 de janeiro de 2018).

Em relação ao tempo em que o Membro ocupa cargo no Judiciário Federal, tem-se a distribuição da tabela 7.1.

Tabela 7.1– Tempo que o Membro ocupa cargo no Judiciário Federal

Tempo (em anos)	Contagem
3	1
7	1
12	1
15	1
20	2
21	2
23	1
Total	9

Em relação ao sexo, 5 (cinco) dos Juízes são do sexo masculino e 4 (quatro) do sexo feminino.

Somente 1 (um) Juiz respondeu negativamente quanto a haver pedido de cooperação internacional na fase judicial. Dos 8 (oito) que responderam haver pedido de cooperação internacional na fase judicial, 7 (sete) afirmaram que a cooperação foi efetiva, com a realização de atos de diligências no curso da ação penal e um não respondeu a esta última pergunta.

Questionados se as medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos, 5 (cinco) responderam “de 50 a 80%”, 2 (dois) responderam “mais de 80%”, e os demais não responderam.

A pergunta: “Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país?” não foi respondida por nenhum Juiz.

Questionados sobre qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento, os Juizes responderam como segue:

- *Nenhum: 1. As que foram ouvidas em audiência não tinham vulnerabilidade (possuíam bolsas melhores); 2. havia solicitação das próprias garotas para fazer o programa, não caracterizando tráfico.*
- *1. Social (mulheres novas) e econômica;*
- *2. Havia fraude.*
- *Em São Paulo praticamente inexistente vulnerabilidade, pois a prostituição é de alto luxo.*
- *1. Precária situação financeira;*
- *2. baixa escolaridade;*
- *3. inexistência de perspectivas de ganho substancial em outra atividade.*
- *Situação financeira/desemprego*
- *Promessa de vida melhor + hipossuficiência*
- *Nos casos que julguei reparei hipóteses em que havia relação de dependência econômica da vítima com relação ao aliciador, principalmente nos casos de vítimas menores de idade.*
- *Não houve*
- *1. Ameaça a familiares, especialmente mãe e filhos*

Solicitados a elencar de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessárias sejam sanadas para que as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis, os Juizes informaram:

- *Demora para ouvir vítimas (processo "acabou por si só");*
- *2. Deveria ter sistema antecipado de provas para ouvir testemunhas em virtude da suscetibilidade de influência sentimental.*
- *Suporte e acolhimento para a vítima;*
- *2. Falta de cooperação internacional.*
- *Investir mais na cooperação internacional (muito morosa);*
- *2. Falta continuidade na investigação da organização criminosa;*
- *3. Acompanhamento para as vítimas no curso da investigação e da ação penal, não deixando-as reticentes em cooperar.*
- *Melhor descrição dos fatos na denúncia;*
- *2. deixar de denunciar pessoas que tiveram participação ancilar no evento e indicá-las como testemunhas para reforçar o conjunto probatório;*
- *3. maior rapidez no processamento da ação penal a fim de evitar que, com o decurso do tempo, as vítimas não sejam encontradas para depor.*
- *Falta de um banco de dados de aliciadores;*
- *2. ausência de troca de informações entre as polícias da União e dos Estados;*
- *3. A não comunicação às autoridades dos países dos traficantes.*
- *Mais agilidade nas cooperações jurídicas internacionais;*
- *2. custos da tradução.*

- *Falta de efetivo da Polícia Federal;*
 2. *falta de proatividade do MPF;*
 3. *Morosidade e ineficiência do Judiciário em julgar com celeridade as causas relacionadas ao tema.*
- *Contemporaneidade da apuração em relação aos fatos;*
 2. *demora excessiva no cumprimento dos atos de cooperação;*
 3. *carência de prova técnica (a acusação se fia demasiadamente em prova oral).*
- *Campanha educativa em regiões usadas;*
 2. *assistência a mulheres mães;*
 3. *proteção a vítimas e testemunhas.*

Não houve resposta para a pergunta “de seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Polícia Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas”.

Questionados sobre o funcionamento dessa relação, 2 (dois) responderam ser “bom”, 4 (quatro) responderam ser “excelente (atende mais de 90% das expectativas)” e 3 (três) opinaram ser a relação “ruim”.

Solicitados a informar, de seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com o Ministério Público Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas, um Juiz registrou a seguinte resposta:

- *Muita desistência de oitiva de testemunhas*

Questionados sobre o funcionamento dessa relação, 4 (quatro) Juízes responderam “ruim”, 3 (três) responderam “bom” e 2 (dois) opinaram ser a relação “excelente (atende mais de 90% das expectativas)”.

Não houve resposta à pergunta “quais os pontos que Vossa Excelência identifica com o afinamento ou com o distanciamento interinstitucional em relação à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal nas investigações de tráfico de pessoas”.

NOTAS TÉCNICAS

CONVENÇÃO

Sinal convencional utilizado “-”: Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

ARREDONDAMENTO DOS DADOS

O procedimento de arredondamento de dados numéricos utiliza os seguintes critérios: quando o primeiro algarismo a ser abandonado for 0, 1, 2, 3 ou 4, fica inalterado o último algarismo a permanecer; quando o primeiro algarismo a ser abandonado for 5, 6, 7, 8 ou 9, aumenta-se de uma unidade o último algarismo a permanecer.

Este tipo de procedimento pode gerar divergência entre a soma das parcelas arredondadas e o total arredondado.

Assim, neste trabalho, considere-se a seguinte observação para todas as tabelas: A eventual diferença entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

MÉDIA

A média (aritmética) é a soma das observações dividida pelo número delas.

DESVIO-PADRÃO

O desvio-padrão é a raiz quadrada positiva da variância. A variância, por sua vez, é a média aritmética dos desvios quadráticos, do quadrado dos desvios das observações individuais em relação à média. O desvio-padrão mede a dispersão dos dados em torno da média.

COEFICIENTE DE VARIAÇÃO

O coeficiente de variação é definido como sendo a razão do desvio-padrão pela média de um conjunto de dados, e também mede a dispersão, ou variabilidade, dos dados. Suas vantagens em relação ao desvio-padrão são que o coeficiente de variação é adimensional, podendo ser expresso como uma porcentagem, e, principalmente, permite a comparação da dispersão de conjuntos de dados com médias distintas, o que o torna particularmente adequado para comparar cenários em simulações de alteração no número de unidades, como é o caso desta análise. Utiliza-se normalmente a classificação do quadro 1 para o coeficiente de variação.

ESQUEMA DOS CINCO NÚMEROS

Esquema dos cinco números: mínimo, 1º quartil, mediana, 3º quartil e máximo pode ser utilizado para qualquer conjunto de dados em escala de mensuração no mínimo ordinal.

O esquema de cinco números é preferível ao uso da média e desvio padrão quando a distribuição dos dados for muito assimétrica, como é o caso, neste estudo, dos tempos de tramitação de autos.

- Mínimo (ou mínimo amostral) – é o menor valor observado;
- 1º quartil (Q1) – em uma lista ordenada de dados, o primeiro quartil (ou quartil inferior) é a medida de ordem que deixa 25% dos dados abaixo dela;
- Mediana – ou 2º quartil (Q2) em uma lista ordenada de dados, a mediana é a medida de ordem que deixa metade dos dados abaixo dela;
- 3º quartil (Q3) – em uma lista ordenada de dados, o terceiro quartil (ou quartil superior) é a medida de ordem que deixa 75% dos dados abaixo dela;
- Máximo (ou máximo amostral) – é o maior valor observado.

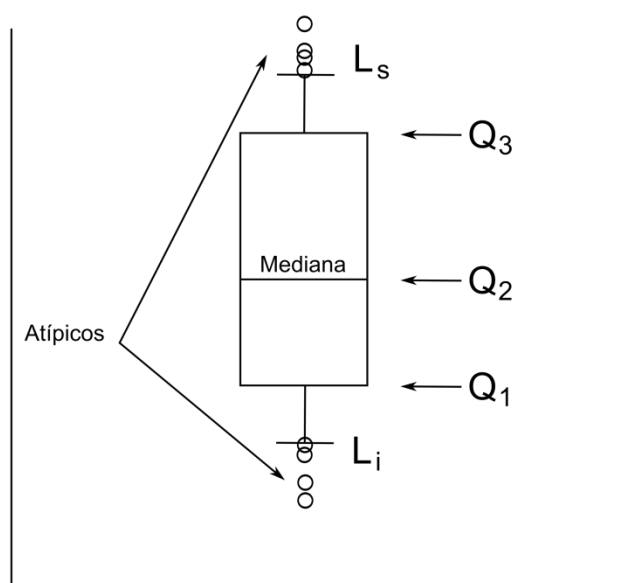
BOX PLOT

O desenho esquemático, *box plot*, *box-and-whisker plot*, ou caixa-de-bigodes (como é chamado na literatura portuguesa) é uma representação gráfica das distribuição dos dados que se utiliza do esquema dos cinco números. O box plot foi desenvolvido pelo estatístico John W. Tukey como forma de representação dos quartis.

Consideremos um retângulo onde estão representados a mediana e os quartis. A partir do retângulo, para cima, segue uma linha até o ponto mais remoto que não exceda $Ls = Q3 + (1,5) \times Dq$ (terceiro quartil mais uma vez e meia o intervalo interquartil), chamado limite superior. De modo similar, da parte inferior do retângulo, para baixo, segue uma linha até o ponto mais remoto que não seja menor do que $Li = Q1 - (1,5) \times Dq$ (primeiro quartil menos uma vez e meia o intervalo interquartil), chamado limite inferior. Os valores compreendidos entre esses dois limites são chamados valores adjacentes. As observações que estiverem acima do limite superior ou abaixo do limite inferior são chamados de pontos exteriores. Essas são observações destoantes das demais e podem ou não ser chamados de outliers ou valores atípicos.

O *box plot* dá uma ideia da posição, dispersão, assimetria, caudas e dados discrepantes.

Figura II.1 – Box plot



OUTLIER

Em estatística, *outlier*, ou valor aberrante ou valor atípico, é uma observação que apresenta um grande afastamento das demais da série (que está "fora" dela), ou que é inconsistente.

TESTE DE DIFERENÇA DE MÉDIAS

O teste t de diferença de médias, desenvolvido por Student em 1908, verifica se duas populações possuem médias iguais, sendo que a distribuição das populações não necessariamente precisam ser normais, mas que tenham variâncias iguais. Quando não se pode garantir a homoscedasticidade (variâncias iguais), utiliza-se o teste de Teste t de Welch (ou teste de Welch-Aspin), que é uma adaptação do teste t de Student para populações com variâncias possivelmente diferentes. O teste utilizado neste estudo é o de Welch.

VALOR-P

Valor-p, ou p-value, também chamado de probabilidade de significância ou nível descritivo, é a probabilidade de ocorrência de valores da estatística mais extremos do que o observado, sob a hipótese nula (de não haver diferença). Na área das ciências sociais, costuma-se utilizar nível de significância de 10% (valor- $p < 0,1$) ou 5% (valor- $p < 0,05$). Neste estudo, adotou-se o nível de significância de 5%.

TESTE DO QUI-QUADRADO

O teste qui-quadrado (χ^2) de Pearson é o teste estatístico mais antigo e um dos mais usados em pesquisa social. É um método que permite testar a significância da associação entre duas variáveis qualitativas, como também, comparar (no sentido do teste de significância) duas ou mais amostras, quando os resultados da variável resposta estão dispostos em categorias.

A estatística do teste, que designaremos por χ^2 (qui-quadrado), é uma espécie de medida de distância entre as frequências observadas e as frequências que esperaríamos encontrar em cada célula, na suposição das variáveis serem independentes. A estatística do teste é definida por

$$\chi^2 = \sum_{ij} \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

onde O_{ij} são os valores observados em cada célula (ou casela, que é o cruzamento de linha e coluna em uma tabela de contingência) e E_{ij} os valores esperados sob a hipótese de independência.

TESTE EXATO DE FISHER

O teste de probabilidade exata de Fisher é um teste de significância estatística utilizado na análise de tabelas de contingência. Embora na prática ele seja empregado quando os tamanhos das amostras são pequenos e em tabelas 2 x 2, é válido para todos os tamanhos de amostra. Seu nome é em homenagem a Ronald Fisher, e é um de uma classe de testes exatos, assim chamados por conta da significância do desvio de uma hipótese nula poder ser calculado exatamente, e não por aproximação assintótica. O valor-p do teste é calculado como se as margens da tabela fossem fixas, o que leva, sob a hipótese nula de independência a uma distribuição hipergeométrica dos números das células da tabela.

COEFICIENTE DE CONTINGÊNCIA

Para dados categorizados, dispostos em tabela de contingência, utilizou-se o coeficiente de contingência, definido por:

$$C^* = \sqrt{\frac{k \cdot \chi^2}{(k-1)(n + \chi^2)}}$$
, onde χ^2 é a estatística Qui-quadrado, k é o menor entre o número de colunas e linhas da tabela de contingência, e n é o tamanho da amostra (total geral da tabela).

O coeficiente de contingência mede o grau de associação em uma tabela de contingência. C^* está sempre entre 0 e 1, e sua interpretação é idêntica à do coeficiente de correlação de Pearson, conforme regra abaixo:

Quadro II.1 – Interpretação do coeficiente de correlação

Valor de r (ou C^*)	Interpretação
0,00 a 0,19	... bem fraca
0,20 a 0,39	... fraca
0,40 a 0,69	correlação... moderada
0,70 a 0,89	... forte
0,90 a 1,00	... muito forte

Os cálculos do coeficiente de contingência foram realizados através do software livre R176, utilizando-se da seguinte função, onde x é a tabela de contingência:

```
contingencia <- function (x) {
  k<-min(dim(x));
  xsq<-chisq.test(x)$statistic;
  pvalor<-chisq.test(x)$p.value;
  n<-sum(x);
  ce<-sqrt((k*xsq)/((k-1)*(n+xsq)));
  print(x);
  print(pvalor);
  print(ce);
  return() }
```

¹⁷⁶ www.r-project.org

AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES

Na amostragem aleatória simples, cada elemento da população possui igual probabilidade de ser escolhido. É a forma mais elementar de amostragem probabilística.

Embora seja, conceitualmente, a mais simples, nem sempre é a mais fácil de ser implementada na prática, em especial para populações grandes.

AMOSTRAGEM SISTEMÁTICA

Dada uma população de dimensão N , ordenada por algum critério de interesse, obtém-se uma amostra de dimensão n , escolhendo-se aleatoriamente um elemento entre os k primeiros, onde k é a parte inteira do quociente N/n . A partir desse elemento, seleciona-se todos os k -ésimos elementos da população para pertencer à amostra.

De fácil implementação, a amostragem sistemática é uma alternativa amplamente utilizada para o sorteio de amostras estratificadas sob o critério de proporcionalidade para a variável(is) classificada(s).

REFERÊNCIAS

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais* – 7ª Edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

BUSSAB, Wilton de O. e Morettin, Pedro A. *Estatística Básica* – 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

COCHRAN, William G., *Sampling Techniques* – 3rd Edition. New York: John Willey & Sons. 1977.

COSTA, Arthur Trindade M. et alii, *A investigação e a persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos: uma pesquisa empírica no sistema de justiça federal. Tomo I*. Brasília: ESMPU, 2016.

IBGE. *Normas de Apresentação Tabular*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: IBGE. 1993.

MAGALHÃES, Marcos Nascimento e Lima, Antonio Carlos Pedroso de. *Noções de Probabilidade e Estatística*. São Paulo: Editora da USP, 2010.

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. *Breve História da Estatística*. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. *Estatística Básica – Volume 2 - Inferência*. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

ROCHA, Marcos Vinicius da. *Curso de Estatística*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972.

SIEGER, Sidney e Castellan, N. John. *Estatística Não-paramétrica para Ciências do Comportamento* – 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, Nilza Nunes da. *Amostragem Probabilística*. São Paulo: Editora da USP, 2001.

ANEXO I

F1 - Fluxo de Justiça - Tráfico de Pessoas

*Obrigatório

1. TRF/Seção Judiciária *

- () TRF1/AC
- () TRF1/AM
- () TRF1/AP
- () TRF1/BA
- () TRF1/DF
- () TRF1/GO
- () TRF1/MA
- () TRF1/MT
- () TRF1/MG
- () TRF1/PA
- () TRF1/PI
- () TRF1/RO
- () TRF1/RR
- () TRF1/TO
- () TRF2/ES
- () TRF2/RJ
- () TRF3/MS
- () TRF3/SP
- () TRF4/PR
- () TRF4/RS
- () TRF4/SC
- () TRF5/AL
- () TRF5/CE
- () TRF5/PB
- () TRF5/PE
- () TRF5/RN
- () TRF5/SE

2. Número de autuação na Justiça Federal _____

3. Inquérito Policial da PF correspondente _____

4. Data de autuação do processo __/__/____

5. Data do recebimento da denúncia __/__/____

6. Data da sentença __/__/____

7. Data de interposição de recurso __/__/____

8. Data de julgamento de recurso __/__/____

9. Número do recurso (se houve Recurso Especial ou Recurso Extraordinário) _____

10. Número de DENUNCIADOS em primeira Instância _____

11. Número de CONDENADOS em primeira instância _____

12. Valor das penas impostas por condenado _____

13. Número de recorrentes _____
14. Data do recebimento do recurso de apelação __/__/____
15. Data do julgamento do recurso de apelação em segunda instância __/__/____
16. Número de CONDENADOS em segunda instância _____
17. Número de ABSOLVIDOS em segunda instância _____
18. Valor das penas impostas em segunda instância por condenado _____
19. Tipo(s) penal(is) contido(s) na denúncia
 () CP art. 231 (tráfico de pessoa)
 () CP art 288 (associação criminosa)
 () Outro: _____
20. Tipo(s) penal(is) contido(s) no acórdão penal condenatório de segunda instância
 () CP art. 231 (tráfico de pessoa)
 () CP art 288 (associação criminosa)
 () Outro: _____
21. Data do trânsito em julgado __/__/____

ANEXO II

F2 - Pesquisa Tráfico de Pessoas

*Obrigatório

1. Número do processo * _____

2. Juízo criminal _____

3. Seção judiciária

- ☐ BA
- ☐ CE
- ☐ GO
- ☐ PA
- ☐ PE
- ☐ PR
- ☐ RJ
- ☐ SC
- ☐ SP

4. Pesquisador _____

Informações sobre a fase policial

(ATENÇÃO: Analise apenas as informações do IPL)

5. Número do IPL _____

6. Data do início da investigação __/__/____

7. Houve abertura de Inquérito Policial?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Se sim, indique o procedimento de investigação/apuração do fato e a instituição responsável:

9. Data de abertura do Inquérito Policial __/__/____

10. Inquérito Policial iniciado por

- ☐ Flagrante
- ☐ Portaria
- ☐ Outro: _____

11. Fonte da informação que motivou a abertura do IPL

- ☐ Notitia criminis anônima
- ☐ Notícia criminis de pessoa identificada como vítima
- ☐ Investigação policial em outro procedimento (encontro fortuito de provas)
- ☐ Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo
- ☐ MPF
- ☐ MPE
- ☐ Autoridade policial (corporação policial) estrangeira
- ☐ Notitia criminis de pessoa não identificada como vítima
- ☐ Outro: _____

12. Crime cometido por mais de um réu?
☐ Não
☐ Sim
13. Se sim, houve caracterização de associação criminosa ou de organização criminosa?
☐ Não
☐ Sim
14. Houve interceptação telefônica?
☐ Não
☐ Sim
15. Houve quebra de sigilo bancário?
☐ Não
☐ Sim
16. Houve solicitação de Perícia na fase policial?
☐ Não
☐ Sim
17. Se sim, quais os tipos de perícia que foram realizadas na fase policial? _____
18. Vítima solicitou deferimento de serviço de proteção a testemunhas?
☐ Não
☐ Sim
19. Se sim, qual estrutura foi demandada? _____
20. Houve deferimento do serviço de proteção solicitado?
☐ Não
☐ Sim
21. Houve deferimento de serviço de proteção em outro país?
☐ Não
☐ Sim
22. Se sim, qual estrutura foi demandada? _____
23. Houve pedido de dilação (extensão) do prazo para a conclusão do IPL?
☐ Sim
☐ Não
24. Quantas vezes? _____
25. Se houve, quantas vezes ocorreu mudança de presidência nos inquéritos? _____
26. Houve pedido de cooperação internacional na fase policial?
☐ Não
☐ Sim
27. O DRCI foi demandado no pedido de cooperação na fase policial?
☐ Não
☐ Sim
28. A cooperação internacional da parte do(s) outro(s) país(íses) envolvido(s) foi efetiva, com a realização de atos de investigação em conjunto?
☐ Não
☐ Sim

29. Se SIM, especifique as diligências realizadas pela polícia de destino a pedido da autoridade policial no Brasil. _____

30. Houve o envio de policiais federais brasileiros ao país de destino das vítimas para atuar como observadores no dia do cumprimento dos mandados de busca e/ou prisão no Brasil e/ou no exterior?

- ☐ Não
☐ Sim

31. Houve o recebimento de policiais de outros países para atuarem no Brasil em investigação conjunta?

- ☐ Não
☐ Sim

32. Quantas vítimas foram ouvidas na fase policial: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO CRIMINAL

(ATENÇÃO: Analise apenas as informações da fase do processo)

33. Houve denúncia?

- ☐ Não
☐ Sim

34. Todas as testemunhas ouvidas na fase inquisitorial foram localizadas e ouvidas na fase judicial?

- ☐ Não
☐ Sim

35. As medidas de cooperação solicitadas a outros países via polícia judiciária foram atendidas e juntadas aos autos?

- ☐ Nenhuma
☐ Menos de 50%
☐ Entre 51% e 80%
☐ Mais de 80%
☐ Todas

36. Houve necessidade de retirada dos réus da sala de audiências quando da oitiva das vítimas?

- ☐ Não
☐ Sim

37. Houve sentença penal condenatória?

- ☐ Não
☐ Sim

38. Em caso afirmativo, houve o reconhecimento de ameaça e/ou fraude no aliciamento?

- ☐ Não
☐ Sim

39. Nome do réu 1 _____

40. Pena em primeiro grau do réu 1 _____

41. Pena em segundo grau do réu 1 _____

42. Nome do réu 2 _____

43. Pena em primeiro grau do réu 2 _____

44. Pena em segundo grau do réu 2 _____

45. Nome do réu 3 _____
46. Pena em primeiro grau do réu 3 _____
47. Pena em segundo grau do réu 3 _____
48. Nome do réu 4 _____
49. Pena em primeiro grau do réu 4 _____
50. Pena em segundo grau do réu 4 _____
51. Nome do réu 5 _____
52. Pena em primeiro grau do réu 5 _____
53. Pena em segundo grau do réu 5 _____
54. Nome do réu 6 _____
55. Pena em primeiro grau do réu 6 _____
56. Pena em segundo grau do réu 6 _____
57. Nome do réu 7 _____
58. Pena em primeiro grau do réu 7 _____
59. Pena em segundo grau do réu 7 _____
60. Nome do réu 8 _____
61. Pena em primeiro grau do réu 8 _____
62. Pena em segundo grau do réu 8 _____
63. Nome do réu 9 _____
64. Pena em primeiro grau do réu 9 _____
65. Pena em segundo grau do réu 9 _____
66. Houve desmembramento da ação penal?
() Não
() Sim
67. Qual a razão do arquivamento? (Deve indicar mais de uma alternativa se for o caso)
[] Ausência de crime (ATIPICIDADE)
[] Ausência de provas
[] Prejudicado
[] Causa de extinção de culpabilidade
[] Causa de extinção de punibilidade
[] Outro: _____
68. Se houve extinção de culpabilidade, indique qual: _____
69. Se houve extinção de punibilidade, indique qual: _____

ANEXO III

F3 - Perfil da vítima - Tráfego de pessoas

*Obrigatório

1. Processo número: * _____

1.1. Seção judiciária*

- ☐ BA
- ☐ CE
- ☐ GO
- ☐ PA
- ☐ PE
- ☐ PR
- ☐ RJ
- ☐ SC
- ☐ SP

2. Vítima número: * _____

3. Nome da vítima: _____

4. Idade da vítima (informe apenas o número de anos): _____

5. Cor ou raça:

- ☐ Branca
- ☐ Parda
- ☐ Preta
- ☐ Indígena
- ☐ Amarela

6. Grau de Instrução:

- ☐ Não alfabetizada
- ☐ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo

7. Estado civil

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Separado(a)

8. Estado civil dos pais

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Separado(a)

9. Número de filhos _____

10. A vítima estava empregada na época do aliciamento?

- ☐ Não
☐ Sim

11. Situação financeira (renda familiar mensal)

- ☐ Até R\$ 800,00
☐ De R\$ 801,00 a R\$ 1.500,00
☐ De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00
☐ Acima de R\$ 3.000,00

12. Houve algum sinal evidente de vulnerabilidade da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento? Qual a situação de vulnerabilidade? _____

13. Houve emprego de VIOÊNCIA contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento?

- ☐ Não
☐ Sim

14. Houve emprego de GRAVE AMEAÇA contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento?

- ☐ Não
☐ Sim

15. Houve emprego de FRAUDE contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento?

- ☐ Não
☐ Sim

16. O aliciador era ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância sobre ela?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não
☐ Sim

17. A vítima testemunha na fase judicial foi localizada?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não
☐ Sim

18. Se a vítima não foi localizada, qual(is) o(s) motivo(s)?

- ☐ Fuga por ameaça
☐ Temor por repulsa pública ou familiar à prática da prostituição
☐ Revitimização
☐ Mudança de endereço sem registro
☐ Outro: _____

19. Qual a pretensão da vítima?

- ☐ Continuar na prostituição
☐ Casar-se e estabilizar-se no país de destino
☐ Outro: _____

ANEXO IV

F4 – Questionário – Procuradores da República

*Obrigatório

1. Identificação do entrevistado (número): * _____
2. Identificação do entrevistado (Estado): * _____
3. Data da entrevista __/__/____
4. Há quanto tempo ocupa cargo de Membro no Ministério Público Federal? (anos) _____
5. Indique qual seu gênero:
☐ Masculino
☐ Feminino
6. Em geral, houve pedido de cooperação internacional na fase judicial?
☐ Não
☐ Sim
7. A cooperação internacional da parte do(s) outro(s) país(es) envolvido(s) foi efetiva, com realização de atos de diligências no curso da ação penal?
☐ Não
☐ Sim
8. As medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos?
☐ Nenhuma
☐ Menos de 50%
☐ Entre 51% e 80%
☐ Mais de 80%
☐ Todas
9. Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país? _____
10. Qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento? _____
11. Elenque de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessárias sejam sanadas para que as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis. _____
12. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Polícia Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____
13. Como está funcionando essa relação?
☐ Ruim
☐ Bom
☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

14. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Justiça Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____

15. Como está funcionando essa relação?

- ☐ Ruim
- ☐ Bom
- ☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

ANEXO V

F5 – Questionário – Delegados Federais

*Obrigatório

1. Identificação do entrevistado (número): * _____
2. Identificação do entrevistado (Estado): * _____
3. Data da entrevista __/__/____
4. Há quanto tempo ocupa cargo de Delegado Federal? (anos) _____
5. Indique qual seu gênero:
☐ Masculino
☐ Feminino
6. Em geral, houve pedido de cooperação internacional na fase judicial?
☐ Não
☐ Sim
7. A cooperação internacional da parte do(s) outro(s) país(es) envolvido(s) foi efetiva, com realização de atos de diligências no curso da ação penal?
☐ Não
☐ Sim
8. As medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos na fase da investigação?
☐ Nenhuma
☐ Menos de 50%
☐ Entre 51% e 80%
☐ Mais de 80%
☐ Todas
9. Aproximadamente qual percentual das vítimas ouvidas na fase policial demonstraram, por qualquer sinal, um desejo de se afastar da prostituição? _____
10. Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país? _____
11. Qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento? _____
12. Elenque de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessárias sejam sanadas para que as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis. _____
13. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com o Ministério Público Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____
14. Como está funcionando essa relação?
☐ Ruim
☐ Bom
☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

15. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com o Judiciário Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____

16. Como está funcionando essa relação?

☐ Ruim

☐ Bom

☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

17. Quais são os pontos que Vossa Excelência identifica com o afinamento ou com o distanciamento interinstitucional em relação ao Ministério Público e o Judiciário Federal nas investigações de tráfico de pessoas? _____

ANEXO VI

F6 – Questionário – Juízes Federais

*Obrigatório

1. Identificação do entrevistado (número): * _____
2. Identificação do entrevistado (Estado): * _____
3. Data da entrevista ____/____/____
4. Há quanto tempo ocupa cargo de Membro do Judiciário Federal? (anos) _____
5. Indique qual seu gênero:
☐ Masculino
☐ Feminino
6. Em geral, houve pedido de cooperação internacional na fase judicial?
☐ Não
☐ Sim
7. A cooperação internacional da parte do(s) outro(s) país(es) envolvido(s) foi efetiva, com realização de atos de diligências no curso da ação penal?
☐ Não
☐ Sim
8. As medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos na fase da investigação?
☐ Nenhuma
☐ Menos de 50%
☐ Entre 51% e 80%
☐ Mais de 80%
☐ Todas
9. Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país? _____
10. Qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento? _____
11. Elenque de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessárias sejam sanadas para que as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis. _____
12. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Polícia Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____
13. Como está funcionando essa relação?
☐ Ruim
☐ Bom
☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

14. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com o Ministério Público Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____

15. Como está funcionando essa relação?

☐ Ruim

☐ Bom

☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

16. Quais são os pontos que Vossa Excelência identifica com o afinamento ou com o distanciamento interinstitucional em relação à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal nas investigações de tráfico de pessoas? _____

APÊNDICE B – F1 – FLUXO DE JUSTIÇA – TRÁFICO DE PESSOAS
(FASE QUANTITATIVA)

F1 - Fluxo de Justiça - Tráfico de Pessoas

***Obrigatório**

1. TRF/Seção Judiciária *

- ☐ TRF1/AC
- ☐ TRF1/AM
- ☐ TRF1/AP
- ☐ TRF1/BA
- ☐ TRF1/DF
- ☐ TRF1/GO
- ☐ TRF1/MA
- ☐ TRF1/MT
- ☐ TRF1/MG
- ☐ TRF1/PA
- ☐ TRF1/PI
- ☐ TRF1/RO
- ☐ TRF1/RR
- ☐ TRF1/TO
- ☐ TRF2/ES
- ☐ TRF2/RJ
- ☐ TRF3/MS
- ☐ TRF3/SP
- ☐ TRF4/PR
- ☐ TRF4/RS
- ☐ TRF4/SC
- ☐ TRF5/AL
- ☐ TRF5/CE
- ☐ TRF5/PB
- ☐ TRF5/PE
- ☐ TRF5/RN
- ☐ TRF5/SE

2. Número de autuação na Justiça Federal _____

3. Inquérito Policial da PF correspondente _____

4. Data de autuação do processo __/__/____

5. Data do recebimento da denúncia __/__/____

6. Data da sentença __/__/____

7. Data de interposição de recurso __/__/____

8. Data de julgamento de recurso __/__/____
9. Número do recurso (se houve Recurso Especial ou Recurso Extraordinário)

10. Número de DENUNCIADOS em primeira Instância _____
11. Número de CONDENADOS em primeira instância _____
12. Valor das penas impostas por condenado _____
13. Número de recorrentes _____
14. Data do recebimento do recurso de apelação __/__/____
15. Data do julgamento do recurso de apelação em segunda instância __/__/____
16. Número de CONDENADOS em segunda instância _____
17. Número de ABSOLVIDOS em segunda instância _____
18. Valor das penas impostas em segunda instância por condenado _____
19. Tipo(s) penal(is) contido(s) na denúncia
 () CP art. 231 (tráfico de pessoa)
 () CP art 288 (associação criminosa)
 () Outro: _____
20. Tipo(s) penal(is) contido(s) no acórdão penal condenatório de segunda instância
 () CP art. 231 (tráfico de pessoa)
 () CP art 288 (associação criminosa)
 () Outro: _____
21. Data do trânsito em julgado __/__/____

APÊNDICE C – F2 - FLUXO DE JUSTIÇA – TRÁFICO DE PESSOAS
(FASE QUALITATIVA)

F2 - Pesquisa Tráfico de Pessoas

***Obrigatório**

1. Número do processo * _____

2. Juízo criminal _____

3. Seção judiciária

- ☐ BA
- ☐ CE
- ☐ GO
- ☐ PA
- ☐ PE
- ☐ PR
- ☐ RJ
- ☐ SC
- ☐ SP

4. Pesquisador _____

Informações sobre a fase policial
(ATENÇÃO: Analise apenas as informações do IPL)

5. Número do IPL _____

6. Data do início da investigação __/__/____

7. Houve abertura de Inquérito Policial?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Se sim, indique o procedimento de investigação/apuração do fato e a instituição responsável:

9. Data de abertura do Inquérito Policial __/__/____

10. Inquérito Policial iniciado por

- ☐ Flagrante
- ☐ Portaria
- ☐ Outro: _____

11. Fonte da informação que motivou a abertura do IPL

- ☐ Notitia criminis anônima

- ☐ Notícia crimis de pessoa identificada como vítima
- ☐ Investigação policial em outro procedimento (encontro fortuito de provas)
- ☐ Desdobramento de outra investigação interna em que se apura crime análogo
- ☐ MPF
- ☐ MPE
- ☐ Autoridade policial (corporação policial) estrangeira
- ☐ Notitia crimis de pessoa não identificada como vítima
- ☐ Outro: _____

12. Crime cometido por mais de um réu?

- ☐ Não
- ☐ Sim

13. Se sim, houve caracterização de associação criminosa ou de organização criminosa?

- ☐ Não
- ☐ Sim

14. Houve interceptação telefônica?

- ☐ Não
- ☐ Sim

15. Houve quebra de sigilo bancário?

- ☐ Não
- ☐ Sim

16. Houve solicitação de Perícia na fase policial?

- ☐ Não
- ☐ Sim

17. Se sim, quais os tipos de perícia que foram realizadas na fase policial? _____

18. Vítima solicitou deferimento de serviço de proteção a testemunhas?

- ☐ Não
- ☐ Sim

19. Se sim, qual estrutura foi demandada? _____

20. Houve deferimento do serviço de proteção solicitado?

- ☐ Não
- ☐ Sim

21. Houve deferimento de serviço de proteção em outro país?

- ☐ Não
- ☐ Sim

22. Se sim, qual estrutura foi demandada? _____

23. Houve pedido de dilação (extensão) do prazo para a conclusão do IPL?

- ☐ Sim
- ☐ Não

24. Quantas vezes? _____

25. Se houve, quantas vezes ocorreu mudança de presidência nos inquéritos? _____

26. Houve pedido de cooperação internacional na fase policial?

☐ Não

☐ Sim

27. O DRCI foi demandado no pedido de cooperação na fase policial?

☐ Não

☐ Sim

28. A cooperação internacional da parte do(s) outro(s) país(íses) envolvido(s) foi efetiva, com a realização de atos de investigação em conjunto?

☐ Não

☐ Sim

29. Se SIM, especifique as diligências realizadas pela polícia de destino a pedido da autoridade policial no Brasil. _____

30. Houve o envio de policiais federais brasileiros ao país de destino das vítimas para atuar como observadores no dia do cumprimento dos mandados de busca e/ou prisão no Brasil e/ou no exterior?

☐ Não

☐ Sim

31. Houve o recebimento de policiais de outros países para atuarem no Brasil em investigação conjunta?

☐ Não

☐ Sim

32. Quantas vítimas foram ouvidas na fase policial: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO CRIMINAL

(ATENÇÃO: Analise apenas as informações da fase do processo)

33. Houve denúncia?

☐ Não

☐ Sim

34. Todas as testemunhas ouvidas na fase inquisitorial foram localizadas e ouvidas na fase judicial?

☐ Não

☐ Sim

35. As medidas de cooperação solicitadas a outros países via polícia judiciária foram atendidas e juntadas aos autos?

☐ Nenhuma

☐ Menos de 50%

- ☐ Entre 51% e 80%
- ☐ Mais de 80%
- ☐ Todas

36. Houve necessidade de retirada dos réus da sala de audiências quando da oitiva das vítimas?

- ☐ Não
- ☐ Sim

37. Houve sentença penal condenatória?

- ☐ Não
- ☐ Sim

38. Em caso afirmativo, houve o reconhecimento de ameaça e/ou fraude no aliciamento?

- ☐ Não
- ☐ Sim

39. Nome do réu 1 _____

40. Pena em primeiro grau do réu 1 _____

41. Pena em segundo grau do réu 1 _____

42. Nome do réu 2 _____

43. Pena em primeiro grau do réu 2 _____

44. Pena em segundo grau do réu 2 _____

45. Nome do réu 3 _____

46. Pena em primeiro grau do réu 3 _____

47. Pena em segundo grau do réu 3 _____

48. Nome do réu 4 _____

49. Pena em primeiro grau do réu 4 _____

50. Pena em segundo grau do réu 4 _____

51. Nome do réu 5 _____

52. Pena em primeiro grau do réu 5 _____

53. Pena em segundo grau do réu 5 _____

54. Nome do réu 6 _____

55. Pena em primeiro grau do réu 6 _____

56. Pena em segundo grau do réu 6 _____
57. Nome do réu 7 _____
58. Pena em primeiro grau do réu 7 _____
59. Pena em segundo grau do réu 7 _____
60. Nome do réu 8 _____
61. Pena em primeiro grau do réu 8 _____
62. Pena em segundo grau do réu 8 _____
63. Nome do réu 9 _____
64. Pena em primeiro grau do réu 9 _____
65. Pena em segundo grau do réu 9 _____
66. Houve desmembramento da ação penal?
 () Não
 () Sim
67. Qual a razão do arquivamento? (Deve indicar mais de uma alternativa se for o caso)
 [] Ausência de crime (ATIPICIDADE)
 [] Ausência de provas
 [] Prejudicado
 [] Causa de extinção de culpabilidade
 [] Causa de extinção de punibilidade
 [] Outro: _____
68. Se houve extinção de culpabilidade, indique qual: _____
69. Se houve extinção de punibilidade, indique qual: _____

APÊNDICE D - F3 – PERFIL DA VÍTIMA – TRÁFICO DE PESSOAS
(FASE QUALITATIVA)

F3 - Perfil da vítima - Tráfico de pessoas

***Obrigatório**

1. Processo número: * _____

1.1. Seção judiciária*

- ☐ BA
- ☐ CE
- ☐ GO
- ☐ PA
- ☐ PE
- ☐ PR
- ☐ RJ
- ☐ SC
- ☐ SP

2. Vítima número: * _____

3. Nome da vítima: _____

4. Idade da vítima (informe apenas o número de anos): _____

5. Cor ou raça:

- ☐ Branca
- ☐ Parda
- ☐ Preta
- ☐ Indígena
- ☐ Amarela

6. Grau de Instrução:

- ☐ Não alfabetizada
- ☐ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo

7. Estado civil

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Separado(a)

8. Estado civil dos pais

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Separado(a)

9. Número de filhos _____

10. A vítima estava empregada na época do aliciamento?

- ☐ Não
- ☐ Sim

11. Situação financeira (renda familiar mensal)

- ☐ Até R\$ 800,00
- ☐ De R\$ 801,00 a R\$ 1.500,00
- ☐ De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00
- ☐ Acima de R\$ 3.000,00

12. Houve algum sinal evidente de vulnerabilidade da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento? Qual a situação de vulnerabilidade? _____

13. Houve emprego de VIOLÊNCIA contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento?

- ☐ Não
- ☐ Sim

14. Houve emprego de GRAVE AMEAÇA contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento?

- ☐ Não
- ☐ Sim

15. Houve emprego de FRAUDE contra a vítima ou um de seus familiares no curso do aliciamento?

- ☐ Não
- ☐ Sim

16. O aliciador era ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância sobre ela?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não
- ☐ Sim

17. A vítima testemunha na fase judicial foi localizada?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não
- ☐ Sim

18. Se a vítima não foi localizada, qual(is) o(s) motivo(s)?

- ☐ Fuga por ameaça
- ☐ Temor por repulsa pública ou familiar à prática da prostituição
- ☐ Revitimização
- ☐ Mudança de endereço sem registro
- ☐ Outro: _____

19. Qual a pretensão da vítima?

- ☐ Continuar na prostituição
- ☐ Casar-se e estabilizar-se no país de destino
- ☐ Outro: _____

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO TSH – PROCURADORES DA REPÚBLICA

F4 – Questionário – Procuradores da República

***Obrigatório**

1. Identificação do entrevistado (número): * _____
2. Identificação do entrevistado (Estado): * _____
3. Data da entrevista __/__/____
4. Há quanto tempo ocupa cargo de Membro no Ministério Público Federal? (anos)

5. Indique qual seu gênero:
☐ Masculino
☐ Feminino
6. Em geral, houve pedido de cooperação internacional na fase judicial?
☐ Não
☐ Sim
7. A cooperação internacional da parte do(s) outro(s) país(es) envolvido(s) foi efetiva, com realização de atos de diligências no curso da ação penal?
☐ Não
☐ Sim
8. As medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos?
☐ Nenhuma
☐ Menos de 50%
☐ Entre 51% e 80%
☐ Mais de 80%
☐ Todas
9. Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país? _____
10. Qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento? _____
11. Elenque de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessárias sejam sanadas para que as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis. _____
12. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a

Polícia Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____

13. Como está funcionando essa relação?

- ☐ Ruim
- ☐ Bom
- ☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

14. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Justiça Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____

15. Como está funcionando essa relação?

- ☐ Ruim
- ☐ Bom
- ☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO TSH – DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL**F5 – Questionário – Delegados Federais*****Obrigatório**

1. Identificação do entrevistado (número): * _____
2. Identificação do entrevistado (Estado): * _____
3. Data da entrevista __/__/____
4. Há quanto tempo ocupa cargo de Delegado Federal? (anos) _____
5. Indique qual seu gênero:
☐ Masculino
☐ Feminino
6. Em geral, houve pedido de cooperação internacional na fase judicial?
☐ Não
☐ Sim
7. A cooperação internacional da parte do(s) outro(s) país(es) envolvido(s) foi efetiva, com realização de atos de diligências no curso da ação penal?
☐ Não
☐ Sim
8. As medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos na fase da investigação?
☐ Nenhuma
☐ Menos de 50%
☐ Entre 51% e 80%
☐ Mais de 80%
☐ Todas
9. Aproximadamente qual percentual das vítimas ouvidas na fase policial demonstraram, por qualquer sinal, um desejo de se afastar da prostituição? _____
10. Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país? _____
11. Qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento? _____
12. Elenque de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessárias sejam sanadas para que as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis. _____

13. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com o Ministério Público Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____

14. Como está funcionando essa relação?

- ☐ Ruim
- ☐ Bom
- ☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

15. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com o Judiciário Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____

16. Como está funcionando essa relação?

- ☐ Ruim
- ☐ Bom
- ☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

17. Quais são os pontos que Vossa Excelência identifica com o afinamento ou com o distanciamento interinstitucional em relação ao Ministério Público e o Judiciário Federal nas investigações de tráfico de pessoas? _____

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO TSH – JUÍZES FEDERAIS

F6 – Questionário – Juízes Federais

***Obrigatório**

1. Identificação do entrevistado (número): * _____
2. Identificação do entrevistado (Estado): * _____
3. Data da entrevista __/__/____
4. Há quanto tempo ocupa cargo de Membro do Judiciário Federal? (anos) _____
5. Indique qual seu gênero:
☐ Masculino
☐ Feminino
6. Em geral, houve pedido de cooperação internacional na fase judicial?
☐ Não
☐ Sim
7. A cooperação internacional da parte do(s) outro(s) país(es) envolvido(s) foi efetiva, com realização de atos de diligências no curso da ação penal?
☐ Não
☐ Sim
8. As medidas de cooperação solicitadas a outros países via cooperação jurídica foram atendidas e juntadas aos autos na fase da investigação?
☐ Nenhuma
☐ Menos de 50%
☐ Entre 51% e 80%
☐ Mais de 80%
☐ Todas
9. Em geral, há pedido de cooperação? Quando há, quais são os impactos que isso traz para a persecução penal: demora mais, o resultado é melhor, qual o tratamento que as vítimas estão recebendo, varia de país a país? _____
10. Qual o principal sinal evidente de vulnerabilidade (se houve) da vítima em relação ao aliciador durante o aliciamento? _____
11. Elenque de forma objetiva no máximo três carências, por ordem de prioridade, que entende necessárias sejam sanadas para que as ações penais nos crimes de tráfico de pessoas sejam mais ágeis. _____
12. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com a Polícia Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____

13. Como está funcionando essa relação?

- ☐ Ruim
- ☐ Bom
- ☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

14. De seu ponto de vista, quais são as dificuldades que encontra na relação do trabalho com o Ministério Público Federal em relação às investigações de tráfico de pessoas? _____

15. Como está funcionando essa relação?

- ☐ Ruim
- ☐ Bom
- ☐ Excelente (atende mais de 90% das expectativas)

16. Quais são os pontos que Vossa Excelência identifica com o afinamento ou com o distanciamento interinstitucional em relação à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal nas investigações de tráfico de pessoas? _____

APÊNDICE H – CLASSES JUDICIÁRIAS DE CLASSIFICAÇÃO CONFORME TAXONOMIA DO CNMP

Tabela 2 – Grupo INQUÉRITO POLICIAL

CLASSES DO GRUPO IP	CONTAGEM
INQUÉRITO	31
INQUÉRITO POLICIAL	259
INQUÉRITO POLICIAL ORIGEM POLICIA FEDERA	6
INQUÉRITO POLICIAL QUE TRAMITA SÓ ENTRE MPF E PF	2
INQUÉRITO/DENÚNCIA/QUEIXA/NOTICIA CRIME/REPRESENTA	2
INQUÉRITOS POLICIAIS	5
PROCED INVEST MP	4
PROCED INVEST MP (PEÇAS INFO)	7
PROCED. INVEST. MP (PECAS INFO)	3
PROCEDIMENTO CRIMINAL COMUM	1
PROCEDIMENTO CRIMINAL DIVERSO	3
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	5
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP	3
Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)	2
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PI)	1
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO MP -PEÇA DE INFORMAÇÃO	9
PROCEDIMENTOS CRIMINAIS DIVERSOS	6
PROCEDIMENTOS INVESTIGAT. DO MP (PEÇAS DE INFORM.)	1
PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DO MP (CRIMINAL)	1
PROCEDIMENTOS PENAIIS	2
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	7
TERMO CIRCUNSTÂNCIADO	1
TOTAL	361

Fonte: Autor.

Tabela 3 – Grupo MEDIDAS CAUTELARES

CLASSES DO GRUPO MC	CONTAGEM
MED CAUT QUEBRA SIGILO DADOS TELEFÔNICOS	1
MEDIDA CAUT. DE QUEBRA DE SIGILO/DADOS/TELEFÔNICO	1
MEDIDA CAUTELAR	1
MEDIDA CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO	1
MEDIDA CAUTELAR PENAL DE BUSCA E APREENSÃO	3

PEDIDO DE PRISÃO TEMPORÁRIA	1
PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	3
PRISÃO EM FLAGRANTE	1
PRISÃO EM FLAGRANTE - COMUNICAÇÃO	2
PRISÃO PREVENTIVA	3
QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICOS	1
TOTAL	18

Fonte: Autor.

Tabela 4 – Grupo AÇÃO PENAL

CLASSES DO GRUPO AP	CONTAGEM
AÇÃO CRIMINAL	1
AÇÃO PENAL	49
Ação Penal - Procedimento Ordinário	2
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	1
AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JUIZ SINGULAR	2
AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI	1
AÇÃO PENAL PÚBLICA	2
AÇÃO PENAL PÚBLICA - DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO	2
AÇÃO PENAL PÚBLICA - PROCEDIMENTO CRIMINAL COMUM	5
AÇÃO PENAL PÚBLICA - PROCEDIMENTO PENAL COMUM	5
AÇÃO PENAL PÚBLICA - PROCESSO COMUM	2
AÇÃO PENAL PÚBLICA - PROCESSO COMUM/JUIZ SINGULAR	14
PROCESSO COMUM - JUIZ SINGULAR	14
TOTAL	100

Fonte: Autor.

Tabela 5 – Grupo RECURSOS

CLASSES DO GRUPO R	CONTAGEM
AGRAVO C/ REC. ESPECIAL	1
AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL	3
AGRAVO INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL	4
AGRAVO INSTRUMENTO EM RECURSO EXT.	1
APELAÇÃO	73
APELAÇÃO CRIMINAL	46
RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO	3

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	9
TOTAL	140

Fonte: Autor.

Tabela 6 – Grupo EXECUÇÃO PENAL

CLASSES DO GRUPO EXP	CONTAGEM
DA EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL (OUTROS)	1
Execução da Pena	1
EXECUÇÃO DA SENTENÇA PENAL/OUTROS	1
EXECUÇÃO DE SENTENÇA	1
EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL (OUTROS)	5
EXECUÇÃO PENAL	21
EXECUÇÃO PENAL PROVISÓRIA	1
TOTAL	31

Fonte: Autor.

Tabela 7 – Grupo AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

CLASSES DO GRUPO HC	CONTAGEM
HABEAS CORPUS	82
MANDADO DE SEGURANÇA	4
REVISÃO CRIMINAL	4
TOTAL	90

Fonte: Autor.

Tabela 8 – Grupo OUTRAS CLASSES

CLASSES DO GRUPO Outros	CONTAGEM
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1
ALIENAÇÃO JUDICIAL	1
BLOQUEADA - AÇÃO CRIMINAL	1
CARTA DE ORDEM	1
CARTA PRECATÓRIA	4
CARTA PRECATÓRIA – CRIMINAL	11
CARTA PRECATÓRIA - CRIMINAL - TESTEMUNHA/PERITO	1
CARTA PRECATÓRIA - CRIMINAL GRAVOSA	1
CARTA PRECATÓRIA - MATÉRIA PENAL	1

CLASSES DO GRUPO Outros	CONTAGEM
CARTA PRECATÓRIA – PENAL	30
CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	4
CARTA ROGATÓRIA – PENAL	1
CARTA ROGATÓRIA CRIMINAL	1
COMUNICAÇÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	2
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	1
CRIMINAIS DIVERSAS	1
CRIMINAIS DIVERSAS - OUTROS	2
CRIMINAIS DIVERSAS/OUTRAS	1
CRIMINAL DIVERSA/OUTRAS	1
EMBARGOS DE TERCEIROS CRIMINAL	1
EXECUÇÕES DIVERSAS/OUTRAS	1
FIANÇA	1
INCID. DE REST. COISAS APREEND.	1
INCIDENTE DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	9
INCIDENTES CRIMINAIS DIVERSOS	3
LIBERDADE PROVISÓRIA	13
LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	2
LIVRAMENTO CONDICIONAL	1
MIGRAÇÃO	1
PEDIDO ARQ REPR CRIMINAL	2
PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	15
PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA	4
PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	6
PETIÇÃO	2
PETIÇÃO – CRIMINAL	1
PETIÇÃO – PENAL	2
PETIÇÃO DIVERSA CRIMINAL	6
PETIÇÃO DIVERSA CRIMINAL - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	1
PRECATÓRIA - MATÉRIA PENAL	1
PROCEDIMENTO ESP.DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	1
PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS	1
RECURSO ELEITORAL	2
REMESSA EX-OFFICIO EM MS	1
RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	1
ZZZ - NÃO USAR -PROCEDIMENTO CRIMINAL DIVERSO	2
TOTAL	147

Fonte: Autor.

APÊNDICE I – GRUPOS DE MOVIMENTOS CONFORME TAXONOMIA DO CNMP

Tabela 9 – Manifestações do grupo ARQUIVAMENTO

ARQUIVAMENTOS	CONTAGEM
ARQUIVAMENTO (920087)	113
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO CONSELHO SUPERIOR/CÂMARA (920088)	1
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO CONSELHO SUPERIOR/CÂMARA (920088)/INTEGRAL SEM TAC (920090)	1
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)	41
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/INTEGRAL (920100)/AUSÊNCIA/ INSUFICIÊNCIA DE PROVAS (920268)	10
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/INTEGRAL (920100)/DESCONHECIMENTO DO AUTOR (920101)	2
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/INTEGRAL (920100)/INEXISTÊNCIA DE CRIME (920102)	6
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/INTEGRAL (920100)/PRESCRIÇÃO (920103)	1
ARQUIVAMENTO (920087)/COM REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO (920092)/PARCIAL (920093)/AUSÊNCIA/ INSUFICIÊNCIA DE PROVAS (920269)	1
TOTAL DE ARQUIVAMENTOS	176

Fonte: Autor.

Tabela 10 – Manifestações do grupo BAIXA

BAIXA	CONTAGEM
BAIXA DE INQUÉRITO POLICIAL (920126)/COM DILIGÊNCIA (920258)	301
BAIXA DE INQUÉRITO POLICIAL (920126)/SEM DILIGÊNCIA (920259)	1.116
TOTAL DE BAIXAS	1.417

Fonte: Autor.

Tabela 11 – Manifestações do grupo CIÊNCIA

CIÊNCIA	CONTAGEM
CIÊNCIA (920134)/ACORDÃO (920142)/DESFAVORÁVEL (920144)	2
CIÊNCIA (920134)/ACORDÃO (920142)/FAVORÁVEL (920143)	12
CIÊNCIA (920134)/ACORDÃO (920142)/OUTRA CIÊNCIA (600528)	1
CIÊNCIA (920134)/ACORDÃO (920142)/PARCIALMENTE FAVORÁVEL (920145)	4
CIÊNCIA (920134)/ARQUIVAMENTO (920155)	150
CIÊNCIA (920134)/DECISÃO MONOCRÁTICA COM JULGAMENTO DE MÉRITO (920148)/EXTINTIVA PELA PRESCRIÇÃO (920152)	3
CIÊNCIA (920134)/DECISÃO MONOCRÁTICA COM JULGAMENTO DE MÉRITO (920148)/EXTINTIVA POR OUTRAS CAUSAS (920153)	1
CIÊNCIA (920134)/DECISÃO MONOCRÁTICA COM JULGAMENTO DE MÉRITO (920148)/FAVORÁVEL (920149)	1
CIÊNCIA (920134)/DECISÃO MONOCRÁTICA COM JULGAMENTO DE MÉRITO (920148)/OUTRA CIÊNCIA (600530)	2
CIÊNCIA (920134)/DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA (920160)	13
CIÊNCIA (920134)/DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA/SESSÃO (920135)	151
CIÊNCIA (920134)/LIBERDADE (920182)/DEFERIDO (920183)	1
CIÊNCIA (920134)/LIBERDADE (920182)/INDEFERIDO (920184)	1
CIÊNCIA (920134)/OUTRAS CIÊNCIAS (920197)	744
CIÊNCIA (920134)/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA (920162)	4
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)	52
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/EXTINTIVA PELA PRESCRIÇÃO (920140)	6
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/EXTINTIVA POR OUTRAS CAUSAS (920141)	4
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/FAVORÁVEL (920137)	7
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/OUTRA CIÊNCIA (600529)	2
CIÊNCIA (920134)/SENTENÇA (920136)/PARCIALMENTE FAVORÁVEL (920139)	3
CIÊNCIA (920134)/SUSPENSÃO DO PROCESSO - ART. 366 CPP (920154)	9
TOTAL DE CIÊNCIAS	1.173

Fonte: Autor.

Tabela 12 – Manifestações do grupo DENÚNCIA

DENÚNCIA	CONTAGEM
ADITAMENTO (920032)/DENÚNCIA (920034)	2

AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/DENÚNCIA (920014)	54
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/DENÚNCIA (920014)/ESCRITA (920015)	1
TOTAL DE DENÚNCIAS	57

Fonte: Autor.

Tabela 13 – Manifestações do grupo OUTRAS MANIFESTAÇÕES

OUTRAS MANIFESTAÇÕES	CONTAGEM
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)	8
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/AÇÃO CAUTELAR (600468)/PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS (600477)	1
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/AÇÃO CAUTELAR DE QUEBRA DE SIGILO (600481)	2
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/AÇÃO CAUTELAR DE QUEBRA DE SIGILO (600481)/BANCÁRIO (600482)	1
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/AÇÃO CAUTELAR DE QUEBRA DE SIGILO (600481)/TELEFÔNICO (600483)	2
AJUIZAMENTO DE AÇÃO (920012)/PETIÇÃO INICIAL (920013)/PEDIDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (600509)	3
ALEGAÇÕES FINAIS (920200)	5
ALEGAÇÕES FINAIS (920200)/MEMORIAIS (920202)	53
ALEGAÇÕES FINAIS (920200)/ORAIS (920201)	2
CORREIÇÃO PARCIAL (920210)	1
DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO (920026)	20
DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO (920026)/NO MESMO RAMO (920027)	1
DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO (920026)/PARA OUTRO RAMO (920028)	1
DESPACHO (920044)/DILIGÊNCIAS (920045)	33
DESPACHO (920044)/DILIGÊNCIAS (920045)/OUTRAS PROVIDÊNCIAS (920253)	13
DESPACHO (920044)/EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTO (920055)	1
DESPACHO (920044)/PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE INVESTIGAÇÃO (920054)	10
DEVOLUÇÃO SEM MANIFESTAÇÃO (920252)	6
INCIDENTES (920248)/DE RESTITUIÇÃO (600462)	2
MANIFESTAÇÃO (920198)	1735
MANIFESTAÇÃO (920198)/DEMAIS MANIFESTAÇÕES (600406)	64
MANIFESTAÇÃO (920198)/EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA OU REQUERIMENTO DE DECLÍNIO (600458)	6
MANIFESTAÇÃO (920198)/PARECER NÃO PADRONIZADO (600409)	15
MANIFESTAÇÃO (920198)/PROMOÇÃO (600407)	7

OUTRAS MANIFESTAÇÕES	CONTAGEM
MANIFESTAÇÃO (920198)/RÉPLICA EM AÇÃO PENAL (600393)	2
MANIFESTAÇÃO (920198)/REQUERIMENTO DIVERSO (600402)	25
MANIFESTAÇÃO EM SEGUNDO GRAU (920271)/DEMAIS MANIFESTAÇÕES (600435)	2
MANIFESTAÇÃO EM SEGUNDO GRAU (920271)/PARECER NÃO PADRONIZADO (600433)	5
MANIFESTAÇÃO EM TRIBUNAIS SUPERIORES (920270)/DEMAIS MANIFESTAÇÕES (600416)	2
MANIFESTAÇÃO EM TRIBUNAIS SUPERIORES (920270)/SUSTENTAÇÃO ORAL (600428)	1
MANIFESTAÇÃO PELA NÃO INTERVENÇÃO (920273)	1
PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (920125)	1
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)	16
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/AGRAVO DE EXECUÇÃO (920236)	4
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/AGRAVO DE INSTRUMENTO (920235)	9
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL (600518)	1
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/APELAÇÃO (920233)	68
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (600517)	1
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (920234)	1
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/RECURSO ESPECIAL (920237)	29
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/RECURSO EXTRAORDINÁRIO (920238)	6
RECURSO (920211)/CONTRARRAZÕES/CONTRAMINUTA (920232)/RECURSO ORDINÁRIO (920239)	1
RECURSO (920211)/INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (920212)	1
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/AGRAVO (920215)	1
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/APELAÇÃO (920221)	25
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (920222)	5
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (920214)	4
RECURSO (920211)/RAZÕES (920213)/RECURSO ESPECIAL (920227)	5
RÉPLICA A CONTESTAÇÃO (920208)	1

OUTRAS MANIFESTAÇÕES	CONTAGEM
REQUERIMENTO DE PRISÃO (920128)	1
REQUERIMENTO DE PRISÃO (920128)/PREVENTIVA (920129)	4
REQUERIMENTO DE PRISÃO (920128)/PREVENTIVA (920129)/ART. 312 CPP (920130)	1
TOTAL OUTRAS MANIFESTAÇÕES	2.215

Fonte: Autor.